
cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 12 13 14 15 16 17 18

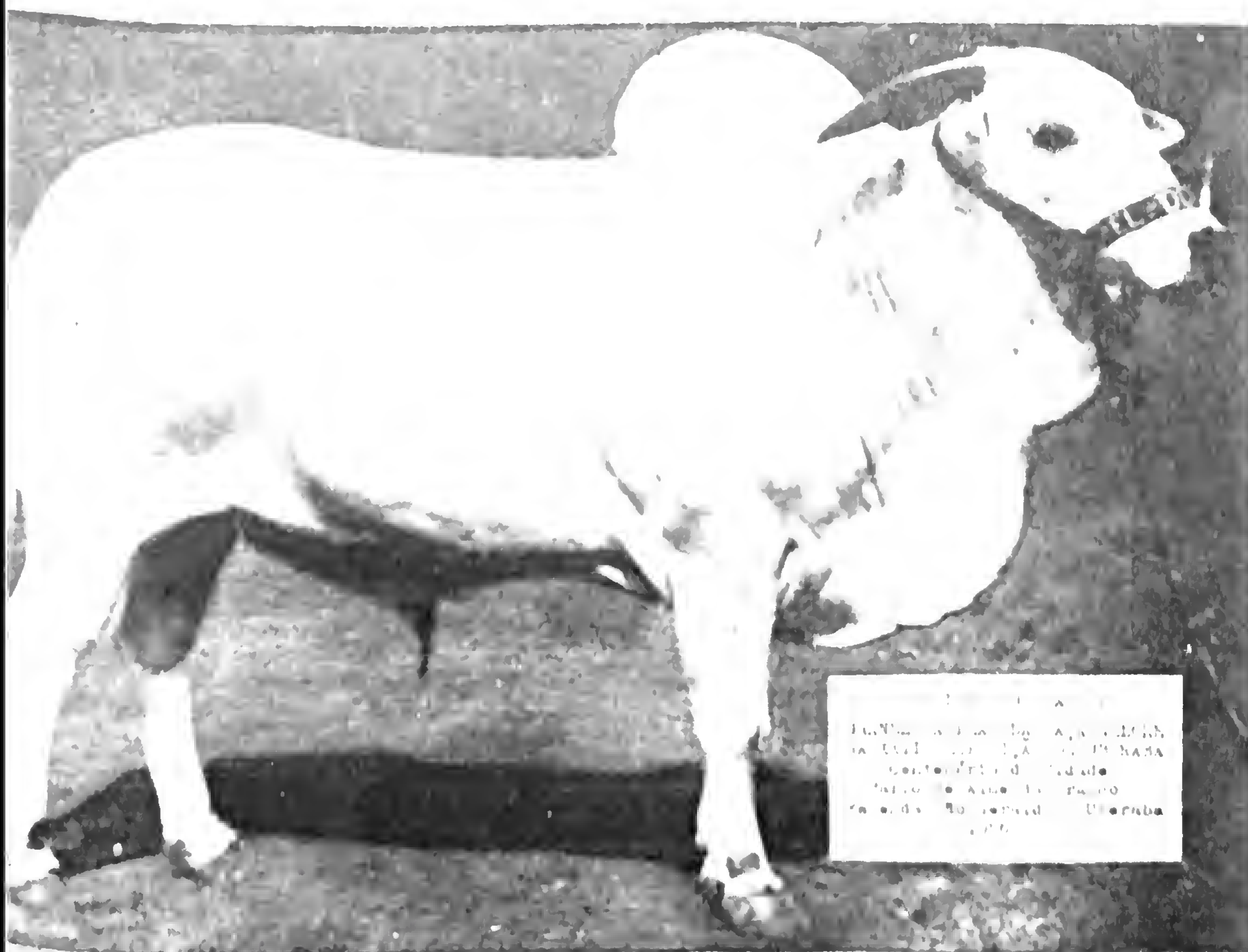

cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6
SciELO
11 12 13 14 15 16

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL



RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LX

Janeiro-Fevereiro, 1957



O NOSSO CAFÉ NOS ESTADOS UNIDOS — A fotografia acima é de objetos da mais diversa natureza, encontrados por uma torrefação americana no café importado do Brasil, pelo Sr. Mário Penteado de Faria e Silva, na presença do deputado Ostoja Roguski, em recente viagem de estudos naquêle país. São pedras, pregos, pedaços de metal e até uma bola de gude, apanhados a esmo numa grande barrica, e que lá chegaram de permeio com o nosso café. O Sr. Mário Penteado, ao apresentar a foto à Confederação Rural Brasileira, mostrou-se francamente pessimista quanto ao futuro do nosso principal produto no mercado americano, caso o Brasil, o quanto antes, não se aparelhe com uma verdadeira política cafeeira, a fim de poder enfrentar os nossos concorrentes, inclusive os africanos.

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da** E. F. Central do Brasil — **Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. **Suplente:** Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LX JANEIRO-FEVEREIRO, 1957

60 ANOS

"A publicação, que ora encetamos, do boletim da Sociedade Nacional de Agricultura, intitulado "A LAVOURA", é, para a vida desta Associação, que tomou por divisa VIRIBUS UNITIS, um dos mais fortes laços que devem apertar os coletivos esforços de sua propaganda e de sua ação incessantes".

Foi com estas palavras que o fundador e presidente da S. N. A. iniciou, no primeiro número desta Revista, que entra no 60.° ano de circulação, o seu artigo de apresentação.

Decorrido todo êsse tempo, tem "A LAVOURA" circulado sem interrupção, procurando atender ao voto do seu idealizador, constituindo-se em repositório precioso de tudo quanto diga respeito à agricultura brasileira nesse largo espaço de tempo, ao ponto de se poder afirmar que alguém que pretenda estudar ou escrever sôbre êste assunto não a poderá desconhecer. A agricultura tem alí um registro cronológico e fiel de tudo que se fêz ou pretendeu fazer em seu benefício no período republicano.

Dificuldades de tôda ordem foram vencidas para que a revista não parasse e êste fato, por si só, já constitui motivo justificativo do alto conceito de que goza não só no Brasil como no estrangeiro : alguma coisa que conseguiu vencer seis décadas no Brasil é fato digno de menção e até de admiração. Pretendemos nós que ela siga a sua senda de serviços ao Brasil, e que tôdas as grandes batalhas e campanhas que se estampam nas suas páginas, sejam motivo de estímulo aos que hoje continuam a obra de redenção de nossa agricultura, iniciada naqueles longes 1897.

A redação atual deseja deixar aqui consignada as suas homenagens aos que iniciaram esta revista, dentre os quais se destacam: Ennes de Souza, Germano Vert, Luiz Pereira Barreto, Campos da Paz, Eurico Jacy Monteiro, Martins Trindade, J. Carlos Travassos — que honraram com os seus nomes os artigos do primeiro número. A todos, já falecidos, a nossa gratidão e a nossa saudade.

CONCEITO DE REFORMA AGRÁRIA

Prof ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade
Nacional de Agricultura

A partir, principalmente, do fim da Primeira Guerra Mundial, com o agravamento das condições de subsistência das populações, em vários países e em face dos sistemas socialistas, o direito de *propriedade privada* principiou a sofrer restrições, muito principalmente no tocante à *propriedade territorial*. No sentido de tornar a terra mais acessível ao maior número de seus habitantes, nos métodos de divisão da terra, com a colonização chamada "interior", auxiliada pelo crédito, a fim de permitir a formação da *pequena propriedade*. Como seria de esperar, a legislação agrícola, depois da Segunda Guerra Mundial, tomou característica ainda mais enérgica, com acentuada intervenção do Estado no domínio econômico, visando maior e melhor repartição da riqueza, segundo as doutrinas socialistas.

No Brasil, mau grado sua extensão territorial, vemos os legisladores da Constituição de 1946 se preocuparem com o problema da terra, tanto do ponto de vista econômico como social, o que se acha traduzido nos artigos 147 e 141, § 16, que dizem o seguinte: "Art. 147 — O uso da propriedade será condicionado ao bem estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos."

O Art. 141, § 16 diz o seguinte: "É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interêsse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.."

Vê-se que, pela Constituição atual, procurou-se, no domínio da produção, conciliar os interêsses individuais com os de caráter geral.

Em 30 de junho de 1947 foi elaborado pelo Sr. Afrânio de Carvalho, chefe do gabinete do ministro da Agricultura, um ante-projeto de *Lei Agrária que*, submetido ao presidente Eurico Dutra, foi, por êste, em 20 de janeiro de 1948, encaminhando ao Congresso Nacional, onde permanece até hoje. Na introdução dêsse ante-projeto, que é uma lei de *reforma agrária*, assim se expressa o autor: "Conquanto muito se haja falado e escrito no País, nêstes últimos tempos, em torno da matéria, essa contribuição, pelo seu tom vago e indefinido, apenas denuncia uma brilhante mas infecunda curiosidade intelectual pela reforma, cuja benemerência exalta, 'a priori', sem saber bem ao certo em que vai consistir...."

No desempenho da incumbência, declara o autor que teve em vista a exploração econômica do solo, tanto do latifúndio como do minifúndio. E acrescenta: "Embora se tenha tornado lugar comum responsabilisar ùnicamente o latifúndio, a verdade é de que o minifúndio tem parte na exploração econômica do solo, conforme provou o recenseamento de 1940. E declara, mais ainda, que em três capítulos relativos ao imóvel rural, à propriedade rural e à desapropriação, procurou corrigir o mal da exploração anti-econômica, corrigindo as suas causas sem pretender extinguir a grande propriedade territorial, embora favorecendo o advento da pequena propriedade constituida em "unidade econômica".

O Sr. Afrânio de Carvalho, em seu trabalho, de incontestável valor jurídico e econômico, declara-se favorável à reforma agrária e que "ao contrário do que aconteceu em outros países, no Brasil foi a crise alimentar que nos despertou em relação ao problema da terra. Pressentiu-se que alguma causa deveria ser mudada para assegurarmos a sobrevivência da nossa comunidade". E depois de salientar que a expressão *reforma agrária* na boca do povo e da imprensa parece ser a da distribuição da terra, refere-se ao que tem corrido nas diretrizes dessa *reforma agrária* em outros países, com a supressão da propriedade pri-

vada e a exploração da terra pelo próprio Estado, mediante fazendas coletivas; a formação compulsória da pequena propriedade privada, mediante o parcelamento legal da grande, com ou sem indenização, para entrega àqueles que a queiram trabalhar e, finalmente, a limitação do direito de propriedade privada em razão do bem estar social.

Em razão da política econômica e social seguida pela Constituição de 1946, o Sr. Afrânio de Carvalho é de opinião que a solução está totalmente excluída de cogitação entre nós, uma vez que a Constituição garante o direito de propriedade (Art. 141, § 16).

Para o encaminhamento da melhor distribuição da terra aponta o Sr. Afrânio de Carvalho duas soluções: a) formação da pequena propriedade privada pela desapropriação da grande, mediante indenização em dinheiro; b) limitação do direito de propriedade privada em razão do bem-estar social. Julga a primeira solução difícil por exigir dispêndios acima das possibilidades financeiras da União e dos Estados (na época) mas considera que a segunda, uma vez convenientemente trilhada, pode conduzir, embora mai slentamente, ao mesmo resultado.

Não esposando a opinião generalizada de que a *distribuição da terra* deva ser o alvo da *reforma agrária*, o Sr. Afrânio de Carvalho elaborou o ante-projeto dentro das linhas fundamentais expostas pelo presidente Dutra em mensagem de 1947 (pg. 65), que julgava que dentro da Constituição, as providências para a reforma agrária seriam: "facilidades de utilização de áreas suficientes para a lavoura ou a criação; habitação higiênica àqueles que desejem dedicar-se às atividades rurais, de forma a fixar à terra o homem do campo, mediante um programa de educação racional; vigência do preceito constitucional que erige o trabalho em dever social, aplicando-o no aproveitamento econômico do solo que não deve ser deixado sem cultivo; revisão da legislação sôbre arrendamento de terras de modo a serem da-

das amplas garantias aos arrendatários para a venda e colocação dos produtos de seu trabalho; transformação da contribuição de melhoria, mediante adequada regulamentação, num instrumento eficaz para o financiamento de obras públicas de valio, que visem à recuperação e substituição de terras inaproveitadas, por motivo de sêcas, inundações, endemias, etc.; transformação da tributação territorial num instrumento eficaz para a utilização das terras e para combater a concentração da propriedade rural; estabelecimento em bases sólidas do crédito agrícola especializado para o financiamento a juros módicos da pequena exploração agrícola e pecuária; encorajamento e estímulo à instalação de cooperativa de agricultores e criadores.

Dentro desas linhas, constantes da mensagem do presidente Eurico Dutra, elaborou o ilustre Dr. Afrânio de Carvalho, com sua larga experiência de jurista e conhecedor do meio rural do País, o ante-projeto de Lei Agrária que, em 20 de janeiro de 1948, foi encaminhado ao Congresso Nacional e ali permanece para estudo e aprovação.

Seria para desejar que o Congresso Nacional deliberasse, no atual momento em que tanto se fala em *reforma agrária*, movimentar o exame do importantíssimo ante-projeto.

Pelo decreto 29.803, de 23 de julho de 1951, foi criada pelo presidente Getúlio Vargas a Comisão Nacional de Política Agrária, para estudar e propor ao presidente da República as medidas julgadas necessárias à organização e desenvolvimento da economia agrícola e do bem-estar rural. Dentre as elevadas finalidades dessa Comissão deve-se destacar o objetivo de amparo ao trabalhador rural, ampliação de suas possibilidades de emprêgo, melhoria dos seus salários e condições de vida".

Essa Comissão, sob a operosa presidência do ministro João Cleophas, realizou muitas pesquisas e estudos de caráter social e econômico, destacando-se o das *"Diretrizes para a reforma agrária no Brasil"*.

Submetidas, que foram, essas diretrizes ao presidente, em 18 de setembro de 1952, tiveram o seguinte despacho:

"Aprovo em tese as diretrizes adotadas pela Comissão Nacional de Política Agrária e louvo o trabalho já iniciado no sentido da elaboração de projetos de lei consubstanciando os resultados de seus estudos. Sugiro que também seja dada preferência de terras próximas aos centros populosos necessários às culturas indispensáveis ao abastecimento das cidades e que são as mais suscetíveis de especulação imobiliária."

Como proprietário rural e agricultor militante, além de conhecedor profundo da economia agrícola do Brasil, o presidente Vargas mostrou-se cauteloso na aprovação de diretrizes para uma reforma agrária que viria, de chofre, alterar tôda a estrutura rural do Brasil e se preocupou com o problema da terra em derredor dos centros populosos. Ainda em 1952 aprovava o ante-projeto do Instituto Nacional de Imigração e Colonização que, submetido ao Congresso Nacional, se converteu no atual Instituto de Imigração e Colonização. Êsse Instituto, que veio atender ao disposto no Artigo 162 da Constituição, viria enfeixar numa direção única os problemas da colonização e da migração colonizadora.

Os exemplos do Brasil desde o movimento de imigração colonizadora do Império, até a política de colonização, na República, com o govêrno de Affonso Penna, tendo Miguel Calmon como ministro, que criou os nossos primeiros núcleos coloniais em seguras bases econômicas e sociais, demonstram que foi sábia a orientação dos constituintes de 1946 quando, pelo Artigo 156, estabeleceram: "A lei facilitará a fixação do homem ao campo, estabelecendo planos de colonização e aproveitamento das terras públicas. Para êsse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre êles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados.

Acham-se perfeitamente delineados, dentro da Constituição, os rumos que poderemos seguir para uma política agrária que atenda a planos de colonização, para a fixação do homem ao campo com o aproveitamento de terras públicas, preferindo, para êsse fim, os nacionais e, dentre êles, os habitantes de zonas empobrecidas (Art. 156).

Pela *assistência social, técnica e financeira*, julgamos que se poderá, mediante a colonização, realizar a *reforma agrária* de que o Brasil possa necessitar dentro das

exigências das regiões protoras.

Lynn Smith o eminente sociologo norte-americano depois de se referir às diretrizes que, em 1952, apresentou à Comissão Nacional de Politica Agrária, do Ministério da Agricultura, expressou-se mais exatamente por ocasião de sua conferência "Problemas da Reforma Agrária", realizada em 20 de julho dêste ano, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, quando declarou : 'Qualquer programa de reforma agrária sàbiamente concebido, terá necessàriamente de reconhecer que o homem pròpriamente dito é o agente ativo na questão. Em todas as relações entre o homem e a terra, esta última é sempre o elemento passivo. Qualquer programa que trate da terra e faz pouco ou nenhum esfôrço para melhorar as habilidades daqueles que a cultivam certo é que pouco ou nada realizará."

E acrescenta: "Simultâneamente com a socialização dos latifúndios e a aglutinação dos minifúndios, a reforma agrária cuidará também de valorizar o homem e a terra de modo a assegurar a todos, trabalho que possibilite existência digna."

"O objetivo primordial da *reforma agrária* — acrescenta, mais precisamente, Lynn Smith — é elevar a qualidade e aumentar o bem-estar do habitante comum do Brasil rural; é, por outras palavras, valorizar o homem. Como objetivo paralelo a êste vem o da melhoria da terra e o da sua capacidade produtiva, assim como o aperfeiçoamento das relações entre o homem e a terra."

O ilustre agrônomo e sociólogo português Henrique de Barros, em conferência feita em 21 de abril de 1949, no Clube Fenianos Portuguesês, com sua alta cultura profissional, definiu perfeitamente o conceito de *reforma agrária*, assim se expressando : "A reforma agrária é, com efeito, considerada como o instrumento mais potento, mais eficaz, mais decisivo da revolução socialista. E parece incontestável que, uma vez remodelada de alto a baixo a estrutura agrária de uma nação, suprimida a propriedade privada da terra, criados novos tipos de propriedade e de emprêsa, abolida a instituição patronal, estará positivada uma das condições primárias para a edificação e consolidação da tipo de Sociedade Humana propugnada pelos revolucionários socializantes.

Oportunamente porém, reformas agrárias dos três gêneros costumam ser preconizadas, e têm sido usadas, como o processo mais eficiente da contra-revolução, incomparàvelmente mais eficiente do que as mais violentas e discricionárias medidas de policia. Quero referir-me às reformas agrárias de caráter individualista, tendo por fim a criação de elevado número de pequenas propriedades privadas e o estabelecimento de numerosas emprêsas independentes, e cuja declarada intenção é a de oporem um dique, julgado intransponível, à penetração dos ideais de coletivisação na terra e, de modo geral, no

progresso das fôrças da revolução social.

E acentua o eminente sociólogo português: "Demonstrado fica, com êsse claríssimo exemplo, que os mais antagônicos propósitos têm servido de têma no estudo e na realização duma reforma agrária.

Dos demais conceitos emitidos pelo prof. Henrique de Barros, conclui-se serem, pois, bem divergentes os polos visados na chamada *reforma agrária*: e da adoção de medidas abertamente compulsivas, tomadas direta e abertamente para forçar a mudança de donos da propriedade da terra; e, de outro, adeptos de providências, encaradas com êxito variáveis, tendentes a provocar e estimular a divisão da propriedade rústica, mediante processos indiretos, com a incidência de impostos, a concessão de créditos, o auxílio técnico, etc....

Em suma, as tentativas de *reforma agrária*, traduz-se na aplicação do chamado ciclo econômico: *produção, circulação e consumo* — garantindo um rendimento sócio-agrícola para o bem-estar rural.

Além de novas e importantes contribuições que surgiram nêstes nove anos no País, dentre as quais deve salientar as sugestões da Sociedade Paulista de Agronomia — apresentadas pelo seu núcleo de Estudos, que analisou detidamente o ante-projeto Afrânio de Carvalho — e as Conferências Rurais (4), promovidas pela Confederação Rural Brasileira o Serviço Social Rural que vem de ser criado pela lei n. 21.167, tendo como base a comunidade rural — a da família do rurícola em particular — com caráter eminentemente educacional está a indicar que a colonização e o crédito agrícola, resultantes do parcelamento precipitado da terra pela *reforma agrária*, criarão fatores de desequilíbrio econômico-social de imprevisíveis conseqüências para a economia agrícola da Nação.

Só inquéritos regionais, econômicos sociais, ou cadastro rural, poderão revelar os fatores básicos de uma estrutura agrária que atenda à conjuntura econômico-financeira do País na atual emergência sob forte pressão inflacionária.

Em relação à *desapropriação* constante do capítulo III do ante-projeto Afrânio de Carvalho, que se encontra no Congresso, remetido em 1948 por mensagem do presidente Eurico Gaspar Dutra, estudada, que foi, pela Sociedade Paulista de Agronomia (sugestões publicadas em 28 de novembro de 1952, graças ao apôio do ilustre Secretário de Agricultura Eng. Agrônomo João Pacheco Chaves), aquela Sociedade assim se manifesta: 'Os poderes públicos valer-se-ão da desapropriação, não só para promover justa distribuição da propriedade rural como também para regularizar, do ponto de vista das possibilidades econômicas e da conservação do solo, a formação ou exploração do imóvel sôbre o qual recaí; bem assim para promover o povoamento e a colonização de regiões desabitadas que sejam de interêsse para a economia nacional e para atender à localização de serviços e obras de utilidade pública geral."

A Sociedade Paulista de Agronomia faz a seguinte e relevante observação, mais adiante: "As desapropriações precritas nas letras *A* e *B*, sòmente poderão ser feitas com o objetivo de prover e colonizar regiões escassamente habitadas do País ou de terras incultas."

Julgamos muito importante mais a seguinte sugestão: "O valor do imóvel será determinado por engenheiros agrônomos, mediante levantamento topográfico com especificações da qualidade das terras e de memorial descritivo das mesmas."

E observa a Sociedade Paulista de Agronomia: "Acreditamos firmemente que, antes de procurar, com meios drásticos, a melhoria da distribuição das terras do País, devem, os poderes públicos, procurar usar para o mesmo fim, a sua legislação sôbre o direito financeiro."

Com grande compreensão da dificuldade de uma transformação brusca da estrutura agrária a Sociedade Paulista de Agronomia muito judiciosamente chama a atenção para o valor das terras e sua classificação pedológica.

A IV Conferência Rural Brasileira realizada em fevereiro do corrente ano em Fortaleza Estado do Ceará, sob os auspícios da Confederação Rural Brasileira, estabeleceu, em suas "Diretrizes Fundamentais da Reforma Agrária" que:

a — a Lei Agrária não deve basear-se apenas na divisão da propriedade;

b — a Lei Agrária deverá ter finalidade pluri-lateral, abrangendo, simultâneamente, não só a correção de algumas anomalias de nossa estrutura fundiária, como também a instituição de medidas efetivas de justiça social, de proteção aos recursos naturais, de técnicas de produção e outras, com a conseqüente elevação da capacidade produtiva da agricultura e melhoria das condições de vida e de trabalho no meio rural;

c — estabelece o princípio de que em casos excepcionais pode ser admitido o partilhamento de terras, desde que para fins de colonização e execução de uma sadia política de fixação do homem à terra;

d — os partilhamentos, quando necesários, deverão incidir sôbre terras inexploradas, sub-desenvolvidas ou abandonadas cujos titulares, por absenteísmo ou qualquer outro fator, deixarem de as utilizar, quando lhes sejam asseguradas condições favoráveis que permitem o seu racional aproveitamento;

e — tendo-se em vista as particularidades demográficas, territoriais e ecológicas do país, medidas desta natureza deverão ser oficialmente dirigidas de preferência no sentido do aproveitamento de áreas favoráveis à exploração agro-pecuária ainda não utilizadas, podendo também extender-se para a atual faixa cultivada onde, esporàdicamente, se fizer sentir a necessidade da desapropriação por interêsse social, respeitados sempre os princípios constitucionais vigentes;

f — firma o princípio de que a renovação agrária deve processar-se por etapas;

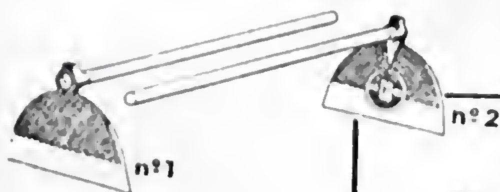
g — as diretrizes e os objetivos fundamentais da Lei Agrária devem articular-se harmoniosamente com o recem criado Serviço Social Rural, com a nova política de colonização e com a legislação social a ser instituída.



O GRANDE PRODUTOR DE MILHO — Os Estados Unidos são grandes produtores de milho, das mais variadas qualidades. O Estado de Missouri é considerado um dos mais importantes nesse setor agrícola, sendo famoso pela imensa variedade que cultiva e produz em larga escala, competindo com o Estado de Iowa, cujas lavouras de milho oferecem notáveis especimes, sobretudo pelas dimensões do pé de milho. O "cliché" nos revela uma plantação de milho do Missouri e que bem nos dá a idéia da sua qualidade. Foto do IPS, especial para a A LAVOURA, órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.



CALÇADA DE AÇO
SOROCABA - SÃO PAULO
CALÇADA E GARANTIDA



nº 1
nº 2



INDUSTRIA METALÚRGICA N. S. DA APARECIDA S.A.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

LXII

Tradições populares da pecuária nordestina — Carta ao Dr. Luís da Câmara Cascudo.

Ao festejado folclorista e escritor Câmara Cascudo dirigí (31-10-56) carta da qual reproduzo :

"Teve Pinto Lima, diretor substituto do Serviço de Informação Agrícola, a feliz lembrança, que abençôo, de remeter-me TRADIÇÕES POPULARES DA PECUÁRIA NORDESTINA. Passei logo a ler êsse magnífico *documentário da vida rural*. Seria desleal não afirmando, como afirmo agora, que o fiz com interêsse e grande prazer. Leio, a cada oportunidade, trabalhos seus. Todos agradam, mas as tradições reunidas nesse volume, apresentam, para mim, valor de coisa vívida, de coisa que o tempo não faz esquecer. Para um velho caatingueiro, há cerca de cinqüenta anos ausente, não importa aonde, — auscultando e percorrendo as mais variadas zonas fisiográficas do país —, o seu novo trabalho é fonte de emoções, de alegrias e de saudades. Ninguém melhor do que você, meu prezado Câmara Cascudo, soube, até agora, apresentar e expor o quadro. É uma festa que não me foi dado assistir, com o mesmo colorido e naturalidade, em outros cenários ou paisagens pastoris do Brasil."

LXIII

Povoamento dos seringais — Colonização da amazônia.

Disse-me, certa vez, o administrador, economista e advogado paraense Otávio Meira, grande conhecedor dos problemas amazônicos, que a evolução do trabalho da indústria extrativa para a produção agrícola e pastoril, mediante sistema de financiamento inteligente e programado especialmente para a região, cujas condições diferem de tudo quanto temos no resto do Brasil, seria o meio único de resolver as questões relativas à economia rural amazônica.

A evolução, demorada e lenta, deverá ser apressada. Favorecê-la, inclusive como medida de previdencia, constitui dever irrecusável.

No povoamento dos seringais e na simultânea fixação do homem à terra dever-se-á



SERINGAL — BELTERRA — PARÁ. A residência é protegida pela sombra acolhedora das seringueiras cultivadas.

ter em vista a necesidade de observar e obedecer :

a) — uma politica de amparo às emprêsas seringalistas que se proponham a conceder reais e objetivas facilidades ao povoamento;

b) — uma politica de estímulo à instalação de colônias agro-industriais e núcleos coloniais e, bem assim, de fomento à constituição de emprêsas de colonização;

c) — e, finalmente, a uma politica de assistência e amparo, eficiente, ao cooperativismo.

As emprêsas colonizadoras, observadas as instruções do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, devem se obrigar :

a) — ceder os lotes, com serventias, benfeitorias e instalações, a prazo (10 a 20 anos) para pagamento em prestações anuais, a partir do terceiro ao quinto ano, da instalação do colono;

b) — receber o pagamento das prestações anuais no final da safra do produto que constitua, pelo vulto do seu valor, exploração dominante;

c) — facultar ao colono, em qualquer tempo, antecipar as amortizações;

a) — manter, em local acessível à totalidade dos colonos, pessoas da familia e dependentes, serviços de assistência à saúde, estabelecimentos de ensino primário, de rudimentos de agricultura e indústrias rurais, igreja e, finalmente, usina de preparo e de beneficiamento dos produtos agro-extrativos, notadamente dos destinados à alimentação.

Mangabeiro.

É o nome que designa, na zona limítrofe Goiás-Bahia, o extrator da borracha de mangabeira que, nas zonas menos povoadas, leva vida primitiva e nômade. Referindo-se aos mangabeiros diz o engenheiro Glivandro Simas Pereira (Expedição ao divisor de águas Tocantins-São Francisco) : — "Êstes homens vivem nos imensos chapadões baianos, alimentando-se exclusivamente de caça, sem habitações, pois dormem debaixo de palmas de buriti colocadas de encosto a qualquer tronco de árvore, mudando-se constantemente, tirando o leite das mangabeiras, nativas e abundantes aí, transformando-o em borracha que vendem. São perfeitos conhecedores da zona, onde se orientam com a máxima facilidade."

LXV

Barranqueiro do São Francisco.

O barranqueiro, seja êle barcaceiro, remeiro, "marinheiro" ou pescador, vive a vida do rio e para o rio.

É prêsa da corrente e do encanto da paisagem. A sua história, como a de seus antepassados, é a do dominio das águas e do povoamento do vale.

Entre as cachoeiras de Paulo Afonso e Pirapora, notadamente a partir de Juazeiro-Petrolina, a influência do rio é soberana e se estende, por seus afluentes navegáveis, aos povos ribeirinhos, nos vales tributários.

Nesse trecho do rio é o *barranqueiro* diferente do *mercador* da beira de outros rios. É diferente, até mesmo, dos seus irmãos do alto e do baixo São Francisco.

Abaixo da cachoeira de Paulo Afonso, sobretudo a partir da entrada nas zonas da mata e do litoral, sente-se a influência do mar. Da cachoeira de Pirapora à de Casca d'Anta e por toda a extensão das serras lindeiras aos divisores da bacia, a influência das montanhas.

LXVI

Interêsses afins.

O associativismo no meio rural é o recurso de que o agricultor (lavrador, criador, etc.) dispõe, no seu isolamento, para entender-se com os outros agricultores da localidade e suas adjacências. Na associação rural, com a liberdade de membro da familia, expõe o seu problema, esclarece e é esclarecido.

Não importa a filiação partidária do consócio e sim a sua qualidade profissional, a identidade de interêsse a defender ou amparar.

O dever de cada um no seio da associação rural é contribuir, na medida de suas

fôrças, para engrandecê-la, fortalecendo e aumentando o quadro social.

LXVII

Bitola larga e única em tôda extensão ferroviária.

Não há dúvida quanto ao inconveniente de bitolas diversas nas ferrovias de acesso à nova Capital. Na construção dessas, convém evitar-se soluções provisórias, ainda que, aparentemente, menos dispendiosas.

Alargar a bitola da E. F. Central do Brasil até Pirapora e prolongá-la daí em diante é o que se tem a fazer. A ligação com a cidade de São Paulo, através da E. F. Paulista, deverá, toda ela ser de bitola larga. Sòmente, e até que se complete o alargamento da E. F. Goiás, compreende-se a bitola estreita a partir de Anápolis.

A bitola única é a mais conveniente e vantajosa, inclusive aos interêsses do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo.

LXVIII

"É o ipê a bandeira vegetal da nossa pátria."

Sob o título acima publicou SHOPPING NEWS, do Rio (n. 113, ANO III) entrevista que lhe concedeu Campos Porto, o festejado diretor do Jardim Botânico. Lendo-a atentamente, aplaudo-a sem restrições.

Não me convenceram as explicações e argumentos divulgados a favor da escolha de dois símbolos (IPÊ AMARELO e PAU BRASIL) para a mesma representação.

LXIX

Inferior às necessidades do consumo industrial a produção do guaraná — Estímulo ao desenvolvimento das plantações.

Estranhando notícia sôbre um parecer na Câmara relativo ao guaraná, escrevi ao Dr. Jayme Araujo, da Associação Comercial do Amazonas que, com a presteza e segurança habituais, desenvolveu, em carta de 12 de novembro de 1956, esclarecedoras condições :

—"Foi com prazer que recebi sua carta de 26 de outubro último, tecendo considerações a propósito do projeto em curso na Câmara Federal, relativo à obrigatoriedade do uso do guaraná nas bebidas rotuladas com êsse nome. Devo dizer-lhe que êsse projeto constituiu surprêsa para mim, uma vez que se trata de matéria já passada em julgado, constituindo o conteúdo do Decreto-lei n.º 6.425, de 14 de abril de 1944. A nova proposição legislativa é uma autentica superfetação. Na realidade, já existindo lei regulando e obrigando o uso do guaraná, não vejo porque renová-la. O que acontece é que aquele decreto nunca foi rigorosamente cumprido, como não o será, estou certo, o novo e desnecessário projeto, se aprovado. Quanto ao mérito da medida compelidora do uso daquele produto nos refrigerantes oferecidos ao consumo do público, não há porque subestimá-la. Se todas as fábricas de guaraná efervescente — e são várias em todo o país — utilizassem, obrigatòriamente, essa matéria prima, seria necessária uma produção de ... 2.000 toneladas por safra, quando apenas estamos produzindo ao redor de 250.000 quilos. Se, por outro lado, essa sapindácea lograsse mercado exterior — o que ainda não ocorreu em virtude de sua minguada produção —, é evidente que o guaraná passaria a figurar como algarismo de alta expressão em nosso comércio exterior. Envio-lhe, anexo, cópia do decreto-lei a que me referi e a estatística de nossa produção nos últimos 10 anos. Julgando atendido o seu pedido de informações, espero que as enviadas lhe sejam úteis, sem embargo de ficar aqui à sua inteira disposição para maiores esclarecimentos sôbre êste e outros assuntos, de seu interêsse".

Como ficou evidenciado, necessita a região amazônica desenvolver a exploração do guaraná, ampliando a área de cultura e a produção.

LXX

Oiticica — exploração e indústria. Líderes.

Com os aperfeiçoamentos introduzidos na extração e no benefício do óleo de oiticica, — famoso secante de grande aplicação —, desenvolveu-se



OITICICAL - ICÓ - CEARÁ - Nesse Estado são produtores de oiticica 9 municípios situados nos vales do Jaguaribe, 4 no vale do Bariabuiú, 9 no vale do Acaraú e 2 no vale do Curú (Fotografia cedida pelo Dr. Cunha Bayma).

a utilização dos frutos da *Licania rigida*, Benth., planta nativa "nos aluviões profundos dos rios e riachos" do Nordeste e Leste setentrional, onde, antes, era apreciada, sobretudo, pelo "ameno refrigério" de sua acolhedora sombra.

Embora estendendo-se sua área de dispersão pelos Estados do Piauí ao da Bahia, tem a oiticica seus maiores centros de exploração no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Esclarecimentos colhidos em carta do engenheiro agrônomo Esmerino Gomes Parente, diretor do Departamento de Expansão Econômica, Ceará, permitem afirmar, em referência ao Estado:

a) — produção anual ao redor de 25.000.000 de quilos de frutos de boa qualidade;

b) — extração do óleo de oiticica em oito usinas (fábricas) das quais cinco em Fortaleza e as demais em Iguatu, Santa Quitéria e Sobral;

c) — predominância na classificação dos tipos 2 e 3;

d) — sòmente quando coincide o amadurecimento dos frutos com chuvas fortes ou quando a colheita é prematura, predominam os tipos baixos, de pequeno valor comercial;

e) — corresponde a época de colheita aos meses de dezembro e janeiro;

f) — os proprietários de oiticicais não cuidam, geralmente, das árvores e nem lhes dispensam tratos culturais, conformando-se com a produção que a natureza lhes proporciona.

Entretanto, a árvore cuidada, bem cultivada, daria, — é evidente —, melhor rendimento, — quantitativo e qualificativo.

O aumento da aceitação do óleo de oiticica, nos mercados externos, determinará a formação de culturas com produção precoce, uniforme e rendosa.

Deve-se aos esforços do Instituto Nacional de Óleos e do seu diretor Prof. Joaquim Bertino de Morais Carvalho, bem como ao devotamento e persistência do líder industrial M. E. Marvin, o progresso tecnológico da extração e benefício do óleo de oiticica. O professor Joaquim Bertino todo o país conhece pela sua competência e operosidade. Sôbre M. E. Marvin ocupou-se Seleções do Reader's Digest (julho de 1942) no condensado "Uma riqueza que surge da Caatinga" concluindo:

— "Marvin é mais do que um homem simplesmente empreendedor, que lançou no mercado um novo produto: é um precursor do tipo que iremos encontrando em números crescentes no Hemisfério Ocidental, — um verdadeiro *panamericano*. Nascido nos Estados Unidos, Marvin foi ao Brasil, gostou do que viu e resolveu ficar, não como um negocista, mas como um cidadão. O Brasil permitiu-lhe enriquecer, mas, pela sua visão e energia, Marvin prestou relevante serviço à sua segunda pátria."

A APICULTURA NAS ESCOLAS RURAIS

NEY BRANDÃO
Eng.º Agr.º

(Especial para "A LAVOURA")

A apicultura é, entre as atividades econômicas, uma das mais faceis de ser realizada com as crianças. Vemos todavia que entre as várias professôras rurais que o são verdadeiramente, isto é, têm conhecimentos aplicáveis de agricultura e zootecnia e além disto, vontade de empregar tais conhecimentos, poucas são as que, em situação diferente daquelas para as quais se prepararam, sabem se adaptar às condições encontradas.

Expliquemos melhor: as aulas de apicultura no curso de professôras rurais são tôdas elas ministradas utilizando os recursos técnicos mais modernos, tais como colméias pré-fabricadas, cera alveolada, e todos os apetrechos que realmente só existem nos órgãos públicos especializados no assunto. Não há portanto, o cuidado de mostrar o que na verdade vai aparecer no meio rural.

Relatamos abaixo como é possível ser realizada uma apicultura simples, porém técnica e rendosa.

Observamos que é comum entre os habitantes rurais, mormente entre as crianças, o conhecimento das chamadas abelhas silvestres; muitas delas têm em casa ninhos de abelhas que trouxeram das matas próximas. Mais raramente, encontramos caixas com abelhas européias, bastante mestiçadas. Porém, tudo se faz com métodos rudimentares: as abelhas são simplesmente colocadas em caixote de querozene do qual se tirou o fundo, caixote êste que fica em cima de singelas armações de madeira e expostos à inclemência do meio.

A extração de mel é feita com fumaça: as abelhas são passadas para outro caixote e então tiram-se os favos de mel; mas natural é que a técnica empregada seja bastante danosa, já que as abelhas soldam entre si os diversos favos e quando se os separam, extravasa-se mel e várias crias são esmagadas.

Além desta ação mecânica, como sempre se leva algum tempo até destacar os favos de mel, há o resfriamento e conseqüente morte de inúmeras crias.

Sob todos os aspectos recomenda-se portanto a criação de abelhas em colméias de caixilhos. Entretanto, estas últimas são de prêço relativemente alto e por isto seu emprego terá de se limitar à escola, a qual pode e deve receber a cooperação dos organismos oficiais, através da organização de clubes agrícolas. Mas a própria escola pode intensificar a apicultura na região, se ensinar aos escolares a fazer uma colméia racional, empregando os recursos locais. As crianças, sabendo fazer e suficientemente motivadas, farão colmeias de quadros móveis em suas próprias casas.

Conciliando as possibilidades financeiras com o desejo de obter u'a maior colheita de mel é que se vai construir, ou melhor, adaptar as simples caixas de querozene já existentes.

Para iniciar, retiram-se o fundo e a tampa da caixa.

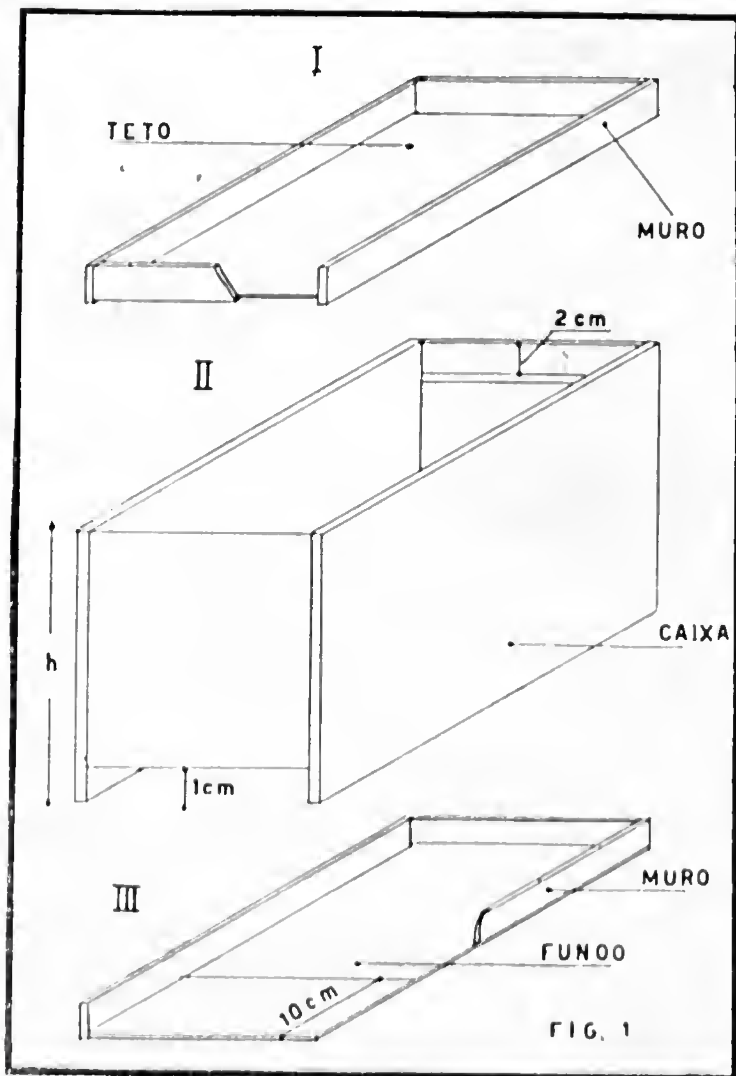


FIG. 1

Em seguida, com um serrote comum, fazemos uma entrada de 1 cm de altura, como mostra a figura 1-II, entrada essa que servirá de acesso para as abelhas.

Pregam-se então nas partes anterior e posterior, internamente, uma ripa de madeira em cada uma. Tais ripas podem ter em média 1 cm de espessura até 3 cm de largura e o cumprimento é a largura interna do caixote; ficarão a 2 cm abaixo da borda do caixote e sôbre elas repousarão as extremidades dos caixilhos.

O fundo do caixote deve ser aumentado com um pedaço de tábua, com o comprimento de 10 cm e a mesma largura da tábua do fundo (figura 1-III), para que sirva de local de pouso, chamado pelos apicultores de "alvado". Fazendo como que um pequeno muro, pregam-se ripas de madeira nas partes laterais e posterior. Êste muro servirá para segurar a colméia, evitando que caia e dá a firmeza suficiente para que o apicultor possa manipular no próprio local.

O teto será feito com a tábua da tampa, do mesmo modo, será limitada por ripas de madeira (figura 1-I). Com isso veda-se melhor evitando-se assim a entrada dos ventos.

É comum haver falhas na madeira, (rachas e orifícios), que devem ser vedadas com cera.

O caixilho é feito de três tipos de ripas de madeira e tem a forma de um retângulo, variando seu cumprimento e altura com as dimensões do caixote. Porém a largura (ripas anterior e posterior), deve ser de 3 cm, isto para permitir o aumento dos favos pelas abelhas. As ripas superior e inferior devem ser mais estreitas (1,5 cm) que a anterior e posterior, para possibilitar o deslocamento dos caixilhos e a superior será 2 cm maior que a inferior, de modo que possa se ajustar com folga nas ripas pregadas nas paredes anterior e posterior da caixa.

É também importante que a altura do caixilho (H), tenha 1,5 a 2 cm a menos do que a altura do caixote, (h), a fim de que fique facilitada a movimentação das abelhas.

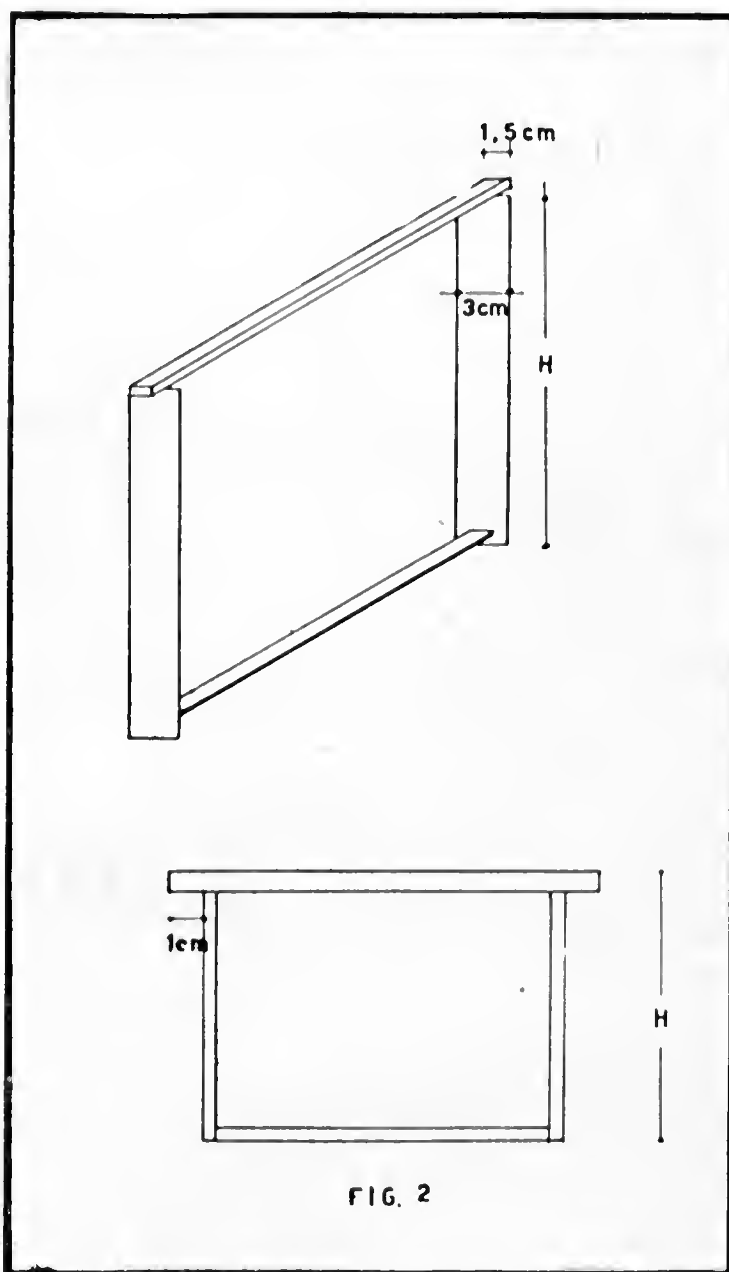


FIG. 2

A figura 2 explica suficientemente bem a elaboração do caixilho.

Fazem-se tantos caixilhos quantos couberem na largura da caixa, sendo recomendável que se deixe, quando da colocação, um espaço aproximadamente de 0,5 cm entre um caixilho e o que lhe fica ao lado.

A colméia pronta deve ser colocada sôbre um suporte de madeira (figura 3), sustentado por um mourão, cuja altura deve ser de 50 cm, para facilitar o manuseio pelas crianças e ser sempre disposta voltada para o nascente.

Logo que possível, providencia-se uma coberta de palha ou sapé que proteja as diversas construções contra a insolação forte e a ação dos ventos locais, coberta que deve ser disposta segundo a direção geral Norte-Sul.

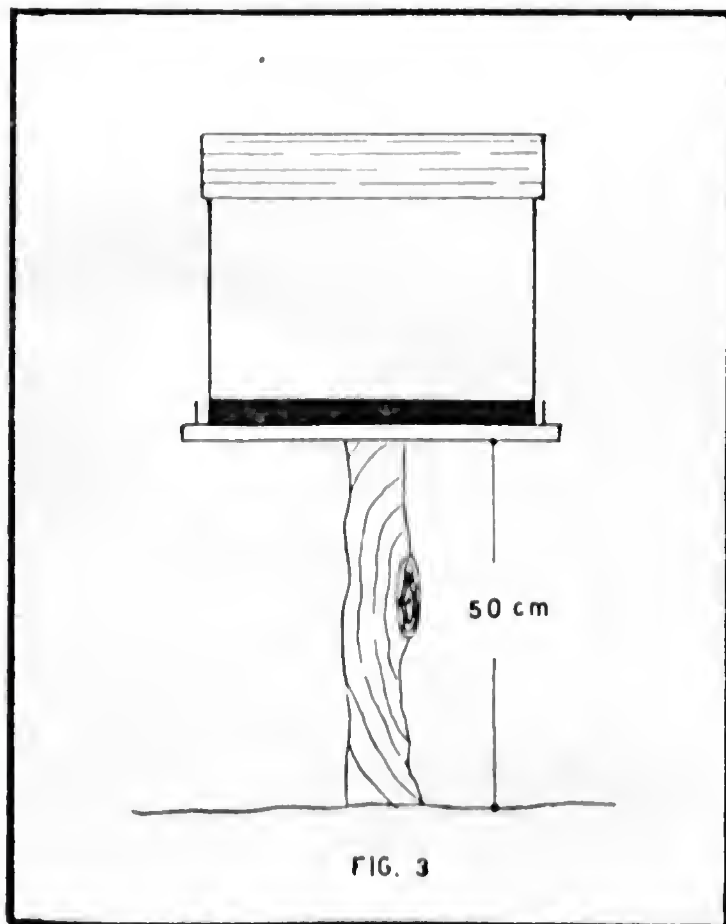


FIG. 3

Resumindo pois, vemos que somente pregos, ripas, martelo, serrote, lixa e furador manual são necessários para fazer uma colméia de quadros móveis. É um material simples, pouco oneroso e de fácil utilização.

Pronta a nova colméia, temos que transferir as abelhas e os favos com crias e ovos para o novo local. Para a transferência, a melhor ocasião é nos meados da primavera.

Com o fumigador, damos algumas baforadas de fumaça; em seguida apoia-se o caixote sôbre u'a mesa coberta de jornal e tiram-se as tábuas laterais, sempre devagar para não esmagar as abelhas. É indispensável que se trabalhe com outra pessoa, que ficará encarregada de retirar, com uma pena de galinha, as abelhas que estorvarem o apicultor. Em segui-

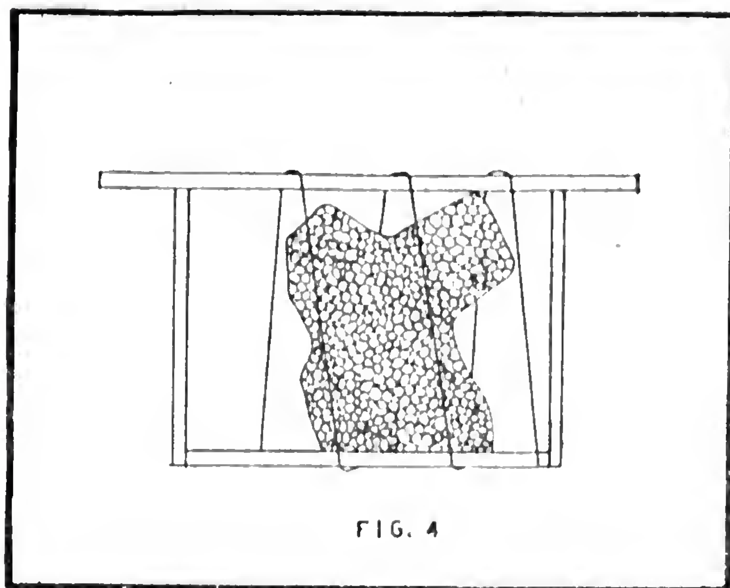


FIG. 4

da, com cuidado, tiram-se os favos de mel, os quais serão colocados em uma bacia e cobertos com uma peneira, para evitar a entrada das abelhas. Tais favos constituirão a colheita do apicultor.

Tiram-se depois os favos que têm crias e ovos, os quais são cortados de modo a se adaptar ao tamanho do caixilho, como indica a figura 4; amarra-se com um barbante e coloca-se na nova colméia. Posteriormente, as abelhas se encarregarão de soldar o favo ao caixilho e cortarão os barbantes. Faz-se idêntica operação com todos os favos, de modo que se tenham todos os caixilhos ocupados e à medida que eles vão sendo colocados na colmeia, o ajudante irá jogando (com a pena de galinha), as abelhas para dentro da caixa.

Por último, pregam-se novamente as paredes laterais da antiga caixa, a qual é colocada em cima da nova, da qual se tira a tampa, (teto), obtendo-se assim uma comunicação interna entre as duas.

Deixa-se o conjunto sem tocar durante uma semana, após o que examina-se; normalmente as abelhas já estarão localizadas na colmeia de baixo. Aproveita-se para retirar a caixa antiga, os barbantes dos caixilhos e colocar a tampa.

Alcançou-se dest'arte o propósito desejado, qual seja de tornar possível através da escola, a real execução econômica no meio rural de uma atividade zootécnica subsidiária.



Colmeia feita com caixote, da qual se destaca a tampa, vendo-se as abelhas em atividade.

PRÊMIO "ENNES DE SOUZA" DE 1956

O que é o prêmio "Ennes de Souza", instituido pela Sociedade Nacional de Agricultura — Vencedor, em 1956, o veterinário Walker André Chagas — A sessão solene para entrega do refe ido prêmio — Discurso do premiado

LAVOURA — N. 14

I — Regulamento do prêmio "Ennes de Souza"

É o seguinte, o regulamento do prêmio "Ennes de Souza", instituido em 1954, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

I — A êste prêmio, constante de medalha de ouro, distribuida anualmente, poderão concorrer agrônomos e veterinários brasileiros (última turma), diplomados pelas nossas escolas oficiais ou reconhecidas:

a) classificados entre os três primeiros da turma;

b) sem nenhuma reprovação durante o curso;

c) que figurarem nas listas enviadas pelas respectivas Escolas até o dia 31 de março.

II — Para efeito do disposto no item anterior, alínea c, deverão as Escolas de Agronomia e as Escolas de Veterinária remeter, com os respectivos curriculos, a lista dos três primeiros da última turma (diplomados do ano anterior) que satisfaçam às exigências das alíneas a e b.



Mesa que presidiu a sessão solene de entrega do prêmio "Ennes de Souza", de 1956, vendo-se da direita para a esquerda o Dr. José Augusto de Medeiros, presidente do C.N.E.; o Dr. Iris Meinberg, presidente da C.R.B., o Dr. Luiz Simões Lopes, Vice-presidente da S.N.A.; Sr. Luiz Marques Pollano, secretário geral da S.N.A. e o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, presidente da Comissão de Julgamento do referido prêmio.

III — Os candidatos que satisfizerem as exigências do item I, alíneas a, b e c, deverão inscrever-se durante o mês de abril e remeter trabalho, sôbre assunto anualmente fixado, à Secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura, até o dia 30 de junho, em três vias, com 30 a 40 páginas datilografadas, tamanho almasso.



O Veterinário Walker André Chagas quando recebia das mãos do Dr. Luiz Simões Lopes Vice-Presidente da S.N.A., o diploma e a medalha a que fez jus como vencedor do premio "Ennes de Souza" de 1956. Ao lado, sentado, o Dr. ris Meinberg, presidente da C.R.B.

IV — As ilustrações serão consideradas fora do texto.

V — O julgamento será feito durante a segunda quinzena de julho, tendo em vista:

a) o currículo do candidato — peso um;

b) o valor do trabalho apresentado — peso três.

VI — Os trabalhos classificados terão a sua publicação assegurada no órgão oficial da Sociedade e em separata, da qual 100 exemplares serão fornecidos aos respectivos autores.

VII — A entrega dos prêmios: diploma e medalha de ouro, será feito em sessão solene realizada em setembro.

VIII — A Sociedade Nacional de Agricultura concederá aos premiados passagem e ajuda de custo para hospedagem, no ca-

so de residirem fora desta Capital.

IX — Na hipótese do premiado ser casado, será fornecida passagem para o casal e na de se tratar de moça solteira será concedida passagem a um acompanhante.

X — Haverá duas Comissões Julgadoras, presididas por um Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura e integradas por três técnicos cada uma, sendo a primeira composta de três agrônomos, e a segunda de igual número de veterinários, dos quais um agrônomo indicado pela Sociedade Brasileira de Agronomia e um veterinário indicado pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

XI — O julgamento será feito isoladamente pelos membros da comissão julgadora:

a) em votos escritos e devidamente justificados, entregues ao Secretário Geral da Sociedade, em envelope fechado;

b) o Diretor da Sociedade, integrante da comissão, coordenará os resultados, em reunião sob sua presidência, da qual será lavrada ata, por todos assinada;

c) em caso de empate, haverá reexame do trabalho, prorrogando-se a reunião pelo tempo que for julgado necessário.

2 — O prêmio "Ennes de Souzo", de 1956

Em 1956, concorreram ao prêmio Ennes de Souza, três veterinários, saindo vencedor o veterinário Walker André Chagas, diplomado pela Escola Nacional de Veterinária, cujo trabalho sôbre "Importância das tricostrungilidoses dos bovinos no Brasil e seu combate" logrou classificação em primeiro lugar, pela banca examinadora presidida pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor Técnico da S. N. A., e integrada pelos examinadores, Drs. Taylor Ribeiro de Mello e Jorge Pinto Lima, escolhidos pela S. N. A. e pelo Dr. Argemiro de Oliveira, indicado pela S. B. V.

3 — A sessão solene de entrega do prêmio

Em sessão solene realizada no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura, foi entregue ao veterinário Dr. Walker André Chagas, o Prêmio Ennes de Souza de 1956.

Presidiu a solenidade o Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacio-

nal de Agricultura, que convidou para fazer parte da mesa o Dr. Helio Lobato Vale, representante da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura o Dr. José Augusto de Medeiros, Presidente do Conselho Nacional de Economia; o Dr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira, o Dr. Adamastor Lima, Presidente do Conselho Regional do Distrito Federal do Serviço Social Rural, o Dr. Taylor Ribeiro de Mello, representante da Faculdade Fluminense de Medicina Veterinária, o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura e o Professor Geraldo Goulart da Silveira, Presidente da Comissão Julgadora do Prêmio "Ennes de Souza".

Estiveram presentes ainda o Dr. Rubens de Campos Farrulla, Presidente do Serviço Social Rural, o Dr. João Napoleão de Andrade, Diretor do Departamento Técnico Administrativa, do Serviço Social Rural, o Dr. Jerome Lengenegger, detentor do prêmio "Ennes de Souza" de 1955, Diretores Técnicos da Sociedade Nacional de Agricultura e outros convidados.

Usou da palavra, entregando o prêmio "Ennes de Souza" constante de um diploma e de uma medalha de ouro instituídos pela Sociedade Nacional de Agricultura, o seu Vice-Presidente, Dr. Luiz Simões Lopes, que ressaltou a importância do prêmio concedido.

Agradecendo, usou da palavra o premiado, Dr. Walker André Chagas.



O Dr. Luiz Simões Lopes, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura quando cumprimentava o veterinário Walker André Chagas, após o seu magnífico discurso de agradecimento.

4 — Discurso do Veterinário Walker André Chagas

Agradecendo o prêmio, usou da palavra o Veterinário Walker André Chagas, que pronunciou o seguinte discurso:

Foi com um misto de surpresa e contentamento que tomei conhecimento do desenlace do prêmio "Ennes de Souza" para 1956 — setor veterinário — recentemente instituído e tendo como primeiro detentor o colega e amigo Dr. Jerome Langenegger, e a mim favoravel nêste ano.

Fruto do incentivo que recebi, quando ainda estudante, frequentava os laboratórios da Escola Nacional de Veterinária, onde procurei sempre buscar consolidação de conhecimentos ministrados em aulas pelos meus eminentes professores; o modesto trabalho que produzi reflete um esfôrço de minha parte desenvolvido para corresponder àqueles que em mim depositaram confiança esperançosa.

Já agora vejo que cresceram minhas responsabilidades; pois àquelas esperanças junta-se um título que antes de coroar um esfôrço nos impele à busca de outros ou exigirá pelos menos, que não venhamos a desmerecê-lo.

Ao receber pois esta medalha, cuja patrono foi um modêlo de homem imbuido de nobres ideais e cujo trabalho devotado à causa da nossa economia agrícola rendeu numerosos frutos dos

quais um se impõe em nossos dias— A SOCIEDADE NACIONOL DE AGRICULTURA — procurei, depois que tomei conhecimento dos exemplos de fé no destino de nossa grande Pátria fornecidos por Ennes de Souza; contagiar-se com êles.

Ao fazer êstes comentários de agradecimento àqueles que me mostraram o caminho da ciência e a esta Sociedade que me ensejou tão rara oportunidade de revelação, é com humildade que reconheço quão grande é o pedestal no qual depositei a minha modesta colaboração, e quão pequena é nossa pessoa.

Ao atingirmos a fase de assombrosas revelações que estamos assistindo em todos os setores de manifestações da inteligência, cumpre-nos acompanhar esta marcha de valorização das conquistas humanas também no campo material dos seus meios de subsistência.

Foi com esta intenção, creio, que escolheu a Sociedade Nacional de Agricultura o tema sôbre o qual dissertei: "Trichostrongylidose em bovinos — combate e importância econômica.

Realmente o tema consubstancia um quadro de aflitiva e dolorosa verdade.

Conhecidas que são tôdas as parasitoses responsáveis por desperdícios preciosos no aumento vegetativo dos nossos efetivos animais e a grande depreciação que acarretam, suas manifestações patológicas, modo de se propagarem e perpetuarem, seu combate eficaz e os resultados econômicos advindos do seu perfeito contrôle, é deveras constrangedor assistirmos impassíveis, diante de tantos recursos técnicos oferecidos pela ciência moderna, êste desafio lançado à nossa face.

A nós veterinários e aos responsáveis pela política de mobilização econômica dos nossos imensos recursos naturais, cabe esta missão de extrair de tão dadivosa riqueza nacional —a pecuária do leite e do corte — o seu máximo rendimento em quantidade e qualidade.

Acredito que despertado para o potencial econômico que se nos oferece a criação de animais domésticos; a ninharia em recursos monetários de que precisa dispor o govêrno para garantir seu estado sanitário satisfatório e seu incremento em número e qualidade, o Brasil auferirá espantosos resultados.

Não era meu interêsse cogitar dêstes assuntos que transcedem a nossa órbita de ação, mas dizê-lo nesta solenidade é oportunidade que não poderia desprezar quando se sabe que inúmeros são os precalços que enfrentam os veterinários nos ermos campos para oferecer à nação a sua colaboração patriótica, quase sempre com ingentes esforços e sem recursos suficientes, travando uma batalha desigual.

A Sociedade Nacional de Agricultura, que alicerça seu prestígio sôbre um dossiê de inúmeros campanhas patrióticas levadas a efeito e vitoriosas; poderia continuar marchando na senda do porvir, esposando a causa de melhor qualidade para nossos rebanhos como con-

(Continúa na pág. 69)

TRAÇÃO

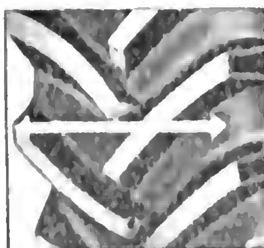


Alguns característicos que explicam
a GRANDE TRAÇÃO dêstes dois pneus **Firestone**



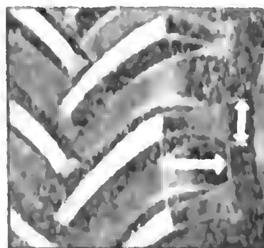
Barras curvas e cônicas

Este desenho permite que as barras agarrem melhor no solo, dando ao pneu o máximo de tração



Banda de rodagem mais larga e chata

Maior área de contacto com o solo, maior tração e vida mais longa para o pneu, porque o desgaste é mais uniforme



Barras maiores e mais profundas

Agarram firmemente o solo, eliminando derrapagens e assegurando o máximo rendimento



O espaço é afunilado entre as barras

As barras abrem-se para fora nos ombros. Êsse desenho impede o acúmulo de terra ou lama. O pneu limpa-se sòzinho, enquanto roda.

TEMAS ECONÔMICO-SOCIAIS

Por FABIO LUZ FILHO

A MOEDA

Nos pródromos da civilização, quando ainda não existia a comunidade de troca, "uma economia política do trabalho", não existia a moeda. No estágio da economia fechada; isto é, da economia familiar, a produção se fazia para imediato consumo; não havia escambo. Aos poucos, no curso do tempo com a expansão das populações, foi surgindo o comércio que se fazia inicialmente, pelas trocas **in-naturas**. Havia troca de produtos agrícolas de uma região pelos de outra região; depois produtos agrícolas por manufaturados. Mas, êsse processo foi aos poucos sendo abandonado, pelas dificuldades que, com o volume e a natureza da produção e as distâncias, advinham. Nasceu a idéia de criar um instrumento que pudesse, convenientemente, representar as mercadorias. O boi serviu de medida de valores durante algum tempo, as conchas, o algodão, as pedras, os adornos, lanças, flechas embarcações, anzós, etc. tiveram seu papel de moeda, de símbolo-dinheiro.

Wagemann diz que as guerras e os roubos, as oblatas, as dádivas, devem ter constituído a origem do comércio de troca. Os índios de Missouri estabeleceram mesmo equivalências para as trocas. Sôbre essas operações de troca deve ter-se estabelecido o mecanismo da moeda. Finalmente, começaram a surgir moedas de couro, de ferro, cobre, bronze, prata e ouro. A moeda tornou-se a medida comum dos valores e meio geral de pagamento. Criou ela uma reciprocidade de necessidades quanto à espécie, qualidade e **quantidade** tempo e lugar, facilitando enormemente as trocas.

Cedendo-se uma riqueza de uso imediato, passou-se à liberdade de escolher a espécie, qualidade, quantidade, tempo o lugar dos produtos de que se precisava. **(Cossa).** . . . .

Como **medida** a moeda simplificou enormemente as relações contratuais, ficando como ponto de referência de todos as outras riquezas, como denominador comum de valores, instrumento de conservação e transmissão das riquezas no tempo e no espaço. A moeda passou a armazenar valores.

Hodiernamente, o ouro e a prata são os padrões correntes, por suas qualidades intrínsecas, embora, depois de duas guerras apocalípticas, a circulação fiduciária esteja em preamar, fruto das inflações flagelantes.

O cooperativismo dignifica as próprias relações de troca.

AS COOPERATIVAS AGRICOLAS E A AÇÃO DO ESTADO

"Si la coopération apparait de plus comme un systemè universal de progrés économiques et social, l'on ne saurait cependant oublier ses aspete très particuliers lorsqu'il s'agit des pays dits sous-dévéloppés" são palavras com que **"t'oopération Agricole"** prefacia o texto do decreto sôbre a cooperativismo nos **"territoires d Outre-Mer"** franceses, o **decreta n.º** 55.184, de 2 de fevereiro de 1945. Esta enunciação não evoca o quadro rural brasileiro como tem sido tantas vezes acentuado: desemprêgo, subemprêgo e assalariamento transitorio, sendo a estrutura econômica nordestina, tôda ela, base na pecuária extensiva, eêca de 70% da população brasileira vivem nos campos. Em imensas regiões, as populações rurais vivem à mercê de uma ecosimia feudal, na vastidão sertaneja e no paternalismo estatal, para quem se apela com frequência, criando atmosferas propícias à crescença do individualismo de que somos contributários. Daí o alcance, para um meio com êsses lineamentos, das cooperativas rurais.

O ilustrado causídico mexicano, **Don Antonio Salinas Puente**, acaba de me oferecer seu excelente "Derecho Cooperativo" no qual acentua que o direito cooperativo "es el conjunto de principios y reglas que fijan los deberes y garantizan las faculdades de la organización cooperativa en su régimen interno y en suas relaciones com el Estado y la comunidad para realizar un fin social de justicia distributiva y la democracia económica.

"Conforme a los principios de la lógica, el **genus proximum** es la idea de organización cooperativa y su **differentia specifica** es la projección clara de justicia distributiva y democracia económica que no todas lasorganizaciones persiguemuu. Está assim, dentro da verdadeira conpção jurídico-económica, como o assinalo em **"Teoria e prática das sociedades cooperativas"**.

E do **Dr. Antonio Lopez Aguado** ilustrado argentino, doutor em ciências econômicas, acabo também de receber "El cooperativismo y las nacionalizaciones", no qual aventa com probidade êsse tema relevante e delicado. Ao citar a **Charles Barbier**, para quem, com o gigantesco desenvolvimento do setor público, se apresentam ao movimento cooperativo problemas que ficam a depender de natureza dos fins e métodos das emprêsas do setor publico, ou estatal, o **Dr. A. Aguado** acentua que todo o cooperador deve tra-

tar de aproximar o cooperativismo do Estado e não afastá-lo dêle, não tendo sido outro o pensamento de **Gide** quando falava em cooperatizar o Estado e não permitir que o cooperativismo fôsse estetizado.

Barbier acentuou que é função do cooperativismo, em face da expansão, atual do setor público buscar contactos com os homens públicos encarregados das emprêsas municipais ou nacionais, colaborar com êles zelar constantemente para esta economia não se converta em mera peça que se faça cada vez mais humana e cooperativa e todos os do mecanismo do Estado, senão Estados modernos qualquer que seja a sua filosofia política, considerem as cooperativas, sobretudo as rurais, como fatôres de progresso técnico e de bem-estar, instrumentos de organização econômica e disciplina profissional Como já se acentuou, de vida oral e de educação geral, "células de um novo, tecido social" que constitui e prolonga a coesão e os sistemas de proteção coletiva, o que "espírito de corpo", que os laços de família as relações de vicinagem e as tradições de auxilio mútuo mantinham nas antigas comunidades rurais européias. Criarão elas uma nova mentalidade nos meios rurais tipicamente brasileiros, em que o cabloco ou matuto como diz **Oliveira Viana,** sendo o fruto de uma ambiência latifundiária, nunca sentiu com acuidade a necessidade efetiva da "aldeia" ou da "tribo", não "sentindo", como o cidadão da "cidade" grega ou o burguês da "comuna" mediavel, a sua pequena comunidade local, perdido nas quase imensuráveis distâncias das sesmarias, nos grandes vazios demográficos, em condições de vida infra-humana, inculto e pobre, prêso de endemias.

Ainda está êle algo adstrito aos "mutirões", às "vanquejadas" e aos "rodeios" como expressões primárias de solidariedade voluntária, sem a "solidariedade da aldeia", ou "solidariedade da tribo", dentro apenas de uma solidariedade parental e gentílica. Em "**Rumo à Terra** já dei ressalto a êsse tema.

Precisamente pelo nível cultural de todos conhecido é que se torna imprescindível um critério seletivo, grande espírito de prudência na escolha dos dirigentes cooperativos, pois a União Pan-Americana acentuou, com justeza, que, fundamentalmente, o cooperativismo rural objetiva o fortalecimento da economia rural através dos seguintes objetivos principais: produção ao menor custo possível, proporcionando abastecimento e serviços baratos, eficientes e oportunos, vendas aos melhores preços em concordância com o sentido do serviço do cooperativismo, contrário à especulação; conquista de mercados com produtos de qualidade e na quantidade necessitados pelo consumidor, ligados êsses objetivos aos fatôres custos, preços, mercados, que deve-

rão ser devidamente coordenados entre si.

São, assim, as cooperativas, a um tempo, associações e empresas. de índole econômica estão sujeitas também a métodos de ação prática, sem as quais não poderão vencer na luta da sobrevivência.

Os administradores em geral, e nomeadamente os que ocupam as esferas de execução, devem conhecer os cânones que condicionam a técnica da chefia.

Segundo **Faylor** as atividades de uma chefia se resumem em "fazer o pessoal", dentro acrescento, daquela "filosofia participativa" da chefia, estimulante da motivação, ou daquela "filosofia igualitaria" da chefia, ou liderança, de conteúdo democrático, a qual dá o relêvo no senso de responsabilidade e à auto-suficiência, e ênfase às qualidades de autodeterminação e noção de "integração responsável", na atividade grupal.

O chefe deve, pois, para eficiência de sua ação, apoiar-se no moral da equipe, no espírito de colaboração, com os seus corolários lógicos.

Além da chamada "cooperação vertical", as chefias (ou líderes) devem ter, e têm, ao alcance o o instrumento por excelência da delegação (ponto pacífico na técnica da chefia), isto é a confiança em seus auxiliares para aliviá-lo de certas tarefas rotineiras e dar-lhe tempo para a galvanização ou dinamização de outros domínios técnicos que necessitem de uma ação mais direta e pessoal, um conhecimento em profundidade de determinados assuntos.

Há, nisso tudo, necessidade de uma "tabulação do tempo" da divisão de trabalho ordenado, consciente e responsável, de confiança na capacidade técnica e lisura dos subordinados, sem o que será impossível dirigir qualquer setor de certa complexidade técnica (ou mesmo burocrática). Exigir-se o contrário, será reduzir a um ritmo amerraneiro qualquer esfera de trabalho. Será o mesmo que exigir de um comandante, militar, por exemplo, que examine, diàriamente, ou a todo o momento um a um, os fusis de seus soldados, ou a indumentária de seus oficiais. Ou exigir que um general, na guerra moderna, dado o vulto e a responsabilidade de suas atribuições altas, das solicitações que o pressionam, se desobrigue diretamente de todos os seus encargos, ou vá examinar a cada momento a açalcaladura das armas brancas ou o calibre das de fogo... A não ser que não tenha oficiais, o que é inadmissível...

Na complexidade da vida administrativa moderna, é um imperativo essa descentralização, essa delegação, com base na confiança, no espírito de colaboração, na mentalidade de equipe responsável.

PLANO COOPERATIVO PARA O NORDESTE

A 2.ª Reunião de Consulta às Cooperativas, realizou-se em 1954 (por iniciativa do então diretor do S. E. R. **Dr. Arruda Câmara**) em Recife. à mesma compareci, e dei a minha contribuição, com cêrca de 220 representantes das Agências dêsse Serviço e das Cooperativas nordestinas. Nela foram aventadis temas de grande relevância para o cooperativismo nordestino, entre êles destacando-se, para resumir :

PRODUÇÃO

1.º — Facilidade às cooperativas agrícolas municipais, intermunicipais, regionais, estaduias e interestaduais (estas últimas pertinentes às federações centrais, e aplicáveis e certas culturas típicas ou atividades extrativas, como o sissal e o babaçu), fundadas ou que vierem a ser fundadas, em transportes e para aquisição de sementes, máquinas agrícolas, caminhões, jipes, caminhonetes, tratores e implementos agrícolas.

2.º — Posto de inseminação artificial e maior amplitude dos postos agropecoários como embriões de fazendas-pilotos.

3.º — Nucleação cooperativa colinizadora nos vales hidrográficos, ou úmidos, mediante planejamento a ser apresentado pelos **Departamentos Estaduais de Cooperativismo** em colaboração com as **Agências** do Serviço de Economia Rural e Seções do Fomento Agrícolas.

4.º — As cooperativas regionais terão sede nos pontos de convergência econômica.

FINANCIAMENTO

1.º — Financiamento das cooperativas agrícolas pelos órgãos oficiais de crédito tendo em vista

(Continua na pág. 69)

O MATE COMO FATOR DE ENERGIA E SAÚDE

Todos sabem que o campeador das cochilhas riograndenses é um homem forte, e não só forte, mas também aprumado e destro, atravessando as savanas ao galope do seu "pingo", sem nenhum achaque de gôta ou artritismo, muitas vêzes sem se aperceber dos 80 anos que leva na garupa, ou sôbre os ombros.

Diz-se, e é fato, que o abuso da carne produz ácido úrico, redundando em reumatismo e noutros emperramentos escleróticos. Ninguém sabia, até há bem pouco tempo, porque os gauchos do Rio Grande, do Uruguai, da Argentina e do Paraguai, comiam carne, desde manhã cedo, e não acusavam nenhum sintoma que lhes dificultasse a locomoção. Comiam carne, como ainda comem, abundantemente. E' certo que, por menos abastado que seja, não há gaúcho que não traga consigo uma cuia, uma chaleira, uma bombilha e um suprimento de erva-mate. Por onde anda, nas suas vaquejadas ou nas suas viagens longas, leva o mate em sua companhia. E aí é que está a razão por que a carne não lhe faz nenhum mal, visto que o mate lhe neutraliza as toxinas, filtrando-lhe os rins e o fígado, ao mesmo tempo que lhe regularisa os intestinos. Eis porque é um homem forte, na expressão pujante do têrmo. Vejamos, a respeito, o que nos relata uma Revista de Buenos Aires, cujo tópico vem transcrito na Revista "Chácaras e Jardins", em seu número de 15 de julho de 1945: "Nas longas jornadas que significava a viagem de Buenos Aires a Córdoba e Tucumán, os viajantes apenas se alimentavam de carne e mate amargo (chimarrão). Não entrava na dieta dêsses resistentes gaúchos coloniais uma só grama de hidrato de carbono. Unicamente carne, e a gordura que poderia conter uma magra rez chimarrona. Como pôde sobreviver em boas condições uma raça tão mal nutrida?" Na opinião do dietólogo que estudou o assunto, "as proteinas suficientes e a sua parcial transformação em açucares, garantiram o valor plástico do regime, isto é, a sua capacidade de assimilação, de modo que a ingestão do mate proporcionava a quantidade necessária de vitaminas C, aparentemente ausentes de um regime em que não entravam vegetais frescos, ou frutos cítricos", e assim conclui o nutrólogo observador: "O fato é que o argentino colonial e, particularmente, o habitante do campo, achou na carne e no mate chimarrão (mate amargo) as fontes suficientes de alimentação, que produziram um homem alto, delgado, rijo e vivo, inteligente e batalhador, valente e laborioso". Por sua vez, o consagrado nutrólogo, Prof. Escudero atribui ao uso constante do mate a fortaleza eugênica do povo argentino. O que é uma verdade é que, tanto os gaúchos do Sul do Brasil, como os gaúchos platinos e andinos, são homens sadios, destros e bem aprumados. E o mate é o milagre dessa vitalidade.

A Holanda, país da Europa Ocidental mais castigado pela última guerra, dá aos outros países, um magnífico exemplo do quanto se pode conseguir com esfôrço, perseverança e trabalho, no campo da agro-pecuária.

Efetivamente, foi notável a participação da agricultura e da pecuária na recuperação da pujança econômica daquele país nos últimos dez anos que se seguiram à guerra que tão duramente castigou o bravo povo holandês.

MILAGRE HOLANDÊS

O que foi a recuperação da Holanda no campo no último decênio. Interessantes dados extraídos de "Crônica da Holanda", número 13, ano III

2 — O número de cabeças de suínos triplicou; o de aves domésticas duplicou, e o de gado bovino teve um aumento de 50%.

3 — O número de tratores utilizados na agricultura é hoje 15 vezes maior que antes da guerra.

6 — A produção de hortaliças teve um aumento de 25%.

7 — A produção de frutas teve um aumento de mais de 100%.

8 — A produção de trigo de verão e de centeio é superior a 3 000 quilos por hectare.



O serviço de Veterinária do Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação dos Países Baixos toma todas as providências a fim de assegurar que os compradores estrangeiros obtenham garantias suficientes relativas ao estado sanitário dos animais que adquirem (Crônica da Holanda, número 13, ano III).

Os dados adiante extraídos de "Crônica da Holanda", número 13, ano III, publicação do Serviço Holandês de Informações, dão bem uma idéia do que foi a recuperação da Holanda no setor da agro-pecuária no período do após-guerra.

1 — Atualmente quasi 35% do total das exportações da Holanda corresponde a produtos da agricultura e pecuária.

4 — A produção de trigo de inverno que há dez anos atrás era de 1.900 kg por hectare, é hoje de 3 800 kg por hectare.

5 — A média de produção de leite é, atualmente, de . . 3 800 kg "per capita" de gado leiteiro.

Os dados acima são eloquentes.

Dão êle uma idéia do que conseguiu realizar um país que há dez anos atrás, quando as tropas de ocupação se retiraram havia ficado com

(Continua na pág. 69

Estudantes de Agronomia tomam conhecimento dos problemas da classe rural

Em recente visita que fizeram à Confederação Rural Brasileira, os estudantes da Escola Superior de Agricultura de Areias, Estado da Paraíba, tiveram a oportunidade, de, conversando com o deputado Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira conhecer os mais prementes problemas da classe rural.

A Confederação Rural Brasileira, órgão de cúpula do associativismo rural do país, recebe sempre, com agrado, a visita de estudantes de agronomia e de veterinária, pois a classe rural bem compreende o papel dos técnicos (agrônomos e veterinários), na recuperação da agropecuária nacional.

Na foto ao lado, um aspecto da visita dos estudantes da Escola Superior de Agronomia de Areias à Confederação Rural Brasileira, vendo-se, sentados, o deputado Iris Meinberg e o professor que acompanha a turma.



Os estudantes da Escola Superior de Agricultura de Areias, Estado da Paraíba em companhia do Deputado Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira.



tudo melhrou



NFIRMA

'a fazenda «CAPELA DOS ...», no município
de Guaratinguetá do Es... São Paulo

A MAIOR ORGANIZAÇ... O DISTRITO
FEDERAL A SERVIÇ... LAVOURA

CADL

NELSON BUENO ROSA

SÃO PAULO, 10 DE JULHO DE 1954

A
CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
AV. PRESIDENTE VARGAS, 149, 6º ANDAR.
RIO DE JANEIRO

PREZADOS SENHORES:

Escrevo-lhes depois de algum tempo, podendo, assim, informá-los com segurança sôbre o andamento e resultados obtidos com adubação Cadal 14 em nosso cafezal existente na «Fazenda Capela dos Corrêas» há mais de quarenta anos. Como sabem, além daquele adubo, adicionei uns 20 ou 30 quilos de adubo de curral e palha de café nos cafeeiros, há um ano exatamente.

A diferença é tão grande entre essa parte de cafezal e uma parte restante deixada sem nenhum adubo, que tôdas as pessoas que visitam a Fazenda logo observam sem nenhum aviso, chegando uma delas, o sr. Hélio Felix Mota, de há muito grande fazendeiro no Paraná, a achar que as terras do Vale do Paraíba, uma vez adubadas, se igualam às férteis terras daquele Estado vizinho, tendo em vista o que pôde observar em a nossa Fazenda, com o velho cafezal completamente restaurado.

Basta ver o verde escuro e gorduroso das suas folhas e a floração que abotoou em todos os seus galhos, numa intensidade e constância, que já não se estava acostumado a ver naquele Vale, há bem mais de trinta anos.

Tanto assim que aquêle fazendeiro do Paraná, resolveu adquirir uma velha fazenda naquele Vale para... já viram..., plantar café com boa adubação enriquecida com o adubo «Cadal».

Não pensem que pretendo com isto fazer qualquer propaganda da sua firma. Estou relatando os fatos observados e que lá estão para quem quiser ver e concluir por sua conta e risco.

E por estar plenamente satisfeito com aquêle resultado obtido, quero que me enviem mais 5 toneladas do seu adubo Cadal para Café, do seu melhor tipo, pois, me convencí que numa adubação o que se deve exigir é a qualidade do produto, mormente numa época em que a mão de obra é difícil e custosa. Peço-lhes a máxima urgência na remessa, podendo remetê-la em nome de meu pai Maurílio Romeiro Rosa para Guaratinguetá, rua Visconde de Guaratinguetá, 174, por estrada de ferro informando-os de que o registro da Fazenda no Ministério da Agricultura é de n. 34 033, livro 32, pg. 7, atestado n. 39.663, livro 34, pg. 333. Peço-lhes enviarem, também, uma tonelada de adubo para cana. Será uma nova experiência.

Sem mais, agradeço-lhes pela atenção dispensada, e não levem a mal a minha exuberância num assunto alheio, pois, ... ainda sou um simples advogado militante com pretensões de agricultor.

Atenciosamente,
Nelson Bueno Rosa



CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE D... LE PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADO DO RIO E ESPIRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111 — 12º andar — ... própria) — Telefones: 42-0881 e 42-0115 — Fábrica: AVENIDA AUTOMÓVE... BE, 4.260 — ACARI — RIO DE JANEIRO

CAFÉ, FONTE DE DIVISAS

Necessidade imediata da recuperação de nossa lavoura cafeeira e da formação racional de cafezais — A ciência agronômica a serviço dos cafeicultores — A produção de cafés finos se impõe como garantia da conquista dos mercados internacionais — O Instituto Brasileiro do Café, sempre atento e vigilante, empenhado em uma importante, oportuna e patriótica campanha de alta significação para a economia nacional

1 — MÁQUINA DE FORNECER DIVISAS

É do conhecimento de todos — até os leigos sabem —, que o café é a nossa maior fonte de divisas.

Máquina de fornecer divisas, deve portanto, o café merecer toda a nossa atenção para que se mantenha em posição firme no mercado intermacional, pois de sua exportação depende, em grande parte, o alicerce de nossa estrutura econômica.

No momento em que a concorrnécia internacional exige, cada vez mais um produto de alta qualidade oferecido a prêço razoável, é oportuna, objetiva e patriótica a campanha do **Instituto Brasileiro do Café** no sentido da imediata racionalização de nossa cafeicultura e, atraves do preparo cuidadoso do café, a obtenção de um produto qualitativamente superior.

Sempre atento e vigilante nos problemas que dizem respeito à cafeicultura, o **Instituto Brasileiro do Café** está com esta campanha prestando um inestimável serviço á agricultura e ao país.

2 — NOVOS E SEGUROS RUMOS PARA A CAFEICULTURA

Não basta que a área cultivada seja enorme nem é suficiente um elevado número de plantas para que a produção seja economicamente expressiva; o que é preciso — e disso devem estar bem cientes os nossos cafeicultores —, é que seja elevado o rendimento por unidade de superfície para que o custo de produção não eleve demasiado o prêço do produto.

Igualmente, o volume da produção sob o ponto de vista de sua colocação no mercado internacional não deve ser, apenas, expresso em número de sacas de café; mas, sim, em número de sacas de café fino, isto é, de café de alta qualidade, que possa vantajosamente, fazer frente ao produto oferecido pelos nosos concorrentes que se empenham, cada vez mais, na conquista de novos mercados.

A cafeicultura empírica, rotineira, de baixo rendimento e anti-econômica, deve ceder lugar á cafeicultura racional e econômica.

O produto qualitativamente inferior deve ser substituído pelo café fino.

Novos e seguros rumos devem ser imprimidos á nossa cafeicultura.



Não nos faltam zonas ecologicamente favoráveis para a cultura do café.

Sementes e mudas selecionadas e de bôas linhagens já podem ser adquiridas pelos nossos cafeicultores.

Precisamos, tão sòmente, que a exploração de tão preciosa rubiácea se faça dentro dos preceitos da agronomia moderna.

Preparo conveniente do terreno, medidas referentes à defesa e conservação do solo, espaçamento adequado, adubações, combate às doenças e pragas, irrigação quando possível, etc., são práticas que precisam ser convenientemente observadas.

Colheita caprichosa e preparo conveniente do produto, seja êle por via sêca (café de terreiro), ou por via úmida (café despolpado), são pontos fundamentais para a produção do café fino, do café que precisamos para a segurança de nossa posição do mercado internacional.

3 — O INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ E A ESTRUTURAÇÃO DE NOSSA CAFEICULTURA

Produção de cafés finos é a melhor arma de que poderemos dispor na luta internacional pela colocação do produto.

Assunto da mais alta relevância para a economia do país, mereceu êle a atenção do Sr. Presidente da República, que em discurso proferido por ocasião das solenidades comemorativas do Centenário de Ribeirão Preto, levantou a bandeira da produção de cafés finos.

O **Instituto Brasileiro do Café** cuja responsabilidade em um momento tão grave para a nossa economia é elevada, vem pautando sua conduta por um caminho seguro e firme, no sentido da estruturação de nossa cafeicultura em bases técnicas e racionais.

Oportuna e objetiva vem sendo a campanha do **Instituto Brasileiro do Café** no sentido da substituição de lavouras de baixo rendimento e de elevada porcentagem, de falhas rasas, no indispensável replântio onde êle se fizer necessário, na escolha de zonas ecològicamente favoráveis à cultura cafeeira, no emprêgo dos preceitos das conquistas da agronomia moderna.

Sòmente dessa maneira conseguiremos não só o máximo de produção na menor área, como também um custo de produção mais econômico.

Igualmente digna de citação, é a campanha do **Instituto Brasileiro do Café** no que diz respeito à racionalização de nossos processos de colheita.

No preparo do café reside o ponto capital para a produção de café fino e no seu beneficiamento, o "tipo" do café.

Objetivas, claras e oportunas tem sido as recomendações do corpo técnico do **Instituto Brasileiro do Café**, no que diz respeito ao preparo do produto por via sêca ou por via úmida, e, consequentemente, à produção de café fino.

Seguir as recomendações que em um momento tão decisivo para a nossa cafeicultura vem fazendo o **Instituto Brasileiro do Café**, e prestigiar a sua atuação, é dever de todos os produtores, pois assim procedendo, estarão êles colaborando para a consolidação de nossa economia, e afastando o perigo de dias sombrios e intranqüilos para o país.

Mais do que nunca precisamos prestigiar a ação do **Instituto Brasileiro do Café** que num momento tão grave tem sob sua responsabilidade a estruturação de nossa cafeicultura em bases sólidas e firmes.

O momento é decisivo.

O Brasil não pode parar.

Precisamos enfrentar a concorrência internacional produzindo cafés finos.

Para o consumidor o melhor — Unidades Haugh indicam o melhor ôvo

A qualidade do ôvo assume atualmente importância predominante, pois não basta oferecer no mercado simplesmente dúzias e mais dúzias de ovos. O problema vem interessando agora biologistas, técnicos, produtores e, naturalmente, consumidores. Por isso, laboratórios e institutos estão realizando pesquisas com o objetivo de melhorar e preservar as qualidades dos ovos. A finalidade de tais estudos é dar ao consumidor um produto da mais alta qualidade.

Tão grande realce é dado à questão que já existe uma medida para avaliação da qualidade: a unidade "Haugh" baseada na relação entre o pêso do ôvo e a altura da clara. Um aparelho especial indica, num mostrador, as medidas básicas. Para se determinar a "unidade Haugh" de uma uma partida de ovos, tomam-se ao acaso um ou mais ovos, como amostras. Êste é pesado, ao mesmo tempo em que se anotam seus caracteres externos: defeitos de formação da casca, coloração, etc.; depois, quebra-se um ôvo sôbre uma placa de vidro e mede-se, com o aparelho, a altura da clara. Calcula-se, então, a unidade Haugh.

Estudando a variação da unidade Haugh, as pesagens indicaram que as aves mais velhas poem ovos mais pesados. No entanto, êstes ovos apresentam maiores defeitos externos.

O método é utilizado no comércio americano, sendo evidente que, com o progresso da avicultura nacional, venha a ser adotado no Brasil.

Aves sadias para melhor produção

Ovos e carnes de galinhas estão sendo consumidos em escala cada vez mais crescente, fazendo com que a avicultura se torne uma atividade rural econômica e progressista. As exigências do mercado consumidor ainda são superiores à produçao, de modo que a tendência é para ampliação de nosso parque avícola. Novos fazendeiros planejam instalar aviarios, quer para a produção daqueles alimentos, quer para obtenção de excepcional adubo para suas lavouras. O êxito na avicultura, qualquer que seja o objetivo do criador depende, entretanto, de muitos fatores: escolha do local, tipos de instalação, facilidades em obter forragens ou em adquirir rações, a raça a ser criada, etc. Um dos fatores mais importantes é criaçao livre de doenças. A produtividade resulta sempre maior nos plantéis sadios. Assim, o criador que desejar bons resultados na criaçao de galinhas precisa orientar sua granja dentro de principios sanitários bem rigoroso. Tôdas as aves devem ser submetidas a exames periódicos de pulorose, afastando-se do galinheiro as positivamente infectadas e até mesmo as que apenas revelem suspeita de infecção. Outras doenças que impliquam em cuidados constantes são a New-castle, a neurolinfomatose, a coriza, a colera, e as diferentes verminoses que incidem nas espécies aviárias.

Desde que as galinhas sejam criadas sadias, os alimentos que elas fornecem serão sempre isentos de perigos para o consumidor.

A carne de peru

Os especialistas avaliam as qualidades nutritivas de um alimento pela composição que apresenta e o número de calorias que é capaz de fornecer ao indivíduo. Muita gente tem a impressão de que as carnes de aves não possuem as mesmas virtudes das carnes das espécies chamadas de açougue (bovinos, suinos, ovinos). E um êrro. As carnes de aves são excelentes fontes de proteinas e outros elementos indispensáveis a boa nutrição e fornecem um número suficiente de calorias ao individuo. Entre as carnes de aves, uma das que mais se recomendam pelo seu grande valor na nutrição humana, além do excelente paladar, é a de peru. Em 100 g, a carne de peru fornece 208 calorias. Nesta mesma quantidade, encerra 22,80% de proteinas e 13% de gorduras. Também os elemntos minerais estão presentes. Assim, a carne de peru magro contém cálcio .. (0,038%), fósforo (0,32%) e ferro (3,80 mg em cada 100 g).

Ôvo — bom alimento para qualquer idade

O ôvo é um alimento de alto valor nutritivo, fato que lhe vale a inclusão entre os alimentos protetores. A composição do ôvo é a seguinte: água, proteinas, gorduras, sais minerais e vitaminas. A água, como se sabe, está presente em todos os alimentos; a proporção no ôvo é de 73%. As proteinas, principalmente a ovoalbumina, na clara, e a ovovitelina, na gema, são de alto valor biológico, e de fácil digestibilidade. Sua gordura, na proporção de 11%, aproximadamente, está na gema, e algumas do complexo B, na clara. Os minerais que possui são o fósforo, o ferro, na gema, e o cálcio, embora em pequena proporção.

O ôvo não é, como erradamente se supõe, um alimento indigesto. Ao contrário, é de grande digestibilidade; pode, inclusive, ser dado ás crianças depois de seis meses. Daí em diante, o ôvo é indispensável. De fácil preparo, agradável aspecto e sabor, contém, em boas proporções, todos os principios nutritivos, com exceção apenas dos hidratos de carbono.

MELHOR PREPARO DO CAFÉ USANDO O FAMOSO BENEFAX

JORGE AGNEW

Temos notado que a maioria de nossos fazendeiros está, sem saber, realmente, o que é BENEFAX.

A maioria dos fazendeiros prepara o café, hoje em dia, da mesma maneira como, o era preparado na época dos escravos — empiricamente — sem método, sem uma base científica, sem o melhor senso econômico. Não queremos dizer que assim é a totalidade de fazendeiros. Possui o Brasil um bom número de lavradores progressistas, que aplicam os métodos mais modernos nas suas culturas, elevando, assim, os seus lucros e o bom nome da nossa Pátria.

COMO COLHEMOS CAFÉ

Vamos principiar esta descrição pela colheita. O café, geralmente, é colhido de "derriça", o que quer dizer que o café é arrancado das árvores da maneira mais selvagem possível. A derriça é procedida da seguinte forma: o apanhador segura com uma das mãos um galho do cafeeiro e, com a outra, partindo da base do mesmo, com os dedos comprimidos em tôrno do galho, vem deslizando a mão em direção à ponta do galho, derrubando, assim, no chão, todo o obstáculo que encontra em seu trajeto, que nesse caso se compõe de cerejas maduras, verdes, ainda não granadas, em formação, brotos, folhas, etc., enfim, tudo; deixando o galho pràticamente nú sòmente com pequeníssimo número de fôlhas na ponta, onde usualmente se localiza a produção do ano seguinte. Êste é o processo mais usado e o mais condenável, sob todos os pontos de vista, devido ao castigo brutal a que é submetido o cafeeiro durante a apanha.

Assim que termina a derriça de um pé de café segue-se a operação de "restalar" o café derriçado. Restalar é o trabalho que tem o apanhador de, com uma vassoura rústica ou rôdo (espécie de ancinho de madeira), juntar o café que foi derriçado no chão em tôrno da árvore.





Segue-se a operação de "abanação" que consiste no seguinte: todo o apanhador traz consigo uma peneira feita de taquara de, mais ou menos 80 cms. de diâmetro, na qual recolhe todo o café do chão e, em seguida, dando impulsos, contínuos e em determinado ângulo que exige prática, faz com que o café fique na peneira e as fôlhas, pauzinhos, torrões e terra caiam fora da mesma, procedendo, assim, a uma limpeza sumária no café derriçado no chão.

Depois dessa operação, ou êle amontoa o café na geirada do "carreador" (caminho por onde passam os carros de boi ou o caminhão que recolhem o café), ou, então, guarda-o em sacos próprios para a colheita, que são feitos de lona e numerados conforme o número de colonos. Daí, o café é levado, ou ao terreiro no caso de café em côco, ou ao lavador no caso do despolpado.

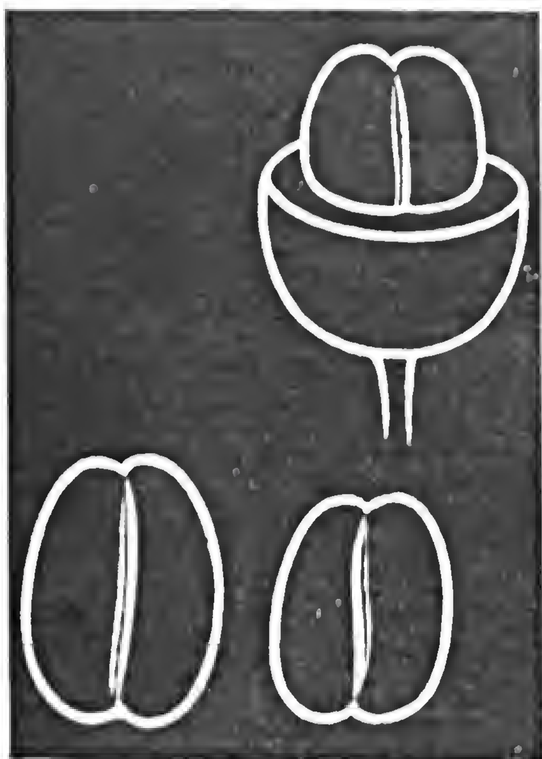
Termina, assim, a fase destinada à colheita. Agora, passemos a descrever a preparação do coco e do despolpado.

MAU PREPARO DO CAFÉ

Na preparação do café em côco (café sêco na casca), há dois processos, dependendo do capricho que o cafeicultor tenha para com o café. Um é aquêle em que o café, chegando da colheita, é levado a um lavador, onde se retiram, por lavação, as impurezas nele contidas (paus, pedras, terra, etc.) e daí levado ao terreiro para secar. O outro é aquele em que o fazendeiro não se interessa pela limpeza do produto, e o café é levado diretamente da colheita ao "terreiro".

No Brasil, o processo mais usado de preparação do café é o último citado, representando, mais ou menos, 95% da safra da nossa terra.

A permanência do café no terreiro para se transformar em coco é de, mais ou menos, 25 dias, dependendo do tempo — se chuvoso ou não — e durante todo êsse período é pre-



ciso manterem-se homens chamados "terreiros", revolvendo o café com rodos, continuamente.

Findo o período da sêca, o café, que apresenta então côr escura, é levado às máquinas de beneficiar, para ser descascado, classificado por peneiras e ensacado. Termina aqui a preparação do café em côco.

O café assim preparado, geralmente, é de mau paladar, devido à fermentação descontrolada que se processou dentro da casca, e dá uma bebida "dura", o que quer dizer, gôsto ácido amargo — de mau cheiro e classificado como tipo "RIO", que tem baixa cotação no mercado, sendo esta a característica dos cafés dos Estados do Rio, Espírito Santo, Minas e Bahia.

PROCESSO RECOMENDÁVEL

Outro processo é o do despolpamento, processo êste em que deve ser usado o produto BENEFAX, por ser um processo mais científico e, por isso, mais aconselhável, por ser o processo em que, com o devido cuidado, se pode obter os melhores tipos da bebida; processo esse largamente usado nos países da América Central e que fez do café da Colômbia o melhor em cotação no mercado mundial.

Vejamos, agora, o que é o despolpamento.

O café destinado ao despolpamento, ao chegar à usina, é levado ao lavador, para que dele se retirem as impurezas e, ao mesmo tempo, o café "bóia", que por ser um café inferior segue direto ao terreiro, para dêle se preparar o "côco". Chama-se "bóia" o café já sêco na árvore ou defeituoso na granulação e que dentro dágua flutua, enquanto que o café cereja maduro e o verde afundam.

O cereja e o verde, assim separados, são levados ao despolpador, máquina que se destina a separar o verde do maduro e descascar êste último. O maduro ou seja o cereja, é descascado por essa máquina que retira dêle a casca e a polpa, deixando sòmente os grãos de café (ainda com mucilagem), que são enviados aos tanques de fermentação. O verde é rejeitado pela máquina, devido à sua dureza e levado por uma canaleta ao terreiro para ser sêco em forma de côco.

O café assim despolpado e que de cereja passou a ser grãos despolpados e, como já dissemos, depositado em tanques de fermentação, sendo nesse período que se usa o BENEFAX.

As sementes ou grãos apresentam nessa ocasião uma película gelatinosa e escorregadia, chamada mucilagem e que é rica de matérias fermentáveis que quando se depositam os grãos por algum tempo começa a se decompor originando-se, então uma fermentação selvagem e demorada, que varia, conforme a região de 36 a 60 horas, fermentação essa que entranha no café sabores e odores desagradáveis, como no caso do café em côco, que depreciam o produto na sua cotação no mercado.

O produto BENEFAX, que é de função enzimática, portanto digestiva, tem a capacidade comprovada de controlar a fermentação, corrigindo e eliminando totalmente os defeitos acima.

COMO USAR O BENEFAX

No momento em que se deposita o café no tanque de fermentação, deve-se juntar a êle, para abreviar, ou melhor, acelerar a fermentação, o BENEFAX em proporção variável, conforme as necessidades do momento, proporção essa com relação ao pêso do café despolpado.

Como, em geral, o despolpamento é feito à tarde e durante a noite nada se pode fazer no café, calculamos, para que se aproveite esse tempo perdido, a proporção de 1 quilo de BENEFAX para 400 quilos de café despolpado, o que reduziria o tempo de fermentação de 36 a 60 horas para 8 a 10 horas, tempo esse em que o BENEFAX agiria sôbre o café enquanto o fazendeiro dormisse descansado de um dia para outro, permitindo, dessa forma, que um café colhido num dia pudesse, no dia seguinte, ser lavado e levado ao terreiro para secar, dando, assim, ao fazendei-



ro um ganho enorme de tempo e um aperfeiçoamento notável à bebida de seu produto.

O café despolpado depois de fermentado, seja com BENEFAX ou sem êle, deve ser lavado após a fermentação, lavação essa que, quando sem o BENEFAX, é mais demorada por ser imperfeita, enquanto que com a fermentação perfeita realizada com êsse produto, a lavagem é rápida, quase que sumária.

Quando o café já foi lavado é, então, transportado ao terreiro e ali procede-se à sêca ao sol. Já conseguimos provar, com testes comparativos, que com uma fermentação completa feita pelo BENEFAX, a sêca é mais rápida, retirando-se, nessa ocasião, cafés já sêcos com 5 a 6 dias de sol, enquanto que os outros de fermentação selvagem levaram de 7 a 10 dias.

Os cafés fermentados com o BENEFAX são, geralmente, de bebida suave e de boa cotação, enquanto que raríssimas vêzes os fermentados expontâneamente apresentam boas características.

O café despolpado depois de sêco, apresenta uma casquinha côr de ambar, e é conhecido como café 'casquinha" — sendo daí levado ao descascador, onde se procede à remoção dessa película, à classificação por peneira e ao ensacamento para embarque.

O BENEFAX, como vocês vêm, não é, como muita gente pensa, um adubo ou algo que se junte ao café depois de sêco ou torrado para melhorar de paladar. Êle é um produto que deve ser usado na fase de fermentação, quando, então, êle apura a qualidade do café; fora disso, se o café fôr erroneamente tratado e fermentado, nada se pode fazer, porque não há no mundo processo ou produto algum que melhore um café depois de estragado.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

CONJUNTURA ECONÔMICA

Ano X — Nos. 8 e 10

Nos números 8 e 10, correspondentes aos meses de agôsto e de outubro de 1956, encontram-se dois bons estudos de interêsse para aquêles que se dedicam á agro-pecuária. No número 8, um estudo sôbre a "Situação do mercado de carne", e no número 10, um estudo sôbre "Produção e consumo de milho no Brasil".

COMISSÃO REGULADORA DOS CEREAIS DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

Boletim n.º 23

No boletim n.º 23 da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, correspondente ao 1.º semestre de 1956, traz, entre outros, um interessante artigo sôbre "Viveiros florestais", de autoria do Eng. Silv. Hernani José Abrantes dos Santos.

CUSTOS DE PRODUÇÃO DA CULTURA CANAVIEIRA NO BRASIL

Editado em Roma (fevereiro de 1954), Custo de produção da cultura canavieira no Brasil — Roteiro de Pesquisa —, é o relatório apresentado pelo Prof. Henrique de Barros, Economista Agrário, comissionado pela F. A. O., que esteve no Brasil no período de maio a novembro, realizando os referidos estudos.

AGRONOMIA

Volume 14 — Número 2

Como sempre, Agronomia, órgão oficial do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural, traz interessantes trabalhos dos professôres e assistentes da referida Escola.

BRUCELOSE

Drs. Genésio Pacheco e Milton Thiago de Mello

O Instituto Osvaldo Cruz, em sua série "Monografias", acaba de editar um volume de mais de 700 páginas sôbre "Brucelose", de autoria dos Drs. Genésio Pacheco, membro do Comitê de Peritos em Brucelose, e Milton Thiago de Mello, professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

BOLETIM AGRÍCOLA

Números 429, 430 e 431

Os três últimos números do Boletim Agrícola, que é o órgão oficial da Sociedade Antirriquenha de Agricultura, correspondentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1955, trazem bons trabalhos de interêsse para os agricultores em geral.

UTAH STATE AGRICULTURAL COLLEGE

Recebemos os seguintes trabalhos da Agricultural Experiment Station do Utah State Agricultural College:

1 — Feed lot fattening of cattle in Utah, 1953/1954, por Lyn H. Davis.
2 — The organization and structure of egg marketing in Utah, por Roice H. Anderson.
3 — Grass — Legume mixtures for irrigated pastures for dairy cows.

A LAVOURA

(ORGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

4 — Cooperative nutritional status studies in the western Region.
5 — Comparative nutritive value and palatability of some introduced and native forage plants for springs and summer grazing, por C. Wayne Cook, L. A Stoddart e Lorin E. Harris.
6 — Evaluation of sprinkler irrigation systems in northern Utah, por Jay Bagley e Wayne D. Criddle.
7 — Space required to store food in western farm ktchens, por A C. Thorne, F. G Taylor, R L. Hulst e M P Bennion.
8 — Production of letture seed as affected by soil moisture and fertilitå, por L. R Hawthorn e L. M Pollard

IRRIGATION IN THE WORLD

Acaba de ser publicado "Irrigation in the world" de N D Gulhati, com 130 páginas ilustradas. Trata-se de um trabalho de grande interêsse para aquêles que se dedicam aos estudos de irrigação no mundo.

BIBLIOGRAPHY OF THE FIG

Ioa J. Condit and Julius Enderud

Hilgardia, publicado pela Estação Experimental de Agricultura da Califórnia, acaba de publicar em seu volume 25, de julho de 1956, uma bibliografia da figueira.

BRASIL RURAL

Recebemos mais dois números de Brasil Rural, que é o órgão da Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo e que contém sempre farta documentação de interêsse para a classe rural.

LAVOURA ARROZEIRA

Como sempre, o número 118 (ano X) de Lavoura Arrozeira, publicado sob os auspícios do Instituto Rio-Grandense do Arroz, traz bons e oportunos artigos sôbre assuntos agronômicos referentes à cultura do arroz.

HILGARDIA

Hilgardia publicou mais os seguintes volumes:

a) The nature an ddevelopment of noninfectious bud failure of almonds, por E. E. Wilson e Richard D. Schein
b) Bacterial symbiotes from the caeca of certain heteroptera, por E. A. Steinhaus, M. M. Batey e C. L. Boerke
c) Economic efficiency in plant operations with special reference to the marketing of California pears, por B. C. French, L. L. Sammet e R. G. Bressler

BOLETIM FLUMINENSE DE AGRICULTURA

Maio-julho de 1956

Recebemos mais três números do Boletim Fluminense de Agricultura, que se destina a divulgar conhecimentos sôbre agricultura, veterinária e higiene rural e estabelecer contacto entre a Secretaria de Agiricultura, Indústria e Comércio e os que exercem no Estado do Rio, atividades agropecuárias.

GLEBA

Como sempre, Gleba, órgão da Confederação Rural Brasileira, traz farto e oportuno material de interêsse da classe rural, além de suas tradições interêsse da classe rural, além de suas tradicionais seções "Associativismo nos Estados", "Preços e mercados", "Congressos, Exposições e Conferências" e "Noticiário".

GAZETA DAS ALDEIAS

Bons e interessantes artigos técnicos e de divulgação encontram-se em "Gazeta das Aldeias", revista quinzenal de propaganda agrícola, publicada em Pôrto, Portugal.

(Conclusão da pág. 68)

Pimenta do reino (quilos)	857.000
Tangerina (frutos)	1.149.727.000
Tomate (quilos)	255.630.000
Trigo (quilos)	871.333.000
Tungue (quilos)	6.195.000
Uva (quilos)	302.484.000

A população pecuária do Brasil foi estimada, em 31-12-1953 em:

	cabeças
Bovinos	57.625.940
Equinos	7.059.420
Asininos	1.612.130
Suínos	32.720.650
Muares	3.133.350
Ovinos	16.800.330
Caprinos	8.915.130

A produção de produtos de origem animal em 1954, foi a seguinte:

	quilos
Lã	25.360.000
Mel de abêlha	5.424.000
Cêra de abêlha	900.000
Casulos	1.046.000

Em 1954, foi o seguinte o montante da exportação de produtos agropecuários:

	quilos
Café em grão	2.953.777.000
Algodão em rama ...	620.543.000
Cacáu	388.148.000
Peles e couros	60.798.000
Fumo	100.570.000
Borracha	16.559.000
Açúcar	481.375.000
Mate	179.301.000
TOTAL	4.760.071.000

(*Continua no próximo número*)

Crédito Agrícola Supervisionado

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Diretor Técnico da S.N.A.

I — GENERALIDADES

O "crédito agrícola supervisionado", também chamado "crédito educacional", nos moldes do que vem sendo posto em pratica pela ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), em Minas Gerais, e pela ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural), no Nordeste, têm, sem duvida, prestado bons e relevantes serviços ao pequeno agricultor, ou, mais precisamente às familias rurais.

Trata-se, de uma modalidade de crédito rural que precisa e deve ser difundido entre nós, dadas as precárias condições sócio-econômicas de nossa população rural.

Analizando-se o trabalho "Extensão e crédito supervisionado para o nordeste rural", publicado pela ANCAR, sintetisando suas atividades no periodo 1954-1955, verifica-se que:

"o crédito rural supervisionado com finalidade integral e de natureza educativa, visa a capacitação técnica e econômica dos pequenos e medios agricultores, como um meio de atingir o melhoramento da vida nas comunidades rurais"

De fato através da assistência simultânea técnica e financeira, têm essas entidades, já com um grande acêrvo de bons e relevantes serviços prestados ao meio rural, conseguido não só intensificar a produção agro-pecuária como também a melhoria das condições econômicas e sociais, nas regiões onde têm atuado com segurança e objetividade.

II — A ACAR e o crédito rural supervisionado

De acôrdo com a renovação do convênio de 27-12-1951 assinado em 8-11-1954 entre o Governador do Estado de Minas Gerais e o representante da A.I.A. (American International Association), os empréstimos supervisionados pela ACAR são divididos em três grupos:

a — empréstimos para a melhoria das condições de vida da familia e aumento da produção agro-pecuária;
b — empréstimos para a compra de implementos essenciais, reparos e aquisição de animais de reprodução e trabalho;
c — empréstimos para a compra e recuperação de técnicos e construções e instalações necessárias.

Ainda de acôrdo com o referido convênio os "empréstimos serão baseados em um plano de operações agro-pecuárias cuidadosamente preparado onde se verifiquem:

a — possibilidades de produção e garantias de mutuarios;
b — detalhes da execução e liquidação das operações planejadas.

Os empréstimos, feitos à juros módicos, são garantidos pelo penhor agrícola ou hipoteca rural, ou ambas e o sistema de amortização variavel com:

a — o tipo de empréstimo
b — as posibilidades de pagamento do mutuário.

Tais empréstimos são feitos pelo Banco do Brasil S. A. e pela Caixa Econômica de Minas Gerais que cobram, respectivamente os juros de 7% e de 8% no ano.

O processo de concessão e utilização do crédito é feito da seguinte maneira :

a — a ACAR, feito os necessários estudos sôbre o empréstimo, indica-o ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica de Minas Gerais
b — as entidades financeiras, baseadas nessas indicações, concedem os empréstimos
c — a ACAR presta, então, toda a assistência aos mutuários, de tal modo que êles possam fazer frente aos compromissos assumidos.

Os referidos empréstimos são concedidos para prazos variáveis de um a três anos, de acôrdo com as necessidades.

A fim de que seja atendido um maior número de agricultores êsses empréstimos nunca excedem a Cr$ 50.000,00.

Analizando-se o VII Relatório Anual da ACAR, verifica-se que, durante o ano de 1955 :

a — foram realizados 985 empréstimos
b — o valor total dos empréstimos concedidos foi de 19.338.520,00
c — o valor médio de cada empréstimo foi de 19.633,00

Ao mesmo tempo que através do crédito rural supervisionado a ACAR orienta os agricultores no sentido de aumentar o valor de suas propriedades e obter melhor renda, procura também orientar a melhoria das condições de vida da família rural (higiene, alimentação, etc).

III — A ANCAR e o crédito supervisionado

De acôrdo com os elementos contidos no relatório referido acima, a ajuda financeira supervisionada através da ANCAR visa :

a — fornecer capital circulante para cobertura de gastos em culturas reembolsáveis em um mesmo ciclo agrícola, de despesas correlatas à manutenção das atividades pecuárias e da pequena indústria rural;
b — ajuda nos gastos domésticos e subsistência até a obtenção das primeiras rendas regulares;
c — formação ou melhoria do capital fixo e semi-fixo da exploração necessária ao aumento de rendimento das atividades econômicas;
d — realização de melhoramentos imprescindíveis à melhoria das condições físicas aos lares;
e — construção e melhoria da habitação rural.

Os financiamentos são feitos através do Banco do Nordeste do Brasil S. A., que estabelece a taxa de juros de 7% ao ano, e aceita as seguintes condições :

a — financiamento à base de prévio plano de atividades rurais e do lar;
b — subordinação do montante dos empréstimos à capacidade econômica das famílias;
c — fixação das condições de reembolso em função da periodicidade da realização das rendas da exploração e da capacidade de pagamento da família;
d — realização de melhoramenquada seleção dos candidatos, correta preparação do plano das atividades rurais e domésticas e supervisão contínua das famílias mutuárias como principais fatores ou garantia do reembolso integral dos financiamentos.

Convém lembrar que entre os financiamentos, está incluido o destinado à aquisição de equipamentos domésticos passíveis de

forneceram renda à família, como máquina de costura, máquinas destinadas às indústrias caseiras, etc.

Quanto aos prazos são:

a — Prazo curto — até 2 anos.
b — Prazo intermediário — até 6 anos
c — Prazo longo — até 20 anos

Os montantes dos empréstimos são fixados:

a — em função do plano de atividades rurais e do lar.
b — em função das legítimas necessidades do candidato.
c — em função da capacidade de pagamento;
f — em função das margens de garantia.

Através da ANCAR já foram concedidos 386 empréstimos assim distribuídos:

a — 357 empréstimos para atividades rurais (despesas normais e despesas de capital da fazenda e do lar)
b — 29 empréstimos para habitação.

O valor médio desses empréstimos foi:

a — de Cr$ 14 029,00, para as atividades rurais
b — de Cr$ 24 379,00, para a habitação rural.

De acôrdo com as finalidades, foram as seguintes as porcentagens dos empréstimos concedidos:

a — Para despesas normais (despesas de sustentação) 59,4%
b — Para despesas normais do lar (despesas de promoção) 4%
c — Para despesas de capital (despesas de promoção) ... 34,4%
d — Para despesas de capital do lar (despesas de promoção) 2,2%

Dos empréstimos concedidos:
a — 93%, foram com garantias reais (penhor ou hipotect) e de terceiros (aval)
6 — 7% sem garantias.

IV — Considerações finais

Conforme se verifica, são amplos os objetivos e variadas as finalidades do crédito agrícola supervisionado. Através dele, uma família pode desfrutar de uma habitação higiênica e confortável, embora modesta; uma dona de casa de uma família rural pode adquirir sua máquina de costura; um criador pode adquirir mais algumas cabeças de gado; um fazendeiro pode levar a efeito a irrigação de suas culturas, etc.

Essa modalidade de crédito é a que mais convem ao nosso homem rural que necessita de educação e de assistência técnica para a melhoria de seu nível de vida.

O que a ACAR vem realizando no Estado de Minas Gerais desde 1949 e o que a ANCAR vem realizando no nordeste, desde 1954, é portanto digno dos maiores aplausos.

Através dessas entidades vêm as nossas populações rurais recebendo uma ampla assistência sol. todos os aspectos.

Felizmente a semente lançada está germinando.

Além da ACAR em Minas e da ANCAR no Nordeste, outras entidades semelhantes estão surgindo no Rio Grande do Sul, no Paraná, e mais recentemente em Santa Catarina.

NÃO HÁ RESTRIÇÃO DE CRÉDITO:

ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS
Da Comissão Permanente do Cacau na Confederação Rural Brasileira

Não há restrição, e muito menos seleção de crédito. O que há realmente, é que o problema está sendo enquadrado, por parte do comércio e da indústria, por ângulo que não permite a exata compreensão do mesmo.

Em época alguma de nosso movimento bancário, as caixas dos bancos estiveram tão baixas, e os limites de empréstimos — inclusive do Banco do Brasil, órgão controlador do fluxo creditício atingiram níveis tão elevados como agora.

Os índices dos balancetes publicados em tôdo o país, mostram claramente que não há restrição de créditos, e as fontes da crise economico-financeira — pois esta existe realmente — deve ser procurada em causas mais profundas das que aparentam superficialmente.

A indústria, o comércio e a agricultura, formam um entrelaçamento de interêsses economicos tão intimamente ligados, que a crise num dêstes setores, afeta e abala fundamentalmente os outros dois; são as três colunas mestras da economia — de qualquer país, e quando uma estala e estremece, tôda conjunto ameaça desmoronar.

Ora, a agricultura nacional está atravessando uma crise de caráter imprevisível, em consequência do [illegible] do confisco cambial que há muitos anos, continua e incessantemente vem minando, numa constante sangria depressiva, tôda estrutura economico-financeira da mesma.

Não existe um só produto agrícola da categoria de exportação — justamente os essenciais à nossa vida econômica, porquanto são os que nos supre de divisas — que não estejam em precárias situações; os clamores cada vez mais intensos dos lavradores de café, cacau, algodão, fibras, oleaginosos (e também do setor pecuário) são de amplo conhecimento de tôdo povo brasileiro:

Tôda ampla região do nosso interior, onde labutam 70% da população do país, está atravessando uma depressão aguda, que se patenteia na falta de numerário, e se traduz em queda de poder aquisitivo.

Tôda essa enorme população consumidora — trabalhadores rurais, lavradores e respectivas famílias e demais setores correlatos à agricultura — estão comprando menos, cada vez menos, sejam quais foram os produtos: alimentos, vestimentas, adubos, ferramentas, maquinário e demais bens de consumo.

O resultado é que, os pequenos comerciantes do interior, que estão em contacto direto com os lavradores, passam a vender menos, a acumular estoques nas prateleiras, a comprar o mínimo, e a restringir os pedidos nos comerciantes maiores; êstes, por sua vez, sofrendo a retração das vendas, o acumulo dos estoques, restringem forçosamente seus pedidos às fábricas, que então, pelos mesmos motivos, passam a produzir menos (encarecendo a produção), dispensando operários, ou fechando as portas. Na Bahia, em consequência da crise do fumo, já fecharam duas das maiores e mais tradicionais fábricas do país; em São Paulo, Minas e

(Continua na pág. 69

ECOS DO CONGRESSO DE PECUARIA DE CORTE DO BRASIL CENTRAL

Realizou-se, nos dias 1 e 2 de dezembro do ano passado, em Barretos, Estado de S. Paulo, o Con Corte do Brasil Central, convocado pela Confederação Rural Brasileira, sob os auspícios da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo e organizado pela Associação Rural do Vale do Rio Grande



Aspectos da mesa que presidiu os trabalhos de uma das sessões plenárias do Congresso de Pecuária de corte do Brasil Central vendo-se ao centro o deputado Ilis Meinberg Presidente da C. R. B. tendo a sua direita o sr. Carlos Meinberg Presidente da A. R. V. R. G. e a sua esquerda o Prof. Geraldo Goulart da Silveira diretor técnico da S. N. A.

Notícias e Informações

III CONFERÊNCIA ARGENTINA SÔBRE COMÉRCIO EXTERIOR

Reuniu-se, nos dias 23 e 24 de novembro, em Buenos Aires, a III Conferência Argentina, sôbre comércio exterior.

BOLETIM ESTATÍSTICO

O Departamento Estadual de Estatística, de Recife, Estado de Pernambuco, publica um Boletim Estatístico mensal.

BOLETIM INFORMATIVO

A Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro, através de seu Departamento de Divulgação e Relações Públicas, publica um Boletim Mensal Informativo.

DUAS COLHEITAS DE BATATAS POR ANO NA HOLANDA

De acôrdo com as informações fornecidas pela Embaixada dos Países Baixos há possibilidades daquele país passar a obter duas colheitas de batata por ano, de acôrdo com as experiências que ali vêm sendo realizadas.

ANÁLISES DE TERRAS EM MINAS GERAIS

De acôrdo com as informações do Serviço de Química Agrícola do Estado de Minas Gerais, aquêle orgão da Secretária da Agricultura, do referido Estado realizou 1.105 análises de terra, no ano de 1955.

ATIVIDADES AGRO-INDUSTRIAIS DA USINA CATENDE S. A.

Durante o ano agrícola e industrial de 1955/1956 a usina, Catende S. A. trabalhou com 556.806.080 quilos de cana de açucar, dos quais 485.462.050 quilos de cultura própria e 71.344.030, de cana adquirida de fornecedores. A referida Usina produziu, no referido ano, 860.277 sacos de 60 quilos de açúcar, e 9.211.700 litros de alcool anidro.

Isto significa que houve um aumento de 104.393 sacos de açúcar e 708.900 litros de alcool em relação a produção do ano anterior.

MOVIMENTO DA BIBLIOTECA DA S.N.A.

Foi o seguinte o movimento da biblioteca da S.N.A. durante o mês de Outubro de 1956.

Livros etiquetados	77
Obras catalogadas e classificadas	22
Livros registrados	60
Revistas registradas	80
Livros encadernados	24
Fichas batidas	305

PRIMEIRA SEMANA DO REFLORESTAMENTO

Realizou-se, de 2 a 5 de Setembro, em Caxambú, Estado de Minas Gerais, promovida pela 5.ª Inspetoria Regional Florestal, a 1.ª Semana do Reflorestamento, como parte integrante da Campanha de Reflorestamento levada a efeito pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

REUNIÃO CONSERVACIONISTA EM GUARÁ

Realizou-se em Agosto, no município de Guará, Estado de São Paulo, uma reunião conservacionista de lavradores e técnicos promovida pela Divisão de Conservação do Solo da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

PROJETO N.º 1938/1956

Foi apresentado pelo Sr. Lourival de Almeida o Projeto n.º 1938/1956, que estabelece o regime juridico das relações de trabalho rural a segurança social e e dá outras providências.

INSTITUTO CIENTIFICO DE QUIMICA

Recebemos do Instituto Científico de Química, Caixa Postal 5393 Rio de Janeiro, um folheto com os programas dos Cursos Especializados por correspondência, pelo mesmo ministrados, como sejam: Curso Industrial Técnico, Curso de Química Industrial Agrícola, Cursos de Granja Agro-Técnico e Administração Agrícola, Curso de Pecuária e Veterinária Prática, Curso de Enfermagem Teórica.

SERVIÇO DE CRÔNICAS F. A. O.

Recebemos o folheto "Como Regar un Millon de Hectareas?" publicado em espanhol, pelo Serviço de Crônicas da F.A.O.

V FESTA DA ROSA

Realizou-se, no dia 15 de Novembro, no Município de Cotia, Estado de S. Paulo, a V Festa da Rosa, com uma Exposição de Rosas, além de outras festividades.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE VETERINÁRIA

Realizou-se, na Universidade Rural, em Outubro, o I Congresso Brasileiro de Estudantes de Veterinária, durante o qual foram aprovadas 18 resoluções do mais alto interesse para a veterinária do país.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Tendo em vista o pedido do Deputado Vieira de Melo sôbre sugestões ao projeto 1.805-56 que estende o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e de sua legislação complementar aos trabalhadores rurais, o Conselho Nacional de Economia fez um magnífico estudo do assunto e apresentou sugestões sôbre o mesmo.

RETIFICAÇÃO

No trabalho "Algumas considerações sôbre a exocorte dos citrus", por um lapso de revisão, no capítulo "Considerações finais", onde se lê "Municípios", deve-se ler "Setores Agrícolas".

LIMEIRA, CENTRO CITRÍCOLA

Segundo carta que recebemos das Indústrias Reunidas "Lucato", o Município de Limeira (dados extraídos da Sinopse Estatística do Município de Limeira de 1955), possui 1.662 propriedades agrícolas, num valor venal aproximado de Cr$ 66.089.400,00, tendo sua produção, segundo a mesma estatística, alcançado o montante de 1.964.432 centos, no valor estimativo de .... Cr$ 157.154.560,00. Ano sim, ano não, Limeira tem festejado a Festa da Laranja, com o patrocínio da Secretaria de Agricultura.

Respostas ao questionário sôbre informação básica necessária para o estudo da "Segurança Social Agrícola" nos países americanos, preparado pelo Comité Permanente Interamericano de Previdência Social

(1.ª PARTE)

Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Diretor Técnico da S.N.A.

Como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura, ao Seminário de Costa Rica, promovido pelo Comité Permanente Interamericano de Segurança Social, houve por bem a diretoria incumbir o seu diretor técnico, Professor Geraldo Goulart da Silveira, que respondeu ao questionário organizado pelo referido Comité.

O trabalho elaborado pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira, foi, depois de aprovado pela diretoria enviado ao Comitê Permanente Interamericano de Segurança Social, como contribuição da S. N. A., e é agora publicado em A LAVOURA (a primeira parte, neste numero; e as outras nos próximos números).

Transcrevemos pois, a seguir, na íntegra, a primeira parte do trabalho:

COMITE PERMANENTE INTERAMERICANO DE SEGURANÇA SOCIAL

QUESTIONARIO

Informação básica necessária para o estudo da "SEGURANÇA SOCIAL AGRICOLA" nos países americanos.

(Aplicação da resolução adotada na Sexta Reunião do Comité Permanente Interamericano de Segurança Social, em Caracas 1955).

A — *INFORMAÇAO GERAL SOBRE A AGRICULTURA*

I — *População Agrícola*

Número e proporção da população total ocupada na agricultura; divisão da população agrícola entre trabalhadores e pessoas a cargo dos mesmos, número de trabalhadores não agrícolas e pessoas a seu cargo que vivem nos centros rurais.

RESPOSTAS

De acôrdo com o Censo de 1950, a distribuição da população naquela época (51 944.397 habitantes) pelos quadros urbanos, suburbano e rural, era a seguinte:

População urbana	12.957.543	de pessoas
População suburbana	5.825.348	" "
População rural	33.161.506	" "

Em resumo temos:

População rural	33 161.506	de pessoas
População não rural	18.782.891	" "

Os dados citados revelam uma acentuada predominância da população rural sôbre a não rural (cêrca de 2/3 da população brasileira vive no meio rural, embora nem tôda ela se dedique às atividades rurais).

Ainda de acôrdo com o referido Censo, a população presente no país, com dez anos ou mais, dedicada à agricultura, pecuária e silvicultura (excluída a dedicada às indústrias extrativas) era naquela época, a seguinte.

Homens	9.154.034	de pessoas
Mulheres	732.900	" "
Total	9.886.934	" "

Isto significa que, dedicadas ao setor agropecuário (excluídas as indústrias extrativas de origem animal, vegetal e mineral), encontravam-se, naquela época, cêrca de 1/3 da população rural (9.886.934 pessoas entre 33.161.506 recenseados).

Dedicada às indústrias extrativas (excluídas as indústrias minerais) foi computada, naquela época, a seguinte população de 10 e mais anos de idade:

Homens	341.544	de pessoas
Mulheres	25.392	" "
Total	366.936	" "

Os números acima revelam que pouco mais de 1/100 da população rural dedicava-se às indústrias extrativas de origem animal e vegetal.

O número total de pessoas de 10 e mais anos de idade dedicadas à agricultura, pecuária, silvicultura e indústrias extrativas (excluídas as indús-

trias extrativas minerais) registrado na época do referido Censo, era o seguinte:

Homens	9.495.578 de pessoas
Mulheres	758.292 " "
Total	10.253.870 " "

Isto significa que cêrca da têrça parte da população recenseada como rural dedicava-se, naquela época, à atividade agropecuárias e de indústrias extrativas de origem animal e vegetal .... (10.253.870 de pessoas, entre 33.161.506 recenseadas).

Em ocupações relativas à produção agropecuária e indústrias extrativas de origem animal e vegetal, revelou o referido Censo, a seguinte distribuição das categorias profissionais abrangendo pessoas de 15 e mais anos de idade:

Técnicos	828
Tratoristas	7.029
Aradores	12.093
Chacareiros, hortelões, e fruticultores	61.935
Jardineiros	21.071
Trabalhadores agrícolas e de enxada	9.135.700
Lenhadores	62.333
Carvoeiros (fabricantes)	30.358
Seringueiros	102.898
Ervateiros	1.914
Pescadores	113.183
Caçadores	1.403
TOTAL	9.823.779

Revelou ainda o Censo que para um total de 17.336.000 de pessoas de 10 e mais anos de idade, econômicamente ativas, estavam dedicadas à agricultura, pecuária e silvicultura, 9.996.965 de pessoas.

Isto significa que cêrca de 57% do total das pessoas recenseadas no país, com 10 e mais anos e classificadas como econômicamente ativas, se dedicavam à agricultura, pecuária e silvicultura, o que indica, mais uma vez a predominância das atividades agropecuárias no país, sôbre as demais atividades.

Das pessoas dependentes da agricultura, pecuária e silvicultura presentes na época do Censo (1950) num total de 29.621.089, foram recenseadas como econômicamente ativas 9.986.965 e como não econômicamente ativas 19.654.124, o que significa que o número de pessoas dessa última categoria era, aproximadamente, o dôbro do número da outra. Em outras palavras, aproximadamente 1/3 do número de pessoas dependentes da agricultura, pecuária e silvicultura era econômicamente ativa.

Do total de 10.046.190 de domicílios particulares recenseados em 1950 estavam localizados na zona rural 6.315.831, na zona suburbana, 1.200.493, e na zona urbana 2.520.870.

As percentagens de localização de tais domicílios foram, então, de:

62,87% localizados na zona rural.
11,95% localizados na zona suburbana.
25,18% localizados na zona urbana.

A distribuição dos 6.315.831 domicílios particulares localizados na zona rural foi, na época, a seguinte:

Próprios	3.511.531 domicílios
Alugados	569.707 "
Outra condição ou sem condição declarada	2.234.543 "

Isto significa que quasi 50% dos domicílios particulares recenseados na zona rural eram domicílios próprios, e quase 10%, domicílios alugados. alugados.

De acôrdo com as instalações, existentes, (água encanada, iluminação elétrica e aparelhos sanitários), o quadro rural apresentou, na época, condições muito diferentes pois apenas 5,67% dos domicílios rurais dispunham de água encanada, 9,29% dispunham de luz elétrica e 19,83% possuíam instalações sanitárias.

O número médio de pessoas por domicílio particular no meio rural foi um pouco superior a 5, pois para os 6.315.831 domicílios recenseados foi constatado um número de pessoas igual a 33.262.177.

A distribuição dos empregados dos estabelecimentos agropecuários, com exclusão dos parceiros, classificados em pessoal ocupado em trabalhos permanentes e ocupados em trabalhos temporários, era, na época, a seguinte:

Empregados em trabalhos permanentes	1.426.200
Empreg. em trabalhos temporários	2.307.413
TOTAL	3.733.613

Do total de 3.733.613 empregados, era a seguinte a distribuição por sexo:

Homens	3.016.255
Mulheres	717.358

Isto significa que cêrca de 20% dos empregados era do sexo feminino e 80%, do sexo masculino Segundo o referido Censo, contando-se apenas os proprietários e os membros não recenseados da família existiam 6.004.796 pessoas, assim distribuídos por sexo:

Homens	3.148.392
Mulheres	2.081.021

Os números acima indicam que pouco mais de 30% era do sexo feminino e pouco mais de 10%, do sexo masculino.

Em número, temos, excluídos os parceiros:

Proprietários e membros não remunerados da família	6.004 796
Empregados (em trabalhos permanentes e em trabalhos temporários)	3 733 613
TOTAL	9.738 409

Os dados revelam, portanto que pouco mais de 1 3 das pessoas eram empregadas, e quase 2 3, proprietários e membros não remunerados da família.

O total de parceiros ocupados nos estabelecimentos agropecuários era o seguinte, naquela época:

Homens . . .	940.088
Mulheres . . .	324.223
TOTAL	1.264.311

Nos estabelecimentos agropecuários existiam, portanto, 11.002.720 pessoas, assim distribuídas (considerando-se apenas os proprietários, membros da família, empregados e parceiros):

Proprietários e membros não remunerados da família	6 004 796
Empregados	3.733 613
Parceiros	1.264 311
Total de pessoas	11.002.720

2 — *Distribuição Geográfica*

Distribuição da população agrícola nas principais regiões; distâncias dos centros urbanos, configuração do terreno (montanhas, vales, desertos, selvas, costas, etc.); clima (tropical, subtropical, temperado, frio, de chuva excessiva, moderada ou insuficiente etc...); meios adequados de comunicação; densidade etc

RESPOSTAS

De acôrdo com o Censo de 1950, era a seguinte a distribuição dos 33.161.596 habitantes do meio rural pelas regiões fisiográficas do país:

Regiões fisiográficas	*População rural*		*Total*
	Homens	*Mulheres*	
Norte	652 416	601 372	1 263 788
Leste	5.831.353	4 604 178	9 205 180
Sul	5 132 245	5 889 846	11 520 993
Centro-Oeste	685.824	4 724 852	9 858 097
Nordeste	4.600.952	627 628	1 313.468
Totais	16 913 838	16 247 668	33.161 838

O Brasil possui uma área total de 8.513.844 quilômetros quadrados, da qual 8.469.885 quilômetros quadrados de área terrestre e 43.959 quilômetros quadrados de águas interiores.

A sua população total de 51 944 397 habitantes em 1950 (época do último Censo realizado), estava assim distribuída.

Homens	25.885.000
Mulheres	26.059.396

Em resumo, temos:

População rural

Homens	16 913.838
Mulheres	16.247.668

População não rural

Homens	8 971 163
Mulheres	9.117.728

As características principais das cinco regiões fisiográficas em que se divide o país, são:

REGIÃO NORTE

Compreende os Estados do Amazonas e Pará e os Territórios do Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá.

Nesta região encontra-se uma das mais vastas planícies do mundo — a planície amazônica, com uma área de cêrca de 1 600 000 quilômetros quadrados, constituída de terrenos sedimentares.

Ao norte desta planície ergue-se o planalto das Guianas que ao longo da fronteira alcança de 1.000 a 2 000 metros de altitude.

Nela encontra-se o Rio Amazonas que mede 5.800 quilômetros de extensão, dos quais 3.165 quilômetros estão situado no território brasileiro. A sua largura na embocadura é de cêrca de 100 quilômetros e a sua descarga, por segundo, é de 60 a 140 mil metros cúbicos.

A área dêsse rio é avaliada em 6 500.000 quilômetros quadrados, dos quais 4 750 000 quilômetros quadrados pertencem ao Brasil

Domina, na região amazônica, um clima quente, com médias anuais de temperatura entre 25º

e 27°. As chuvas são abundantes, com médias anuais superiores a 1.500 mm, sendo que na foz e no extremo oeste, a pluviosidade chega à 2.500 milímetros anuais.

A maior parte da região está coberta por uma extensa floresta equatorial úmida (Hiléa), que ocupa uma área de 2.700.000 km² abrangendo matas dos igapós (quasi sempre inundadas), matas das várzeas (alcançada pelas cheias anuais) e as matas de terra firme.

Além disso, em trechos isolados encontram-se os campos, com vegetação pobre; e nas costas, os mangues, com solo negro e lodoso.

Relativamente às atividades econômicas agro-pecuárias e de indústrias extrativas, de origem animal e vegetal, destacam-se na região amazônica:

a) — a indústria extrativa vegetal relativa à plantas medicinais, frutos oleaginosos, resinas, fibras têxteis, plantas taníferas, castanha, borracha e madeiras, etc.;

b) — a pesca, principalmente do peixe-boi (mamífero aquático) e do pirarucú;

c) — a criação do gado, especialmente bovinos;

d) — a agricultura, especialmente as culturas da cana de açúcar, cacau, milho, fumo, arroz, etc.

REGIÃO NORDESTE

Abrange os Estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e pode ser dividida em duas sub-regiões: Nordeste Ocidental e Nordeste Oriental.

O Nordeste Ocidental possui vastas planícies sedimentares, revestidas de florestas e caatingas abrangendo os Estados do Maranhão e do Piauí.

A região litorânea é constituída de uma planície sedimentar, e, mais para o interior, de um grande planalto, com altitudes inferiores a 700 metros.

A região é cortada por rios com mais de 1.000 km de extensão.

O clima é quente, com médias anuais superiores a 26°.

As chuvas, abundantes nas vizinhanças da região amazônica (às vêzes mais de 2.000 mm por ano), vão se tornando menos freqüentes à medida que a região se aproxima do nordeste oriental.

Quanto à vegetação, nela são muito abundantes as palmeiras, especialmente o babaçú.

Os campos cerrados e as caatingas encontradas na região, são consideradas terras pobres.

A sua área é de 581.000 km².

No Nordeste Ocidental destacam-se, relativamente à produção agropecuária e extrativa:

a) — a produção agrícola (arroz, cana de açúcar, algodão, etc.).

b) — indústria extrativa (especialmente babaçú e oiticica).

c) — criação de gado.

A outra região ou sub-região, isto é, o Nordeste Oriental, possui clima quente, com médias anuais entre 25° e 28°.

Sòmente em uma estreita faixa litorânea há precipitação pluviométrica de 1.500 a 2.000 mm anuais. Na maior parte da região as precipitações não atingem, às vêzes, a 50 mm.

No litoral o clima é, portanto, superúmido, e no sertão, semiúmido e semiárido.

Na zona do litoral há tabuleiros de 50 a 60 m de altitude e extensão correspondentes a mangues e as dunas. É a região dos coqueiros.

A zona do sertão é plana ou ligeiramente ondulada (altitudes de 500 m, em média).

As temperaturas médias anuais na referida zona oscilam entre 26° e 28°.

É a região, assolada pelas sêcas (que duram em média 5 a 6 meses no ano) e caracteristicas das caatingas (matas brancas), cujas árvores, de pequeno porte, são tortuosas e perdem as fôlhas na ocasião da sêca.

As maiores riquezas da região provêm da agricultura (culturas da cana de açúcar, algodão, mandioca, feijão, arroz, café, fumo, frutas etc.).

É muito grande o rebanho, especialmente de caprinos e ovinos.

Entre as indústrias extrativas vegetais destacam-se a carnaúba, o caroá e a oiticica.

A pesca, no litoral, tem grande expressão econômica.

REGIÃO LESTE

Abrange os Estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Esta é a região do chamado planalto oriental do Brasil, em sua maior parte com altitudes superiores a 300 m havendo regiões com mais de 2.000 m de altitude.

Nela destacam-se a Serra do Mar, a Serra da Mantiqueira e a Serra do Espinhaço.

Entre os rios que atravessam essa região destacam-se o São Francisco, cuja bacia ocupa uma área de 670.000 km³.

Em certas regiões sua descarga é de 10.000 m³ por segundo, e em outras, de 1.0000 m³.

Numerosos outros rios que banham a região têm curso superior a 500 km.

O clima dominante é o quente e semiúmido (temperatura média anual de 20°), e as precipitações médias anuais são de 1.000 a 1.300 mm.

Na zona sul da região o clima é semiárido, e na zona litorânea, é quente.

No planalto de S. Francisco o clima, é igualmente, tropical, ao passo que na região da Mantiqueira é aproximadamente temperado (médias anuais inferiores a 20°).

A zona litorânea da região leste é a região da mata Atlântica, com florestas do tipo tropical.

No planalto predominam os campos (campos cerrados e campos gerais) e, em pequenas áreas, há formações de caatingas.

Nessa região as atividades econômicas dominantes são:

a) — a agricultura (culturas do café, cana de açúcar, milho, feijão, arroz, frutas, etc...);

b) — a pecuária (criação de bovinos, suínos, equinos, caprinos, asininos, etc..);

c) — a indústria extrativa de madeiras;

d) — a pesca.

REGIAO SUL

Abrange os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É a região que abrange um vasto planalto com grande rêde fluvial.

Nela encontra-se a Serra do Mar que isola a zona do litoral da zona do planalto meridional, com altitudes entre 500 e 1.000 m.

O planalto meridional, que é extenso, tem altitudes superiores a 500 m.

No extremo sul, há, então, a chamada planície gaúcha.

Na zona sul destacam-se o Rio Paraná que banha 800 km do território brasileiro, apresenta largura em alguns pontos superior a 4 km, e sua descarga varia de 10.000 a 100.000 m³, conforme a época do ano. Outros rios da região, são o Uruguai, que banha cêrca de 800 km do território; o rio Paraíba do Sul, com mais de 1.000 quilômetros de extensão, e outros menores.

Na região da Serra do Mar o clima é tropical, com temperatura média anual de 20° e chuvas abundantes.

Na região do planalto meridional o clima é temperado ou sub-tropical, com temperatura média anual entre 15° e 20° e precipitações de 1.000 a 7.500 mm anuais.

Na planície gaúcha o clima é temperado, com 1.500 a 2.000 mm de precipitações anuais e temperatura média anual não inferior a 18°.

Quanto à vegetação, ao lado dos manguezais na região litorânea, encontram-se florestas tropicais (mata Atlântica), na zona da Serra do Mar, e a floresta de Araucária, na região do planalto, e os campos e campinas, na região sul.

Entre as suas atividades econômicas destacam-se:

a) — a agricultura (culturas do café, algodão, arroz, milho, cana de açúcar, fumo, batata doce, mandioca, frutas, etc...);

b) — a pecuária (bovinos, suínos, ovinos, etc...);

c) — a exploração das florestas;

d) — as indústrias de origem animal (lacticínios, charques, etc...).

REGIAO CENTRO-OESTE

Abrange os Estados de Goiás e Mato-Grosso.

É a região onde se encontram o Planalto Central do Brasil, com altitudes oscilando entre 200 a 900 metros, e o Planalto Meridional.

Além disso, há ainda, a Região do Pantanal, com altitudes inferiores a 200 metros e sujeita a inundações freqüentes.

É uma região percorrida por numerosos rios que se dirigem para as outras regiões (muitos afluentes do Rio Amazonas), rio Tocantins, rio Araguaia, rios que vão para a bacia do Paraná, o rio Paraguai, etc...

A maior parte da região possui clima quente, do tipo tropical, com 1.000 a 2.000 mm anuais de chuvas e temperatura média anual oscilando entre 21 a 26 graus.

No Planalto de Mato-Grosso as chuvas são mais abundantes (médias entre 2.000 e 3.000 mm anuais), e no Planalto Goiano, menos chuvas (médias de 1.500 a 2.000 mm anuais).

Predominam, na região, os campos e as campinas, havendo um pequeno trecho de floresta do tipo amazônico.

A atividade econômica mais importante é a pecuária, especialmente a criação de bovinos.

A agricultura é de pouco relêvo (cultura de milho, feijão, arroz, fumo, mandioca, cana de açúcar, etc...).

A indústria extrativa vegetal alcança grande relêvo, representada principalmente pela exploração da erva-mate.

•

Relativamente à taxa de natalidade podemos dizer que, no Brasil ela é de 42 a 44 por 1.000 habitantes. No período intercensitário de 1940-1950 a proporção média anual de nascidos vivos por 1.000 mulheres de 15 a 49 anos foi:

a) — de 121, nas populações urbanas;
b) — de 202, nas populações rurais.

A distribuição da população recenseada em 1-7-1950, em urbana e não urbana (abrangendo a população rural), foi a seguinte:

Aglomeração urbana:

N.º de habitantes	*Aglomerações*
De mais de 500.000	3
De 100.001 a 500.000	8
De 50.001 a 100.000	22
De 10.001 a 50.000	187
De 5.001 a 10.000	258
De 2.001 a 5.000	692

Abaixo do limite de 2.001 pessoas foram consideradas aglomerações menores e habitações esparsas não urbanas.

A população recenseada nessas aglomerações urbanas e não urbanas, foi a seguinte:

	Habitantes
Aglomerações urbanas	16.011.357
Aglomerações não urbanas	35.933.040
TOTAL de habitantes	51.944.397

Isto revela que cêrca de 2/3 da população brasileira vive em pequenos centros de menos de 2 mil habitantes ou em habitações esparsas; isto é, a maior parte da população é não urbana, embora nem sempre rural, na verdadeira acepção do vocábulo.

A densidade média da população brasileira é de 6,78 habitantes por quilômetro quadrado, considerando-se a população de 57.226.432 habitantes e a superfície de 8.464.198 quilômetros quadrados, conforme estimativa de 1-7-1950, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nesta data, foi a seguinte a densidade da população estimada nas cinco regiões fisiográficas do país:

	Densidade
Região Norte	0,57
Região Nordeste	14,13
Região Leste	16,24
Região Sul	23,54
Região Centro-Oeste	1,06

Não dispomos de dados precisos sôbre a densidade da população rural, que é, entretanto muito baixa.

•

Com relação aos transportes, podemos dizer que:

a) — na Região Norte predomina a navegação fluvial sôbre os outros meios de transporte. Além de uma emprêsa com mais de 50 navios, que cuida da navegação amazônica, há ainda, outras emprêsas menores, com os mais variados tipos de embarcações. As ferrovias são escassas (pouco mais de 500 quilômetros) e a rêde rodoviária é pequena (menos de 3.000 quilômetros). A região é servida por linhas aéreas.

b) — na Sub-Região correspondente ao Nordeste Ocidental, os meios de transporte são escassos (cêrca de 12.000 quilômetros de rodovias e cêrca de 700 quilômetros de ferrovias).

Na região correspondente ao Nordeste Oriental os meios de transporte são relativamente abundantes (cêrca de 30.000 quilômetros de estradas de rodagem e aproximadamente 4.000 quilômetros de vias férreas). São abundantes as comunicações aéreas e a navegação na orla marítima.

c) — dispõe a Região Leste de uma bôa rêde de comunicações, abrangendo cêrca de 15.000 quilômetros de vias férreas e mais de 66.000 quilômetros de rodovias. Além de uma intensa navegação marítima e dispõe a região de navegação fluvial e numerosas linhas de aviação.

d) — a Região Sul dispõe, também, de uma bôa rêde de comunicações, abrangendo mais de 14.000 quilômetros de vias fér

reas, cêrca de 120.000 quilômetros de rodovias. Não apresenta grande expressão a navegação fluvial. É muito importante o tráfego marítimo.

e) — são deficientes os transportes na Região Centro-Oeste. A navegação fluvial é muito reduzida, as vias férreas abrangem cêrca de 14.000 quilômetros e a quilometragem das rodovias, vai um pouco acima de 30.000 quilômetros. A navegação aérea já está muito desenvolvida na região.

• • •

3 — *Características Sociais*

Distribuição da população por sua origem (indígenas, índios, emigrantes, etc.); nível de alfabetização, média de pessoas por família.

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para a classificação da população agrícola tal como o quesito formulado.

Podemos entretanto, respondê-lo com relação à população total do país em 1950 (último recenseamento geral do país).

Essa distribuição foi a seguinte:

Brasileiros natos	50.727.113
Brasileiros naturalizados	128.897
Estrangeiros	1.085.287
Não declarados	3.100
TOTAL	51.944.397

Entre os estrangeiros recenseados no Brasil predominavam:

Portuguêses	310.261
Italianos	197.659
Japonêses	124.799
Espanhóis	115.637
Alemães	58.300
Poloneses	42.535
Sírios e Libaneses	40.177
Russos	44.060

Quanto à população indígena (população aborígene) o Censo preliminar concluído em 1955 pelo Serviço de Proteção aos Índios revelou a existência de 150.000 pessoas, das quási 2/3, isto é, 100 mil sob a supervisão e orientação do referido Serviço do Ministério da Agricultura. Cêrca de 60 a 70% da população aborígene, está localizada nos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão.

O Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, tem como objetivo principal a proteção da população indígena do país visando trazê-los à sociedade civilizada.

O referido Serviço atua:

a) — fornecendo às tribos indígenas instruções, higiene e trabalho, capazes de melhorar o seu modo de vida, bem como alfabetização;

b) — desenvolvendo nelas os sentimentos de nacionalidade brasileira;

c) — assegurando-lhes a garantia das terras que ocupam;

d) — respeitando-lhes os costumes e hábitos das tribos indígenas, de acôrdo com a organização das mesmas.

De acôrdo com os dados do Censo de 1950 para uma população total de 43.573.517 habitantes, com cinco e mais anos de idade, 18.588.722 pessoas sabiam ler e escrever e 24.984.795, não sabiam ler e escrever, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

Domicílio (Quadros)	*População total*	*Alfabetizados*	*N. alfabetizados*
Urbano	11.334.416	8.290.306	3.044.110
Suburbano	4.919.275	2.742.372	2.176.903
Rural	27.319.826	7.556.044	19.763.782
TOTAIS	43.573.517	18.588.722	24.974.795

Conforme se verifica, considerando apenas a população rural recenseada com cinco ou mais anos de idade, o nível de alfabetização era o seguinte, em pessoas:

Alfabetizados	7.556.044
Não alfabetizados	19.763.782

Isto representa, aproximadamente 72% de pessoas de cinco ou mais anos não alfabetizadas, no meio rural, naquela época, e 28% de alfabetizadas.

Tomando-se como base a idade limite de 9 anos, verifica-se que era o seguinte o quadro do nível de alfabetismo no meio rural (22.357.470 pessoas com mais de nove anos).

Alfabetizados	7.210.563
Não alfabetizados	15.146.907

o que representa um nível de analfabetismo da ordem de 67% e de alfabetismo da ordem de 33%.

Considerando-se a população recenseada de mais de 19 anos, naquela época, o quadro, no meio rural se apresentava da seguinte maneira (população de 14.583.101 pessoas).

Alfabetizados	4.701.563
Não alfabetizados	9.882.244

o que significa que, com mais de 19 anos, no meio rural, a percentagem de alfabetizados era de 33% e de não alfabetizados de 67% isto é, não havia diferença com relação à população com mais de 9 anos.

Considerando-se a população total do país (rural e não rural), o Censo de 1950 revelou que a taxa de analfabetismo entre os adolescentes e adultos (pessoas de mais de 15 anos de idade), era, na época de 50,69%.

Considerando-se a população total do país de 10 e mais anos de idade, revelou o Censo que, entre 36.487.923 pessoas, o quadro segundo a instrução era o seguinte:

Alfabetizados	17.675.504
Não alfabetizados	18.812.419

De acôrdo com o sexo era a seguinte a distribuição dessa população quanto à instrução:

Mulheres

Alfabetizadas	8.157.753
Não alfabetizadas	16.275.434

Homens

Alfabetizados	9.517.751
Não alfabetizados	8.157.753

Podemos informar ainda que foram recenseados no quadro rural, em 1950, num total de ... 6.315.831 famílias com 33.262.177 pessoas, o que dá uma média de 6 pessoas por família.

Foi a seguinte a distribuição das famílias recenseadas no quadro rural, de acôrdo com o número de pessoas:

N.º de pessoas	*N.º de famílias*
Com uma pessoa	291.458
Com duas	721.505
Com três	907.544
Com quatro	917.567
Com cinco	845.940
Com seis	731.900
Com sete	596.435
Com oito	470.122

4 — *Distribuição segundo os produtos principais*

Distribuição da população agrícola segundo os produtos ou colheitas principais. *Exemplo:* café, açúcar, tabaco, banana, produtos de granja, cereais, carne, lã.

RESPOSTAS

O Censo de 1950 revelou a seguinte distribuição da população dedicada à agricultura, silvicultura, pecuária; com 10 ou mais anos de idade.

ATIVIDADES	*HOMENS*	*MULHERES*	*TOTAL*
Cultura do café	1.081.944	125.776	1.207.720
Cultura do algodão	391.815	31.093	422.908
Cultura da cana	410.933	39.778	450.711
Cultura de cacau	101.987	3.251	105.238
Cultura de cereais, legumes e sucedâneos .	6.069.501	467.436	6.536.937
Fruticultura	83.172	3.647	86.810
Horticultura e floricultura	70.428	4.442	74.870
Silvicultura	8.262	623	8.885
Pecuária	352.077	6.921	358.998
Avicultura, piscicultura e cunicultura	3.886	335	4.221
Apicultura e sericicultura	1.024	192	1.223
Beneficiamento de algodão e fumo	8.576	1.237	9.807
Beneficiamento da produção animal	62	46	108
Atividades agropecuárias não especificadas	569.734	48.083	617.817
Atividades não compreendidas nas classes anteriores ou mal definidas	639	33	672

Dedicadas às indústrias extrativas vegetais, caça e pesca, o Censo de 1950 revelou o seguinte número de pessoas de 10 ou mais anos de idade:

ATIVIDADES	*HOMENS*	*MULHERES*	*TOTAL*
Extração de madeiras	66.227	728	66.955
Produção de carvão vegetal	33.450	730	34.180
Extração de frutos e sementes oleaginosas	10.611	13.593	24.204
Extração de borracha	102.042	4.320	106.362
Extração de fibras	4.056	1.125	5.181
Extração de outros produtos vegetais	10.917	3.662	14.579
Caça	1.340	66	1.406
Pesca	112.901	1.168	114.069

Em resumo, era o seguinte o número de pessoas recenseadas com 10 ou mais anos de idade dedicadas às atividades rurais, em 1950:

Dedicadas à agricultura, pecuária e silvicultura	9.886.934
Dedicadas às indústrias extrativas vegetais, caça e pesca	366.936
TOTAL (pessoas recenseadas) ...	10.253.870

5 — *Importância na economia nacional*

Porcentagem na renda nacional, exportação, etc., derivados da agricultura.

RESPOSTA

De acôrdo com o balanço agropecuário do ano de 1955, feito pela Fundação Getúlio Vargas (Conjuntura Econômica de janeiro de 1955), podemos dizer que:

a) — o quantum da produção agropecuária, (agricultura, produção de origem animal e extrativa vegetal) apresentou, em 1955, um aumento de 5,3% sôbre o resultado de 1954;

b) — muito concorreu para êsse aumento o setor agrícola cujo comércio real foi de 8,1% sôbre o ano anterior;

c) — o setor agrícola representa cêrca de 73% do conjunto da produção rural;

d) — em 1955 verificou-se um grande aumento da produção nas grandes culturas, como por exemplo, arroz, (aumento de 18%); café beneficiado, (aumento de 13%); trigo, (aumento de 13%); banana, (aumento de 8%); batata inglêsa, (aumento de 6%); milho, (aumento de 2%) e algodão, (aumento de 3%);

e) — o quantum da produção de origem animal teve um aumento de 3,2% sôbre o ano de 1954;

f) — o quantum per capita, nos três setôres da produção agropecuária sofreu um aumento de 2,4%;

g) — no setor agrícola (culturas), o aumento per capita foi de 3,2%;

h) — a renda nacional em 1955 foi de cêrca de 542 bilhões de cruzeiros, sendo que o produto líquido da atividade agropecuária foi de 158 bilhões de cruzeiros,

i) — em 1955, a remuneração da produção rural absorveu cêrca de 29,2% da renda nacional;

j) — em 1955, as atividades agropecuárias tiveram menor remuneração em relação a 1954.

Segundo o Relatório do Banco do Brasil referente ao ano de 1955, verificou-se que para uma estimativa da renda nacional no valor global de Cr$ 468.736 700 000,00, a agricultura concorreu com Cr$ 157 048 400 000,00, isto é, com cêrca da terça parte. Ainda de acôrdo com os dados do referido Relatório, podemos dizer que os dados relativos à produção agrícola e à produção das indústrias extrativas (animal e vegetal), foram os seguintes, em 1954:

a) — *Valor em cruzeiros* (Cr$ 1.000,00)

Produção extrativa vegetal	2.290.138
Produção agrícola	118.240 000
Produção extrativa animal	17.197.882

b) — *Quantidade em toneladas*

Produção extrativa vegetal	257.775
Produção agrícola	81.331.000
Produção extrativa animal	3.830.760

Os produtos incluídos na produção extrativa vegetal a que se referem os dados acima foram: babaçú, caroá, casca de angico, castanha de cajú, castanha do Pará, cêra de carnaúba, erva-mate, gomas vegetais, guaraná, guaxima, ipecacuanha, licuri, malva, murumuru, oiticica, palha, piaçava, timbó e tucum.

Nos dados acima, foram incluídos os seguintes produtos agrícolas: abacate, abacaxi, agave alfafa, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, azeitona, banana, batata dôce, batata inglêsa, cacau, café, cana de açúcar, caqui, castanha, cebola, centeio, cevada, chá, côco, fava, feijão, trigo, fumo, juta, laranja, limão, maçã, mamona, mandioca, manga, marmelo, melancia, melão, milho, noz,

pêra, pêssego, pimenta do reino, sôja, tomates, tangerina, tungue, e uva.

Os produtos incluídos na produção extrativa animal a que se referem os dados acima foram: casulos, cêra de abelha, lã, leite, mel de abelha, ovos e pescado fresco.

Relativamente às exportações do Brasil, em 1954, considerados apenas os produtos agrícolas e extrativos de origem animal e vegetal, assinala o Relatório do Banco do Brasil os seguintes dados:

PRODUTOS	*VALOR EM* Cr$ 1.000.000,00
Café	30.367
Algodão em rama	5.134
Cacáu em amêndoas	3.695
Pinho	2.100
Algodão (linters)	110
Peles e couros	415
Castanha do Pará	287
Fumo	747
Cêra de carnaúba	713
Óleo de mamona	241
Açucar	2.263
Fibra de sisal	520
Arroz	11
Mamona	238
Bananas	364
Laranjas	275
Mate	644
Lã em bruto	348
Manteiga de cacáu	401

O rendimento agrícola, por pessoa ativa, em 1954, nas cinco zonas ou regiões fisiográficas do país, foi o seguinte, segundo a Conjuntura Econômica de janeiro de 1956:

	Cr$
Região Norte	3.591,00
Região Nordeste	4.459,00
Região Leste	8.898,00
Região Sul	19.649,00
Região Centro-Oeste	9.158,00

O confronto dos dados mostra que:

a) — o trabalhador rural brasileiro, em geral, produz pouco, especialmente os das regiões Norte e Nordeste.

b) — o trabalhador rural da região sul, produz muito em relação aos das outras regiões (o dôbro do que produz o trabalhador rural da região Centro-Oeste; mais ou menos cinco vêzes o que produz o trabalhador rural da região norte; cêrca de quatro vêzes o que produz o trabalhador rural da região nordeste e um pouco mais que o dôbro do que produz o trabalhador rural da região Leste.

O quantum per capita, da produção agropecuária referente ao ano de 1955, tomando-se por base o ano de 1948 = 100, foi, em 1955, o seguinte (dados de Conjuntura Econômica):

Agricultura	112,1
Origem animal	108,8
Extrativa vegetal	83,1
TOTAL	110,6

A PRODUÇAO AGRÍCOLA DO PAÍS EM 1954 FOI A SEGUINTE, POR PRODUTO:

Abacate (frutos)	249.704.000
Abacaxi (frutos)	112.015.000
Agave (quilos)	65.638.000
Alfafa (quilos)	212.177.000
Algodão em pluma (quilos)	395.225.000
Algodão em carôço (quilos)	741.678.000
Alho (quilos)	19.797.000
Amendoim (quilos)	168.002.000
Arroz (quilos)	3.366.838.000
Aveia (quilos)	11.885.000
Banana (cachos)	198.200.000
Batata dôce (quilos)	958.020.000
Batata inglêsa (quilos)	815.011.000
Cacáu (quilos)	162.947.000
Café (quilos)	1.036.987.000
Cana de açúcar (quilos)	48.301.986.000
Caqui (frutos)	81.033.000
Castanha (quilos)	19.000
Cebola (quilos)	132.698.000
Centeio (quilos)	18.151.000
Cevada (quilos)	28.886.600
Chá (quilos)	718.000
Côco da Bahia (frutos)	267.130.000
Fava (quilos)	41.024.000
Feijão (quilos)	1.544.228.000
Feijão sôja (quilos)	117.321.000
Fumo em fôlha (quilos)	146.738.000
Figo (frutos)	234.327.000
Juta (quilos)	23.322.000
Laranja (frutos)	6.384.200.000
Limão (frutos)	422.917.000
Maçã (frutos)	79.894.000
Mamona (quilos)	389.876.000
Mandioca (quilos)	14.492.961.000
Manga (frutos)	1.658.101.000
Marmelo (frutos)	110.485.000
Melão (quilos)	2.888.000
Milho (quilos)	6.788.794.000
Noz (quilos)	254.000
Pêra (frutos)	223.622.000
Pêssego (frutos)	413.073.000

(Continua na pág. 52)

(Conclusão da pág. 30)

sequência de uma assistência técnica constante e efetiva.

Pouco nos falta para novamente voltarmos aos mercados internacionais de carne. Que isto seja uma realidade palpável, desejo-o ardentemente.

Ainda não foram esquecidas as exposições pecuárias que tiveram como idealizadora a S. N. A. Hoje elas continuam a atestar, ano a ano, os nossos progressos pecuários e enchendo-nos de orgulho, nós que abraçámos a carreira de veterinária, sabermos que muito proximamente constituirá ela uma admirável fonte de divisas.

E esta riqueza foi construída quase ao Deus dará.

Quando temos instituições oficiais específicas para cuidar do sal, do mate, do café, da cana de açúcar, etc., forçoso é lamentar o abandono em que se encontra a política da carne (com honrosas exceções), do leite, da banha, da lã e os subprodutos de origem animal, sujeitos às mais variadas e dispersivas entidades de contrôle, incremento, etc.; perdendo-se em meandros de intermináveis interrêsses em jôgo o que deveria ser centralizado num único órgão realmente dedicado a traçar diretrizes sólidas para a consumação do progresso que todos queremos para a pecuária. Venha pois o Instituto de Pecuária...

Que a S. N. A. continue nesta meta e procure, ainda,, continuar incentivando a mocidade estudiosa, esperança viva da nação à procura de oportunidade, é o nosso ardente desejo.

Serão outras tantas vitórias que virão juntar-se à sua já bem ornada corôa de louros.

Finalmente quero, mais uma vez, agradecer a todos os que me ensejaram tão generosa cota de felicidade, o meu muito obrigado.

(Conclusão da pág. 36)

as peculiaridades do meio rural nordestino, considerando sempre as possibilidades econômicas, capacidade de desenvolvimeto e tradição de cada cooperativa, mediante empréstimos a longo prazo e juros módicos, aberto a cada uma um limite inicial de crédito para produção

A compensação de cheques com o Banco do Brasil é outro aspecto que considerar, assim como facilitação da circulação da cédula penhorática.

2.º — Dispensar, nos pequenos financiamentos, as certidões negativas de ônus fiscais ou reais

3.º — A prevalência, sempre que possível, do crédito pessoal (supervisionado), com vinculação da produção e sem penhor, para custeio de entre-safra, safra e depósito, movimentação da produção e ultimação da venda

4.º — Armazens gerais e warrantagem.

VALE DE SAO FRANCISCO

A C V S F (Comissão do Vale de São Francisco) traçou o plano seguinte desenvolvendo pelo **Dr. José Arruda Albuquerque**; que resumo:

a) Na zona da economia arrozeira, as cooperativas mistas.

b) Na zona de cristório, das fibras e de fruticultura em início, igualmente cooperativas mistas (com áreas de ação delimitadas em face das condições geográficas respectivas) com interêsse particular pela irrigação para a agricultura em geral e a fruticultura e para o forrageamento e a adubação orgânica.

No que tange à pesca lagunar, um tipo específico de cooperativa. Tôdas elas se unirão em federação ou centrais

As cooperativas seriam localizadas na várzea de Pôrto da Fôlha, na do Cedro, na de Itiúba, em todos os pontos do baixo São Francisco onde haja concentrações de agricultores num mínimo consentâneo.

c) Cooperativas escolares.

(Conclusão da pág. 56)

outros Estados, inúmeras fábricas estão reduzindo a produção, dispensando operários, e até paralizando atividades.

O comércio geral do país, nêste mês de festas, em que todos procuram fazer o possível e o impossível em comprar qualquer cousa para seus familiares, as vendas estão no mais baixo nível dos últimos 10 anos, e isto apezar das grandes facilidades de crédito para pagamento a longo prazo (há restrição?), que estão sendo concedidas...

Fato sintomático foram os pedidos de concordata requerido nêstes últimos dias, sendo que sòmente uma das firmas figura com stock de 23 milhões de cruzeiros; ora, stock é mercadoria, e mercadoria é dinheiro em caixa. Porque então as concordatas; indiscutivelmente por falta de COMPRADORES ou CONSUMIDORES.

Portanto, o fator primordial da crise que já estão abalando o comércio e a indústria, não é restrição de créditos (vide índices bancários), mas sim a queda do consumo, o acúmulo dos estocks, a recessão dos negócios, o represamento da circulação das mercadorias, das vendas e da manufatura, e tudo isto, como consequência indeclinável da baixa rentabilidade da produção agrícola exportável, do confisco cambial, do aniquilamento da nossa agricultura.

O problema em síntese, se resume no seguinte: comércio e indústria não podem vender seus produtos a uma agricultura empobrecida, e é para êste aspecto grave da nossa conjuntura econômico-financeira, que os agricultores chamam a atenção dos nossos homens de comércio e da indústria, alguns dos quais ainda tão fora da realidade ou profundidade do mesmo, que apoiam ou aplaudem medidas tendentes a prorrogar o sistema de licença prévia e a consequente Instrução 70.



ELDOURADO

Grande campeão da raça Nelore na XXII Exposição de Uberaba — Centenário da Cidade-Mario de Almeida Franco — Fazenda São Geraldo — Uberaba — 1956

(Conclusão da pág. 38)

a sua agricultura agonizante, com seu rebanho dizimado, com grandes extensões de terras de cultura inundadas e com as pesquisas científicas paralizadas.

É, pois, com absoluta razão, que os economistas estrangeiros apreciando o quadro da notável recuperação econômica da Holanda afirmam ser êle o "*Milagre Holandês*".

Geraldo Goulart da Silveira

LAVRADORES E CRIADORES DO DISTRITO FEDERAL, EM MESA REDONDA COM O PRESIDENTE DA COFAP NA SEDE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

O drama da lavoura metropolitana ante a escassês de alimentação para seus rebanhos e planteis.

Prolongados debates com o Coronel Frederico Mindêllo — Resíduo de trigo e milho serão importados pela COFAP — Reclamações justas formuladas pelos prejudicados — Registro de associações rurais e delimitação das áreas territoriais das mesmas — Apoio do Departamento das Associações Rurais às sugestões da União das Cooperativas do Distrito Federal no caso da torta de farelo de algodão distribuída pelo govêrno de São Paulo mediante convênio com a COFAP — Outras notas.

Ante a grave escassês reinante de resíduos de trigo e que muito vem prejudicando os lavradores, o Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, dirigiu, ao Cel. Frederico Mindêllo, presidente da COFAP, o seguinte ofício:

"Senhor Presidente,

Em sessão plenária realizada nesta data, dos representantes das organizações da classe agrícola do Distrito Federal, — D A R D I F, sob a égide desta Sociedade que é o órgão federativo local, ficou deliberado dirigir a Vossa Senhoria especial convite para, no auditório desta Sociedade, em dia e hora a serem marcados por Vossa Senhoria, ser debatido o grave problema do suprimento de resíduos da moagem de trigo e de torta de algodão aos lavradores e criadores metropolitanos.

Na certeza de que Vossa Senhoria, com a elevada compreensão dos deveres de seu cargo e levando em consideração a necessidade de amparar os produtores nos seus árduos labores, em benefício da melhoria do abastecimento da população, na conformidade dos desejos expressos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aguarda a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA se digne Vossa Senhoria atender ao convite ora formulado para o aludido fim, indicando dia e hora.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos de elevada estima e consideração.

(a) Arthur Torres Filho — Presidente —

O PRESIDENTE DA COFAP NO AUDITÓRIO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Aceitando o convite acima, o Cel. Frederico Mindêllo compareceu ao auditório da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, órgão representativo da classe e manteve um contacto direto com a grande massa de lavradores que ali o esperava. Todos falavam na escassês de alimentação para aves, porcos e outros animais, ameaçados de morrerem à fome por falta de alimentação. Culpavam as fábricas de rações e os moinhos.

O presidente da COFAP ouviu atentamente numerosas queixas contra as referidas fábricas e os moinhos que, praticamente, monopolizam as quotas existentes, deixando para as organizações rurais, compreendendo cooperativas, associações e intendências agrícolas, num total de 40 entidades, quota inferior ou sejam 2% da produção moageira para o Distrito Federal.

No decorrer da mêsa redonda, vários oradores fizeram sentir a necessidade da COFAP amparar melhor as organizações rurais que são os sustentáculos do abastecimento carioca. Desta maneira seria evitada a constante alta dos produtos hortigranjeiros e da agricultura.

O Cel. Mindêllo explicou detalhadamente a escassês dos resíduos em virtude da pequena quantidade existente em disponibilidade. Mostrou-se vivamente interessado em atender aos lavradores presentes, prometendo não só importar resíduos, como também milho, a fim de atender à lavoura carioca. Esclareceu ainda o Presidente da COFAP que a quota de resíduos destinada ao consumo geral do Distrito Federal sofreu grande redução na percentagem que era destinada á COFAP para distribuir entre os produtores do Distrito Federal, em virtude dos moinhos terem ganho no judiciário uma ação que lhes confere o direito de usar 50% do resíduo de sua própria produção em ração balanceada.

Finalmente o Cel. Mindêllo prometeu resolver com brevidade o angustioso problema da lavoura do Distrito Federal.

Estiveram presentes à reunião, as seguintes organizações rurais do Distrito Federal: Cooperativa dos Agricultores de Benfica, Ilangú, Campo Grande, Ilha de Guaratiba, Jacarépaguá, Doméstica de Jararepaguá, Guaratiba, Kosmos; Sociedade União dos Agricultores e as seguintes associações rurais: Realengo, Rio da Prata, Viegas, Santa Eugenia, Cachamorra, Reta do Rio Grande, Bandeirantes e numerosas outros que integram as Associações Rurais do Distrito Federal, órgão da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A União das Cooperativas do Distrito Federal compareceu ah representada pelas seguintes cooperativas: Banco do Brasil Marítimos, Empregados da Leopoldina e outras entidades.

O Major Acacio Gonçalves propôs, com gerais aplausos que as quotas de resíduos fossem distribuídas em quantidade suficiente às associações rurais e coperativas, uma vez que se acham bem aquinhoados os avicultores, destacando-se as sobras às chamadas "fábricas de rações", que hoje gozam de prioridade sôbre os órgãos da classe agrícola.

Os trabalhos foram dirigidos pelo Sr. Flávio da Costa Brito, estando presentes os Srs.: Iris Meimberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira, Abel de Almeida, representante da lavoura carioca no Conselho Regional do Serviço Social Rural e Pelayo Vidal, técnico da COFAP, Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da S. N. A. e Geraldo Goulart da Silveira, Diretor Técnico da SNA.

REGISTRO DE ASSOCIAÇÕES RURAIS NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

O Secretário Geral da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA já encaminhou ao Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, acompanhado do respectivo parecer favorável da Confederação Rural Brasileira, os processos de registro naquela repartição das associações rurais de Viegas, Palmares, Santa Eugênia e Rio da Prata, todas sediadas no Distrito Federal. Anteriormente essas associações tinham a denominação de intendências agrícolas, mas agora, sob a égide da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, órgão representativo da classe, adaptaram-se às exigências do decreto lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945, e após competente registro, passaram a gozar das prerrogativas que lhes são conferidas pelo referido diploma. Faltam ainda se transformarem em associações rurais, conforme determinações da legislação em vigor, as intendências de: Cachamorra e Reta do Rio Grande. As associações agrícolas de Jacarépaguá e do Realengo, bem como a dos Lavradores da Fazenda de Coqueiros, estão ainda com seus processos incompletos, pelo que pedimos o comparecimento urgente de seus representantes legais á chefia do expediente do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal (DARDIF) à Av. General Justo, 171, 2.º andar. Advertimos que, tendo a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, por lei, a prerrogativa da delimitação das áreas territoriais dos órgãos da classe no Distrito Federal, é de to-

da conveniência para elas que o quanto antes, procurem legalizar a sua situação a fim de evitar maiores embaraços no futuro.

POLUIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO DA PRATA DO CABUÇU

Sugestões do Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura

De há muito, lavradores localizados nas vertentes do Rio da Prata do Cabuçu, Distrito Federal, em terras do Domínio da União, sob a administração do Serviço Florestal, veem pleiteando permanência naquela região da qual já tiveram ordem de despejo, depois de convenientemente indenizados.

Atendendo uma solicitação feita pelos mesmos recentemente, no sentido de ser reconsiderado o ato que os obriga a abandonarem aquela zona, foi encaminhado ao Diretor do Serviço Florestal um memorial pedindo uma sugestão para o caso.

Em data de 15 de dezembro de 1956, aquela autoridade dirigiu à Sociedade Nacional de Agricultura o seguinte ofício:

"Exmo. Sr. Dr. Arthur Torres Filho.

DD. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Acuso, com prazer, o recebimento do vosso ofício n. 0002 de 12 de novembro último enviando-me a cópia de um memorial de lavradores profissionais localizados nas vertentes do Rio da Prata do Cabuçu, Distrito Federal, em terras do Domínio da União, sob a administração dêste Serviço.

Cumpre-me, entretanto, informar-vos que a existência de intrusos na referida Floresta tem trazido os mais sérios problemas ao S. F.. Localizados que estão em bacia hidrográfica, nas vertentes, antes da captação das águas dos mananciais, infringem flagrantemente o Código Florestal em vigor. A poluição das águas pelos intrusos e seus animais é frequente, e isto só evidencia a impropriedade de permanência dos mesmos na citada região.

E o que êles, na realidade, desejam é ampliar ainda mais as áreas que ocupam, quer com derrubadas, quer com o fôgo, nas capoeiras contíguas.

Nesta oportunidade lembraríamos a conveniência de essa valorosa Sociedade entrar em entendimento com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, no sentido de deslocamento dos aludidos intrusos, para terras apropriadas às suas diversas lavouras.

Servo-me do ensejo para apresentar-vos os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

a) David de Azambuja
Diretor do S. F. M. A.

VISITANTES ILUSTRES

Acompanhados pelo Sr. Flávio da Costa Britto, gerente da Cooperativa Agrícola de Cotia e representante das organizações cooperativistas no Plenário da COFAP, visitaram a sede do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, os srs.: Gervasio Tadashi Inoue e Fabio Yassuda, respectivamente, presidente e diretor da Cooperativa Agrícola de Cotia. Os dois ilustres visitantes mostraram-se vivamente interessados sôbre o associativismo rural no Distrito Federal, mantendo demorada palestra com o Secretário Geral da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, Sr. Luiz Marques Poliano.

A EXPOSIÇÃO DE AGRICULTURA DA COOPERATIVA AGRICOLA DE COTIA

Comemorando o transcurso da 3.ª década de suas atividades ininterruptas, a Cooperativa Agrícola de Cotia, sempre voltada para a labuta do homem do campo, levará a efeito, em abril vindouro, mais uma importante exposição agrícola que ocupará uma área de 60.000m2, dos quais, 30.000 cobertos e destinados ao abrigo de estandes já reservados.

O certame terá a duração de 5 dias, estando prevista sua

inauguração oficial para o dia 27 de abril, com eventual presença de altas autoridades do país.

Dando rápidas informações sôbre essa exposição que está tendo a melhor repercussão nos meios rurais do país, o Sr. Flávio da Costa Britto, gerente da Cooperativa Agrícola de Cotia, declarou o seguinte:

"Será exposta no recinto a maior variedade possível de produtos agrícolas, máquinas, fertilizantes e utensílios destinados à lavoura além do comparecimento dos institutos oficiais especializados que patrocinam e orientam atividades agrícolas. O local será dividido em pavilhões que abrigarão: Produtos agrícolas reunindo a produção agrícola de todo o país; Exposição de flôres em vasos e plantas anãs; Aspectos da vida rural, onde as organizações regionais da Cooperativa Agrícola de Cotia trarão ao conhecimento do homem da cidade, normas e aspectos da lavoura e do ruricola; Exposição de arte popular, mostra de fotografias, trabalhos manuais, artigos manufaturados relacionados com a lavoura e a vida rural, Animais de pequeno porte, inclusive aves e peixes; Arranjos florais (ilie bona) onde se farão representar diversas escolas; Pavilhão das organizações oficiais, com estandes das repartições públicas, escolas agrícolas, estações experimentais de São Paulo e de outras unidades da Federação; Produtos industriais relacionados com a agricultura, avicultura, pecuária, pesca, transporte e vida rural; Máquinas de porte pesado, bombas e implementos agrícolas e, bem assim, tôdo o maquinário que se relaciona com a agricultura.

Os produtos expostos que entrarem em concurso serão julgados por comissões especializadas e conferidos prêmios aos classificados.

Para comodidade do público, que certamente afluirá em grande número ao certame, serão instalados restaurantes, salões de chá, cafés e bares.

CIMENTO PARA OS LAVRADORES DO DISTRITO FEDERAL

Após a reunião semanal da classe, o que ocorre todas as terças-feiras, às 16 horas, ficou deliberado ser transmitido ao Diretor Gerente da Cia. de Cimento Portland Mauá, o seguinte ofício:

Senhor Diretor,

A fim de atender às necessidades de várias agremiações rurais filiadas à SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, num total de 24 entidades no Distrito Federal sendo, 12 coperativas, 10 associações rurais e 2 Intendências agrícolas, todas lutando sempre com grande dificuldade para obtenção de pequenas quantidades de cimento, necessárias à vida normal das propriedades de seus associados, valemo-nos da presente para solicitar à V. S. uma cóta razoável de cimento para ser criteriosamente distribuída entre as referidas organizações.

O atendimento ao presente pedido corresponderia a um inestimável serviço à agricultura do Distrito Federal pela empresa que V. S. dirige, o que desde já, penhoradamente, agradecemos.

Aproveitamos a oportunidade para enviar a V. S. os nossos protestos de estima e consideração.

ABASTECIMENTO NOS GRANDES CENTROS POPULOSOS

Ao audiório da SOCIEDADE NACIONNAL DE AGRICULTURA, grande foi o número de pessoas que ali compareceu para assistir a anunciada conferência do Sr. Dr. Augusto Parisot de Gusmão, diretor do Departamento de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal, recentemente chegado dos Estados Unidos onde teve oportunidade de percorrer os mais importantes setores rurais da grande República do Norte.

O tema escolhido para a conferência foi o que se relaciona com o abastecimento nos grandes centros populosos, desdestacadamente aqueles situados em pontos difíceis para o transporte dos produtos perecíveis.

A conferência foi acompanhada de projeções cinematográficas que muito agradaram os presentes.

O conferencista que é agrônomo e membro da Associação dos Agrônomos da Prefeitura, foi apresentado ao auditório pelo vereador Antonio Dias Lopes, líder ruralista do Distrito Federal.

O Dr. Parisot de Gusmão foi bastante felicitado pelo êxito de sua conferência.

ATAS DAS ASSEMBLÉIAS ORDINARIAS, SEMANAIS, DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADAS NO MES DE JANEIRO DE 1957, SOB A PRESIDENCIA DO SR. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Ata da reunião do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizada em 8-1-957.

Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, sendo a mesma aprovada sem alteração. Do expediente constou: a) ofício do Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; b) Ofício do Diretor do Serviço de Economia Rural da P. D. F. sôbre a Sociedade União dos Agricultores; c) cancelamento de inserição de lavradores. Da ordem do dia constou: a) quota de triguilho a ser apanhada em Niterói; b) subvenção da FARDIF; c) assuntos gerais. O Senhor Presidente depois de resolver várias questões de ordem sôbre assuntos que lhe foram apresentados passou a tratar do caso da subvenção de Cr$ 100.000,00 para a Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, por parte da Municipalidade, esclarecendo ter o vereador Osmar Rezende se empenhado com proficiência, no sentido de que a mesma tivesse seu pagamento autorizado pelo Sr. Prefeito antes do dia 31 de dezembro de 1956. Sugeriu, então, fosse consignado em ata um voto de louvor ao referido edil, bem como fosse enviado ao mesmo um ofício agradecendo a sua atuação no caso, o que foi aprovado unanimemente. Revelou ainda, o Sr. Presidente, ter o chefe do expediente do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, Sr. José Braulio Guimarães, ter secundado a atuação do Sr. vereador, pelo que propunha também um voto de louvor o que foi aprovado. Obtendo o uso da palavra o Sr. Luiz Marques Poliano tratou da necessidade da delimitação das áreas territoriais das associações rurais, pelo que pedia urgência a comissão encarregada do assunto, em apresentar os competentes estudos. Por unanimidade foi resolvido fosse encaminhado ofícios aos Srs. Antonio Correia da Silva e Abel de Almeida, membros da dita comissão, solicitando a referida urgência. Em seguida o Sr. Presidente comunicou a Casa que o Serviço de Economia Rural da P. D. F., em virtude de não terem sido atendidas determinações do mesmo, suspendera a quota de resíduos de trigo, referente ao mês de dezembro de 1956, para as associações rurais de Vicente, Santa Eugenia, Realengo, como também para as Cooperativas de Jacarépaguá e Bandeirantes. O Sr. Presidente lamentou a ocorrência salientando a necessidade do atendimento imediato das determinações daquêle Departamento. Falou em seguida o Sr. Juvenal de Azevedo sôbre os aspectos do cooperativismo no país. O representante da Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande levou ao conhecimento da Casa que autoridades municipais, em Jacarépaguá, estão procedendo a um serviço de pasteurização do leite, tão inopinado e rigoroso, que está causando pânico entre os produtores. Sôbre o assunto, ficou de trazer detalhes na próxima reunião. O Sr. Juvenal de Azevedo passou a fazer considerações sôbre o novo impôsto de consumo, solicitando fosse enviado telegrama ao Sr. Pres-

dente da Republica, protestando contra o mesmo. A proposta foi recusada. Obtendo o uso da palavra, o Sr. Abel de Almeida comunicou a Casa a instalação do Conselho Regional do Serviço Social Rural da qual é representante da lavoura carioca. O Sr. Luiz Marques Poliano, por intermédio do conselheiro Abel de Almeida, fêz um convite para que o Conselho tome parte nas reuniões dos lavradores do Distrito Federal, a fim de melhor tomar conhecimento dos problemas dessa classe. Em seguida o orador comunicou aos presentes a existência de 11 vagas, para alunos semi-internos, na Escola de Horticultura Wenceslao Bello, de propriedade da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, podendo os Srs. Presidentes de Cooperativas, Associações e Intendências Rurais fazerem as indicações de alunos para as referidas vagas. As 17,30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião, marcando outra para o próximo dia 15 de Janeiro de 1957.

Ata da reunião do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizada em 15-7-1957

Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, sendo a mesma aprovada sem alterações. — Do expediente constou a) ofício do vereador Osmar Rezende agradecendo sua atuação em favor da subvenção da FARDIF, b) ofícios aos Srs. Abel de Almeida e Antonio Correia da Silva, solicitando urgência para os estudos das delimitações das áreas territoriais das associações rurais, c) lista de endereços dos Srs. associados das entidades filiadas, para o recebimento da revista "A Lavoura". — Da ordem do dia constou: a) comprovação de ingredientes para rações balanceadas, b) assuntos gerais. — Continuando com a palavra, o Sr. Presidente lamentou a falta de interêsse dos Srs. representantes de Cooperativas, Associações e Intendências, os quais raramente comparecem em número apreciável às referidas reuniões. Relembrou, outrossim, a necessidade em se resolver a questão das delimitações das áreas das associações rurais, pedindo, mais uma vez, que a comissão encarregada do estudo do referido assunto, apresente, o mais rápido possível, seu parecer. — Falou a seguir o Major Acacio Gonçalves da Silva, abordando mais uma vêz o assunto da distribuição dos resíduos de trigo, lamentando os previlégios de alguns poucos afortunados os quais, sem serem produtores ou criadores, recebem em maior quantidade e primeiramente suas quotas de resíduos de trigo. Aproveitou a ocasião para elogiar a atuação do governador Sr. Jânio Quadros, o qual garantiu os interêsses dos agricultores de seu Estado na referida questão. — Falou a seguir o vereador Antonio Dias Lopes, o qual abordou diversos assuntos relacionados com a Classe, sendo os mesmos debatidos com o mais vivo interêsse por todos os presentes. — As 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião, marcando outra para o próximo dia 22 de Janeiro de 1957.

Ata da Reunião do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizada em 22-1-1957

Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem alterações. — Do expediente constou a) ofício ao Sr. Presidente da Cia. Carris, Luz e Fôrça, solicitando dispensa do Sr. Antonio Tennyson Garcez em algumas horas do expediente da mesma, para que possa tomar parte nos trabalhos da CEAN; b) telegrama ao companheiro Juvenal S. Azevedo, solicitando seja enviada urgente relação completa da diretoria da Associação Rural de Viégas, para efeito do registro no S. E. R. do Ministério da Agricultura; c) comprovação de ingredientes nas rações balanceadas; d) entrega de 100 sacos de triguilho pelo Moinho Atlântico. — Da ordem do dia constou; a) quota para janeiro — 3 000 sacos para o DARDIF e 3 000 para a P. D. F.

— Em seguida o Sr. Presidente comunicou à Casa a existência de vários pedidos de quotas de cimento, os quais não foram atendidos em virtude de que êste assunto não mais depende da COFAP. Algumas quotas que foram fornecidas é por intermédio de amizades pessoais. Propôs então que a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA enviasse um ofício à Cia. de Cimento Portland Mauá a fim de atender as necessidades das organizações rurais que lhe são filiadas. O Sr. Presidente consultou aos

presentes quais os que desejavam uma pequena quota de triguilho, constante de uma guia de 100 sacos para o Moinho Atlântico, em Niterói, a ser retirada pela Cooperativa de Agricultura Doméstica de Jacarépaguá. Responderam afirmativamente os representantes das Cooperativas de Irajá, Jacarépaguá-Guaratiba, Santa Cruz, União dos Agricultores, Bangú, Benfica, Doméstica de Jacarépaguá e Campo Grande. Ficou resolvido que cada uma receberá 10 sacos, ficando o restante para a Cooperativa Doméstica de Jacarépaguá; ficou esclarecido a cobrança do frete e a respectiva taxa. — Passou em seguida a ser discutida a exiguidade da quota de resíduos de trigo que, cada vez mais, vai diminuindo. O Sr. Abel de Almeida sugeriu um entendimento com os moageiros, no que foi secundado pelo Sr. Presidente, entretanto, depois de alguns debates a respeito, o Sr. Abel de Almeida retirou sua proposta por considerá-la inoperante. O Sr. Presidente voltou a falar sôbre a distribuição da torta de farelo de algodão no Estado de São Paulo, por meio de um convênio entre a COFAP e o govêrque este ajuste irá prejudicar no daquele Estado, declarando sensivelmente nos lavradores do Distrito Federal, concorrendo ainda para desestimular o cooperativismo rural que existe no país. Mostrou o orador, que a miserável quota de resíduo está influenciando na alta do prêço do ôvo. Esclareceu, outrossim, já ter se manifestado contrário no plenário da COFAP e ainda que tenha de renunciar às funções de membro ou dêle ser demitido, continuará intransigente contra o referido acôrdo.

O Sr. Juvenal S. Azevedo pediu a palavra para apoiar a atitude do Sr. Flavio da Costa Britto, como representante das Cooperativas naquêle plenário.

Seguiu-se com a palavra o Major Acacio Gonçalves que leu a seguinte declaração: — "Diante do desejo do Sr. Presidente da República de não permitir o aumento dos preços dos gêneros de 1.ª necessidade e das dificuldades que surgem a cada instante no abastecimento desta Capital, proponho que o nosso Presidente, na qualidade de membro do plenário da COFAP, fique credenciado a agir em plena liberdade, de acôrdo com qualquer situação que se possa apresentar, de maneira a defender os interêsses dos produtores". — Um dos presentes indagou do Sr. Presidente se tinha conhecimento da demissão do Sr. Pelayo Vidal do cargo de assistente da COFAP, por não estar de acôrdo com a política da distribuição de resíduos de trigo. O Sr. Presidente respondeu desconhecer o assunto. — Entrou em discussão o assunto referente à delimitação das áreas territoriais das associações rurais, ficando deliberado a convocação de todos os presidentes das mesmas para a próxima 3.ª feira às 15 horas. — O Sr. Presidente, ante os debates reabertos sôbre os resíduos de trigo, propôs fosse dirigido dois ofícios, um da Sociedade Nacional de Agricultura e outro da UCODIF, ao Cel. Presidente da COFAP, Frederico Mindêllo, convidando-o a uma reunião no auditório da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, onde o assunto seria debatido. Idêntico convite seria feito ao Cel. Walter Santos, Presidente do Conselho Coordenador do Abastecimento. — Depois de aprovadas as propostas acima, foi também aprovada a nomeação de uma comissão composta dos Srs. Flávio da Costa Britto, Abel de Almeida e Acacio Gonçalves, para transmitir o convite àquelas duas altas autoridades! O Sr. Walter de Castro, Presidente da Cooperativa da Ilha de Guaratiba, fêz longa crítica ao descaso da COFAP, para com as organizações rurais, beneficiando, voluntária ou involuntàriamente as fábricas de rações. O orador foi secundado pelo major Acacio Gonçalves, que mais uma vêz tratou das facilidades existentes naquela Comissão em favor das fábricas de resíduos. Por fim falou o representante da Cooperativa da Leopoldina, concitando seus companheiros a trabalharem mais em favor de suas reivindicações. — A 17 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião, marcando outra para o próximo dia 29 de Janeiro de 1957.

Ata da reunião do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizada em 29-1-1957.

Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente fêz ler a ata da reunião anterior a qual foi aprovada sem alterações. — Constou do expediente: a) ofício à Cia. de Cimento Portland Mauá solicitando uma quota de cimento para a lavoura do Distrito Federal; b) ofícios aos Coronéis Frederico Mindêllo e Walter Santos, convidando-os para uma reunião no auditório da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, a fim de ser discutido o grave caso da distribuição da resíduos de trigo. Da ordem do dia constou: a) debates sobre a delimitação das áreas das associações rurais; e) quota de resíduo de trigo da P. D. F. — Continuando com a palavra o Sr. Presidente fêz ler uma exposição da UCODIF sôbre torta de farelo de algodão, a qual tinha por finalidade sugerir à COFAP certas prerrogativas em seu acôrdo com o governo do Estado de São Paulo, as quais viriam garantir o abastecimento das necessidades dos agricultores metropolitanos, e, de um modo geral, a classe agrícola em todo o Brasil. Em resumo propunha-se que o referido Estado ficasse com 40% da produção da torta de algodão, sendo os restantes 60% distribuidos racionalmente pelos outros Estados da União. — Pedindo a palavra o Sr. Genésio Negreiros propôs fosse feito um protesto público contra a COFAP em relação ao discutido caso, no que foi contra o Sr. Luiz Marques Poliano o qual discordou da palavra protesto por achar que, sendo a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA um órgão consultivo e orientador da agricultura em todo o País, justo seria se fizesse sugestões e não protestos contra uma deliberação tomada por um órgão do governo. Retomando a palavra o Sr. Presidente comunicou a vinda, na próxima reunião em [illegible] de fevereiro de 1957, do Cel. Frederico Mindêllo, Presidente da COFAP, o qual virá discutir e analizar a situação da escassês dos resíduos de trigo. A seguir fêz uso da palavra o Sr. Jonas, para comunicar ter sido reeleito presidente da Associação Rural do Rio da Prata, ocasião em que o Sr. Luiz Marques Poliano informou ao referido Sr. e demais interessados, estarem as associações rurais do Rio da Prata, Palmares, Santa Eugenia e Viégas, em vias de serem homologados seus registras no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura. Retomando a palavra o Sr. Presidente esclareceu a situação dos lavradores intrusos em terras da União, na região das vertentes do Rio da Prata do Cabuçu, fazendo ler um ofício enviado à SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA pelo Diretor do Serviço Florestal, o qual sugere que os referidos agricultores entrem em entendimento com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização para serem devidamente deslocados para uma área apropriada às suas atividades profissionais. Falando sôbre o assunto o Sr. Luiz Marques Poliano apoiou a sugestão do referido órgão, no que foi secundado pelos Srs. Antonio Correia da Silva e Abel de Almeida. A proposta foi recusada pelo Sr. Jonas, ficando então decidido fosse nomeada uma comissão que se encarregasse de estudar o assunto. — As 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presideste deu como encerrada a reunião, convocando outra para o próximo dia 5 de fevereiro de 1957.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE DEZEMBRO DE 1956.

QUOTA DO D. A. R. D. I. F.

Cooperativa dos Agrics Criads. de Jacarépaguá	700 scs.
Cooperativa de Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	700 scs.
Cooperativa Agrcola de Bangu Ltda.	300 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Campo Grande	300 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Irajá	300 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Guaratiba	200 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. Ilha da Guaratiba	300 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Mato Alto	200 scs.
Cooperativa dos Agrics. da Zona Rural Ltda.	90 scs.
Cooperativa Mixta Agro-Pec. de Santa Cruz	300 scs.
Cooperativa dos Avics. de Benfica Ltda	300 scs.
Cooperativa dos Avics. de Santa Cruz	170 scs.
Cooperativa dos Agrics. do Sertão de Jacarépaguá-Guaratiba	110 scs.
Cooperativa Mista Agro-Pec. de Kosmos	180 scs.
Associação Lavradores da Fazenda de Coqueiros	200 scs.
Associação Agricola de Jacarépaguá	150 scs.
Associação Rural do Realengo	220 scs.
Associação Rural de Viégas	200 scs.
Associação Rural de Santa Eugenia	150 scs.
Associação Rural dos Palmares	250 scs.
Associação Rural do Rio da Prata	300 scs.
Intendência Agricola da Cachamorra	170 scs.
Sociedade União dos Agricultores	160 scs.
TOTAL GERAL	6.000 scs.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE DEZEMBRO DE 1957

QUOTA DA P. D. F.

Cooperativa dos Agrics. Criads. de Jacarépaguá	cancelada
Cooperativa de Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	600 sc.s
Cooperativa Agricola de Bangú Ltda.	300 scs
Cooperativa dos Agrics. Criads de Campo Grande	300 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads de Irajá	490 scs.
Criads. de Guaratiba	300 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads da Ilha de Guaratiba	58$ sc.s
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Mato Alto	280 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. do Zona Rural Ltda.	90 scs.
Cooperativa Agro-Pec. de Santa Cruz	440 scs.
Cooperativas dos Bandeirantes	
Cooperativa dos Avics. de Benfica Ltda.	300 scs.
Cooperativa dos Avics. de Santa Cruz	270 scs.
Cooperativa dos Agrics. Sertão de Jacarépa-	
Cooperativa Mixta Agro-Pec. de Kosmos	180 scs.
Associação Lavradores da Fazenda de Coqueiros	280 scs
Associação Agrcola de Jacarépaguá	150 scs.
Associação Rural do Realengo	cancelada
Associação Rural de Viégas	cancelada
Associação Rural do Santa Eugenia	cancelada
Associação Rural dos Palmares	340 scs
Associação Rural do Rio da Prata	400 scs.
Intendência Agricola da Cachamorra	245 scs.
Sociedade União dos Agricultores	205 scs.
TOTAL GERAL	6.000 scs.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE JANEIRO DE 1957

Quota do D. A. R. D. I. F.

Cooperativa dos Agrics. Criads. de Jacarépaguá	325 scs
Cooperativa de Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	350 scs.
Cooperativa Agricola de Bangú Ltda.	150 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads de Campo Grande	150 sc.s
Cooperativa dos Agrics. de Irajá	150 scs.
Sociedade União dos Criads. de Guaratiba	100 scs
Cooperativa dos Agrics. Criads. da Ilha de Guaratiba	150 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Mato Alto	100 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads do Zona Rural Ltda.	45 scs.
Cooperativa Mixta Agro-Pec. de Santa Cruz	150 scs.
Cooperativas dos Bandeirantes	50 scs.
Cooperativa dos Avics. de Benfica Ltda.	150 scs.
Cooperativa dos Avics. de Santa Cruz	85 scs.
Cooperativa dos Agrics. Sertão de Jacarépaguá-Guaratiba	45 scs.
Cooperativa Mixta Agro-Pec. de Kosmos	100 scs.
Associação Lavradores da Fazenda de Coqueiros	100 scs.
Associação Agricola de Jacarépaguá	75 scs.
Associação Rural do Realengo	110 sc.s
Associação Rural de Viégas	100 scs.
Associação Rural de Santa Eugenia	75 scs.
Associação Rural dos Palmares	125 scs.
Associação Rural do Rio da Prata	150 scs.
Intendência Agricola da Cachamorra	85 scs.
Sociedade União dos Agricultores	80 scs.
TOTAL GERAL	3.000 scs.

MAPA DAS ENTREGAS DE RESIDUOS DE TRIGO NO MES DE JANEIRO DE 1957

QUOTA DA P. D. F.

Cooperativa dos Agrics. Criads. de Jacarepaguá	cancelada
Cooperativa de Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	300 scs.
Cooperativa dos Agrics. de Bangú Ltda.	150 scs.
Cooperativa Agrícola de Criads. de Campo Grande	200 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Irajá	230 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Guaratiba	150 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. da Ilha de Guaratiba	260 scs
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Mato Alto	120 scs.
Cooperativa dos Agrics. Criads. do Zona Rural	45 scs.
Cooperativa Mista de Sta. Cruz	200 scs.
Cooperativas dos Bandeirantes	75 scs
Cooperativa dos Avics. de Benfica	150 scs.
Cooperativa Avicola de Sta. Cruz	100 scs.
Cooperativa Sertão de Jacarépaguá-Guaratiba	100 scs.
Cooperativa Mixta Agro-Pec. de Kosmos	90 scs.
Associação Lavradores da Fazenda de Coqueiros	100 scs.
Associação Agrícola de Jacarépaguá	75 scs.
Associação Rural do Realengo	140 scs.
Associação Rural de Viégas	cancelada
Associação Rural de Santa Eugenia	concelada
Associação Rural dos Palmares	150 scs.
Associação Rural do Rio da Prata	200 scs.
Intendência Agrícola da Cachamorra	85 scs.
Sociedade União dos Agricultores	80 scs.
TOTAL GERAL	3.000 scs.

REUNE-SE O CONSELHO SUPERIOR DA CRB



Reuniu-se, a 10 de Janeiro último, o Conselho Superior da C. R. B. que então tomou importantes medidas Da esquerda para à direita, Newton Ferreira de Paiva de Minas Gerais; Affonso Neves, Estado do Rio; Marcial G. Terra, Rio Grande do Sul; Milton Freitas de Souza e Paulo Fernandes, Estado do Rio; Alkindar Junqueira, S. Paulo; Lauro Borba, Pernambuco; Waldemar Rupp, Santa Catarina; e Rubem Farrula, Presidente do Serviço Social Rural

A CARNE DAS AVES É RICA EM ÁCIDOS AMINADOS

O conceito moderno da ciência da nutrição não julga mais o valor do alimento simplesmente pelo seu teor em proteínas, e sim pela qualidade dos á c i d o s-aminados de sua estrutura molecular. Como se sabe, a proteína é um complexo que reune outros tantos (os ácido-aminados). São estas substâncias, portanto, que determinam, pela sua presença ou ausência, a boa ou má qualidade das proteínas. Ao todo, contam-se 22 ácidos-aminados, sendo que 10 dêles são considerados essenciais (arginina, histidina, isoleucina, lisina, metionina, fenilalanina, treonina, triptofano e valina). Os outros ácido-aminados também têm valor e são importantes. A carne de aves contém um número considerável de ácidos-aminados na sua proteína e em quantidade satisfatória. Segundo Osborne e Jones, nos músculos (carne) dos frangos existem os seguintes: glicocola (0,7%), alanina (2,3%) leucina (11,2%), fenilalanina (3,6%), prolina (4,8%), tirosina (2,2%), ácido aspártico (3,2%), ácido glutâmico, .. (16,5%), arginina (6,5%), histidina (6,5%), e lisina (7,3%) Dêstes, são do grupo dos essenciais a leucina, a fenilalanina, arginina, a histidina e a lisina.

Pela composição de sua molécula proteica, evidencia-se que a carne de aves é um alimento superior, capaz de satisfazer tôdas as exigências nutritivas dos consumidores devendo, assim, merecer sua preferência em relação aos demais produtos de origem animal.

SITUAÇÃO FLORESTAL BRASILEIRA

HONORATO DE FREITAS

A Sociedade Nacional de Agricultura — tradicional e utilíssima entidade representativa da classe — tendo em vista o desejo de colaborar com o Govêrno Federal, na campanha encetada pelo Serviço Florestal, em pról do reflorestamento, designou uma comissão especial para estudar o problema.

Essa comissão, integrada por ilustres técnicos, teve como relator o agrônomo Itagyba Barçante, cujo trabalho intitulado "**Situação Florestal Brasileira**" mereceu aprovação, por unanimidade, na reunião de diretoria da S. N. A. realizada em 17 de agôsto dêste ano, e agora aparece publicado em folhêto, como "Contribuição para a Campanha de Educação Florestal".

O autor, que é versado no estudo da legislação rural brasileira e em cuja especialidade escreveu uma obra de fôlego com (três) volumes já publicados, desincumbiu-se muito bem da tarefa. No prefácio o Professor Arthur Torres Filho, Presidente da S. N. A. aborda o problema da "defesa do patrimônio florestal do Brasil", e menciona as providências que a S. N. A. vêm promovendo, junto às municipalidades brasileiras para que cooperem com os planos de reflorestamento do Territorio Nacional, não só "protegendo as matas e formando em cada município reservas de 30% de seu território" como por meio de uma fiscalização efetiva na exploração de nossas matas, cujo córte de espécies florestais deve ser regulamentado em cada Município, inclusive para evitar a repetição da evasão de sementes e mudas de essencias florestais, objeto de uma denúncia feita durante o 1.º Congresso Florestal Brasileiro, em 1953.

Assim sendo a S. N. A com a autoridade que lhe confere a classe de que é legítima representante, incorporou-se à Campanha de Educação Florestal e, o trabalho do Agrônomo Itagyba Barçante, apresenta dados preciosos para o estudo do problema.

Como dissemos, começa o autor o seu trabalho, com dados históricos, segundo os quais se verifica que no "Período Imperial pouco se fêz em relação à proteção de nossas florestas, continuavam elas a desaparecer no golpe impiedoso do machado, ou pelas grandes fogueiras das queimadas", muito embora leis se tenham assinado visando o corte e exploração de madeiras de lei.

Segundo o autor, em 1883 foram expedidas, aos Presidentes de Provincia, instruções no sentido de serem conservadas as matas e florestas determinadas pela lei de 15 de outubro de 1827, cabendo ao Ministério da Agricultura — 1863 — dar o "brado de alarme em relação as nossas florestas, sem, contudo, apresentar soluções para tão grave e alarmante problema".

A seguir reporta-se Itagyba Barçante às diferentes fases porque passou o problema, durante o período Imperial e chega na República para dizer que, "inúmeras leis foram feitas, inclusive o Código Florestal, e, como antes, nenhuma foi ou está sendo cumprida".

Entre as citações com que o autor demonstra haver estudado o problema, refresca a nossa memória o Decreto n.º 8.843, de 26 de julho de 1911, criando a "Reserva Florestal" no Território do Acre, sob a jurisdição do M. A., em cujo diploma se caracterizam os limites da área de reserva.

Vê-se, portanto, que já naqueles idos dos primórdios da República, os homens públicos tinham a visão do problema florestal, mas, na verdade, ainda não temos uma consciência florestal, como se impõe nos interesses do Brasil, e tanto isso é verdade que nem os dispositivos mais primários do Código são realmente cumpridos.

No govêrno Venceslau Braz, foi assinado um ato (Decreto n.º 12.897, de 6-3-918) concedendo um prêmio de 150 reis (15 centavos) por árvore plantada com a idade de 18 mêses, como um favor destinado a fomentar o plantio de essências florestais, ato êsse que foi revogado durante o govêrno Epitácio Pessoa, e finalmente, em 22 de janeiro de 1934 (Decreto n.º 23.793) foi aprovado o Código Florestal que continua em vigôr.

Criaram-se os Parques Nacionais de Itatiaia, de Serra dos Orgãos, de Iguaçú e de Paulo Afonso, além de outras reservas, Hortos, etc.

Para fazer um balanço da situação florestal, a S. N. A. dirigiu uma circular a 1.851 Municípios e recebeu resposta de 695, contendo informações segundo as quais em 439 ainda existem florestas, 376 possuem serrarias, 354 exploram madeiras de lei, 281 podem vir a manter serviço florestal, 169 oferecem facilidades para obtenção de mudas, 121 exportam carvão e 306 comemoram o dia da árvore.

Segundo o Conselho Nacional de Geografia — é ainda Itagyba Barçante quem afirma — "o revestimento atual do Brasil, compreende uma área total de 7.014.623 quilômetros, sendo 4.619.367 de florestas tropicais; 200.210 em matas com pinheiros, 1.849.556 em cerrados; 145.189 em florestas e formações não florestais e 200.301, cobertos de palmeiras".

Segundo relatórios da equipe da F. A. O. que opera na Amazônia, ali existe 85% de florestas densas, numa extensão que cobre 41% do país.

Analizando as respostas à Circular da S. N. A. e estudando dados estatísticos, verificou o relator que em 1911 Minas Gerais possuía uma área florestal de 278.019 Km2, que passou em 1953 para 76.704 Km2! Que acontecerá se o Estado Montanhês continuar nêsse ritmo devastador?

Não é diferente a situação no Paraná, em S. Paulo e outros Estados, de modo que a Campanha encontra o Brasil em plena transição, em que pese o esfôrço de um grupo de moços que ora dirigem o Serviço Florestal.

A Campanha está em pleno trabalho e esperamos que ela consiga despertar no povo, notadamente nos educadores, juventude e autoridades, o interêsse na participação dos programas porque só assim nos encontraremos com a grandeza do problema.

Com a publicação do trabalho de Itagyba Barçante, a tradicional Sociedade Nacional de Agricultura presta mais um grande serviço no país.

Racionalização da cultura do Café e Melhoria da qualidade do produto

(Recomendações do I. B. C.)

Produção intensiva: o máximo na menor área. Diminue o custo da produção e possibilita o emprêgo de técnica mais apurada na colheita e no preparo.

Fatôres que implicam no aumento da intensidade de produção:

1) — Substituição das lavouras de baixa produtividade. 2) — Substituição das lavouras com mais de 20% de falhas rasas. 3) — Replántio das lavouras com menos de 20% de falhas rasas e das covas com falhas parciais (4 pés/cova). 4) — Seleção das zonas, sob os aspectos ecológicos (altitude, latitude, condições de clima e solo) e topográfico (evitar terrenos muito acidentados). 5) — Usar variedades de alta produção, na substituição ou formação das novas lavouras (Bourbon Amarelo, Bourbon Vermelho, Mundo Novo, Caturra Amarelo, Caturra Vermelho). 6) — Adquirir sementes em entidades de tradição, com garantia de linhagens de alta produção. 7) — Seguir bôa técnica na produção das mudas, considerando que elas representam o alicerce da implantação de uma lavoura permanente. 8) — No preparo do terreno, evitar o uso de fôgo. 9) — Construir um sistema de obras conservacionistas, para evitar os malefícios da erosão. 10) — No plántio definitivo, observar os espaçamentos adequados a cada variedade: grande porte — 3,50 x 2,50; pequeno poste — 3,00 x 2,50. 11) — Fazer o alinhamento em curvas de nível. 12) — Fazer covas de 0,50 x 0,40, colocando 4 mudas por cova (nos cantos) com uma distância de 0,30 a 0,45 entre si. 13) — Aplicar adubação orgânica e química durante o plántio. 14 — Nas lavouras em produção, aplicar as práticas da: cobertura morta; adubações químicas, orgânica e verde; capinas embotadas. 15 — Condenar as podas de formação, só admitindo as de limpêza. 16) — Observar as deficiências de micro-elementos — (Zn, Cu, Fe, Mg, etc.), procurando corrigi-las. 17 — Efetuar calagens cuidadosas. 18 — Quando possível efetuar a irrigação artificial, por borrifo (atualmente muito onerosa). 19 — Combater as pragas e moléstias do cafeeiro. 20) — Confeccionar planta cadastral da propriedade, com os diversos talhões devidamente controlados.

☆

Colheita: conseguida uma boa produção por área, será mais fácil uma colheita mais caprichada.

Princípios que regem uma bôa colheita:

1) — Fazer prévia varreção do cafezal. 2) — Evitar a derriça no chão. 3) — Proibir o uso da vara. 4) — Usar escadas. 5) — Deriçar no pano 6) — Levantar o café derriçado, logo após a colheita. 7) — Quando possível, colhêr na césta ou na peneira. 8) — Colher parceladamente com boa porcentagem de cerejas. 9) — Não amontoar o café na roça. 10) — Transportar diàriamente o café colhido para a séde da fazenda. 11) — Bonificar os colonos ou empregados que colheram maior percentagem de cerejas e produto mais limpo.

☆

Preparo, no preparo reside o ponto capital para a produção de um café fino. Pode ser: por via séca ou ppr via úmida. Via séca: cafés de terreiro Via úmida: cafés despolpados.

Cuidados a serem seguidos no preparo por via séca.

1) — Usar seletores ou lavadores separados, na recepção do café da roça, para a separação das impurezas e dos lotes de boia e pesado. 2) — Proporcionar a primeira seca em terreiros de tijolos ou cimentados. 3) — A noite, deve-se amontoar o café e cobri-lo com encerado (essa operação uniformiza a secagem. 4) — Abolir os terreiros de terra batida, alcatroados e similares. 5) — Completar a seca em secadores macânicos. 6) — Usar secadores de fgo indireto e com alto rendimento térmico. 7) — Não usar temperaturas superiores a 75° C., 8) — Secar o café até um teor aproximado de 20% de umidade. 9) — Armazenar o produto em tulhas arejadas e construidas em ambiente s co.

Cuidados a serem seguidos no preparo por via úmida:

1) — Separa o lote pesado (a ser despolpado) em dois tamanhos. 2) — Despolpar o café no mesmo dia da colheita. 3) — Graduar a borracha do despolpador de maneira a não quebrar o pergaminho. 4) — Proporcionar o menor tempo possível à fermentação, usando preparados próprios (Benefaz, Pectinol, etc.) 5) — Determinar, com precisão, o ponto em qu ea mucilagem foi completamente removida (áspero). 5) — Lavar o café despolpado, após a fermentação, com o devido cuidado 7) — Retirar a água de embibição, do despolpado, por meio de turbinagem ou de meia seca no terreiro. 8) — Efetuar a secagem mecânica, em temperatura estável de 65° a 75° C. 9) — Armazenar o produto com cêrca de 20% de umidade.

☆

Benefício: O café de terreiro (côco) e o despolpado (casquinha) são, em seguida submetidos à operação de beneficiamento. Essa operação implica, profundamente, no "tipo" do café.

Cuidados no beneficiamento:

1) — Beneficiar café com, no máximo, 18% de umidade 2) — Usar máquinas de bom rendimento e que não quebrem os grãos. 3) — Usar máquinas que disponham de catador de pedras. 4) — Usar máquinas que efetuem boa classificação. 5) — Preferir máquinas que possuam "sururuca" (catador de marinheiros). 6) — Inutilizar comercialmente a "escolha" usando-a como adubo orgânico. 7) — Efetuar a catação normal e o rebeneficio, quando necessários.

Exposição Nacional de Agricultura

A Cooperativa Agrícola de Cotia, comemorando o seu 30.º aniversário de fundação, fará realizar, no período de 27 de abril a 1 de maio, uma Exposição Nacional de Agricultura, ocupando uma área de 60.000 metros quadrados, dos quais 20.000 metros quadrados cobertos.

O local será dividido em pavilhões que abrigarão:

a) produtos agrícolas;
b) exposição de flores e plantas ornamentais;
c) aspectos da vida rural;
d) exposição de arte popular;
e) animais de pequeno porte;
f) arranjos florais;
g) Cooperativa Agrícola de Cotia;
h) pavilhão das organizações oficiais;
i) produtos industriais;
j) postos de comercialização de produtos da Cooperativa.

A exposição será realizada na Cooperativa Agrícola de Cotia, Avenida Jaguaré, 2.500, Centro Industrial do Jaguaré, S. Paulo.

Para conhecimento dos interessados, transcrevemos adiante o Regulamento do referido certame:

REGULAMENTO

CAPITULO I

Art. 1.º. A Exposição compor-se-á das Seções I e II.

§ 1.º. Os produtos expostos na Seção I serão julgados por comissões especializadas, conferindo-se diplomas e prêmios aos classificados.

§ 2.º. Os produtos incluídos na Seção II não serão objeto de julgamento ou classificação.

Art. 2.º. Os produtos expostos deverão provir exclusivamente de produção ou criação própria do expositor.

Art. 3.º. As quantidades dos produtos a serem expostos deverão obedecer à relação geral anexa.

Art. 4.º. Cada expositor poderá exibir um único mostruário ou lote de cada produto ou espécie, não havendo limitação ao número de variedades que deseje apresentar.

Art. 5.º. Os produtos expostos na Seção I e o vasilhame utilizado em seu transporte não serão devolvidos aos expositores.

Parágrafo único. Excetuam-se orquídeas, plantas em vasos, aves, animais de pequeno porte, trabalhos manuais, artigos manufaturados, fotografias e quadros de pintura.

Art. 6.º. Os produtos expostos na Seção I, uma vez entregues ao encarregado da recepção, não poderão, a qualquer pretexto, ser objeto de troca, substituição ou devolução.

Parágrafo único. Após terminadas as classificações, os artigos perecíveis, tais como flores, verduras e hortaliças, poderão, a critério da Comissão, ser renovados ou substituídos, a fim de se manter sua boa aparência.

Art. 7.º. Os produtos só serão admitidos no recinto mediante apresentação do respectivo formulário de inscrição, emitido pelo encarregado da recepção.

Art. 8.º. Os produtos agrícolas comuns deverão ser acondicionados em embalagens que não os prejudiquem ou danifiquem.

Parágrafo único. As embalagens a serem apresentadas à Exposição serão determinadas pela Comissão.

Art. 9.º. Correrão por conta exclusiva do expositor não só os gastos de carreto, mas também todos os gastos de carreto, mas também todos os outros que se relacionem com a exposição de seus produtos.

Art. 10. Caso o número de produtos venha a ser demasiadamente elevado e os pavilhões não comportem a exibição de todos êles, a Comissão reserva-se o direito de excluir parte dos produtos não classificados.

CAPITULO II

Inscrição, recebimento e devolução dos produtos

Art. 1.º. Os interessados em expor seus produtos deverão fazer inscrição prévia até o dia 31 de março de 1957, fornecendo à Secretaria da Exposição os seguintes dados:

a) Seção em que desejam expor;
b) Nome do expositor e localidade onde reside;
c) Natureza dos produtos a serem expostos e quantidades correspondentes.

Art. 2.º. Os produtos, ao serem entregues à Comissão, deverão estar acompanhados dos respectivos formulários de inscrição (côr azul para os produtos da Seção I e rosa para os da Seção II) devidamente preenchidos.

Art. 3.º. Os produtos que necessitarem de análise para fins de julgamento, como sejam óleo de menta, môlho, vinho, suco de frutas, bebidas alcoólicas de fru-



No gabinete do Presidente da SNA, o Sr. Dr. Gervásio Inoue, Presidente da C. A. C., acompanhado do Sr. Fábio Yasuda, Diretor daquela organização, expõe ao Secretário-Geral da Sociedade, Sr. Luiz Marques Poliano, os planos para a Grande Exposição de abril

tas, etc., deverão ser entregues à Secretaria da Exposição, na sede da C. A. C., rua Cardeal Arcoverde, 2.539, São Paulo, S. P., até o dia 10 de março de 1957.

Art. 4.º. Os produtos destinados à Exposição, bem como os mostruários, deverão ser entregues no local do certame até às 12 horas do dia 25 de abril de 1957.

Parágrafo único. Os produtos perecíveis ou fàcilmente deterioráveis serão aceitos até às 12 horas do dia 26 de abril.

Art. 5.º. Os produtos que chegarem após os prazos acima não serão aceitos.

Art. 6.º. A devolução prevista dos produtos mencionados no parágrafo único do artigo 5.º (capítulo I) será feita a partir do término da Exposição até às 17 horas do dia 3 de maio de 1957.

Parágrafo único. Vencido êsse prazo, a comissão não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos.

SECRETARIA DA EXPOSIÇÃO
Comissão da Exposição
Rua Cardeal Arcoverde, 2.539
SÃO PAULO, S. P.

CONVÊNIO PREJUDICIAL À LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Apoio do D.A.R.D.I.F., às sugestões da U.C.O.D.I.F. sôbre a distribuição da torta de farelo de algodão pelo govêrno de São Paulo

Em face de recente convênio, firmado entre o govêrno do Estado de São Paulo e a COFAP para a distribuição da torta de farelo de algodão pelo referido Estado aos demais setores de pecuária leiteira do país, o Sr. Fernando Riet, presidente da União Nacional das Cooperativas dirigiu uma circular às entidades filiadas solicitando sugestões das mesmas.

A União das Cooperativas do Distrito Federal, por seu presidente, Sr. Flávio da Costa Britto, apresentou um bem elaborado estudo sôbre o assunto, sendo o mesmo discutido em recente reunião do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal. Após prolongados debates os presentes apoiaram as sugestões da U. C. O. D. I. F. que são as seguintes:

I — "Somos de parecer que a precipitada portaria seja modificada em seu Artigo 2.º, o qual permite ao criador isolado, não pertencente aos quadros associativos de uma organização rural, receber diretamente das repartições competentes resíduos de trigo "in-natura", pois, êsse ato, representa um flagrante desestímulo ao espírito do associativismo rural. Por outro lado, sua prática contraria disposições da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal e da própria COFAP, que sempre doutrinaram e obrigaram os criadores, quer isolados ou filiados às organizações rurais, a utilizarem-se exclusivamente de fórmulas cientìficamente pré-estudadas, no intuito não só de ser conseguido um balanceado tècnicamente perfeito à alimentação dos plantéis e rebanhos, como também, para combater o câmbio negro proliferante no comércio irregular do resíduo "in-natura".

O favorecimento contido no Artigo em aprêço, não só desestimulará as cooperativas do Estado de São Paulo como criará um precedente de ação desagregadora nos demais setores rurais do país;

II — Quanto à distribuição das quotas de farelo de algodão, somos também contrários ao Parágrafo 4.º do Artigo 10º, da referida Portaria, o qual estabelece o seguinte:

"as quotas serão concedidas preferencialmente para a confecção de rações a serem consumidas dentro do território do Estado, sendo proibida a venda dos produtos "in-natura".

E contrários também ao Artigo 11.º, que preceitua:

"O fornecimento de torta de algodão aos pecuaristas dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Paraná, nos têrmos do item 4.º do Convenio entre a COFAP e o Govêrno do Estado, será feito através das coperativas e entidades rurais dêsses Estados, mediante ofício, em cada caso, dos respectivos secretários da Agricultura ao do Estado de São Paulo".

Atentemos bem para o espírito do Parágrafo e Artigo acima citados. O Estado de São Paulo produziu, em 1955/56, ... 153.000 toneladas de torta de algodão. Desta produção colossal, sòmente foi entregue à COFAP para distribuição entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e o Distrito Federal, a insignificância de 15,5% do total.

Todos nós sabemos que o primeiro rebanho leiteiro do país está em Minas Gerais. Em 2.º lugar temos o de São Paulo e depois o do Estado do Rio de Janeiro. Não obstaste, e por incrível que pareça, vejamos em linhas abaixo como a COFAP distribuiu a quota recebida:

1.º Minas Gerais	...	16.494 tns.
2.º Est. do Rio	.....	5.557 tns.
3.º D. Federal	.....	1.901 tns.
TOTAL	... ...	23.952 tns.

III — Do exposto, verifica-se uma grande injustiça distributiva para com o Distrito Federal, e o mesmo para com Minas Gerais e Estado do Rio. O Distrito Federal tem grandes necessidades de torta de farelo de algodão e 1.901 toneladas não constituem quantidade que lhe seja suficiente.

E' claro que o produto em causa, empregado quase que exclusivamente para o gado leiteiro e só em pequena percentagem para a avicultura, não autoriza a concordarmos que a pecuária de São Paulo fique com 100.000 toneladas, talvez mais, na próxima safra, em detrimento de outros rebanhos também respeitáveis, embora menores.

IV — Pelo referido Convênio, São Paulo se obrigou a abastecer com torta de farelo de algodão os Estados de Mato Grosso, Paraná e Goiaz. Entretanto, da leitura que se fizer do Parágrafo 4.º do Artigo 10.º, verificar-se-á que jamais êsses três Estados receberão qualquer quantidade de torta.

Sr. Presidente, podemos afirmar que, como sempre e até o momento presente, a torta de algodão está sendo vendida em São Paulo, ao preço que varia de Cr$ 2,50 a Cr$ 3,00 o quilo. Naturalmente, e V. Sa. não quererá provar do que afirmamos, pois conseguí-la, é impossível. Todavia, vale acentuar que, em S. Paulo, é corriqueira a venda de guias para retirada dêsse produto.

Assim, esta União propõe que o Representante das coperativas no Plenário da COFAP, pugnando pelos supremos interêsses da classe, apresente uma sugestão a vigorar imediatamente, nos seguintes têrmos:

"O Estado de São Paulo ficará com 40% da torta produzida em seu território, destinando-se os restantes 60% à Comissão Federal de Abastecimento e Preços que fará a distribuição com anuência da União Nacional das Associações de Cooperativas.

Impresso nas Oficinas Gráficas do "Jornal do Brasil" — Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio de Janeiro

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL



RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LX

MARÇO-ABRIL, 1957



Grande parte da renda dos fazendeiros e agricultores de Idaho, nos Estados Unidos, Estado muito montanhoso e com espessas florestas, deriva dos rebanhos de ovelhas, que se espalham pelas suas vastas planícies alimentando-se nos vales e encostas que não podem ser cultivados. Na foto, vê-se um rebanho pastando, observando-se, ao longe, os cumes gelados das Montanhas Sawtooth. Especial para "A LAVOURA" International Press Service

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da** E. F. Central do Brasil — **Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LX MARÇO-ABRIL, 1957

CARECEMOS DE DIRETRIZES PARA A ADUBAÇÃO (QUÍMICA OU MINERAL)

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da
Sociedade Nacional de Agricultura

Reconhecem os economistas e técnicos agrícolas que se faz mister uma planificação segura que garanta a conservação da fertilidade do solo no Brasil, que, por efeito da erosão e das exportações dos produtos agrícolas, ameaça levar o país à carência alimentar cada vez mais acentuada.

A indústria de fertilizantes nitrogenados e fosfatados, como a de corretivos calcáreos é daquelas que devem merecer as maiores atenções governamentais, devendo para êsse fim traçar-se diretrizes seguras em bases técnicas e econômicas.

A Sociedade Nacional de Agricultura tem-se preocupado com o problema da utilização do lixo das cidades que, devidamente aproveitado, representa fonte de riqueza e adubo orgânico valioso.

—— x —— x ——

Como temos salientado, o fim principal da adubação é o de colocar no solo os elementos que lhe falta para assegurar colheita compensadora. Êsse resultado se consegue considerando, de um lado, a composição em NPK e Ca da colheita total (de que existem tabelas), e de outro, a composição do solo nesses mesmos elementos de que, pela análise físico-química realizada em estabelecimentos idôneos, poderão fornecer aos agricultores. As indicações sôbre as quantidades a usar para produzir os resultados econômicos desejados dependerá de orientação técnica. Daí o papel relevante reservado às estações experimentais às quais cabe orientar a prática da **adubação** cujo valor depende do aproveitamento dos adubos pela planta, o que depende não só da qualidade dos adubos, como do modo de aplicá-los, não havendo um método que se adapte a tôdas as situações.

Resumindo dizemos que o bom resultado da adubação dependerá :

1) od tipo de solo e suas exigências climáticas para a planta adubada;
2) da natureza do adubo e sua qualidade;
3) do clima.

Em resumo, dada a extensão territorial do Brasil e a variedade de clima e de solos, tem-se a medida do papel que concerne à ação dos estabelecimentos técnicos e de como se torna necessário o ensino agronômico para que sejam traçadas em nosso país as diretrizes para a **adubação racional**.

O **humus**, que é o resultado da decomposição da matéria orgânica, tem influência decisiva na fertilidade e é indispensável para alcançar-se bons resultados com os adubos químicos ou minerais. Isso ocorre muito principalmente nos solos tropicais ou sub-tropicais. Dever-se-á ter muito em consideração a **acidês** dos nossos solos e que a indicação dos técnicos é da maior importância para os rendimentos das culturas.

Sem essa adubação, com a restituição dos elementos fertilizantes extraídos do solo pelas colheitas, êle irá perdendo a fertilidade e caindo sempre os rendimentos agrícolas.

Sem os trabalhos de laboratórios e das experimentações não poderemos ter a orientação necessária para os nossos agricultores.

Não menos importante é o estímulo que precisaremos dar às explorações das jazidas minerais existentes com a respectiva industrialização.

AUSPICIOSAS PERSPECTIVAS PARA A FRUTICULTURA FLUMINENSE

O SR. MILTON FREITAS DE SOUZA, UM FRUTICULTOR PROGRESSISTA — FRUTICULTURA EM BASES RACIONAIS E ECONÔMICAS — ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL

O Sr. Milton Freitas de Souza, agricultor no Vale do Rio Petro, município de Petrópolis, é, sem dúvida, um exemplo de um fruticultor progressista, que praticando a fruticultura em bases racionais e econômicas, vem realizando trabalho digno de elogios, pelas perspectivas que abrem para a economia agrária do Estado do Rio.

Em um de seus pomares, tem plantados 85.000 pés de citrus e 5.000 mamoeiros, obedecendo sua exploração às mais modernas normas da agricultura racional, e, nas mesmas condições, em outro pomar ao lado, 11.000 videiras e 7.000 figueiras.

Paro atender às exigencias do pomar quanto à adubação orgânica, acaba o Sr. Milton Freitas de Souza, de planejar, a instalação de 100 galinheiros com a capacidade de 25.000 aves, que fornecerão cerca de 500 toneladas de estêrco de galinhas por ano.

Ao lado de uma agricultura racional e econômica, vem o Sr. Milton Freitas de Souza, com sua larga visão, dispensando uma assistência aos trabalhadores rurais e suas famílias, que merece ser ressaltada.

Além da assistência médica que proporciona aos empregados e suas famílias, vem o adiantado fruticultor fluminense se preocupando com o problema da habitação confortável e higiênica para os mesmos.

Assim é que já estão concluídas 10 residências para trabalhadores, construídas de alvenaria cobertas de telhas, dispondo todas elas de água quente e fria e demais instalações sanitárias.

Está planejado, agora, a construção de mais 50 casas nas mesmas condições, orçadas em Cr$ 7 5000 00 (Cr$ 150 000,00 por unidade)

Os investimentos que o progressista fruticultor fluminense empregará na melhoria do referido pomar sobem à Cr$ ... 27.000.000,00 dos quais Cr$ .. 15 000 000,00 para instalação do novo pomar; Cr$ 7.500,00 para a ampliação da vila operária; Cr$ 3.000 000,00, para a instalação do aviário e Cr$ 1.500.000,00 para a instalação de galpões destinados ao tratamento das frutas.

Novas e auspiciosas perspectivas abrem-se, portanto, para a economia fluminense, que encontrará na fruticultura, tal como a prática o Sr Milton Freitas de Souza, uma fonte de renda apreciável e crescente.

"ESTUDOS SÔBRE O TRIGO"

A venda esse trabalho original editado pela divisão de propaganda do SAPS



Em presença do Diretor-Geral do SAPS, Dr. Gabriel Vivacqua, o Dr. Mozart De Cunto recebe, em seu nome e dos outros autores, o prêmio conferido ao trabalho "Estudos sobre o Trigo" pelos Sindicatos da Industria do Trigo do Rio e de São Paulo

"Estudos sobre o Trigo", o mais completo livro em lingua portuguêsa que trata dos problemas do trigo, distinguido, o ano passado, com o "Prêmio Nacional de Alimentação", conferido pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social, foi também laureado com um prêmio de duzentos mil cruzeiros, pelos Sindicatos da Industria do Trigo do Rio de Janeiro e de São Paulo. Trata-se de um trabalho de equipe realizado pelos tecnicos Mozart De Cunto, Edelweiss Graner e Dorival Veloso, que depois de longos estudos e pesquisas apresentaram uma obra realmente original, sobre a importância do trigo como alimento nas civilizações antigas e modernas e o desenvolvimento da triticultura em nosso país.

Conferido aos autores o "Prêmio Nacional de Alimentação", o SAPS adquiriu os direitos autorais para a primeira edição do "Estudos sobre o Trigo", que acaba de ser lançada pela sua Divisão de Propaganda. Os dois grandes Sindicatos acima referidos, ao comunicarem à direção geral do SAPS sua deliberação de premiar os autores, salientam tratar-se de um prêmio extra que marca mais uma etapa promissora na Campanha Nacional do Trigo, em virtude da importância dos estudos e pesquisas realizadas por aqueles técnicos.

"Estudos sôbre o Trigo", sem dúvida uma das obras mais salientes da moderna bibliografia brasileira de Nutrição, criada pelo SAPS em nosso país, poderá ser adquirido diretamente no setor de Publicações do SAPS (Divisão de Propaganda — Praça da Bandeira, 96-3º andar) ou mediante reembolso postal, com pedidos feitos para o mesmo endereço, custando cada exemplar da obra Cr$ 200,00 (Duzentos cruzeiros).

A iminente chegada ao nosso País dos refugiados húngaros, nos sugeriu o presente reexame das condições climáticas brasileiras.

CLIMA E IMIGRAÇÃO

ADALBERTO SERRA

,, Isto porque, seguindo velha tradição, os órgão competentes procurarão encaminhar tais imigrantes para o Sul mais fresco, desprezando o tórrido Norte, cujo calor talvez levasse os recém-chegados a preferirem a trágica alternativa das geladas estepes siberianas.



A tradição referida não tem impedido, contudo, que a maioria dos alienígenas acabe abandonando os campos e se refugiando nas cidades, com as nefastas repercussões de todos conhecidas, e em cujo exame não entraremos. De um modo geral, todos atribuem o fato às precárias condições ecológicas ou econômicas em que se exerce a atividade rural brasileira: falta de assistência, de crédito, transporte, sêcas freqüentes, e outros males que só os brasileiros conseguem suportar.

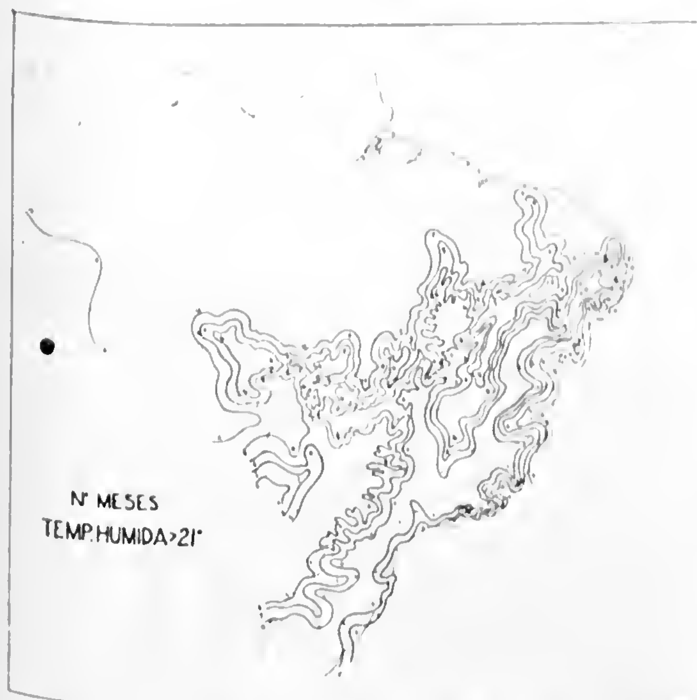
Mas não haverá fatores climáticos esquecidos neste quadro? Que adeanta dar ao colono boa terra, semente, adubo e maquinarias, se o calor insuportável lhe aniquila por completo as energias e até a vontade de viver? Não seria talvez mais prático delimitar prèviamente as zonas em que uma temperatura mais amenas lograsse assegurar o pleno rendimento do braço estrangeiro? É possível que assim o mesmo acabasse por se fixar no campo, contribuindo para aumentar a produção, em vez de vir para as cidades consumir a pequena safra arrancada à terra pelos caboclos.

Para o indispensável exame das condições climáticas utilizamos os valores da "Temperatura úmida" constantes do Atlas Climatológico do Brasil. Os europeus estão habituados a índice de 10 a 16º, e assim não podem trabalhar à tarde, nos campos, desde que o termômetro úmido ultrapasse a média mensal de 21º. Também o risco de insolação se torna acentuado quando expostos a valores acima de 24º.

Assim procuramos delimitar nas cartas anexas os números de meses em que aquêles níveis são normalmente excedidos. Curvas foram traçadas para 0, 3, 6, 9 e 12 meses, concluindo-se o seguinte:

a) Nas regiões em que a temperatura úmida média ultrapassa, por mais de 3 meses, o nível de 24º, torna-se impossível o trabalho agrícola do branco. Compreendem elas os Estados do Amazonas (salvo a fronteira ocidental), Pará (exceto o sudeste), Maranhão (faixa a norte de 4º), todo o Piauí, nordeste de Goiás, planície do Ceará (a norte de 6º), Rio Grande do Norte, e pequenos trechos do litoral leste, em tôrno a Recife, Aracaju e Ilhéus; finalmente, a região de Corumbá, em Mato Grosso.

b) Já nas zonas em que, sem atingir aquela marca, o termômetro úmido se



mantém na média acima de 21º, pode-se esperar uma adaptação precária dos colonos naturais da faixa mediterrânea (portuguêses, espanhóis, gregos, italianos, sirios), e tanto mais segura quanto menor o número de meses indicados nas cartas.

Não se deve, porém, confiar tais regiões a nórdicos (poloneses, alemães, húngaros, escandinavos, etc.), que nelas não lograrão permanecer.

Já excluidas as áreas do item anterior, cobrem as faixas de 21º as planiceis, o litoral, e os grandes vales de todos os restantes Estados até o extremo Sul, e melhor que qualquer enumeração o terceiro mapa as delimita com exatidão.

c) Por último, no interior da isolinha O da carta de 21º, todos os meses se prestam ao trabalho braçal de europeus, o clima lhes permitindo uma perfeita adaptação.

Compreende a mesma as zonas beneficiadas pela altitude: Serras de Pernambuco, Paraiba e Bahia, planaltos de Minas, São Paulo, Goiás, cadeias do Estado do Rio, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a planicie dêste kltimo Estado fronteiriço com o Uruguai, e o extremo sul de Mato Grosso.

O estudo racional do problema permitiu assim derrubar o velho preconceito contra o Norte que possui, como se vê, faixas bem mais amenas que outras do sul.

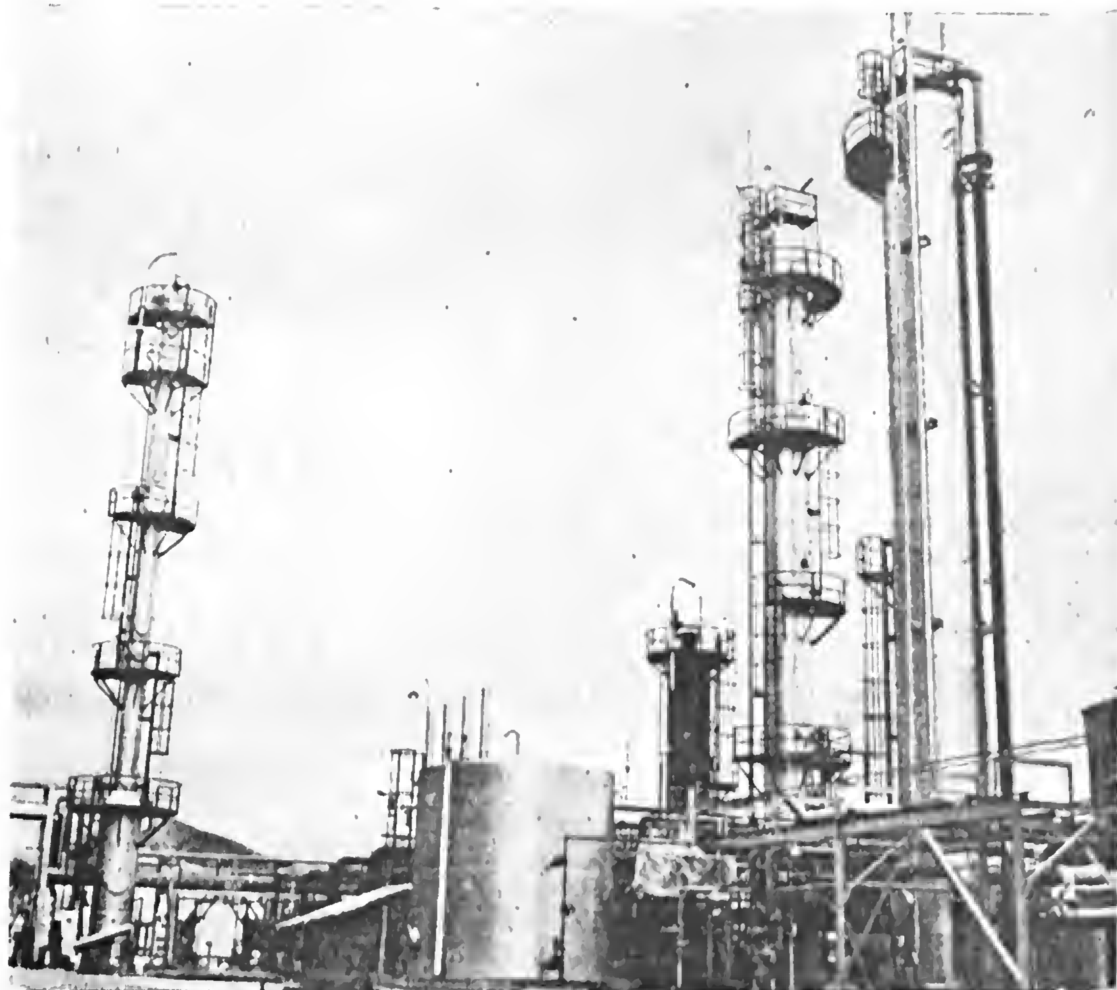
E nas culturas em que o trabalho ao ar livre ficar limitado a 3 ou 6 meses ainda será mesmo possivel aproveitar boa parte das áreas condenadas.

Ao concluir, uma breve advertência: não pretende êste artigo ditar normas, apenas fornecer documentação precisa sôbre um assunto de interêsse geral.



OPORTUNA E FELIZ INICIATIVA DA PETROBRÁS

Maior produtividade agricola pela adubaçao racional — Instalaçao, em territorio nacional, de uma fábrica de adubot nitrogenados — Grandiosa obra que está executando em Cubatão, a PETROBRAS — Produção, no futuro, de 31 toneladas de nitre de amônio granulado, por dia — Mais de 300 toneladas diárias de calnitre produzira a Fábrica de Fertilizantes de Cubatão



A fábrica de fertilizantes de Cubatao, ocupando uma área de 320,000 metros quadrados tem capacidade para produzir diariamente 340 toneladas de calnitas e 34 toneladas de Sulfato de Amonio

Uma das exigencias da agricultura brasileira é o aumento da produtividade de nossas terras mediante uma adubação apropriada e racional.

O lavrador nacional, para assegurar a serventia de suas glebas e o rendimento econômico de suas culturas, precisa de fertilizante barato, de boa qualidade e em volume capaz de suprir suas necessidades.

A importação de adubos custa ao Brasil um apreciável dispêndio de divisas. É uma situação que vem de longe, mas que, felizmente, chega ao seu fim, graças à construção, por iniciativa da Petrobrás, de uma fábrica de fertilizantes em Cubatão, no Estado de São Paulo, ora em fase de operação experimental.

Foi com a construção da Refinaria Presidente Bernardes, que surgiram os primeiros planos efetivos para

a instalação, em território nacional, de uma fábrica de adubos nitrogenados. Os estudos para a construção dessa fábrica foram iniciados pelo Conselho Nacional do Petróleo, em fins de 1951. Coube, porém, à Petrobrás completar êsses estudos e executar a obra. A montagem da fábrica de fertilizantes em Cubatão, assim como a direção geral das obras de sua construção, estiveram a cargo de elementos nacionais, assessorados por um grupo de técnicos estrangeiros. A parte das instalações auxiliares e complementares foi inteiramente projetada no Brasil.

A fábrica de fertilizantes da Petrobrás é o maior estabelecimento da indústria petroquímica no país. Sua capacidade de produção é de 340 toneladas diárias de calnitro (mistura de nitrato de amônio e calcáreo). Produzirá também 34 toneladas de nitrato de amonio granulado por dia. Essa produção é suficiente para atender às exigências do consumo interno de adubos.

O fertilizante produzido pela Petrobrás é bastante rico em nitrogênio, levando vantagem sôbre o salitre do Chile, cuja importação passará a ser desnecessária.

A fábrica de fertilizantes de Cubatão aproveita, como matéria-prima, os gases residuais da Refinaria Presidente Bernardes, além do calcáreo dolomítico oriundo das regiões de Salto de Pirapora e Parnaiba, situadas a



Vista parcial da Fábrica de Cubatão. Em breve, graças à iniciativa da Petrobras, disporá o agricultor brasileiro de abundante adubo nitrogenado fabricado no país e indispensável à boa produtividade de suas terras

cêrca de quarenta quilômetros da capital paulista. É integrada por três unidades — a de amônio, a de ácido nítrico e a de nitrato de amônio e fertilizantes — ocupando uma área de 320 mil metros quadrados.

Com o início próximo da produção comercial da fábrica de fertilizantes da Petrobrás, o agricultor brasileiro se libertará da necessidade de mandar vir de fora os adubos nitrogenados indispensáveis à conservação e à boa produtividade de suas terras. E o Brasil terá o seu orçamento cambial aliviado de um ônus que se traduz em várias centenas de milhares de dólares por ano.

Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná

Já se encontra em funcionamento, o **Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná** instituído pelo Decreto n.º 18443, de 30 de julho de 1955.

Trata-se, sem dúvida, de um órgão que poderá prestar bons e relevantes serviços no que diz respeito à defesa dos recursos naturais do Estado do Paraná tão ameaçado pela incompreensão e vandalismo do elemento humano, e que por isso mesmo merece e precisa ser instituído em todos os Estados do Brasil.

São atribuições do referido órgão, em boa hora instituído pelo Govêrno do Paraná:

a) elaborar projetos visando a determinação de áreas destinadas a constituir florestas e parques estaduais.
b) estudar a localização de áreas no Estado, visando a proteção da flora, da fauna, das belezas naturais, e preservação dos sambaquis.
c) apresentar sugestões relativas à utilização das áreas relacionadas, quer de domínio público ou particular.

O Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná é integrado por 14 membros nomeados pelo Govêrno do Estado



Aspecto de um pinheiral de quatro anos de idade, plantado no Estado do Paraná pelo Instituto Nacional do Pinho

e tem como presidente nato o Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura.

Compõem o referido Conselho, engenheiros agrônomos, silvicultores, geólogos, botânicos, geógrafos, arqueólogos, historiadores, ecólogos, zoólogos, arquitetos ou engenheiros civis, e naturalistas.

De acordo com o que preceitua o artigo 9.º do referido decreto o "Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná através de comissões nomeadas, promoverá junto às autoridades municipais, os estudos necessários à criação de parques municipais, aprovação de leis que visam preservar áreas florestais para favorecer a conservação do solo e a proteção dos mananciais, assim como a conservação das belezas naturais, porventura existentes nos mesmos".

O artigo 11, do Decreto n.º 18 443 estabelece que "o Conselho procurará por todos os meios de divulgação esclarecer a opinião pública sôbre a importância da proteção à natureza, reflorestamento, conservação das matas, belezas naturais, sambaquis etc."

A Sociedade Nacional de Agricultura, que tanto se preocupou sempre com a defesa dos recursos naturais do país, rejubila-se com o recente ato do Govêrno do Paraná instituindo o seu Conselho de Defesa do Patrimônio Natural e formula votos para que, de sua atuação resultem medidas efetivas de defesa dos inúmeros recursos naturais do grande e pujante Estado do Sul.

Geraldo Goulart da Silveira
Diretor-Técnico da S. N. A.



Aspecto de um pinheiral plantado pelo Instituto Nacional do Pinho, que, desde 1941, já plantou mais de dezoito milhões de pinheiros no sul do país

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

LXXI

Refinarias de sal — Sal de mesa — Sal iodatado — Emprêgo do sal refinado nas indústrias de laticínios e salgas lhas.

Estabeleceu o Instituto Nacional de Sal (Resolução número 57/56) normas para a instalação e fiscalização da indústria de sal refinado. Considera Refinaria de Sal o estabelecimento industrial que, por meio de processos técnicos e partindo do sal bruto comum ou de salmoura natural, obtenha um produto que haja sido esterilizado e não contenha germes patogênicos, seja de granulometria uniforme e adequada ao fim a que se destinar, enquadrando-se nas condições mínimas fixadas no regulamento da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, a saber:

I — teor mínimo de 98,5% (noventa e oito e meio por cento) em cloreto de sódio;

II — ausência de substâncias orgânicas e minerais estranhos à composição normal do sal;

III — o maximo de 0,2% (dois décimos por cento) de insolúveis totais na agua, e

IV — o maximo de 25º (vinte e cinco grau) de turbidez.

No "sal de mesa" é admissível até 2% (dois por cento) de um agente químico dispersivo e inerte (fosfato de cálcio ou carbonato de magnesio) e no "sal iodatado" destinado ao combate ao bocio endêmico (lei 1.944 de 14/8/53) a porcentagem de 10 (dez) miligramas de iodo elementar para cada quilograma de sal.

Nos sacos e quaisquer outros recipientes em que for acondicionado o produto, respeitadas as exigências do Comunicado número 16/151 de 28/6/1946, sera declarado "Refinado" e, quando destinado à alimentação ou ao combate ao bócio sera declarado "Para mesa" ou "Iodatado" e, também, da analise efetuada no I.N.S. e a do Laboratorio Bromatologico.

Observadas as normas em boa hora estabelecidas pelo Instituto Nacional do Sal fica o consumidor habilitado a adquirir o produto adequado às suas necessidades.

LXXII

Instalação de bibliotecas nas Associações Rurais — Auxilio do Instituto Nacional do Livro.

Sendo as Associações Rurais orgãos de colaboração com os poderes públicos no âmbito municipal, é natural que o Instituto Nacional do Livro auxilie a instalação de suas bibliotecas, a exemplo do que faz com as municipalidades, — subordinando, embora, a concessão do auxilio a determinadas exigências, quanto ao funcionamento. Deve ficar a cargo da Associação o custeio da instalação da biblioteca, seu funcionamento e aquisição dos livros de técnica agropecuaria, e do Instituto, o fornecimento de livros e publicações de cultura geral, alem da indispensável assistência tecnica. Atualmente auxilia o I.N.L. bibliotecas instaladas, registradas e em franco e regular funcionamento.

LXXIII

A Associação Rural de Ingá e a Instrução.

De uma carta (30/11/56) do Presidente Prof. Severino Alves da Rocha, vale destacar os seguintes trechos:

1 — "Estou em demarches para a fundação de uma Escola Normal Regional Rural que será mantida pela associação, e a primeira a ser fundada no Estado".

2 — "Fundamos a primeira Escola Rural Distrital mantida pela Associação. Não me recordo se lhe comuniquei ou pedi licença, quando da criação da dita escola, que funciona no lugar denominado Convento e tem o nome de Escola Rural Antônio de Arruda Camara".

3 — "A nossa biblioteca será muito breve oficialmente inaugurada".

Os livros e quaisquer publicações oferecidas deverão ser remetidos, via postal, para a sede da Associação Rural na cidade de Ingá, Estado da Paraíba.

LXXIV

Cooperativa dos Plantadores de Tungue Paulo Monteiro de Barros, Ltda. (Caxias do Sul — Rio Grande do Sul).

Entre as Cooperativas em destaque que a SUL-COOP (Ano VIII-nº 40) pôs em foco, em 1956, figura a dos plantadores de tungue. Fundada na cidade de Caxias do Sul em 1949, — ano em que, seja pela especulação dos intermediarios, pela falta de mercado ou, ainda de transporte, estavam os agricultores dispostos a abandonar a exploração da apreciada oleaginosa. Iniciou suas atividades com 11 associados e Cr$ 117,.200,0 de capital. Depois de sete anos de esforços apresentava a cooperativa Cr$ 4.331 500,00 de capital e um patrimonio avaliado em Cr$ 1.22· 000,00. Conta cêrca de 331 associados distribuidos por 25 municipios gaúchos. Sua produção em 1955 foi de 167.000 quilos de óleo, 318.000 quilos de torta e 101.000 quilos de casca de tungue moida. Montou fábrica de adubos, esta suprindo parte do mercado nacional de oleos e já iniciou a exportação para o Chile, Inglaterra, Estados Unidos e Espanha.

LXXV

Efeitos do desmatamento.

Há cinquenta anos conheci a Serra Velha prospera, rica e dispondo, ao seu redor, de uma rêde de olhos d'agua doce que abastecia a população de cêrca de duas e meia léguas em torno. **Buraco, Convento, Catolé, Seixa e Cacimba Cercada,** — esta reservada

o trabalho da lavadeira [illegible] o poço da fonte que no [illegible] há algum tempo [illegible] como [illegible] desaparecido.

[illegible] passagem, adiante transcrita, da carta referida no tema LXXIII talvez esclareça [illegible] o desaparecimento da [illegible] fonte.

"Hoje a paisagem do Pé da Serra é muito diferente, tudo é campado e sem [illegible] a terra está cansada. Basta dizer que a média de produção do algodão há vinte anos atrás ainda era de 1.000 quilos por hectare, e hoje não chega a 200 quilos".

É necessário evitar a queimada e combater a [illegible] dos, deixando a água da chuva embeber o solo. É necessário plantar a terra devastada, começando e [illegible] árbores que se reproduzam por [illegible] como, por exemplo, o cajá, o umbu, o [illegible], etc. e o cordeiro. A [illegible] das plantas reproduzidas por [illegible] favorece o desenvolvimento das multiplicadas por semente como o [illegible] e outra.

Convém lembrar que o riacho Salgadinho, afluente do rio [illegible] hoje Camaratê, era em quase toda a sua extensão plantado de coqueiro [illegible] a maioria dos [illegible] originais tinha, além do coqueiro, a pinha, a graviola, o umbu, o cajá, a pitomba e além excelente cajueiro.

A sugestão a ser feita é no sentido de proprietário [illegible] da terra e da propriedade [illegible] conversarem com os antigos moradores e, por intermédio da Associação Rural de Ingá, obterem a orientação [illegible] do dr. Lauro Xavier, representante no Estado da Paraíba do Serviço Florestal.

LXXVI

Emprego do angico no reflorestamento do agreste e caatingas paraibanas — Casca de angico.

[illegible] anterior deixei [illegible] o plantio de angico [illegible] terra devastada. Trata-se de árvore preciosa como madeira de lei, como fornecedora de lenha e, sobretudo, pela casca, curtidora de primeira ordem. A casca do angico extraída para a indústria de curtume elevou-se a [illegible] quilos no valor de Cr$ 9.403.632 em [illegible] municípios que prestaram informações ao Serviço de Estatística da Produção. Em ordem decrescente do volume e valor foram os seguintes os Estados extratores: Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Maranhão, Minas Gerais e Sergipe. Dentre os angicos encontrados na zona fitogeográfica agreste-caatinga paraibana figuram o angico branco e o angico vermelho, [illegible] apresentam maior teor em tanino.

LXXVII

O babaçu — Aumento da área de exploração e de ocorrência.

A área de exploração do babaçu e em certa zona a de ocorrência tem aumentado. A colheita ou apanha dos cocos elevou-se, em 19[illegible], a [illegible] quilos e o valor de Cr$ [illegible],00, sendo, em ordem decrescente, os maiores produtores: Maranhão, 44 municípios, 66.239.[illegible] quilos no valor de Cr$ 151.362.541,00; Piauí, [illegible] municípios, [illegible] quilos, no valor de Cr$ [illegible],00; Goiás, 13 municípios, 3.297.876 quilos, no valor de Cr$ 16.206.532,00; Minas Gerais, [illegible] municípios,

(Continua na pag. 42)



Para o consumo doméstico desenvolveu-se, em certas regiões do babaçu, o preparo de azeite [illegible] de variadas aplicações. Segundo Renato Braga uma AZEITEIRA quebra por dia 500 cocos, obtendo 10 litros de amêndoas, das quais extrai 5 garrafas de óleo empregado na iluminação, alimentação e preparo do sabão. É também usado no dizer de David Felinto, como óleo para cabelo. (Foto Azoubel. S. Luís)

MANIFESTO Á LAVOURA, DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FORMICIDAS E INSETICIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Parecer da Sociedade Nacional de Agricultura)

A diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura em reunião de 7-1-1957 aprovou, por unanimidade, o parecer de seu Diretor Tecnico, Engenheiro-Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, a respeito do manifesto à Lavoura, do Sindicato da Indústria de Formicidas e Inseticidas do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Cumprindo o despacho de V. S., datado de 16/12/56, remetendo para opinar, o Manifesto à Lavoura, do Sindicato da Indústria de Formicidas e Inseticidas do Estado de São Paulo, cabe-me, em virtude dos estudos que sôbre o mesmo procedi, submeter à vossa consideração o seguinte parecer:

1 — Os defensivos da lavoura (inseticidas, fungicidas, acaricidas, herbicidas, etc.), em virtude do uso obrigatório e cada vez mais generalizado dos mesmos na agricultura, têm merecido sempre do poder público, um tratamento especial no que tange às tarifas alfandegárias, permitindo assim a importação dêsses produtos com taxas reduzidas.

2 — Na opinião generalizada dos técnicos, na categoria de defensivos para a lavoura devem ser compreendidos não só os compostos químicos representados por *"preparações ou preparados pròpriamente ditos"*, utilizados na lavoura para fins de defesa sanitárias das culturas, como também certos *"produtos químicos definidos"* utilizados como ingredientes ativos ou inertes nas referidas preparações (com ou sem necessidade de transformação industrial).

3 — Além da redução da tarifa alfandegária, os defensivos da lavoura têm recido do poder público outras vantagens, tais como isenção do impôsto de consumo, amparo nos leilões especiais de divisas, ect.

4 — Objeções têm sido feitas últimamente sôbre a aplicação da taxa reduzida convencional de Cr$ 0,14 por quilo, estabelecida para os inseticidas e semelhantes, aos *"produtos químicos definidos"*, sob a alegação de que êles não constituem *"preparacoes ou preparados"*.

Para êsses últimos, a aduana é de parecer que se deva cobrar a taxa de 25% "ad-valorem", em lugar de Cr$ 0,14 por quilo, como estabelece o Decreto 25.474, de 10/9/1948.

5 — Os defensivos para a lavoura são de uso forçado e indispensáveis para que, através do tratamento das doenças e pragas dos vegetais seja possível o aumento da produção agrícola e assim sendo, devem os mesmos (preparações, preparados e produtos químicos definidos) gozar de tarifas alfandegárias reduzidas.

6 — Aceitamos o ponto de vista de que, havendo tarifas reduzidas para todos os defensivos (inclusive os produtos químicos definidos) devam ser estabelecidas certas condições para a sua importação, para que não venham a ser os mesmos utilizados para outros fins.

Em face do exposto, somos de parecer, portanto:

1 — Que, além dos "preparados ou preparações" devem gozar, também, da tarifa reduzida de Cr$ 0,14 por quilo, os produtos químicos utilizados como ingredientes ativos ou inertes nas respectivas preparações, tais como arsênico branco, atapulgita, brometo de metila, polissulfeto de cálcio, sulfato de cobre, polissulfeto de bário, fósforo vermelho, fósforo branco e outros, assim considerados pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura.

2 — Para que os "produtos químicos definidos" possam gozar da taxa reduzida, devem os mesmos apresentar a pureza e outras caracteristicas exigidas pela D.D.S.V.

3 — A vantagem de tarifa reduzida só deve ser concedida:

a) — aos fabricantes de defensivos da lavoura devidamente credenciados no Ministério da Agricultura.

b) — aos "produtos químicos definidos" ou seus derivados de fabricação devidamente registrados na D.D.S.V. do Ministério da Agricultura.

4 — Os fabricantes de defensivos da lavoura que importarem "produtos químicos definidos", deverão comprovar, desde que solicitados pela D.D.S.V., a utilização dos mesmos como defensivos da lavoura.

5 — Os "produtos químicos definidos" que venham a ser produzidos pela indústria nacional em quantidades suficientes para atender às necessidades do consumo dos defensivos da lavoura no país, deverão ser excluídos da categoria de taxa reduzida.

6 — Os "produtos químicos definidos" cuja utilização, como defensivo da lavoura, se tornar obsoleto, deverão, também ser excluídos da categoria que goza de tarifa especial, cabendo à D.D.S.V. opinar nesse sentido.

(Ass. Geraldo Goulart da Silveira — Diretor Técnico.

NOTICIÁRIO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

Solenidade de formatura dos diplomandos de 1956 — Resumo do relatório das atividades da Escola

Sob a presidencia do Sr. Luis Marques Poliano, Secretario Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, representando no ato Prof. Arthur Torres Filho, realizou-se na Escola de Horticultura "Wenceslau Bello", mantida pela referida entidade, a solenidade de formatura dos alunos que concluiram os cursos profissionais em 1956.

Tomaram assento na mesa, alem do Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura ,os Professores Geraldo Goulart da Silveira, Subael Magalhães da Silva e Pedro Goulart da Silveira Filho, os assistentes de ensino Agricola Castelo Borges, André da Silva Neto e João Nunes Castelo e o ex-aluno, fruticultor Severino Gonçalves Camara.

Transcrevemos a seguir, o resumo do relatorio referente ás atividades da Escola de Horticultura "Wenceslao Bello" durante o ano de 1956.

RESUMO DO RELATORIO REFERENTE AO ANO DE 1956

Durante o ano de 1956, embora elevadas as dificuldades consequentes do aumento do custo de vida, funcionou, com regularidade, a Escola de Horticultura "Wenceslao Bello", mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Providências oportunas, baseadas as de ordem economica em plano adotado para o desenvolvimento da producao, permitiram,



Mesa que presidiu a solenidade de conclusão do curso profissional da Escola de Horticultura Wenceslao Bello em 1956, vendo-se da esquerda para a direita o assistente de ensino João Nunes Castelo, os Professores Pedro Goulart da Silveira Filho e Geraldo Goulart da Silveira, o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretario-Geral da S. N. A. e representante do professor Arthur Torres Filho, o assistente de ensino Agricola Castelo Borges, o professor Subael Magalhaes da Silva, o ex-aluno Severino Gonçalves Camara,, e o assistente de ensino André da Silva Neto

Usaram da palavra, alem do diplomando que interpretou o pensamento da turma, os Senhores :

a — Luis Marques Poliano, que, em magnifico improviso congratulou-se com os diplomandos pelo feliz exito da conclusão do curso e salientou o cuidado e o interesse da S N A pelo problema do ensino agricola, reafirmando o proposito da referida entidade tudo fazer para melhorar e ampliar cada vez mais as atividades da Escola de Horticultura "Wenceslao Bello".

b — O Prof Geraldo Goulart da Silveira, que, em nome dos professores despediu-se dos alunos salientado a responsabilidade dos mesmos no sentido de elevar cada vez mais o nome da Escola de Horticultura "Wenceslao Bello" e tudo fazer pelo progresso da horticultura no pais

fossem atendidas, em parte, com rigorosa economia na aplicacão do auxilio oficial, as necessidades do ensino e do custeio do estabelecimento, embora enormes tenham sido as dificuldades.

Os cursos, permanentes, como nos anos anteriores, funcionaram sob o regimem de internato, e os temporários sob o regimem de externato, ambos inteiramente gratuitos.

O movimento de matriculas nos cursos permanentes foi animador, distribuindo-se os alunos internos em três cursos que funcionaram regularmente

Curso de Hortelão	(1º e 2º ano)	16 alunos
Curso de Fruticultor	(1º e 2º ano)	16 alunos
Curso Previo	(1º ano)	4 alunos

A frequência ás aulas em todos os cursos permanentes, alcançou o mais elevado indice, para isto concorrendo o regimem de

internato, a procedencia, as boas condiçoes de saude, e a disciplinada maneira de viver a que se habituaram os alunos do estabelecimento, sob regimem de auto-disciplina

O regimem de internato e o único que favorece a frequência de rapazes procedentes dos meios rurais

Segundo a procedencia, foi a seguinte a distribuiçao dos alunos internos



Diplomandos de 1956 da Escola de Horticultura Wenceslao Bello e suas respectivas madrinhas após a solenidade da conclusão do curso

Estado Espirito Santo	12	isto é 33, 33%
Estado de Minas Gerais	9	isto e 25%
Estado do Rio .	7	isto e 19, 44%
Distrito Federal .	6	isto é 16, 67%
Estado do Paraná	2	isto é 5, 56%

O movimento geral dos exames, foi o seguinte nos diferentes cursos:

Número de alunos que puderam entrar em exame

Curso de Hortelão	16
Curso de Fruticultor	16
Curso Prévio	4
TOTAL	36

Número de alunos aprorudos nos exames

Curso de Hortelao	13
Curso de Fruticultor	13
Curso Previo	4
TOTAL	30

De acordo com as notas obtidas, concluiram os cursos

6 Hortelões
6 Fruticultores

e foram promovidos em primeira época:

Para o 2º ano de Hortelão 6 anos

Para o 2º ano de Fruticultor 6 alunos.

Educar visando acima de tudo a preparação moral dos jovens matriculados nos Cursos Permanentes, têm sido sempre, objeto da mais cuidadosa atenção.

Cuida-se tambem, com igual carinho, da elevação do nivel cultural, instruindo.

As datas nacionais e bem assim as da fundação da Escola e da Sociedade Nacional de Agricultura, são comemoradas com solenidades cívicas.

Sobre os grandes vultos da agricultura brasileira realizam-se todos os anos uma série de palestras

Os dias da árvore e da ave são sempre objetivamente comemorados, realizando-se todos os anos, concurso de frases que desperta, geralmente, grande interêsse.

Desenvolvimento das atividades da Escola de Horticultura "Wenceslao Bello"

A Sociedade Nacional de Agricultura, desde 1897, mantém, na Penha, Distrito Federal, um estabelecimento de ensino que bons e relevantes serviços vem prestando ao ensino agrícola no país

Ainda agora, desejando reequipar e aparelhar convenientemente a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", para que ela possa ampliar suas atividades, e continua realizando num âmbito mais amplo, o trabalho que sempre realizou, desde a sua fundação, além de outros, que de futuro realizará, vem a Sociedade Nacional de Agricultura dispensando uma atenção toda especial ao referido estabelecimento de ensino

Investimentos já estão sendo feitos na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e planos de ampliação de suas atividades já estão sendo elaborados dentro do programa que a Sociedade Nacional de Agricultura se propoz realizar na tradicional Escola

Para atender, no momento, a êsse trabalho, houve por bem a

(Continua na pág. 33)

RAÇA NACIONAL "CARUNCHO"

(O porco ideal para criar)

A suinocultura Guararema do sr. Luiz Hermanny Filho, localizada em S. Luiz de Guararema na Estrada da Areia, em Itaipava, Estado do Rio, vem realizando um trabalho notável com a sua magnífica criação de porcos selecionados da raça Nacional "Caruncho".

Entre as vantagens do "Caruncho", podemos citar:

a — tipo caseiro de 4 a 6 arrobas com 8 a 10 meses.

b — tipo comercial, de 6 a 10 arrobas, quando é engordado cevado.

A raça nacional caruncho, será, sem dúvida, no futuro, a raça ideal, concorrendo, com vantagens, com as raças alienígenas.

Ela é hoje, incontestavelmente, uma raça nacional



Reprodutor da raça "Caruncho" selecionado rigorosamente dentro do "standard" da raça Criação da Suinocultura Guararema — Itaipava — Estado do Rio

a — extremamente manso

b — pouco exigente quanto a alimentação

c — engorda rápida

d — resistente às moléstias

e — prolífero (as porcas dão em média, 6 a 8 leitões por ninhada).

O Sr. Luiz Hermanny Filho, vem, nos últimos anos, com grande entusiasmo, se dedicando ao estudo e criação da raça "Caruncho", procurando melhorá-la.

A suinocultura Guararema, é especializada em reprodutores de alta qualidade. As porcas são prolíferas e boas criadeiras, dando em média 6 a 8 leitões por ninhada. Os leitões são espertos e de desenvolvimento rápido. Há dois tipos de capados:

aperfeiçoada tendo como características principais a uniformidade do tipo e a fixidez dos caracteres.

O sítio São Luiz de Guararema, adota o seguinte "standard", para a raça Caruncho: **Corpo** volumoso, roliço, linha de cima ligeiramente arqueada. Defeito, dorso com depressão. **Cabeça** pequena, testa achatada e larga, focinho curto (defeito, focinho arrebitado), grosso e reto (defeito, maxilar inferior mais desenvolvido do que o superior). Sua papada é leve (defeito: papada descida). **Orelhas** pequenas, em pé. **Pescoço** curto e grosso. **Peito** largo, profundo e amplo. **Espáduas** largas e cheias, não sobressaindo à linha do dorso. **Dorso** largo, comprido e ligeiramente arqueado. **Lombo** largo e ligeiramente arqueado. **Ancas** compridas e arredondadas. **Pernis** cheios e pesantes, descendo bem até o jarrete. **Cauda** implantação alta, enrolada, no fim forma uma espécie de pincel achatado. **Costelas** cheias bem arqueada e compridas. **Pernas** frente curtas, trazeiras mais altas, bem aprumadas, com ossada fina. **Pés** fortes e sólidos bem nivelados. **Cascos** apoiados bem no chão. **Pele** lisa e de cor parda, de acordo com a mancha. **Pêlo** curto e fino, manchado de branco e prêto, ou branco, preto e vermelho-amarelado. **Ação** animal sadio, temperamento tranquilo, muito manso, saúde perfeita. É um porco muito pouco andejo, mantendo-se sempre gordo.

UM BOM EXEMPLO

Graças aos sistemas e aperfeiçoamentos possibilitados pelo progresso das pesquisas e da técnica, pelos quais os agricultores e pecuaristas holandeses vem dispensando grande interêsse, grandes mudanças para melhor vem se processando na agropecuária da Holanda.

No após guerra, a produção agrícola na Holanda teve um aumento de 10 a 15 por cento, a produção de leite em relação com o número de vacas um aumento de 10 a 15 por cento e a produção de ovos um aumento de 20 a 30 por cento.

Mudança da Capital

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu da Confederação Rural Brasileira o ofício circular número 10, de 19-12-1956 encarecendo a necessidade das entidades da classe agrícola, cumprindo determinação das Conferências Rurais conjugarem esforços no sentido de ser fortificada a atuação dos Poderes Públicos no que diz respeito à mudança da Capital da República.

PENSAMENTO DAS CLASSES PRODUTORAS SÔBRE ASSUNTOS DE RELEVANTE INTERÊSSE NACIONAL

O que foi a I Reunião Plenária das Classes Produtoras — Atuação da Confederação Rural Brasileira — Participação da Sociedade Nacional de Agricultura — Importantes recomendações aprovadas

(Especial para "A Lavoura", pelo Eng. Agronomo Geraldo Goulart da Silveira, delegado da S. N. A.).

I — *Generalidades*

A Confederação Rural Brasileira, a Confederação Nacional do Comércio e a Confederação Nacional da Industria convocaram a I Reunião Plenária das Classes Produtoras que teve lugar no Rio de Janeiro, no período de 29 a 31 de janeiro de 1957.



Alguns membros da delegação da agricultura à I Reunião Plenaria das Classes Produtoras, vendo-se, no primeiro plano, da esquerda para a direita, os Srs. Mario Penteado de Faria e Silva, da C. R. B., Alberto Ravache, Diretor da C. R. B., Iris Meinberg, Presidente da C. R. B., Geraldo Goulart da Silveira, Diretor-Tecnico da S. N. A., Itagiba Barçante, assessor-técnico da S. N. A., Amaro Alvares da Silva, do Conselho Superior da C. R. B. e Benjamin S. Cabello, da C. R. B

O conclave contou com a participação de numerosas entidades de classe que integram as três Confederações que constituem os órgãos máximos do associativismo da agricultura, do comércio e da industria, que através de seus delegados devidamente credenciados, debateram problemas relacionados com temas de relevante interesse nacional.

II — *Atuação da Confederação Rural Brasileira*

A Confederação Rural Brasileira, após os estudos levados a efeito pelos seus Departamentos Tecnicos apresentou quatro importantes e oportunos relatórios ao referido conclave, indicando o pensamento da classe rural a respeito dos seguintes temas:

a — organização sindical no meio rural;
b — criação do Banco Central;
c — política de crédito;
d — reforma tarifaria.

Relativamente à organização sindical no meio rural a Confederação Rural Brasileira defendeu o seguinte pensamento:

1 — que a organização sindical rural não se confunde "in totum", com as diretrizes e preceitos constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, circunstância que desaconselha a extensão automática do regime ali previsto para os sindicatos dos empregados e empregadores;

2 — que o problema de organização rural poderá ser solucionado com a observância das seguintes diretrizes:

a — sindicalização rural tanto de empregados como de empregadores à base da área municipal para os sindicatos, estadual para as federações e nacional para a confederação.

b — às atuais associações rurais, federações e à Confederação Rural, seriam conferidos os poderes sindicais omitidos no decreto-lei-lei 8.127.

c — o Ministério da Agricultura seria competente para os assuntos referentes à sindicalização rural.

Relativamente à criação do Banco Central foram as seguintes as conclusões do C R B.

Que o Congresso Nacional proceda, urgentemente, no exame e à aprovação de nova lei reformando o sistema bancário brasileiro, no sentido de dar ao país um Banco Central que atenda aos mais modernos requisitos econômicos de política monetária e creditícia, bem como um Banco Rural integrado nesse sistema e, finalmente, um Conselho Monetário, com representação paritária das classes produtoras. Esse Conselho Monetário seria formado de membros nomeados pelo Poder Executivo, e referendado pelo Senado da República

2 — O sistema que deverá ser adotado é o do Banco Central

unico, de organização centralizada

3 — Deve ter a organização de um Banco de Estado. Os chamados bancos semi-estatais serão os especializados nos diferentes ramos das atividades produtoras.

4 — O Banco Central colaborará através do Conselho Monetário, na orientação e coordenação da política tributária e da dívida pública

5 — A administração do Banco Central deverá ser orientada pelo Conselho Monetário relativamente a política monetária e creditícia. O Conselho Fiscal do Banco examinará os atos administrativos da Diretoria

6 — De acôrdo com os estudos realizados pela Confederação Rural Brasileira, sôbre reforma bancária, o Banco Central do Brasil deverá executar as seguintes funções

a) autorizar a organização e o funcionamento de bancos no país, fiscalizando as respectivas operações;

b) fixar as taxas de juros de depósitos, de descontos, ou de quaisquer operações bancárias de natureza semelhante, estabelecendo os limites fixados em lei;

c) alterar as percentagens de encaixe dos bancos, dentro dos limites fixados em lei;

d) emitir moeda de curso legal, retirando-se igual direito do Tesouro Nacional;

e) regular e realizar operações de câmbio e promover a formação de reservas em ouro e divisas para compensar desequilíbrios temporários do balanço de pagamentos;

f) auxiliar os bancos através de redescontos e empréstimos;

g) representar o govêrno nas suas relações com as organizações financeiras internacionais;

h) funcionar como órgão consultivo do govêrno;

i) promover a realização de empréstimos internos e externos e realizar as operações a êles atinentes;

j) disciplinar a aplicação das disponibilidades dos Institutos oficiais de Assistência Social, das Caixas Econômicas das companhias de seguros e de capitalização;

l) efetuar a compensação entre bancos;

m) emitir obrigações próprias;

n) em casos excepcionais, emprestar as atividades privadas.

Relativamente à política de crédito, a C.R.B. defendeu o seguinte pensamento

a) Que seja modificada ou complementada a Instrução 135 da SUMOC, na parte que determina aos bancos que operam no país depósitos compulsórios, no Banco do Brasil à disposição da SUMOC, ou a sua aplicação em empréstimos as atividades agrícolas e pastoris (itens I e IX).

b) Que essa modificação ou essa complementação sejam feitas no sentido de que os financiamentos bancários de qualquer natureza, aos agricultores, e os descontos efetuados pelos bancos dos títulos relativos aos créditos comprovadamente concedidos pelo comércio e indústria, por fornecimento ou adiantamento a lavradores e pecuaristas, bem como aos que se dedicam à indústria extrativa vegetal passem a ser incluídos nas deduções previstas no item IX da Instrução 135

Ainda com relação à política de crédito expôs a C.R.B. o seguinte pensamento relativamente aos ágios

1 — No regime cambial vigente, duas circunstâncias interessam diretamente a política de crédito para a agricultura: uma é o confisco propriamente dito, o qual, sendo um artifício do nosso regime cambial, tem um sentido direto no que diz respeito à política de defesa dos preços do café no exterior sem alteração dos seus preços internos; outra, é a deturpação da idéia em que foi concebido o confisco cambial, como meio específico de destinar à agricultura o seu produto

2 — Em 1955 o ministro da Fazenda de então já anunciava que a arrecadação do confisco, em menos de dois anos, excedia de 60 bilhões de cruzeiros, restando menos de 10 bilhões no Banco do Brasil. No período subsequente, essa reserva minguou ou êsse saldo foi ainda mais reduzido em relação ao arrecadado, não servindo ao seu des-



Aspecto parcial da sessão de instalação da I Reunião Plenária das Classes Produtoras, vendo-se sentados, no primeiro plano, da esquerda para a direita, os Srs. Alberto Ravache, Diretor da C. R. B., Nery Marques, da C. N. I., Geraldo Goulart da Silveira, Diretor-Técnico da S. N. A., Itagiba Barçante, Assessor-Técnico da S. N. A. e Mário Penteado de Faria e Silva, da C. R. B.

fino legal, ou dos fins específicos de recuperação da lavoura.

3 — Nos períodos subsequentes, a agricultura permaneceu com as mesmas fontes de credito tradicionais, cuja exiguidade de recursos é causa maior da deficiência de credito que reclama êsse setor da economia nacional

4 — Fôsse a lei cumprida e o volume arrecadado pelo confisco efetivamente aplicado nos fins específicos para que foi criado e sòmente em tese essa lei poderia ser combatida.

5 — A III Conferência Rural decidiu em favor da unificação da taxa cambial, como medida indispensável para a agricultura aumentar seus investimentos e produzir mais eficientemente

Quanto às tarifas aduaneiras achou a C.R.B. que os níveis de taxação deverão ser subordinados aos seguintes critérios

a) proteção mínima e isenção quando indicada,
b) proteção relativa,
c) proteção máxima,
d) barreira absoluta

No que tange a proteção aduaneira à agricultura, achou a C.R.B. inadiável essa proteção a

a) produtos agropecuários que tenham similar de produção nacional,
b) indústrias que consomem matérias primas de origem agropecuária;
c) produtos agropecuários cuja produção no país possa vir a ser iniciada

III — *Participação da Sociedade Nacional de Agricultura*

A Sociedade Nacional da Agricultura participou do conclave através de uma delegação integrada pelo seu Vice-Presidente Edgard Teixeira Leite pelo Assessor Técnico Itagiba Barçante, pelos Diretores Técnicos Geraldo Goulart da Silveira, Alberto Ravache e Ennio Luiz Leitão e pelo seu Secretario-Geral sr Luiz Marques Poliano

O Prof Geraldo Goulart da Silveira atuou ativamente na Comissão que estudou os problemas sindicais, tendo defendido o ponto de vista da C.R.B. a respeito da sindicalização rural e conseguido a sua aprovação unânime no seio da comissão, o engenheiro Agrônomo Itagiba Barçante atuou na Comissão que estudou a criação do Banco Rural, e o Eng. Agr Alberto Ravache atuou na Comissão de Tarifas Aduaneiras com o conhecimento da causa que tem do assunto como representante da classe rural na Comissão Revisora das Tarifas

IV — *Recomendações aprovadas*

Após dois dias de intenso trabalho no seio das Comissões, onde foram, em seus mínimos detalhes estudados todos os assuntos do temário, foram aprovadas pelo plenário da I Reunião Plenária das Classes - Rurais as seguintes recomendações

RECOMENDAÇÕES APROVADAS

Do relatorio-geral da I Reunião Plenária das Classes Produtoras do Brasil, constam as seguintes recomendações que exprimem o ponto de vista da Agricultura, da Industria e do Comercio do país, sobre os assuntos do temário.

RECOMENDAÇÕES SOBRE SELETIVIDADE DO CREDITO

1 — Que as autoridades Monetarias procurem adotar uma política de credito, adaptando-a as necessidades do desenvolvimento econômico do país.

2 — Que o Poder Publico promova, pelos meios ao seu alcance, a aplicação das disponibilidades monetarias para fins econômicos, restringindo as de natureza especulativa e levando sempre na melhor consideração a importancia das atividades como fontes de trabalho e de composição do mercado de consumo para produtos de outras atividades a serem preservadas no conjunto nacional.

3 — que as Autoridades Monetárias estejam atentas para que a politica de credito não resulte em colapso de setores inteiros da economia privada em prejuizo evidente da almejada estabilidade monetaria

4 — que, diante da impossibilidade do atendimento a tôdas as solicitações de crédito, seja adotada pelas autoridades Monetárias a politica de sele-

ção mais recomendável, considerando sempre a prioridade do crédito para investimento;

5 — que o crédito para investimentos, dentro das limitações impostas pelas normas de política geral do crédito, seja concedido com prioridade às atividades cuja relevância para o conjunto da economia nacional o justifique plenamente, mesmo em época da vigência de normas gerais restritivas;

6 — que, enquanto não estiver concluída e transformada em lei a reforma bancária, em tramitação no Congresso Nacional, realizem as Autoridades Monetárias e a rêde bancária, não só a difusão e a interiorização do crédito como que adotem medidas capazes de evitar perturbações graves, de suprimento legítimo às atividades econômicas;

7 — que, em relação aos critérios de seletividade do crédito, sejam evitadas repercussões desfavoráveis à regularidade da produção de artigos essenciais e de primeira necessidade, assim como estabelecidas regras de continência à sua expansão desordenada, além dos limites compatíveis com o andamento quantitativo da produção nacional.

RECOMENDAÇÕES SÔBRE INVESTIMENTOS PÚBLICOS, POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA E EMISSÕES

1 — deve o Estado, no que se refere aos investimentos públicos, dentro da atual conjuntura, limitá-los nos setores básicos e sòmente realizá-los depois de esgotadas tôdas as possibilidades de atração dos investimentos privados para êsses setores, por meio de incentivos adequados, de modo a se evitar a expansão excessiva dos investimentos públicos, em detrimento das atividades privadas;

2 — as despesas públicas, ademais, devem ser selecionadas pelo critério do rendimento social que proporcionem, limitando-se ao mínimo das necessidades, as despesas militares e de caráter burocrático;

3 — é imperiosa a adoção de uma política orçamentária de recuperação nacional pelo planejamento das despesas públicas em função da realidade econômica nacional e pela rigorosa execução do orçamento, como garantia do equilíbrio orçamentário, condição básica do combate à inflação,

4 — é necessário que as emissões feitas pela Caixa de Conversão e que, em grande parte, têm sido destinadas indiretamente à abertura de "defits orçamentários", contra o espírito de lei, obedeçam à um limite intransponível a ser periòdicamente fixado.

RECOMENDAÇÕES SÔBRE A INSTITUIÇÃO DE UM BANCO CENTRAL

1 — criação, tão breve quanto possível, do Banco Central;

2 — que a criação do Banco Central seja realizada por transformação e adapta-

ção das instituições já existentes no país, com funções características dêsse órgão;

3 — que, enquanto não for criado o Banco Central, seja assegurada a participação paritária da Agricultura, do Comércio, da Indústria e dos Bancos nas deliberações do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, com direito de voto;

4 — as Classes Produtoras Nacionais considerando ainda a importância da agricultura e da pecuária na economia nacional e as peculiaridades de crédito rural, declaram entender necessária a instituição do Banco Rural quando fôr efetivada a reforma bancária e criado o Banco Central;

RECOMENDAÇÕES SÔBRE TARIFAS ADUANEIRAS

1 — que seja feita a adaptação do regime cambial vigente por ocasião da entrada em vigor das futuras tarifas aduaneiras de modo a não permanecer em tal regimento elemento algum, como ágios mínimos, por exemplo, que impeça a nova tarifa de absorver a parcela dos ágios que atualmente opera como tarifa invisível;

2 — que na modificação do regime cambial não sejam previstas mais de duas categorias de importação: uma para artigos considerados essenciais e outra para os não essenciais, uma vez que se admite que a futura tarifa cobrirá inteiramente o aspecto de proteção do trabalho nacional;

3 — que a base da conversão do valor externo em moeda nacional para efeito do cálculo dos direitos, seja uma só, para tôdas as mercadorias, independentemente da categoria cambial, de importação a que pertencerem. A lei deverá dispor sôbre o processo de cálculo dessa base tendo-se em vista que a mesma deverá refletir, tanto quanto possível, o comportamento real do mercado de importação;

4 — que a Comissão de Política Aduaneira possa propor ao ministro da Fazenda para aplicação imediata e "ad referendum" do Congresso Nacional, modificações de direitos dentro dos limites máximo e mínimo da taxação respectiva;

5 — que a aplicação do conceito de similar seja, já consagrado em Lei, obedecido o mesmo critério para os produtos agrícolas;

6 — que sejam preparados elementos para prover as Alfândegas de todo o país das informações indispensáveis à aplicação das futuras tarifas, de modo a serem eliminadas as dúvidas que forçosamente surgirão, inclusive sôbre bases da conversão de moedas e questões relativas ao desembaraço de mercadorias;

7 — que enquanto não estiver definitivamente instituído o sistema cadastral para contrôle do valor, o despacho seja processado pelo valor constante da fatura comercial, autenticada pelo órgão controlador;

9 — que a declaração de venda para efeito de contrôle seja apresentada e decidida em um só órgão, cabendo às Alfândegas e Mesas Redondas a respectiva fiscalização;

10 — que fique perfeitamente esclarecido que as penalidades só terão lugar nos casos em que haja configuração material da fraude e que a futura tarifa não será aplicada em relações às mercadorias objeto de operações fechadas anteriormente à sua vigência;

11 — que todos os esforços sejam envidados no sentido de se impedir que seja invalidado o êxito obtido pelo Brasil no Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio, pela não entrada em vigor da Tarifa em tempo hábil, isto é, antes da XII Reunião das Partes Contestantes do Gatt.

RECOMENDAÇÕES SÔBRE PROBLEMAS TRABALHISTAS E SINDICAIS

1 — é prematura e inconveniente a promulgação de um Código do Trabalho;

2 — são favoráveis à unidade sindical;

3 — são favoráveis à ampla autonomia sindical limitando-se a interferência do Estado a ser apenas de fiscalização e assistência. As condições mínimas que consideram necessária para a preservação da liberdade e autonomia sindicais são:
a — existência de um estatuto legal de sindicalização que se aproxime o mais possível da realidade nacional;
b — que a lei, dando ao sindicato ampla autonomia de organização e exercício, não o tutele de modo coercitivo;

4 — dentro da esfera sindical, deve ser observada rigorosamente a hierarquia da associação respectiva.

5 — o sindicato, como entidade de primeiro grau, não deve ultrapassar a sua base territorial, que é essencialmente o município: a Federação, a seu turno, deve circunscrever sua atuação ao âmbito estadual, cabendo à Confederação a representação no plano nacional;

6 — em face dessa jurisdição, tratando-se de assunto de interêsse nacional, estadual ou municipal, a competência será gradativamente da Confederação, Federação e a do Sindicato;

7 — que seja estatuído em lei que a renovação das administrações sindicais se faça com gradativa e aproximado espaço de tempo entre os três graus corporativos, de modo que haja entre êles, na constituição dos respectivos corpos dirigentes, um sentido de harmonia programática e de defesa uniforme dos mesmos interêsses. Assim, deve haver coincidência de mandatos, nas entidades sin-

(Continua na pág. 42)

Simples ou com leite

Nescafé...
que gostoso que é !

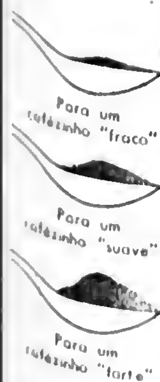
Pronto em 3 segundos.

Nescafé é café 100% puro porque é fabricado apenas com cafés finos e por um processo especial, garantido pela Nestlé. O acondicionamento de Nescafé em latas permite que êle se mantenha sempre puro e fresco.

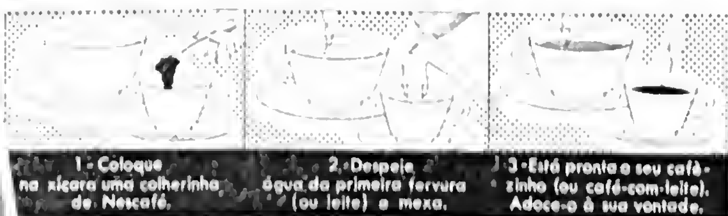
Pronto em 3 segundos porque é feito diretamente na xícara e a sua rápida diluição nos dá um saboroso café-bebida, instantâneamente. Basta despejar água da primeira fervura ao pó de Nescafé, mexer, e está pronto.

Simples ou com leite, Nescafé é sempre agradável ao paladar. Para o melhor café-com-leite, basta despejar leite quente diretamente sôbre o pó e pronto! Adoce à sua vontade. Todos em casa vão gostar desta nova maneira de preparar o café-com-leite. Ficará mais substancial, porque você elimina a água que entra na preparação dos cafés comuns. Faça esta experiência e veja que delícia!

À venda em duas embalagens: 50 e 170 gramas.







NESCAFÉ... que gostoso que é!

Compre-o no seu fornecedor habitual.

"COOPERATIVAS ESCOLARES"

Prof. J. VENTOSA ROIG

(Da Secretaria de Educação do México. Departamento de Educação Cooperativa).

Temos, há algum tempo, uma dívida pessoal (e a tem também "*Cooperativismo*") com o ilustre cooperador brasileiro *Fábio Luz Filho*, que teve a gentileza de nos enviar um exemplar de sua última publicação, a quarta edição de sua excelente obra "Cooperativas escolares", com afetuosa dedicatória:

Com prazer voltamos a ler a obra, que conheciamos havia tempos, pois todos os que se dedicam ao cooperativismo escolar, na mesma encontram informação doutrinária completa e notícias interessantes. Cooperador entusiasta, o doutor *Fábio Luz Filho*, quando publica uma nova edição de suas obras, completa-a com os últimos dados e, se se torna necessário, a revisa de alto a baixo, até ao ponto de aduzir novos capítulos.

Apesar de a diferença de idiomas constituir um obstáculo à difusão de seus escritos no resto da América Latina, todos quantos nêste Continente, e mesmo fora dêle, se ocupam do cooperativismo, conhecem-nos perfeitamente, e, através de traduções sobretudo em revistas cooperativas, chegaram à massa dos cooperadores, os quais encontram sempre nos mesmos uma sã orientação doutrinária, ao mesmo tempo que idéias de grande valor prático, na administração de nossas sociedades.

Filho de um sociólogo, professor e escritor, o doutor Fábio Luz pai, herdou do mesmo seu amor à justiça social sem demagogias para o populacho, seu desejo de melhorar a condição econômica e moral das classes sociais mais modestas, e sua fé nos resultados da educação cidadã. Professor também, há anos procurou no Cooperativismo escolar os modernos métodos da Escola Ativa, e ao mesmo tempo inculcar na infância as noções de cooperativismo, a fim de prepará-las para serem, no dia de amanhã, cooperadores conscientes, pois no cooperativismo vê êle a alavanca do progresso para os povos americanos, e a base da emancipação econômica dos deserdados. A êste afã se deve a publicação da obra que nos ocupa, completamento e resumo ao mesmo tempo das numerosas obras e artigos dedicados a êste tema.

Agrônomo, conhece como poucos os problemas econômico-sociais do campo, aos quais dedicou igualmente numerosas obras — "Rumo à Terra", "Cooperativas Agrícolas no Rio Grande do Sul" publicada pela União Pan-Americana, e uma infinidade de artigos, teses e folhetos editados, muitos deles, pelos órfãos oficiais brasileiros encarregados de difundir e controlar o Movimento Cooperativo, e que, com uma generosidade digna de imitação pelos demais países americanos, são distribuidos aos milhares entre os cooperadores, contribuindo desta maneira para a educação cooperativa do povo.

O trabalho constante e inflexível do doutor Fábio Luz Filho, contribuiu, de maneira decisiva para a formação de um grande grupo de cooperadores com sólido preparo teórico e prático, intelectuais de valor indiscutível, os quais, de todos os rincões do país irmão, difundem com constância, à prova de desencantos e obstáculos, a Nova Cooperativa.

Nossas felicitações ao doutor Fábio Luz Filho, ao Govêrno Federal do Brasil e Govêrnos dos Estados, os quais, de maneira eficaz e sem olhar sacrifícios trabalham para a educação cooperativa do povo. Os resultados, tarde ou cedo, pagarão sobejamente os esforços realizados.

NOVO MÉTODO DE INFILTRAÇÃO DE ÁGUA NO SOLO

O Dr. J. H. Engelhardt, Professor de Agronomia da Universidade de Grôninga, anunciou a descoberta de novo método para a infiltração de água no solo, por meio de um aparelho a que deu o nome de "umedecedor do solo".

Saindo de dois tanques, com um metro cúbico de capacidade cada um, a água passa para um tubo de distribuição, do qual, por sua vez passa para dez tubos de borracha. Cada um dêsses tubos está ligado a uma espécie de sulcador, pelo qual a água passa ao fundo do sulco de irrigação feito pelo mesmo.

Do mesmo modo que nas semeadeiras de fileira, cada um dêsses sulcadores está ligado, por meio de um gonzo, a uma barra transversal, que assegura que os sulcos de irrigação tenham todos a mesma profundidade. Os sulcadores penetram no solo graças a uma resistente mola que os conserva em sua posição. Por trás de cada um dêles há um rôlo calcador que fecha os sulcos.

Durante as provas realizadas até agora, os sulcadores estavam situados a 20 cm de distância uns dos outros, de forma que a amplitude útil da operação era de 2 metros. A profundidade dos sulcos pode ser regulada; durante as provas, era de 10 cm aproximadamente. Ambos os tanques são montados sôbre um chassi de quatro rodas. O aparelho é rebocado por um trator bastante possante.

As provas realizadas durante os três últimos anos vieram demonstrar a utilidade prática do aparelho, tal como é construído atualmente.

PERDAS POR EVAPORAÇÃO PRATICAMENTE NULAS

Uma importante vantagem que o novo método oferece, em comparação com a irrigação comum, é que as perdas de umidade em consequência da evaporação diminuem consideràvelmente. Em provas de laboratório, o Professor Engelhardt estabeleceu o seguinte:

Aplicando-se determinada quantidade de água a um solo arenoso, por meio da irrigação (chuva) e aplicando-se, depois, a mesma quantidade a uma profundidade de 10 cm, os resultados foram os seguintes: à temperatura de 100ºF. (temperatura que se registra na superfície, nos dias quentes do verão holandês) a evaporação da água aplicada por meio de regas se eleva a 3/4 do total, em 24 horas, ao passo que, no mesmo período, a água aplicada ao subsolo não sofre evaporação alguma. Temos, pois, uma perda de 75 por cento, em comparação com 0. Em face das provas realizadas sob circunstâncias naturais, pode-se chegar à conclusão de que essa proporção é de 3 para 1. A economia de água pela aplicação ao subsolo é, portanto de 2/3.

O que acima foi dito pode ser esclarecido com um exemplo. Nos meses quentes de junho e julho de um ano sêco, a queda pluvial se eleva, por exemplo, a 35 mm, duas têrças partes da qual se perdem devido à evaporação. Supondo-se que a quantidade de água que é absorvida pelo capim seja equivalente a uma precipitação de 100 mm, deduziremos que a quantidade de água disponível é de ...... 110 mm. A evaporação natural do capim pode ser fixada em 3 mm por dia. Em 60 dias será, portanto, de 180 mm, o que equivale a um "deficit" de 70 mm. Para se compensar êsse "deficit", empregando-se o novo método bastará cêrca de 80 mm de água, ao passo que, se for adotado o método de regos, a quantidade de água terá de ser três vêzes maior, ou sejam 240 mm.

As provas realizadas pelo "umedecedor do subsolo" asseguraram considerável aumento da produção das pastagens em comparação com as terras não infiltradas; o valor alimentício dos pastos também é muito maior. O terreno utilizado para as provas, situados em Deelen, na Holanda, era um terreno alto, com água no subsolo e algumas dezenas de metros abaixo da superfície. A água

de que dispunham as plantas para o seu desenvolvimento encontrava-se em estado estacionário (água que não penetra em maior profundidade) e de inibição (água retida pelos resíduos de plantas). A capacidade de retenção de água de um terreno arenoso do tipo do terreno de Deelen se deve, precisamente, à ocorrência de ambos aquêles estados. A profundidade de mais de um ou dois metros, encontra-se quase exclusivamente água estacionária. Esse estado, descoberto em 1925 pelo Professor Engelhardt, deve ser interpretado como consistindo na água retida pelas partículas de areia, uma vez que a água que se adiciona a um solo arenoso teve oportunidade de terminar seu processo de infiltração.

As provas com o "umedecedor do subsolo" efetuadas em outro local, Haaksbergen, deram resultados análogos: considerável aumento da produção de pastagens e valor alimentício bastante elevado. A altura do terreno de Haaksbergen era menor que a de Deelen. Medições efetuadas com tubos de sondagem revelaram que a água do subsolo se encontrava a profundidade que variavam entre 90 cm e 2 metros. Por cima, se encontrava uma camada capilar de uns 50 cm de espessura, de maneira que a camada superior, da qual as raízes das plantas extraem a água estacionária e a água em estado de inibição tinha uma espessura de 40 a 150 cm.

Com o fim de se determinar, com a maior exatidão possível, a quantidade de água que deveria ser adicionada aos terrenos e acompanhar-se, exatamente, sua difusão, foram realizadas numerosas provas de umidade do solo, tanto em Deelen como em Haaksbergen, nas quais foram empregados, entre outros recursos, elementos de "nylon". Do mesmo modo, foram medidas, regularmente, as temperaturas, em diferentes profundidades.

A IMPORTÂNCIA DO NOVO MÉTODO DE INFILTRAÇÃO

No que se refere à Holanda, o novo método de infiltração acima descrito oferece a possibilidade de se criar novas pastagens permanentes, sem se correr o perigo de que sejam prejudicadas as plantações, em conseqüência da sêca. Ao contrário, as plantações se beneficiarão grandemente com a aplicação dêsse novo método, nas épocas de sêca. Como o êxito das provas depende, de maneira considerável, das condições meteorológicas, deverão as mesmas ser realizadas durante vários anos seguidos.

O método, porém, oferece perspectivas muito mais amplas ainda para os países de clima sêco e quente. A perda de umidade em conseqüência da evaporação é, nesses países, considerável, quando se emprega o método de irrigação geralmente usado. Na superfície das terras, extendem-se grandes desertos que, no entanto, contêem substâncias nutritivas para as plantas, em quantidade suficiente e até elevada. O novo método de infiltração de água no solo oferecerá, provàvelmente, a oportunidade de tornar possível o cultivo dessas áreas.

(Publicação n.º 7.307, do Serviço Holandês de Informações).

NOSSA REVISTA E A ASSOCIAÇÃO RURAL DO URUGUAI

Recebemos da Asociacion Rural del Uruguay o offelo abaixo traduzido, que muito nos lisongeia, e que agradecemos:

Sr. Diretor da revista "A LAVOURA"

Sociedade Nacional de Agricultura

Rio de Janeiro — Brasil

De minha maior consideração

Quer testemunhar a Junta Diretiva da Asociación Rural del Uruguay ao sr. Diretor a excelente impressão que causou a revista "A LAVOURA" que nos vem chegando mensalmente e que publica interessantes artigos sôbre diversos temas agropecuários.

Vemos, através dos números editados, o eficaz esfôrço da publicação sob seu acertado cargo, um material noticioso de qualidade relacionado com os mais importantes assuntos de interêsse para a produção pecuária, que permitem seguir o desenvolvimento dos acontecimentos nos diversos campos da atividade agropecuária, industrial e comercial, o que fazem de "A LAVOURA", uma publicação útil para os produtores e estudiosos.

Ao agradecer a valiosa remessa da referida revista e expressar-vos as efusivas felicitações da Junta Diretiva desta Associação, saudamos o sr. Diretor, com elevada consideração e aprêço.

Assinados: Alberto Gallinal Presidente e Reynaldo J. Bonino Bidart, Secretário.

Associativismo Rural

ASSOCIAÇÃO RURAL SANTA VITÓRIA DO PALMAR

É a seguinte a diretoria da Associação Rural Santa Vitória do Palmar, para o biênio 1957-58.
Presidente: Antônio de Oliveira;

1.º Vice-Presidente — Públio Guimarães de Oliveira;
2.º Vice-Presidente — Francisco Alexandrino Flório.
1.º Secretário — Genior Viteibo de Souza;
2.º Secretário — Dr. Artur Gaspar Moreira;
1.º Tesoureiro — Brasil Muniz Silveira;
2.º Tesoureiro — Angelo Aninda.

ASSOCIAÇÃO RURAL DO VALE DO RIO GRANDE

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria da Associação Rural do Vale do Rio Grande.
Presidente: Carlos Meinberg (reeleito);

Vice-Presidente: Lourival Ribeiro de Mendonça (reeleito);

1.º Secretário: Lúcio Carvalho Costa (reeleito);
2.º Secretário — Josaphat Marcondes;

1.º Tesoureiro — Nilo Fenelon Santos (reeleito);

2.º Tesoureiro — Alberto Seragini.

ASSOCIAÇÃO AGRO-PECUÁRIA DE GUARATINGUETÁ

É a seguinte a nova diretoria da Associação Agro-Pecuária de Guaratinguetá:
Presidente — José Augusto Vieira;

Vice-Presidente — Sebastião Vieira Fortes;
1.º Secretário — Antônio Coelho Guimarães;
2.º Secretário — José de Faria;
1.º Tesoureiro — Manoel Soares de Azevedo;
2.º Tesoureiro — Benedito de Oliveira Castro.

CASA RURAL DE CUIABÁ

Foi eleita e empossada a 18 de janeiro a seguinte diretoria da Casa Rural de Cuiabá:

Presidente — Coronel Daniel de Queiroz;
1.º Vice-Presidente — Dr. Aníbal Molino;
2.º Vice-Presidente — Dr. Dolor F. de Andrade;
1.º Secretário — Dr. Bento Machado Lobo;
2.º Secretário — Dr. Januário Silva Rondon;
1.º Tesoureiro — João Luiz Bulhões V. Filho;
2.º Tesoureiro — Pérsio Luiz Esteves.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO CEARÁ

Foi eleita e empossada, no dia 15 de janeiro, a seguinte diretoria, que terá a seu cargo os destinos da Federação das Associações Rurais do Ceará no triênio 1957-1960.
Presidente — Guilherme Teles Gouveia;
1.º Vice-Presidente — Filemon Fernandes Teles;
2.º Vice-Presidente — Edson da Mota Corrêa;
1.º Secretário — Sebastião Cavalcante;
2.º Secreeário — Samuel Lins;
1.º Tesoureiro — Ruy de Morais Athayde;
2.º Tesoureiro — Grijalva Costa Filho.

ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE AVICULTURA

É a seguinte a nova diretoria da Associação Fluminense de Avicultura:

Presidente — Heitor de Souza Quartin Pinto;
Vice-Presidente — Sweud Ilvenegard;

1.º Secretário — Márcio Diniz Pereira Paiva;
2.º Secretário — Marcelo Brasileiro de Almeida;

1.º Tesoureiro — José Marques Lins;

2.º Tesoureiro — Altayr Fraga de Campos.

EX-DIRETOR DO SERVIÇO DE EXPANSÃO DO TRIGO:

IGNORADO O DESTINO DO "FUNDO DO TRIGO" (Cr$ 800 milhões) criado no último govêrno

Quiseram aplicá-lo em cobertura de prejuízos com financiamento do algodão e em despesas da COFAP — Abandonou o govêrno plano de silos e armazéns já quase concluído para retomar novo plano — Não foi publicado o plano do atual govêrno

O atual govêrno, ao que se anuncia, está empenhado na realização de um plano de silos e armazéns para o trigo. Seria, segundo dizem as notícias, uma vasta rêde cobrindo os principais pontos de produção e consumo do cereal no país.

O que impressiona nas notícias não é o plano em si, pois neste país o que não faltam são planos, principalmente os planos irrealizáveis e os irrealizados. O que causa espanto é o fato de que muito antes de o atual govêrno falar em rêde de silos, havia um plano no mesmo sentido, já quase terminado e com os recursos financeiros assegurados que entretanto foi abandonado, juntamente com o fundo destinado à construção da rêde, ao qual deram um paradeiro ignorado. Quem o denuncia é o ex-diretor do Serviço de Expansão do Trigo, Sr. Itagiba Barçante, que em 1954 executava o plano de armazéns e silos elaborado no último govêrno. Falando ontem à reportagem do "Correio da Manhã", disse o ex-diretor do Serviço de Expansão do Trigo:

"O ex-Presidente Getúlio Vargas determinara, para a instalação da rêde de armazéns e silos, a criação do "Fundo do Trigo", constituído de uma pequena taxa cobrada pelo B. do Brasil pelo trigo importado. Até 1954 essa taxa, que ficava em depósito no Banco do Brasil, já somava mais de um bilhão de cruzeiros. Dessa soma foram aplicados, com autorização presidencial, cêrca de 200 milhões de cruzeiros na compra de máquinas agrícolas para revenda aos agricultores, bem como adubos e sementes, restando portanto um saldo no Banco, naquela época, superior a 800 milhões de cruzeiros. Com êsse dinheiro, e mais a renda de um ou dois anos, construiríamos a rêde de silos. Todavia, com a morte do ex-Presidente Vargas, foi mudada a direção do Serviço de Expansão do Trigo, ficando paralisada a construção dos armazéns e silos. Hoje ninguém sabe que fim deram ao Fundo do Trigo."

Informou ainda o Sr. Itagiba Barçante que quando estava à frente do Serviço de Expansão do Trigo quiseram aplicar o fundo primeiramente na cobertura de prejuízos decorrentes do financiamento do algodão, tendo entretanto se oposto a essa aplicação, juntamente com o então presidente da Comissão Consultiva do Trigo, Sr. João Alberto,

e o Ministro Edmundo Barbosa da Silva. Depois quiseram aplicar o mesmo fundo no custeio de despesas da COFAP, contra o que novamente se opôs

NÃO FOI PUBLICADO

O repórter quis saber a opinião do ex-diretor do Serviço de Expansão do Trigo sôbre o plano do atual govêrno, no sentido da construção da rêde de silos. Respondeu o Sr. Itagiba Barçante que não poderia emitir opinião sôbre o mesmo, porquanto o plano não foi publicado, nem teve oportunidade de vê-lo

O PLANO ANTIGO

Passando a falar sôbre o plano do último govêrno no mesmo sentido, acrescentou o Sr. Itagiba Barçante (e atualmente diretor-técnico da Sociedade Nacional de Agricultura) que segundo êsse plano foram construídos no Rio Grande do Sul, 14 armazens completos, com as melhores máquinas para limpeza e separação do cereal, balanças completas e demais exigências, com capacidade de 80 a 100 mil sacas. Foram construídos mais 10 armazéns em Santa Catarina, bem como o primeiro silo com elevadores que se construiu no Brasil, sendo o mesmo instalado em Joaçaba, no mesmo Estado. Foram construídos também dois silos subterrâneos, um em Erechim, Rio G. do Sul, e outro em Videira, Santa Catarina. Nessas obras foram utilizadas verbas normais do Serviço de Expansão do Trigo. Foram distribuídos ainda 500 silos metálicos com capacidade de mil e mil e quinhentos sacos cada um, para fazendeiros e moinhos, na zona do trigo. Segundo o Sr. Itagiba Barçante, o plano era suficiente para atender as necessidades nacionais, ficando os armazéns e silos localizados em pontos estratégicos da produção e escoamento da safra. Dentro de quinze anos a rêde de silos pagaria, com lucro, as inversões de capital nela feitas.

A RÊDE TOTAL

Sòmente os silos referidos puderam ser concluídos. Entretanto, segundo o ex-diretor do Serviço de Expansão do Trigo, a rêde total previa ainda a construção de 11 silos no Rio Grande do Sul, cinco em Santa Catarina, três no Paraná, bem como a construção de silos portuários, maiores, que seriam localizados em portos do Sul, um em cada pôrto, nas cidades do Rio Grande, São Francisco do Sul e Paranaguá. A fim de evitar monopólio, era intenção do govêrno realizar um convênio entre o Ministério da Agricultura, o Banco do Brasil e o Estado interessado. O funcionamento da rêde ficaria sob a direção do convênio.

PROGRAMA REDUNDANTE

O govêrno do Sr. Kubitschek é redundante. Não se limita a inaugurar obras dos outros, prontas e acabadas pelos antecessores. Anuncia programas e providências que já foram adotados. Depois da reincidente comissão para estudos do babaçu de que nos ocupamos em editorial recente, aparece, agora, com o fundo do trigo.

O fundo do trigo foi criado pelo Sr. Getúlio Vargas, e chegou a recolher um bilhão de cruzeiros, dos quais desconhece-se o destino de 800 milhões, segundo declarações do antigo diretor do Serviço de Expansão do Trigo.

Vai o govêrno Kubitschek criar um fundo que já existe, para talvez, de novo, afundá-lo no incógnito paradeiro dos dinheiros públicos depositados no Banco do Brasil.

(Transcrito do "Correio da Manhã" — 21-3-57.)

CANA DE AÇÚCAR

A cana-de-açúcar é planta de notável valor econômico. A sacarose vulgarmente denominada açucar, produto que dela se extrai, possui qualidades alimentícias incontestáveis. No Brasil, a cana-de-açucar é cultivada em quase todos os Estados, com exceção dos sulinos, menos adequados a essa cultura pelas condições de clima que possuem.

CLIMA — O clima tropical, com atmosfera úmida e quente e com abundante suprimento de água, é o indicado. A cana-de-açucar, em geral, não é cultivada em zonas de temperatura média anual inferior a 20° centígrados. O melhor clima é o que proporciona chuvas bem distribuídas que caiam com mais freqüência durante o período de crescimento, rareando por ocasião da maturação e da colheita.

VARIEDADES — Depois de prolongados estudos em Java e na India, zonas antigas de cultivo de cana, as variedades atuais são verdadeiros híbridos, resultantes do cruzamento de diversas espécies. O cultivo das variedades "Coimbatore" está muito difundido no Brasil, havendo as de maturação média, como o "Co 290", o "Co 413" e o "Co 419", e as de maturação tardia, como o "Co 421". A Estação Experimental de Campos, no Estado do Rio, depois de várias experiências, obteve uma excelente variedade resistente às diversas pragas e que foi denominada "C. B" (Campos Brasil)

ESPAÇAMENTO — O espaçamento entre as linhas deve ser de 1,20 m a 1,30 m e no sulco, de 10 a 15 cm entre as olhaduras, sendo contudo usado um espaçamento de 1,80 m entre as linhas, nas plantações que adotam o corte mecanizado. A profundidade dos sulcos não deve ser menor do que 20 nem maior do que 30 cm. Deve haver o mesmo espaçamento, de 30 a 40 entre as covas e as linhas.

TÉCNICA DOS PLANTIOS — Mormente nos plantios de morro ou de encosta, os sulcos devem cortar o declive ou as águas. Deve-se constituir uma sementeira especial para olhaduras devendo estas ter de 10 a 12 meses de idade. O emprêgo de olhaduras, além do segundo corte, não é aconselhável.

ADUBAÇÃO — Segundo uma média de análises feitas em épocas diferentes, com uma produção de 50 toneladas por hectare, verifica-se que foram retiradas da terra as seguintes quantidades de fertilizantes:

Azôto	91 quilos
Acido fosfórico	77 quilos
Óxido de potássio	170 quilos

A cana exige, pois, boa adubação para dar resultados satisfatórios. A fórmula "Cadal 7", muito bem equilibrada para as necessidades de cana-de-açúcar, dá excelentes resultados, sendo empregada na cana planta, na proporção de 120 gramas por metro corrido de sulco; ou de 45 a 50 gramas por cova; e nas socas, de 60 a 80 gramas por metro corrido, no lado das touceiras. A adubação orgânica deve ser sempre um complemento da química pois que o emprêgo daquela sistemàticamente, vem

facilitar a assimilação desta pela planta. É aconselhável, pois, que se faça concomitantemente com a adubação química o emprêgo de matéria orgânica sob a forma de estrume de curral, palhiço ou composto.

COMBATE A MOLÉSTIAS E PRAGAS — A medida mais indicada consiste em estabelecer viveiros de "rouging" para produção de mudas livres de mosaicos.

MUDAS — A quantidade de toletes a ser empregada varia de 4 a 5 mil quilos por hectare, de acôrdo com a variedade da cana e o espaçamento escolhido na plantação.

No Brasil considera-se uma boa produção:

Cana planta . 80 t por hectare
Primeira soca 60 t por hectare
Segunda soca . 50 t por hectare

TRATOS CULTURAIS — Para cana planta: capinas manuais suficientes para manter a limpeza, para socas: capinas, de preferência mecanizada, no comêço do crescimento.

ÉPOCA DE COLHEITA — De junho a outubro.

CULTURAS E ROTAÇÕES — Considerando-se o rápido esgotamento de nossas terras, seria aconselhável o plantio intercalar de algumas leguminosas (mucuna feijão de porco), o que significa, em curto espaço de tempo, a incorporação ao solo de grande quantidade de matéria orgânica de que tanto necessita.

NOTA — O emprêgo do azôto nítrico em cobertura (contido no Salitre do Chile) de assimilação rápida, provoca vegetação mais intensa, produção de touceiras mais perfilhadas e influi na coloração verde das fôlhas e aumento da sacarose.

(Conclusão da páf. 17)

diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, aprovar, em sua reunião de 25/3/1957, a *Resolução n.º 3*, cujo teor adiante transcrevemos:

RESOLUÇAO N.º 3

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo em vista a necessidade de um urgente atendimento aos serviços da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

. *Resolve:*

1.º — Fica designado o Diretor Técnico Geraldo Goulart da Silveira, para, na qualidade de *Coordenador*, superintender a parte *Técnica* e *do Ensino*, durante o impedimento do Diretor;

2.º — Designar o Secretário Geral, Luiz Marques Poliono, para, sem prejuizo de suas funções, cooperar nos trabalhos de recuperação do estabelecimento, especialmente no que toca à parte econômico-financeira e administrativa.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1957.

Assinado: *Arthur Torres Filho* — Presidente.

É pensamento da diretoria, colocar em breve a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", em condições de poder atender aos planos de desenvolvimento do setor de ensino agrícola da Sociedade Nacional de Agricultura.

Notícias e Informações

CENTRO ACADÊMICO "LUIZ DE QUEIROZ"

É a seguinte a nova diretoria do Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz", dos estudantes de agronomia da Universidade de São Paulo.

Presidente — José Cassiano Gomes dos Reis Júnior;
Vice-Presidente — Edison de Meneses;
1.º Secretário — Carlos A. Menezes Ferro;
2.º Secretário — Haroldo B. Fontenelli;
Tesoureiro — Horácio Lopes;
Orador — José Agostinho T. D. Andrade.

EDUCAÇÃO DE BASE

No ano passado 18 missões da Campanha Nacional de Educação de Base, trabalharam em seis Estados assim distribuídas:
9 no Rio Grande do Sul;
4 na Bahia;
2 no Rio Grande do Norte;
1 em Alagoas, Maranhão e Pernambuco.

RIZICULTURA GAÚCHA

A produção de arroz no Estado do Rio Grande do Sul alcançou, em 1956, a elevada cifra de 3,8 milhões de toneladas.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA AGRICOLA

O Govêrno do Estado de São Paulo cogita de criar um Instituto de Tecnologia Agrícola, a fim de modernizar e racionalizar as atividades ligadas à terra.

CURSO DE TREINAMENTO

Instalou-se, em fins de janeiro, em Barbacena, Estado de Minas Gerais, o 1.º Curso de Treinamento para médicos, agrônomos e veterinários do Serviço de Extensão da Secretaria de Agricultura do referido Estado, cujas aulas foram ministradas na Escola Agrotécnica Diaulas Abreu.

CLUBE AGRICOLA "VOLUNTARIOS DA PATRIA"

O Clube Agrícola "Voluntários da Pátria", anexo à Escola Santo Antônio, no município de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul, enviou ao Serviço de Informações Agrícola do Ministério da Agricultura, um magnífico relatório sôbre as suas fecundas atividades durante o ano de 1956.

PRODUÇAO DE CAQUI

O Rio Grande do Sul, produziu em 1955, cêrca de ...... 57.000.000 de caquis. As zonas mais produtoras são as de Colônia Baixa, especialmente os municípios de São Leopoldo, Montenegro, Sobradinho e Lajendo.

SEGURO AGRARIO DA PEQUENA LAVOURA

Pelo Decreto 40.810 de 23 de janeiro de 1957 o Presidente da República declarou em vigor as condições gerais de apólice e a tarifa de seguro agrário de pequena lavoura de culturas múltiplas aprovadas pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização e que acompanha o presente Decreto.

COMISION ARGENTINA PRO FOMENTO DEL INTERCAMBIO

De acôrdo com o ofício que recebemos da Comision Argentina Pro Fomento del Intercambio, estão interessadas em exportações as seguintes firmas:

a — San Marco (de José Schilliaci), Gral Acha 561, Ciudadela ENDFS, interessada em exportação de tecidos de malha;
b — Mauricio Erost e Hijo Galicia 946, Buenos Aires, interessada em exportação de marroquineria;
c — Blum Falk & Cia., Corrientes 2.250 Buenos Aires, interessada na exportação de confecções finas para cavalheiros;
d — Sebastian Pozzolli, Av. R. S. Pena, 1119, 5.º, Buenos Aires, interessada na exportação de conservas de pescado, frutas, verduras e legumes enlatados, secas, vinhos, etc.

Respostas ao questionário sôbre informação básica necessária para o estudo da "Segurança Social Agrícola" nos países americanos, preparado pelo Comité Permanente Interamericano de Previdência Social

(2.ª Parte)

Eng.-Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor-Técnico do S. N. A.

Continuamos neste número a publicação das respostas ao questionário organizado pelo "Comitê Permanente Interamericano de Previdência Social".

O referido trabalho foi enviado como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura ao Seminário de Costa Rica, promovido pelo "Comitê Interamericano de Previdência Social". Fomos incumbido de prepará-lo, por determinação da diretoria do S. N. A.

6 — *Categorias de Emprêgo*

Distribuição dos trabalhadores agrícolas entre jornaleiros, arrendatários e agricultores independentes que cultivam sua própria terra.

RESPOSTAS

Não dispomos de dados para responder integralmente os quesitos acima. Podemos, entretanto, apresentar alguns dados baseados no Censo Agrícola de 1950.

A distribuição dos 2.064.527 estabelecimentos agropecuários recenseados em 1950 de acôrdo com a condição de responsável, foi a seguinte:

Proprietários	1.550.720	estabelecimentos
Arrendatários	186.897	"
Ocupantes	207.795	"
Administradores	118.045	"

De acôrdo com a área a distribuição dêsses estabelecimentos foi a seguinte:

Proprietários	155.729.005	hectares
Arrendatários	13.084.714	"
Ocupantes	9.912.404	"
Administradores	54.840.604	"

Os dados acima refletiam, naquela época, a seguinte situação percentual:

a) — *Condição do responsável pelos estabelecimentos agropecuários:*

Proprietários	75,1%	dos estabelecimentos
Arrendatários	9,1%	" "
Ocupantes	10,1%	" "
Administradores . . .	5,7%	" "

b) — *Area dos estabelecimentos agropecuários:*

Proprietários	66,6%
Arrendatários	5,6%
Ocupantes	4,2%
Administradores	23,5%

7 — *Zona agrícola*

Distribuição da área do país em terra não arável, terra cultivada por empregados, terra cultivada por arrendatários, e terra cultivada por agricultores, proprietários independentes, média do número de hectares de terra arável por cabeça de população agrícola, etc.

Condição do responsável	*Area (Em hectares)*
Proprietários	155.729.005
Arrendatários	13.084.714
Ocupantes	9.912.404
Administradores	54.840.604

Percentualmente era a seguinte a distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do responsável:

Condição do responsavel	*Percentagens*
Proprietários	66,6%
Arrendatários	5,6%
Ocupantes	4,2%
Administradores	23,6%

Relativamente ao número de estabelecimentos agrícolas, podemos dizer que, de acôrdo com o recenseamento de 1-7-1950, existiam no Brasil 2.064.527 estabelecimentos agrícolas, ocupando uma área total de 233.705.474 hectares, conforme demonstração abaixo:

Regiões fisiográficas	*Estabelecimentos*	*Areas*
Norte	78.220	23.357.916
Nordeste	543.564	41.987.726
Leste	660.751	60.028.318
Sul	702.226	54.546.281
Centro-Oeste	79.767	53.785.231

Segundo a utilização, o Censo revelou a seguinte distribuição, da área de 233.705.674 hectares:

	hectares
Em lavouras permanentes	1.624.397
Em lavouras temporárias	15.473.315
Em pastagens	107.547.662
Em matas	56.364.448
Em terras incultas	22.904.258

Em outras palavras, a área ocupada com as lavouras era aproximadamente cinco vêzes menor que a ocupada com as pastagens; pouco mais de 1/3 da área coberta com matas e pouco mais da metade da área ocupada com terras incultas (êsses dados referem-se apenas, a área dos estabelecimentos agrícolas recenseados).

A distribuição percentual da população e da produção agrícola, segundo as regiões fisiográficas, foi a seguinte, em 1955, (dados de Conjuntura Econômica de Janeiro de 1956).

Regiões	*Total*	*Rural ativa*	*Produção agrícola*
Norte	8,5	2,3	1,0
Nordeste	24,0	28,9	14,0
Leste	35,6	32,3	25,0
Sul	35,4	31,0	56,0
Centro-Oeste	3,5	4,5	40,
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Êsses dados revelam o desenvolvimento muito acentuado das regiões LESTE e SUL, em relação ao pequeno desenvolvimento das outras três regiões.

Relativamente à área cultivada, podemos dizer, baseados em dados de Conjuntura Econômica de Janeiro de 1956.

a) — que a área total cultivada com as 48 culturas principais, em 1955, foi de .... 21.165.000 hectares;

b) — que essa área representa um acréscimo de 1,1% sôbre o de 1954, (aumento de 222.000 hectares);

c) — entre as 48 culturas principais, 36 acusaram um acréscimo na área cultivada (sisal, amendoim, café, arroz, cebola e outras), perfazendo um aumento global de 353.891 hectares; enquanto que 12 culturas acusaram uma redução de área cultivada (cevada, algodão, alfafa, centeio, etc.), perfazendo uma redução total de 131.841 hectares.

Quanto ao valor da produção agrícola em 1955, os dados fornecidos por Conjuntura Econômica de Janeiro de 1956, revelam que essa produção foi no valor de 113.340 milhões de cruzeiros (maior portanto, que a de 1954, que foi de 100.120 milhões de cruzeiros).

Relativamente ao rendimento por hectare, de acôrdo com os dados de Conjuntura Econômica de Janeiro de 1956, apresentou ele sensivelmente uma melhoria.

De fato, 37 dos 48 produtos arrolados pelas estatísticas do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura sofreram aumento de rendimento por hectare, conforme os dados abaixo:

Pimenta do reino	+ 31,3%
Sisal	+ 25,5%
Arroz	+ 13,3%
Trigo	+ 12,4%
Centeio	+ 11,7%
Amendoim	+ 11,4%
Cevada	+ 9,0%
Café	+ 7,5%
Algodão	+ 7,2%
Abacate	+ 7,2%

Obtiveram aumentos inferiores a 7% os rendimentos da mamona, abacaxi, cebola e fava.

De acôrdo com a natureza das despesas, foi o seguinte o resultado do Censo de 1950, com relação aos estabelecimentos agrícolas (dados referentes a 1.763.281 estabelecimentos agropecuários informantes).

Salários	Cr$	7.483.782.000,00
Adubos e fertilizantes	Cr$	585.018.000,00
Sementes e mudas	Cr$	401.841.000,00
Inseticidas e fungicidas	Cr$	275.907.000,00
Aluguéis e arrendamentos	Cr$	64[illegible].000,00
Impostos	Cr$	751.837.000,00
Outras despesas	Cr$	4.772.058.000,00
TOTAL	Cr$	14.976.902.000,00

O valor dos estabelecimentos agropecuários recenseados em 1950 de acôrdo com a natureza dos bens era, naquela época, o seguinte, para os 2.059.662 estabelecimentos agropecuários recenseados:

Bens imóveis (Cr$ 1.000,00)

Terras	121.104.700
Construções	22.666.734
Total	143.771.434

Outros bens

Veículos e animais de trabalho	8.815.937
Máquinas e instrumentos agrários	1.807.389
Outras máquinas	1.600.732
Total	12.224.058

Em resumo, o valor dos bens, era o seguinte:

Bens imóveis	Cr$	143.771.434.000,00
Outros bens	Cr$	12.224.058.000,00
TOTAL	Cr$	155.995.492.000,00

B — *EMPREGADOS AGRICOLAS*

1 — *Generalidades*

Número, proporção e distribuição geográfica das pessoas que trabalham por remuneração na

qualidade de empregados na agricultura; classificação dos empregados por colheitas principais e tipos de trabalhos agrícolas.

RESPOSTAS

Baseados no Censo de 1950 podemos dizer que para um total de 9.823.779 de pessoas que trabalhavam na agricultura, (com 10 e mais anos de idade), 9.135.709 estavam classificadas como trabalhadores agrícolas e de enxada (trabalhadores não qualificados) e 688.070 como trabalhadores qualificados (aradores, tratoristas, chacareiros, seringueiros, jardineiros, fruticultores, hortelãos, etc.).

A distribuição dos trabalhadores agrícolas e de enxada (trabalhadores não qualificados), pelas regiões fisiográficas do país, era, naquela época a seguinte:

	Trabalhadores
Região Norte	230.857
Região Nordeste	2.693.877
Região Leste	3.088.830
Região Sul	2.774.545
Região Centro-Oeste	345.600
TOTAL	9.135.709

Embora não destacando os empregados agrícolas pròpriamente ditos de outros elementos dedicados à agricultura, silvicultura, pecuária e indústrias extrativas de origem animal e vegetal, podemos indicar a seguinte distribuição dos .... 10.253.870 de pessoas recenseadas em 1950:

	Pessoas
Dedicados às grandes culturas (café, algodão, cana de açúcar e cacau) .	2.180.577
Dedicados às culturas de cereais, leguminosas e sucedâneos	6.536.937
Dedicados à fruticultura	86.819
Dedicados à horticultura e floricultura.	74.870
Dedicados à silvicultura	8.885
Dedicados à pecuária	358.998
Dedicados à avicultura, piscicultura, cunicultura, apicultura, e sericicultura	5.444
Dedicados no beneficiamento de produtos vegetais (algodão e fumo)	9.807
Dedicados no beneficiamneto da produção animal	108
Dedicados à atividades agropecuárias não especificadas	617.817
Dedicados à atividades não compreendidas nas classes anteriores ou mal definidas	672
Dedicados à extração de madeiras	66.955
Dedicados à produção de carvão vegetal	34.180
Dedicados à extração de frutos e sementes oleaginosas	24.204
Dedicados à extração de borracha . . .	106.362
Dedicados à extração de fibras vegetais	5.181
Dedicados à extração de outros produtos de origem vegetal	14.579
Dedicados à caça	1.400
Dedicados à pesca	114.000
TOTAL	10.253.870

2 — *Características dos empregados*

Principais tipos de empregados agrícolas (isto é, individuais, companhias, fazendas, latifúndios etc); média de empregados, principais tipos de trabalhos agrícolas (colheitas únicas ou múltiplas.

A LAVOURA

(ORGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

mecanizadas ou não mecanizadas, etc., níveis de ganhos aproximados em dinheiro ou em espécie, sistemas de registros de listas.

RESPOSTAS

Em face da falta de elementos estatísticos só é possível responder, em parte, os itens acima.

Segundo o Censo de 1950, o quadro geral dos estabelecimentos agropecuários naquele ano, era o seguinte, de acôrdo com a qualidade dos responsáveis pela exploração dos imóveis:

Qualidade do responsável pela exploração	*Numero dos estabelecimentos agropecuarios*
Proprietários	1.550.720
Arrendatários	186.897
Ocupantes	207.795
Administradores	118.045
TOTAL	2.064.527

Ainda de acôrdo com o Censo de 1950, existiam naquela época, no país, 2.064.527 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área total de 233.705.474 hectares.

Percentualmente, era o seguinte o número de estabelecimentos agropecuários em relação aos limites de áreas:

Estabelecimentos com menos de 10 hectares	34,5%
Estabelecimentos com 10 a menos de 100 hectares de área	50,9%
Estab. com 100 a menos de 1.000 hectares	13,0%
Estab. com 1.000 a menos de 10.000 hectares	1,5%
Estab. com 10.000 e mais hectares	0,1%

Isto significa que 85,4% dos estabelecimentos agrícolas têm área inferior a 100 hectares. O inquérito realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária, em 1952, revelou que em 1320 dêles era usado a mecanização, o que representa uma proporção de 68% de municípios onde, na época, era utilizada a mecanização.

De acôrdo com o tipo de mecanização, o quadro geral em relação aos 1.930 informantes era, na época, o seguinte:

Municípios informantes	1.930
Usavam mecanização	1.320
Tração animal	1.054
Trator	38
Tração animal e trator	237

Em 1952 trabalhavam no Brasil 34.967 tratores e máquinas de terraplanagem. O pessoal empregado ocupado nos estabelecimentos agropecuários, era, excluindo os parceiros

3.016.255 homens
717.258 mulheres

3.733.613 pessoas

Esses 3.733.613 empregados estavam assim distribuídos:

Em trabalho permanente	1.436.200
Em trabalho temporário	2.307.413

Acrescentando-se o número de parceiros recenseados naquela época temos

Empregados pròpriamente ditos	3.733.613
Parceiros	1.264.311
TOTAL	4.997.924

A distribuição dos parceiros de acôrdo com a residência.

Residente no estabelecimento	1.038.695
Não residentes	225.616
TOTAL	1.264.311

3 — *Contratos de emprêgo*

Natureza usual dos contratos de emprêgo na agricultura, duração normal (permanente, temporária, etc.), disposições relativas às férias e ao término do contrato, etc.

RESPOSTAS

No capítulo relativo à legislação regulamentando as condições do trabalho agrícola encontram-se respostas aos quesitos acima. Pela Consolidação das Leis Trabalhistas é assegurado um período de férias de 20 dias após um ano de trabalho, aos trabalhadores em geral, inclusive aos trabalhadores agrícolas, e além disso, o direito ao repouso semanal remunerado. No anteprojeto da Lei elaborada por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, ainda em estudos no Congresso Nacional está previsto

a) — a instituição de uma Carteira do Trabalhador Rural, para pessoas maiores de 14 anos que trabalhem no meio rural.

b) — a duração da jornada do empregado rural correspondente a 8 horas por dia de trabalho, dando-se a necessária flexibilidade (aumento ou redução) conforme as exigências das atividades, desde que não excedam, em cada semestre, um número superior ao correspondente a 8 horas diárias de trabalho.

c) — que não havendo prazo estipulado a parte que desejar rescindir o contrato de trabalho (empregado ou empregador) deverá dar à outra um aviso prévio de 3 dias (no caso de diaristas e de 30 dias, nos outros casos.

d) — assegurar ao empregado após um ano de serviço, e caso não haja dado motivo para a cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização

4 — *Salários em dinheiro dos empregados agrícolas*

Proporção dos salários correntemente pagos em dinheiro, base de tempo para fixar os salários em dinheiro (por horas, por dia, por mês, por temporada) e frequência do pagamemto, disposição corrente ao salário mínimo; média dos salários em dinheiro percebidos por dia e por ano, diferenças nos salários pagos em dinheiro entre as diversas categorias de empregados agrícolas e regiões, comparações entre os salários urbanos e os salários agrícolas; ganhos em dinheiro percebidos pelos membros da família, à exceção do chefe, capacidade de economia dos empregados.

RESPOSTAS

A Consolidação das Leis do Trabalho estipula o salário mínimo a ser pago a todos os trabalhadores, inclusive aos rurais, conforme se pode verificar nas respostas ao presente questionário, na parte referente à regulamentação do trabalho agrícola.

São os seguintes os níveis de salário mínimo mensal em vigor, por fôrça do Decreto 390.604-A, de 14-7-1956.

Regiões	*Cr$*	*Cr$*
1.ª	de 2.500,00 a	3.000,00
2.ª	" 2.300,00 "	2.800,00
3.ª	1.600,00 "	2.000,00
4.ª	1.250,00 "	1.500,00
5.ª	1.800,00	2.250,00

6.ª	" 1.250,00	1.800,00
7.ª	" 1.800,00	2.200,00
8.ª	" 2.000,00	2.700,00
9.ª	" 2.000,00	2.300,00
10.ª	" 2.000,00	2.200,00
11.ª	" 2.000,00	2.700,00
12.ª	" 2.500,00	2.100,00
13.ª	" 3.200,00	3.500,00
14.ª	" 3.200,00	3.500,00
15.ª	" 2.300,00	2.700,00
16.ª	" 2.000,00	2.400,00
17.ª	" 2.900,00	3.100,00
18.ª	" 2.850,00	3.300,00
19.ª	" 1.800,00	2.400,00
20.ª	" 1.700,00	2.300,00
21.ª	" 3.800,00	
22.ª	" 2.900,00	

Conforme se verifica, o salário mínimo varia de acôrdo com as regiões, de Cr$ 1.250,00 até Cr$ 3.800,00, por mês.

Para efeito do cálculo do salário mínimo horário o mês é considerado de 30 dias e o dia de 8 horas, isto é o salário mínimo horário é o quociente da divisão do salário mínimo mensal por 240.

Podemos informar que:

a) — o salário mínimo diário varia, de acôrdo com as regiões, de Cr$ 41,67 até Cr$ 126,67.

b) — o salário mínimo horário varia de acôrdo com as regiões, de Cr$ 5,21 até Cr$ 15,83.

Quando o empregador fornece utilidades ao empregado podem ser feitas, sôbre o salário mínimo mensal, desconto de até 70% no total para efeito de:

a) — alimentação
b) — habitação
c) — vestuário
d) — higiene
e) — transporte.

Os descontos para cada uma dessas utilidades apresentam, nas diversas regiões, as seguintes variações sôbre o salário mínimo:

a) — para alimentação, de 39 a 63%
b) — para habitação de 12 a 33%
c) — para vestuário de 8 a 25%
d) — para higiene de 4 a 9%
e) — para transporte de 1 a 6%.

5 — *Salários em espécie*

Proporção e valor dos salários percebidos em espécie, tipos correntes de salários em espécie. Exemplo: alojamento, manutenção, mercadorias, serviços, participação nos produtos, utilização das terras, etc.

RESPOSTAS

Baseados nos inquéritos realizados em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária, podemos dizer que em 1750 municípios informantes, 1.345 usavam o sistema de pagamento em dinheiro, e, em apenas 407 (cêrca de 23% dos mesmos) era usado o pagamento parte em dinheiro e parte em espécie, conforme demonstram os dados abaixo:

	Municípios
Pagamento aos trabalhadores agrícolas em dinheiro e alimentação	309
Em dinheiro com casa	77
Outras formas de pagamentos	21

6 — *Normas de emprêgo*

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para responder com precisão aos quesitos tais como estão formulados. Em outros itens do presente questionário encontram-se elementos que, em parte, elucidam o mesmo.

Sòmente em parte podemos esclarecer os itens acima. Relativamente à variação da população do país em 10 anos (1940-1950) foi o seguinte o aumento verificado e as suas respectivas porcentagens, segundo "As migrações interiores no Brasil", de F. Timoteo de Baum.

Quadros	*Numeros absolutos*	*Porcentagens*
Urbanos	3.790.000	41,5%
Suburbanos	2.140.000	58,3%
Rurais	4.917.000	17,4%
TOTAL	10.862.000	26,4%

Conforme se verifica, o aumento da população rural foi apenas de 17,4% no referido período, isto é, menos duas vêzes e meia que o da população urbana e mais do que três vêzes menos que o da população suburbana.

O inquérito realizado em 1052 pela C. N. P. A. revelou:

a) — que uma das causas da maior corrente emigratória é a referente aos salários. Nota-se um intenso movimento migratório dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Estados do Nordeste para São Paulo e Paraná, onde os salários são maiores,

b) — que em 70% dos municípios submetidos ao inquérito (1.445 entre 1.875) verificou-se crise de mão de obra rural com a saída de trabalhadores agrícolas para outras regiões;

c) — que os trabalhadores agrícolas quando emigram vão de preferência para a região sul. De 894 municípios que, nas regiões do Nordeste e Leste acusavam saída de trabalhadores agrícolas, 548 indicavam como destino dos mesmos o sul, e, apenas, 93, os municípios vizinhos.

Como justificativa de que o salário constitui uma das mais fortes razões das migrações dos trabalhadores rurais está no fato de que 1.445 municípios que responderam ao inquérito da C. N. P. A., 1.007 dêles acusavam como causa da saída, o salário baixo. Outras razões que influem também, em maior escala, nas migrações de trabalhadores rurais são:

a) — a sêca, nos Estados do Nordeste.
b) — a má qualidade das terra;
c) — os preços dos produtos agrícolas.

Só em São Paulo, entraram em 1952, emigrantes provenientes da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Sergipe, Paraíba, Piauí, etc. num total de 252.803 pessoas. Para que se tenha uma idéia da variação da população no período de 1940 a 50 transcreveremos o quadro abaixo.

DIFERENÇA ENTRE AS IMIGRACOES E AS MIGRACOES

Quadro das zonas	*Interiores*	*Exteriores*	*Aumento de 1940 a 1950*
Urbanas	1 820 000	40.000	3 799.000
Suburbanas	923.000	12.000	2.146.000
Rurais	2 743 000	60.000	4.197.000
BRASIL		112.000	10.862.000

7 — *Alojamento dos empregados*

Vivendas de empregados e suas famílias (isto é, separadas, em comunidade, na propriedade ou fora dela); proporção de mercadorias compradas com dinheiro feitas em casa ou derivados do emprêgo; níveis de vida típicos (subsistência, nível algo melhor, nível confortável, etc.).

RESPOSTAS

De acôrdo com um inquérito municipal feito em 1952 pela Comissão Nacional de Política Agrária, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram obtidos os seguintes níveis de vida entre os trabalhadores rurais assalariados relativamente à habitação, alimentação, saúde, vestuario, e rendas econômicas, classificadas em excelente, bom e pobre.

Conforme se verifica, em cerca de 86% dos municípios informantes, o nível de vida dos trabalhadores rurais assalariados foi classificado como pobre.

Em aproximadamente 82% dos municípios informantes, o nível de vida dos trabalhadores agrícolas assalariados, relativamente à saúde, foi considerado pobre.

Conforme se verifica adiante, em cêrca de 97% dos municípios informantes, foi considerado pobre quanto ao vestuário o nível de vida dos trabalhadores rurais assalariados.

MUNICIPIOS INFORMANTES — FORMAS DE PAGAMENTOS

REGIÕES FISIOGRAFICAS	*Só em dinheiro*	*Em dinheiro e alimentação*	*Dinheiro e casa*	*Outras formas*	*Total*
Norte	58	26	1	7	92
Nordeste	308	85	13	6	412
Leste	528	101	33	2	664
Sul	449	97	27	6	579
Centro-Oeste	—	—	—	—	—
TOTAIS	1 343	309	77	21	1 750

Os dados adiante transcritos revelam que em aproximadamente 98% dos municípios o nível de vida dos trabalhadores rurais, assalariados, foi considerado pobre com relação às rendas ou economias.

Relativamente as formas de pagamento aos trabalhadores agrícolas assalariados, são frequentes as seguintes formas:

a) — só em dinheiro,
b) — em dinheiro e alimentação,
c) — em dinheiro com casa;

O inquérito realizado em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária revelou os dados adiante transcritos.

Conforme se verifica, a predominância é o pagamento em dinheiro (em 1.750 municípios e o modo de pagamento adotado em 1.343) seguindo-se logo depois a forma de pagamento adotada em dinheiro e alimentação (e a forma adotada em 309 dos 1 750 municípios informantes).

C — *ARRENDATARIOS AGRICOLAS*

1 — *Generalidades*

Numero, proporção e distribuição geográfica das pessoas que trabalham como arrendatárias de proprietarios agrícolas; classificação por colheitas principais e tipos de agricultura; distribuição por categorias principais dos arrendatários (por exemplo, arrendatários que pagam em dinheiro, meeiros, parceiros, participantes das colheitas, colonos, inquilinos, etc.).

REGIÕES FISIOGRÁFICAS	*NÍVEIS DE VIDA QUANTO À HABITAÇÃO*			*N.º de Municípios informantes*
Z o n a s	*Excelente*	*Bom*	*Pobre*	
Norte	—	2	92	94
Nordeste	—	11	383	394
Leste	—	10	614	624
Sul	—	45	528	573
Centro-Oeste	—	2	107	109
TOTAIS	0	70	1 724	1 984

Regiões Fisiográficas	*NÍVEIS DE VIDA QUANTO À ALIMENTAÇÃO*			*N.º de Municípios informantes*
Z o n a s	*Excelente*	*Bom*	*Pobre*	
Norte	0	21	71	92
Nordeste	4	63	326	393
Leste	1	80	539	620
Sul	2	151	416	589
Centro-Oeste	0	13	97	110
TOTAIS	7	328	1 449	1 784

REGIÕES FISIOGRÁFICAS	*NÍVEIS DE VIDA QUANTO AO VESTUÁRIO*			*N.º de Municípios informantes*
Z o n a s	*Excelente*	*Bom*	*Pobre*	
Norte	0	2	90	92
Nordeste	0	8	383	391
Leste	0	5	617	622
Sul	6	28	543	571
Centro-Oeste	0	4	106	110
TOTAIS	0	47	1 739	1 786

REGIÕES FISIOGRÁFICAS	*NÍVEIS DE VIDA QUANTO À RENDAS OU ECONOMIAS*			*N.º de Municípios informantes*
Z o n a s	*Excelente*	*Bom*	*Pobre*	
Norte	0	1	93	94
Nordeste	0	10	382	392
Leste	0	8	614	622
Sul	0	23	548	571
Centro-Oeste	0	2	108	110
TOTAIS	0	44	1 745	1 789

(Continua no próximo número)

(Conclusão da pág. 13)

979.000 quilos no valor de Cr$ 9.602.500,00, Bahia, 3 municípios, 841.600 quilos, no valor de Cr$ 6.682.100,00, Ceará, 11 municípios, 217.780 quilos no valor de Cr$ ..... 1.148.965,00 e Pará, 3 municípios, 131.660 quilos no valor de Cr$ 1.333.762,00. A indústria da gordura do babaçu para alimentação desenvolve-se, principalmente, no Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Distrito Federal. O babaçu é muito útil. Não deve ser destruído e sim, se necessário, desbastado, como, por exemplo, quando ocorre nos campos de criação.

(Conclusão da 24)

dicais do mesmo grau, da mesma seção econômica de modo que entre cada grau, a começar do primeiro, medeie espaço de tempo entre sessenta e noventa dias na contribuição dos respectivos órgãos dirigentes;

8 — que, para a instauração de dissídios coletivos de trabalho, seja fixado em "quorum" ponderável e expressivo da categoria, cabendo ser obrigatório a presença de um representante do Ministério Público do Trabalho nas Assembléias para tal fim convocadas;

9 — que se apliquem às convenções coletivas de trabalho as normas recomendadas no item anterior com relação aos dissídios coletivos do trabalho,

10 — que o problema da organização sindical rural no seu modo de ver, deve ser da órbita do Ministério da Agricultura, atribuindo-se aos organismos mais existentes a investidura sindical específica

LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Reconhecida pelo ministro da Agricultura, a Associação Rural de Santa Eugênia, no Sertão Carioca — Outros reconhecimentos aguardando o despacho ministerial — Demarcação das áreas territoriais das entidades rurais do Distrito Federal — Violências praticadas contra lavradores indefesos e as providências da S.N.A. junto às autoridades competentes — Preços de forragens da Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá — Distribuição das cotas de resíduos de trigo referente aos meses de fevereiro e março — Discurso do Presidente da Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba sôbre a escassês de alimentação para os plantéis. Outras notas

ESCASSÊS DE ALIMENTAÇÃO PARA OS PLANTÉIS

Conforme noticiamos em nosso último número, efetuou-se no dia 5 de fevereiro próximo passado, o encontro aprazado entre a classe agrícola do Distrito Federal e o Cel. Frederico Mindêllo, Presidente da COFAP. O assunto da referida reunião foi o grave problema da escassês dos resíduos de trigo.

Transcrevemos a seguir o pronunciamento do companheiro Walter de Castro, Presidente da Cooperativa da Ilha de Guaratiba, em defesa dos interêsses da classe. —

Snr. Presidente ou Representantes da COFAP

Coronel Frederico Mindello

De há muito almejávamos, nós que representamos os ruralistas do D. Federal, por esta oportunidade que, infelizmente, só agora se realiza de um contacto direto com V. S. para, num verdadeiro tete a tete, expormos a angustia em que vivemos de algum tempo a esta parte, especialmente pela falta dos resíduos de trigo.

Sabe bem V. S. que no D. Federal as atividades hortogranjeiras são exercitadas em pequenas áreas devido ao alto custo da terra e do capital necessários a investimentos e trabalho que propicie a produção dos chamados bens do consumo.

Assim sendo as granjas e os sítios não podem ser autosuficientes na produção dos alimentos das aves e dos animais que, ou são a base das suas atividades agro-pastoris, ou as suplementam e tanto isto é verdade que o Govêrno da República ao enviar ao Congresso Nacional o projeto de Lei que criou a Cofap, estabeleceu expressa e inconfundivelmente no seu artigo 7.º alínea II.

E' evidente e não há forma de negar, que o Executivo propondo e um Legislativo aprovando como proposto foi, teve em vista prestigiar, dar fôrça, incentivar o regime Cooperativista que desde sua implantação no Brasil tem vivido de faltas promessas e abandono quase integral.

Mas, Snr. Presidente, o que vimos no setor de resíduo, após a criação da Cofap, foi o seguinte: até o seu advento, só fabricavam rações balanceadas além de alguns moinhos, as Cooperativas, algumas associações rurais e poucos criadores; e após a criação da COFAP proliferaram pseudas fábricas de rações balanceadas, as quais vieram prejudicar, ferindo de morte as Cooperativas e associações rurais. Peço a atenção de V. S. para o seguinte fato: em quanto em a nossa Cooperativa um saco de balanceado para suínos custava Cr$ 68,00, nas fábricas de rações custava Cr$ 170,00 e Cr$ 200,00 e não se sabe a sua composição, mas o prêço sabemos de ante-mão e as notas que trago comprovam o que alego.

Peço, então, a licença a V. S. para uma pergunta inocente talvez:

Como é possível baratear a produção desta forma? Será que o govêrno da República está mesmo interessado em produção abundante e barata? Só V. S. como representante do govêrno poderá responder com segurança.

Ao que estamos informados, a COFAP possuiu em outros tempos, um conselho técnico o qual por solicitação do Presidente de então da COFAP, após acurados estudos elaborou, um anteprojeto de portaria regulando a distribuição de resíduos. E por um passo de mágica este projeto foi desprezado e elaborado outro em plenário por leigos no assunto, enquanto que o primitivo fôra estudado por técnicos do mais alto quilate.

Estamos certos que a preocupação do Presidente da COFAP e do Govêrno é acertar. E é por ìsto que damos a êste nosso arrazoado um pouco de confidência que outro fim não tem senão levar à pauta dos assuntos que interessam vivamente, a presidência da COFAP êste caso que para nós é vital.

Se não nos trai a memória, há Lei estabelecendo serem as Cooperativas órgãos de cooperação governamental. Mas nem assim nos é dado saber como é feita a distribuição pelo setor competente da COFAP. Não sabemos por que motivo recebemos uma quota ínfima de resíduo in-natura tardiamente e só depois que os órgãos governamentais as fábricas de balanceados e outros órgãos recebem as suas quotas, isto é, somos supridos pelas sobras, e as quotas não são indicadas para o moinho que está em falta, de resíduos, êste fato nos obriga a comprar as rações preparadas por preços exorbitantes a fim de suprir os nossos cooperados que alegam baixa qualidade nos balanceados adquiridos. E não temos por onde fugir; ou compramos caro, sabendo que estamos pagando mais do que vale, ou perdemos os nossos plantéis.

Esta nossa atitude decorre das responsabilidades que temos com os nossos cooperados que nos investiram de poderes de representação, e também pela preocupação de levar ao vosso conhecimento com sinceridade, sem rebuços, a aflição em que vivemos.

Em, 5 de fevereiro de 1957

Ata da 15.ª reunião ordinária, semanal, do Departamento das Associações Ru-

rais do Distrito Federal, realizada em 5 de fevereiro de 1957, sob a presidencia do Sr. Flávio da Costa Britto.

Os trabalhos dessa reunião, foram realizados no auditório da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, em virtude de um encontro aprazado, pelos representantes da lavoura do Distrito Federal, com o Cel. Frederico Mindêllo, Presidente da COFAP, a fim de ser debatido o problema da escassa distribuição de resíduos de trigo para as organizações rurais que integram o DARDIF. — Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente explicou as finalidades daquela reunião e convidou para fazerem parte da mêsa os Srs. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA; Abel de Almeida, representante da Classe no Conselho Regional do Serviço Social Rural. Depois de lida, discutida e aprovada a ata da reunião anterior, o Sr. Presidente comunicou à Casa que, dentro de alguns instantes, estaria ali o Cel. Mindêllo que aceitára o convite formulado pela Classe. Precisamente às 17 horas e 30 minutos deu entrada no auditório o Presidente da COFAP e que se fazia acompanhar do Sr. Pelayo Vidal Martins, assistente técnico daquêle órgão. Todo o vasto auditório se achava literalmente cheio, contando-se a presença de duas centenas de lavradores, presidentes de organizações rurais e jornalistas. O Sr. Flávio de Britto, depois de apresentar àquela autoridade aos presentes, convidou a mesma a tomar assento à cadeira da Presidência. O Cel. Mindêllo apresentou escusas pela demora e se pôs à disposição de todos os presentes a fim de ouvi-los em suas queixas e reclamações no que toca aos diversos assuntos de interligação entre os lavradores e a COFAP. — O Sr. Walter de Castro, presidente da Cooperativa da Ilha de Guaratiba, obtendo o uso da palavra, leu as reivindicações dos associados daquela entidade, sôbre a escassês dos resíduos de trigo. Seguiram-se na tribuna os companheiros Jonas Passos, Antônio Tennyson Garcez e outros, que externaram ao Presidente da COFAP, a dramática situação dos produtores do Distrito Federal, ante a escassês de resíduos que lhes são atribuídas, muitas delas constituindo verdadeiras sobras das fábricas de rações. O Cel. Mindêllo, à proporção que ia sendo informado, consultava ao Sr. Pelayo Vidal, seu assessor, que respondia prontamente as reclamações formuladas. O Presidente da COFAP, tomando a palavra, esclareceu que a questão do resíduo de trigo dependia, atualmente, mais da justiça do que pròpriamente da COFAP, pois, ultimamente, os moinhos tiveram ganho de causa numa ação impetrada para que lhes fosse assegurada 50% da produção das moagens. Insistiu em frizar que a escassês era geral e que para atenuar esta situação a COFAP não só iria proceder a estudos para as futuras distribuições de quotas como também, iria importar milho e resíduos. Consultou os presentes sôbre os preços [illegible] para aquisição do produto importado. Fez uso da palavra em seguida, o Major Acacio Gonçalves da Silva que propôs uma distribuição dentro do espírito da Portaria 74, com prioridade para avicultura, deixando as fábricas de resíduos para abastecimento posterior. Falou ainda abordando aspectos do cooperativismo, o representante da Cooperativa

da Leopoldina. — As 20 horas foi encerrada a sessão com palavras de agradecimento do Sr. Flavio da Costa Britto, ao comparecimento do Cel. Prefeito Mendêllo, a fim de trocar idéias com os lavradores do Distrito Federal, sendo marcada nova reunião para o próximo dia 1.º de fevereiro do corrente ano.

Ata da 18.ª reunião ordinária, semanal, do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizada em 12 de fevereiro de 1957, sob a presidência do Sr. Flavio da Costa Britto.

Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente fez ler a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem alterações. A seguir o Sr. Presidente fez a apresentação do Professor Adamastor Lima, Presidente Regional do Serviço Social Rural, agradecendo a presença do ilustre professor, o qual falou em seguida do seu prazer em presenciar uma reunião do DARDIF. A seguir falou o Sr. Pelayo Vidal, o qual participou que a COFAP havia atendido ao pedido de elemento formulado por algumas entidades filiadas; explicou, outrossim, fornecendo uma copia do original, o criterio adotado na distribuição dos resíduos de trigo, bem como declarou ser inteiramente errônea a declaração do Sr. Jonas Passos, segundo o qual uma só fabrica de rações havia recebido 4.000 sacos de trigo, bem como da improcedência das declarações do Sr. Abel de Almeida, que afirmou ter o Distrito Federal recebido somente 2% da produção nacional de resíduos de trigo. Contestando o Sr. Abel de Almeida, disse ter o orador se equivocado, pois somente a quota do DARDIF atingia a 2% da referida produção, salientando também que seu ponto de vista era de que fosse respeitada a prioridade na distribuição, sendo então o restante entregue às fabricas de rações. — Pela ordem falou o Presidente da Cooperativa da Ilha de Guaratiba, Sr. Walter, o qual comunicou que associados da Associação dos Avicultores vendiam rações no câmbio negro, propondo outrossim fosse exercida uma fiscalização rigorosa, por parte da COFAP, para eliminar essas irregularidades, esta proposta, mais tarde, devido a contra-indicações, foi por si retirada de votação. — Voltando a palavra, o Sr. Pelayo Vidal afirmou que a dificuldade na obtenção do resíduo de trigo era, também, pela grande procura que existe para o referido produto, por ser esse mais barato que os similares. Pedindo a palavra o Sr. Abel de Almeida solicitou fossem tomadas medidas, tanto por parte do Ministerio da Agricultura como pela P. D. F. no sentido de ser debelada a praga que se alastra em todas as regiões produtoras de laranja no Distrito Federal. — Tomando a palavra o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, salientou a conduta da mesma que exigiu fossem esclarecidas tais denúncias como a feita pelo representante da Cooperativa da Ilha de Guaratiba, declarando que a SOCIEDADE jamais admitiria tal comercio, sendo a primeira

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE MARÇO DE 1957
Cota do D. A. R. D. I. F.

Cooperativa	dos Agric. Criads de Jacarepaguá	486 scs.
"	de Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	510 scs.
"	Agrícola de Bangu	250 scs.
"	Agrícola de Bangu	250 scs.
"	dos Agrics Criads de Campo Grande	200 scs
"	dos Agrics Criads de Irajá	250 scs
"	dos Agrics Criads de Guaratiba	165 scs
"	dos Agrics Criads da Ilha de Guaratiba	180 scs
"	dos Agrics Criads de Mato Alto	180 scs
"	dos Lavrads e Criads. da Zona Rural	136 scs
"	Mixta Agro-Pec de Santa Cruz	170 scs
"	dos Bandeirantes	84 scs
"	dos Avics de Benfica	220 scs
"	dos Avics de Santa Cruz	146 scs
	dos Agrics Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	104 scs
	Mixta Agro-Pec de Kosmos	160 scs
Associação	Lavradores da Foz de Coqueiros	180 scs
"	Agrícola de Jacarepaguá	106 scs
"	Rural do Realengo	200 scs
"	Rural do Viegas	140 scs.
"	Rural de Santa Eugenia	124 scs
"	Rural de Santa Eugenia	124 scs
"	Rural dos Palmares	260 scs
"	Rural do Rio da Prata	215 scs
Intendência	Agrícola da Cachamorra	134 scs
Sociedade	União dos Agricultores	200 scs
Sociedade	Nacional de Agricultura	200 scs.
	TOTAL	5 000 scs

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE MARÇO DE 1957
Cota da P. D. F.

Cooperativa	dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá	cancelada
"	de Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	400 scs.
	Agrícola de Bangu	200 scs
"	dos Agrics. Criads de Campo Grande	230 scs.
	dos Agrics Criads de Irajá	350 scs
"	dos Agrics Criads de Guaratiba	250 scs
"	dos Agrics Criads da Ilha de Guaratiba	440 scs
"	dos Agrics Criads de Mato Alto	180 scs
	dos Lavrads Criads da oZna Rural	150 scs
	Mixta Agro-Pec de Santa Cruz	300 scs
	dos Bandeirantes	140 scs
	dos Avics de Benfica	250 scs
	dos Avics de Santa Cruz	200 scs
	dos Agrics Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	250 scs
	Mixta Agro-Pec de Kosmos	150 scs
Associação	Lavradores da Foz Coqueiros	200 scs
	Agrícola de Jacarepaguá	150 scs
	Rural do Realengo	250 scs
	Rural do Viegas	cancelado
	Rural de Santa Eugenia	cancelada
	Rural dos Palmares	250 scs
	Rural do Rio da Prata	100 scs
Intendência	Agrícola da Cachamorra	150 scs
Sociedade	União dos Agricultores	150 scs
	TOTAL	5 000 scs

a tomar providências contra a sua existencia — A seguir o representante da Cooperativa Mixta de Santa Cruz indagou se ainda existe a FARDIF, sendo esclarecido, pelo Sr. Presidente, da transformação daquela entidade para a órbita da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA como o seu Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal — (DARDIF). Em seguida o Sr. Presidente pôs em votação se as reuniões do DARDIF deveriam ser efetuadas em separado ás da UCODIF, proposta essa que foi aprovada. Foi discutida então a situação da Cooperativa de Lavradores e Criadores da Zona Rural Ltda., ficando decidido ser aguardada uma solução por parte do Serviço de Economia Rural. — As 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a sessão, falando antes o Professor Adamastor Lima, o qual agradeceu o convite para que ele comparecesse a estas reuniões onde, com o máximo prazer, pode constatar a eficiência das mesmas, prometendo sempre que possível, comparecer. Antes do encerramento, o Sr. Presidente marcou nova reunião para o próximo dia 19 de fevereiro do corrente ano.

Ata da 17.ª reunião ordinária das Associações Rural, do Distrito Federal, realizada em 19 de fevereiro de 1957, sob a Presidencia do Sr. Flavio da Costa Britto. —

A esta reunião esteve também presente o Professor Adamastor Lima, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural. — Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente determinou a leitura da ata da reunião anterior, a qual sofreu as seguintes modificações: o Sr. Pelayo Vidal afirmou que, quando da reunião com o Cel. Frederico Mindêllo, afirmara que o DARDIF havia recebido 2% da produção total de resíduos de trigo e que na ocasião mostrou aos presentes um quadro demonstrativo da distribuição geral de resíduos, o qual mostrava que os resíduos haviam sido distribuídos para Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, cabendo a êste último 37,25% da distribuição total, outra modificação é que por ocasião em que o Sr. Jonas Passos afirmou ter uma só fábrica de rações recetado 4.000 sacos de resíduos, foi exibida uma ficha de controle da distribuição geral, na qual constava ter a referida organização recebido somente 400 sacos. — Pedindo a palavra o Sr. Abel de Almeida falou sôbre a fiscalização excessivamente rigorosa por parte do Serviço de Economia Rural, ao mesmo tempo propunha ser convidado a comparecer a uma das reuniões do DARDIF o Dr. Guimarães, o qual explicaria o critério adotado no referido controle. A seguir, o Srs. Pelayo Vidal e Francisco de Moraes propuseram fosse enviado ofício ao Cel. Frederico Mindêllo, expondo o ponto de vista do DARDIF sôbre como deverá ser distribuído os resíduos de trigo, se in natura ou já balanceado. — Retomando a palavra o Sr. Abel de Almeida

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1957
Cota da P. D. F.

Cooperativa	dos Agrics. Criads. de Jacarepaguá - cancelada	
"	de Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	350 scs
	Agrícola de Bangu	170 scs
	dos Agrics. Criads. de Campo Grande	200 scs
"	dos Agrics. Criads. de Irajá	300 scs
	Agrics. Criads. de Guaratiba	200 scs
	dos Agrics. Criads. da Ilha de Guaratiba	350 scs
"	dos Agrics. Criads. de Mato Alto	150 scs
	dos Lavrads. Criads. da oZna Rural	100 scs
	Mixta Agro-Pec. de Santa Cruz	250 scs
	dos aBndeirantes	100 scs
"	dos Avics. de Benfica	200 scs
	dos Avics. de Santa Cruz	150 scs
	dos Agrics. Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	200 scs
"	Mixta Agro-Pec. de Kosmos	100 scs
Associação	Lavradores da Fazenda Coqueiros	150 scs
"	Agrícola de Jacarepaguá	100 scs
"	Rural do Realengo	200 scs
	Rural do Viegas cancelada	
	Rural de Santa Eugênia cancelada	
	Rural dos Palmares	200 scs
Intendencia	Agrícola da Cachamorra	100 scs
"	Rural do Rio da Prata	330 scs
Sociedade	União dos Agricultores	100 scs
	TOTAL GERAL	4 000 scs

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1957
Cota do D. A. R. D. I. F.

Cooperativa	dos Agrics. Criads. de Jacarepaguá	320 scs
	de Avicultura Domestica de Jacarépaguá	320 scs
	Agrícola de Bangu Ltda.	200 scs
	dos Agrics. Criads. de Campo Grande	200 scs
	dos Agrics. Criads. de Irajá	200 scs
	dos Agrics. Criads. de Guaratiga	220 scs
	dos Agrics. Criads. da Ilha de Guaratiba	160 scs
	dos Agrics. Criads. de Mato Alto	160 scs
	dos Lavrad. Criads. da oZna Rural Ltda	80 scs
	Mixta Agro-Pec. de Canta Cruz	160 scs
	dos Bandeirantes	80 scs
	dos Avics. de Benfica	320 scs
"	dos Avics. de Santa Cruz	140 scs
	dos Agrics. Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	120 scs
"	Mixta Agro-Pec. de Kosmos	160 scs
Associação	Lavradores da Fazenda Coqueiros	160 scs.
"	Agrícola de Jacarepaguá	80 scs.
"	Rural do Realengo	160 scs
"	Rural de Viegas	80 scs.
"	Rural de Santa Eugenia	110 scs
	Rural dos Palmares	170 scs
"	Rural do Rio da Prata	160 scs
Intendencia	Agrícola da Cachamorra	100 scs
Sociedade	União dos Agricultores	140 scs.
	TOTAL GERAL	4 000 scs.

propôs fôsse exigido o cumprimento da portaria 74 ou liberado o preço do resíduo de trigo. — A seguir, inquirido por alguns dos presentes, falou o Sr. Pelayo Vidal sôbre irregularidades na distribuição dos resíduos de trigo, afirmando já terem sido fechadas 3 fábricas de rações balanceadas, devido a irregularidades constatadas. — Pela ordem o Sr. Francisco de Moraes pede esclarecimentos sôbre as delimitações das áreas territoriais das associações rurais, ficando o assunto a ser esclarecido oportuna e amplamente, devido a não ter sido apresentado o estudo a respeito, pelos Srs. Abel de Almeida e Antonio Correia da Silva. — Às 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião marcando outra para o dia 26 de fevereiro próximo.

Ata da 18.ª reunião ordinária, semanal, do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizada em 26 de fevereiro de 1957, sob a Presidência do Sr. Flavio da Costa Britto.

Esteve presente a essa reunião o Professor Adamastor Lama, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural — Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada sem alterações. — Pedindo a palavra, inicialmente, o Sr. Francisco de Moraes pediu explicações sobre a atitude assumida pelo Sr. Major Aacio Gonçalves da Silva, Presidente da Cooperativa dos Avicultores de Benfica, em relação ao caso dos resíduos de trigo, pedindo uma definição por parte do referido Sr. sôbre, se estava a favôr do cumprimento da portaria 74 ou desejava a liberação do preço dêste sub-produto. Tomando a palavra o Sr. Pelayo Vidal declarou já ser do conhecimento geral o desejo do Major Aacio, por haver ele declarado publicamente, em uma reunião da CEAN, ser a favor da portaria 74. — Em seguida foi abordado o caso da distribuição de triguilho, ficando assentado que a próxima quota será distribuida entre as organizações que não o perceberam neste primeiro rateio. A seguir foi esclarecido aos presentes que a quota de resíduos para o presente mês será de 8 000 sacos, 4.000 pelo DARDIF e outro pela F. D. F. — Em seguida foi sugerido ao Sr. Presidente uma obediência mais rigorosa no horário das reuniões, bem como serem discutidos, nas mesmas, sòmente asuntos do interêsse geral e não discussões vagas. A sugestão foi muito bem recebida pelo Sr Presidente, o qual prometeu tomar providências para o bom andamento das reuniões. — Às 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a sessão, marcando outra para o próximo dia 19 de março de 1957. —

NOVOS PREÇOS DE FORRAGEM DA COOPERATIVA DOS AGRICULTORES E CRIADORES DE JACAREPAGUÁ

FORRAGENS

Ingredientes				Vitaminas Antibioticos		e Sulfas Varejo	
Avela Chil. grão	saco	60	Kg	12,00	720,00	Kg.	12,50
Avela Chil. moida	"	50	"	13,00	650,00	Kg	13,50
Farinha de Alfafa	"	25	"	6,00	150,00	Kg.	6,30
" de Carne 50 55% P	"	60	"	6,60	396,00	Kg.	6,90
" de " 55 60% P	"	60	"	8,00	480,00	Kg.	8,40
" de Fígado 70% P	"	50	"	15,00	750,00	Kg.	15,60
" de Leite (em pó)	"	35	"	28,00	980,00	Kg.	29,00
" de Ossos	"	60	"	3,60	216,00	Kg.	3,80
" de Ostras	"	40	"	1,00	40,00	Kg.	1,20
" de Peixe 56% P.		50	"	7,60	380,00	Kg.	8,00
" de Soja 50% P.	"	40	"	7,00	280,00	Kg.	7,40
Fubá Fino	"	50	"	6,20	310,00	Kg.	6,50
" Grosso	"	45	"	5,20	218,40	Kg	5,50
Milho em grão (do Norte)	"	60	"	5,50	330,00	Kg	5,80
" Picado	"	50	"	6,20	310,00	Kg	6,50
" Quirera	"	50	"	6,40	320,00	Kg.	6,70
Ostra média	"	40	"	1,00	40,00	Kg	1,20
Sal fino	"	60	"	3,00	180,00	Kg	3,20
" grosso	"	60	"	2,90	176,00	Kg	3,10
Farelo de Amendoim	"	45	"	6,60	297,00	Kg.	7,00
Avinol	Barrica	50	"	115,00	5.750,00	Kg	120,00
Riboflavina	Vidro	½			2.750,00	Grama	6,00
Sulfato Manganez	Saco	50	"	18,00	900,00	Kg	20,00
Oleo Fígado de Cação	Lata	18	"	18,00	1.188,00	Lt. 1 Kg	70,00
Terramicina 3 — 3	Tambor	50	"	120,00	6.000,00	Kg.	130,00
" T. M. 10	Tambor	50	"	250,00	12.500,00	Kg.	270,00
Antibiót. Squib SM 19	Cx	20	"	150,00	3.000,00	Kg.	160,00
Nicrazin	Vidro	½	"		450,00	Grama.	1,20
Sulfaquinoxaline p/ ração	Pacote	½	"		450,00	Grama	1,85
Sulfaq. p/ água	Pacote	½	"		350,00	Grama	0,80

1897 —— 1957

"A LAVOURA", 60 anos a serviço da Agricultura do Brasil

Ofício da S. N. A. ao vereador Osmar Rezende comunicando as violências praticadas contra lavradores indefesos da Fazenda da Pedra, filiados a Associação Rural de Santa Eugênia

Ilmo. Sr. Vereador
Osmar Rezende
Câmara Municipal do Distrito Federal

Comunicamos a V. S. que na reunião do dia 2 de abril proximo passado, do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, foi aprovado ser levado ao conhecimento de V. S., para as necessarias providencias junto as autoridades municipais, dos graves acontecimentos ocorridos na Fazenda da Pedra, Santa Eugenia, onde humildes e indefesos lavradores foram violentamente despejados de seus ranchos, havendo os agentes da violencia devastado a lavoura ali existente, de tanta utilidade para o abastecimento do Distrito Federal.

Para melhor informar dos acontecimentos, anexamos o texto do telegrama dirigido pela SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA ao Excelentissimo Sr. Embaixador Negrão de Lima, Prefeito do Distrito Federal.

"Cumprimos dever de comunicar a Vossa Excelencia, baseados na documentação fotografica em nosso poder, bem como relato verbal do lavrador Sr. Eleuzipio Candido da Silva perante reunião do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, haverem elementos da Diretoria de Obras, acompanhados de numerosa força da Policia de Vigilancia, devastado plantações pertencentes a lavradores filiados a Associação Rural de Santa Eugenia, em pleno sertão Carioca.

Oitocentas laranjeiras em franca produção, duas mil touceiras de cana, alem de extenso bananal e plantação de arroz, impiedosamente arrazados, além dos ranchos, o que representa total prejuizo daquela gente humilde e operosa que por nosso intermedio apela ao espirito ponderado e justiceiro de Vossa Excelencia no sentido de mandar apurar as causas da violência, que alem de atingir a economia pessoal dos referidos rurícolas



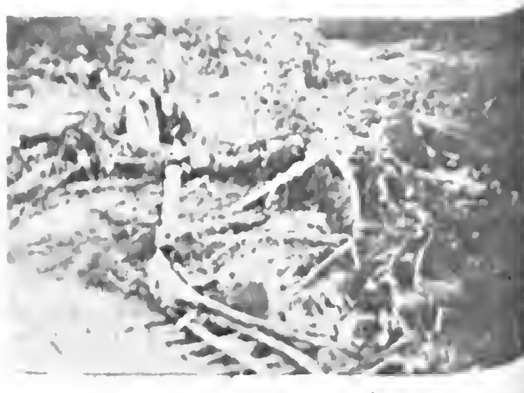
Uma das humildes familias que ficaram ao relento devido a destruição total de seus ranchos.

constitue diminuição na produção agricola em que tanto se empenha o Governo da Cidade em amparar e estimular. Antecipados agradecimentos. Arthur Torres Filho, Presidente da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA".

Sendo o que se nos apresenta no momento, aproveitamos o ensejo para reiterar os nossos protestos de estima e consideração.



O rancho dos lavradores da Fazenda da Pedra, totalmente destruido.



Aspecto da violencia praticada contra lavradores da Fazenda da Pedra, vendo-se parte do bananal destruido.

Normas baixadas pela SUMOC para aplicação dos Cr$ 500 milhões no refinanciamento à lavoura do país pelo Banco de Crédito Cooperativo

Cr$ 250 milhões para cereais básicos; Cr$ 80 milhões para exploração pastoril; Cr$ 50 milhões para aves e ovos; Cr$ 20 milhões para fruticultura; Cr$ 10 milhões para óleos vegetais e comestíveis; Cr$ 50 milhões para horticultura e Cr$ 50 milhões para modernização e recuperação das lavouras, aquisição de produtos agropecuários

A SUMOC acaba de baixar normas para aplicação pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, da verba de Cr$ 500 milhões, destinada ao refinanciamento à lavoura do país.

PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

O plano de distribuição está assim organizado: I — aves e ovos Cr$ 50 milhões, II — cereais básicos Cr$ 250 milhões (arroz, feijão, milho, mandioca e batata Cr$ 220 milhões e trigo e soja Cr$ 30 milhões); III — exploração pastoril Cr$ 80 milhões (banha e laticínios) — IV — Fruticultura Cr$ 20 milhões, V — Óleos vegetais comestíveis Cr$ 10 milhões (algodão, amendoim, oliveira e dendê), VI — Horticultura Cr$ 20 milhões, VII — Mate e chá Cr$ 20 milhões, VIII — Modernização e recuperação das lavouras, aquisição de produtos agro-pecuários, sementes, adubos, inseticidas, máquinas e utensílios Cr$ 50 milhões.

NORMAS

As normas a serem aplicadas pelo banco são as seguintes

1.ª — A verba de Cr$ 500.000.000,00 irá sendo liberada pelo Banco do Brasil S. A. na forma que o Sr. Ministro da Fazenda determinar.

2.ª — O Banco Nacional de Crédito Cooperativo reporá as quantias que receber dentro de 20 meses da data da resolução do Conselho que aprovar as presentes normas.

3.ª — O Banco do Brasil S. A., na qualidade de mandatário e por conta do Govêrno Federal, transferirá do saldo da conta "Govêrno Federal — Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional", para uma conta especial as quantias que o Sr. Ministro da Fazenda autorizar sejam creditadas ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo para os fins do Decreto n. 41.003.

4.ª — Sôbre as quantias que forem postas à sua disposição o Banco Nacional de Crédito Cooperativo pagará o juro de 2% a. a. que o Banco do Brasil creditará à conta "Govêrno Federal — Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional".

5.ª — As verbas postas à disposição do Banco Nacional do Crédito Cooperativo serão aplicadas sob a forma de refinanciamento dos empréstimos que as coperativas de produção agrícola legalmente habilitadas a funcionar no País tenham concedido a seus associados para custear — sob garantia de penhor ou outras modalidades peculiares ao cooperativismo — a produção de artigos básicos de alimentação e a modernização dos métodos de produção agrícola e recuperação da lavoura e a aquisição de produtos agropecuários, sementes, adubos, inseticidas, máquinas e utensílios agrícolas, dentro do seguinte plano de distribuição dos Cr$ 500.000.000,00.

6.ª — O Banco Nacional de Crédito Coperativo somente poderá refinanciar contratos de empréstimo até Cr$ 200.000,00, por mutuário, a juro que para êste não exceda 8% a.a., celebrados a partir de 25-2-57, e a prazos que correspondam ao ciclo normal da atividade agrícola assistida.

7.ª — Independentemente dessas condições, o Banco Nacional de Crédito Coperativo estipulará sanções — tais como a imediata rescisão do contrato e a elevação das taxas de juros — para os casos de desvirtuamento das finalidades e da aplicação, ou de desrespeito às cláusulas contratuais.

8.ª — Tôdas as operações baseadas no Decreto n. 41.003, de 25-2-57, seja entre o Banco Na-

cional de Crédito Cooperativo e as Cooperativas de produção, seja entre estas e seus associados, serão fiscalizadas pela SUMOC, Inspetoria Geral de Bancos. Nêsse sentido, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo exigirá, contratualmente, que as coperativas escriturem em contas especiais tanto os empréstimos aos produtores como os refinanciamentos obtidos, alem da condição de sujeitarem-se também elas, à fiscalização da SUMOC

9.ª — O Banco Nacional de Crédito Cooperativo fornecerá à Superintendência da Moeda e do Crédito, mensalmente, relação dos refinanciamentos concedidos e dos saldos devedores das cooperativas refinanciadas.

10.ª — Sem prejuizo das presentes normas, o Banco Nacional de Crédito Copoerativo prestará contas da aplicação dos recursos de que trata o Decreto n. 41 003 ao Tribunal de Contas na forma do art. 7 do mesmo Decreto

11.ª — O Conselho da Superintendência da Moeda e do Credito poderá modificar ou complementar as normas ora baixadas sempre que a experiencia ou fatores supervenientes o façam necessario para que melhor se atinjam os objetivos do Decreto n 41 003 de 25-2-57

12.ª — O Banco Nacional de Credito Cooperativo dará, por oficio, à Superintendência da Moeda e do Crédito e ao Banco do Brasil, sua plena aceitação e conformidade às presentes normas.

Demarcação de áreas territoriais

A comissão constituída pelos Srs. Abel de Almeida, Luiz Marques Poliano e Antonio Correia da Silva, está solicitando com a máxima urgência, o comparecimento dos presidentes de Associações rurais do Distrito Federal, para debater em torno das determinações legais que mandam delimitar as áreas das entidades rurais.

Todas as 3.ªs feiras, a referida comissão receberá os interessados na sede do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, à Av. Gal. Justo, 171, 2.º andar.



A FOTO INTERNACIONAL

As fazendas experimentais nos Estados Unidos vêm dando os melhores resultados, e tudo indica que as autoridades vão cuidar de instalar outras, a fim de que tudo que se relacione com a agro-pecuária possa merecer estudos especiais para maior rendimento da produção do país.

Uma dessas "experimentais" encontra-se no Estado de Iowa, várias experimentações estão sendo feitas, inclusive a que diz respeito á alimentação de rebanhos, experimentos esses que incluem as mais variadas tentativas. A foto assinala bovinos pastando em plantações de legumes no inicio de uma experiência feita com pastos, como parte do programa de conservação do solo **(Foto IPS, especial para A LAVOURA**

Novo membro da Comissão Nacional de Política Agrária

Por decreto de 11 do corrente, assinado na pasta da Agricultura, o Sr. Presidente da República nomeou para membro da Comissão Nacional de Política Agrária, o Sr. Flavio da Costa Britto, presidente da União das Cooperativas do Distrito Federal, diretor do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, órgão da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, representante das entidades cooperativas no Plenário da COFAP e gerente da Cooperativa Agricola de Cotia

O ato Presidencial foi motivo de contentamento geral no seio das classes produtoras do País, onde o Sr. Flavio da Costa Britto é deveras estimado.

COMISSAO NACIONAL DE PECUARIA DO LEITE

A Comissão Nacional de Pecuária do Leite, vem realizando um interessante inquérito sôbre pecuária de leite nas bacias leiteiras alimentadoras de Belo Horizonte, Niterol, S. Paulo e Distrito Federal.

O REPRESENTANTE DA COOPERATIVA DOS AGRICULTORES E CRIADORES DE JACAREPAGUÁ NAS REUNIÕES DO DARDIF

A Diretoria da Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá enviou ao Presidente da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA um ofício, no qual credencia, para representá-la nas reuniões do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, o seu cooperado Dr. João Moojen, biologista e nutrólogo, continuando, outrossim, seu Presidente a representá-la, sempre que chamado, notadamente quando se tratar de assuntos de ordem administrativa

A nova Diretoria da Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural Limitada

Transcrevemos abaixo a ata da assembléia geral Extraordinaria pela qual foi eleita a nova diretoria da Coperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural Limitada:

Ata da Assembléia Geral Extraordinária Eletiva, com o fim de poder retificar atos anteriormente praticados em outras Assembléias Gerais, Extraordinarias. Aos vinte e quatro de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade, Freguesia de Guaratiba a Estrada do Magarça n. 84, na Sede da Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural Ltda. do Distrito Federal, as desessete horas pela segunda convocação, presentes os lavradores e criadores, Senhores Américo de Freitas Pinho, residente à Estrada do Magarça n 2891, Victo Manoel Flor de Pinho, residente Caminho dos Mendes s n.; Sebastião Nery, residente à Rua Moacyr Torres s n., Mario Antonio Lopes, residente à Rua Moacir Torres, 660, Nestor Joaquim Nunes, residente à Estrada do Magarça, n 559, Bento Maria Garcia, residente à Rua Atiry n. 9, Moacyr Lopes de Souza residente à Estrada do Telegrafo n 615.; Ernani Vendas Rodrigues, residente à Estrada da Grama n 611; Luiz José dos Santos, residente à Estrada da Grama n. 591 e demais associados que pelo livro de presença constituem de vinte e seis, que de conformidade com a Ata da Assembleia Geral Extraordinaria de três de fevereiro do corrente ano, passando a dar cumprimento ao art 7, parágrafo 7 onde diz os estatutos — "As Assembleias Gerais extraordinarias que tiverem por fim tratar de reforma dos Estatutos, mudança de objetivos da sociedade etc. "Assim sendo, os associados reunidos na presente Assembléia Geral Extraordinaria afim de se eleger novo Conselho de Administração e Conselho Fiscal satisfazendo tôdas as formalidades que os Estatutos da Cooperativa regulamenta".

Foi pelos presentes aclamado o Sr Enéas João de Souza para presidir os trabalhos eletivos o qual me convidou para secretariá-lo, ficando por esse forma, composta a mesa da seguinte maneira: Escrutinador — Sr. Américo de Freitas Pinho, Fiscais, os Senhores Juvenato Neto de Oliveira e Bertuino Vendas Rodrigues. A presente eleição procedeu-se por escrutínio secreto e teve inicio às dezessete e trinta minutos e terminou às dezoito horas

Procedendo-se imediatamente à apuração. Com chapa unica ficou assim constituido o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, que são Para Presidente: Enéas João de Souza, Secretário — Luiz José dos Santos, Tesoureiro — Mario Antonio Lopes, Diretor Comercial — Nestor Joaquim Nunes. Para Conselheiros Ernani Vendas Rodrigues, Moacyr Lopes de Souza, Armando Moreira, Duval da Silva e Aristides da Rosa. Para Conselho Fiscal: José Justiniano de Freitas, Bento Maria Garcia e Victo Manoel Flór de Pinho. Para Suplentes Vivaldo Alves de Oliveira e Manoel Carvalho Barbosa. Após à apuração da mesma, foi dada posse imediata aos mesmos nas suas funções de Conselho de Administração e Conselho Fiscal

O Presidente constituido por esta Assembleia Geral Extraordinária, Sr. Enéas João de Souza, usando das atribuições que lhe confere os Estatutos e a Legislação Cooperativista declara que por força da lei em vigor tornando-a nula a extinta Diretoria constituida por determinação da Assembleia Geral realizada em três de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e cinco. Constatou que não existia mercadorias em depósito e somente duas balanças que consta da carga. E por não haver mais nada a tratar, encerrou-se a presente ata que vai assinada por mim como secretário e demais diretores do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Distrito Federal, 24 de Fevereiro, de 1957.

O DÓLAR INDUSTRIAL

Alberto de Oliveira Santos
Da Comissão Permanente do Cacau

Tenho acompanhado pela imprensa do Rio e São Paulo, as pretensões dos industriais de tecidos, que pleiteam dolares de Cr$ 80,00 para exportação.

Esta medida, de franco favoritismo a determinado grupo de industriais, será profundamente prejudicial à agricultura do algodão, pois que, a concessão de mais cruzeiros por dolar ou moedas equivalentes para os produtos manufaturados, implicará na venda destes nos mercados externos, a preços depressivos em função dos preços vigentes nos mesmos para as materias primas.

Ficará então o mercado de algodão sujeito a uma continua pressão de carater baixista, porquanto, vencendo a industria sua produção nos mercados externos, que são tambem consumidores da matéria prima agricola, a preços relativamente mais baixos do que o prêço da matéria prima acrescido do custo da manufatura da mesma — o que poderão fazer, uma vez que beneficiados com uma taxa de conversão que lhe concede mais cruzeiros por dolar — é claro e lógico que, pela pressão da concorrência, os mercados compradores serão forçados a baixar as cotações das matérias primas, a fim de, por sua vez, poderem competir com os produtos manufaturados.

Ocasionada então a baixa das cotações das materias primas, as firmas industriais aqui estabelecidas, podendo refazer suas compras a preços mais baixos, voltarão a competir nos mercados exteriores com mais baixos preços para as novas vendas, estabelecendo-se um inevitável circulo vicioso de caráter depressivo ,ou seja uacsmo, um verdadeiro "dumpang" envolvendo sucessivamente as cotações das materias primas e dos produtos manufaturados, que terminará fatalmente no c o m p l e t o aniquilamento da agricultura do algodão.

Faço abaixo um cálculo demonstrativo, apenas para analisar a maneira pela qual se reflete a medida que se pretende adotar, em relação às cotações dos produtos manufaturados e consequentemente, nas dos produtos agricolas. Os preços e as taxas de conversão aqui colocados, servem apenas de referencia, pois não alteram o fundamento da análise do problema mesmo porque, não desejo focalizar apenas o caso do algodão, mas torná-lo extensivo a todos os produtos cuja taxa de conversão cambial para a exportação manufaturada esta afetada pela concessão de mais cruzeiros por dolar, como é também o caso do cacau, que sofreu e ainda sofre o resultado desta nefasta medida, integralmente, um dos diversos fatores que concorreram para movimentar a pressão baixista do mercado, cujas cotações, atingiram niveis tão infimos que abalaram fundamente a economia deste produto.

Vamos supor que uma tonelada de determinado produto agricola, cotada a US$ 100,00, os quais, à uma taxa de conversão de Cr$ 45,00 por dolar, dá um total de Cr$ 4 500,00

Admitamos que as despesas e mais o lucro para manufatura da tonelada, fiquem em outros tantos Cr$ 4 500,00

Achamos, então, um total de Cr$ 9 000,00 para o produto manufaturado, o que, à mesma taxa de Cr$ 45,00 por dolar, daria um preço de venda de US$ 200,00 por tonelada.

Concedendo porem o governo, ao industrial, uma taxa de conversão especial, de Cr$ 80,00 por dolar, verificamos então que o produto manufaturado será vendido, apurando o vendedor os mesmos Cr$ 9 000,00, por apenas US$ 112,50 por tonelada.

Observamos, então, que este sofre uma baixa de prêço nos mercados exteriores, de 43,75 por cento, e sendo assim, é claro, logico e indiscutivel, que o pêço da matéria prima, também, sofrerá uma baixa correspondente àquela ou seja, de .. 21,75 por cento, e passará a ser cotada a US$ 78,00 (a baixa neste caso, atinge apenas a parcela de 50% do total do produto manufaturado, correspondente ao *quantum* da matéria prima); e então, convertendo-se êstes US$ 78,00 à taxa de conversão de US$ 45,00 — porquanto esta permanece fixa para o produto agricola — acharemos Cr$ 3 510,00 para rotação da tonelada de materia prima

A queda da cotação virá sacrificar exclusivamente o agricultor, uma vez que o industrial, podendo refazer suas compras dentro dos novos preços, e adicionando a estes as despesas de manufatura e mais os lucros (acima estipulados em Cr$ Cr$ 4 500,00), terão o produto manufaturado ao preço de Cr$ 8 010,00 podendo, então, à taxa de Cr$ 80,00 por dolar, baixar novamente o prêço da venda para US$ 100,00, ou seja, com uma diferença de quase 10% a menos, o que, consequentemente, forçará nova baixa para a materia prima.

E assim, sucessivamente, rolando ladeira abaixo, irão caindo as cotações dos produtos manufaturados e das materias primas, até atingirem níveis a tal ponto insuficientes para manutenção da produtividade, que os lavradores abandonarão o cultivo

Portanto, se não se unirem as classes agricolas na defesa de sua propria sobrevivencia, serão aniquiladas pela pressão do dolar industrial, o qual, convem salientar, atuando como arma de dois gumes, atingirá tambem, em futuro próximo, as proprias industrias, as quais sem matérias primas fornecidas pela agricultura, não poderão funcionar

Penso portanto, que a Confederação possa estudar o assunto, oficiando às autoridades competentes, e manifestando-se contra a concessão de dolar favorecido para as indústrias, não somente de cacau ou algodão, como também de qualquer produto agrícola do país, pois que, cada vez que se protege unilateralmente determinado setor, faz-se em detrimento e prejuizo de outro, e este tem sido, sistematicamente, a agricultura

E também, ressaltando mais uma vez que somente por meio de uma reforma cambial, de plano e sentido e permanente, sem favoritismo injustos e antieconômicos, por meio do reajustamento e unificação das taxas cambiais de exportação e importação, poderá a economia nacional ser recolocada em bases estáveis e permanentes, condições essenciais para um definido incentivo a todas atividades produtoras

Reconhecida pelo Ministro da Agricultura a Associação Rural de Santa Eugênia, no Sertão Carioca

Em obediencia ao Decreto n.º 19 882 de 24 de outubro de 1945, diploma legal que regula as atividades rurais do país, as organizações filiadas ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal estão se legalizando na esfera federal, ou melhor, perante o Serviço de Economia Rural do Ministerio da Agricultura.

Assim, as antigas intendências agricolas situadas nas diversas alas do Distrito Federal, estão se transformando e muitas já se transformaram em associações rurais.

A primeira entidade a obter o registro no Ministério da Agricultura, foi a Associação Rural de Santa Eugenia, antiga intendencia de mesmo nome e que reune centenas de lavradores dedicados ao cultivo de imensa gleba onde é intensa a produção horti-granjeira a fruticultura e a avicultura, elementos indispensáveis ao perfeito abastecimento do Distrito Federal.

Na reunião de 26 de março proximo passado, no salão da presidência da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, orgão representativo da classe, foi realizada uma sessão especial durante a qual foi entregue ao lavrador Elenzipio Cândido da Silva, presidente daquela associação, o diploma passado pelo Sr. Ministro da Agricultura reconhecendo àquela associação dentro das normas legais em vigor para a organização da vida rural.

OUTROS RECONHECIMENTOS

Já se encontram no Ministério da Agricultura, aguardando apenas o despacho final do respectivo titular, os processos de reconhecimento das antigas intendências de: Viégas, Realengo, Rio da Prata e Palmares. Pràticamente o reconhecimento está feito, esperando-se apenas o ato ministerial.

Produção de pescado no Vale do São Francisco

RUI SIMÕES DE MENEZES
Eng.º agrônomo, biologista

"Esta parte do Rio das Velhas mostra muitas possibilidades de exploração de uma indústria ainda mais valiosa: os grandes cardumes de peixes que saltam nas suas águas... O cultivo do algodão, no Vale do São Francisco, revalizará algum dia com suas imensas pescarias". (Burton, 1869). "Vimos, em armazem de uma cidade do Vale, 5 toneladas de peixe salgado, a espera de condução fluvial para exportação". (Proença, 1944). "Em 1920, a importação do peixe seco em Juazeiro, para expedir a Bahia, elevou-se a 2.000 contos de réis. O peixe preferido para exportação é o **surubi**, atingindo algumas vêzes 1,80 m de comprimento e 70 kg de pêso". (Carneiro, 1921). "Em 1921, o proprietário da Lagoa Batalha (Lapa) obteve, do **quarto de produção** de pescado a que teve direito, 40 contos de réis!" (Miranda, 1936). "Na Lagoa Grande tem havido lances de 12.000 surubins e 3.000 de "peixes brancos" (dourados, curimatás, piranhas, corvinas e pirás)". (Magalhães, 1942).

Recentemente, registrou-se queda na produção de pescado do Vale, a qual, em 29 municípios, em 1951, corespondeu a 2.543,4 toneladas, caindo para 1.790,7 t. em 1954. No Estado da Bahia, em 1951, a produção de 12 municípios do Vale orçou em 825 t., caindo para 667,9 em 1954 e 393,7 em 1955.

Em Remanso (Bahia), na opinião do Sr. J. Valdemar, agente de estatística, a produção de peixe depende das enchentes, insignificantes em 1955 (quando foram obtidas apenas 15 5t., contra 301 em 1954 e 140 em 1951). Acrescenta êle: — Aliás o Rio São Francisco vem diminuindo dia a dia a sua produção de peixe. Queixam-se os pescadores veteranos de uma modalidade introduzida no rio por pescadores de Sergipe, que usam uma espécie de "rêde" que pega toda a natureza de peixe, inutilizando a produção". Esclarecemos, de passagem, ser precaríssima a fiscalização do tamanho das malhas das rêdes, fixadas em 3 cm pelo Código de Pesca. Em julho 1956, a poucos km do centro da Capital Federal, frente ao ancoradouro do barco da Seção de Hidrobiologia do Instituto Oswaldo Cruz, medimos a malha de uma rêde, que não passava de 2cm. Se assim sucede na propria Capital da República, poder-se-ia esperar o contrário no Vale do São Francisco?

Em abril 1956, o Dr. Alvaro Aguirre — autor de dois excelentes trabalhos sôbre a pesca no São Francisco, editados em 1936 e 1945 desempenhando missão de Caça e Pesca (Ministério da Agricultura), apresentou relatório sôbre as condições pesqueiras do Baixo São Francisco, municípios de Penedo, Igreja Nova, Propriá, Porto Real do Colégio e São Braz. Supere o Dr. Aguirre: criação de um orgão oficial de caça e pesca em Penedo ou Propriá (onde as 576 t. de pescado de 1951 caíram para 42,6 em 1954); proibição das tapagens (facultadas em riachos e lagoas onde não trafeguem embarcações, desde que não seja inferior a 4 cm a distância mínima entre as tabocas ou varas); mínimo de 4 cm de largura e 8 cm de altura nas malhas de qualquer anteparo colocado nas portas dágua das lagoas para impedir a saída dos peixe; distância mínima de 3 cm entre as taliscas de tabocas dos "covos"; tamanhos mínimos, para comércio do pescado de 20 cm para Corvina (**Pachyurus**), Piáu (**Leporinus**) e Mandi (**Pimelodus**); de 25 cm para Bambá ou Curimatá (**Prochilodus**); de 30 cm para Tubarana (**Salminus**); e de 50 cm para Surubim (**PPseudoplatystoma**).

Sugeriu o Dr. Alcides Lourenço Gomes à Comissão do Vale do São Francisco, em dezembro 1952, entre outras, as seguintes medidas: (a) catalogação de ictiofauna, com atenção especial para as espécies de valor comercial; (b) levantamento estatístico-biológico da produção, tendo em mira o conhecimento das espécies capturadas, por localidades, épocas do ano, número de pescadores e tipos de aparelhos de pesca, sendo os dados coletados tanto em pêso, para cada espécie, como em número de indivíduos, seu tamanho e pêso médio; (c) estudo das artes de pesca e sua possível nocividade; (d) estudo do regime biológico dos peixes de valor comercial seu tipo de reprodução, alimentação, crescimento e migrações (e) execução sistematizada do Código de Pesca, com as exceções impostas por particularidades locais

Deverão os problemas de pesca e piscultura ser integrados no "Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco", sobretudo nas obras ligads à regularização do regime fluvial e ao melhoramento da navegação fluvial cumprindo, ainda, assegurar migração das espécies ictiológicas, desmatamento das bacias hidráulicas dos reservatórios acima da cota mínima de água represada; contrôle de peixes carnívoros prejudiciais ao homem animais domésticos e aparelho pesca, como piranha e pirambeba, **Serrasalmus**; impedimento da penetração de espécies exóticas, como a carpa, "Black bass", "Blue-fill", tilapia e outras; proteção elétrica nas galerias de irrigação e de força hidráulica, visando impedir figa dos peixes; proteção à ictiofauna nos trabalhos de melhoramento da navegação fluvial, de irrigação, de construção de centrais e usinas elétricas, de obras de saneamento e de drenagem, de saúde pública, etc.

Como exemplo da necessidade de integração da pesca e da piscicultura em tais trabalhos da Comissão do Vale do S. Francisco, transcrevemos comunicação de uma usina açucareira do Estado do Rio de Janeiro, expondo o ocorrido no Rio Paraíba do Sul: — "A população da zona sudoeste de Campos, Estado do Rio, estava habituada a ter sempre o peixe como parte integrante da sua dieta, pois a pesca era abundante nas lagoas, mas depois da drenagem das mesmas, pelo Dept. Nac. Obras Saneamento, tornou-se escasso o peixe, embora ainda possa ser conseguido, com maior dificuldade, no rio Paraíba, que é aqui muito largo e profundo — trecho final do seu curso inferior, uma vez que a sua foz fica a 20 k da residência da usina."

É confortador verificar que a Comissão do Vale do São Francisco, no seu Documentário n.º 3 (1956, "Observ. Econ. Fin. Rio, vol. 21 ns. 240-41, p 107), admite como essencial ao plano de desenvolvimento da agro-pecuária, entre outros pontos, o fomento da defesa da pesca e da piscultura. Resta agora, que êste setor seja fomentado e protegido, sob orientação de técnicos especializados.

Sociedade Nacional de Agricultura

O sr. Otto Frensel, 2º Tesoureiro da Sociedade Nacional de Agricultura, a convite da Associação Rural da Zona do Rio Pardo, com sede em Poços de Caldas, teve a oportunidade de pronunciar, no dia 24-3-1957, na sede da referida entidade de classe, uma palestra sobre a história da Sociedade a qual está integrado há vários anos.

Foi a seguinte a palestra que na ocasião pronunciou o nosso Diretor Otto Frensel:

Apenas passados dez anos, pois, a Sociedade Nacional de Agricultura foi fundada no Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1897, o então Presidente da República Afonso Pena, dava em sua Mensagem ao Congresso Nacional, em 1907, a melhor definição do que já então era, sempre foi e continua a ser a nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura:

"O grande número de associações agrícolas, já superior a 150, existentes no país, e que vão invadindo as paragens longínquas do Amazonas, Mato Grosso e Goiás, em sua quase totalidade filhas da propaganda da Sociedade, a ela ligadas e aceitando suas inspirações, é a melhor prova dos reais serviços desta Associação em um país cuja riqueza e prosperidade está tão precisamente no desenvolvimento da agricultura e onde o único órgão conhecido, que solicitamente pugna sem descanço por estes interesses, é a benemérita Sociedade Nacional de Agricultura."

De fato, no dia 16 de janeiro de 1897, um grupo de 27 brasileiros, fundou a Sociedade Nacional de Agricultura, sendo seu primeiro Presidente o ilustre engenheiro Dr. Antonio Ennes de Souza. Nos períodos seguintes teve sucessores não menos ilustres: José Cardoso de Moura Brasil, Barão de Capanema, Antonio Fialho, Wencesláu Alves Leite de Carvalho Belo, Silvio Ferreira Rangel, Lauro Severiano Muller, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Geminiano Lyra Castro, Augusto Ferreira Ramos, Ildefonso Simões Lopes e, e atualmente, desde 1931 o nosso prezado amigo e ilustre agronomo Dr. Arthur Eugenio Magarinos Torres Filho.

Nos sessenta anos que a nossa Sociedade Nacional de Agricultura acaba de completar, sempre crescentes foram os serviços que ela pode prestar à causa da agricultura e do pecuário nacional. Seria

longo detalhar aqui êstes inúmeros e valiosos serviços os quais, entretanto, poderão ser encontrados descritos no notável livro "A Sociedade Nacional de Agricultura — Resumo histórico" de autoria do ilustre Secretário Geral da S.N.A. Dr. Luis Marques Poliano o qual vem prestando sua valiosa e indispensável colaboração a S.N.A. há mais de 30 anos.

A sadia semente generosamente espalhada pela nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, proliferou da maneira esperada num país essencialmente agro-pecuário, como o Brasil. As 150 associações rurais, citadas por Afonso Pena, hoje são milhares. As conferências, exposições e iniciativas similares, sugeridas e realizadas pela S.N.A. com crescente brilho e incontestáveis resultados práticos, são inúmeros.

Cinco meses após a fundação da S.N.A. surgiu o seu órgão, a revista "A Lavoura", cuja proliferação no correr destes sessenta anos tantos assinalados serviços vem prestando a agricultura e pecuária nacional, levando, pelo seu intercâmbio, o nome do Brasil aos países amigos.

No dia 15 de maio de 1937, em seu Horto Fruticola da Penha, a Sociedade Nacional de Agricultura inaugurou a Escola de Horticultura, denominada "Wenceslau Bello" em homenagem a êste seu grande Presidente. Êste notável estabelecimento de ensino em seus 20 anos de existência tem prestado assinalados serviços a agricultura nacional, chegando a 650 as matriculas requeridas.

Deve-se a atuação decidida e patriótica da atual Diretoria, sob direção incansável e elevada de Arthur Torres Filho, a realização do seu grande sonho da séde própria, consubstanciada pela Casa da Agricultura, edifício impressionante, atestado vivo da pujança da agricultura e da pecuária do Brasil e de seu órgão orientador superior que é a *benemérita* Sociedade Nacional de Agricultura. Em próximo trabalho a Sociedade Nacional de Agricultura levará ao conhecimento do Povo Brasileiro detalhes da epopéia que foi a realização dessa grande e imperecivel obra.

Entretanto, a coroação dos seus elevados esforços em pról da Agricultura e da Pecuária, para maior Glória e Progresso do Brasil, a Sociedade Nacional de Agricultura viu concretizada com a *organização* da classe rural. Na "A LAVOURA" de setembro-outubro de 1951, encontramos sob o título "A Confederação Rural Brasileira" excelente trabalho de autoria do esforçado Secretário Geral da nossa S.N.A., trazendo um "escorço histórico a respeito dos incansáveis trabalhos da Sociedade Na de Agricultura, desde a sua criação, em 1978, propondo-se a unir a classe agrícola dentro do lema VIRIBUS UNITIS", segundo as vibrantes e oportunas palavras do nosso ilustre Presidente Dr. Arthur Torres Filho, na introdução a êsse trabalho.

Assim, o esforço contínuo e bem orientado que se iniciou em 16 de janeiro de 1897 com a fundação da Sociedade Nacional de Agricultura e sempre orientado por esta *benemérita* instituição conduziu a Agricultura e a Pecuária do Brasil a sua tão necessária organização de classe, encabeçada pela Confederação Rural Brasileira e completada pelas Federações das Associações Rurais dos Estados e das essenciais Associações Rurais, pròpriamente, que são, na verdade, o todo que compõe essa grandiosa organização rural.

Tenho, pois, grande satisfação em poder apresentar a Associação de Rural de Poços de Caldas, representante de uma das mais importantes e futurosas regiões agro-pecuárias de Minas Gerais e do Brasil, os cumprimentos e os votos de feliz êxito para a realização de sua elevada missão, da nossa *benemérita* Sociedade Nacional de Agricultura, de cujo quadro social e Diretoria tenho a honra de fazer parte há mais de vinte e cinto anos.

JUSTA HOMENAGEM

Dr. João Mauricio

A Confederação Rural Brasileira, em sua reunião de 11 de abril prestou significativa homenagem ao sr. João Mauricio de Medeiros, por motivo de sua aposentadoria no Serviço Público. Usou da palavra o representante de Mato Grosso, sr. Dolor de Andrade, que enalteceu os relevantes serviços prestados aos interêesses da lavoura nacional, por aquele infatigável ruralista, quer na sua qualidade de delegado da Federação das Associações Rurais da Paraíba, quer como integrante da Diretoria do órgão máximo da classe, quer ainda, como alto funcionário do Ministério da Agricultura.

Falou também o Presidente Iris Meinberg, que prestou o testemunho e expressou a gratidão da classe à valiosa colaboração que sempre recebeu o sr. João Mauricio de Medeiros que, embora deixando agora o seu alto cargo de Diretor Geral de Administração do Ministério da Agricultura, continuará, por certo, a emprestar à causa ruralista a inestimável contribuição de seu entusiasmo, de sua experiência e de seus conhecimentos técnicos.

O Dr. João Mauricio é diretor técnico da S.N.A.

SITUAÇÃO FLORESTAL BRASILEIRA

Com relação à publicação "Situação Florestal Brasileira", da Sociedade Nacional de Agricultura, recebemos da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira a carta que adiante transcrevemos, e cuja resposta também publicamos.

Companhia Siderurgica Belgo Mineira — Departamento de Terras Matas e Carvão — Serviço Florestal

N.º 348
Ref. Of. N.º 125 031
Class. C. 93
End Te. — BELGOMINAS

J. Monevade, 18 de de Dez. 1956
Sociedade Nacional Agricultura
Caixa Postal 1245
Rio de Janeiro, D F

Prezados Senhores:

Motivos independentes de nossa vontade nos obrigaram a só agora, com bastante atrazo, vos responder o ofício em referência e o questionário que com o mesmo nos foi proposto (anexo).

Entrementes recebemos também, a excelente publicação dessa Sociedade, "Situação Florestal Brasileira", a cuja leitura dedicamos nossa maior atenção.

É digno dos maiores encómios aquele trabalho, no qual VV. SS. conseguiram um retrato de corpo inteiro da situação florestal do nosso país.

Muito nos agradou verificar que em mais de uma passagem nossos trabalhos florestais mereceram apreciações elogiosas, e não nos escaparam duas notas dissonantes cujos verdadeiros tons nos apressamos em estabelecer aqui, seja pelo respeito que nos merece essa Sociedade, seja pela profunda penetração que a publicação em referência terá certamente no território nacional. A retificação se impõe e para ela pedimos a preciosa atenção de V. SS.

À página 46 da brochura encontramos palavras do Prefeito de Iapú e, na página seguinte, informações oriundas do município de Santa Bárbara.

Diz o primeiro informante que esta Companhia devastou todas as florestas do vale do Rio Doce e que mesmo não plantou uma árvore siquer. É tal o exagero contido naquele "toda as florestas do Vale do Rio Doce e tão impróprio aquêle "devastou", que ficamos admirados ao deparar com tais expressões. Estamos certos de que a afirmativa nada mais é que a repetição de um dos muitos chavões que corre, de boca em boca e que, por isso mesmo, chegam com o tempo a adquirir fôros de verdade, a ponto de pessôas de certa responsabilidade a repetirem sem maior exame. Não temos "devastado" as florestas do Vale do Rio Doce nem quaisquer outras; o material lenhoso tem sido transformado em aço depois de passar pela forma de carvão, e a isso não se pode chamar devastação. Os incêndios que no ano após ano transformam em cinzas as matas daquele vale, a agricultura rotineira e a pecuária empírica, estes sim têm sido há dezenas de anos os agentes de devastações da quasi totalidade das matas. Devemos notar ainda, em destaque, que as poucas e quasi únicas matas nativas existentes ao longo daquele rio são de propriedade desta Companhia que as tem defendido da destruição pelo — fogo e outros agentes, à custa de esforços que ninguém toma a iniciativa de divulgar. Resta ainda esclarecer que em nossos hortos de Dionísio e Rio Doce, este no município de Coronel Fabriciano, plantamos não uma árvore, mas centenas de milhares delas, ou mais precisamente, até o presente momento, mais de 1.500.000 em formações para combustível, não se falando de talhões experimentais, bosques protetores e decorativos, tudo de Eucalyptus, e bosques de essenciais indígenas cujas culturas ensaiamos permanentemente.

No que se refere às informações oriundas do município de Santa Bárbara julgamos ser também necessárias uma retificação. A afirmação de que "não obstante o interesse da Prefeitura, nada foi conseguido em relação ao reflorestamento" é também de admirar, pois possuímos dentro do município de Santa Bárbara três hortos onde desde 1949 plantamos árvores às centenas de milhares, e cujas reservas no momento são as seguintes:

Horto de Gaspar	— 1.477.000
Horto do Caruru	— 1.265.000
Horto do Dacó	— 3.282.000

Não inclui talhões experimentais protetores decorativos, nem talhões de essencias indígenas.

Dissemos que a informação é supreendente porque não conseguimos compreender como, "não obstante o interesse da Prefeitura", pôde esta ignorar a existência de SEIS MILHÕES de árvores dentro de seu território. Convém notar que a maior parte seis milhões de eucaliptus foi plantada em terras de onde colhemos material para fazer carvão. Destas reservas nativas possuímos ainda áreas ponderáveis em segunda e terceira regenerações e delas estamos nos servindo metódica e racionalmente para produzir carvão, à medida que nosos eucalipitus vão avançando sôbre as terras por elas ocupadas. Tais fatos invalidam tambem a informação relativa à "única reserva florestal" que teria existido até por volta de 1950 nas terras do município.

Ao terminarmos devemos nos desculpar por havermos nos alongado tanto, repetindo que temamos tal liberdade por recolocar nos devidos lugares fatos que VV. SS. aceitaram e publicaram com a melhor das intenções.

Queiram VV. SS. aceitar nossos agradecimentos e nossas melhores expressões de elevado respeito e distinta admiração.

ass.
Eng.º Agrônomo Laercio Osse
Chefe do Serviço Floresial

Ref. N.º 138035
Em 6 de fevereiro de 1957

Exmo. Sr.
Eng.-Agrônomo Laércio Osse,
Chefe do Serviço Florestal da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira

Presado Senhor,

Com prazer acusamos o recebimento de seu ofício de 18 de dezembro último, a respeito do trabalho publicado por esta So-

ciedade, sôbre a "Situação Florestal Brasileira".

O trabalho em causa, foi executado com a precisa colaboração dos Municípios brasileiros e de algumas entidades privadas que, atendendo aos nossos apelos responderam o questionário que enviamos solicitando dados a respeito do problema florestal.

Com a compilação destes e algumas considerações de ordem histórica, alem de outros elementos que colecionamos de relatórios e do noticiário da imprensa, conseguimos a publicação em aprêço, como uma colaboração ao Govêrno da República que, em boa hora, lançou a "Campanha de Educação Florestal".

Realizado o trabalho com os elementos referidos, nêle transcrevemos as observações e as opiniões que, sôbre o assunto, emitiram os ilustres Prefeitos Municipais que nos honraram com suas respostas.

Assim, em relação as observações feitas pelo Prefeito do Município de Iapú, poderá verificar V. Excia. encontrarem-se elas entre aspas, transcrevendo-se exatamente as palavras daquela autoridade.

Logo abaixo V. Excia. encontrará outras referências à Cia. Belgo Mineira, agora focalizadas nos Municípios de Dionizio de Rio Piracicaba e de Sabará.

Em relação ao Município de Santa Barbara, infelizmente, não focalizamos os trabalhos ali realizados pela Companhia porque dêles não tivemos conhecimento pela informação da Prefeitura Municipal.

Entretanto, procuramos focalizar, pela coletânea do noticiária de imprensa, os grandes trabalhos sobre reflorestamento, realizados por essa Companhia no Estado de Minas Gerais.

Como complementação do trabalho sôbre a "Situação Florestal Brasileira", resolvemos publicar em nosso órgão oficial "A LAVOURA", tanto a carta de V. Excia, como a resposta desta Sociedade.

Agradecendo os esclarecimentos de V. Excia. que anotamos para posteriores exames, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhes os protestos de nossa elevada estima e consideração.

Arthur Torres Filho
Presidente

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FLORESTAL

O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor-Tecnico da Sociedade Nacional de Agricultura, enviou ao Presidente da Campanha de Educação Florestal do Ministerio da Agricultura, o relatorio adiante transcrito, dando conta de suas atividades como membro da referida Campanha.

RELATÓRIO

Ao terminar o ano de 1956, cabe-me, na qualidade de membro da Campanha de Educação Florestal, apresentar a V.S. um suscinto relatorio sôbre minhas atividades em prol da Campanha, no periodo de setembro a dezembro.

1 — *Palestras.*

Realizei, no dia 21 de setembro, às 17 horas, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, uma palestra sôbre "Objetivos da Campanha de Educação Florestal".

2 — *Plantio de arvores*

Promovi, ainda no dia 21 de setembro, em colaboração com o Clube Agrícola "Miguel Calmon", como comemoração do Dia da Árvore:

a — o plantio de 10 árvores.
b — o preparo de uma sementeira de sibipiruna
c — o transplantio de 50 mudas de sibipiruna, para laminados.

3 — *Cursos.*

Planejei e ministrei, em colaboração com a CBAR, da Superintendência do Ensino Agrícola, um Curso Prático sôbre "Educação Florestal", no qual matricularam-se 13 alunos. As aulas foram ministradas aos domingos, das 8,30 às 10 horas, na Escola de Horticultura Wenceslao Bello, no periodo de 11 de novembro à 30 de dezembro. Dos alunos matriculados três eram comerciários, dois funcionários públicos, duas professôras, dois escriturários, um estudante, um militar e um estampador. Concluiram o curso, 10 dos alunos matriculados.

4 — *Exposições.*

Planejei, na exposição de Historia Natural do Colégio Brasileiro de S. Christovão, um setor de Educação Florestal, com cartazes preparados pelos alunos dos cursos ginasial e cientifico do referido Colégio. A exposição inaugurar-se-a no proximo dia 4, às 10 horas.

5 — *Artigos*

Publiquei em "Gleba" (órgão oficial da Confederação Rural Brasileira), número referente ao mês de outubro, um artigo sôbre "O associativismo rural e a Campanha de Educação Florestal", concitando as 1.400 Associações Rurais filiadas à Confederação, a que colaborem com a Campanha de Educação Florestal.

6 — *Publicações*

Colaborei no preparo do folheto "Situação Florestal Brasileira", publicado pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Congratulando-me com V.S. pelo êxito que vem alcançando a Campanha de Educação Florestal, espero, durante o ano de 1957, ter a oportunidade de prosseguir trabalhando em prol da mesma.

Ass. Geraldo Goulart da Silveira

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

INFLAÇÃO E DEFLAÇÃO

Rodrigo Duque Estrada

O Sr. Rodrigo Duque Estrada acaba de publicar a conferência que pronunciou no Centro de Debates de Assuntos Econômicos "Gasper Libero", em 14 de julho de 1956, abordando, com grande conhecimento de causa, a inflação e deflação, assunto de grande atualidade no momento.

CHÁCARAS E QUINTAS JANEIRO DE 1957

Como sempre, Chácaras e Quintais, fundada e dirigida durante tantos anos pelo saudoso Conde Amadeu A. Barbicilni ,traz em seu número referente a janeiro, farto e variado noticiário referente às atividades agropecuárias no país.

BOLETIM DO CAMPO ANO XII — N.º 89 E 90

Boletim do Campo, dirigido por Otacilio de Almeida, traz em seus números referentes aos meses de outubro e de novembro/dezembro, bons artigos assinados por José da Cruz Paixão, Armando Tocchetto, Eurico Santos, Admar Lopes da Cruz, Oscar Gibson A. Barbôsa, Caio Poester e Alceu Magnanini.

ESTACION EXPERIMENTAL DE AULA DEI, ZARAGOZA — ESPANHA.

A Estacion Experimental de Aula Dei, Zaragoza, Espanha, possui para intercâmbio, as seguintes publicações:

1 — *Boletins.*
2 — Anales de la Estacion Experimental de Aula Dei, que é uma revista destinada à publicação de trabalhos originais de investigação agrícola e assuntos correlatos, Cada volume contém cêrca de 300 páginas distribuidas nos quatro números que se publicam com intervalos irregulares.

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

No número 2, referente ao mês de junho de 1956, publicada pela Fundação "Getúlio Vargas", encontra-se um magnífico trabalho sôbre "Renda Social do Nordeste', de autoria de Genival de Almeida Santos.

VERMONT FARM & HOME SCIENCE

Recebemos mais quatro interessantes números de Vermont Farm & Home Science, publicado pela Vermont Agricultural Experiment Station da University of Vermon and State Agricultural College, Burlington, Vermont.

ACADÉMIE d'AGRICULTURE DE FRANCE — ANO 1956

Recebemos mais dois números (13 e 14) do ano de 1956, dos Anais da Académie d'Agriculture de France.

GAZETA DAS ALDEIAS ANO 61º — Nº 2337

O número 2337 de Gazeta das Aldeias, revista quinzenal de propagada agrícola, publicada em Pôrto, Portugal, é dedicado à Grande Exposição Agrícola do Pôrto, com variada e interessante colaboração.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION
University of Vermont and State Agricultural College Burlington, Vermont.

Recebemos mais os seguintes números do Boletim da Agricultural Experiment Station de Vermont:

a — Foot preference of seleted groups of native vermonters
b — marketing Vermont's maple syrup
c — Summer and country homes in the west River Valley
d — Planned farming pays
e — Vermont's milk deabers
f — milk verding in Vermont.

PARANÁ ECONÔMICO ANO IV — Nº 42/43 E 44/45

O número 44/45 (Novembro-Dezembro de 1956) do Paraná Econômico, publicado pela Federação do Comércio do Estado do Paraná, com a colaboração da Federação das Indústrias do mesmo Estado e do SESC e do SENAC, publicou, na página 33, o discurso de posse do Dr. Sylvano da Rocha Loures, eleito presidente do SSR do Estado do Paraná.

MUNDO AGRÁRIO

Os três últimos números de Mundo Agrário, referente aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1956 trazem, como sempre, farto e interessante noticiário de grande objetividade para os lavradores e criadores.

BOLETIM DE LA ASOCIACION NACIONAL DE INGENIERS AGRONOMOS. NÚMERO 77

O número 77 do Boletim de la Asociacion Nacional de Ingenieros Agronomos, editado em Madrid, Espanha, traz um oportuno artigo de Enri Siriez sôbre "Evolucion de las tecnicas agricolas y ruptura de los equilibrios naturales".

DIVERSOS:

Recebemos e agradecemos as seguintes revistas:

1 — Asociacion Rural del Uruguay, revista mensal editada pela Asociacion Rural del Uruguay
2 — Granja, revista mensal sôbre avicultura, agricultura e pecuária, editada em Madrid, Espanha.
3 — Lavoura Arrozeira, editada pelo Instituto Riograndense do Arroz.
4 — Revista dos Criadores, órgão oficioso da Associação Paulista de Criadores de Bovinos
5 — Vita, revista bimensal da Confederation de l'Alimentation Belge
6 — Agronomia, órgão do Centro dos Estudantes de Agronomia da Escola Nacional de Agricultura, Lima, — Perú
7 — Fauna, revista mensal sôbre caça, pesca, cães, tiro, aventuras e fauna em geral
8 — Revista da Agricultura, editada em Piracicaba
9 — Seleções Agricolas, revista mensal editada no Rio de Janeiro
10 — União Rural, revista mensal editada pela Federação das Associações Rurais de Pernambuco
11 — Mensário Estatistico do Departamento de Geografia e Estatistica.

STORRS AGRICULTUREL EXPERIMENT STATION

Recebemos mais os seguintes trabalhos de Storrs Agriculturel Experiment Station, do College of Agriculture da University of Connecticut:
1 — General — pompose fruit spray mixtests 1957
2 — Diagnosis and treatment of mastitis
3 — Care and use of poultry manure.

POSIBILIDADES DE PRODUCION DE SORGO EN EL PERU

O Informe Especial n.º 8 preparado pelo programa de experimentação agropecuaria entre o Peru e os Estados Unidos da America, de autoria de Arther F. Swanson, versa sôbre as possibilidades de produção de Sorgo no Peru.

ANALES DE LA SOCIEDAD CIENTIFICA ARGENTINA

O número referente ao periodo de abril-julho de 1956 dos Anales de la Sociedad Cientifica Argentina traz dois magnificos trabalhos assinapor Berlindo Adolfo Torres e W. Schwerdtfeger.

BOLETIM TRIMESTRAL DE EXPERIMENTACION AGROPECUARIA

P.C.E.A. — Vol. IV — N. 1 e 2

Trata-se de um boletim de informações técnicas sôbre experimentações agropecuária do programa Cooperativo de Experimentação Agropecuária mantida pelo Programa de Cooperação Técnica entre o Peru e os Estados Unidos.

A TÉCNICA DE ANALISE FOLIAR APLICADA AO CAFEEIRO

O Instituto Agronômico de Campinas da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, publicou o magnifico trabalho "A tecnica de análise foliar aplicada ao cafeeira", de autoria de W. L. Lott, J. P. Nery, J. Romano Gallo e J. C. Medcalf. O referido trabalho foi editado também em inglês como boletim n.º 9 do IBEC Research Institute

A FAZENDA
ANO 51 — Nº 12

O referido numero traz o trabalho "O milho: como cultivá-lo" que é uma condensação do que foi publicado na revista Agricultural and Food Chewistry, como súmula dos trabalhos apresentados no I.I.A. da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América do Norte pelos especialistas Floyd Hosking, G F. Sprague, Merle T. Jenkins, Damon Catron, C. A. Elvehjem, Robert Ruark e Marvin L. McLain.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION

Kansas State College of Agricultural and Applied Science Manhattan.

Recebemos da referida Estação Experimental as seguintes publicações:

a — Boletins Técnicos números 81, 92, 83, 84, 85 e 86
b — Circulares números 333 e 334
c — Boletins números 380 381, 382 e 383.

BOLETIM BIBLIOGRAFICO
Vol V — Tomos I e II

Recebemos da Biblioteca Nacional do Ministério da Educação e Cultura os tomos I e II do Vol. V do Boletim Bibliográfico.

ANALES DE LA SOCIEDAD CIENTIFICA ARGENTINA

Julho/Agosto de 1956

O presente numero traz três bons trabalhos:

a — Dinamina de los sistemas materiales a masa variacle pelo Eng civil Fenix R. Narsicano.
b — Aspectos oceanográficos de la Antartida Argentina, pelo capitão de Fragata Luis R. A. Capurro.
c — Antartida, caracteristicas meteorologicas pelo capitão de Fragata Luis M. Iriart.

TRAÇÃO

PNEUS Firestone CHAMPION



Barras abertas ou
Barras de centro
de Tração

para o máximo de
rendimento segundo
as condições de seu terreno

Alguns característicos que explicam
a GRANDE TRAÇÃO dêstes dois pneus **Firestone**



Barras curvas e cônicas

Êste desenho permite que as barras agarrem melhor no solo, dando ao pneu o máximo de tração.



Banda de rodagem mais larga e chata

Maior área de contacto com o solo maior tração e vida mais longa para o pneu, porque o desgaste é mais uniforme.



Barras maiores e mais profundas

Agarram firmemente o solo, eliminando derrapagens e assegurando o máximo rendimento.



O espaço é afunilado entre as barras

As barras abrem-se para fora, nos ombros. Êsse desenho impede o acúmulo de barro ou lama. O pneu limpa-se sòzinho, enquanto roda.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL



RIO DE JANEIRO — BRASIL

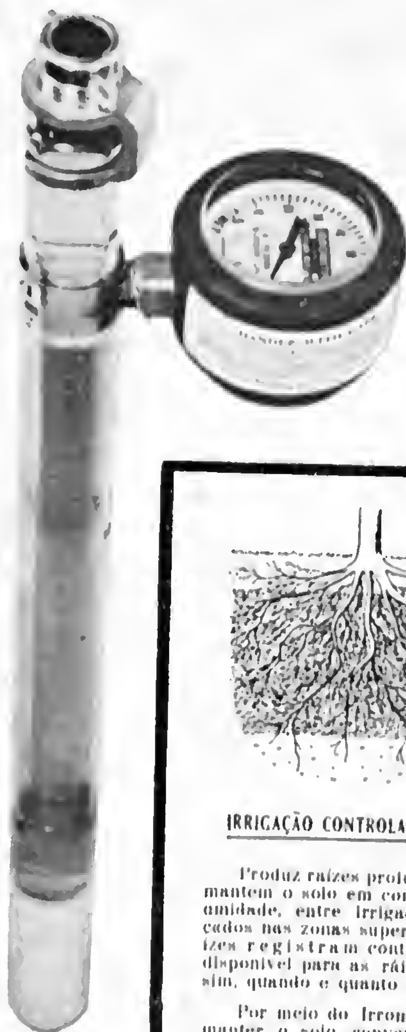
ANO LX

MAIO JUNHO, 1957

IRROMETRO

INDICADOR DE UMIDADE

O
MELHOR
INSTRUMENTO
PARA
MEDIR
A
UMIDADE
DO
SOLO
NO
PASTO
NA
HORTA
NO
POMAR



O IRROMETRO
Mostra Instantanea-
mente Quanto e
Quando Irrigar
Não Regue De Mais
Nem De
Menos



ENTREGA
IMEDIATA
DE
APARELHOS
DE
6"
12"
18"
e
24"

PEÇAM INFORMAÇÕES

SOC. IMPORTADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.
Av. Franklin Roosevelt, 39 - Sala 1408
Caixa Postal, 4170
RIO DE JANEIRO – BRASIL



Casa típica de fazenda de criação na parte central do território Goiano

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — **Dr. Altino de Azevedo Sodré**; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr Luiz Simões Lopes Suplente: Dr Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LX — MAIO - JUNHO, 1957



GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da
Sociedade Nacional de Agricultura

Foi pelo Decreto-lei N.º 7.774, de 24 de julho de 1956, do chamado "Plano de Emergência" que, em virtude das campanhas depois da 2.ª Grande Guerra pelo aumento da produção agro-pecuária, e dada a escassês de gêneros de primeira necessidade, se instituiram os preços mínimos no Brasil para produtos alimentícios. Foi então constituida a Comissão de Financiamento da Produção no Ministério da Fazenda, que persiste até hoje, para executar essa política que teria por fim "traçar os planos financeiros relativos à produção interessando a defesa do país".

Essa Comissão era constituída de cinco membros, sob a presidência do ministro da Fazenda, e desde 1943 o govêrno, em virtude de financiamentos ou de garantia de preços, passou a se interessar diretamente pela estabilidade de preços para o agricultor. Desde 1945, os preços mínimos passaram a ser garantidos pelo Banco do Brasil, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Essa política revela elevada compreensão dos percalços que assaltam a vida do agricultor, sujeito a violentas oscilações de preços na época das colheitas e a prejuízos desanimadores, que se vão refletir nas safras futuras.

Resumem-se a dois os processos de garantia de preços: aquisição do produto ou financiamento à base de 80% do preço mínimo. Êsse preço precisa corresponder ao valor do produto.

É certo que a possibilidade de garantia de preço para a agricultura representa um problema técnico e econômico que atende uma justa aspiração do agricultor em sua vida laboriosa e cheia de vicissitudes, deve ser objeto de estudos pelos economistas rurais e os governos preocupados com o aumento da produção alimentar face ao crescimento demográfico, como ocorre no Brasil em que a inflação, em seus efeitos, tem sido fator alarmante do custo de vida.

Sucede ainda que os preços fixados devem ter em vista proporcionar uma renda ao homem rural que seja um incentivo à agricultura, pois, com o surto industrial verifica-se que, com a falta de paridade nos preços e os maiores preços dos produtos industriais em relação aos dos produtos agrícolas, as atividades agrícolas oferecem remuneração mais baixa e ficam relegadas a plano inferior sendo abandonadas, daí porque o problema da sustentação de preços agrícolas está a exigir estudos e equipamento não só quanto à produção como à circulação e consumo. Nesse particular, a legislação agrícola norte americana oferece ensinamentos dignos de exame.

Deduz-se pois que a sustentação de preços na agricultura apresenta aspectos complexos, tanto mais em país como o Brasil e os resultados até agora obtidos a partir de 1045 são dignos de louvor sendo de esperar que a *Comissão de Financiamento da Produção* aperfeiçoe cada vez mais seus métodos de ação e realize a *fixação de preços mínimos* de maneira a atender, muito principalmente no setor dos gêneros alimentícios, uma obra econômica e social reclamada pela atual conjuntura brasileira.

Conforme se tem assentado nas Conferências Rurais, a garantia dos preços mínimos antes das safras constitue medida reconhecida como de necessidade para evitar-se a especulação de intermediários. Para êsse objetivo e a fim de que os preços sejam garantidos ainda em mãos dos produtores, possa a Comissão de Financiamento, com a colaboração eficiente dos governos estaduais, contar com os transportes, armazéns e silos para a movimentação e conservação dos produtos.

Faz-se mistér também que a Confederação Rural Brasileira, conforme a resolução da IV Conferência Rural Brasileira, propugne ardorosamente pela criação do Fundo de Crédito Rural a ser distribuído por institutos especializados e pelas associações rurais (que deverão organizar o *cadastro rural* através do crédito pessoal ao agricultor.

Agôsto de 1956

UM GRANDE EXEMPLO DA PUJANÇA INDUSTRIAL DO PAÍS

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAIS, SEGUNDO O RELATÓRIO DA S. A. INDÚSTRIAS REUNIDAS F. MATARAZZO, REFERENTE AO ANO DE 1956 — AS ATIVIDADES DA REFERIDA FIRMA INDUSTRIAL NO ANO FINDO — O BALANÇO DOS NEGÓCIOS DA FIRMA

Conforme faz todo o ano, a S. A. Indústrias Reunidas Matarazzo, acaba de publicar um magnífico relatório referente às suas atividades no ano passado.

Com um capital de Cr... 3.200.000.000,00 constitue a S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo uma poderosa organização industrial, com uma longa fôlha de relevantes serviços prestados à economia nacional.

Analiza o referido relatório a situação econômica do país em 1956, a ação do Governo para superar a crise da balança comercial com o exterior, para defender a posição do café e para defender a posição do cruzeiro no mercado de câmbio.

Lembra o perigo que pode causar a limitação do crédito bancário e chama a atenção da necessidade da expansão da produção e melhoramento da produtividade, de forma a enfrentar as pressões inflacionárias.

Mostra que, graças à política de saneamento interno empreendido pelo Govêrno, teve repercussão no exterior, advindo daí um grande afluxo de investimentos estrangeiros, que é necesário uma equidade de tratamento cambial em relação ao dispensado aos investimentos nacionais.

Com relação às atividades da firma em 1956, indica o relatório a crescente contribuição da firma para a solução do problema da produção nacional de matérias essenciais.

Além da utilização da celulose de eucalipto para a produção de papel, conseguiu a firma, com técnica própria e com aparelhamento construido no país, utilizar a celulose para viscose.

Paralelamente, desenvolve a S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo a intensificação da plantação de eucaliptos, quer indiretamente, quer diretamente com plantações próprias.

No setor dos óleos vegetais, foram concluidos os trabalhos de modernização da fábrica de João Pessôa e concluida mais uma moderna fábrica em Campinas. Em Itaberá já está funcionando a fábrica de extração de óleo de mamona e aparelhada para, em breve, extrair óleo do dendê.

Infelizmente, em face das dificuldades cambiais não teve prosseguimento no ritmo que estava tendo, a renovação das instalações das indústrias texteis da firma.

Aliás, os tecidos produzidos pela S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo, rivalizam com os melhores de produção extrangeira.

E' digno de destaque a ampliação das instalações da S. A. Geon do Brasil, que conta agora com uma capacidade de 450 toneladas de resinas sintéticas, com possibilidades de fabricar outros tipos de resinas.

A S. A. Geon do Brasil está em condições de abastecer o país com vários copolímeros, especialmente os que se destinam à fabricação de discos fonográficos, à produção de chapas e tubos rigidos, e de fornecer resinas solúveis próprias para a fabricação de vernizes.

Para que se tenha uma idéia do movimento da poderosa organização industrial no ano findo, transcrevemos adiante um resumo do balanço da mesma.

BALANÇO

O balanço geral, encerrado em 31 de dezembro de 1956 apresentou o seguinte resultado:

ATIVO	Cr$
Imobilizado	1.984.653.268,00
Disponivel	49.298.586,80
Realizável a curto prazo	3.298.255.982,50
Realizável a longo prazo	2.525.523.242,25
Contas de resultado pendente	2.688.006,30
Contas compensadas	178.872.885,17
TOTAL	8.039.291.969,02

PASSIVO	Cr$
Não exigivel	6.283.366.819,05
Exigivel a curto prazo	1.222.684.195,10
Exigivel a longo prazo	278.095.075,90
Contas de resultado pendente	76.273.795,80
Contas compensadas	178.872.883,17
TOTAL	8.039.291.969,20

A conta geral de lucros e perdas, encerrada em 31 de dezembro de 1956, apresentou o seguinte resultado:

DESPESA	Cr$
Despezas gerais administrativas ...	70.702.047,30
Ordenados e despesas relativas ...	359.108.758,70
Impostos e taxas	515.123.959,60
Juros passivos e descontos a clientes	118.635.831,60
Prejuízos, créditos, clientes e diversos	40.152.044,80
Cótas a fundo de depreciação	158.556.434,00

Distribuição do Lucro Liquido	Cr$
Reserva legal	35.293.006,80
Dividendos	375.000.000,00
Cóta a fundo de resgate — Partes beneficiárias	100.000,00
Percentagem a partes beneficiárias	44.351.608,00
Pro-labore à diretoria	400.000,00
Reserva	250.000.000,00
Saldo (para o outro exercício) ...	754.898,80
TOTAL	1.948.175.556,80

Receita	Cr$
Saldo exercício anterior	36.376,85
Resultado bruto operações industriais e comerciais	1.779.224.460,10
Juros ativos e descontos fornecedores	58.497.294,55
Resultado operações diversas	110.417.425,30
TOTAL	1.948.175.556,80

PRÊMIOS A LAVRADORES E CRIADORES DO DISTRITO FEDERAL

IMPORTANTE DECRETO ASSINADO PELO PREFEITO FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA, REGULANDO A CONCESSÃO DE PRÊMIOS A LAVRADORES E CRIADORES DO DISTRITO FEDERAL

Assinado pelo Prefeito Francisco Negrão de Lima e referendado pelos Srs. José Fontes Romero e Nelson Mafarrej, respectivamente secretários de Agricultura, Indústria e Comércio e da Finanças do Distrito Federal, foi publicado no "Diário Oficial" de 26-3-1957 o Decreto N.º 13.489, de 25-3-1957, regulando a concessão de prêmios a lavradores e criadores do Distrito Federal

Trata-se, sem dúvida, de um ato de grande alcance que merece os mais calorosos aplausos da classe rural.

Para o devido conhecimento dos interessados, publicamos adiante, na íntegra, o referido decreto.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 13.489 — De 25 de março de 1957:

Regula a concessão de prêmios a lavradores e criadores do Distrito Federal e dá outras providências.

O Prefeito do Distrito Federal, usando da atribuição que lhe confere o artigo 25, § 1.º inciso II da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal) e tendo em vista o disposto no artigo n.º 7 da Lei n.º 878, de 14 de novembro de 1956, decreta:

Art. 1.º — Os prêmios municipais destinados aos lavradores e criadores que se distinguirem durante o ano agrícola serão classificados em 6 (seis) categorias e 12 (doze) classes.

Art. 2.º — As categorias e classes referidas no artigo anterior serão assim distribuidas:

I — Categoria de organização — Classe única — Prêmio Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador e criador que mantiver melhor organização rural, considerando-se a eficiência e exatidão de sua escrita no movimento produtivo e despesas gerais, dentro de um cunho prático, cuja adoção possa ser generalizada.

II — Categoria de produtividade: — Seis classes.

Classe II b — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior produção de ovos, tomando-se por base um plantel de 500 (quinhentas aves.)

Classe II c — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de "pintos de um dia", tomando-se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas cabeças).

Classe II d — Prêmio de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar melhor produção apícola, qualitativa e quantitativamente, tomando-se por base 5 (cinco) colmeias.

Classe II e — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de mudas cítricas, tomando-se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas) mudas.

Classe II f — Prêmio de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que possuir em sua granja 10 (dez) a 20 (vinte) vacas em lactação, considerando-se a qualidade e quantidade de leite entregue ao consumo.

III — Categoria de mecanização: — Classe única — Prêmio Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que mediante o emprêgo de máquinas agrícolas reduzir comprovadamente os gastos de manutenção e mão de obra na sua atividade agrícola, tomando-se por base uma área de 5 (cinco) Ha.

IV — Categoria de defesa e recursos naturais, duas classes.

Classe IV a — Prêmio de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar em terrenos acidentados, as práticas mais econômicas de combate à erosão e de adubação, em uma área base de 5 (cinco) Ha.

Classe IV b — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que reflorestar uma área contígua de 3 (três) Ha., de terrenos fortemente acidentado, obedecendo melhor critério técnico.

V — Categoria de economia doméstica; classe única. Prêmio

de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior diversidade de indústrias caseiras, como atividade subsidiária.

VI — Categoria de abastecimento; classe única. Prêmio de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que concorrer com maior volume de produção para o abastecimento da cidade, considerando-se a diversidade de cultura em uma área base de 5 Ha.

Art. 3.º — Contar-se-á o ano agrícola a partir de 22 de setembro, para os efeitos do artigo 1.º da Lei n.º 878.

Art. 4.º — O lavrador e criador devidamente registrado na Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, será inscrito "ex-ofício" por intermédio dos Postos Agrícolas e do Serviço de Produção e Industrialização do Leite, na forma do que dispõe o Decreto n.º 11.307, de 28 de fevereiro de 1952.

§ 1.º — A inscrição na categoria e classe deverá ser confirmada pelo lavrador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que receber o Boletim de Inscrição.

§ 2.º — Só será inscrito o lavrador e criador que tenha, no mínimo, 3 anos de atividade profissional exercida no Distrito Federal.

Art. 5.º — O período para as inscrições será de 90 (noventa) dias a partir de 21 de setembro de cada ano.

Parágrafo único — No corrente ano agrícola o período de inscrição irá até 30 de abril.

Art. 6.º — O Boletim de Inscrição conterá no verso a tabela de pontos organizada para fins de julgamento e será preenchido pela junta especializada.

Art. 7.º — Os Departamentos de Agricultura e Veterinária designarão juntas especializadas de 3 membros, para elaborar os dados necessários ao parecer final da comissão de que trata o artigo 4.º da Lei n.º 878.

Parágrafo único — Na elaboração dos dados a que se refere o presente artigo, será adotado o critério de julgamento por pontos, até o grau máximo de 100, na conformidade das tabelas aprovadas.

Art. 8.º — Os dados necessários ao parecer final, deverão ser entregues até 31 de agôsto de cada ano.

Art. 9.º — O Prefeito do Distrito Federal designará um funcionário indicado pelo Secretário Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, para coordenar os trabalhos e assessorar a Comissão de que trata o artigo 4.º da Lei n.º 878.

Art. 10.º — A entrega do prêmio será acompanhada de certificado assinado pelo Prefeito do Distrito Federal.

Art. 11.º — Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 12.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, 25 de março de 1957.

Francisco Negrão de Lima — Prefeito do Distrito Federal.

José Fontes Romero — Secretário Geral de Agricultura, Indústria e Comércio.

Nelson Mufarrej — Secretário Geral de Finanças.

O MATE BRASILEIRO INVADE O MUNDO



Já se sabe, por longas experiências, que o uso constante do mate faz bem à pele, porque neutraliza e dissolve o ácido úrico, evitando as erupções epidérmicas e os achaques de artritismos.

Os gaúchos, tanto do Brasil, como da Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, fazem uso constante do mate e comem muita carne, desde ao alvorecer, quando partem para as suas fainas campeiras. Entretanto, todos êles são ágeis, animosos, saudáveis, entrando pela velhice a dentro sem os percalços reumáticos. É sabido que o uso permanente da carne, só por si, seria um índice proporcionador de ácido úrico. Mas, graças ao poder neutralisante do mate, o homem do campo corre nas suas destras vaquejadas, zombando da inércia e do cansaço.

As populações do Sul do Brasil e daqueles países, que são inveterados tomadores de mate, dão-nos um exemplo eloquente da sua atuante vitalidade. E tôda essa gente, ou todos êsses povos, encontram no mate a sua bebida predileta, que é fonte inesgotável de bom humor, de energia e saúde.

O mate, que foi bebida de guaranis e caingangues, passou do sertão para as cidades, e hoje pompeia, tanto em humildes choupanas, como em aristocráticos salões, do Brasil e das Américas. E já vai invadindo, vitoriosamente, a velha Europa . . .

A CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

LXXVIII

O peixamento dos açudes, lagos e rios melhora as condições da alimentação no meio rural.

O Serviço de Piscicultura, do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, e a Divisão de Caça e Pesca, do Departamento Nacional de Produção Animal, tem promovido, selecionando e aclimando as melhores espécies, o peixamento ou o repovoamento dos açudes, lagos e rios. Ao mesmo tempo aconselham a combater as espécies daninhas, ruins, inferiores ou menos apreciadas, como a piranha, a pirambeba, etc.

Os técnicos do Serviço de Piscicultura estudaram 16 espécies de peixe, das quais foram aclimatadas dez, sendo seis do rio Amazonas, uma do rio Parnaíba e três do rio São Francisco. De 1933 a 1955 criou o Serviço, nos seus Postos de Piscicultura, 1.342.299 alevinos, dos quais 521.966 foram distribuídos em açudes públicos, 816.147 em açudes particulares, e 4.169 foram enviadas a estabelecimentos públicos do país, sendo as seguintes as espécies distribuídas: — Apaiari (**Astronatus acellatus**, Spix), Cangati (**Trachycorystes**, sp.), Curimatá comum (**Prochilodus** sp.), Curimatã pacu (**Prochilodus argenteus** Spix), Mandi (**Pimelodus clarias** L.), Pacu (**Myleus** sp.), Pescada branca do Amazonas (**Plagioscion squamosissimus** Heckel), Pescada branca do Piauí (**Plagioscion squamosissimus** Heckel), Pescada cacunda do Amazonas (**Plagioscion Surinamensis** Bleeker), Pescada do São Francisco (**Pachyurus** sp.), Piau comum (**Leporinus** sp.), Piau prêto do São Francisco (**Leporinus** sp.), Pirá (**Conorhynchos conirostris** Cuvier et Valenciennes), Pirarucu (**Arapaima gigas** Curv.), Tucunaré comum (**Cichla ocellaris** Bloch et Schneider) e Tucunaré pinima (**C. Temensis** Humb.).



Barragem do açude público municipal Amanari-Maranguape-Ceará (Gentileza de Dr. Carlos Bastos Tigre).

Estatísticas divulgadas pelo Serviço de Piscicultura revelam que, nos anos de 1942 a 1955, em 29 açudes públicos (4 no Piauí, 19 no Ceará, 1 no Rio Grande do Norte e 5 na Paraíba) atingiu a pesca 37.565.908 exemplares de peixe, pesando 9.325.295,362 quilos, no valor de Cr$ ... 31.576.8.0,10 das seguintes espécies: Acará (**Geophagus brasiliensis**), Apaiari (**Astronotus ocellatus** Spix), Bagre (**Siluridae**), Beiru branquinha ou peixe branco (**Curimatus Psectrogaster**), Bico doce, biquara ou jacundá (**Crenicichla** sp.), Bodo, cari ou cascudo (**Plecostomus, Loricaria**), Cangati (**Trachycorystes** sp.), Camurim (**Centropomus nudecimalis**), Cará (**Cichlosama** sp.), Curimatá



Curimatá Pacu apanhada no açude público São Gonçalo, Souza — Paraíba, em 7-1-1955. — Comprimento total: 770 mm. — Comprimento standard: 680 mm. — Altura: 280 mm. Peso: 9 quilos. (Gentileza de Dr. Carlos Bastos Tigre).



comum (**Prochilodus** sp.), Curimatã pacu (**Prochilodus argenteus** Spix), Dourado (**Salminus maxilosus** sp.), Jatubarana (**Salminus hilarii**), Mandi bagre (**Rhamdia hilarii**), e **Bagropsis**), Mandi (**Pimelodus clarias** sp.), Pacu (**Myleus** sp.), Pescada cacunda do Amazonas (**Plagioscion surinamensis** Bleecker), Piaba (**Tetragonopterinae**), Piabuçu (**Cucinata** sp.), Piau comum (**Leporinus** sp.), Piau preto ou verdadeiro (**Leporinus** sp.), Pirambeba (**Serrasalmus** sp.), Piraruca (**Arapaimus** sp.), Piraruca (**Arapaima gigas** Cuvier), Sardinha (**Triportheus angulatus**) Surubim dourado (**Platysoma** sp.), Traíra (**Hoplias malabarica** Bloch), Tucunaré comum (**Cichla ocellaris** Bloch) e peixes não identificados.

A curimatã, o tucunaré e a traíra, de que foram apanhados 6968.155 — 3273.846 — 5.208.001 exemplares, alcançaram, respectivamente, valores correspondentes a Cr$ ..... 10.750.790,50, Cr$ 6.226.860,60 e Cr$ 5.758.339,10.

As presentes informações relativas à região do Polígono das Sêcas mostram às Associações Rurais e aos seus associados que dispõem de recursos aquáticos, deverem entrar em entendimento com o Serviço de Piscicultura (Caixa Postal, 26 — Fortaleza — Ceará), para orientar a criação de peixe e sua exploração nas lagoas açudes e represas situados na área territorial da A R.

LXXIX

Reajustamento do impôsto territorial em Minas.

Campanha merecedora de respeito e de aplausos é a empreendida pela Federação da Associação Rural do Estado de Minas Gerais (FAREM) opondo-se à elevação excessiva do imposto territorial. É um engano, são ilusórios, os efeitos dessa política altista e nefasta que visa, em última análise, o fracionamento da propriedade rural.

O lavrador e o criador mineiro, por índole conservador, bate-se, por intermedio de sua associação rural, sensatamente, por um reajustamento equânime, o que, esperamos, acabará conseguindo.



Posto de Piscicultura do D. N. E. S. — Bloco de tanques de estágio e seleção de larvas, coberto com ripado. (Gentileza de Dr. Carlos Bastos Tigre).

LXXX

Curiosidades de nossa flora. Imprensa Oficial — Recife — 1956.

O Prof. Getúlio César, engenheiro agrônomo, escritor e folclorista pernambucano, enviou-me apreciado trabalho, útil e atraente, divulgando curiosidades de nossa flora, particularmente das seguintes plantas:

Algodão sêda, Angelica, Apara-raio, Arveira, Aveloz, Balsamo, Bambu, Barba de velho, Barbatimão, Barbasco, Baroneza, Batiputá, Bom no-

me, Bordão de Velho, Buxeira, Caboatã, Calubim, Canafístula, Carambola, Catinguelra, Cinamomo, Cocrana, Copaíba, Coronacrís, Cruá, Cumaru, Cuscuta, Embiratanha, Erva-cidreira, Favela, Fedegoso, Gameleira, Gargaúba, Guabiraba, Icó, Imbaúba, Imburana braba, Imbuzeiro, Jatobá, Japaranduba, Jenipapeiro, Juazeiro, Junça, Jurubeba, Macaíba, Mandacaru, Mangaba, Manjerioba, Maralal, Moçongo, Marizeiro, Mororó, Muçambê, Mutamba, Oiti-coró, Pajeú, Pau branco, Pau de Jangada, Pau de Serrote, Penon, Pereiro, Pinha, Piranha, Pitombeira, Purpuna, Quatro patacas, Quixabeira, Rosa de Jericó, Sabonete, Salgueiro, Sambacuim, São João, Sucupipira, Tombor, Titara, Tramanhém, Trapiá, Turco, Visgueiro e Yuca. A bibliografia vem relacionada, apresentando o volume 372.

LXXXI

Escolas rurais

Foi instalada no lugar denominado Riachão do Bacamarte, município de Ingá, Estado da Paraíba a ESCOLA RURAL DR. LAURO XAVIER, — a segunda da rêde programada pela Associação Rural de Ingá, tendo iniciado o funcionamento com 24 alunos. A primeira, a que se refere a nota LXXIII, está com 63 alunos matriculados, dos quais 32 na 1.ª série, 18 na 2.ª, 9 na 3.ª e 4 na 4.ª série.

A iniciativa deve ser imitada.

LXXII

Homenageado pioneiro do progresso da agricultura paraibana.

Em atenção aos relevantes serviços prestados como Inspetor Agrícola Federal, durante largo período, à agricultura no Estado da Paraíba, passou a denominar-se BIBLIOTECA DR. DIOGENES CALDAS a biblioteca fundada pela Associação Rural de Ingá. Muito justa e expressiva a homenagem. Entre as campanhas pioneiras planejadas e realizadas sob a direção de Diógenes Caldas figura a das cooperativas de crédito agrícola, a da batatinha, a da cultura de agave, que tiveram influência marcante na economia dos agricultores, dos municípios e do Estado.

LXXXIII

Fases iniciais da preparação e salga do pirarucu.

O Dr. Antônio Tôrres Botelho, da equipe de peritos internacionais da FAO aconselha:

"O problema fundamental para conservar-se o pirarucu (**Arapaima gigas**), espécie principal, que se salga na Amazonia, ou outras espécies, que se podem conservar, igualmente, por êsse processo, reside na forma como se executam as primeiras fases de preparação nos locais de pesca.

As fases que deverão ser realizadas, em primeiro lugar, e ainda no local da pesca, são os seguintes:

1) Sangria (extração do sangue).
2) Evisceração (extração das vísceras: estômago ou bucho, intestino ou tripas, fígado, etc.).
3) Decapitação (extração da cabeça).
4) Divisão em filetes ou divisão em forma de livro aberto.
5) Lavagem (em água límpida).
6) Primeira salga".

Os pescadores devem começar o trabalho a bordo das canoas, executando-o todo com perfeição, pois da sua técnica depende o aspecto futuro do pescado e a profilaxia (maneira de evitar) das suas alterações.

LXXXIV

Deixai os meninos brincar.

"Cavalo de pau", êsse magnífico estudo de sociologia norte-rio-grandense, — estudo de feição regional —, em que M. Rodrigues de Melo "estuda profundamente a criança sertaneja, seus folguedos prediletos, suas relações com o mundo que a rodeia" é um livro atual. Dotado de substancial fôrça evocativa, lembra os recuados tempos de "menino do mato", revive emoções, obriga a pensar, refletir...

O menino do meio rural, aquêle que vive longe do povoado, da vila ou da cidade, sem o hábito de reuniões e dos folguedos coletivos, sem patio de recreio na escola rural, sem recursos para encomendar ou adquirir "brinquedos de fábrica" passa do "faz de conta" ao **cavalo de pau** e dêsse aos ligados ao esporte da caça, como o **bodoque, a fonda, a besta e a espingarda**, etc. O meninos de família rica, quando conseguem o consentimento dos responsáveis, passam com relativa freqüência, **do cavalo de pau** ao **carneiro de sela** e, alguns, ao **carro de cabrito.** Uma **partida de peteca**, em que podem tomar parte meninas, é pouco freqüente. A peteca é feita em casa, de palha de milho, e muito bem acabada.

A liberdade do exercício dêsses folguedos, principalmente do **cavalo de pau**, do **carneiro de sela** e do **carro de cabrito**, desperta o interêsse pelas atividades agro-pastoris. **O cavalo de pau**, consideram no **de campo, de passeio, de carreira, de carga**, etc., o que leva o cavaleiro, pelo "faz de conta" a se identificar com as passadas. Cavalo lerdo, choutão, só mesmo para carga. O **carneiro de sela** desperta o interêsse do menino pelo penso e arraçoamento do animal e o **carro de cabrito**, também puxado por carneiros, pelos trabalhos rurais ligados ao pastoreio, agricultura e transportes.

Não estamos nos afastando dos objetivos de TEMAS E SUGESTÕES. Nosso intuito é fazer apêlo à classe rural para incentivar a prática dos folguedos infantis, e empreender campanha, persuasivo, contra castigos corporais, sempre humilhantes.

AGRADECIMENTO

A sociedade Nacional de Agricultura agradece o amavel cartão de saudação que recebeu de seu consócio Sr. Alfredo L. Ferreira Chaves, por ocasião do 60.º aniversário da revista "A Lavoura".

O Sr. Alfredo L. Ferreira Chaves é um velho companheiro que sempre prestigiou a atuação da Sociedade Nacional de Agricultura.

Sua inscrição no quadro de associados da S.N.A. tem o número 930.

ESPECIAL PARA O BRASIL

NOVA YORK, maio — É possível agora a proteção absoluta contra a cólera porcina, doença mortal que é o inimigo principal do criador brasileiro de suínos, segundo informa o boletim corrente do Escritório Internacional de Epizootia.

Explicou o Boletim que depois de uma série de experiências com mais de 25.000 suínos, concluiu-se que a proteção que a vacina dá é completa. A vacina é feita a base de virus vivo, mas atenuado, que retem a capacidade de formar anticorpos no sangue.

Na mesma edição, informou o Boletim de dois novos brotamentos da cólera porcina na Argentina, acrescentando que em diversos países se estão matando centenas de porcos mensalmente para evitar que a infeção se propagne. Para os suinos já infectados, não há outro remédio que a destruição imediata.

Segundo o informe, os 25.000 porcos foram injetados cada um com dois centímetros cúbicos de vacina, que se chama "Rovac". Mantiveram-se em boa saúde apesar de serem postos em pocilgas infestadas ou juntos com outros porcos já morrendo da doença.

Nas experiências utilizou-se a vacina SO, e também juntamente com um suplemento antibiótico chamado "Aurofac" que melhora a saúde do animal. Nenhum dos porcos injetados adoeceu. Mas todos os que não foram injetados morreram dentro de duas semanas.

As experiências foram patrocinadas por uma especial Comissão Internacional de Epizootia, e dirigidas por um grupo de cientistas de diversos países, entre êles os doutores J. P. Thierry famoso cientista francês, P. Goret, A. Lucas e R. G. Brown.

Informou-se aqui que o dr. Brown é da divisão de estudos técnicos da American Cyanamid Company, onde se desenvolveu a vacina "Rovac".

Há na América Latina mais de 65 milhões de suínos, segundo as estatísticas das Nações Unidas, dos quais há 30 milhões no Brasil.



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ASSOCIATIVISMO RURAL

ASSOCIAÇÃO AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL DE ERECHIM

Para o biênio 1957/1958, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente — Arnaldo Carlos Pôrto

1.º Vice-Presidente — Dr. Raymundo F. Zanin

2.º Vice-Presidente — Dr. Carlos Zambonato

1.º Secretário — Eurico A. Maciel

2.º Secretário — Edy Matevi

1.º Tesoureiro — Dr. Euclydes Moragno

2.º Tesoureiro — Claudio Stefli

Federação das Associações Rurais do Estado de Sergipe

Em Assembléia Geral realizada em 10/1/1957 foi reeleito presidente da FARES o Sr. Manoel Conde Sobral, cuja posse verificou-se a 30/1/1957.

Associação Rural de Varginha

Para o biênio 1957/1959 foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente — José A. de Rezende

Vice-Presidente — Itamar R. de Morais

1.º Secretário — José N. de Paiva

2.º Secretário — José O. Reis

1.º Tesoureiro — João F. Frota

2.º Tesoureiro — Afranio P. Paiva.

Associação de Geógrafos Brasileiros

É a seguinte a nova diretoria da Seção Regional do Rio de Janeiro da Associação de Geógrafos Brasileiros:

Diretor: Miguel Alves de Lima

Secretário: Maria Therezinha de Segadas Soares

Tesoureiro: Amélia Alba Nogueira

Comissão Consultiva: Maria do Carmo Corrêa Galvão, Dora de Amarante Romariz e Heldio Xavier Leus Cesar.

Sociedade Brasileira de Agronomia

Para o biênio 1957/1958 foi eleita e empossada a seguinte diretoria da Sociedade Brasileira de Agronomia:

Presidente: Benvindo de Novais

Vice-Presidente: Romulo Cavina

1.º Tesoureiro: João Batista Cortes

2.º Tesoureiro: José Pacheco Pimenta

1.º Secretário: Euclides Gonçalves Martins

2.º Secretário: Hugo de Mesquita Vasconcelos

Conselho Fiscal: João Vieira de Oliveira, Edgard de Andrade Leite e Ilo Soares.

Associação Rural da Zona do Rio Pardo

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria da Associação Rural da Zona do Rio Pardo:

Presidente: Moacyr de Carvalho Dias

Vice-Presidente: Dr. Haroldo Affonso Junqueira

1.º Secretário: Jesus Bernardino da Costa

2.º Secretário: Dr. Waldyr Paulino da Costa

1.º Tesoureiro: Gabiul Rabello de Carvalho

2.º Tesoureiro: Dr. Ronaldo Junqueira.

Federação das Associações Rurais de Mato Grosso

Foi eleita e empossada para o triênio 1957/1959, a seguinte diretoria:

Presidente — Coronel Daniel de Queiroz

1.º Vice-Presidente — Dr. Anibal Molina

2.º Vice-Presidente — Dr. Dolor F. de Andrade

1.º Secretário — Dr. Bento M. Lobo

2.º Secretário — Januário de S. Rondon

1.º Tesoureiro — João L. Bulhões V. Filho

2.º Tesoureiro — Persio L. Esteves.

Recebemos também, o magnífico relatório das atividades da FARMATO, fiel repositório do quanto de bom e útil vem realizando a referida entidade de classe.

Federação das Associações Rurais do Paraná

Foram eleitos e empossados para o triênio 1957/1959, os seguintes diretores da Federação das Associações Rurais do Paraná:

Diretoria:

Presidente: Sylvano Alves da Rocha Loures

Vice-Presidente: Garibaldi Reale

Vice-Presidente: Nilson Baptista Ribas

Vice-Presidente: Bronislau Ostoja Rooguski

Tesoureiro: Dacyr Siqueira Trevisan

2.º Tesoureiro: Francisco Nadel de Camargo

Secretário Geral: Jasiel Sotto Maior Lagos

Secretário-Auxiliar: Paulo Patriani.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA BIBLIOTECA

Acaba a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura de fazer adotar na sua Biblioteca o respectivo ex libris, trabalho do gravador Pedro Sacks e está impresso em alto relêvo, sôbre papel de linho.

Em complemento a êsse importante setor da velha instituição, que tudo tem feito para dar à sua Biblioteca o papel que lhe cabe em suas atividades culturais. Conta já a livraria da S.N.A. com mais de 20.000 volumes, a maioria dos quais encadernados, obedecendo a sua organização aos mais rigorosos critérios científicos de classificação.

É pensamento da Diretoria da SONAGRA franqueá-la ao público no fim do corrente ano, após atualizar, como convem, os vários setores de que cogita a Biblioteca, com a aquisição do que de mais moderno tem sido publicado no país e no estrangeiro no campo da agricultura.

BOLETIM DA COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE LEITE LTD.

A fim de completar a coleção da Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura, apelamos para os nossos consócios no sentido de que nos seja cedido o n.º 1 do Boletim da Cooperativa Central dos Produtores de Leite Limitada, de Belo Horizonte.

TRICHOSTRONGYLIDOSES EM BOVINOS

A DOENÇA, COMBATE E IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

WALKER ANDRÉ CHAGAS
Veterinário
Bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas

(Trabalho classificado em primeiro lugar, em 1956, no concurso ao prêmio "Ennes de Souza", instituido pela Sociedade Nacional de Agricultura).

INTRODUÇÃO

Elogiável sob todos os aspectos é a instituição do prêmio "Ennes de Souza" pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Sôbre temas de atualidade devem recém-formados pelas nossas Escolas Superiores de Agronomia e Veterinária que hajam obtido classificação final até o 3.º lugar, isenta de reprovação, somar esforços na confecção de uma monografia que reúna conhecimentos auridos durante a sua preparação técnico-científica nos bancos escolares das referidas escolas.

Conquanto reconheçamos sejam os nossos cursos suficientes, de uma maneira geral, para nos situarmos dentro dos problemas que são inerentes à atividade que abraçamos, uma tentativa como esta, impulsionada pela Sociedade Nacional de Agricultura, de aprofundar-nos em determinados setores das nossas especialidades nos traz ensejos de aprimorar conhecimentos ao mesmo tempo que nos permite, pàlidamente, contribuir para minorar os problemas de ordem sanitária que afligem os nossos criadores, o que inequivocamente, é parte da missão que nos propusemos realizar.

Se desta experiência resultar algum proveito pessoal, desde já abstemo-nos dêle para reconhecê-lo como sendo desta Sociedade que nos incentivou, de maneira tão objetiva, e àqueles a quem dedicamos nossas horas de estudos e observações — os criadores brasileiros que esquecidos e entregues a si mesmos, na mais ingênua ignorância das conquistas da pecuária moderna e desprovidos de recursos os mais comezinhos, mesmo assim constróem uma estupenda riqueza que já alimenta atividades comerciais e industriais que envolvem interêsses da ordem de bilhões de cruzeiros e caminha para ser a nossa principal riqueza rurícola unitária.

Outrossim, nesta introdução, queremos externar o nosso profundo, grato e sincero reconhecimento a todos aquêles que direta ou indiretamente, contribuiram para a arquitetura dêste trabalho no qual coube-nos apenas torná-lo materialmente palpável.

Seremos felizes, muito felizes, se após a missão cumprida dê ela frutos que representem maior rebanho, mais carne, mais leite e mais lã para êste Brasil querido, pois é inconteste que para obtermos estas utilidades com abundância, o que significa menores preços, não se pode prescindir dos cuidados sanitários que se deve dar aos nossos imensos rebanhos.

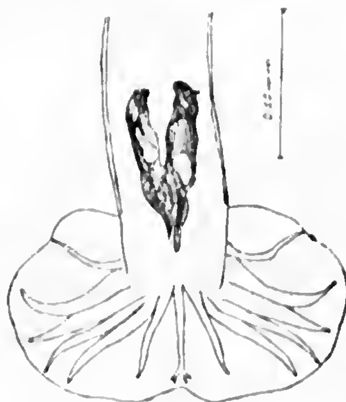


Fig. 1 — Trichostrongylus extenuatus. Cauda do macho (Segundo Lauro Travassos).

Aos veterinários cabe esta missão específica a par de muitas outras que certamente são necessárias para assegurar o crescimento contínuo e produtivo desta imensa riqueza que se espalha pelo Brasil.

Quanto ao assunto em tela, desde logo verificamos a precariedade das informações que procurávamos para estruturar uma monografia que contivesse dados preciosos, fartos e atuais e mais ainda quando restringimos a nossa procura sòmente em relação ao grupo animal bovino, exclusivamente, como foi nossa preocupação e ainda mais em relação ao Brasil.

Os Trichostrongylídeos, muito bem estudados quanto à sua morfologia por autores estrangeiros e nacionais e dentre êstes o notável estudioso e pesquisador — Prof. Lauro Travassos — entretanto deixam muito a desejar aquêles referentes à via de penetração e sua evolução nos hospedeiros, bem como um esclarecimento mais elucidativo sôbre a sua patogenicidade.

Da importância econômica das Trichostrongylidoses não temos dúvida. Sôbre a atualidade do assunto procuramos demonstrá-la em capítulos do texto. Quanto à soma de informações não ligadas ao tema, diretamente, tentamos agora justificar por acharmos que sendo êste um trabalho destinado à larga divulgação — se por ventura lograrmos apreciações favoráveis — em camadas de vários graus de discernimento, todos encontrarão motivos para leitura que lhes possa ser útil. Assim o esperamos.

Procuramos omitir no texto os nomes dos autores de que nos valemos o mais possível quando utilizamos informações alheias, não só por se tornar cansativo e monótono como também por julgarmos ser êste um trabalho em que, absolutamente, não se pensou em ser original às custas de contribuições que pertencem já de muito ao domínio público. Contudo a bibliografia consultada vai incorporada ao mesmo, pois o nosso interêsse é o de levar o leitor a satisfazer-se plenamente das dúvidas que certamente as terá, porquanto não tivemos a veleidade de esgotar o assunto e sim de contribuir de algum modo para seu conhecimento.

A ilustração do mesmo corre à conta da boa vontade que sempre acompanha os que incursionam pela primeira vez, por êste caminho atraente mas prenhe de dificuldades a galgar.

Estas palavras introdutivas nos pareceram necessárias à guisa de uma identificação de propósitos com o leitor.

De resto a sua benevolência para com o trabalho é o muito que podíamos desejar.

* * *

GENERALIDADES

As manifestações de vida na natureza, quer animal quer vegetal, são feitas de maneira íntima e relacionada e cuja inter-

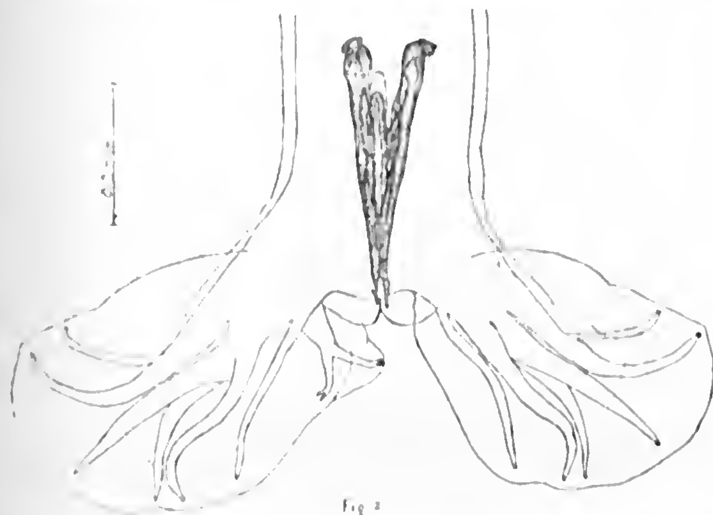


Fig. 2 — Haemonchus contortus. Cauda do macho. (Segundo Lauro Travassos).

dependência é estreita, constituindo um exemplo claro os vegetais que se nutrem do solo e utilizando-se do gás carbônico e o dos animais que retiram das plantas os elementos indispensáveis à vida.

Estas manifestações de interdependência, às vêzes, formam estranhas relações designadas pelas expressões: **parasitismo, comensalismo e simbiose.**

PARASITISMO é uma relação direta e estreita entre dois organismos geralmente bem determinados: o **hospedeiro** e o **parasito**, vivendo o segundo às custas do primeiro e morrendo, quase sempre, por falta de nutrição ou por inadaptação, quando separado do seu hospedeiro. É essencialmente unilateral, isto é, recebe apenas sem retribuir. Adaptam-se de maneira tal que o seu organismo especializa-se às condições em que vive sôbre o hospedeiro. É a parte que mais interessa ao criador pelos seus aspectos negativos sôbre a criação.

COMENSALISMO é uma associação de vida entre os organismos em que não há unilateralidade mas absolutamente específicas; duas espécies de vida ou mais subsistem regularmente associadas sem que uma se torne vítima da outra e vice-versa, podendo, entretanto, haver vantagens para um dos associados. Esta forma de vida associada interessa também ao criador pois pode ser quebrado o equilíbrio, acarretando perdas mais ou menos notáveis a um dos componentes da associação.

MUTUALISMO, nesta há reciprocidade de vantagens, isto é, trocas de benefícios entre os indivíduos associados, mas entretanto, a interdependência não é feita de maneira muito acentuada, havendo bastante liberdade de relação e variantes curiosas.

SIMBIOSE é definida como vida em comum, de modo permanente, entre indivíduos especificamente distintos tendo funções e necessidades vitais complementares, isto é, as trocas de elementos elaborados asseguradores da vida entre ambos são recìprocamente indispensáveis. É uma das mais curiosas associações de vidas pelo aspecto positivo que apresenta e que deve interessar a todos, conhecer.

Um exemplo de simbiose de grande significado econômico para os criadores é o que existe entre os animais que se alimentam de substâncias ricas em celulose tais como os ruminantes e herbívoros de um modo geral (bovinos, ovinos, caprinos, eqüinos, etc.) que albergam grandes infusórios da família **Ophyrocolecidae**, protozoários que se multiplicam na pança dos ruminantes ou no ceco dos herbívoros.

Os flagelados (protozoários das Térmitas — cupins) e os infusórios nutrem-se de celulose. Admite-se que os hospedadores absorvem os produtos da digestão da celulose degradada pelos protozoários. Isto passar-se-ia da seguinte maneira: A celulose, ingerida pelos animais (ruminantes e herbívoros) sob a forma de capins ou outros alimentos fibrosos, fornecem aos ciliados ou aos flagelados, que êles albergam, um meio rico em metana e pràticamente desprovido de oxigênio que é mortal aos protozoários. Nestas condições êstes últimos assimilariam a celulose parcialmente degradada pelas bactérias e se multiplicariam, ràpidamente. Calculando-se em



Fig. 3 — Haemonchus similis. Cauda do macho. (Segundo Lauro Travassos).

cêrca de 50.000 o numero de protozoários por centimetro cubico e era cêrca de 100 kg o conteudo da pança do boi, verifica-se que pesam cêrca de 2 quilos e 800 gramas os seus infusórios, pêso êsto formado e destruido diàriamente. A massa de infusorios assim destruida fornece ao boi cêrca de 500 gramas de azôto diàriamente e como esta é a única fonte de azôto, compreende-se a importância dos infusórios no metabolismo dos ruminantes e herbívoros. O mesmo se dá com os flagelados das Termitas.

* * *

AS PARASITOSES

O nosso modesto trabalho propõe-se a focalizar uma das formas de parasitismo — o helmíntico; que pelo seu aspecto negativo quanto aos agravos que acarretam à saude e ao desenvolvimento dos animais dão prejuizos aos criadores, relativamente consideráveis e que passam muitas vêzes despercebidos pela maneira insidiosa como se manifesta. Os casos fatais são apenas uma advertência dêste quadro pelo qual são responsáveis os helmintos.

As parasitoses, que ocupam um lugar de destaque na nosogenia brasileira, abrangem tôdas as espécies de animais domesticos.

Destacar o grupo de helmintos que maiores preocupações e prejuízos acarretam ao criador não é de todo facil, pois todos contribuem de maneira a tornar a tarefa de cuidar de um rebanho bovino, avícola, ovino ou outros, nunca isenta de conhecimentos basicos que permitam tomar providências de ordem sanitária e terapêutica, em tempo util, a fim de chegar a colhêr os frutos do trabalho honesto com o máximo de rendimento.

Podemos dividir, didàticamente, as parasitoses em 2 grandes grupos: as **ectoparasitoses** e as **endoparasitoses**.

OS ECTOPARASITOS, mais conhecidos, pela sua fácil identificação, compreendem os carrapatos, as sarnas, os bernes, as miiases, as pulgas, as tungas (bicho-de-pé), os piolhos, os cogumelos, etc.; que assim, em muitos casos, oferecem dificuldades de maior ou menor monta para o seu conhecimento perfeito e, por conseguinte, o seu combate eficaz; salientando-se as sarnas e os cogumelos.

OS ENDOPARASITOS já demandam conhecimentos mais minuciosos e portanto da alçada exclusiva dos técnicos. Apresentam uma variedade impressionante representada pelos protozoários, antrópodes, cogumelos e vermes.

Aos protozoários pertencem os mais importantes, pelo fato de causarem doenças de diagnóstico mais difícil e de tratamento menos eficaz, produzindo assim uma letalidade mais acentuada entre os que se infestam ou infectam. Citamos os anaplasmas, piroplasmas, babesias, tripanosomas, eimérias, tricomonas, histomonas e outros.

Os artrópodes, predominantemente ectoparasitos, entretanto apresentam formas larvares que só se desenvolvem quando alcançam cavidades internas do corpo do animal, estão neste caso as larvas das môscas do gênero Oestrus ovis que parasitam as cavidades nasais e os sinus frontais dos ovinos e as do gênero Gasterophilus veterinus que parasitam o estômago dos equinos onde se fixam na mucosa do piloro e mesmo do duodeno, além de outras.



Fig. 4 — Haemonchus lunatus. Cauda do macho. (Segundo Lauro Travassos).

Os vermes ou helmintos, embora parasitem o estômago e o intestino, preferencialmente, também se localizam em vários órgãos tais como o fígado, pâncreas, rins, coração, sistema circulatório, pulmões, olhos, tecidos conjuntivos e muscular, laringe, traquéia, encéfalo, cavidade abdominal, etc.

Dividem-se os helmintos em quatro grandes grupos parasitários que são: os nematódeos, trematódeos, cestódeos e acantocéfalos; apresentando cada grupo, não raro, várias espécies de uma mesma familia que podem constituir subgrupos importantes.

Para melhor focalização do assunto que propusemos apresentar ao leitor neste despretencioso trabalho, estamos chamando a atenção para o conjunto das helmintoses o que nos dará melhor visão de situação e de sua importancia neste conjunto, do subgrupo que é alvo destas notas.

Conquanto seja relativa sua responsabilidade no cômputo das percentagens de baixas no rebanho, nem por isso deixa de contribuir para que haja substancial desvio de proteinas traduzidas em carne e leite e também de lã que de outra forma enriquecerlam a alimentação humana e o seu vestuário espoliados por êste insidioso inimigo da abundância, o que justificaria o seu combate sem tréguas, mesmo às custas de algum sacrificio.

Mister se faz, pois, encararmos as Trichostrongylidoses, levando em consideração o seu aspecto econômico e, no seu combate, não olvidar as associações helmínticas que subsistem com elas, uma complementando a outra.

Outro aspecto que também realçaremos é o papel do depauperamento do animal motivado pelo meio e que é peça importante na transformação de uma simples parasitose em agente mais evidente de um quadro sintomatológico alarmante.

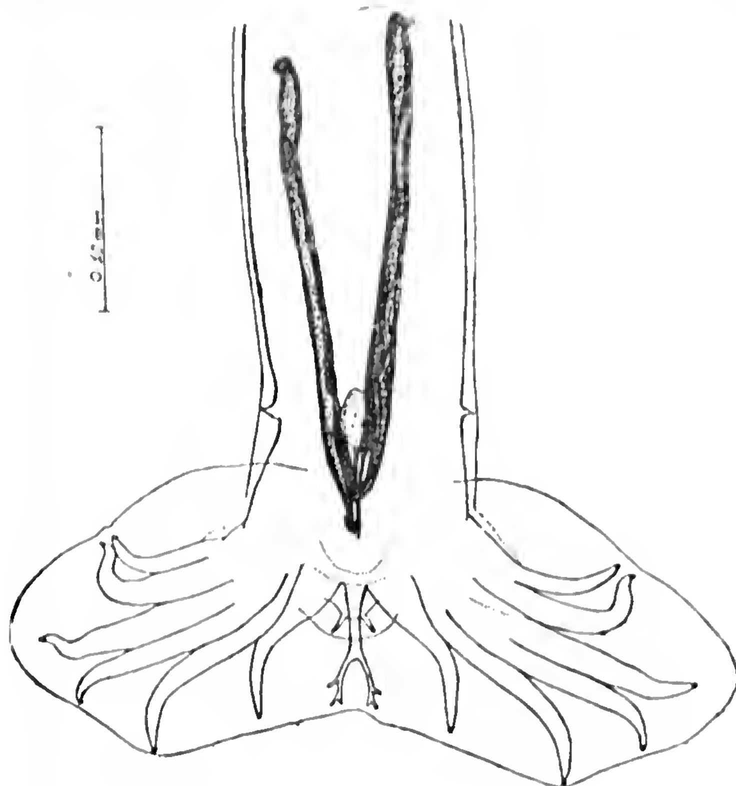


Fig. 5 — **Ostertagia circumcincta. Cauda do macho. (Segundo Lauro Travassos).**

QUADRO DOS HELMINTOS PARASITOS DOS BOVINOS NO BRASIL

Nos bovinos são conhecidas, no Brasil, as seguintes espécies parasitárias, segundo César Pinto:

NEMATÓIDES

1 — Neoascaris vitulorum — localiza-se no intestino delgado, é mais comum nos bezerros;
2 — Haemonchus contortus — localiza-se no abomaso (coagulador) raramente em outros diverticulos do estômago bem como do intestino delgado (duodeno);
3 — Haemonchus similis — localiza-se no abomaso (coagulador);
4 — Trichostrongylus extenuatus — localiza-se no abomaso (coagulador);
5 — Cooperia punctata — localiza-se no abomaso (coagulador);
6 — Cooperia pectinata — localiza-se no abomaso (coagulador);
7 — Ostertagia circumcincta — localiza-se no abomaso (coagulador);
8 — Ostertagia ostertagi — localiza-se no abomaso (coagulador);
9 — Ostertagia trifurcata — localiza-se no abomaso (coagulador);
10 — Oesophagostomum (Bosicola) radiatum — os adultos localizam-se no grosso intestino, as larvas enquistam-se no grosso intestino e no intestino delgado, formando nódulos salientes;
11 — Bustomum phlebotomum — localiza-se no grosso intestino;
12 — Bunostomum trigonocephalum — localiza-se no grosso intestino;
13 — Stephanurus dentatus — parasita do figado, erràticamente;
14 — Syngamus laryngeus — localiza-se na laringe;
15 — Dictyocaulus viviparus — localiza-se nos brônquios (pulmões), freqüente nos bezerros;
16 — Setaria cervi — localiza-se no peritônio;
17 — Onchocerca sp — parasita do ligamento cervical;
18 — Trichuris ovis — localiza-se no grosso intestino;
19 — Trichuris discolor — localiza-se no ceco;

CESTÓIDES

20 — Moniezia expansa — parasita do intestino delgado.
21 — Moniezia benedeni — localiza-se no intestino delgado;
22 — Taenia saginata — a forma larvária chama-se Cysticercus bovis e é encontrada nos músculos do boi; a forma adulta vive no intestino do homem;
23 — Taenia hydatigena — a forma larvária deste parasita chama-se Cysticercus tenuicollis e é encontrada na cavidade peritoneal e no figado, a forma adulta vive no intestino do cão;
24 — Echinococcus granulosus — a forma larvária constitui o Cisto hidático que se localiza no figado, pulmões e vários outros órgãos; a forma adulta localiza-se no intestino delgado do cão;

TREMATÓIDES

25 — Fasciola hepática — localiza-se nos canais biliares (figado);
26 — Eurytrema coelomaticum — parasita dos canais pancreáticos (pâncreas);
27 — Balanorchis anastrophus — localiza-se no rumem (pança).

* * *

Como podemos fàcilmente verificar do quadro acima apresen-

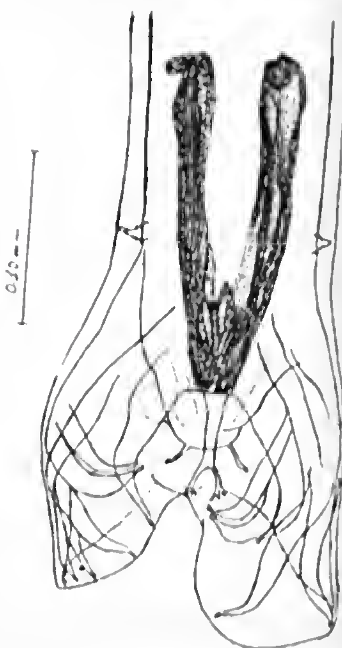


Fig. 6 — **Ostertagia ostertagi. Cauda do macho. (Seg. Lauro Travassos).**

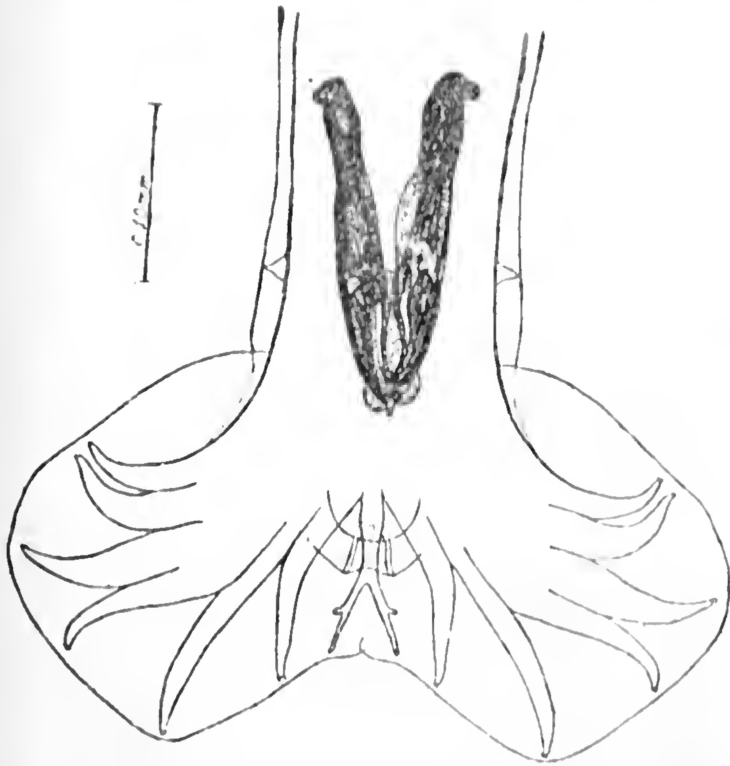


Fig. 7 — Ostertagia trifurcata. Cauda do macho. (Segundo Lauro Travassos).

tudo, de um total de 27 helmintos reconhecidos como parasitos dos bovinos 9 dêles (1/3) pertencem à família Trichostrongylidae ocupando assim esta família, em número de espécies, um papel saliente dentre as helmintoses dos bovinos o que justifica a encararmos como um subgrupo.

A importância entretanto, dos Trichostrongylídeos como parasitos dos bovinos no Brasil não é a mesma para tôdas as espécies. Enquanto Haemonchus contortus, Cooperia punctata, Ostertagia ostertagi, Ostertagia circumcincta são responsáveis diretos pela gastroenterite verminótica dos bovinos, as demais espécies da família jogam um papel secundário aparecendo apenas como achado de necrópsia associadas ou não às primeiras espécies acima citadas.

No Brasil o único levantamento helmintológico para bovinos que encontramos é o que se refere a vários municípios do Rio Grande do Sul e que revelou a seguinte incidência percentual:

Oesophagostomum radiatum	44,07%
Trichostrongylídeos	33,08%
Neoascaris vitulorum ..	6,61%
Dictyocaulus viviparus .	2,20%
Tricocephalus ovis	1,47%
Moniezia sp.	0,73%
Fasciola hepática	0,73%

Ocupam pois os Trichostrongylídeos, no Rio Grande do Sul, papel de destaque na nosogenia parasitária com a taxa de 33,08%.

Outras referências encontramos em comunicados de Inspetores Regionais da Divisão de Defesa Sanitária Animal que apontam para o Nordeste (Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) o H. contortus como o principal agente etiológico das parasitoses animais que assolam aquela parte do Brasil quer em bovinos, quer em ovinos e caprinos, sendo que nestes últimos é a responsável pelas maiores baixas do rebanho.

Para o Vale do São Francisco, exames levados a efeito em amostras de fezes enviadas ao Instituto de Biologia Animal, dos municípios de Santa Maria da Vitória, Corrente e Cotegipe não revelaram naquelas amostras presença de ovos de quaisquer helmintos.

Observações levadas a efeito por nós a ôlho nu em mais de 200 abomasos de bovinos abatidos no Matadouro de Santa Cruz: verificamos em adultos procedentes das invernadas de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso uma infestação discreta em mais de 30% dos animais examinados. Para viteles encontramos 100% de infestação, com vários graus de intensidade. Os vitelos examinados procediam, em sua maior parte, de fazendas que se dedicam à produção de leite e todos com

Superfamília	Famílias	Subfamílias	Gêneros
Strongyloidea	Strongylidae	TRICHOSTRONGYLINAE	Trichostrongylus
	Ancylostomidae	Ornithostrongylinae	Haemonchus
	Syngamidae	Viannaiinae	Ostertagia
	Stephanuridae		Cooperia
	TRICHOSTRONGYDAE		Hyostrongylus
	Metastrongylidae		Ornithostrongylus
			Hyppostrongylus

Subfamília	Gênero	Espécie
Trichostrongylinae	I — Trichostrongylus	. — T. extenuatus
	I — Haemonchus	II — H. contortus
		III — H. similis
		IV — H. lunatus
	3 — Ostertagia	V — O. circumcincta
		VI — O. ostertagi
	4 — Cooperia	VII — O. trifurcata
		VIII — C. punctata
		IX — C. pectinata



Fig. 8 — Cooperia punctata. Cauda do macho. (Seg. Lauro Travassos).

acentuada presença de sangue europeu, fazendas estas situadas no Estado do Rio (Resende, Agulhas Negras, Barra Mansa, etc.) e ainda vitelos mestiços procedentes de Governador Valadares, em Minas Gerais.

Acreditamos que muito tem que ser feito para o completo e acurado conhecimento da extensão desta parasitose, que pelas amostras reveladas atrás afigura-se-nos de importância nacional. Já é tempo de fazer-se alguma coisa de prático para o seu perfeito conhecimento e ensaiar-se o seu contrôle.

TRICHOSTRONGYLIDEOS

A contribuição dos estudiosos da nossa fauna helmintológica, enche-nos justificadamente de orgulho. Se de um lado pecamos por continuar a ignorar os males que acarretam à nossa pecuária, quer de corte, quer de leite, mais nesta do que naquela, as Trichostrongylidoses; por outro lado uma brilhante escola de helmintologistas revelou-nos com minuciosos estudos todos os agentes responsáveis por esta helmintose no Brasil, cumprindo assim a sua missão.

Ao incluirmos neste trabalho a descrição minuciosa dos Trichostrongylideos parasitos dos bovinos em nosso meio, moveu-nos a intenção de tornar mais fácil seu estudo por já estarem destacadas das demais espécies sem interêsse veterinário, ou alienígenas, ou parasitando outros animais que não os bovinos.

A helmintose e os seus males são perfeitamente conhecidos, urge agora reduzi-los a proporções mínimas.

É a seguinte a posição sistemática da família Trichostrongylidae proposta por César Pinto, dentro da classe Nematoda:

Pertencem pois os Trichostrongylideos à superfamília Strongyloidea, Nematóides tendo ou não cápsula bucal, bôca bilabiada, esôfago sem bulbo e sem ventrículo. Machos providos de bôlsa copuladora, tendo seis pares de raios laterais e um raio ímpar dorsal (raramente duplo), com dois espículos. Fêmeas com ovários simples ou duplo. Ovos elipsóides, de casca delgada, em geral ,sem hospedador intermediário, com fase larvar livre, penetrando no novo hospedeiro passivamente ou ativamente, com ciclo pulmonar e sem ciclo pulmonar, atingindo as espécies desta superfamília, tamanhos variáveis desde 5 e 0,5 cm e parasitando predominantemente o tubo digestivo e os pulmões.

Os Strongylideos da família Trichostrongylidae se repartem em vários gêneros distribuídos por três subfamílias. Trichostrongylinae, Ornithostrongylinae e Viannaiinae.

São pequenos, delgados, geralmente de colorido vermelho ou pardacento, quando vivos. Macho com bôlsa copuladora bem desenvolvida, raios bursais nítidos. Dois espículos semelhantes, curtos e grossos ou longos e filiformes. Bôca pequena e sem lábios. Cápsula ausente ou rudimentar, sem corônula franjeada. Esôfago longo e pouco musculoso. Fêmea com aparelho genital simples ou duplo, com vulva situada na metade posterior do corpo; em geral ovíparas. Infes-

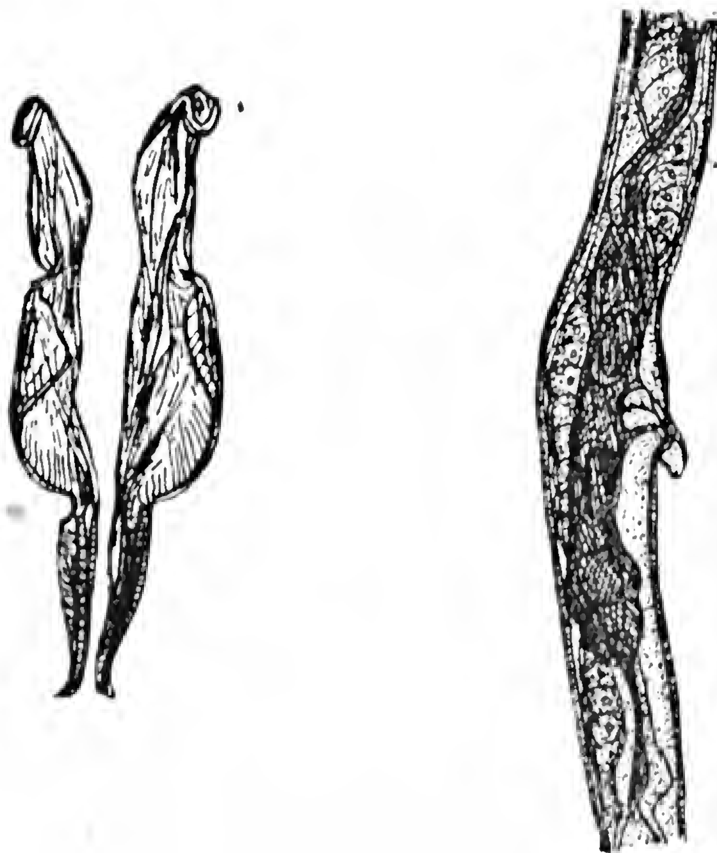


Fig. 9

Fig. 9 — Espículos, macho. Ovejector, fêmea. (In Travassos). Cooperia pectinata.

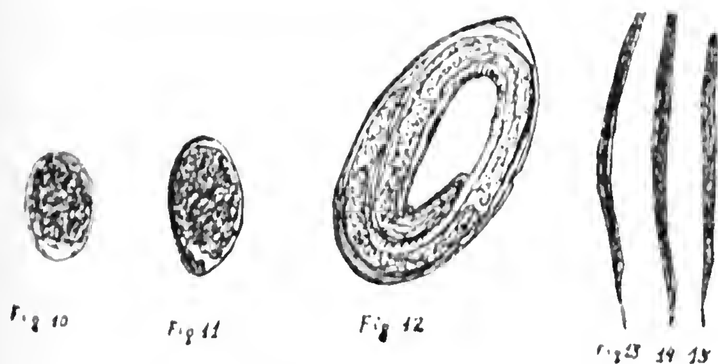


Fig. 10 — Ovo de Haemonchus contortus. Muito aumentado. (In Marek, seg. Kotlán).

Fig. 11 — Ovo de Ostertagia ostertagi. Muito aumentado. (In Marek, seg. Kotlán).

Fig. 12 — Larva (embainhada) de Nematodirus (Aumento 100) (In Marek, seg. Kotlán), dentro da casca do ovo.

Fig. 13 — Larva (embainhada) de Haemonchus. (Aumento 100). (In Marek, seg. Kotlán).

Fig. 14 — Larva de Trichostrongylus (embainhada — aumento 100 vezes) (In Marek, seg. Kotlán).

Fig. 15 — Larva (embainhada) de Ostertagia circumcincta. (Aumento 100). (In Marek, seg. Kotlán).

tação através da pele ou mucosa, provàvelmente com ciclo pulmonar. Parasitam o tubo digestivo dos mamíferos, principalmente o estômago (abomaso ou coagulador) e intestino delgado (duodeno e porções anteriores do jejuno-íleo) dos ruminantes e com menor intensidade em outros animais, existindo em todos os continentes. As aves também são parasitadas, bem como os animais silvestres.

De interêsse veterinário são os representantes da subfamília Trichostrongylinae, da qual daremos seus caracteres detalhados bem como o dos gêneros cujas espécies são parasitos dos bovinos e que já foram constatados no Brasil e estudados, com minúcias, por nossos autores. As outras duas subfamílias — Ornithostrongylinae e Viannaiinae — não apresentam interêsse veterinário, embora a primeira tenha espécies parasitando aves.

TRICHOSTRONGYLINEOS

Os Trichostrongylineos tem extremidade cefálica com ou sem dilatação cuticular. Papilas cervicais mais ou menos desenvolvidas. Fêmeas didelfas, raramente com o ramo genital posterior atrofiado; extremidade posterior do corpo terminando em ponta aguda ou obtusa. Machos com bôlsa copuladora ampla, simétrica, de lóbulo posterior mais ou menos desenvolvido, raramente assimétrico. Papilas pré-bursais, asas pre-bursais e membrana bursal acessória presentes ou não. Espículos relativamente curtos, fortes e de morfologia complexa. Gubernáculo e telamon presentes ou não. Parasitam o estômago (abomaso ou coagulador) e o intestino delgado dos nossos bovinos as seguintes espécies dos gêneros desta subfamília, segundo César Pinto:

I — TRICHOSTRONGYLUS

Trichostrongylinae sem dilatação cuticular cefálica, com bôlsa copuladora bilobada, sem lóbulo dorsal nítido. Raio ventro-ventral dirigido para diante, mais curto e muito mais delgado do que o raio ventro-lateral que se dirige para diante. Raio dorsal simétrico, delgado e bifurcado na região apical. Espículos curtos, gubernáculo alongado e navicular. Parasitos do estômago e intestino delgado de mamíferos e aves.

I — TRICHOSTRONGYLUS EXTENUATUS

Comprimento do macho: 3,4 — 4,4 mm; largura 50 — 60 micras, comprimento da fêmea: 4,5 — 5,5 mm, largura 55 — 70 micras. Esôfago com 60 — 71 micras, claviforme. Macho: bôlsa copuladora trilobulada; sendo o lóbulo mediano quase nulo; fórmula bursal: raio ventro-ventral muito delgado; raio ventro-lateral mais ou menos da mesma grossura dos raios laterais, raio lateral-anterior e raio lateral médio paralelos, raio lateral posterior afastado dos outros raios laterais; raio dorsal externo delgado e mais curto do que o raio dorsal; raio dorsal dividido na extremidade distal em dois ramos de pontas bífidas. Espículos de dimensões e forma desiguais, de côr castanho-clara, o mais longo apresenta um processo triangular alongado e ambos simulam terminar em duas pontas, das quais uma é muito fina e curta; um dos espículos mede 85 — 95 micra de comprimento e outro mede 110 — 120 micra de comprimento. Gubernáculo da mesma côr dos espículos, com 50 — 60 micra de comprimento. Fêmea com a extremidade posterior cônica e terminada em ponta aguda, ânus a cêrca de 0,060 — 0,090 mm da extremi-

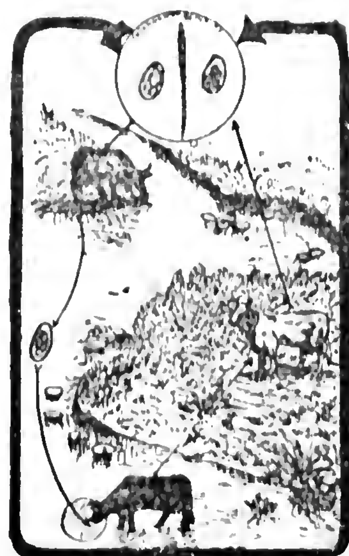


Fig 16

Fig. 16 — Modo de infestação dos ruminantes por Trichostrongylidae: Trichostrongylus, Haemonchus, Ostertagia, Cooperia, etc. Os ovos dos helmintos, contendo blastomeros são expelidos com as fezes dos ruminantes. Nas águas das lagoas e pastos encharcados as larvas dos helmintos evolvem até a fase de larvas infestantes. Estas larvas são ingeridas no momento em que os bovinos bebem água ou se alimentam de plantas aquáticas ou capins de pastos encharcados. (Seg. Braga).

dade caudal; vulva a 0,80 — 1 mm da extremidade posterior, com 0,050 — 0,060 mm de comprimento, longitudinal e guarnecida de lábios quitinosos; ovejector regularmente desenvolvido e com 0,230 — 0,300 mm de comprimento. Ovos elipsóides com cêrca de 0,070 — 0,080 mm de comprimento por 0,035 — 0,046 mm de maior largura.

Parasitam o estômago (abomaso) e raramente o intestino delgado de bovinos e tambem de ovinos, caprinos, etc. Encontrado parasitando animais da Europa, Austrália e America.

É, segundo L. Travassos, relativamente freqüente no Brasil, sendo quase sempre associado às espécies de Ostertagia.

2 — HAEMONCHUS

Trichostrongylinae sem dilatação cuticular cefálica, com bôlsa copuladora trilobulada; lóbulo dorsal e raio dorsal assimétricos. Espículos curtos, gubernáculo fusiforme. Parasitos do estômago e intestino delgado de ruminantes.

II — HAEMONCHUS CONTORTUS

Esta é a espécie mais importante dentre os Trichostrongylineos parasitos dos nossos animais domesticos. É a maior em tamanho e domina o quadro parasitológico dos que se hospedam no estômago dos ruminantes, sendo o responsável direto, em maior escala, pelos transtornos que causam os Trichostrongylineos à economia animal.

Tem o corpo atenuado anteriormente nos machos e nas duas extremidades na fêmea, geralmente de côr avermelhado-pálida.

Comprimento do macho: 17 — 31 mm, largura 0,23 — 0,40 mm; comprimento da fêmea: 23 — 30 mm, largura 0,4 — 0,5 mm; esôfago claviforme, medindo de 1,2 — 1,4 mm de comprimento por 0,15 mm de maior largura; macho com bôlsa copuladora trilobulada. Lóbulos laterais largos e profundamente incisados posteriormente; lobo posterior inteiramente separado dos laterais e situado assimètricamente; raios ventrais dirigidos para a frente e unidos na base; raio lateral externo dirigido para fora; raios laterais médios e posterior dirigidos para atrás, raio dorsal externo longo delgado; raios posteriores bifurcados dicotômicamente duas vêzes. Espículos semelhantes e de dimensões aproximadamente iguais. São de côr castanho-amarela, medem cêrca de 0,39 — 0,50 mm de comprimento; tem a extremidade proximal mais dilatada e provida de um processo auricular que serve para a inserção dos musculos retratores e na extremidade distal, gancho recurrente que no espículo direito fica a cêrca de 0,028 a 0,040 mm da extremidade e no esquerdo 0,014 a 0,020 mm. Gubernaculo chato, largo, de forma navicular e com 0,20 a 0,25 mm de comprimento por 0,035 a 0,040 mm de maior largura.

Fêmea com a vulva situada a 3,5 — 5 mm da extremidade posterior, protegida lateralmente por um processo cuticular subtriangular, delgado, situado do lado esquerdo; à direita existe tambem, uma saliência vesiculosa, podendo, às vêzes, existir uma outra simetrica a esta, no lado esquerdo; ovejector com cerca de 1 mm de comprimento, vagina longa e dirigida para a extremidade cefálica de modo a ficar paralela ao ramo posterior do ovejector; úteros longos e se dispondo, juntamente com os ovários, em espiral, de modo a dar ao parasito, quando observado com vista desarmada ou com fraco aumento, aspecto de ser torcido em tôrno do eixo longitudinal, ovos de casca delgada, com quatro blastômeros; ânus a cêrca de 0,3 — 0,4 mm da extremidade posterior. Os ovos quando expelidos medem cêrca de 0,066 a 0,079 mm de comprimento por 0,043 a 0,046 mm de largura.

Parasitam o estômago (abomaso) e raramente outros divertículos do estômago e o duodeno; sendo espécie cosmopolita (mundialmente disseminada) e encontrada em inúmeros outros animais além dos bovinos, inclusive o homem.

III — HAEMONCHUS SIMILIS

Espécie muito próxima do H. contortus com a qual tem sido confundido. É a seguinte sua descrição. Corpo delgado, quando vivo tem côr pardo-avermelhada, cilíndrico, atenuando-se anteriormente nos machos e anterior e posteriormente nas fêmeas.

Comprimento do macho: 8,5 — 9 mm, largura 0,22 — 0,23 mm; comprimento da fêmea: 12 — 14 mm, largura: 0,40 — 0,50 mm.

Poro excretor cêrca de 0,23 mm da extremidade cefálica; bôca sem lábios; cápsula bucal muito pequena provida de dente dorsal como no H. contortus; o esôfago dilatado na extremidade posterior, mede de 1 — 1,1 mm de comprimento.

Macho com bôlsa copuladora trilobulada, sendo o lobo posterior assimétrico, raios ventro-ventral e ventro-lateral nascendo por tronco comum; raio lateral externo reto; raios laterais médio e posterior cursos dorsalmente, raio dorsal externo delgado e longo. Dêstes raios os mais grossos são os ventro-lateral e lateral-externo, seguindo-se os laterais médios e posterior, depois o ventro-ventral e finalmente o dorsal externo; raio dorsal bifurcado dicotômicamente duas vêzes sendo aqui os ramos terciários mais longos do que no H. contortus; espículos mais ou menos iguais, com 0,319 a 0,333 mm de comprimento, providos na extremidade distal de ganchos recurrentes situados, num, cêrca de 0,049 — 0,063 mm e noutro a 0,063 — 0,071 mm da extremidade terminal que tem uma dilatação em forma de umbrela; gubernáculum pouco quitinisado, chato, mais largo no meio, mede cêrca de 0,156 mm de comprimento.

Fêmea com a vulva situada quase no ápice de uma saliência cônica constituida por um prolongamento da parede do corpo e a 2,5 — 3 mm da extremidade posterior do corpo; ovejector relativamente pouco desenvolvido e com vagina muito longa; uteros divergentes, ovos com 0,071 — 0,078 mm de comprimento por 0,035 — 0,042 mm de largura máxima, em segmentação no útero; ânus cerca de 0,20 — 0,24 mm da extremidade caudal com duas pequenas papilas situadas cêrca de 0,064 — 0,078 mm da extremidade posterior.

Podem infestar associadamente ou exclusivamente o abomaso (coagulador) dos bovinos. Encontrado no Brasil e Europa.

IV — HAEMONCHUS LUNATUS

Êste Trichostrongylineo que Travassos descreveu, é considerado por César Pinto como uma anomalia do H. contortus. É a seguinte a descrição feita por L. Travassos de um exemplar macho, que mal fixado, conforme declara, permitiu apenas as seguintes observações:

Macho de bôlsa caudal ampla, trilobada, lobo médio assimétrico, raios ventro-ventral e ventro-lateral nascendo por tronco comum, raio lateral externo reto e dirigido lateralmente, raio lateral médio e lateral posterior dirigido para atrás, raio dorsal externo delgado e longo; dêstes raios os mais grossos são o ventro-lateral e o lateral externo; seguindo-se o lateral médio e o posterior; o ventro-lateral e finalmente o dorsal externo; raio dorsal bifurcado acima do meio, tronco muito grosso e ramos com as extremidades não bifurcadas; espículos retos, mais ou menos iguais, torcidos no sentido do eixo longitudinal, pontas rombas. Ao contrário do que se observa no H. similis e contortus os espículos não diminuem, gradualmente, de trás para diante mas conservam mais ou menos o mesmo diâmetro até perto da extremidade distal onde tornam-se bruscamente agudos; medem cêrca de 0,234 mm de comprimento; gubernáculum de forma comparável a crescente, de bordos espessados com 0,134 mm de comprimento

Encontrado no abomaso (coagulador) dos bovinos no Brasil.

3 — OSTERTAGIA

Trichostrongylinae sem dilatação cuticular cefálica, com bôlsa copuladora trilobada, possuindo ainda membrana bursal acessória situada no centro e no interior da bôlsa. Raios ventrais com as extremidades apicais próximas, dirigidos para diante e de dimensões aproximadas; raio dorsal simétrico, dividido em dois ramos, os quais possuem na extremidade apical ou pré-apical duas ou três ramificações. Espículos curtos, gubernáculum presente ou ausente, geralmente menos quitinisado que os espículos. Parasitos do estômago e intestino delgado de ruminantes.

V — OSTERTAGIA CIRCUMCINCTA

Corpo capilar atenuado anteriormente. Comprimento do macho: 7 — 8,5 mm, largura: 100 — 130 micras, comprimento da fêmea: 9 — 12 mm; largura: 100 — 160 micras. Esôfago claviforme com 500 — 640 micras de comprimento. Bôlsa copuladora trilobada. Fórmula bursal: raio ventro-ventral mais delgado e mais curto do que os demais; raio ventro-lateral e os laterais aproximando-se da mesma largura; raio dorsal grosso na base e delgado nos dois distais; raio dorsal delgado, bifurcado, com ramos secundários também bifurcados, os ramos terciários internos têm as extremidades bífidas; o raio dorsal mede 50 — 60 micras de comprimento, sendo que o tronco mede 40 micras. Membrana bursal acessória com dois ramos divergentes. Espículos relativamente longos, delgados, com a extremidade truncada; os espículos medem 280 — 320 micras de comprimento e a bifurcação fica a 52 — 60 micras da extremidade distal. Gubernáculum em forma de raqueta ou palmatória com 84 — 90 micras de comprimento por 30 — 32 micras de largura.

Fêmea com vulva situada a cêrca de 1,5 — 2,5 mm da extremidade posterior, transversal e geralmente coberta por uma prega da cutícula, ovejector com cêrca de 0,35 — 0,55 mm de comprimento. Ovos elipsóides com cêrca de 0,075 — 0,100 mm de comprimento por 0,35 — 0,50 mm de maior largura; ânus distante da extremidade posterior 0,13 — 0,16 mm; extremidade terminal fina e aguda apresentando quase no término algumas anelações salientes.

Parasitam o abomaso (coagulador) e intestino delgado de bovinos no Brasil e ainda na Europa, E. U. A. — onde é o mais importante dos Trichostrongylideos parasitos dos ruminantes — Austrália, Nova Zelândia. Apresenta algum interêsse para a patogenia veterinária.

VI — OSTERTAGIA OSTERTAGI

Corpo capilar atenuado anteriormente. Comprimento do macho: 6,5 — 7,5 mm, largura 140 — 150 micras, comprimento da fêmea 8 — 9,2 mm, largura 120 — 160 micras. Esôfago claviforme, com 600 — 800 micras de comprimento. Macho com bôlsa copuladora relativamente pequena e trilobada. Fórmula bursal: raios ventrais e raios laterais mais ou menos da mesma largura, sendo porém o ventro-lateral um pouco mais largo do que os demais; raio dorsal com cêrca de 50 — 60 micras de comprimento, bifurcado, sendo cada ramo igualmente bifurcado; os ramos terciários internos são bífidos na ponta. Membrana bursal acessória, tendo dois raios curvos em forma de S. Espículos com a extremidade distal bifurcada em ramos terminando em pontas truncadas apresentando na origem da bifurcação um processo triangular dirigido para o eixo do corpo ficando êste processo a 44 micras da extremidade distal; os espículos medem 198 — 230 micras de comprimento e são de côr castanha. Gubernáculum muito transparente em forma de raqueta alongada com 40 — 68 micras de comprimento por 14 micras de largura.

Fêmea com vulva situada na porção posterior do corpo, transversal, a 1,3 — 1,5 mm da extremidade posterior e protegida por uma prega da cutícula, medindo cêrca de 0,14 mm; ovejectores com cêrca de 0,20 — 0,29 mm da extremidade distal. Ovos elipsóides com cêrca de 0,065 — 0,080 mm de comprimento por 0,030 — 0,040 mm de maior largura.

Espécie rara sendo a menos encontrada dêste gênero. É parasito que apresenta uma particularidade dentre os Trichostrongylideos, juntamente com outras espécies, pois além de ser encontrado livre na luz do abomaso dos bovinos e de outros ruminantes também é encontrado em nódulos subepiteliais da mucosa gástrica. Além do Brasil, também na Europa, E. U. A., Austrália e Nova Zelândia já foi verificada sua presença.

VII — OSTERTAGIA TRIFURCATA

Corpo delgado atenuado anteriormente, extremidade cefálica com pequenos lábios salientes; cutícula sem estriação transversal. Comprimento do macho: 5 — 8,8 mm, largura: 0,14 — 0,20 mm; comprimento da fêmea: 10 mm, largura: 0,14 — 0,17 mm.

Macho com bôlsa copuladora ampla e trilobada, fórmula bursal: raios aumentando de grossura, progressivamente, de diante para trás até o lateral anterior que é o mais grosso; raio lateral médio tão grosso como o ventro-lateral, os raios lateral posterior e dorsal têm a mesma grossura, porém, o dorsal-externo é mais curto; raio dorsal bifurcado e seus ramos secundários também, medindo cêrca de 78 — 90 micras de comprimento, sendo o comprimento do tronco de 40 — 50 micras. Membrana bursal acessória pequena e com dois raios divergentes. Espículos com 150 — 210 micras de comprimento, aparentemente bifurcados na extremidade distal, porém os diversos ramos são reunidos por uma lâmina delgada, de quitina. Gubernáculum delgado e pouco quitinizado, com 70 — 100 micras de comprimento.

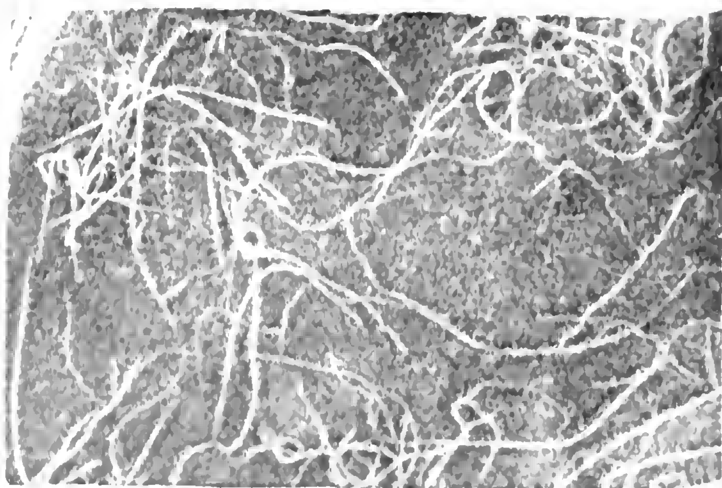


Fig. 17 — Aspecto de um dos agentes da estrongilose gastro-intestinal — o Haemonchus contortus — parasita do abomaso de bovinos é o maior membro da família Trichostrongylidae (In Corrêa, seg. J. J. Freire).

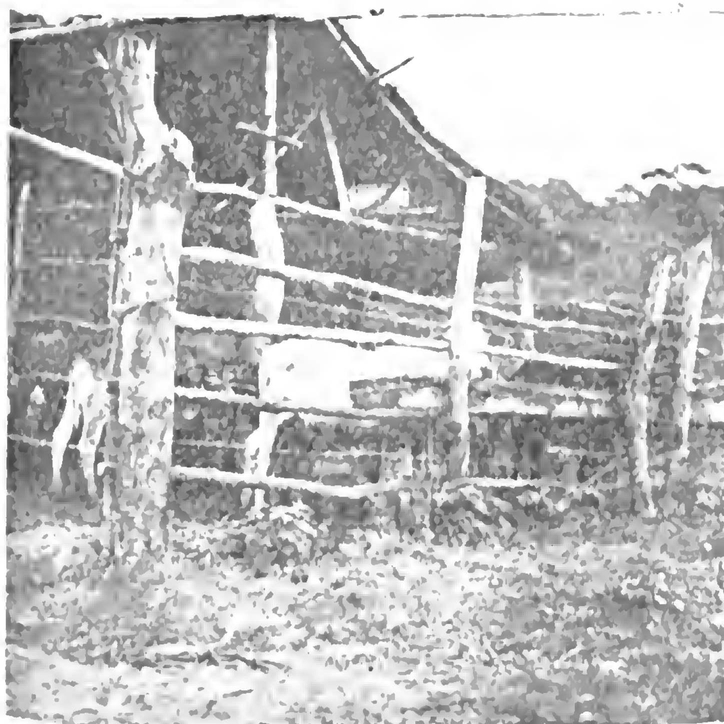


Fig. 18 — Um curral ou retiro próximo da cidade de Areal no Estado do Rio de Janeiro. Original.

Fêmea em tudo semelhante à de O. circumcincta, salvo no tamanho. Tem vulva situada a cêrca de 1,7 — 1,8 mm da extremidade posterior, transversal, geralmente sem lábios salientes; ovejector com cêrca de 0,38 — 0,43 mm de comprimento; ovos elipsóides, medem 0,099 mm de comprimento por 0,056 mm de maior largura.

É parasita do abomaso (coagulador) e raramente do intestino delgado e, preferentemente, de ovinos e caprinos porém sendo encontrada também em bovinos do Brasil, Europa e E. U. A.

4 — COOPERIA

Trichostrongylinae pequenos com dilatação cuticular cefálica e com bolsa copuladora trilobada. Lóbulo dorsal reduzido. Raio ventro-lateral e lateral-anterior bem mais grossos do que os demais raios. Raio dorsal assimétrico, bifurcado, com ramos longos que se dispõem sob a forma de U, com ápices bifurcados; nos ramos laterais do U ou na parte dorsal podem existir pequenas ramificações. Espículos curtos. Gubernáculum ausente. Parasitos do estômago e do intestino dos ruminantes. Apresentam duas espécies parasitas de bovinos, encontradas no Brasil.

VIII — COOPERIA PUNCTATA

Cabeça com dilatação cuticular que se extende até 32 — 39 micras da extremidade anterior com estrangulamento a 14 — 17 micras de distância da mesma e que só atinge a cutícula.

Comprimento do macho: 4,7 — 7,8 mm, largura: 70 — 140 micras; comprimento da fêmea 5,7 — 11 mm, largura: 165 — 200 micras. Esôfago ligeiramente claviforme abrindo-se nêle as glândulas cefálicas. Tem de 255 a 360 micras de comprimento.

Macho com bôlsa copuladora ampla, trilobada, raio ventro-ventral mais delgado e curto que os outros; raio ventro-lateral pouco mais delgado que o raio lateral-anterior que é o mais grosso, lateral médio mais delgado que o ventro-lateral; lateral posterior mais delgado que o lateral médio, dorsal externo subcilíndrico, mais delgado que todos os outros, exceto o raio ventro-ventral, às vêzes, tendo um pequeno ramo de cêrca de 7 micras de comprimento e a 28 micras da extremidade, êste pequeno ramo é dirigido para diante e por isso de difícil observação; raio dorsal com 64 — 71 micras de comprimento, possuindo a extremidade distal bifurcada em ramos de pontas bífidas, além disso êstes ramos possuem perto de suas origens um ramo de direção ventro-lateral. Espículos iguais, com 120 — 199 micras de comprimento, sem rugosidades porém com uma escavação logo abaixo do meio. Gubernaculum ausente ou levemente quitinizado, pois, em exemplares vivos parece existir vestígios dêste órgão.

Fêmea com a vulva na metade posterior do corpo em fenda longitudinal de 40 — 64 micras de comprimento, vagina muito curta, o ovejector mede 250 — 530 micras de comprimento, úteros com cêrca de 0,9 mm de comprimento, curvos, com poucos ovos, tendo o anterior (máximo observado 13) maior número dêles do que o posterior que parece menor, ovários longos sem muitas alças, ovos no útero com uma ou 2 divisões, medindo 60 — 70 micras por 30 — 35 micras; extremidade caudal terminando em ponta fina e com uma ligeira dilatação perto da extremidade caudal no meio da qual existe um estrangulamento a 85 — 92 micras dela, nesta abrem-se glândulas caudais, ânus situado a 135 — 260 micras da extremidade caudal.

Parasita o intestino delgado e abomaso (coagulador) de bovinos no Brasil e ainda na Europa, Sumatra e E. U. A. Foi estudado no Brasil em 1914 por L. Travassos.

IX — COOPERIA PECTINATA

Comprimento do macho: 7 mm, largura 0,13 — 0,16, comprimento da fêmea: 7,5 — 9 mm, largura: 0,11 — 0,13 mm. Extremidade cefálica com diâmetro de 32 — 50 micras na ponta e 40 — 60 micras no nível da terminação esôfago medindo êste 0,36 — 0,40 mm de comprimento.

Macho com bôlsa copuladora trilobada; raios ventro-lateral e raios lateral-externo mais grossos do que os outros, raios dorsal inclusive os ramos terminais, com 0,18 mm de comprimento; ramos terminais paralelos e bífidos na extremidade. Espículos com 240 — 280 micras de comprimento, com a extremidade distal muito mais delgada que o resto, tendo uma projeção corrugada no têrço médio. Espículos com 240 — 280 micras de comprimento com a extremidade distal muito mais delgada que o resto, tendo uma projeção corrugada no têrço médio.

Fêmea com a extremidade posterior do corpo gradualmente atenuada para trás e terminando em ponta muito fina; ânus a cêrca de 0,175 mm da extremidade, vulva longitudinal, com lábios vesiculosos e salientes e a 1,6 — 2 mm da extremidade posterior; ovejector com cêrca de 0,3 mm de comprimento, muito desenvolvido. Ovos elipsóides com 70 — 80 micras por 38 micras.

Parasita do abomaso (coagulador) dos bovinos do Brasil e dos E. U. A. Observado e estudado por L. Travassos em 1921.

ECOLOGIA E CICLO EVOLUTIVO DOS TRICHOSTRONGYLINEOS

O perfeito conhecimento do modo como vivem e se reprodu-

zem os parasitos, no caso particular dos que tratamos neste trabalho, concorre para compreendermos a extensão do mal que produzem e fornece subsídios para o seu combate oportuno e com maior margem de êxito.

Os Trichostrongylíneos necessitam, para cumprirem seu ciclo evolutivo ou sua função biológica, de uma fase de vida livre que realizam em contacto com o solo sem necessitarem de hospedeiros intermediários, donde a sua classificação para fins sistemáticos como parasitos **monoxenos**, isto é, capazes de infestarem diretamente novos hospedeiros sem o auxílio de agentes intermediários.

Os animais infestados eliminam junto com as fezes quantidades enormes de ovos que dependendo do grau de infestação e das espécies que os estejam parasitando podem ser de 9 a 20.000 para Trichostrongylus e Nematodirus e de 3 a 12 milhões para Haemonchus, Ostertagia, Cooperia, por dia. Estes, em contacto com o solo passam por uma série de transformações até atingirem condições de novamente voltar a infestar animais, assim reiniciando novo ciclo.

Os Trichostrongylíneos, como quase todos os Nematóides, realizam sua fase larvar através de fases ou estádios, em que as larvas se desenvolvem gradualmente, correspondendo ao fim de cada fase uma muda ou ecdise que é a perda da cutícula envoltória.

A primeira e segunda fases são feitas em contacto com o solo que deve ter condições ótimas de temperatura, umidade, impermeabilidade, luminosidade e outros requisitos de menor importância.

Os ovos sendo depositados em terrenos impermeáveis, alagadiços, encharcados ou simplesmente úmidos, protegidos da ação direta e intensa dos raios solares, bem como de temperaturas elevadas e baixas (acima de 32° C e abaixo de 5° C), situando-se o ótimo entre 20° e 30° C imediatamente continuam as segmentações dos blastômeros que ao deixarem o tubo intestinal já estavam em tôrno de 16 a 32 segmentações, para embrionarem ao fim de 10 a 20 horas, deixando então o ôvo já com a 1.ª fase pràticamente realizada coincidindo a eclosão com a 1.ª muda que se dá poucas horas depois, encerrando-a. Seguindo a 1.ª muda começa a 2.ª fase. Continuam-se a individualizar os esboços dos primeiros órgãos até o término da 2.ª fase com a 2.ª muda, quando então torna-se larva infestante ou então enquista-se dentro da cutícula da 2.ª muda, que não a abandona, como meio de resistir às adversidades do meio. Estas fases podem se iniciar já dentro de 16 a 20 horas de eliminados os ovos e em 3 a 6 dias estarem concluídas passando a infestar novamente desde o 10.º dia de eliminado o ôvo até 3 ou 4 semanas após o término da 2.ª fase quando então são muito ativas e móveis para alcançar posições ótimas que lhes permitam atingir o hospedeiro.

Durante a evolução das 2 primeiras fases as larvas se alimentam às expensas de grânulos alimentares contidos em suas células intestinais, ao fim das quais têm poucas possibilidades de vida se não se enquistarem ou atingirem o hospedeiro.

Resumindo, as fases larvares sofrem as seguintes evoluções: no 1.º estádio apresentam sempre um duplo bulbo esofagiano, um intestino constituído por uma série de células perfuradas, grupos celulares representando os primórdios dos órgãos sexuais e, geralmente, um acúleo bucal. No 2.º estádio poucas transformações existem, dando-se no fim dêste o enquistamento ou a infestação. No 3.º estádio, já no interior do hospedeiro, possuem muitas das características dos adultos; o rudimento do aparelho genital é muito mais avançado e, muitas vezes, existem formações caudais representadas por espinhos ou papilas. No 4.º estádio os órgãos genitais evoluem inteiramente, bem como todos os órgãos que caracterizam o adulto. No 5.º estádio atingem a maturidade sexual e se reproduzem.

Durante a fase infestante considera-se que a larva está dotada de geotropismo negativo, pôsto que sobe pelas folhas de gramíneas e outras ervas, bem como possui fototropismo positivo para a luz suave subindo pela manhã, à tarde e durante os dias nublados nas plantas, descendo à noite. Não executam êstes costumes em superfícies secas. Ainda têm certa sensibilidade térmica, realizando migrações ativas nos dias quentes e movimentando-se pouco nos dias frios.

Quanto à resistência das larvas e ovos é fato digno de nota, pois são extremamente resistentes conforme as espécies, o modo de evolução larvar e o meio.

Assim, as larvas de Ostertagia, Trichostrongylus, Haemonchus e Cooperia, quando envolvidas por uma camada protetora proveniente da cutícula da 2.ª muda que não se desprende, ou ainda no caso particular de evolução até o 2.º estádio dentro da casca do ovo como acontece em o gênero Nematodirus podem resistir de 1 1/2 a 15 meses à dessecação, menos as de Haemonchus que dura apenas algumas semanas mas aumentando esta resistência de 8 a 9 meses quando o ambiente é aquoso ou em terra umedecida periòdicamente. Em condições climáticas especiais, ótimas, pode alcançar 21 meses conservando a sua potencialidade infestante. Foram observadas larvas infestantes mesmo após 10 dias em temperatura de congelação. As larvas não enquistadas podem viver no solo até 3 meses em condições



Fig. 19 — Vitelo portador de sangue europeu destinado ao abate no Matadouro de Santa Cruz, D. F. Magreza extrema, infestação massiça. Original.

especiais. Quanto aos ovos embrionados de Haemonchus morrem após 3 ou 4 dias de dessecação intensa ou quando submetidos a temperaturas menores da que 5º C. Os ovos embrionados de Ostertagia, Trichostrongylus e Cooperia vivem mêses, enquanto os embriões de Nematodirus podem atingir até 20 mêses protegidos como estão pela casca dos ovos. Formas de resistência já foram observadas quando para fazer face às condições disgenéticas do meio os ovos, as larvas ou os quistos larvares, em terrenos propícios, penetram até 2 cm de profundidade ou fazendo a mesma operação de defesa em terrenos alagadiços onde ficam abaixo das superfícies aquosas.



Fig. 20 — Idem. Fortemente infestado por carrapatos e bernes. Infestação massiça em exame levado a efeito no abomaso. Original.

As vias de penetração no organismo do hospedeiro bem como a evolução dos restantes estadios para alcançarem a maturidade sexual que são realizadas já no interior do hospedeiro (3º, 4º e 5º), é assunto muito controvertido e ainda carente de explicações cabais.

Admitem-se 4 explicações validas particularmente para determinadas espécies até a confirmação ou não por observações mais conclusivas.

Admite-se, para H. contortus, que as larvas ao serem ingeridas (passivamente) atravessam a mucosa do trato intestinal desde a bôca até o estômago realizando o Ciclo de Loose, ou seja, caindo na torrente circulatória de retôrno, vão ter ao coração direito de onde se dirigem aos pulmões ficando retidos nos capilares pulmonares que atravessam indo atingir os alveolos pulmonares, continuam sua migração ativa passando aos bronquíolos, brônquios, traquéia, laringe e finalmente o esôfago novamente onde são deglutidos e vão ter ao "habitat" definitivo no abomaso ou intestino delgado, onde realizariam a ultima muda para tornarem-se adultas e imediatamente entrar em atividade sexual.

Uma outra modalidade de infestação seria a ativa, que feita percutâneamente, através o tecido epidermoidal das extremidades, suficientemente macerados pela umidade das pastagens encharcadas, onde causariam irritações localizadas e atingiriam a torrente venosa para realizar o Ciclo de Loose. Além destas duas explicações, ambas com a passagem pelos pulmões, uma outra ainda é encontrada. As larvas de Haemonchus deglutidas juntamente com as forragens evoluiriam diretamente na luz do próprio órgão sede da parasitose — o abomaso. Portanto teremos para esta espécie e outras próximas dela três tipos de evolução.

O 4º tipo de evolução, realizado pelas larvas de Trichostrongylus, Ostertagia e Cooperia é uma modalidade bem estudada e uma variante curiosa. As larvas deglutidas juntamente com as forragens ou líquidos pelo hospedador vão ter ao estômago onde sob a ação do suco gástrico perdem a cutícula envoltória onde estiveram enquistadas e penetram na mucosa do abomaso ou do intestino formando sob a camada epitelial pequenos nodulos salientes, semelhantes a cabeças de alfinete, medindo cêrca de 1 a 2 mm de diâmetro tendo no centro um orifício por onde a larva se comunica com a luz do orgão. Êstes nódulos podem ser encontrados em grande quantidade, principalmente os de Ostertagia que podem provocar espessamentos da mucosa, rugosidades e emaciação. Dentro dos nódulos, enrodilhado, realiza-se a 3ª fase e a 3ª muda, voltando novamente à luz do divertículo estomacal ou intestinal, seu "habitat", para realizar a 4ª fase e, com a 4ª muda, alcançar a maturidade sexual. Muitas vezes elas permanecem alojadas nos nodulos e põem metade do corpo para fora, pelo orifício central, ficando portanto, lesionando longamente a mucosa do abomaso e instilando nela toxinas, ou permitindo a introdução de microorganismo ou ainda irritando-a. Os nodulos são individuais ou fortuitamente mais de uma larva pode ser alojada num mesmo nodulo. A evolução direta, sem a introdução na mucosa, na luz do abomaso, também é aceita. As especies do gênero Cooperia, preferentemente, infestam porções do intestino delgado, onde são encontrados os nodulos subepiteliais.

Com 2 a 4 semanas de evolução externa e 15 a 21 dias de evolução interna perfazendo um total de 27 a 50 dias, os Trichostrongylideos encontram-se novamente em condições de reiniciar novo ciclo.

TRICHOSTRONGYLIDOSE

DEFINIÇÃO E HISTÓRICO

A Trichostrongylidose é uma doença de curso subagudo ou crônico caracterizada por uma anemia intensa seguida de emagrecimento progressivo até à caquexia e morte em razão de uma gastro-enterite com catarro crônico e diarréia aquosa em alguns casos e ausente em outros, com períodos de intermitência. Vitima, principalmente, os pequenos ruminantes — ovinos e caprinos — e em seguida os bovinos nos quais causa baixas e depreciação, principalmente entre os de idade jovem. Seus agentes etiológicos são pequenos helmintos da família Trichostrongylidae e pertencentes aos gêneros Trichostrongylus, Haemonchus, Ostertagia e Cooperia entre nós, agindo em associações diversas entre si e com outros parasitos, ou mesmo isoladamente. Conforme sobressaia uma ou outra espécie é descrita como Haemoncose, Os-

tertagiose, Cooperiose e Trichostrongilose» mas generalizou-se o termo Trichostrongylidose ou estrongilose gastro intestinal, sendo esta a denominação mais comum, que aliás expressa melhor esta entidade mórbida.

Embora conhecidos de longa data os Trichostrongylideos só foram encarados como sérios redutores do valor econômico do gado em fins do século passado e início do atual quando a valorização dos produtos de origem animal, pela descoberta do frio industrial, abriu possibilidades imensas à exploração pecuária, associada ainda ao incremento da indústria textil que passou a consumir cada vez mais lã.

A valorização trouxe a necessidade de melhor proveito dos rebanhos, daí a luta contra as doenças que os dizimavam ou os desvalorizavam e o melhor estudo e conhecimento dos agentes causais e seu combate a par dos melhoramentos zootécnicos.

O primeiro estudo minucioso dos Trichostrongylideos, em que o autor descreve os parasitos (principalmente os do gênero Ostertagia), lesões anátomo-patológicas, sintomatologia, etc., foi o americano STILES que assinalou esta doença em um surto verminótico de bovinos, ovinos e caprinos no Estado americano do Texas, seguido depois por vários outros que assinalaram a mesma verminose em vários Estados daquele país, em épocas posteriores àquele estudo, feito em 1900. Constatavam a predominância sempre de Ostertagia mas com a presença também do Haemonchus, que em alguns Estados é predominante e associações de Nematodirus e Cooperia.

Na Europa, STADELMAN e OSTERTAG a estudaram na Alemanha; DAMMAN e FREESE descreveram surtos em Hanover (1908); SCHNYDER, na Suíça, onde encontrou animais parasitados nos arredores de Zurich, na mesma época foi constatada na Holanda e na França, CADEAC e MOUSSU em seus tratados de clínica de 1909 e 1911 descreveram a gastro-enterite verminótica, minuciosamente.

No Brasil, TRAVASSOS publicava em 1921 uma revisão completa da família Trichostrongylidae em que as espécies encontradas no Brasil eram minuciosamente descritas. Vários informes oficiais do estado sanitário dos rebanhos no Brasil, alguns da década de 1920, já assinalavam a estrongilose gastro-intestinal como um flagelo dos nossos rebanhos, salientando-se desde então o Haemonchus contortus como o principal dêles, em bovinos. Entretanto a "peste de secar" dos caprinos da Bahia e Nordeste é conhecida desde o século passado.

Trabalhos completos sôbre esta verminose, em que fôsse relatado o grau de infestação, a distribuição geográfica, uma estatística



Fig. 21 — Novilho destinado ao abate no Matadouro de Santa Cruz, D. F. Magro, crescimento retardado, sangue crioulo, pouco peso. Infestado regularmente. Original.

das percentagens de casos fatais, etc., não os encontramos, salvo no Rio Grande do Sul, onde, compreendida a sua participação poderosa e nefasta no quadro das zoonoses de maior relêvo, vem sendo estudada e combatida com tenacidade, principalmente em ovinos, nos quais são administradas doses de anti-helmínticos que ascendem a 289.000, semestralmente.

Em TRAVASSOS (Ciência e Cultura, vol 7 1 1955-6 11) há uma referência sôbre um trabalho de ZEFERINO VAZ e FRANCO DA ROCHA versando sôbre a "Peste de Secar" que não tivemos a felicidade de consultar.

Estudada, pois, em caprinos (SILVIO TORRES) e ovinos (FREIRE e OUTUBRINO) minuciosamente, em bovinos só encontramos informes, em nossa modesta pesquisa bibliográfica.

ETIOLOGIA — INFESTAÇÃO

Estudados que foram os agentes etiológicos da Trichostrongylidose, pormenorizadamente completaremos agora êste capítulo focalizando as condições em que se dá a infestação.

Como vimos em capítulo anterior, as larvas encontrando condições ecológicas favoráveis logram chegar ao estádio de larvas infestantes em curto período. Pelas migrações que fazem, dotadas que são de ativa mobilidade, galgam os colmos e as fôlhas das gramíneas e outras plantas das pastagens e charcos onde ficam aderidas. O gado quando apascenta as ingere juntamente com as forragens, sendo a oral a principal via de infestação admitindo-se porém a infestação ativa que é feita por via percutânea (através a pele).

As forragens verdes que são fornecidas a côcho ao gado estabulado quando provenientes de pastos infestados também é responsável como veículo de larvas e principalmente as provenientes de capineiras ao redor dos currais e estábulos quando recebem dêstes os excretas e os líquidos de limpeza ou chuva, diretamente, sem tratamento esterilizante, ou quando adubadas com estêrco bovino que não haja sido curtido em estrumeiras.

As larvas de Ostertagia e Nematodirus podem alcançar a superfície dos pastos depois do mesmo ter sido arado e conservar seu poder de infestação durante mais de um ano. Recordemos ainda que os pastos podem permanecer contaminados até 21 meses após terem sido neles depositados os ovos.

As águas de bebida quando são utilizadas pelo gado diretamente de charcos, barreiros, cacimbas, bebedouros em forma de açudes rasos e sem proteção, poços de água estagnada proveniente de chuvas e mesmo pequenos corre-

gos de poucas águas e de curso invadido por plantas aquáticas ou não são poderosos veículos de infestação

O gado estabulado que tenha fornecimento de água encanada de fonte protegida, pode também infestar-se se por algum motivo dessedentar-se nas poças ou alagadiços existentes nas proximidades do mesmo muito fáceis de se contaminarem.

As camas quando ingeridas pelo gado estabulado também são vetores de larvas, quando elas procedem de pastos contaminados, principalmente se não forem bem sêcas.

Muito fáceis, pois, de se contaminarem, os animais Pode a infestação ainda se fazer em larga escala, se considerarmos que durante o período das chuvas os pastos baixos se encharcam mesmo que sejam suficientemente drenados, embora nestes casos diminua consideràvelmente o período em que o mesmo permanece encharcado.

Os períodos de sêca também são propícios à infestação maciça Nas zonas montanhosas o gado aglomera-se nas poucas várzeas e baixios aonde o verde ainda é encontrado e também onde se conserva a umidade suficiente para a eclosão e evolução larvar aliada à pouca permeabilidade das mesmas e a falta de inclinação do terreno, abandonando os morros ressequidos. Junte-se a isto o fato de que os bebedouros reduzidos em número e volume d'água e mais procurados pelas circunstâncias do gado pastar muita matéria sêca, tornam-se tremendos focos de infestação.

O costume da superpopulação das pastagens é outro fator propiciador de alto índice de invasão parasitária, facilitando as aglomerações e sacrificando os animais nutricionalmente, fator indireto do aumento da patogenicidade de qualquer agente mórbido.

O rebanho leiteiro parece ser o mais atingido, principalmente se nele há introdução de sangue europeu pois não tendo a vivacidade suficiente para buscar alimento em condições difíceis prefere as pastagens baixas, bem como habitua-se a procurar sempre o mesmo sítio e ainda acrescido do fato de pouco afastar-se dos currais onde permanecem pela necessidade da ordenha e manejo, muitas horas, o mesmo não acontecendo ao gado de origem indiana ou mestiça possuidores dentre outros atributos, o que se relaciona à pouca seleção do alimento e as verdadeiras jornadas que fazem para buscá-lo onde quer que esteja.

A receptividade aumenta para os bezerros por condições inerentes à sua idade, seu manejo e o costume usado na exploração extrativa em que os bezerros acompanham as vacas, principalmente os de sangue crioulo, que dificilmente podem viver afastados de suas mães e vice-versa, sendo êste um atributo negativo do mesmo, aos pastos, onde se infestam intensamente. Além disto acresça-se o péssimo costume de se destinar aos bezerros, durante o tempo que levam apartados das mães, potreiros localizados junto aos currais e que recebem dêstes, diretamente, excretas e águas de enxurradas ou de escoamento e também o local onde permanecem presos nos currais, raramente têm compartimentos individuais ou piso higiênico.

A exploração leiteira extrativa ou extensiva para fins comerciais espolia miseravelmente os bezerros de sua alimentação básica, o leite, que é esgotado primeiramente do úbere, sendo entregue a êstes, depois, para um trabalho inútil na tentativa de retirar alguns tragos, sem a compensação do aleitamento artificial ou o fornecimento de algum concentrado. Em seguida são sumàriamente enviados aos pastos nem sempre bem cuidados

A desnutrição, pois, é grande companheira das verminoses.

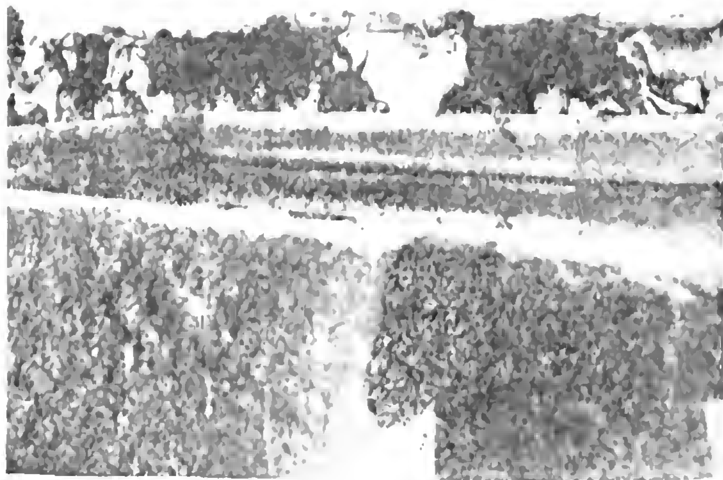


Fig. 22 — "Ponta" de mestiços zebú destinado ao abate no Matadouro de Santa Cruz, D. F. Bom estado geral mas portadores de Trichostrongylídeos em cêrca de 40%. Gado de criações extensivas para corte. Invernados em São Paulo. Originais

PATOLOGIA

As manifestações patológicas da Trichostrongylidose só se tornam evidentes quando a infestação é maciça e quando condições secundárias concorrem para construir um quadro patológico em que ela se sobressaia

A ação traumática, espoliadora e irritante que exercem sôbre as mucosas intestinais e entéricas não seriam dignas de nota, não fôsse o assombroso número de vermes que se encontra no abomaso quando se procede à necropsia do animal e às causas predisponentes e secundárias a que já nos referimos, anteriormente, algumas muito importantes pelo vulto das contribuições que oferecem para a formação do quadro patológico.

Atingindo o abomaso, a partir da fase larvar começam a exercer sua ação mórbida sôbre a economia do hospedeiro. As larvas de Ostertagia, Trichostrongylus e Cooperia lesionando, transitòriamente, as mucosas gastroentéricas ao formarem os pequenos nódulos subepiteliais em prosseguimento à sua evolução larvar (3.º estádio) provocam um traumatismo seguido de irritação nervosa, além de abrirem uma porta à invasão microbiana e serem ponto de partida para formação de pequenos adenomas e úlceras. A instilação de toxinas verminóticas não está provada, embora seja admitida; entretanto as toxinas provindas do bolo alimentar e da flora e fauna do estômago encontrariam com as lesões da mucosa facilidades de absorção

Embora as formas larvares e adultas se alimentem com san-

gue, sobressaindo-se neste particular o Haemonchus, o que é feito em grande escala devido ao número avultado de parasitos que chegam a atingir dezenas de milhares. Não foi constatada a elaboração de hemolisina pelos mesmos. Abaixam o número de glóbulos até 2 000 000, elevam a taxa de eosinófilos e causam transtornos morfológicos e bioquímicos nos elementos figurados e plasmáticos do sangue, decorrendo desta atividade espoliadora um estado de anemia profunda, encontrado quase sempre nos animais duramente infestados.

Interferindo ativamente e prolongadamente na digestão dos alimentos no abomaso e intestino, do qual também retiram substâncias alimentares, pelos transtornos que promovem na secreção em qualidade e quantidade dos sucos gástricos e entéricos devido às lesões inflamató-

te grave quando os animais parasitados são bezerros desnutridos, muito comum nas explorações extrativas e extensivas do leite onde lhes deixam pouco leite e lhes oferecem um pasto superpovoado e praguejado por parasitos externos (carrapatos, bernes) e plantas não forrageiras e não lhes fornecendo suplemento concentrado nenhum. As carências vitamínicas, os minerais nos solos pobres, as espoliações sofridas devidas às ectoparasitoses, a desnutrição, causam transtornos patológicos correlatos que agravam consideràvelmente esta parasitose.

O campo aberto que oferecem, ainda, pela grande queda de resistência que acarretam, às infecções diversas (eimerioses, pasteureloses, pneumonias, etc.) é talvez o principal atributo mórbido que deveríamos atribuir aos trichostrongylídeos.



Fig. 23 — Vitelos infestados por Trichostrongylídeos na Africa do Sul. Sêca, desnutrição, maus tratos, carências minerais... O flagrante é de uma criação índia. (Gentileza do Dr. Carlos Tokarnia).

rias e obliterativas das glândulas secretoras, levam o animal à caquexia, sendo esta a conseqüência final do processo que desenvolvem e que acaba levando o animal à morte.

A ação traumática (é comum nas necropsias, bolos de Haemonchus aderidos inteiramente à mucosa, embora desprovidos de ganchos ou apêndices bucais para a fixação) e irritante causam uma gastrite e uma enterite catarral crônica que acabam por tornar a secreção dos sucos digestivos inteiramente comprometida.

Os animais jovens, que também são infestados por outras verminoses desta idade, tais como a dictyocaulose, oesophagostomose, trichurose e outras, são as principais vítimas da trichostrongylidose que ocupa, entre as outras, papel de destaque.

O quadro patológico é bastan-

Quando o animal consegue superar uma infestação maciça os estigmas da mesma continuam a produzir efeitos negativos, quer no retardamento do seu crescimento, quer no seu ganho de pêso, quer nos seus predicados zootécnicos futuros.

Um assunto ainda esperando melhor estudo e o que se refere à patogenicidade específica a cada espécie e em relação aos diversos hospedeiros que infestam, pois, sabido que uma mesma espécie pode parasitar animais de classificação zoológica diversa (bovino, caprino, ovino, etc.) é de se esperar que variem sua patogenicidade conforme o hospedeiro infestado.

ANATOMIA PATOLÓGICA

O exame anátomo-patológico oferece pobreza de lesões. Estas situam-se principalmente no abomaso e intestino. O animal deve ser necropsiado logo após o sacrifício ou a morte natural, pois o tamanho diminuto e a imobilidade podem oferecer dificuldades quando o exame fôr feito à vista desarmada. Após algumas horas de ocorrida a morte do animal, há decomposição rápida dos parasitos do conteúdo estomacal e intestinal de menor volume.

Quando a infestação é maciça não é difícil vê-los movimentando-se entre o conteúdo estomacal, principalmente o Haemonchus, de tamanho maior, coloração parda clara, às vêzes rósea. As outras espécies — Ostertagia, Trichostrongylus, Cooperia — muito menores, de coloração rósea ou clara, necessitam de luz direta e incidente, lupas, ou então recolhimento de uma amostra do conteúdo do abomaso ou intestinal e diluição desta em água salina — melhor água fisiológica — em uma placa de Petri que revela a presença dos parasitos, muito bem, quando examinada ao microscópio entomológico.

Raspando-se, levemente, a camada junto à mucosa do conteúdo estomacal ficam à mostra pequenos aglomerados de parasitos presos à mucosa, em meio a um muco de coloração semelhante a chocolate ou então sangue recentemente coagulado; neste ponto a mucosa mostra-se hiperemiada, notando-se mesmo pequenas escoriações de fundo vermelho vivo.

Em nossas observações no Matadouro de Santa Cruz constatamos escoriações em estados mais avançados, arredondadas, com bordos salientes e espessados e fundo vermelho vivo. A saliência dos bordos talvez fôsse devida ao edema por estase linfática, à inflamação proliferativa de regeneração. Situavam-se, preferentemente sôbre as grossas pregas da região pilórica próximas do piloro. Outrossim observamos em adultos, maior incidência de parasitos na região pilórica e em vitelos mais intensas na região pilórica, porém encontrados também, em apreciável quantidade, no fundo das grandes pregas espirais da região fúndica.

Não examinamos o intestino, onde, no Brasil, são encontradas as espécies do gênero Cooperia. Os aspectos lesivos da mucosa devem ser os mesmos dos descritos para o abomaso.

Outras lesões são descritas. As que se relacionam com os nódulos que fazem as espécies, principalmente do gênero Ostertagia, quando para prosseguirem em sua evolução, após atingirem o hospedeiro, penetram na mucosa gástrica, instalando-se na camada subepitelial ou nos espaços interglandulares oferecem os aspectos seguintes: Semelhança com cabeças de alfinete, disseminados por grande extensão; quando comprimidos saem dêles as formas larvares por um ori-



Fig. 24 — Um caso clínico de estrongilose gastro-intestinal. Notar a magreza exagerada e o edema sub-maxilar. (Segundo Octavio Dupont).

fício central que ocupa o centro do nódulo que é ligeiramente saliente, dentro dos nódulos elas permanecem enrodilhadas e poucas vêzes são encontradas mais de uma larva em cada nódulo; porém podem atingir a forma adulta e conservarem-se com metade do corpo dentro do nódulo. O aspecto microscópico é o de uma inflamação peri-nodular com presença de polimorfonucleares e linfócitos, a compressão exercida sôbre as células epiteliais cilíndricas da camada de revestimento torna-as cúbicas e finalmente podem desaparecer forçando a formação de um tecido de substituição onde predominam os fibroblastos que quando em maior quantidade podem dar origem a pequenos adenomas. Quando há invasão microbiana nos nódulos provindas da luz do abomaso o processo inflamatório é mais intenso e pode se transformar em pequenas ulcerações pela perda de maior quantidade de tecido ou quando restabelecida a lesão dar origem a pequenos quistos calcificados pela deposição de sais de cálcio nas zonas de necrose. A hiperqueratose pode ocorrer, principalmente na zona pilórica, com espessamento da mucosa. As conseqüências da inflamação e a obstrução da luz glandular acarretam estase linfática e congestão dos capilares, donde o edema das pregas espirais e da zona pilórica que as tornam engrossadas, róseas e exsudativas, o mesmo ocorrendo nas criptas intestinais.

Outros achados são os que se referem ao catarro crônico e que dão à mucosa aspecto gelatinoso, além do exsudato muco-purulento que podem ser encontrados nas fezes, em finas estrias, e que dão à mesma odor putrefacto.

As demais lesões correm à conta do estado caquético em que geralmente é levado o animal e com o qual vem a morrer; sobressaindo-se o aspecto hidrêmico dos músculos, quase sem mioxina; a gordura com degeneração hidrópica o que lhe confere a aparência gelatinosa; degeneração parenquimatosa do coração, fígado, rins, etc.

SINTOMAS

A infestação intensa, acima de 1 000 exemplares, quando existem causas predisponentes, é capaz de realizar um quadro clínico aparente após 20 dias de iniciada a infestação.

O aparecimento dos sintomas clínicos, nas formas primárias, é mais comum nos períodos de sêca e estações chuvosas, quando há recrudescimento das infestações e a mesma apresenta aspecto enzoótico ou epizoótico.

O aparecimento de uma diarréia aquosa, escura, profusa e persistente, em alguns casos sanguinolenta, transcorridos mais ou menos 20 dias do início da infestação, assinala quase sempre a presença de espécies dos gêneros Ostertagia, Trichostrongylus e Cooperia. O animal nesse estado tem o terço posterior sujo e pode-se notar em alguns casos convulsões e movimentos propulsivos involuntários. A anemia é pronunciada na ostertagiose e os animais bebem muito água conservando o apetite até a morte.

Quando a diarréia é muito intensa, devido a uma infestação maciça, ao fim de uma semana o animal torna-se emaciado, muito pálido, morrendo, aparentemente, por exaustão. Caso contrário podem fazer a forma crônica resistindo até 3 meses.

Quando há predominância de Haemonchus a diarréia é menos evidente pois é intermitente com períodos de constipação. As fezes exalam um odor putrefacto, são escuras, pastosas e fragmentos muco-purulentos podem ser encontrados nas fezes, muito abundantes quando há presença, também, de Oesophagostomum, que freqüentemente as torna semi-diarréicas.

A diarréia intensa e persistente enfraquece o animal, debilita-o, torna-o indiferente e lerdo, o animal tem a sêde aumentada e pouco a pouco perde o apetite, a princípio inalterado.

A anemia é também observada bem como o edema submaxilar. A forma hidrêmica é mais característica na haemoncose (edemas, emaciação) que apresenta na fase final o "papo" da região submaxilar.

Quase não há febre, conservando-se baixa mas podendo atingir 40° C.

A anemia instala-se, progressivamente, tornando as mucosas e pele, pálidas, intensificando-se nos últimos dias de vida do animal que termina caquético, com edema das extremidades, magro, emaciado, de pelos arrepiados e quebradiços, coluna vertebral arqueada, flancos profundos, pouca motilidade do rumem. Pode-se observar uma conjuntivite catarral com fluxo ocular, os olhos tornam-se sem brilho e sem vivacidade apresentando-se o animal de cabeça baixa, evitando movimentar-se pois quando o faz fatiga-se fàcilmente.

A anemia e a caquexia provocam uma inflamação edematosa discrásica nas regiões intermaxilar, mandibular e laringeana que toma o aspecto de um "papo", bastante pronunciado, quase sempre assinalando a gravidade do caso e desfecho letal próximo.

O exercício violento pode acarretar a morte súbita do animal por fadiga.

A Trichostrongylidose, clinicamente, raramente se manifesta nos adultos, embora possam albergar muitos parasitos, pois parecem ter adquirido uma certa resistência e chegado a um equilíbrio biológico. Portanto somente os bezerros apresentam quadros clínicos completos, quando a infestação é maciça. Os demais casos passam despercebidos em sua maioria, embora provoquem retardamento no crescimento e ganho de peso, permanecendo ainda como portadores.

A letalidade produzida pela Trichostrongylidose em bovinos é pequena. MAREK dá 20 a 100% oscilando muito em função de muitas causas predisponentes e secundárias. Em ovelhas e caprinos é bastante elevada pois freqüentemente fazem surtos enzoóticos ou epizoóticos que, mal controlados, podem vitimar mais de 90% dos jovens.

A evolução também oscila muito, desde 7 dias a 3 meses, fazendo pois formas subagudas e crônicas.

O prognóstico é desfavorável quando as lesões gastro-entéricas

são intensas e os animais são desnutridos e carentes (avitaminoses, minerais) ou quando atingiram a fase de caquexia. WHITLOCK considera a perda do apetite de prognóstico desfavorável.

DIAGNÓSTICO

A anemia pronunciada, a diarréia aquosa, profusa e persistente (Ostertagiose, cooperiose, tricostrongylose), as fezes pastosas, escuras e fétidas, com períodos diarréicos e de constipação intermitentes (Haemoncose); séde intensa, emagrecimento, perda progressiva do apetite ou sua conservação até a morte, debilidade, prostração, aparecimento de edema inter ou submaxilar, pouca febre e fadiga após ligeiros exercícios, de uma maneira geral chamam-nos a atenção para uma estrongilose gastro-intestinal.

O diagnóstico, porém, um pouco mais seguro, é o feito pela coproscopia, que nos casos de infestação maciça permitem contar para uma grama de fezes até 10 000 ovos (Haemonchus) e quantidades menores para Ostertagia e Cooperia e muito reduzidas para Trichostrongylus e Nematodirus que são menos prolíficos, aconselhando-se para estes gêneros e nos casos de infestação discreta, os métodos de enriquecimento baseados na centrifugação e na sedimentação. DUPONT aconselha o método de Telleman para êstes casos. Na maioria das infestações com sintomas clínicos basta o exame direto para chegar-se a um resultado aproximado quando o mesmo é feito por técnico experimentado no trato das helmintoses.

A coproscopia (exame dos ovos nas fezes) oferece resultados discretos quanto à tentativa de determinação das espécies parasitas ou nos casos em que os distúrbios são ainda devidos às larvas, imaturas, quando a mesma é feita antes de decorridos 21 dias da contaminação nos campos. O bom auxiliar então seria o cultivo dos ovos que permitem um estudo mais detalhado quando se examinam as larvas ao microscópio. As larvas de Haemonchus crescem mais rapidamente e são maiores do que as demais.

Entretanto é a necropsia de um animal sacrificado e examinado imediatamente que permite diagnóstico preciso. A presença de helmintos visíveis facilmente à vista desarmada, no abomaso, dá indicações para pensar-se em Haemonchus pois têm 2 a 3 centímetros de comprimento, são muito finos e apresentam uma coloração avermelhada ou esbranquiçada, helmintos quase invisíveis a ôlho nu, no abomaso, chamam-nos a atenção para Tricostrongylus que têm 3 a 4 mm de comprimento somente, Ostertagia são maiores um pouco — em tôrno de 1 cm — muito finos e de coloração rosea, continuando-se sua presença ou entrando-se os nódulos larvares que espremidos expelem o seu ocupante. Formas mais ou menos do mesmo tamanho no intestino, provàvelmente são espécies do gênero Cooperia. O envio dêstes parasitos coletados no abomaso e intestino a um laboratório especializado do govêrno, em um líquido apropriado (água salina a 8,5 g de sal comum — cloreto de sódio — em um litro de água tomar 93 cc, formol do comércio 5 cc e ácido acético 2 cc) constitui a única maneira correta para

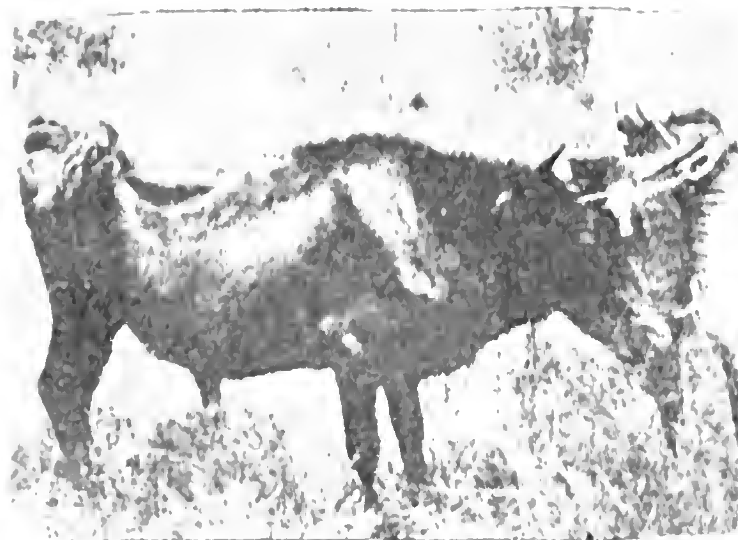


Fig. 25 — Bovino grandemente infestado por vermes gastro-intestinais. Com 3 anos apresenta o tamanho de um bezerro de 6 meses. (Segundo Corrêa).

um diagnóstico preciso; embora um técnico experimentado possa, com os recursos acima enumerados, diagnosticar se é haemoncose, ostertagiose, trichostrongylose, cooperiose (trichostrongylidose) de uma maneira geral diferenciando-as de outras formas parasitárias associadas, sem contudo descer à especificidade.

COMBATE

TRATAMENTO

Entre nós, com exceção do Rio Grande do Sul, as parasitoses bovinas grassam impunemente. A muito custo e ainda não totalmente, estamos pelejando na batalha das vacinas, restando muito por fazer neste campo de grande alcance sanitário para alcançarmos a segunda fase — a batalha contra as parasitoses.

De fato, obtidos resultados lisonjeiros contra a tuberculose, estamos agora no "front" contra a febre aftosa, a brucelose, a pneumo-enterite, o carbúnculo, as carrapatoses e os bernes que empolgam, no momento, tanto as autoridades sanitárias como os nossos criadores. O combate aos endoparasitas talvez seja a próxima meta...

Quando os nossos criadores compreenderem que a exploração pecuária é uma riqueza que pode ser duplicada com alguns cuidados de manejo, trato das pastagens, higiene, profilaxia, seleção e medicação preventiva e curativa, então estaremos em condições de pelejar com êxito e confiar em resultados desvanecedores. Urge, portanto, para atingir êste momento desejado, como 1ª medida que preconizamos neste capítulo, um remédio um pouco estranho — uma campanha de esclarecimento dos nossos criadores sôbre as vantagens do contrôle das helmintoses como capaz de beneficiá-los indiretamente com maiores lucros relativamente ao pouco gasto e trabalho.

O tratamento das trichostrongylidoses foi resumido admiràvelmente por WHITLOCK em 5 itens que achamos por bem adotar e reproduzir, comentando-os com a ajuda daquele admirável técnico americano.

1 — Afastar, no ato do tratamento, os animais de tôdas as fontes de infestação e reuni-los em locais previamente preparados;

2 — Classificação dos animais em doentes, aparentemente doentes e portadores, diagnóstico das espécies parasitas e prognósticos;

3 — Descanso e repouso;

4 — Dieta adequada e terapêutica auxiliar e, finalmente

5 — Administração de anti-helmínticos.

O tratamento das endo parasitoses deve, quanto possível, ser

orientado por um veterinário, no qual devem ser facilitados todos os recursos pedidos.

Os animais não devem ser tratados a campo. A sua reunião em local apropriado, que pode ser um potreiro não contaminado ou então sêco e com inclinação do solo suficiente para não permitir o encharcamento, ou, melhor ainda, currais higiênicos onde os enfermos possam, durante o tratamento, ser tratados com forragens a cocho, desverminadas e ricas além de concentrados.

O segundo cuidado deve ser a classificação dos doentes. Os portadores de diarréia, emaciação, anemia, anorexia, magreza e debilidade, num grupo.

Os suspeitos, principalmente bezerros, em outro grupo.

Os portadores, principalmente adultos, em um terceiro grupo, podendo êstes continuarem a campo.

A separação dos bezerros das vacas, no caso em que êles as acompanhem ao campo, é aconselhável, durante o tratamento. Bezerros de menos de 3 meses devem ser poupados da administração de anti-helmínticos e merecer cuidados quanto à dieta.

Salientamos serem estas medidas, juntamente com as demais que enumeramos a seguir, aconselhadas para se obter êxito aproximado do ideal, bem como tornar o tratamento econômico e de molde a não desacreditar a terapêutica indicada.

Dentro ainda da 2ª medida, cabe o diagnóstico, com o auxílio de laboratórios especializados, e a classificação exata das espécies parasitas bem como das causas predisponentes e secundárias (desnutrição, carências, animais genèticamente resistentes e não resistentes, parasitoses associadas, etc.) e por último o prognóstico.

A 3ª medida a tomar se refere às providências para que os animais tenham descanso e repouso, evitando-se caminhadas longas e manejos constantes e desnecessários.

A 4.ª medida é de um valor extraordinário e, por si só, capaz de curar muitos casos de parasitoses sem a necessidade de aplicação de anti-helmínticos.

Consiste em prescrever-se uma dieta capaz de levantar as fôrças dos animais debilitados, tais como administração de verde, concentrados protéicos, farináceos ricos em hidratos de carbono ou fornecimento de rações balanceadas com suplemento de antibióticos e vitaminas de fonte acreditada às quais ainda se deve ajuntar traços de minerais. Os animais mais novos devem mamar abundantemente. Os que se apresentarem com perda de apetite devem merecer um tratamento especial para restituir-lhes o apetite.

Autores revelaram resultados surpreendentes com a administração de extrato sêco de levedura (fermento de cerveja) que inicialmente deve ser administrado misturado à água ou em forma de sopas e "beberragens" por meio de "garrafadas" ou em um electuário. Com a volta do apetite, misturar a levedura sêca com as rações de grãos (fubá de milho por exemplo) nunca excedendo-a em mais de 10%. Beberragens com traços de minerais e transplante de conteúdo do rumem de outro animal são, têm dado, também, resultados magníficos.

Outras medidas devem ser tomadas conforme os casos individuais que se apresentarem, como o combate aos carrapatos, bernes e sarnas ou transfusão de sangue para os mais anêmicos ou quando se tratar de um exemplar valioso.

A administração dos anti-helmínticos só então deve ser ensaiada; quando não mais existirem animais debilitados para os quais os vermicidas não dariam resultado em razão das doses necessàriamente menores, portanto antieconômicos por serem inócuas ao passo que doses normais ou elevadas poderiam produzir perdas por intoxicação.



Fig. 26 — Nódulos do abomaso em um caso de ostertagiose. (Seg. Marotel).

Aconselha-se, para grandes rebanhos, quando do início do tratamento com anti-helmínticos, testar a dose tolerada, medicando um grupo de 10 animais com doses variáveis observando-se as reações e o contrôle dos resultados pelo exame das fezes para constatar a ausência de ovos. A dose que der os melhores resultados será tomada como padrão.

O incremento do tratamento anti-helmíntico verificou-se quando do aparecimento da fenotiazina que reconhecida como poderoso vermicida, em 1934, teve a virtude de motivar grande revisão dos métodos até então empregados e despertar o interêsse no combate às helmintoses que se tornou então mais cômodo, seguro e de largo espectro.

Desde então uma copiosa literatura veio juntar-se ao trabalho pioneiro de CAMPBELL e outros; uns contribuindo positivamente com novas virtudes para a droga, outros limitando seus atributos "miraculosos" e mesmo negando-os para determinadas aplicações.

De fato a fenotiazina mostrou-se muito ativa no combate a vários vermes de famílias diferentes que parasitam animais diversos.

Como exemplos podemos citar sua ação sôbre os trichostrongylideos de bovinos, ovinos e caprinos; estrongilideos dos equinos; Oesophagostomum dentatum dos suínos e Heterakis gallinae das aves, além de outros.

Reportemo-nos aos trichostrongylideos parasitos dos bovinos tema dêste trabalho.

A espécie mais sensível ao tratamento pela fenotiazina é o Haemonchus contortus. Doses um pouco mais elevadas dão resultados satisfatórios contra Cooperia, Trichostrongylus e Nematodirus. Age também de modo satisfatório sôbre Ostertagia, porém, as espécies dêste gênero protegem-se na mucosa do abomaso, donde a necessidade do uso do tetracloro-etileno como o mais eficaz sôbre esta espécie.

Nos casos que requerem doses menores devido à debilidade do animal tratado, os resultados tornam-se empìricamente satisfatórios para Cooperia, Ostertagia, Trichostrongylus e Nematodirus.

Entretanto como a haemoncose é a principal doença entre nós a fenotiazina certamente será de grande valia pois seus resultados contra o H. contortus atingem 100%.

Damos a seguir algumas vantagens que oferece a fenotiazina:

1 — Dose tóxica 10 vêzes superior à dose terapêutica, porém com limites individuais não tão amplos;

2 — Não tem gôsto nem cheiro ativo;

3 — Dispensa purgativos pois tem ação vermicida e vermífuga;

4 — Conservada ao abrigo do ar e umidade não se deteriora;

5 — Dispensa jejum prévio;

6 — Pode ser administrada misturada aos alimentos, em tabletes, em suspensão, em pó, em cápsulas de gelatina e em bolos;

7 — Exerce ainda ação sôbre outros parasitos como o Bunostomum, Bustomum e Oesophagostomum;

8 — Tem a importante propriedade de esterilizar as fezes matando os ovos — ação parasitostática — das espécies sensíveis a ela;

9 — É eficaz também sôbre os estádios imaturos (sôbre as larvas) principalmente do Haemonchus;

10 — Não necessita do fechamento da goteira esofagiana pois age mesmo indo ter no rumem logo após a ingestão porém de efeito fulminante quando vai ter diretamente no abomaso.

Algumas contra-indicações:

1 — Animais anêmicos;

2 — Animais caquéticos;

3 — Animais febris;

4 — Animais com constipação (a fenotiazina tem ação constipante);

5 — Vacas em produção. Deve-se suspender a venda do produto pelo menos durante 3 dias após a medicação pois ela é também eliminada pelo leite e de efeito tóxico para o homem.

6 — Pessoas sensíveis devem manuseá-la com cuidado pois é irritante para a pituitária.

As doses de fenotiazina para bezerros não devem ser menores que 15 gramas e nem ultrapassar 60 gramas. Quando o animal, por debilidade não tolerar doses de 20 g não se deve medicá-lo com doses muito reduzidas pois ela não terá efeitos compensadores. Para melhor orientação das dosagens, toma-se por base 20 gramas de fenotiazina para cada 45 kg de pêso do animal.

CORRÊA aconselha fazer-se uma suspensão tomando-se 1 kg de fenotiazina e misturando-o a 3 litros de água, donde a relação 3 : 1, e dar aos animais as seguintes doses da suspensão:

Bezerros (terneiros)	60 a 80 cc
Novilhos	160 a 240 cc
Adultos	320 cc

Não se possuindo sonda esofagiana, pode-se administrá-la com seringa graduada ou então usando-se uma garrafa, medindo-se, prèviamente as doses. A mistura de fenotiazina em pó às rações farináceas como o fubá de milho, farelinhos de trigo, etc. deve obedecer ao critério de 20 g para cada kg de peso do animal, misturada em proporções de molde a não conferir repugnância à mistura que impossibilite sua total ingestão, de uma só vez, po. animal individualmente.

Quanto à época dos tratamentos, no Brasil, deve-se fazê-lo imediatamente após os períodos chuvosos e durante as estações sêcas, podendo-se entretanto medicá-la o ano inteiro quando do aparecimento de qualquer surto da doença.

Aconselha-se para aquêles períodos de recrudescimento um tratamento mensal. Levando-se em conta a maior incidência do Haemonchus, pode-se repetir o tratamento cada 20 dias, até total eliminação dos helmintos.

O segundo tratamento em importância é, segundo ainda WHITLOCK, o tetracloroetileno que é eficaz, mais do que a fenotiazina, nas infestações por Ostertagia, Cooperia, Trichostrongylus e Nematodirus. Êle aconselha a administração misturada em partes iguais com óleo mineral (parafina líquida) e à razão de 0,2 ml de tetracloroetileno para cada 453 g de pêso do animal, não excedendo porém a 60 ml por animal, doses pela metade nos casos de debilidade. A dose indicada para bezerros é a de 15 a 20 cc da mistura 1 : 1 de tetracloroetileno : parafina líquida para cada 45 kg de pêso do animal, repetida uma ou duas vêzes com intervalos de 10 a 15 dias. Não é necessário jejum nem antes nem depois, porém deve-se abster de fatigar os animais tratados.

Por ser anestésico inalante, embora tenha esta propriedade diminuída quando misturada ao óleo, só deve ser administrada por meio de sonda esofagiana.

Como êle é inoperante em sua ação anti-helmíntica, quando ingerido vai ter ao rúmem, a sua administração deve ser precedida da aplicação de um estimulante da goteira esofagiana que para bovinos é o bicarbonato de sódio em sol. aquosa a 10%, deve-se dar 60 ml desta solução 15 a 30 segundos antes da de tetracloroetileno. Com o mesmo efeito porém em menor escala, dar 2,5 ml de uma solução aquosa de sulfato de cobre a 10%. Em alguns casos tem-se obtido o fechamento da goteira esofagiana

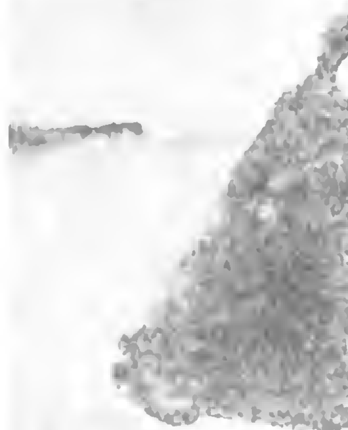


Fig. 27 — Aspecto do edema sub-maxilar, semelhante a um "papo". (Cortezia do Dr. Carlos Tokarnia).

molhando-se apenas a bôca do animal por meio de um algodão embebido em solução de sulfato de cobre a 5% ou bicarbonato de sódio a 10%, mas esta prática oferece, frequentemente, resultados negativos.

Como vemos o tetracloroetileno tem algumas desvantagens que resumimos:

1 — É muito caro e difícil de se obter em grandes quantidades;

2 — É anestésico inalante, prejudicando os resultados,

3 — Requer o uso de sonda esofagiana, portanto o emprêgo de pessoal habilitado;

4 — Completamente inoperante quando ingerida vai ter ao rúmen;

5 — É produto tóxico, devendo as doses serem prescritas por veterinário.

Estas desvantagens porém são largamente compensadas naqueles casos em que a fenotiazina mostra-se reduzida em sua ação.

Outro medicamento anti-helmíntico de valor é o sulfato de cobre por ser barato, de fácil aquisição e o seu uso estar isento de perigos para o animal, o seu maior valor porém é representado pelo seu efeito sôbre o fechamento reflexo da goteira esofagiana permitindo-lhe ir diretamente ao abomaso.

O sulfato de cobre possui alto grau de eficiência contra o Haemonchus contortus; não é muito eficaz contra as formas imaturas dêste helminto, donde a necessidade de várias aplicações em curtos intervalos. Falha numa proporção de 10 a 12%.

Geralmente empregada em solução aquosa a 1% preparada em recipientes de porcelana ou similar nas doses seguintes:

Bezerros (terneiros-vitelos)	100 a 120 cc
Adultos	350 a 450 cc

A mistura de sulfato de cobre mais sulfato de nicotina a 40%, é também muito eficaz contra o H. contortus, aumentando a eficiência do sulfato de cobre sôbre as formas imaturas dêste além de agir também de modo aceitável, contra o Trichostrongylus. Preparada tomando-se 3.800 cc de uma solução de sulfato de cobre a 1% e juntando-se a ela 30 ml de sulfato de nicotina a 40%. A concentração final das doses deve ser de sulfato de cobre: 1%, e sulfato de nicotina 0,75%.

CORRÊA prescreve as seguintes doses:

Bezerros	300 ml (cc)
Adultos	500 ml (cc)

Usá-lo com cautela, não tratar animais muito fracos ou dar apenas a metade das doses prescritas. A dose não deve atingir de maneira alguma os pulmões por ser muito perigoso para a vida do animal quando atinge êstes órgãos, portanto usar sonda esofagiana. Repetir o tratamento 12 a 15 dias depois. Só deixar beber água 10 horas após a medicação.

Uma outra associação tem sido largamente usada na União Sul-Africana (government wire worm remedy), principalmente para ovinos, em que ao sulfato de cobre junta-se o arsênico de sódio na proporção de 4 para 1, aplicando-se em solução aquosa.

O tetracloreto de carbono possui como medicamento anti-helmíntico aquela propriedade de fenotiazina de ser eficiente mesmo quando vai ter ao rúmem quando ingerida. Age contra o Haemonchus contortus adulto, servindo ainda para combater a Fasciola hepática e o Bunostomum trigonocephalum. Não é muito eficiente contra as formas imaturas de H. contortus.

As doses aconselhadas são as seguintes:

Adultos	....	5 a 10 ml
Bezerros	....	2 a 4 ml

É muito tóxico, principalmente para as vacas leiteiras que são muito sensíveis.

Pode ser administrado mediante sonda esofágica, electuário, capsulas de gelatina. Tambem com mucilagem ou sopa de farinhas.

Outras indicações existem, consistindo principalmente em diversas associações de vários anti-helmínticos, mas os resultados obtidos com os que focalizamos são de molde a satisfazer vários requisitos, tais como facilidades de aplicação, espectro anti-helmíntico, aquisição, toxidez, etc.

PROFILAXIA

A profilaxia afigura-se-nos difícil de executar em o nosso meio se atentarmos para o estado atual da nossa exploração pecuária e os recursos irrisórios com que contam criadores e governos para executar um vasto programa de saneamento que é o mais indicado no combate direto nos trichostrongylídeos como podemos apreender do estudo de sua ecologia.

Quando se toma conhecimento pelo inquérito promovido pela Comissão Nacional de Pecuária do Leite que revelou existir na Bacia Leiteira do Distrito Federal apenas 137 estábulos (alvenaria e madeira) num total de 597 propriedades inqueridas; analisa-se o vulto dos empreendimentos a executar no saneamento apenas da Baixada Fluminense e sabendo-se que inúmeras cidades brasileiras não contam ainda com sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos, nota-se desde logo que a empreitada é de molde a desanimar.

Atente-se que a adoção de métodos profiláticos não dá resultados dramáticos que impressionem vivamente os criadores como a cura dos animais por processos medicamentosos quando eles já os julgavam perdidos e que portanto não empolgam, pois o drama não aparece quando se executam medidas profiláticas.

Sabendo-se que principalmente na exploração extensiva do gado para corte e leite há apenas a preocupação do lucro seja o menor ônus; inutil será ditar medidas profiláticas que mudem a rotina do seu "modus vivendi" sem uma cobertura ampla de esclarecimentos e mesmo a iniciativa do govêrno.

A muito custo a vacinação vem sendo aceita porque muitas vêzes feita por funcionários, sem a menor ajuda ou incentivo por parte do criador; tenhamos em mente que a vacinação tem quase sempre resultados espetaculares.

A profilaxia das trichostrongylidoses a dividiremos em duas categorias. A primeira seria aquela em que a preocupação máxima deve ser evitar as infestações e a segunda aquela em que os fatôres predisponentes devem ser combatidos como meio de prevenir o agravamento da infestação quando esta ocorrer.

Resumiremos em vários itens estas duas categorias;

1 — Drenagem de tôdas as varzeas encharcadas, evitar águas estagnadas e limpar periòdicamente campos e valões cobertos por vegetação desimpedindo seu curso,

2 — Dar acesso ao gado sòmente a bebedouros com água corrente, de leito arenoso ou então (quando há recursos) construi-los em alvenaria, em forma de tanques elevados do solo, zelando para que suas imediações não sejam transformadas em brejos, o fornecimento d'água deve ser de manancial protegido e renovado constantemente;

3 — Fazer culturas nas partes baixas ou capineiras para corte, o gado pode visitar estas partes quando das colheitas, exatamente quando elas são as únicas fontes de verde nas sêcas. Na cultura seguinte lavrá-las;

4 — Os bezerros devem ser abrigados em currais higiênicos, de fácil limpeza e sem contacto com as dejeções dos adultos; devem freqüentar potreiros enxutos, de preferência com inclinação do solo, caso contrário, que sofram calagem e sulfatagem;

5 — Os bezerros não devem acompanhar as vacas nos campos contaminados, quando muito em pastos altos, de preferência nunca devem acompanhá-las ao campo;

6 — Empregar a rotação de pastagens de modo que nos periodos chuvosos pastem nos campos altos e nos periodos secos nos campos baixos;

7 — Construir estrumeiras ou recolher as fezes em montes e queima-las; os liquidos e fezes dos currais nunca devem atingir os pastos capineiras, culturas ou potreiros, a menos que sofram curtimento em estrumeiras;

8 — Os bezerros desmamados devem ser mandados para pastos especialmente destinados a êles, nunca juntamente com os adultos, preferencialmente nos morros;

9 — Evitar associações de caprinos e ovinos com bovinos pois os trichostrongylideos são parasitos comuns (algumas especies) desses animais;

10 — Sempre que houver aquisição de novos animais, desverminá-los convenientemente antes de envia-los ao pasto juntamente com os demais;

11 — Exames de fezes dos animais que mostrem atraso no crescimento devem ser feitos periòdicamente para controlar as possiveis infestações em tempo util,

12 — O superpovoamento das pastagens deve ser evitado pois além de reduzirem a capacidade forrageira das mesmas provoca aglomerações prejudiciais.

13 — Quando existem poucos bebedouros, principalmente nos periodos de sêca, evitar que os animais defequem dentro dêles ou que transformem suas imediações em brejos, construindo cercas protetoras e limitando as visitas aos mesmos;

14 — Estudos estão sendo feitos para o emprêgo da fenotiazina misturada no sal, em doses profiláticas, o que certamente dará bons resultados;

15 — Um veterinário deve ser consultado para medidas complementares e as desverminações feitas sob sua supervisão

Para as causas predisponentes e secundarias podemos aconselhar:

1 — Existindo no rebanho animais genèticamente mais resistentes às parasitoses, selecioná-los nesse sentido;

2 — Os bezerros devem receber sua quota de leite com justiça; ser cuidada a suplementação dessa alimentação com bom pasto verde e tenro, concentrados protéicos e farinaceos e se possivel balancear rações com suplemento de antibióticos e vitaminas;

3 — Fornecer tijolos mineralizadores; principalmente quando as pastagens são pobres em cálcio e fosforo;

4 — Combater carrapatos, sarnas e bernes e controlar outras parasitoses internas;

5 — Enfim, um animal bem nutrido e sem carências dificilmente deixar-se-á ser presa fácil das verminoses.

As normas que atrás expusemos devem ser seguidas, rigorosamente, quando se tratar de exploração leiteira com gado europeu ou fortemente portador dêste sangue, em ambientes sem inclinação do solo e sujeitos a encharcamentos.

Nas criações extensivas de gado indiano para corte tôdas as desvantagens são compensadas pelo leite que é só do bezerro e pelo fato do zebu não ter preferencias por pastos baixos e ser de uma maneira geral, muito rustico, embora não se deva abusar desta rusticidade.

Muitas das medidas propostas são dificeis de executar. Se restrições houver a fazer por vários motivos, que pelo menos a parte referente aos bezerros, enumerada na 1ª categoria seja parcialmente executada e se adotadas forem as medidas preconizadas na 2ª, mais de metade do bom caminho estará percorrido e os resultados compensadores não se farão esperar

IMPORTANCIA ECONOMICA DAS TRICHOSTRONGYLIDOSES

Entre os vários organismos internacionais citados após a mu-

ma conflagração mundial, encontra-se a F. A. O.

Motivou a sua criação a necessidade urgente que há no mundo de melhor aproveitamento dos seus recursos alimentares para fazer face à constante ascenção do consumo mundial de alimentos.

Um vasto programa para produção melhor e mais abundante de alimentos foi proposto e em parte está sendo executado.

Nêle situam-se com destaque as fontes produtoras de proteínas, de origem animal. Sabe-se que quase a metade do rebanho do mundo, fonte preciosa de proteínas, através a carne e o leite, tem um índice de produção muito baixo do desejado. Urge pois melhorar êste índice, pondo-se em prática várias medidas.

Uma delas é a que diz respeito à sanidade do gado, comprometida, seriamente, em várias partes do mundo por doenças as mais diversas (tuberculose, brucelose, febre aftosa, peste bovina, doenças carenciais, ecto e endoparasitoses, além de outras) que põem a perder, anualmente, cifras deveras altas daqueles produtos essenciais.

As afirmativas insuspeitas de OCTAVIO DUPONT feitas em Aulas Magnas proferidas em 1947 que dizem textualmente: "Desde 1913 até hoje, em nossas visitas a numerosas fazendas do Paraná, posteriormente no Estado de São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro, verificamos que as enzootias mais mortíferas dos ruminantes são: a estrongilose gastro-intestinal, a oesophagostomose, a bronco-pneumonia verminosa e outras, tôdas mais ou menos caquetizantes e que, associadas aos ecto-parasitos, desferem o primeiro golpe destruidor às novas gerações" e repetidas em 1953 "Os que frequentam (bezerros) os pastos em redor dos currais podem ser vítimas da coccidiose intestinal, da estrongilose e moniezióse; estas duas helmintoses levam as novas gerações dos ruminantes ao marasmo", situam o rebanho brasileiro entre aquêles que muito precisam de melhorias para que alcance índices de produção "per capita" realmente significativos e capaz de enquadrá-lo entre os melhores do mundo.

SANZ ENGANA prefaciando UNGRIA no seu Manual de Parasitose assim se refere às parasitoses na Espanha: "Un enemigo constante que destruye lentamente nuestra ganaderia" justificando logo a seguir a razão desta assertiva: "Como los parasitos no arman escándalo, a los ganaderos no les preocupa atacar sus efectos mortíferos, que sólo los vemos en los mataderos."

A importância económica das parasitoses, na opinião de dois eminentes veterinários é das mais notáveis, o que justificaria, pois, medidas tendentes a torná-las de menor gravidade.

Por sua vez verificamos que entre nós as Trichostrongylidoses representam 1/3 das helmintoses que grassam entre os nossos bovinos tendo difusão nacional desde o Território do Rio Branco ao Rio Grande do Sul e em tôdas as altitudes.

Transformar em números o prejuízo que nos causam os trichostrongylídeos é tarefa deveras difícil pois não há estatísticas nacionais em que nos possamos basear, sôbre a mortandade dos bezerros e adultos e dentre as "causa mortis" estabelecer incidências percentuais e transformá-las em valores monetários.

Apenas poderíamos conjecturar, e melhor o fariam aquêles que conhecem a realidade da nossa pecuária fora dos recintos de exposições de gado. Entretanto a pequena amostra que conhecemos desta realidade, filho que somos do interior, onde a principal atividade pecuária se baseia na exploração do gado de leite, e aliando-se a isto um ano de atividade e observações junto a matadouro de grande movimento e cuja matéria-prima provinha de várias fontes, permite-nos algumas afirmativas que exaramos neste trabalho.

De fato parece-nos verdadeiro situar o problema da estrongilose gastro-intestinal entre os bezerros que a apresentaram em 100% dos casos examinados por nós no Matadouro de Santa Cruz, donde se pode concluir, restringindo-se esta afirmativa à procedência daqueles (Estado do Rio e Minas Gerais — alguns

regiões) que o nosso rebanho adulto, uns mais que os outros, tiveram seu desenvolvimento prejudicado por esta parasitose, no mesmo tempo que os exames levados a efeito nos adultos naquele mesmo estabelecimento permite-nos ampliar mais ainda esta assertiva, pois constatamos haver 40% de portadores entre os comumente abatidos. Saliente-se que êstes procediam das chamadas criações extensivas de gado para corte, totalmente mestiços zebuinos, do Norte de Minas Gerais, dos Estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo.

Sôbre o retardamento no crescimento e no ganho de pêso está a principal conseqüência das trichostrongylidoses que assim causam prejuizos imprevisiveis, no mesmo tempo que a degeneração das qualidades genéticas pode provocar um verdadeiro golpe nas aspirações de melhorias zootécnicas de criadores bem intencionados.

Os nossos criadores devem, pois atentar para um principio básico: a colheita de lucros preciosos nos adultos é razão direta do trato e cuidados que mereceram os bezerros, cuidados êstes muito mais fáceis com os bezerros do que com os adultos, pois sabemos que são êles de mais fácil manejo e de tratamento mais econômico em razão dêste manejo mais fácil e tambem por necessitarem de doses medicamentosas muito mais reduzidas.

Urge pois encaminharmos a questão neste sentido.

Uma campanha intensiva, demonstrativa dos resultados que se obteriam com os cuidados sanitários, ao mesmo tempo que seguida de práticas e esclarecimentos tecnicos, tanto medicamentosos como profiláticos, para grupos de criadores escolhidos entre os mais capazes e entusiastas, devidamente planejada para ser executada com a cooperação dos poderes federais, estaduais, municipais e órgãos particulares dedicados à prática agricola e pecuária bem como no ensino ou à extensão (cooperativas, associações rurais, exposições de gado, escolas de ensino agropecuário, modernas entidades de assistência rural, imprensa especializada, etc.), deveria ser lançada. Na oportunidade desta campanha tôdas as helmintoses deveriam ser combatidas, mas levando-se em conta a importância econômica dos prejuizos causados pelas trichostrongylidoses, moniezioses, dictyocaulose, oesophagostomose, oidalidose, fasciolose, etc., seriam estas focalizadas preferencialmente; mesmo porque as medidas tomadas contra uma redundaria, em ultima análise, contra os demais, salvo algumas exceções.

Entretanto é imprescindivel que conheçamos perfeitamente as helmintoses e sua distribuição geográfica, com pormenores sôbre a ecologia dos seus agentes etiológicos, trabalho êste que deveria ser levado a efeito pela Divisão de Defesa Sanitária Animal através seus Postos de Vigilância e em colaboração com os laboratórios parasitológicos dos institutos oficiais e Escolas de Veterinária. Apenas não sabemos se haverá veterinários suficientes para fazerem uma cobertura completa de coleta de material que também poderia ser feita pelos veterinários-inspetores junto aos frigoríficos e charqueadas, sempre que a procedência pudesse ser precisamente determinada.

À Comissão Nacional de Parasitoses caberia traçar os planos para a campanha que finalmente seria executada da maneira indicada, sob sua direção superior.

Não temos dúvidas que seria um trabalho penoso e dispendioso mas a unica maneira possivel de dar cobertura à introdução de elementos melhoradores das nossas raças, quer leiteiras, quer para corte, que de outra maneira ver-se-iam irremediávelmente condenados à inocuidade.

Não adianta querermos passar "o carro na frente dos bois" ao sugerirmos melhorias zootecnicas e arraçoamento, bem como suplementos de antibióticos, etc., sem o trabalho pioneiro de combate às parasitoses e doenças infecciosas enzoóticas ou epizoóticas, seguido de perto pelo melhor trato das forrageiras e instalações mais adequadas para a exploração pecuária de corte e leite, tudo cairia e morto se as helmintoses, imperceptivelmente, continuassem a cobrar seus tributos.

Naturalmente que pintando o quadro com tintas tão negras não queremos condenar à inutilidade o que temos em matéria de rebanho bovino, mas sim chamar a atenção para a maneira gravosa como são vendidos os produtos de origem animal — carne e leite — ao consumidor, fruto talvez do baixo rendimento do nosso gado, pelo qual cabe às trichostrongylidoses uma parcela de responsabilidade.

É preciso que o trabalho do homem se converta em produtor de riquezas e não como coletor de resultados que a natureza propiciou, é verdade que com o mínimo de despesas, mas dez vêzes menor do que colheria se tivesse ajudado a natureza. É preciso abandonar o extrativismo.

Temos 1/3 do nosso território constituido por terras distantes dos centros consumidores e, portanto, condenadas à agricultura e pelas chamadas "terras cansadas", unicamente produtivo pela exploração pecuária. É uma área que poderá abrigar um rebanho muito maior que o atual; mas que êste rebanho nos dê carne e leite baratos, de melhor qualidade e em maior quantidade, bem como divisas preciosas, é o que desejamos, patrióticamente.

Como estamos numa época em que tudo é equacionado em têrmos de rendimento e só sobrevivem os que produzem mais barato, em maior quantidade e de melhor qualidade, o nosso precioso rebanho bovino, fruto do trabalho pioneiro de muitos em vários séculos de atividades, tem que ser enquadrado dentro daquelas normas da atualidade, transformando-se séculos de trabalho pioneiro em anos de trabalho produtivo.

Concluindo, nada nos resta dizer do que: "mãos à obra".

SUMARIO

O autor após rápida e sucinta referência às formas de vida em comum, dá o quadro das helmintoses dos bovinos no Brasil, salientando que 1/3 delas são causadas por espécie da família Trichostrongylidae e dando em seguida a incidência percentual e sua distribuição geográfica no país.

Um estudo sistemático dos trichostrongylideos parasitos de bovinos no Brasil ocupa parte destacada no trabalho, com a finalidade de concentrar neste estudo todos os informes desejáveis do assunto em tela.

A ecologia dos trichostrongylideos e seu ciclo evolutivo mereceu capitulo à parte para servir de base ao da profilaxia da doença e mostrar que muita coisa naquele particular ainda não foi definitivamente esclarecida.

A doença nos bovinos é então descrita dando-se destaque ao modo de infestação e ao tratamento e profilaxia visando juntar a maior soma de informações possíveis e atualizadas para uma campanha de combate à mesma.

Um estudo da importância econômica das trichostrongylidoses é feito procurando o autor demonstrar os enormes prejuizos causados ao rendimento em carne e leite pela doença.

Finalmente dá um esbôço para uma campanha de combate às parasitoses e justifica-se.

Rio de Janeiro, julho de 1956.

Walker André Chagas

LITERATURA

1 — Ackert, J. E. e Muldoon, W. E.: Strongylosis (Ostertagia) in Cattle. J. A. V. M. A. 58 138 (1920).

2 — Baer, J. B.: Ecology of Animal parasitos — University of Illinois — U. S. A. (1951)

3 — Baker, D. W.: Parasitic gastroenterites of calves. Cornell Vet. 27:381 (1937).

4 — Baker, D. W.: A new system of anthelmintic control for gastrointestinal parasites of ruminants. Cornell Vet. 29 102 (1939).

5 — Baker, D. W.: Yeast as an adjunct to the anthelmintic treatment of advanced cases of trichostrongylosis in calves. Cornell Vet. 31 13 1934)

6 — Barger, E. H.: Ostertagia ostertagi in California cat-

tic. J. A. V. M. A. 71:560 (1927).

7 — Bassewitz, E. von: Epizootias do Brasil Austral — II parte. Rev. de Zoot. e Vet. Ano VI 1.5-52 (1929).

8 — Braga, A.: Notícia sôbre o Instituto Vital Brazil — n.º 5 (1943).

9 — Brumpt, E.: Précis de parasitologie. 2 tomos 5ème édition. Mosson et Cie., éditeurs. Paris.

10 — Cadéac, C.: Pathologie interne. Librairie J.-B. Baillière et Fils. Paris (1909).

11 — Cardoso, S. B.: Verminoses dos ruminantes. Vet. Ano 2:4:51-59 (1948).

12 — Corrêa, O.: Incidência helmíntica em suínos equinos, ovinos e bovinos no Rio Grande do Sul. Mundo Agrícola: 1:2:66-67.

13 — Corrêa, O.: Higiene e profilaxia em medicina veterinária. Edição da Chácaras e Quintais. São Paulo. (1947).

14 — Corrêa, O.: Fenotiazina. Bol. Dir. Prod. Animal. IX:17:62-72 (1953).

15 — Corrêa, O.: Os anti-helmínticos e seus usos na estrongilose gastro-intestinal dos ruminantes. Bol. Dir. Prod. Animal do R. G. S. XI: 22:127 (1955).

16 — Davy, D. G., Innes, J. R. M.: The presente positions of phenotiazine as an anthelmintic. Vet. Bull. 8.12: R7 (1942).

17 — Dupont, O.: Dados clínicos sôbre as afecções dos bezerros. Série estudos técnicos, n.º 6 — S. I. A. Min. da Agric. Rio. (1953).

18 — Dupont, O.: Aspectos de alguns problemas agropecuários brasileiros. Aula Magna. "Veterinária" 1:2:3-13. (1947).

19 — Dupont, O.: Aspectos de alguns problemas agropecuários brasileiros. Aula Magna. "Veterinária" VII:1:6-16 (1953).

20 — Fiobiger, J.: Los parásitos animales del hombre y de los animales domésticos. Imp. Viuda Juan Puiyo. Madri. (1941).

21 — Freire, J. J.: Parasitos dos animais domésticos do Estado do Rio Grande do Sul. Anais do II Congresso Brasileiro de Veterinária. Belo Horizonte 7-12 Set. (1943).

22 — Freire, J. J., e Primio, R. A. Di: Fauna zooparasitária rio-grandense. Vet. II:1: 36-44 (1948) e Vet. II:2: 51-58 (1948).

23 — Frohner, E., e Zwick, G.: Compêndio de patologia y terapéutica especiales para veterinários. 3.ª edición. Rev. Vet. de España. Barcelona (1955).

24 — Frohner, E.: Farmacologia para veterinários. 2.ª edición. Rev. Vet. de España (1951).

25 — Frohner, J., e Zwick, G.: Patologia y terapêutica veterinárias. 3 Tomos. 3.ª edición. Editorial Gustavo Gili S. A.

26 — Garrido, P. P.: Vademecum de veterinária. Editorial Tecnos, S. A. Madrid, etc. (1954).

27 — Gibson, T. E.: The action of six samples of phenotiazine of varying particle size as pure infestation of Trichostrongylus axei in sheep. The British Vet. Journal 107:9 (1951).

28 — Gordon, Mc L.: Some aspects of parasitic gastroenterites of sheep. The Aust. Vet. Journal 26:3,4 e 5 (1950).

29 — Guida, H. G.: Helmintoses do tubo digestivo dos ruminantes. Veterinária 3.4: 59-73 (1949).

30 — Hawes, C. B.: Ostertagia ostertagi (stomach werm) infestation in cattle. N. Amer. Vet. 9:24 (1928).

31 — Henry, A.: Profilaxie des helminthoses Rec. Med Vet Ecole d'Alfort (Journées vétérinaires) 113 11: 728-743 (1937).

32 — Hutyra, F. v.; Marek, J., Manninger, R.: Patologia y terapeutica especiales de los animales domésticos. 2 Tomos. Editorial Labor, S. A., Barcelona, etc. (1953).

33 — Kitt, T.: Patologia general veterinária Editorial Labor, S. A., Barcelona, etc. (1942).

34 — Klein, L. A.: A wasting disease of young cattle (verminosis gastritesi S. Carolina Agric. Exp. Sta. Bull 114 (1905).

35 — Joviano, R.: O fazendeiro do leite, Palestra realizada na VIII Semana do Fazendeiro na Universidade Rural. Julho de 1955.

36 — Macedo, J. N.: Fazendas de gado do Vale da São Francisco. S. I. A. Ministério da Agricultura. Rio (1952).

37 — Marotel, G.: Parasitologie véterinaire. Librairie J. B Baillière et Fils. Paris (1949).

38 — Melo, M. J., e Cuoccolo R. Sbo.: Helmintoses das ruminantes domésticos. O Biológico XI 6 (1945).

39 — Menning, H. O.: Helmintologia y Entamologia Veterinárias. Editorial Labor, S. A. Barcelona, etc. (1947).

40 — Moussu, G.: Traité des Maladies du Bétail. 3ème édition. Asselin et Hauseau. Paris (1911).

41 — Muldoon, W. E.; Frick, E. J.: Parasitic infestation in cattle. N. Amer. Vet. 1.89 (1920).

42 — Neiva, C.: Formulário de terapêntica veterinária. 2.ª edição. Série didática n.º 14 S. I. A. Ministério da Agric. Rio.

43 — Noveu-Lemaire, M.: Traité d'helminthologie médicale et veterinaire. Vigot Frères, éditeurs. Paris (1936).

44 — Palm, H. D.: Observações sôbre o uso da fenotiazina durante a prenhez das ovelhas. Bol. Dir. Prod. Animal do R. G. S. VII 11 (1951).

45 — Pinta, C.: Doenças infecciosas e parasitárias dos animais domésticos. Edit. científica. Rio (1944).

46 — Pinta, C.: Zooparasitos de interêsse médica e veterinário. Editôra Cientifica. Rio (1945).

47 — Rieck, R. F.: The influence of sodium salts on the closum the esophageal groove in calves. Resumo pelo N. Amer. Vet. 35:8:587 (1954).

48 — Ross, C.; Gordon, H. McL.: The internal parasites and parasitic diseases of sheep. Angus and Robertson Ltd Sidney (1936)

49 — Runnells, R.: Animal pathology. The Iowa State College Press. (1944).

50 — Stiles, C. W.: Verminous diseases of cattle, sheep and goats in Texas, pág. 356, 17th An. Rep. B. A. I., U. S. Dap. Agric. (1900).

51 — Swanson, L. E.: Phenothiazine as an anthelmintic for removal of gastrointestinal parasites of sheeps and calves. N. Amer. Veterinariam 23 184 (1942).

52 — Taylor, E. L.: The epidemiology of winter outbreaks of parasitic gastritic in sheep. J. Comp. Path. and Ther. 47:235 (1934).

53 — Tôrres, S.: Doenças dos animais no Alto Rio Branco. Rev. do Dep. de Prod. Animal. M. A. 1:2,3 e 5:45-275 (1934).

54 — Travassos, L.: Contribuição para o conhecimento da fauna helmintológica brasileira. Ensaio monográfico da família Trichostrongylidae LEIPER, 1909. Mem. do Inst. Oswaldo Cruz. Tomo XIII Fasc. L:5-135 (1921).

55 — Travassos, L.: Introdução ao estudo da helmintologia Edição da Rev. Bras. de Biologia. Rio (1950).

56 — Travassos, L.: Ecologia dos helmintos. Ciência e Cultura. 7:1.6-11 (1955).

57 — Udall, D. H.: Prática de la clínica veterinaria. Salvat Editores, S. A. Barcelona, etc. (1950).

58 — Ungria, C. D.: Manual de Parasitologia de los animales domésticos. Espasa-Calpe S. A. Madrid.

59 — Valtsman, J.: As limitações da fenotiazina no combate às verminoses animais. Comunicado n.º 114 do S. I. A. — Min. Agric.

60 — Whitlock, J. H.: Trichostrongylidosis in sheep and cattle. Proceedings 92 end Annual Meeting of the A. V. M. A. August 15-18, 1955. 123-131.

61 — A história da phenothiazine. Folheto da Dupont.

62 — Fenotiazina com sal para os carneiros. Folheto da Dupont.

63 — The Merck Veterinary Manual. A reference handbook of diagnosis and therapy for the veterinarian, Published by Merck & Co Inc. Rahway, N. J., U. S. A.

I — QUADRO DAS SUBFAMILIAS

TRICHOSTRONGYLIDAE		
Trichostrongylinae	**Ornithostrongylinae**	**Viannaiinae**
Extremidade cefálica com ou sem dilatação cuticular. Papilas cervicais mais ou menos desenvolvidas. Fêmeas didelfas, raramente com o ramo genital posterior atrofiado, extremidade posterior do corpo terminando em ponta aguda ou obtusa. Machos com bôlsa copuladora ampla, simétrica, de lóbulo posterior mais ou menos desenvolvido, raramente assimétrico. Papilas pré-bursais, asas pré-bursais e membrana bursal acessória presentes ou não. Espículos relativamente curtos, fortes e de morfologia complexa. Gubernáculo e telamon presentes ou não. Parasitos do tubo digestivo de vertebrados. Gêneros: **Trichostrongylus, Haemonchus, Ostertagia, Cooperia** e **Hyostrongylus.**	Com a extremidade anterior ligeiramente curvada dorsalmente e com dilatação cuticular. Fêmeas anfidelfas, com vulva na metade posterior do corpo; cauda cônica com delgado espinho terminal. Machos com bôlsa copuladora trilobulada e mais ou menos assimétrica, com lóbulo dorsal pouco individualizado e pequeno. Cone genital muito desenvolvido. Raios bursais longos e delgados, mais ou menos assimétricos, raramente atingindo a margem bursal. Espículos delgados, mais afilados no ápice, terminando às vêzes por três pontas. Gubernáculo presente, complexo, geralmente contornando os espículos. Parasitos do intestino delgado de aves. Gênero: **Ornithostrongylus.**	Com a extremidade anterior tendo uma dilatação cuticular. Cutícula com linhas longitudinais mais ou menos aparentes e finamente estriada no sentido transversal. Fêmeas monodelfas; vulva posterior, próxima da extremidade caudal. Bôlsa copuladora trilobulada, com os lóbulos laterais às vêzes ligeiramente assimétricos. Espículos simples e delgados. Gubernáculo quando presente é pequeno. Gênero: **Nippostrongylus.**

Conforme CÉSAR PINTO em Zooparasitos de interêsse médico e veterinário.

II — QUADRO DOS GENEROS

TRICHOSTRONGYLINAE			
Trichostrongylus	**Haemonchus**	**Ostertagia**	**Cooperia**
Trichostrongylinae sem dilatação cuticular cefálica, com bôlsa copuladora bilobada, sem lóbulo dorsal nítido. Raio ventro-ventral dirigido para diante, mais curto e muito mais delgado do que o raio ventro-lateral que se dirige para diante. Raio dorsal simétrico, delgado e bifurcado na região apical. Espículos curtos, gubernáculo alongado e navicular. Parasitos do estômago e intestino delgado (duodeno) de mamíferos e aves. Espécies dêste gênero são encontradas no Brasil, parasitando ovinos, caprinos e bovinos. Espécie: Trichostrongylus extenuatus.	Trichostrongylinae sem dilatação cuticular cefálica, com bôlsa copuladora trilobulada; lóbulo dorsal e raio dorsal assimétricos. Espículos curtos; gubernáculo fusiforme. Parasitos do estômago (abomaso) dos ruminantes. Encontrado no Brasil, onde é um dos principais representantes da estrongilose gastro-intestinal. Espécies: Haemonchus contortus, H. similis e H. lunatus.	Trichostrongylinae sem dilatação cuticular cefálica, com bôlsa copuladora trilobada, possuindo ainda membrana bursal acessória situada no centro e no interior da bôlsa. Raios ventrais com as extremidades apicais próximas, dirigidos para diante e de dimensões aproximadas; raio dorsal simétrico, dividido em dois ramos, os quais possuem na extremidade apical ou pré-apical duas ou três ramificações. Espículos curtos, gubernáculum presente ou ausente, geralmente menos quitinizado do que os espículos. Parasitos do estômago (abomaso) e intestino delgado de ruminantes. Encontrado no Brasil. Espécies: Ostertagia circumcincta, ostertagi e trifurcata.	Pequenos com dilatação cefálica, com bôlsa copuladora trilobada, lóbulo dorsal reduzido. Raio ventro-lateral e lateral anterior bem mais grossos do do que os demais raios. Raio dorsal assimétrico, bifurcado, com ramos longos que se dispõem sob a forma de U, com ápices bifurcados, nos ramos laterais do U ou na parte dorsal podem existir pequenas ramificações. Espículos curtos. Gubernáculo ausente. Parasitos do estômago e do intestino dos ruminantes. Encontrado no Brasil. Espécies: Cooperia punctata e pectinata.

Segundo CÉSAR PINTO in Zooparasitos de interêsse médico e veterinário.

III — QUADRO DAS ESPECIES

Espécies	Comprimento Em mm	Largura Em micra	Esôfago	Espículos	Gubernáculum	Femeas. Distâncias do anus e vulva da extremidade caudal	Ovos
T. extenuatus	Macho: 3,4 — 4,4 Fêmea: 4,5 — 5,5	50 — 60 55 — 70	Claviforme 60 — 71 mu.	Dimensões e formas desiguais. 85 — 95 mu. 110 — 120 mu.	50 — 60 mu.	Anus: 60 — 90 mu. Vulva: 0,80 — 1 mm	C. 70 — 80 mu. L. 35 — 45 mu.
H. contortus	Macho: 17 — 21 Fêmea: 23 — 30	230 — 400 400 — 500	Claviforme C. 1,2 — 1,4 mm L. 0,15 mm	Semelhantes 390 — 500 mu.	Chato. Navicular. C. 200 — 250 mu. L. 35 — 40 mu.	Anus: 300 — 400 mu. Vulva: 3,5 — 5 mm	C. 66 — 79 mu. L. 43 — 46 mu.
H. similis	Macho: 8,5 — 9 Fêmea: 12 — 14	220 — 230 400 — 500	Dilatados posteriormente C. 1 — 1,1 mm	Mais ou menos iguais. 319 — 333 mu.	Chato. Mais largo no meio. 156 mu.	Anus: 200 — 240 mu. Vulva: 2,5 — 3 mm	C. 71 — 73 mu. L. 35 — 42 mu.
H. lunatus	Macho: Fêmea:			Formas retas. Mais ou menos iguais. Pontas rombas. 234 mu.	Forma comparável a crescente. Bordos espessados. 134 mu.		
O. circumcincta	Macho: 7 — 8,5 Fêmea: 9 — 12	100 — 130 100 — 160	Claviforme 560 — 640 mu.	Longos e delgados. 280 — 320 mu.	Forma de raqueta ou palmatória. C. 84 — 90 mu. L. 30 — 32 mu.	Anus: 130 — 160 mu. Vulva: 1,5 — 2,5 mm	C. 75—100 mu. L. 35 — 50 mu.
O. ostertagi	Macho: 6,5 — 7,5 Fêmea: 8 — 9,2	140 — 150 120 — 160	Claviforme 600 — 800 mu.	Com extremidade distal bifurcada. 198 — 230 mu.	Transparente. Raqueta alongada. C. 40 — 68 mu L. 14 mu.	Anus: 100 — 140 mu Vulva: 1,3 — 1,5 mm	C. 65 — 80 mu. L. 30 — 40 mu.
O. trifurcata	Macho: 5 — 8,8 Fêmea: 10	140 — 200 140 — 170	Claviforme 460 — 560 mu.	Pontas aparentemente bifurcadas. 150 — 210 mu.	Delgado e pouco quitinizado. 700 — 100 mu.	Anus: 120 mu. Vulva: 1,7 — 1,8 mm	C. 99 mu. L. 56 mu.
C. punctata	Macho: 4,7 — 7,8 Fêmea: 5,7 — 11	70 — 140 165 — 200	Lig. claviforme. Abrem-se nêle Gl. cefálicas. 255 — 360 mu	Iguais 120 — 190 mu.	Ausente ou levemente quitinizado	Anus: 135 — 260 mu. Vulva situada na metade posterior do corpo.	C. 60 — 70 mu L. 30 — 35 mu
C. pectinata	Macho: 7 Fêmea: 7,5 — 9	130 — 160 110 — 130	360 — 400 mu.	240 — 280 mu.	Ausente.	Anus: 175 mu. Vulva: 1,6 — 2 mm	C. 70 — 80 mu. L. 36 mu.

O PROBLEMA DO BABAÇÚ

O Conselho Nacional de Economia estudou exaustivamente o problema do babaçú, tendo enviado ao Maranhão e ao Piauí, uma missão composta de técnicos presidida pelo Conselheiro Edgard Teixeira Leite.

O parecer da Comissão Especial recebeu o apoio unânime das classes produtoras dos dois Estados, bem como dos respectivos governos.

Na exposição que abaixo publicamos, o Conselho Nacional de Economia examina de novo o problema e sugere a necessidade de providências imediatas para essa riqueza de excepcional importância para o nosso país.

Vale lembrar que os babaçuais do Maranhão e do Piauí constituem a maior concentração de oleaginosas de todo o globo, e que precisa ser efetivamente explorada, sobretudo num momento em que o Brasil está ameaçado de importar gorduras para o consumo de sua população.

Exposição do Conselho Nacional de Economia

SCP/264

Rio de Janeiro,
Em 2 de abril de 1957

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O Conselho Nacional de Economia, tendo tomado conhecimento do Decreto n.º 41.150 de 14 de março último, que criou o Grupo de Estudos do Babaçú, julga de seu dever trazer a Vossa Excelência os seguintes esclarecimentos e sugestões que poderão ser úteis no encaminhamento dos trabalhos.

Em novembro de 1951, por solicitação do Senhor Presidente da República, o Conselho procedeu a ampla coleta de dados e à reunião de depoimentos, tendo em vista o aproveitamento econômico dos extensos babaçuais existentes no Maranhão e Piauí.

Não se julgando suficientemente informado pela documentação existente, resolveu que uma Comissão, sob a chefia de um dos seus membros, procedesse ao exame regional do problema.

Com êste objetivo, foram visitados os vales do Rio Mearim, Itapicurú e Parnaíba, onde se encontram as maiores concentrações do vegetal. A Comissão percorreu as instalações industriais de São Luiz, Parnaíba, Pedreiras e Caxias; ampliou o seu documentário com a audiência das autoridades dos Estados do Maranhão e Piauí e teve amplo entendimento com as classes produtoras, federações rurais, associações agrícolas, ouvindo ainda, individualmente, os mais acatados conhecedores da matéria e recolhendo valiosa documentação fotográfica.

Na base dêsse estudo elaborou um parecer, indicando um conjunto de medidas, consubstanciadas em anteprojeto de lei, as quais lhe pareciam capazes de realizar, em curto prazo, um rápido aproveitamento da importante riqueza.

É preciso esclarecer que o problema do babaçú, apesar de ter a oleaginosa entrada em exploração há quase meio século, dispondo até de um parque fabril para sua manipulação, com capacidade para mais de 250.000 toneladas por ano permanecia, até aquêle momento, em ponto morto, não obstante contar com copiosa literatura e diversos órgãos incumbidos de seu exame.

Supunha-se que o côco existia em quantidades fabulosas nos babaçuais nativos, e o problema se reduzia a obter econômicamente o seu transporte e industrialização, e especialmente a quebra mecânica do côco.

Demonstrou o Conselho que o problema estava mal posto: o que dificultava e continua a impedir a exploração da oleaginosa, seria a falta de suprimento da matéria-prima.

Existe, na verdade, o babaçu em tal adensamento de vegetação, que se estabelece forte concorrência entre indivíduos da mesma espécie ou de espécies diferentes, de modo que a palmeira não floresce ou floresce em precárias condições, pouco ou nada frutificando. Para que esta situação se modifique seria indispensável proceder-se ao desbaste de inúmeras palmeiras concorrentes, deixando apenas em cada hectare cêrca de 150 palmeiras, em vez de 1.000 até 3.000, como não raro se verifica.

Da missão do Conselho, resultaram ainda importantes estudos de botânica sistemática e de entomologia econômica, realizados por um dos integrantes da Comissão que lá permaneceu vários mêses, — o Professor Gregório Bondar, e que foram publicados pelo Ministério da Agricultura sob o título "O Babaçu e outras palmeiras produtoras de amêndoas oleaginosas no Brasil".

Constitui, sem dúvida êsse o mais bem documentado estudo científico sob o babaçú, já publicado no país ou no estrangeiro, ficando nele esclarecido importantes aspectos de ordem técnica de real alcance econômico

• • •

Tendo continuado a acompanhar o desenvolvimento do problema, em constante contacto com entidades publicas e privadas e com particulares, do Maranhão e do Piauí, possui hoje, o Conselho, a contraprova das suas conclusões.

Pode, por isso, assegurar, que o ponto crucial da solução do problema reside numa providência de agricultura extensiva, isto é, o desbaste do excesso de vegetação, que, realizado pelos processos habituais da nossa lavoura, pelo machado e pela queima do material derrubado, seria de custo inferior a quinhentos cruzeiros (Cr$ 500,00) por hectare.

Operações dêste tipo, que estão sendo praticadas no vale do Mearim, em áreas bastante extensas, permitem assegurar, que a palmeira isolada, produz, com regularidade entre cinco e seis cachos anualmente, sendo de observar que os frutos se apresentam com maior regularidade e os cachos de tamanho maior.

Verifica-se, assim, que praticando o desbaste e conservadas 150 palmeiras por hectare, ter-se-á por indivíduo 45 a 54 quilos de amêndoas, ou cêrca de 6 000 quilos de amêndoas por hectare.

No entanto, na área de 90 000 quilômetros quadrados de babaçuais existentes, a produção média aos níveis de 1949 era apenas de 10 quilos por hectare.

Estes fatos e êstes números, que apresentamos à apreciação de Vossa Excelência, são uma demonstração do que poderá resultar, notadamente para o Maranhão, de uma política adequada de exploração de seus imensos babaçuais nativos, que ocupam superfície equivalente a quase duas vêzes a do Estado do Rio.

O problema teria, pois, de ser posto em têrmos da modificação da técnica agrícola de aproveitamento, substituindo o puro extrativismo, coleta de frutos caídos, por uma racionalização dos babaçuais nativos.

É indispensável, entretanto que tal providência se pratique pela fixação do homem à terra, mediante colonização bem conduzida, possibilitando-lhe a propriedade de uma pequena gleba, pois está comprovado que o agricultor proprietário cuida com desvêlo da palmeira, ao passo que o simples posseiro, pratica uma exploração predatória, sem preocupação do futuro.

O Conselho Nacional de Economia, por êstes motivos, acompanhou com vivo interêsse a iniciativa em boa hora tomada em 1954, pelo Ministério da Agricultura, através da Divisão de Terras e Colonização, criando no Maranhão o Núcleo Colonial de Alto-Mearim, para o que o Govêrno Estadual doou cinquenta mil hectares de terra, em babaçuais nativos.

Ali foi despendida — segundo informações colhidas em fontes seguras — importância relativamente elevada na construção de cinco grandes edifícios para a administração, almoxarifado e armazens, estação de fôrça, etc.

Pela primeira vez, iria ser praticada uma experiência racionalmente conduzida, para o aproveitamento dessa imensa riqueza.

O núcleo colonial do Alto-Mearim teve seus trabalhos interrompidos, estando, entretanto, nas suas terras, localizadas cêrca de quinhentas famílias, muitas de antigos posseiros de terras devolutas, e cuja integração num inteligente programa de aproveitamento econômico do babaçú deveria ser cuidadosamente considerado.

Pensa, na verdade, o Conselho Nacional de Economia, que se deve dar na exploração da oleaginosa, particular ênfase à colonização.

• • •

Fundado nas razões expostas, e que constam do seu parecer, o Conselho aproveita a oportunidade para sugerir que Vossa Excelência mande reexaminar o planejamento para o babaçú, elaborado pela Superintência do Plano de Valorização da Amazônia, o qual está organizado, ao que lhe parece, em têrmos pouco adequados para a solução de um aproveitamento imediato da oleaginosa, pois, sem qualquer menção ao problema do aproveitamento imediato, destina importantes recursos a estudos de demorada execução

Consiste êle:

a) na montagem de uma estação experimental destinada a estudar a silvicultura do babaçú e problemas correlatos;

b) na montagem de uma usina pilôto para estudo e fabricação em escala semi-industrial de produtos e subprodutos de babaçu;

c) no inventário florestal e pedalógico de um babaçual típico pelo método foto-aero-gromético.

d) em estudos de uma máquina manual de quebrar o babaçú.

Para êsses estudos e providências o Plano destina, em cinco anos, verbas no valor de quarenta e sete milhões de cruzeiros.

Entretanto, o que já se conhece do problema permite iniciar, sem maiores delongas, o ataque à exploração em larga escala, tornando produtiveis, em condições de florescimento e frutificação, a milhões de palmeiras hoje estéreis, que ocupam vasta área de nossa território, onde vive população rural de nível de vida dos mais baixos do país.

E dêsse modo seriam dados ás indústrias já existentes os meios para que trabalhem com sua plena capacidade.

• • •

As informações e sugestões aqui reunidas foram dadas com maior desenvolvimento por êste Conselho em seu parecer de 1951, editado, com fotografias do documentário colhido na inspeção a que procedeu, pela Associação Comercial do Maranhão. A êsse propósito, cabe lembrar que o parecer recebeu pleno apoio das associações de classe do Maranhão e do Piauí, que o adotaram como a solução verdadeira.

Acredita, assim, o Conselho Nacional de Economia estar prestando ao Govêrno de Vossa Excelência a cooperação que lhe cumpre, na solução de um problema urgente e de tão valiosa repercussão na exportação de um produto de procura mundial, e no melhoramento das condições de vida de uma das menos favorecidas parcelas de nosso povo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de meu mais profundo respeito.

(ass.) José Augusto Bezerra de Medeiros.

Presidente

PERIGOSA DOENÇA BACTERIANA AMEAÇA A CITRICULTURA NACIONAL

O "Cancro Citrico", uma doença extremamente virulenta e contagiosa — Ocorrência da perigosa doença na Alta Sorocabana — Importante portaria baixada pelo Ministro da Agricultura — O que os citricultores precisam saber sôbre a enfermidade — Sòmente medidas drásticas podem debelar o mal

Eng.º Agr.º GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator de "A Lavoura"

I — O "cancro cítrico", uma doença extremamente virulenta e contagiosa.

Ocorrendo em vários países, especialmente na Ásia (China e Japão), e completamente debelada em alguns dêles (Estados Unidos, por exemplo, onde havia ocorrido com grande intensidade na Flórida, o "cancro cítrico" é uma das mais sérias enfermidades das plantas cítricas.

Trata-se de uma doença bacteriana extremamente virulenta e contagiosa, que se propaga com grande facilidade pelo vento, pela água, pelos insetos e outros agentes que tenham contacto com as partes atacadas da planta (folhas, ramos, frutos, etc), e, bem assim, por fatores outros como utensílios agrícolas (material de poda, por exemplo), caixas de embalagem dos frutos, etc.

A enfermidade é causada pela bactéria **Xanthemonas citri, Hasse**, antigamente classificada como **Pseudomonas citri, Hasse**, cujo caráter maligno é uma ameaça permanente à citricultura, pois embora demonstre uma certa preferência pelo "Grape-Fruit" (pomeleiro), ataca também, com grande virulência as demais plantas do gênero **Citrus** (laranjeiras, limoeiros, limeiras, tangerineiras, etc.), e, bem assim, plantas dos gêneros **Poncirus** (limoeiro trifoliata), **Fortunella** (cunquateiro), **Evadia, Melicope, Casimiroa** e **Toddalia**.

Em 1911 a terrível enfermidade foi introduzida nos Estados Unidos (região do Golfo e da Flórida) e exigiu das autoridades fitossanitárias locais medidas drásticas para debelá-la.

Para que se tenha uma idéia do que foi feito na América do Norte para erradicar o mal, basta lembrar que, sòmente no Estado da Flórida:

a — num período de 10 anos (1913 a 1923) os gastos para debelar a doença atingiram a expressiva cifra de 2.000.000 de dólares, que no câmbio atual de Cr$ 70,00 o dólar representa Cr$ .... 70.000.000,00 (maio de 1957);

b — a erradicação da enfermidade exigiu a destruição (queima), de cerca de 3.000.000 de mudas e de mais de 250.000 árvores cítricas.

É essa enfermidade que ameaça agora os destinos de nossa citricultura, que, nos últimos anos, num grande esfôrço de recuperação, vem alcançando novamente, expressiva posição em nossa balança comercial.

O que se tem feito ultimamente em São Paulo em matéria de citricultura é digno de registro, pois numerosos e bem orientados pomares espalham-se pelas diferentes zonas citrícolas do Estado, num louvável esfôrço para a reconquista dos mercados externos e para satisfazer às necessidades do abastecimento do país, cujo consumo aumenta de dia a dia, não só no setor doméstico como no setor industrial.

II — Ocorrência da terrível enfermidade na Alta Sorocabana (Estado de São Paulo).

O "cancro cítrico" foi constatado agora, pela primeira vez no país, no Estado de São Paulo, na região da Alta Sorocabana.

Coube ao Dr. A. A. Bitancourt, do Instituto Biológico do Estado de São Paulo, em princípio de março, identificar o agente da enfermidade, examinando ramos e frutos de limão galego, coletados pelo fitossanitarista Celso F. de Oliveira Santos, na propriedade "Tsusuki" localizada no Município de Presidente Prudente, no referido Estado.

A enfermidade apareceu, portanto:

a — muito longe da região citrícola do Estado;
b — afastado do pôrto de Santos, por onde, normalmente, poderiam chegar exemplares doentes (seria, então, identificada pela fiscalização fitossanitária, que aí mantém o Ministério da Agricultura).

Em face do exposto, acreditam os técnicos que a mesma tenha sido introduzida na Alta Sorocabana por via aérea, na bagagem de algum passageiro, através de estacas para enxertia, provenientes da região asiática, onde é grande a infestação da terrível enfermidade.

A presença do "cancro cítrico" no país é agora, portanto, fato consumado.

É indispensável, consequentemente, que medidas imediatas e drásticas sejam tomadas para que a enfermidade não atinja outras regiões e não venha abalar seriamente a nossa citricultura.

Não vem sendo outra a atitude tomada pelas autoridades fitossanitárias do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, que, atentas e vigilantes, vêm baixando portarias visando a erradicação dos focos já constatados e de outros que venham a ser identificados, para evitar que a moléstia se alastre a outras regiões do país.

III — Importante Portaria baixada pelo Ministro da Agricultura

O Sr. Ministro da Agricultura, tendo em vista o que lhe propôs o Departamento Nacional da Produção Vegetal do referido Ministério, em face da comunicação do Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura (Instituto Biológico), da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, baixou a Portaria n.º 493 de 23 de abril de 1957, publicada no Diário Oficial (Seção I), de 2 de maio de 1957 (página 11.168), cujo teor, pela sua alta relevância adiante transcreveremos:

N.º 493 — Tendo em vista a comunicação do Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura (Instituto Biológico), da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, sôbre o aparecimento do "canco cítrico", causado pela bactéria Xanthomonas citri (Hasse) Dowson em propriedades dos municípios de Presidente Prudente, Alvares Machado, Presidente Bernardes e Santo Anastácio na região da Alta Sorocabana;

Considerando que é imperiosa a erradicação dêsses focos e dos demais que forem encontrados;

Considerando o que lhe propôs o Departamento Nacional da Produção Vegetal no SCV 5.683-57, nos têrmos dos arts. 29 e 30, combinados com o art. 21 do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, aprovado pelo Decreto n.º 24.114, de 12-4-1934,

Resolve:

Art. 1.º Fica declarada zona interditada, em virtude da ocorrência do "cancro cítrico" o território do Estado de São Paulo, no qual serão aplicadas as medidas de erradicação previstas no Capítulo IV do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 2.º É declarada zona suspeita a área compreendida pelos municípios dos Estados do Paraná e Mato Grosso, limítrofes com a zona da Alta Sorocabana, no Estado de São Paulo.

Art. 3.º As frutas, mudas, galhos, borbulhas e quaisquer outras partes de plantas dos gêneros botânicos Citrus, Poncirus, Fortunella, Evodia, Melicope, Casimiroa e Toddalia, só poderão transitar, dentro das zonas interditadas ou para fora delas, quando acompanhados de certificado fitossanitário de trânsito, expedido por técnico da Inspetoria Regional de Defesa Sanitária Vegetal no Estado de S. Paulo ou do Instituto Biológico do mesmo Estado, ou outros, para tal fim, oficialmente credenciados.

Parágrafo único. Nas zonas suspeitas dos Estados do Paraná e Mato Grosso, o trânsito das partes de vegetal mencionadas neste artigo fica sujeito às mesmas restrições, sendo os certificados fitossanitários de trânsito expedidos por técnicos das respectivas Inspetorias Regionais de Defesa Sanitária Vegetal, ou das Secretarias de Agricultura, para tal fim, oficialmente credenciados.

Art. 4.º Fica o Instituto Biológico como preposto da União, por fôrça do Acôrdo firmado, credenciado para aplicar tôdas as medidas de erradicação cabíveis, inclusive a incineração das plantas ou partes atacadas ou, simplesmente, suspeitas, bem como baixar medidas complementares, visando o rápido e eficiente extermínio do mal.

Art. 5.º Tratando-se de doença perigosa, capaz de alastrar-se por todo o território nacional e cujo ataque torna as árvores sem objetivo econômico não poderá ser aplicado às mesmas o critério de indenização ao proprietário, de que cogita o artigo 34 do Regulamento

Art. 6.º Aos que difundirem ou contribuírem para a difusão da doença "cancro cítrico", aplica-se a pena prevista no art. 259 e seu parágrafo único, do Código Penal.

Art. 7.º Aos infratores do Capítulo IV do citado Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, aplicam-se as penalidades neste previstas.

Art. 8.º Ficam ratificadas as Portarias ns. 8, de 6-4-1957, 12, de 13-4-1957 e 13, de 16-4-1957 do Sr. Diretor Geral do Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura, publicadas nos **Diários Oficiais** do Estado de São Paulo em 9-4-1959, 14-41957 e 17 de abril de 1957, respectivamente. — **Mário Meneghetti**.

IV — O que os citricultores precisam saber sôbre a sintomatologia do "cancro cítrico".

No momento em que os citricultores precisam estar convenientemente esclarecidos sôbre a enfermidade para que possam colaborar eficientemente com as autoridades fitossanitárias para a sua erradicação, é de tôda conveniência uma ampla divulgação de sua sintomatologia.

Manchas mais ou menos arredondadas, a princípio amareladas ou castanho-claras, mais escuras no centro do que na periferia, circundadas por um halo (espécie de anel), de coloração amarelada, são os sintomas iniciais da doença.

As manchas podem apresentar-se isoladas ou, então grupadas, formando áreas de contorno irregular, sempre mais salientes que o resto do tecido da parte atacada.

Os sintomas característicos nos diversos orgãos atacados são os seguintes:

a — **nas fôlhas**: as manchas, que aparecem em ambas as faces da fôlha, inicialmente não penetram no tecido foliar. Com o tempo as manchas aumentam de tamanho, tornando-se castanho-claras e ficam circundadas por um halo amarelo. Examinando a fôlha verifica-se que na face central ou superior as manchas são mais ou menos rasas, enquanto que na face dorsal ou inferior são salientes em relação ao resto do tecido foliar.

b — **no ramos**: as manchas, nos ramos novos, são semelhantes às da fôlha, apresentam contorno mais ou menos circular, ficam dispostas isoladamente ou se juntam formando áreas de contorno irregular.

c — **nos frutos**: são semelhantes às das fôlhas. As manchas que se apresentam nos frutos. As referidas manchas penetram apenas superficialmente na casca e, não raro, apresentam uma excedação gomosa.

Nas fases mais avançadas pode-se observar que geralmente, em qualquer dos casos, as manchas se apresentam grupadas formando áreas de contorno irregular, as pustulas se rompem, aparecendo então uma massa esponjosa castanho claro. Nos frutos, geralmente, sôbre a massa esponjosa desenvolvem-se fungos que causam, então, o seu apodrecimento. Nos ramos novos nas fases mais avançadas a massa esponjosa toma o aspecto canceroso.

Embora se verifique uma certa preferência da bactéria pelos tecidos mais novos das plantas (tecidos erbáceos), já têm sido verificadas as pústulas em tecidos mais lenhosos.

Nas pústulas cancerosas encontram-se grande quantidade de bactérias e, pela ação da água (chuva ou orvalho), são expelidas e disseminadas para outras partes da planta (aparecimento de novas lesões cancerosas).

V— Sòmente medidas drásticas podem debelar o mal

Como dissemos acima, não existe nenhum processo eficiente para o tratamento da enfermidade. O único meio seguro para debelar o mal é a queima completa das plantas doentes, e como medida de precaução, tôdas as outras plantas cítricas das imediações, mesmo que aparentemente se apresentem sadias. A doença é grave, capaz de causar prejuizos e a destruição dos focos deve ser completa e imediata, para evitar males maiores.

As autoridades fitossanitárias estão atentas e vigilantes. Inspeções vem sendo feitas pelos técnicos da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e do Ministério da Agricultura, não só nas zonas onde apareceram os focos, como também em outras regiões citrícolas do país.

De acôrdo com a portaria ministerial n.º 493 de 23-4-1957:

a — foi declarada zona inter-

ditado, o território do Estado de São Paulo;

b — foi declarada zona suspeita a área compreendida pelos municípios dos Estados do Paraná e Mato Grosso, limítrofes com a área da Alto Sorocabana do Estado de S. Paulo.

Em virtude disso, o trânsito de frutas cítricas, mudas, galhos, borbulhas, etc., tanto dentro, como para fora da área interditada, como na zona suspeita só poderá ser feito quando acompanhada de **"certificado fitossanitário de trânsito"** passado por técnicos das Inspetorias Regionais da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura ou das Secretarias de Agricultura dos Estados, para tal fim oficialmente credenciadas.

Ao Instituto Biológico do Estado de São Paulo foram conferidos poderes, pela referida portaria, para aplicar tôdas as medidas de erradicação necessárias, no referido Estado.

Usando dessas atribuições baixou logo o Instituto Biológico do Estado de São Paulo, em 8-5-1957 portaria declarando interditados os Municípios de Presidente Prudente, Alvares Machado, Martinópolis, Indiana, Regente Feijó, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Piquenobi, Presidente Venceslau, Caiuá, Presidente Epitácio, Pirapozinho, Anhumas, Taciba, Caiaubu, Alfredo Marcondes, Mirante de Piranapanema e Marabá Paulista.

Nos municípios interditados ficaram proibidos:

a — o transporte e comércio de mudas, ramos etc., de citrus;

b — a venda de frutos cítricas provenientes de pomares interditados pelos técnicos da Secretaria da Agricultura;

c — até segunda ordem, o plantio de plantas cítricas;

d — a venda nas estações ferroviárias e rodoviárias e nos aeroportos, de frutas cítricas.

Conforme se verifica, as autoridades fitossanitárias vêm tomando, com a rapidez necessária, as medidas cabíveis para a erradicação do **"cancro cítrico"** para evitar que a sua propagação venha a provocar um verdadeiro colapso na nossa citricultura.

FUNDO DE ECONOMIA E PROTEÇÃO PLANIFICADA DA AGRO-PECUÁRIA

O nosso grande amigo e colega da benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Dr. Alberto Ravache, apresentou na Confederação Rural Brasileira, um plano com título marginado e que foi publicado no "Jornal do Comércio" de 13 de abril p.p. É mais um oportuno e excelente trabalho desse competente e dinâmico técnico. Êste "Fundo" tem por finalidade realizar empréstimos a juros baixos aos lavradores e criadores. Será uma espécie de "cooperativa compulsória", dirigida e fiscalizada pela classe rural, sem qualquer interferência dos Poderes Públicos, salvo quanto à fiscalização ou circulação dos produtos agrícolas. Para a constituição do seu fundo econômico, seria criada uma contribuição obrigatória, ou taxa de sacrifício, cooperação e circulação, de no máximo 1% para toda e qualquer produto agrícola na fonte produtora, em favor do "Fundo" e a crédito do contribuinte.

(Transcrito do Boletim do Leite, maio de 1957).

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL — 1950

Recebemos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais os seguintes volumes referentes ao Censo de 1950 (Censo Econômico):

a) Estado do Ceará
b) Estado da Paraíba
c) Estado de Alagôas
d) Estado do Espírito Santo
e Estado do Pará.

CONGRESSO DE PECUARIA DE CORTE DO BRASIL CENTRAL

Trata-se dos Anais do Congresso de Pecuária de Corte do Brasil Central, convocado pela Confederação Rural Brasileira, sob o patrocínio da Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo e preparado e organizado pela Associação Rural do Vale do Rio Grande.

ARQUIVOS DE BIOLOGIA E TECNOLOGIA
Vol. IX — 1954

No referido número dos Arquivos de Biologia e Tecnologia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná, encontram-se três interessantes trabalhos sôbre sambaquis, assinados por G. Tiburtino, A. Sobenski, J. J. Bigarella e I. K. Bigarella.

BOLETIM INFORMATIVO
Números 7 e 8

E' uma publicação mensal dos Serviços Articulados de Fomento de Produção Animal em Minas Gerais que traz um noticiário informativo e ilustrativo de interêsse para os agricultores.

REVISTA DOS MERCADOS
Ano VII — Números 75 e 76

Trata-se de Boletim de Informações da Bolsa de Mercadorias de São Paulo que faz sempre as seções especializadas sôbre: mercados, divulgações estatísticas, Notas e Informações, Resenha e Noticiário.

ASOCIACION RURAL DEL URUGUAY
Novembro e Dezembro de 1956

Como sempre, os dois últimos números da revista mensal da Associação Rural do Uruguai, trazem bons e interessantes trabalhos sôbre pecuária.

HILGARDIA

Recebemos mais os seguintes volumes de Hilgardia, Journal of Agricultural Science, publicado pela California Agricultural Experiment Station:

a) Evaluation of certain acaricides and insecticides for effectiveness, residues, and influence on crop flavor, E. Gorton Linsley.
b) Microbial Control the emergence of an idea a brief history of insect pathology through the nineteenth century — Edward A. Steinhaus.
c) Rest and dormancy in garlic — Louis K. Man e David A. Lewis.
d) Experimental studies on predation: predation and cyclamen — Mite populations on strawberries in California — C. B. Huffaker e C. E. Kennett.
e) Determining the prevalence of certain cereal crop diseases by means of aerial photography — Robert N. Colwell.

A FAZENDA
Janeiro de 1957

O número de Janeiro de "A FAZENDA", traz um interessante trabalho sôbre "A era agro-industrial", abrangendo um interessante artigo sôbre "A fazenda de amanhã", com comentários de Wilson Popenoe, C. Rodriguez Banza, P. Navas Pardo, Ricardo Lunardelli e Hugo Jordan.

BOLETIM DO CAMPO
ANO XIII — N. 91

Traz artigos assinados por Avelino Ribeira, Ruy G. Fernandes e Admar Lopes da Cruz, sôbre assuntos da atualidade para os agricultores.

INSTITUTE OF AGRICULTURAL SCIENCES
State College of Washington
Pullman, Washington

Entre os últimos números do Boletim de Extensão Agricultural do referido Instituto, podemos destacar os seguintes:

a) Irrigated pastures for sheep.
b) Spray program for insect perts of tree fruits in yestern Washington.
c) Spray recommendations for tree fruits in eastern Washington
d) Contrulling insect parts of small fruits.

BOLETIM DE LA ASOCIACION NACIONAL DE INGENIEROS AGRONOMOS
Num. 80 — Decembro de 1956

A secção de colaboração técnica do n. 80 do Boletim da Associação Nacional de Engenheiros Agrônomos, Madrid, Espanha, traz os seguintes artigos assinados: "La investigación en la industria conservera de los Estados Unidos de Norteamérica" "Laboratórios regionales", "La Sistematica de las plantas cultivadas", "Los caminos rurales", "Genetica de levedeiros" e "Incentivos".

INFORMACIONES DEL SCIPA
Serie para los agricultores — Num. 28

Trata-se de uma bôa publicação do Serviço Cooperativo Inter-Americano de Produção de Alimentos, dependência do Ministério da Agricultura, de Lima, Perú, contendo suas habituais secções sôbre extensão agrico'a, sanidade vegetal, fruticultura, mercados, avicultura, apicultura, veterinária e cunicultura.

SOBRE A ANATOMIA DA SEMENTE DO GUARANA' — Prof. Karl Areno

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, do Conselho Nacional de Pesquisas, acaba de publicar um magnifico e completo trabalho sôbre a anatomia da semente do guaraná, de autoria do prof. Karl Arens.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CUY
Facultad de Ciencias Agrarias

A Facultad de Ciencias Agrarias da Universidad Nacional de Cuyo, do Ministério de Educacion, de Mendoza, Republica Argentina, acaba de publicar mais dois boletins tecnicos; um sôbre "Cantidad de alcohol, glicerina y acidez volátil producido por distintos levaduras de Roberto Vega e outro sôbre "Contribución al estudio zimotécnico del Departamento San Rafael", do mesmo autor

UM RETRATO DA VIDA RURAL AMERICANA
Dr. João Kessler Coelho de Souza

O Dr. João Kessler Coelho de Souza, Diretor Secretário do Centro Civico Social da Produção do Rio Grande do Sul e membro da Confederação Rural Brasileira, realizou uma interessante palestra mandada imprimir pelo CEVI, transmitindo suas impressões a respeito de uma viagem de estudos e observações feitos nos Estados Unidos.

BOLETIM DO LEITE
Ano X — Nos. 115 até 119

Recebemos cinco números do Boletim do Leite, revista especializada em laticinios, referente aos meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Maio da corrente ano.

Trata-se de uma magnifica revista dirigida pelo Snr. Otto Frensel, especialista em material e instalações para laticinios e que muito tem contribuido para o desenvolvimento da indústria de laticinios no país.

Em "Boletim do Leite", encontram-se artigos assinados por especialistas altamente credenciados pelos trabalhos e pesquisas sôbre assunto laticinios como J. J. Carneiro Filho, Ivan H. Longhardy, José Assis Ribeiro, Otto Frensel, Kalina Kantardjiewa e outros.

Digno de louvores é o trabalho do Snr. Otto Frensel, que, com entusiasmo e idealismo vem há longos anos contribuindo para que a nossa indústria de laticinios alcance, em nosso país, a posição de relêvo que precisa e deve ocupar.

"Boletim do Leite", tem sido o veiculo através do qual, os nossos ruralistas, especialmente os interessados em pecuária leiteira, estão sempre a par das novas conquistas e do desenvolvimento da industria de lacticinios no mundo e no Brasil.

A LAVOURA

(ORGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultora são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SAO PAULO —

LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

TEM NOVA DIRETORIA A ASSOCIAÇÃO RURAL DE VIEGAS — CENTRO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO — CANCELAMENTO DE REGISTRO DE LAVRADORES — ELEIÇÕES PARA O CARGO DE DIRETOR DO DARDIF — LICENCIOU-SE O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE RIO DA PRATA — ATAS DAS REUNIÕES DO DARDIF — OUTRAS NOTAS

Em sessão realizada nos 13 dias do mês de maio p. p. na sede da Associação Rural de Viegas os associados da mesma, elegeram a nova diretoria da entidade para o biênio de 1957-1959. As eleições foram assistidas pelos srs. Flávio Costa Britto, presidente do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, Luís Marques Poliano, secretário-geral da Sociedade Nacional de Agricultura, e Braulio Guimarães, encarregado do Expediente da DARDIF.

Após o resultado do pleito foi empossada a nova diretoria que está assim constituída: Presidente, José Manoel Pires; vice-presidente, Francisco Fernandes; 1.º secretário, Juvenal da Silva Azevedo; 2.º secretário, Diomar Guimarães; 2.º tesoureiro, Manoel Gonçalves Teixeira Pinto, e Conselho Fiscal Manoel Gonçalves de Castro, Waldemar Cardoso de Paiva e Alberto Racca.

CENTRO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO

Durante a reunião semanal da C. R. B., realizada a 25 de junho, foi recebido o Presidente da Cruzada S. Sebastião, D. Helder Câmara, que foi agradecer o apoio da entidade no projeto daquela entidade, da construção de um Centro Municipal de Abastecimento, na Avenida Brasil.

Após a saudação que lhe fêz o Presidente Iris Meinberg, usou da palavra o Sr. Milton Freitas de Souza, grande fruticultor no Estado do Rio, que aludiu ao fato de estarem, no atual mercado da Praça 15, os 320 boxes ocupados apenas por comerciantes, ficando inteiramente de fora os produtores agrícolas, entregues à ganância dos detentores dos locais ali. Manifestou a sua preocupação quando, em breve, mandará para o consumo carioca nada menos de 60 milhões de frutos de produção própria, sem dispor de local para a respectiva venda, a menos que continue entregando a preço vil, como até aqui, o produto de seu esfôrço.

Secundou as palavras do Sr. Milton de Souza o Sr. Amaro Cavalcanti, representante da agricultura na COFAP, que, dentre outras coisas, manifestou suas esperanças no projeto da Cruzada, pela grandiosidade que, desde já, revela, fugindo a um dos males da nossa administração, qual o de sempre fazermos projetos acanhados, sem consideração pelo crescimento das coisas no Brasil.

Falou a seguir o Sr. Iris Meinberg, que aludiu à baixa rentabilidade da nossa agricultura, tendo como uma das causas principais a má retribuição ao agricultor, pelo atravessamento entre a atividade rural e o consumo, sendo isso uma razão para o êxodo rural, que a Cruzada está enfrentando nos seus efeitos na cidade.

Usou da palavra, por fim, D. Helder Câmara, que rendeu homenagem à atuação da Confederação, não só neste caso de dar à cidade e aos produtores um centro distribuidor de alimentos à altura das necessidades da Capital, mas em outros setores. Referiu-se à experiência da Cruzada no que tange à recuperação dos favelados, afirmando que essa experiência está feita, e com o maior sucesso. No caso do Centro de Abastecimento, considerou que, para a consecução daquele primeiro propósito, êste lhe dará os meios e recursos necessários, além de contribuir, decisivamente, para o problema do abastecimento das populações.

É a segunda experiência, também realizada com êxito qual do autofinanciamento da integração de uma numerosa população à vida da cidade.

É através do centro projetado que, graças à visão da Presidência da República e da Prefeitura do Distrito Federal, pode a Cruzada contar com o autofinanciamento da emprêsa que se propôs. Informou que, nas terras conquistadas nos mangues, não serão localizados favelados, mas delas tirará a Cruzada os recursos necessários para localização das numerosas populações a socorrer.

São terras — continua — do alto valor estratégico, pois dispõem de acessos rodoviário, ferroviário e marítimo. Refere-se a um terceiro aspecto, qual o de que o Rio de Janeiro, precisa de abastecimento, face ao crescimento de 80 000 habitantes por ano. Isto significa que se não planejarmos com certa largueza êsse Centro, seremos colhidos de surprêsa enfrentando em futuro próximo situação que tornará cada vez mais irrespirável a vida no Rio. E isto, acrescenta, o preocupa como padre e como bispo, pois a Igreja não vê só o pão do espírito, mas também as condições materiais que atendam a um mínimo de confôrto e bem-estar. Além disso, tem em conta que o que aqui se passa serve de exemplo para o resto do país. Acha, também, que devemos encorajar o produtor a fim de que continue na sua atividade. Muitos, têm trocado a sua missão de lavradores e criadores por outras atividades menos arriscadas e mais cômodas, abandonando a gleba. Reitera seus propósitos de não combater a ninguém, mas deseja que em todos diminua o egoísmo, porque Deus não errou suas contas e a terra é bastante grande e generosa, para que todos concordemos.

No caso do Centro de Abastecimento, uma das coisas — revela — que mais o seduzem é que êle parte da iniciativa privada que nos cumpre estimular por todos os meios. Vivamente aplaudido nesse ponto de seu discurso, prossegue o ilustre prelado afirmando que, desse plano, todos os fatores se somam, embora se saiba que os produtores, sem recursos para adquirirem espaços no referido Centro, necessitam de ajuda financeira oficial, que lhes possibilitem adquirir, em pé de igualdade com os comerciantes, lojas onde possam expor e vender diretamente os seus produtos.

Explica a sua presença na C. R. B., não só para agradecer a preferência manifestada pela entidade pela iniciativa da Cruzada, como para dizer que há necessidade de compreensão para os esforços do produtor. Prometeu levar seu depoimento ao Sr. Presidente da República no tocante aos empréstimos do poder público ao produtor, para o financiamento de que necessitam, e que voltará à C. R. B. tantas vêzes quantas se fizerem precisas.

PARECER DA C. R. B.

A Comissão Especial designada pela Confederação Rural Brasileira para, por proposta da União Nacional das Cooperativas, estudar e dar parecer a respeito do problema decorrente da demoli-

ção do atual Mercado Municipal, e conseqüente construção de um Centro de Abastecimento capaz de atender às necessidades atuais e futuras da população carioca, tanto pelas características de ordem técnica exigidas, como, sobretudo, pelos interêsses da produção e do consumo.

CONSIDERANDO:

— Que a Municipalidade, tendo em vista o fato de o velho mercado não atender, de há muito, às necessidades do abastecimento, já deliberou a sua demolição, e está procedendo à desocupação de suas lojas;

— Que, assim, se torna imperioso criar, com a máxima urgência, novo centro distribuidor de gêneros alimentícios, capaz de corresponder às necessidades dos produtores e consumidores e comportar futura expansão, com o crescimento previsto da população carioca;

— Que, na oportunidade da construção dêsse Centro, é imprescindível deixar asseguradas aos produtores condições de acesso e localização no mesmo, não somente em benefício da sua atividade, como também da população;

— Que, dentre os vários planos, estudos e projetos conhecidos — todos objeto de cuidadoso exame da Comissão — aquêle de iniciativa da Cruzada São Sebastião é, pela sua localização, o que melhor atende às exigências de uma obra dessa natureza, possibilitando ainda futura e necessária expansão, visto que será construído em área suficientemente ampla e se acha, além disso, entre a rodovia-tronco da Capital e a Baía de Guanabara, próxima às ferrovias, permitindo fácil transporte;

— Que estão em franco andamento os trabalhos para execução do projeto de construção do "Centro Municipal de Abastecimento" da referida entidade, que se propõe construir desde logo 100.000 m2 de loja, devendo concluir construção de área pelo menos igual à do atual mercado (30.000 m2) até 10 de dezembro próximo futuro;

— Que, finalmente, é indispensável o auxílio, por todos os meios, do Poder Publico, para a aquisição de lojas por parte dos produtores ou entidades que os congreguem, especialmente cooperativas,

SUGERE:

1.º — Que a Diretoria da Confederação Rural Brasileira manifeste ao Poder Publico a imperiosa necessidade da imediata construção de um "Centro de Abastecimento", nas condições apontadas.

2.º — Que reconheça ser a localização do denominado "Centro Municipal de Abastecimento", em execução nos terrenos da Cruzada São Sebastião, situados junto ao entroncamento das rodovias Presidente Dutra e Kubitschek e a Baía de Guanabara, o que melhor consulta os interêsses da produção e do Consumo.

3.º — Que diligencie, com a maior brevidade, junto ao Govêrno, no sentido de que êste, através a Caixa Econômica Federal, possibilite a aquisição de lojas por parte dos produtores ou entidades que os congreguem, especialmente às Cooperativas, financiando-as a juros módicos e prazo longo.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1957.

ASSOCIAÇAO RURAL DE RIO DA PRATA

Em ofício dirigido ao Secretário-Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, o Sr. Jonas dos Passos Soares, Presidente da Associação Rural do Rio da Prata, comunicou haver se licenciado por 12 meses da presidência da referida entidade na forma estatutária.

ELEIÇÕES PARA A DIREÇÃO DO DARDIF

Em obediência às disposições doRegulamento, letra c, do artigo 4.º, dos Estatutos Sociais, realizaram-se a 9 de julho corrente as eleições para a escolha do futuro diretor do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal. A chapa sufragada para a lista tríplice da qual será escolhido o futuro dirigente dêste departamento foi a seguinte: Flavio da Costa Britto, Francisco de Moraes e Juvenal Azevedo. Dentro de 10 dias, o Sr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura nomeará o Diretor do DARDIF.

REPRESENTANTES PERMANENTES

Por decisão da Diretoria do S. N. A. foram escolhidos para representantes permanentes do órgão federativo no DARDIF os Srs. Adamastor Lima, Alberto Ravacle, Abel de Almeida e Itagyba Barçante.

CANCELAMENTO DE REGISTRO DE LAVRADORES

De acôrdo com a comunicação feita pelo Sr. Chefe do Serviço de Economia Rural da Secretaria-Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, foram cancelados os seguintes registros de lavradores:

20.370020/57 — Manoel Gomes Garantido — Est. Bandeirantes km 22 — Inscrição 5.649 — Pôsto III — Não tem mais lavoura.

20.37482/56 — Manoel Amado — Rua Aplacás, s. n. Inscrição n.º 0235 — Pôsto III — Faleceu

20.39009/57 — Ascindino Francisco Esteves — Rua Carnaúba, 980 — Pôsto III — Inscrição 1.405 — Não tem mais lavoura.

20.35184/56 — Bernardino Pereira — Rua Soares Caldeira, s. n. — Pôsto II — Inscrição 6.148 — Não tem mais lavoura.

20.30389/57 — Pôsto II

Alfredo dos Santos Rodrigues — Estr. Rio do Pau, s. n. — Inscrição 3.675/54.

Hugo Marques Lins — Rua Fernando Lôbo, 75 — Inscrição 146 C/52.

Mario Cezar B. S. Ramos — Est. do Catonho, s. n. — Inscrição 3.512/55.

Eduardo Macedo — Est. do Catinho, s. n. — Inscrição .... 3.512/55.

Orlando Campos Medeiros — Rua Florianópolis, 352 — Inscrição 5.889/55.

Hello Reis Cidade — Rua Dr. Bernardino, 306 — Inscrição 283 C/53.

Deobry Santos — Rua Caruará, 536 — Inscrição 448/56.

Genezio Cezar Cabral — Rua Urucuia, 54 — Inscrição .... 6.205/52.

Alfredo Rebelo Nunes — Rua Urucuia, 396 — Inscrição .... 5.847/56.

Lauro de Matos Mendes — Rua Pedro Teles, 161 — Inscrição 2.687/56.

Antônio de A. Neto — Est. Covanca, 1.201 — Inscrição 167 C/53.

João José — Rua Pedro Teles, 162 — Inscrição 1.394/52.

Artur de J. Marrafa — Est. Velha da Pavuna — Inscrição 2.577/53.

Caetano Lopes — Rua 29 de Outubro, 9.771 — Inscrição .... 2.331/53.

Euclydes Amaral — Rua Goiás — Inscrição 273 C/55

Antonio Joaquim Coelho — Serra do Inácio Dias — Inscrição 1.050/56.

Custódio Mendes — Rua Tôrres de Oliveira, 426 — Inscrição 2.680/52.

David Francisco da Silva — Rua Padre Nóbrega, 1.079 — Inscrição 4.779/53.

Augusto Pinto — Rua Dr. Noguchi, 283-A — Inscrição 440 C/56.

Nota: Não têm mais atividades no local.

Memorando 84 do Pôsto II

Maximiano V. de Almeida — Rua Teresa, 5 — Inscrição 5.824/56.

Celina N. da Silva — Rua 7, quadra 10 — Inscrição R. P. 18/56.

Joaquim de Almeida — Est. Comandante L. Souto, 487 — Inscrição 6.504/57.

Antônio Pereira da Silva — Estrada Velha da Pavuna, 1.446 — Inscrição 4.096/53.

Antonio da Silva e outro — Estrada Velha da Pavuna, 1.290 — Inscrição 4.079/53.

Antonio C. da Silva — Av. Ernani Cardoso, 321 — Inscrição 210/c/53.

Cracho M. Machado — Av. Ernani Cardoso, 217 — Inscrição 134 C/52.

Processo 20.30479/57 — Pôsto II

Durval da Costa Vieira — Est. Cafundá, s. n. — Inscrição .. 4.775/53.

Manoel José Lisboa e outro — Idem, idem — Inscrição ..... 2.305/53.

Kleber P. Pinaud — Rua Caruará, 536 — Inscrição 3.410/53.

Diniz Vaz Diniz — Est. Velha da Pavuna, 1.556 — Inscrição 150 C/53.

Sebastião da Silva Fumaça — Rua Dr. Alfredo, 10 — Inscrição 1.781/53.

João Rodrigues — Estrada da Fontinha, 495 — Inscrição 2.719/52.

Manoel dos Santos Silva — Fazenda da Bica — Inscrição 2.990/53.

Otilio Fernandes — Estrada Intendente Magalhães, 540 — Inscrição 2.374/52.

Rosa M. de Jesus — Rua Clarabia, 673 — Inscrição 230 C/54.

Manoel da Silva Lourenço — Rua Guaianases, 30 — Inscrição 77 C/53.

20.37025/57 — João Rodrigues Alves Junior — Faz. Engenho d'Água, s. n. — Inscrição 5.584 — Pôsto III — Faleceu.

20.37129/57 — Manoel da Silva — Caminho do Encanamento, s. n. — Inscrição 4.276 — Pôsto III — Faleceu.

20.37113/57 — Manoel Melo da Silva — Caminho da Bôca do Mato, 17 — Inscrição 4.295 — Pôsto III — Faleceu.

20.37451/57 — Antonio de Jesus — Estrada dos Bandeirantes, km 22 — Inscrição 5.419 — Pôsto III — Não tem mais lavoura.

20.43075/57 — Augusto Dias Durão — Estrada Piaí, 32 — Inscrição 1.382 — Pôsto IV — Não tem mais lavoura.

MAPA DE DISTRIBUIÇAO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE ABRIL DE -957

QUOTA DA P. D. F.

	Sacos
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá .... cancelada	
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	570
Cooperativa Agricola de Bangu	295
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	295
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	480
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	230
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Ilha de Guaratiba	572
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	210
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural	178
Cooperativa Mixta Agro-Pecuária de Santa Cruz	415
Cooperativa dos Bandeirantes	150
Cooperativa dos Avicultores de Benfica .	265
Cooperativa dos Avicultores de Santa Cruz	203
Cooperativa dos Agricultores do Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	357
Cooperativa Mixta Agro-Pecuária de Kosmos	250
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	225
Associação Agricola de Jacarépaguá	128
Associação Rural do Realengo	235
Associação Rural do Viégas .... cancelada	
Associação Rural de Stad. Eugênia canc.	
Associação Rural dos Palmares	265
Associação Rural do Rio da Prata	300
Intendência Agricola da Cachamorra	162
Sociedade União dos Agricultroes	215
Total	6.000

MAPA DE DISTRIBUIÇAO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE MAIO DE 1957

QUOTA DA P.D.F.

	Sacos
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarépaguá .... cancelada	
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	800
Cooperativa Agricola de Bangu	400
Cooperativa dos Agricultores Criadores de Campo Grande	400
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	624
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	400
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	700
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	380
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural	172
Coopetariva Mixta Agro-Pecuária de Santa Cruz	420
Cooperativa dos Bandeirantes	160
Cooperatvia dos Avicultores de Benfica ...	130
Cooperativa dos Avicultores de Santa Cruz	252
Cooperativa dos Agricultores do Sertão de Jacarépaguá e Guaratiba	338
Cooperatvia Mixta Agro-Pecuária de Kosmos	406
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	270
Associação Agricola de Jacarépaguá	192
Associação Rural do Realengo	300
Associação Rural do Viegas ...... cancel.	
Associação Rural de Santa Eugênia cancel.	
Associação Rural dos Palmares	380
Associação Rural do Rio da Prata	490
Intendência Agricola da Cachamorra	208
Sociedade União dos Agricultores	300
Total	8.000

MAPA DA DISTRIBUIÇAO DE RESIDUOS DE DE TRIGO DO MES DE JUNHO DE 1957

QUOTA DA P. D. F.

	Sacos
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarépaguá .... cancelada	
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	570
Cooperativa Agricola de Bangu	430
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	400
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	550
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	500
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	700
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	380
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural	170
Cooperativa Mixta Agro-Pecuária de Santa Cruz	400
Cooperativa dosBandeirantes	220
Cooperativa dos Avicultores de Benfica ..	300
Cooperativa dos Avicultores de Santa Cruz	260
Cooperativa dos Agricultores do Sertão de Jacarépaguá-Guaratiba	400
Cooperativa Mixta Agro-Pecuária de Kos mos	380
Associação dos Lavradores da Fazneda Coqueiros	400
Associação Agricola de Jacarépaguá	200
Associação Rural do Realengo	400
Associação Rural do Viegas .....cancelada	
Associação Rural de Santa Eugênia cancel.	
Associação Rural dos Palmares	380
Associação Rural do Rio da Prata	480
Intendência Agricola da Cachamorra	240
Sociedade União dos Agricultores	270
Total	8.000

MAPA DE DISTRIBUIÇAO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE ABRIL DE 1957

QUOTA DO D.A.R.D I F.

	Sacos
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarépaguá	590

Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	570
Cooperativa Agrícola de Bangu	295
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	295
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	275
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	239
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	240
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	210
Cooperativa dos Lavradores e Criadodes da Zona Rural	178
Cooperativa Mixta Agro-Pecuária de Santa Cruz	225
Cooperativa dos Bandeirantes	150
Cooperativa dos Avicultores de Benfica	265
Cooperativa dos Avicultores de Santa Cruz	203
Cooperativa dos Agricultores do Sertão de Jacarépaguá-Guaratiba	137
Cooperativa Mixta Agro-Pecuária de Kosmos	250
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	180
Associação Agrícola de Jacarépaguá	128
Associação Rural do Realengo	235
Associação Rural do Viegas	170
Associação Rural de-Santa Eugênia	177
Associação Rural dos Palmares	265
Associação Rural do Rio da Prata	230
Intendência Agrícola de Cachamorra	162
Sociedade União dos Agricultores	215
Sociedade Nacional de Agricultura	215
Total	6.000

MAPA DE DISTRIBUIÇAO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MÊS DE MAIO DE 1957

QUOTA DO D.A.R.D I F.

	Sacos
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarépaguá	696
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	800
Cooperativa Agrícola de Bangu Ltda	400
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	400
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	400
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	280
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	350
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	380
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural Ltda.	172
Cooperativa Mixta Agro-Pecuária de Santa Cruz	300
Cooperativa dos Bandeirantes	78
Cooperativa dos Avicultores de Benfica	300
Cooperativa dos Avicultores de Santa Cruz	252
Cooperativa dos Agricultores do Sertão de Jacarépaguá e Guaratiba	158
Cooperativa Mixta Agro-Pecuária de Kosmos	406
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	280
Associação Agrícola de Jacarépaguá	192
Associação Rural do Realengo	300
Associação Rural do Viegas	130
Associação Rural de Santa Eugênia	160
Associação Rural dos Palmares	388
Associação Rural do Rio da Prata	370
Intendência Agrícola de Cachamorra	208
Sociedade União dos Agricultores	600
Total	8 000

MAPA DA DISTRIBUIÇAO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MÊS DE JUNHO DE 1957

QUOTA DO D A R.D I F.

Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarépaguá	816
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	600
Cooperativa Agrícola de Bangu	300
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	400
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	400
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	276
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	400
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	360
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural	122
Cooperativa Mixta Agro-Pecuária de Santa Cruz	240
Cooperativa dos Bandeirantes	128
Cooperativa dos Avicultores de Benfica	794
Cooperativa dos Avicultores de Santa Cruz	228
Cooperativa dos Agricultores do Sertão de Jacarépaguá e Guaratiba	116
Cooperativa Mixta Agro-Pecuária de Kosmos	398
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	268
Associação Agrícola de Jacarepaguá	152
Associação Rural do Realengo	220
Associação Rural do Viegas	126
Associação Rural de Santa Eugênia	112
Associação Rural dos Palmares	355
Associação Rural do Rio da Prata	300
Intendência Agrícola de Cachamorra	224
Sociedade União dos Agricultores	280
Sociedade Nacional de Agricultura	220
Total	7.840

ATA DA 19.ª REUNIAO ORDINARIA, SEMANAL, DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 19 de Março de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do Sr FLAVIO DA COSTA BRITTO

Fernando da Cruz
Antônio Vaz
Francisco José de Moraes
Marcos de Mello
Manoel de Almeida
Flávio da Costa Britto

Aos 19 dias do mês de março de 1957, presentes os Srs. representantes de cooperativas, associações e intendências-agrícolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo 171 2.º andar, mais uma reunião dêsse Departamento sob a Presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata da reunião anterior a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou:: a) ofício da Confederação Rural Brasileira, enviando registro da Associação Rural de Santa Eugênia; b) ofício do Serviço de Economia Rural do P D.F., convidando para uma palestra do engenheiro agrônomo Almiro G. de Castro; c) ofício da Cooperativa Agrícola de Cotia convidando para sua Exposição de Agricultura; d) ofício da Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural participando a nova diretoria. Da ordem do dia constou: a) distribuição de resíduos de trigo, b) assuntos gerais. Continuando com a palavra o Sr. Presidente falou de sua satisfação em saber ter sido a Associação Rural de Santa Eugênia reconhecida oficialmente pelo Sr. Ministro da Agricultura, ao mesmo tempo pedia fôssem enviados telegramas à tôdas entidades filiadas a fim de, no próximo dia 26, às 16 horas, seja feita a entrega, na presença da classe em geral, da portaria do Sr. Ministro da Agricultura ao Presidente da referida entidade. A seguir falou o representante da Associação Rural do Realengo, lamentando mais uma vez, a escassa quota que coube à sua organização por parte da P.D.F. Em seguida são debatidos diversos assuntos do interêsse geral, para, finalmente, às 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente dar como encerrada a reunião, marcando outra para o próximo dia 26 de março de 1957.

ATA DA 20.ª REUNIÃO ORDINARIA, SEMANAL, DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 26 de fevereiro de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do Sr. FLAVIO DA COSTA BRITTO.

Flávio da Costa Brito
Luiz Marques Poliano
Acácio Gonçalves da Silva
Antônio da Silva
Sebastião Ernesto
Benedito Rodrigues da Silva
Francisco de Mottos Trindade
José Rocha
Abel de Almeida
Eleuzipio Cândido da Silva

Aos 26 dias do mês de março de 1957, presentes os Srs. representantes de cooperativas, associações e intendências-agrícolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo, 171 2.º andar, mais uma reunião dêsse

Departamento sob a Presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata da reunião anterior a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou: a) telegramas às entidades filiadas, convidando para reunião onde será entregue o registro da Associação Rural de Santa Eugênia; b) estudo das determinações das áreas territoriais das associações rurais, c) tabela de preços das rações balanceadas da Cooperativa dos Lavradores e Criadores de Jacarépaguá. Da ordem do dia constou: a) quota de 5.000 sacos de resíduos de trigo para o DARDIF; b) cancelamento de inscrições de lavradores; c) assuntos gerais O Sr. Presidente depois de resolver várias questões de ordem sôbre assuntos que lhe foram presentes, chamou a atenção dos Srs. responsáveis pelas associações rurais que estão sendo reconhecidas pelo Ministério da Agricultura, para os dispositivos legais que determina a demarcação das áreas territoriais das mesmas, assunto êste que está afeto aos Srs. Abel de Almeida, Luiz Marques Poliano e Antônio Correia da Silva. Assim estão convocados os Srs. Presidentes a comparecerem na próxima têrça-feira a uma reunião especial, às 15 horas, para tratarem do assunto. Ainda no expediente o Sr. Presidente deu conhecimento à casa da nova tabela de rações balanceadas da Cooperativa dos Lavradores e Criadores de Jacarépaguá. Passando a ordem do dia, o Sr. Presidente fêz a entrega oficial, ao Sr. Eleuzípio Cândido da Silva, Presidente da Associação Rural de Santa Eugênia, do diploma que lhe foi concedido pelo Sr. Ministro da Agricultura, à esta entidade, que é a primeira a ser oficialmente reconhecida no Distrito Federal. Por ocasião da entrega solene, o Sr. Presidente teve palavras de felicitações e entusiasmo aos componentes da referida Associação, chamando a atenção dos demais presidentes de entidades para a necessidade do imediato reconhecimento de tôdas associações rurais. O presidente da Associação Rural de Santa Eugênia, depois de agradecer o diploma concedido pelo Sr. Ministro da Agricultura e as palavras do Sr. Presidente, informou que, com tristeza, lavradores de uma fazenda pretencente àquela associação, no dia anterior, haviam sido despejados violentamente de suas terras e contra êsse ato ilegal desejava as providências do DARDIF. Narrou então que na madrugada anterior um caminhão com 40 praças do 1.º D.O. da Polícia Municipal, invadira àquela propriedade obrigando seus moradores a se retirarem imediatamente. Ante a ameaça das armas que empunhavam as praças, auxiliados por elementos, também armados, da Imobiliária Vieira Sobrinho, que se diz proprietária daquelas terras, os moradores abandonaram as mesmas deixando seus bens à sanha dos atrabiliários. Ocupando as terras, os empregados da firma Vieira Sobrinho, garantidos pelo contingente militar, destruiram 800 laranjeis em plena produção, 2.000 touceiras de cana, 2.000 pés de bananas, 1 arrozal e várias outras lavouras de grande interêsse para o abastecimento do Distrito Federal. Essa comunicação provocou a revolta geral dos presentes que sugeriram telegramas e ofícios de protesto ao sr. Prefeito do Distrito Federal, ao Secretário de Segurança da P.D.F., ao Secretário da Agricultura, ao Secretário da Viação e ao vereador Osmar Rezende. Ante o calor dos debates, para evitar confusões e para uma futura reparação jurídica das violências cometidas, propôs o Sr. Luiz Marques Poliano que o denunciante, Sr. Eleuzípio Cândido da Silva, enviasse ao DARDIF um relato dos acontecimentos e tôda a documentação que possa provar o esbulho praticado por àquela firma e pelas praças do 1.º D. O. A proposição foi aprovada unanimemente. Prosseguindo com a palavra, propôs ainda o Sr. Marques Poliano, fôsse passado telegramas ao Sr. Prefeito do Distrito Federal, um felicitando pelo 1.º aniversário de sua administração e outro pela promulgação da lei que concede prêmios aos Lavradores que apresentarem melhor aperfeiçoamento em suas atividades profissionais. Depois desta proposição, o Sr. Presidente comunicou a Casa estar presente o Sr. José Rocha, tesoureiro da Associação Rural do Viegas e que, em documento devidamente assinado, solicitava providências contra o fato daquela Associação há mais de 5 anos estar pràticamente sem diretoria legal, pois, desde 1950 não são feitas as eleições necessárias para renovação de Diretoria, cujo mandato, estatutàriamente é de 2 anos. O Sr. Abel de Almeida pediu a palavra sôbre o assunto e propôs a imediata intervenção naquela Entidade no que foi secundado pelo Sr. Flávio de Britto e outros presentes. Os debates se prolongaram até que o Sr. Luiz Marques Poliano propôs que antes da Assembléia se manifestar a favor ou contra tal intervenção, fôsse convocado o Sr. Juvenal da Silva Azevedo, Presidente daquela Associação, para que o mesmo defendesse a sua gestão das graves acusações trazidas ao plenário do DARDIF. A proposição foi aceita por maioria absoluta. Às 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a sessão marcando outra para o próximo dia 2 de Abril.

ATA DA 21.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 2 de abril de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do Sr. FLÁVIO DA COSTA BRITTO

Aos 2 dias do mês de abril de 1957, presentes os Srs. representantes de cooperativas, associações e intendências agrícolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal Justo 171 2.º andar, mais uma reunião dêsse Departamento sob a Presidência do Sr. Luiz Marques Poliano, em virtude da ausência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada com a seguinte modificação: o Sr. Eleuzípio Cândido da Silva afirmou que na ocasião em que relatou a invasão de terras de sua Associação por parte de praças do 1.º D.O. e funcionários da Imobiliária Vieira Sobrinho, afirmara que sòmente se encontravam armados as referidas praças e não os empregados da firma Vieira Sobrinho. Do expediente constou: a) telegramas ao Sr. Embaixador Negrão de Lima; b) ofício ao Sr. Juvenal S. Azevedo, presidente da Associação Rural do Viegas, convocando-o para a próxima reunião. Da ordem do dia constou: a) assuntos gerais. Obtendo a palavra o Sr. Abel de Almeida propoz que fôsse enviado em telegrama ao Sr. Prefeito do Distrito Federal, relatando os acontecimentos já de conhecimento da Casa, solicitando as necessárias providências. O major Acácio Gonçalves da Silva secundou a proposta, sendo a mesma aprovada. O Sr. Eleuzípio Cândido da Silva, além de apresen-

tar novos detalhes da depredação das terras da Fazenda da Pedra, apresentou documentação fotográfica da mesma. O Sr. Luiz Marques Poliano propôs que a mesma documentação fôsse enviada ao Departamento Jurídico da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, para efeito de ação judicial. Em seguida o Sr. Abel de Almeida propôs que fôsse resolvida a questão da Associação Rural do Viegas sem a presença do respectivo presidente, Sr. Juvenal da Silva Azevedo, que convidado à presente reunião não compareceu. Propôs então que os Srs. José Rocha e Manoel de Castro fôssem incumbidos de fazer as novas eleições. Quanto ao Sr. Juvenal Azevedo, caso o mesmo não compareça até a próxima reunião, fôsse solicitado ao mesmo que renunciasse a representação da classe no Conselho Superior de Recursos Fiscais da P.D.F. Depois de largamente debatida esta proposta, foi a mesma recusada. Propôs então o Sr. Marques Poliano, fôsse solicitado ao Sr. Juvenal Azevedo, os livros de ata daquela entidade, para apurar se houve ou não eleições no período indicado pela denúncia. Esta proposta foi aprovada. Concedida a palavra ao Sr. José Rocha, reportou-se o mesmo a entendimentos já havidos entre êle e o Sr. Juvenal Azevedo para que o mesmo lhe entregasse os livros de atas. O Sr. Presidente fêz entrega ao Sr. Abel de Almeida de um ofício do Diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, encaminhando um memorial da SOCIEDADE UNIÃO DOS AGRICULTORES, em que a mesma anexa uma relação de seus associados na maioria localizados em Jacarépaguá e Cascadura. O Sr. Presidente explicou que o caso da Sociedade União dos Agricultores gerava um conflito de jurisdição, de vez que sendo a mesma sediada na Penha desde 1914 vem operando em Jacarépaguá e Cascadura, como Associação Rural e que a comissão deveria fazer estudos para que a mesma fôsse transformada em Associação Especializada, conforme prevê a lei. Às 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a sessão, marcando outra para o próximo dia 9 de Abril.

ATA DA 22.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL, DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 9 de abril de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do Sr. FLÁVIO DA COSTA BRITTO

Sebastião Ernesto
Fidelis José Vieira
Agrícola Borges
Antônio Tennyson Garcez
Flávio da Costa Brito
Arácia Gonçalves da Silva
Abel de Almeida

Aos 9 dias do mês de abril de 1957, presentes os Srs. representantes de cooperativas, associações e intendências agrícolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo 171 2.º andar, mais uma reunião dêsse Departamento sob a Presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente de-

terminou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou: a) telegrama ao Embaixador Negrão de Lima; b) ofício ao vereador Osmar Rezende; c) ofício ao Sr. Juvenal da Silva Azevedo. Da ordem do dia constou: a) noticiário da Imprensa sôbre as violências contra lavradores da Fazenda da Pedra, b) assuntos gerais. Obtendo a palavra, pela ordem, o Sr. Abel de Almeida falou a respeito da situação da Associação Rural do Viegas, dizendo ter estado com o Sr. Juvenal Azevedo, o qual afirmou possuir um a ata que o autorizava a transformar a Intendência do Viegas em cooperativa, o que não foi feito devido ao próprio Sr. Abel de Almeida ter sido contrário a tal transformação. Ao mesmo tempo informou que compareceria a presente reunião para, de viva voz, fornecer as explicações necessárias; o referido senhor não compareceu a reunião prometida. Falou então o Sr. Presidente, que sugeriu fôsse concedida mais uma semana para que o Sr. Juvenal Azevedo apresentasse o livro de atas, caso contrário serão tomadas as providências que o caso requer. Nesse momento o Sr. Presidente informou ter de se retirar devido a um chamado para uma reunião extraordinária da COFAP, convidando então, para presidir a reunião, o Sr. Luiz Marques Poliano. A seguir foi debatido o caso das violências contra lavradores da Fazenda da Pedra, dos quais alguns se encontravam presentes, pedindo o Sr. Presidente o comparecimento do Dr. Erasmo Martins Pedro para ouvir e opinar sôbre as providências necessárias no referido caso. Após ouvir os queixosos presentes, o Dr. Erasmo Martins Pedro redigiu uma queixa crime, a qual foi assinada pelos referidos rurícolas, para que fôsse entregue no 29.º Distrito Policial. Continuando com a palavra o Sr. Presidente propôs fôsse enviado um telegrama urgente ao Sr. Juvenal da Silva Azevedo, pedindo, mais uma vez, o livro de atas da Associação Rural do Viegas. A proposta foi aprovada. As 17,30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião, marcando outra para o próximo dia 16.

ATA DA 23.ª REUNIAO ORDINARIA, SEMANAL, DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 7 de abril de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do Sr. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Manoel Gonçalves de Castro
Antônio Paes dos Santos
Antônio Vaz
Antônio Tennyson Garcez
Abel de Almeida
Antônio Correia da Silva
Luiz Marques Poliano

Aos 7 dias do mês de maio de 1957, presentes os Srs. representantes de cooperativas, associações e intendências agrícolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. General Justo, 171, 2.º andar mais uma reunião dêsse Departamento sob a Presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou o seguinte: pedido de filiação de associações rurais; quotas de resíduos fornecidos pela COFAP, cancelamento de registro de lavradores. Assuntos gerais: obtendo a palavra pela ordem o Sr. Marques Poliano, Secretário Geral da S. N. A. fêz uma comunicação sôbre duas novas associações rurais que solicitaram filiação ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal e que encaminharam a respectiva documentação. Propôs então S. S.ª que os referidos pedidos de filiação das associações rurais, do Sertão Carioca e dos Lavradores de Guaratiba fôssem submetidos aos competentes estudos e diligências, decidindo a Casa que o Sr. Antônio Correia da Silva relatasse oportunamente o assunto. Em virtude de um chamado urgente da COFAP, o Sr. Flávio Britto passou a direção dos trabalhos ao Sr. Marques Poliano. Passou então a ser debatido a situação da Associação Rural do Viegas que se encontra funcionando irregularmente. Foi dada a palavra ao Sr. Manoel Gonçalves de Castro, fundador da entidade e que comprometeu-se a oferecer uma solução para o assunto no prazo de 15 dias devendo para isso ouvir todos os associados, fazer novas eleições e regularizar a vida da associação. Aprovada a proposta, e como nada mais houvesse para deliberar, foi encerrada a sessão sendo marcada outra para a próxima semana.

ATA DA 24.ª REUNIAO ORDINARIA, SEMANAL, DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 14 de maio de 1957, sob a PRESIDÊNCIA DO Sr. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Flávio da Costa Brito
Antônio Correia da Silva
Francisco José de Moraes
Antônio Ferreira Caseiro
Manoel Gonçalves de Castro
José Manoel Pires
José Rocha
Benedito Gonçalves da Silva

Aos 14 dias do mês de maio de 1957, presentes os Srs. representantes de cooperativas, associações e intendências agrícolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. General Justo, 171, 2.º andar, mais uma reunião dêsse Departamento sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou o seguinte: a) designação de representantes legais de associações; b) registro de Associação Rural pelo Ministro da Agricultura; c) cancelamento de registro de lavradores. Da ordem do dia constou: a) quota de resíduo de trigo para o mês de maio (8.000 sacos para o DARDIF e 8.000 para a P.D.F.); b) entrada de laranja procedente de São Paulo; c) Assuntos Gerais. O Sr. Presidente depois de dar várias explicações sôbre assuntos que lhe foram presentes fêz a entrega ao Sr. Francisco de Moraes presidente da Associação Rural dos Palmares do diploma de registro daquela entidade concedida pelo Sr. Ministro da Agricultura. S. S. aproveitou a oportunidade para mais uma vez chamar a atenção de todos os presidentes e representantes das associações para a necessidade de inte-

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

DECRETO 40.260

A CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA, A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MÁQUINAS, VEÍCULOS, ACESSÓRIOS E PEÇAS "ANMVAP" e o SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TRATORES, CAMINHÕES, AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS SIMILARES NO ESTADO DE SÃO PAULO, comunicam aos senhores agricultores que, nesta data, fizeram entrega aos Srs. Ministro da Agricultura e Presidente da Comissão de Máquinas Agrícolas para homologação, de um PROTOCOLO que assinaram regulando os interêsses dos agricultores e dos distribuidores de máquinas e implementos agrícolas.

Comunicam ainda que já foi resolvido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, sua parte na operação, tendo sido, pela presidência daquêle estabelecimento de crédito, aprovadas as reivindicações dos interessados.

Ainda trazem ao conhecimento dos agricultores que estão pleiteando junto à Carteira de Câmbio e junto à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, medidas tendentes a beneficiar os agricultores nestas importações e que contam com o apoio do Sr. Ministro da Agricultura e com a boa vontade dos Diretores daquelas carteiras para solução favorável.

Por fim, informam que as providências pleiteadas nenhuma interferência terão quanto aos embarques da maquinaria que começam a ser procedidos.

Deverão os senhores agricultores procurar os distribuidores das marcas de suas preferências a fim de entregar suas encomendas.

As entidades supra prevêem que durante o restante do ano de 1957 será importada maquinaria no montante de US$ 40 milhões, que, amplamente poderá atender, neste período, a agricultura.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1957.

diata regularização das mesmas na esfera federal. O Dr. Antônio Correia da Silva, relator dos processos no qual a Associação Agrícola do Sertão Carioca e Associação dos Lavradores de Guaratiba pedem filiação a êste Departamento. Apresentou relatório quanto a primeira deixando de o fazer quanto a segunda por não se achar o mesmo requerido na forma regulamentar. Obtendo a palavra pela ordem o Sr. Manoel Gonçalves de Castro, fundador da Associação Rural do Viegas, passou a tratar da situação irregular da mesma, apresentando como solução para o caso a eleição de uma nova diretoria. O assunto foi exaustivamente debatido pelos Srs. Luiz Marques Poliano, secretário-geral da Sociedade Nacional de Agricultura, Flávio da Costa Britto, Manoel Gonçalves de Castro e Sr. Juvenal da Silva Azevedo, presidente em exercício daquela entidade. Depois de prolongado debate decidiu a Casa realizar uma reunião na sede da Associação Rural de Viegas às 15 horas do primeiro domingo de junho vindouro, para solução definitiva da situação irregular desas Associação. Quanto a entrada de laranjas de procedência de São Paulo no mercado do Distrito Federal a Casa considerou que o assunto em nada prejudica a lavoura do Distrito Federal. As 18 horas nada mais havendo para deliberação foi encerrada a reunião, marcando o Sr. Presidente nova reunião, para a próxima semana.

ATA DA 25.ª REUNIAO ORDINARIA SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 21 de maio de 1957, sob a PRESIDENCIA do Sr. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Flávio da Costa Britto
Francisco José de Moraes
Benedito Rodrigues da Silva
Agricola Castelo Borges
Jonas Passos Soares
José Rocha
Antônio Paes dos Santos

Aos 21 dias do mês de maio de 1957, presentes os Srs. Representantes de Cooperativas, Associações e Intendências agrícolas, acima assinados e filiados no Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. General Justo, 171, 2.º andar, mais uma reunião dêsse Departamento sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Brito. Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou o seguinte: a) parecer do Dr. Antônio Correia da Silva, sôbre filiação da Associação Agrícola do Sertão Carioca e Associação dos Lavradores de Guaratiba. b) recomendação sôbre credenciais de representantes legais. Da ordem do dia constou ai assuntos gerais. Com a palavra o Sr. Presidente submeteu à aprovação dos presentes o parecer do Dr. Antônio Correia da Silva. O assunto foi longamente debatido, decidindo a Casa concordar com o parecer, mas, inicialmetne convocar os presidentes das Associações acima a comparecerem à presença do Sr. Secretário-Gera' da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, a fim de receberem instruções do mesmo para a adaptação das ditas entidades à legislação federal rural em vigor. Em seguida o Sr. Presidente chamou a atenção de todos para a necessidade urgente das credenciais já solicitadas em reiterados ofícios para os representantes legais com o voto das Associações Rurais no sentido de que se faça com a máxima brevidade, a eleição prevista nos estatutos da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, para o cargo de Diretor do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal. Obtendo a palavra pela ordem, o Sr. Jonas dos Passos Soares, representante legal da Associação Rural do Rio da Prata, pediu providências à Casa junto as autoridades competentes, contra medidas arbitrárias que vêm sendo praticadas por funcionários e dirigentes do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, contra indefesos lavradores que habitam as proximidades dos mananciais do Rio da Prata do Cabo Sul. Detalhou o orador que sucessivas dirigências vem sendo feitas pelas aludidas autoridades com o fito exclusivo de perseguir aqueles lavradores que em nada prejudicam os mananciais já referidos e que o Serviço Florestal alega sofrerem polução de suas aguas pelos intrusos ali moradores e seus animais. Depois de várias opiniões emitidas pelo presentes, chegaram os mesmos à conclusão de ser feita nova tentativa junto ao Ministro da Agricultura para que o mesmo acolha as ponderações daqueles moradores. As 17 horas nada mais havendo para deliberação, foi encerrada a reunião, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 26.ª REUNIAO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 18 de junho de 1957, sob a PRESIDENCIA do Sr. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Flavio da Costa Britto
Abel de Almeida
Benedito Rodrigues da Silva
Luiz Marques Poliano
Agricola Castello Borges

Aos 18 dias do mês de junho, de 1957, presentes os Srs. Representantes de Cooperativas, Associações e Intendências Agrícolas, acima assinados

filiados no Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. General Justo, 171, 2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento sob a PRESIDÊNCIA do Sr. Flávio da Costa Britto estando também presente o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou o seguinte: a) Novos cancelamentos de registros de lavradores pelo S.E.R. da Secretaria Geral de Agricultura da P.D.F.; b) novo centro de abastecimento para a Capital da República; c) credenciais de representantes legais. Da ordem do dia constou: a) reunião na sede da Associação Rural do Viegas; b) assuntos gerais. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente, depois de dar várias explicações sôbre assuntos que lhe foram presentes concedeu a palavra ao Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA e representante legal da Sociedade União dos Agricultores para que o mesmo fizesse uma exposição sôbre a projetada construção de um centro de abastecimento nos terrenos da Cruzada São Sebastião, na Avenida Brasil. Esclareceu o orador que a Confederação Rural Brasileira tendo em vista o parecer favorável da comissão encarregada de estudar as vantagens da localização de um centro de abastecimento naqueles terrenos, apoiou a idéia recomendando a mesma a suas filiadas destacadamente o Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, que congrega milhares de lavradores metropolitanos diretamente ligados por fôrça de suas atividades ao empreendimento destinado a abastecer a Capital Federal quando se avizinha a data estabelecida para a demolição do antigo Mercado Municipal. Sugeriu ainda o orador fôssem transmitidas as recomendações da C.R.B. em telegramas ou ofícios, aos Srs.: Presidente da República, Prefeito do Distrito Federal, Conselho Coordenador do Abastecimento e a Câmara Municipal, solicitando também que por intermédio de vereadores ruralistas o poder municipal venha a conceder isenção de impostos aos lavradores de organizações rurais e cooperativas que ali queiram se estabelecer. O Sr. Abel de Almeida solicitou um aparte para lembrar que, no caso do Mercado Municipal vir a ser fechado, que a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA entre em ação para a construção de um mercado para os produtores do Distrito Federal. As sugestões do Sr. Marques Poliano foram aprovadas. Retornando a fazer uso da palavra, o Sr. Presidente relatou as recentes eleições ocorridas na sede da Associação Rural do Viegas, as quais compareceram, o Sr. Presidente, o Secretário-Geral da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA e um funcionário do DARDIF. A chapa eleita foi a seguinte:

Em seguida o Sr. Presidente chamou a atenção dos presentes para a necessidade de serem feitas as eleições para o cargo de Diretor do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal conforme determina o Estatuto da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. A mesa decidiu então que fôssem convocados para a reunião de 25 do corrente todos os presidente e representantes legais das associações rurais para se proceder a dita eleição ou tomarem providências para imediata realização das mesmas. O Sr. Marques Poliano, aproveitando a presença de vários representantes de associações rurais e cooperativas, convidou todos a comparecerem a uma cerimônia no salão nobre da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA onde seria assinado um importante acôrdo entre aquela Sociedade e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos. Ante a necessidade de melhor serem disciplinados os assuntos para debates decidiu a mesa que as reuniões semanais sejam feitas alternadamente entre o DARDIF e a União das Cooperativas do Distrito Federal. Em seguida, o Sr. Pelayo Vidal, representante da Associação dos Avicultores do Distrito Federal solicitou permissão para ler um protesto contra declarações feitas pelo presidente da Cooperativa da Ilha de Guaratiba, constante da ata da reunião do dia 12 de fevereiro de 1957 e publicada na revista LAVOURA, correspondente aos meses de março e abril. O Sr. Presidente apesar de já ter encerrado os trabalhos acolheu o protesto do Sr. Pelayo para que o mesmo seja devidamente publicado naquele órgão oficial da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Os presentes foram convidados para uma assembléia geral da S.N.A. no próximo dia 28 do corrente. Às 17 horas nada mais havendo para deliberação, foi encerrada a reunião, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana, ocasião em que o protesto feito pelo representante da Associação dos Avicultores do Distrito Federal, Sr. Pelayo Vidal, será devidamente apreciado.

A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA COMEMOROU CONDIGNAMENTE O SEU 30.º ANIVERSÁRIO

UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO A SERVIÇO DO PEQUENO LAVRADOR — A EXPOSIÇÃO DA AGRICULTURA NACIONAL, UMA MAGNÍFICA DEMONSTRAÇÃO DAS NOSSAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS — AO SR. TOMOSHIGUE GOTO, GRANDE PRODUTOR DE TOMATES, A TAÇA OFERECIDA PELA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA — NUMEROSOS PRODUTORES PREMIADOS — HOMENAGEM AO PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Especial para "A LAVOURA"

Eng.º Agr.º GERALDO GOULART DA SILVEIRA

I — A Cooperativa Agrícola de Cotia, baluarte do pequeno lavrador

No dia 11 de dezembro de 1927, oitenta e três plantadores de batatas reunidos em Assembléia Geral, na Escola Primária de Cotia, Estado de S. Paulo, fundaram a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. dos Produtores de Batata em Cotia, S. A.

Com o advento da Lei sôbre o cooperativismo no Brasil, em 1932, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. dos Produtores de Batata em Cotia, S. A., em Assembléia Geral reformou os seus estatutos enquadrando-se na nova lei, passando então a denominar-se Cooperativa Agrícola de Cotia.

Atualmente conta a Cooperativa Agrícola de Cotia com 4.964 associados representando 31 nacionalidades dos quais 71% são proprietários, com uma área de 142.000 alqueires paulistas .

Os cooperados cultivam anualmente uma área de 50.000 alqueires.

O valor estimado dos bens dos associados atinge a elevada cifra de Cr$ 5.147.000.000,00, o que representa uma média de Cr$ 1.036.000.000,00 por associado.

A coletividade da Cooperativa Agrícola de Cotia é representada por 60.000 indivíduos entre associados, empregados dêstes, funcionários, etc.

Para o ano 1956/1957 a estimativa geral do movimento da Cooperativa é de Cr$ .... 3.250.000.000,00.

Os dados acima são bastante expressivos e dão bem uma idéia do muito que a referida Cooperativa tem realizado em benefício do pequeno lavrador.

II — O que foi a Exposição da Agricultura Nacional em Jaguaré

Comemorando o seu 30.º aniversário de bons e relevantes serviços prestados ao pequeno lavrador, a Cooperativa Agrícola de Cotia, uma das mais expressivas demonstrações do cooperativismo no país, realizou no Centro Industrial de Jaguaré, Estado de São Paulo, no período de 27 de abril a 1 de maio, a Exposição da Agricultura Nacional, sem dúvida, uma das maiores exposições no gênero já realizadas por uma entidade privada.

Ocupando uma área de mais de 60.000 metros quadrados dos quais cêrca de 20.000 cobertos, no conjunto onde a C. A. C. mantem seus depósitos para a classificação dos produtos, a Exposição da Agricultura Nacional, foi, indiscutivelmente, uma magnífica e variada mostra da pujança de nossa produção rurícola.

Ao ato inaugural compareceram o Sr. Ministro da Agricultura representando o Exmo. Sr. Presidente da República, altas autoridades civis e militares do Govêrno Federal e dos Govênos Estadual e Municipal, autoridades eclesiásticas, presidentes de entidades de classe e numerosos convidados.

No setor da horticultura pròpriamente dita, despertaram a atenção dos visitantes as magníficas mostras de tomate, couve-flor, ervilha, pimenta, vagem, cenoura, pepino, abobrinha, mandioquinha, aipim, alface, repolho, acelga, cebolinha, batatinha, batata-dôce, cará etc.

Magníficos abacates, mamões, caquis, bananas, maçãs, laranjas, limões, etc., ocupavam completamente os balcões destinados à fruticultura.

Produtos diversos provenientes de culturas de cooperados, tais como arroz, feijão, milho, amendoim, soja, girassol e outros, destacaram-se pela sua qualidade.

Outros produtos tais como ovos, café, chá, rami, algodão, casulos etc. e animais tais como coelhos, galinhas, peixes, abelhas, etc., todos de excelente qualidade, completaram os numerosos mostruários.

A Exposição da Agricultura Nacional contou ainda com outros setores, também artìsticamente ornamentados tais como os de desenhos infantis, trabalhos manuais, fotografias etc.

No setor de flores e plantas, causaram admiração os magníficos exemplares de flores em vasos (crisantemos, ciclamens, etc.), flores cortadas (cravos, crisantemos, etc.), orquídeas, plantas em vasos (begônias, anturios, etc.), plantas atrofiadas (pinheiro japonês, ipê, etc.).

A Exposição da Agricultura Nacional foi, sem dúvida, uma grande demonstração de nossos possibilidades agropecuárias.

III — Relação dos produtos premiados

Foi a seguinte a relação dos produtos premiados, conforme os vários produtos expostos:

Tomate: Kokiti Hashizume, Tadanobu Nakama e Tomoshigue Goto. Couve-flor: Katsuyoshi Nishimoto. Eervilha: Shoko Fukazawa. Pimentão: Tadao Sanematsu. Vagem: Izota Tanaka. Beringela: Seigoro Miura. Cenoura: Jorge S. Ta-

keuchi, Pepino Akira Yimaguchi. Abobrinha: Yoiti Matsubam. Mandioquinha: Shiguenori Takeo. Alface: Tokuiti Massumoto. Repolho: Seissam Kikuchi e Tamitus Nishimori. Cebolinha: Sheiro Yoshida. Acelga: Rigoro Chiba. Batatinha (bintje): Tadao Kimum e Massakado Kanayama. Batatinha (delta): Hisato Miyazaki. Batatinha (augusta): Toshio Mukai. Batata doce: Shizei Matsunaga e Tsugihisa Matsunaga. Cará: Kio Fukuzawa e Sizuko Kiyohara. Arroz (amarelão): Shigueyoshi Oki. Arroz (patrão): Taro Ueki. Feijão (jalo): Hatsuo Kanekiyo. Feijão (roxinho): Shunzo Kayano. Milho (amarelinho): Masao Taue. Milho (amarelão): Takayoshi Takafuji. Trigo: Tokumaro Yamashita. Mamona: Kaneishi Fukuoka. Amendoim: Eizaburo Kawazaki. Soja. Hifume Ogasawara. Girasol: Jair Mazetti.

FRUTAS — Abacate (collinson) Suemitsu Nikuti. Uva (Itália): Sotokiti Saito. Goiaba branca: Minoru Tomita. Caqui (Fuyu): Tameyuki Nakassu. Citros Ponkan: Saburo Yamanaka. Citros Siciliano: Carlos Morita. Maçã (Rome beauty): Isao Saito. Malencia (Omaru Yamato): Toyosuke Oda. Banana (nanica): Luis Tavares de Mendonça.

PRODUTOS INDUTRIALIZADOS: Caqui seco. Reiko Ogai. Conserva de pessego. Taichi Yoshioka. Queijo: Yoshio Kakuda. Manteiga: Siguero Hamada.

DIVERSOS: Ovos: Masuzo Wada. Yikichi Azizono. Keniuti Morioka. Café: Misaku. Chá (assam): Yoshimassa Ussuki. Chá (chinês): Yoshimassa Ussuki. Mani Murakami: Nobuo Kapagome. Algodão: Ginzo Shiraiwa. Casulo branco: Kumassaburo Ito. Ovos: Fukushi Ide. Cesta de bambu: Haruchiei Nagaise. Coelhos: Shiguio Emori. Peixes: Kunitochi Marawa. Trabalhos manuais: Kinuko Nakao. Mitsue Okada e Shizue Hirose. Desenhos infantis: Kiyohi Tiba e Sabao Noto, de Mogi das Cruzes. Honorio Yamashita. Mitie Uemura, Akiko Horiguti, Iwo Yamashita e Nobuko Uemura, de Cotia. Matuko Yamamoto, de Adamantina. Heihati, de Lins. Toshiyuti Ohata, da capital (Vila Sonia).

FOTOGRAFIA. Tsanzo Mukai e Pedro Shigueno.

FLORES E PLANTAS: Flores em vasos (crisantemos): Shoichi Matsui. e Takaji Otake. Flores em vasos ("cyclamen"): Seika Saeki. Flores vasos (diversas): Antonio Onuk, Angelo Rinaldi, Takaji Otake, Tsuguo Matsui, Floricultura Campineira Ltda. e Eurico Gonçalves. Flores Cortadas: Takuji, Matsuoka,Shiguenori Kadomoto e Takuji Matsuoka. Flores Cortadas (cravos): Jutaro Narita e Takuji Matsuoka. Flores Cortadas (crisantemo): Takuji Matsuoka. Orquideas: Sociedade Orquidofila de Campinas, J. Dias de Castro, Naoki Namura, Alf Martinelli, Henrique Caminada e J. Cpop Filho, Bonsai (pinho japonês): Keizaburo Honda e Tsunaichi Miyochi, Bonsai (Ipê). Kitaro Tomioka.

IV — Representação da Sociadade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura, prestigiando tão notável empreendimento da Cooperativa Agrícola de Cotia fêz-se representar em tôdas as solenidades pelo seu Secretário Geral, Sr. Luiz Marques Poliano e pelo Sr. Diretor Técnico, Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

Na sessão de encerramento, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira fêz uso da palavra para entregar ao produtor de tomate classificado em primeiro lugar. a taça "Sociedade Nacional de Agricultura."

V — Taça oferecida pela Sociedade Nacional de Agricultura.

A Sociedade Nacional de Agricultura apoiando o grande empreendimento da Cooperativa Agrícola de Cotia, ofereceu uma artística taça de prata destinada ao melhor expositor de tomates.

Fêz jús a taça o lavrador japonês. Sr. Tomoshigue Goto, cujo mostruário de tomates alcançou o primeiro prêmio no julgamento procedido por técnicos da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

O referido prêmio foi entregue, na sessão solene do dia 1 de maio, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira em nome do Prof. Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

VI — Homenagem do Prof. Arthur Torres Filho.

Entre as homenagens prestadas pela C. A. C., destacou-se a que foi alvo o Prof. Arthur Torres Filho. presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. pelo muito que êle realizou em prol do Cooperativismo quando Diretor da Diretoria de Organização e Defesa da Produção e, posteriormente, do Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.

Ao Prof. Arthur Torres Filho foi oferecida, pela Cooperativa Agrícola de Cotia, uma artística placa de prata e ouro.

VII — Considerações finais

A Exposição da Agricultura Nacional foi mais uma brilhante vitória a juntar-se às inúmeras já alcançadas pela Cooperativa Agrícola de Cotia, que em seus trinta anos de fecunda existência muito realizou em benefício do pequeno lavrador.

O Sr. Gervasio Tadashi Inoue, atual presidente da Cotia e seus dedicados colaboradores merecem, de todos quanto assistiram a Exposição de Agricultura Nacional, os mais calorosos aplausos.

Não podemos deixar de lembrar, nesta oportunidade, o nome do saudoso líder do cooperativismo do país, o Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, tão cedo roubada do convívio de seus inúmeros amigos e admiradores, que sempre dedicou o máximo de sua capacidade de trabalho e de seu idealismo à Cooperativa Agrícola de Cotia que êle sempre honrou e dignificou

Ao ensejo das comemorações do 30.º aniversário da Cooperativa Agrícola de Cotia, foram prestadas justas homenagens ao grande líder desaparecido.

A delegação da Sociedade Nacional de Agricultura, acompanhada pelo Sr. Flavio de Brito, visitou o tumulo do saudoso companheiro Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, que foi, durante muitos anos, membro de seu Conselho Superior.



I M A N

CAMPEAO JUNIOR DA RAÇA NELORE NA XXII EXPOSIÇAO DE UBERABA
CENTENÁRIO DA CIDADE
MARIO DE ALMEIDA FRANCO
FAZENDA SAO GERALDO — UBERABA
1956

SOJA, CARNE VEGETAL
CLARA SAMBAQUY

A Biblioteca Brasileira de Nutrição, do SAPS, acaba de publicar um magnífico e oportuno volume intitulado SOJA, CARNE VEGETAL, de autoria da **Dra. Clara Sambaquy, Chefe de Seção de Educação da referida entidade.**

Trata-se de um interessante trabalho em que a autora, com profundo conhecimento de causa, estuda, sob vários aspectos, a soja, como alimento.

Entre nós, em que o consumo de carne, leite e ovos etc. é muito baixo, em que reconhecem os técnicos, há uma carência protéica na alimentação de grande parte da população, a soja, que reune em sua estrutura grande quantidade de proteínas, poderá concorrer, de uma maneira decisiva, para a melhoria das condições de alimentação de nossa população.



A FOTO INTERNACIONAL

A criação de aves nas fazendas da Pensylvania constitui uma das fontes de riqueza do Estado e também uma área de experimentações avícolas da maior importância. A fartura de ovos e de carne é outro aspecto dessa atividade. Sobreleva notar que há, no Estado imensas criações de perus, famosas não apenas nos Estados Unidos, como fora deles. Êsses centros de criação de perus abastecem várias zonas do país e não poucas cidades, sobretudo nas épocas em que essa ave é a mais procurada, como "*the great American bird of the holiday season*".

A foto nos mostra uma das muitas criações de uma fazenda da Pensylvania. (Especial para "A Lavoura", do International Press Service).

Simples ou com leite

Nescafé... que gostoso que é !

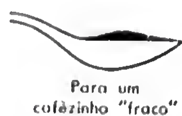
Pronto em 3 segundos.

Nescafé é café 100% puro porque é fabricado apenas com cafés finos e por um processo especial, garantido pela Nestlé. O acondicionamento de Nescafé em latas permite que êle se mantenha sempre puro e fresco.

Pronto em 3 segundos porque é feito diretamente na xícara e a sua rápida dilução nos dá um saboroso café bebida, instantâneamente. Basta despejar água da primeira fervura ao pó de Nescafé, mexer, e está pronto.

Simples ou com leite, Nescafé é sempre ag- dável ao paladar. Para o melhor café-com-le- basta despejar leite quente diretamente sôbre pó e pronto! Adoce à sua vontade. Todos casa vão gostar desta nova maneira de prep- o café-com-leite. Ficará mais substancial, porq- você elimina a água que entra na prepar- dos cafés comuns. Faça esta experiência e que delícia !

À venda em duas embalagens: 50 e 170 gr



Para um cafèzinho "fraco"



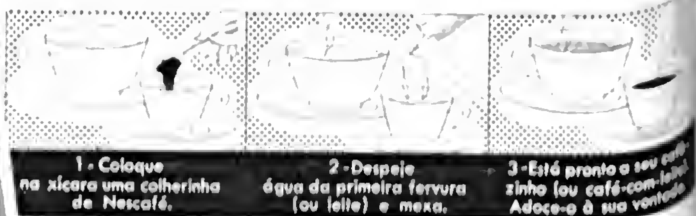
Para um cafèzinho "suave"



Para um cafèzinho "forte"







NESCAFÉ... que gostoso que é!

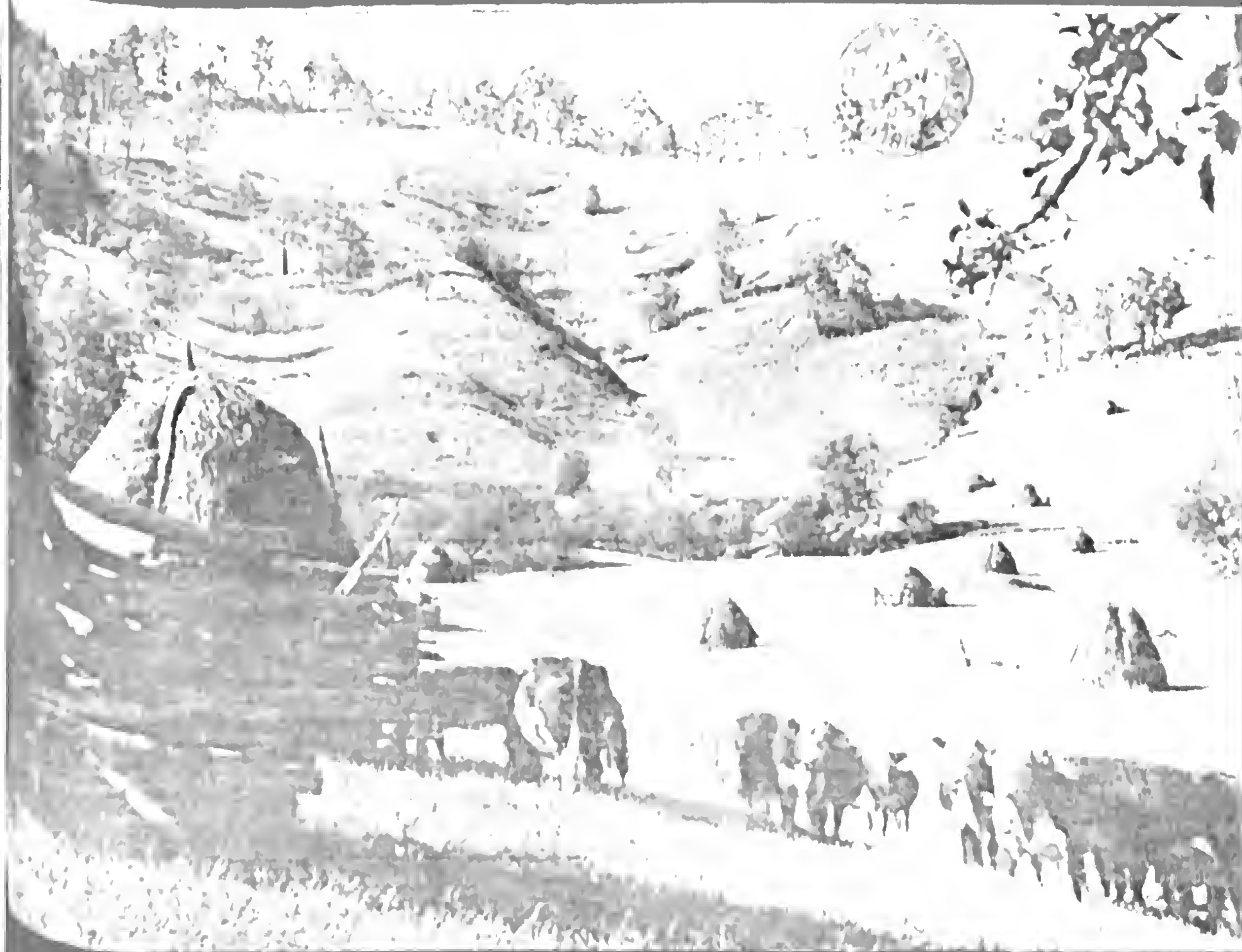
Compre-o no seu fornecedor habitual.

Oficinas Graf. do "Jornal do Brasil"
Avenida Rio Branco, 110, 112 — Rio

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

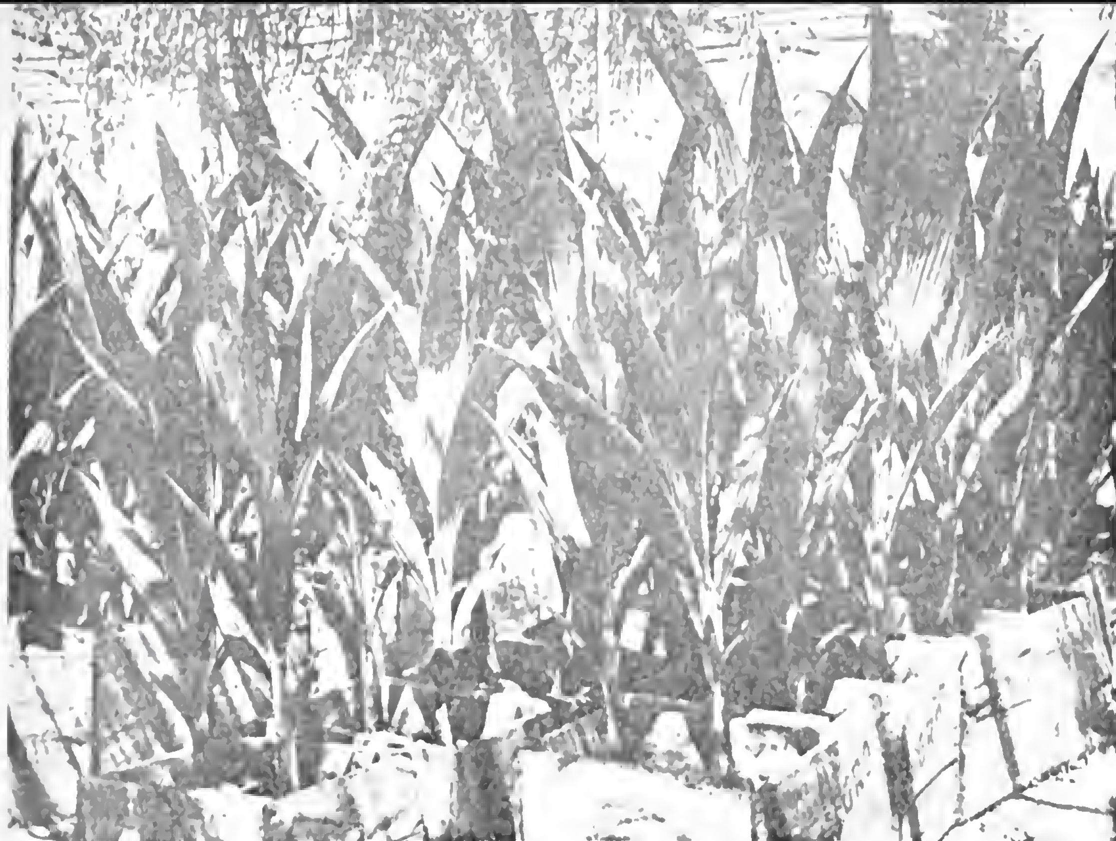
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL



RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LX

JULHO AGOSTO, 1957



COQUEIRO ANÃO

A foto mostra a boa embalagem das magnificas mudas de coqueiro anão vendidas pela Snra. Maria Bergamo, proprietaria da Chacara Santa Cruz, localizada na Avenida da Areia Branca, em Santa Cruz, Distrito Federal.

Dispõe a chácara de D. Maria Bergamo, no momento, de 48.000 mudas de coqueiro anão, variedade verde.

Trata-se de uma viveirista especializada, em coqueiro anão, que nos últimos anos produziu quasi cerca de 60.000 foram adquiridos pela Secretaria da Prefeitura do Distrito Federal.

Obteve, consecutivamente, nas quatro Exposições Agro-Pecuárias do Distrito Federal, o primeiro premio.

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. **Suplente**: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LX JULHO-AGÔSTO, 1957

A EVOLUÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL E A LEI AGRÁRIA



Prof. Arthur Torres Filho

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Para um país da extensão territorial do Brasil, francamente povoado, o problema máximo está representado pela *ocupação do sôlo*. No entanto, ao envés de cuidarmos da estrutura agrária em bases econômicas e do levantamento do cadastro rural, para traçarmos as diretrizes da colonização facilitando o acesso à terra, pelo crédito agrícola, proclama-se a necessidade da reforma agrária que teria por finalidade promover a subdivisão da propriedade agrícola em caráter distributivo.

Segundo Lynn Smith, a posse da terra constitue "uma relação social entre a população e o solo". A chamada pressão demográfica representa, do ponto de vista econômico e social, fator de alta importância a considerar-se nesse capítulo do uso da terra, que deve ser ressaltado pelos cuidadosos estudos da sociologia rural.

No Brasil, com o desbravamento, já vamos alcançando, em muitas regiões, estrutura agrária mais evoluída que exigirá programas cautelosos dentro do panorama geral da economia brasileira, a fim de que sejam evitados desajustamentos no Brasil rural e agravados os rendimentos culturais, sem a assistência técnica e econômica aos agricultores.

São merecedores de louvores os esforços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através o Serviço Nacional de Recenseamento, pela realização dos censos agrícolas decenais. Os resultados preliminares de 1950, publicados, embora ainda sujeitos a retificação, oferecem elementos valiosos.

Por eles se verifica que os estabelecimentos agrícolas de 1 a 5 hectares representam mais de 25% do total.

Deve se assinalar que, na avaliação das areas cultivadas, não foram computadas aquelas destinadas ao consumo doméstico.

Evidencia-se, pois, que com a colonização, uma legislação flexível de terras, um Código Rural que regule as relações jurídicas no meio rural e um estatuto para o trabalhador rural, poderemos alcançar evolução social e econômica que atenta ao desenvolvimento do País.

De modo muito especial, merece atenção o estudo publicado em Conjuntura Econômica, da Fundação Getulio Vargas, sôbre a evolução da propriedade rural no Brasil, tomando por base o censo agrícola de 1950. Dentre as conclusões dêsse valioso estudo, podem ser destacadas as seguintes :

1) não obstante as naturais reservas que devem merecer, em país carente de cadastro rural, os dados censitários sôbre a área dos estabelecimentos agrícolas, tudo parece indicar que, no último período intercensitário, se acelerou consideràvelmente o ritmo de ocupação de novas áreas ;

2) o censo de 1920 acusou uma área global de estabelecimentos agrícolas de 175,1 milhões de hectares. No censo de 1940 havia ela ascendido a 197,7 milhões de hectares e no de 1950 a 223,7 milhões, ou seja 27,6% da superfície terrestre do Brasil. Em conclusão, de 1920 a 1950 desbravámos a média anual de 1,1 milhões de hectares, e de 1940 a 1950 cêrca de 3,6 milhões de hectares ;

3) quanto à concentração da propriedade latifundiária, segundo o estudo de Conjuntura Econômica, é observado que o Leste Meridional e o Sul do País, são os regiões de concentração mais baixa, sem atingir qualquer delas, 0,78, sendo que, no Espírito Santo, desce ao mínimo de 0,52, ficando bem destacado dos demais Estados, visto que o segundo de menor concentração é Santa Catarina, com 0,66. "Convém ressaltar, observa Conjuntura Econômica, que êsse Estado, o Paraná e o Rio Grande do Sul são aqueles em que a colonização, com base na pequena propriedade, mais se desenvolve e onde, tanto a concentração como a área média, denotam a tendência crescente da área das propriedades, desde 1920.

Em suma, verifica-se que se vai processando normalmente a evolução da propriedade agrícola no Brasil e que o Código Rural viria assegurar estabilidade jurídica às classes rurais, concorrendo para o bem-estar rural e preparando a estrutura econômico-social do meio agrícola, dentro dos interesses da coletividade.

* * *

Julgamos que, por meio de adequada legislação, deve-se fazer a defesa do trabalhador do campo, ensejando-lhe, inclusive, o acesso à terra própria. A solução deve ser compatível com as condições da economia rural brasileira.

Com a criação do Serviço Social Rural, pela Lei N.º 2.613, com a finalidade de prestar serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida das populações do campo, principal

mente quanto ao que concerne à saúde e assistência sanitária, como à educação, à alimentação, ao vestuário e à habitação, promovendo-se a aprendizagem profisional e o aperfeiçoamento técnico.

Executando-se o programa do Serviço Social Rural, está evidente que se processará, dentro dos princípios constitucionais, grande transformação no meio social rural com a elevação do nível econômico das comunidades rurais.

Por outro lado (pela colonização), com o levantamento do cadastro rural e com o *crédito agrícola*, operar-se-á a fixação do homem à terra, dentro dos dispositivos constitucionais.

A IV Conferência Rural Brasileira, que vem de se realizar em Fortaleza (Ceará) traçou e aprovou as diretrizes dentro das quais a evolução da *questão agrária* no Brasil se poderá processar.





A FOTO INTERNACIONAL

Piedmont, Virginia — A produção de carne e laticínios tornou-se importante no programa do Estado de Virginia, de uma agricultura balanceada, contribuindo para fazer da criação de gado o seu principal produto. Veem-se na foto cabeças de gado Hereford, pastando na região de Piedmont, onde as pastagens sobem pelas encostas das montanhas Blue Ridge, na parte ocidental do Estado. (Foto IPS especial para "A LAVOURA")

O GADO DA ÍNDIA

Diferentes raças índicas do zebú

(Serviço de Informações da Índia)
Tradução de Luiz Carlos de Mesquita MAIA



Búfala de pura raça "Murrah".

A Índia é o país que possui o maior estoque de gado no mundo inteiro, vindo, depois dela, os Estados Unidos e a União Soviética, no segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Depois da última guerra mundial, a população pecuária do planeta foi calculada em setecentos e dezoito milhões de cabeças, cabendo à Índia, dêste total, a cifra de dezenove por cento.

No que concerne à produção de leite, porém, a União Indiana deixa de estar em situação invejável, como é o caso dos Estados Unidos, que, apesar de possuírem apenas onze por cento da população mundial de gado, fornecem trinta por cento do total do leite obtido dos bovídeos de todo o mundo. A produção da Índia, no mesmo campo, é de quatro por cento.

Calcula-se que a produção total de leite da Nação Índica, ao se iniciar o primeiro Plano Qüinqüenal, depois da independência indiana, era de dezoito milhões de toneladas, trinta e oito por cento das quais foram consumidos como leite fluido normal, quarenta e dois por cento como *ghe* (palavra índica que designa a parte da manteiga que fica como resíduo após a fervura desta última), e o resto sob a forma de manteiga, coalhada e outros produtos.

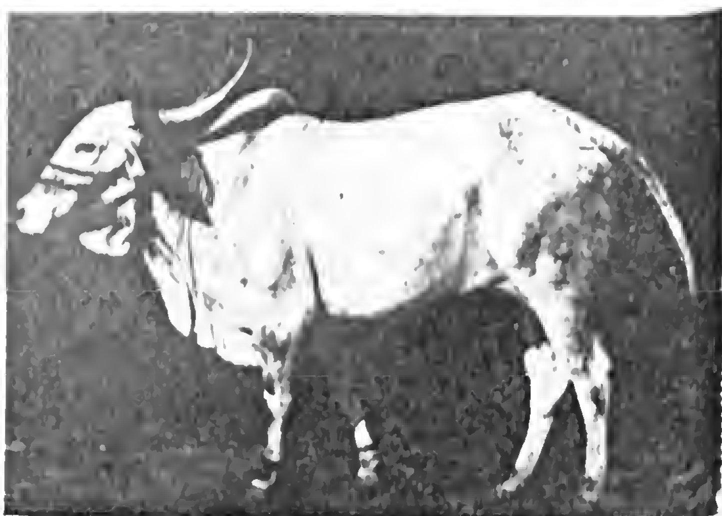
Os bovinos pròpriamente ditos (na Índia, só os zebus — *Bos indicus* — contribuíram com menos da metade da quantidade total do leite produzido na Índia, tendo cabido a maior cota, neste particular, aos búfalos domésticos.

Cada vaca produz, na Índia, anualmente, a média de quatrocentos e dezenove libras de leite, o que constitui um dos mais baixos níveis do mundo, cumprindo registrar-se aqui a produção leiteira da Holanda e Bélgica, de, respectivamente, oito mil trezentas e setenta e uma libras e sete mil e quatrocentos e noventa e seis libras, por cabeça, ao ano.

A população de gado está distribuída do seguinte modo, pelos estados e territórios da Índia:

ESTADOS —

Andhra	10.958
Assam	5.247
Bihar	14.331
Bombaim	20.231
Kerala	2.536
Madhya Pradesh	22.560
Madrasta	9.859
Misore	8.997
Arissa	8.036



Vaca "Khillari".

Punjab	5 913
Rajasthan	12 127
Uttar Pradesh	22 938
Bengala Ocidental	11 537
Jamu & Cachemira	1 757

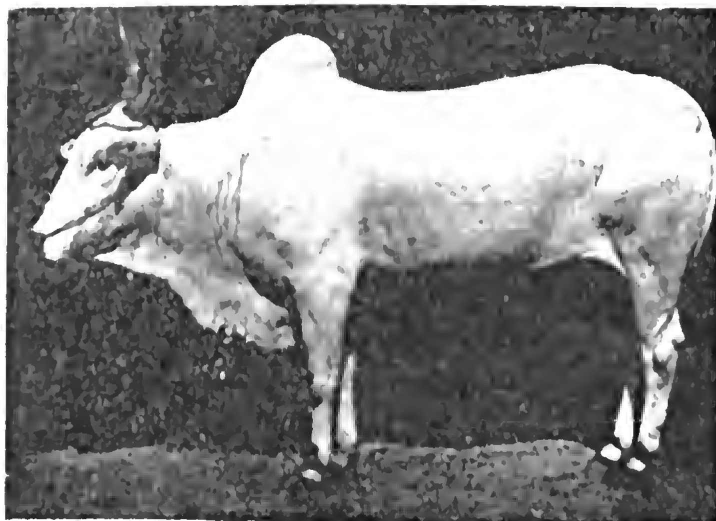
TERRITÓRIOS

Delhi	120
Himachal Pradesh	1 171
Manipur	143
Tripura	317
Andamans & Nicobar	5

T O T A L 158 863 000

A média de consumo lácteo por habitante é baixa na India, atingindo apenas 5,2 onças, quando o mínimo recomendado pelos nutrologistas é de 15 onças. Essa média se sobressai, quanto à própria inferioridade, ao ser comparada com a dos países ocidentais, que oscila entre três mil a quatro mil libras.

A principal razão da baixa produção leiteira da India é que a população pecuária é excessiva para os estoques de alimento atualmente no País. Calcula-se que, para a quantidade de forragem que há na India, pelo menos um têrço do gado dêste país constitui excesso. Em matéria de pastagens, a situação é ainda pior, tendo se agravado por imposição das necessidades alimentícias, que reduziram grandemente as pasturas à disposição do gado. Isto leva à subalimentação dos

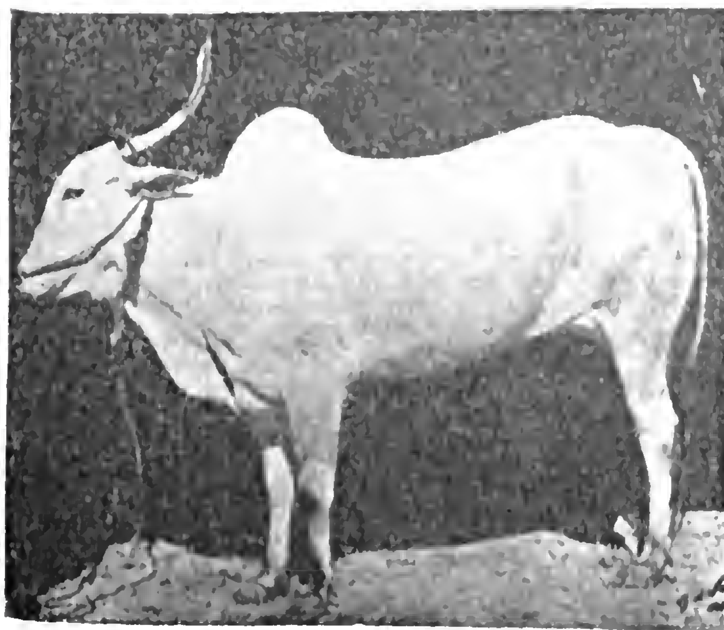


Boi "Kangayam".

animais, com a consequência da menor produtividade.

Com o objetivo de interromper tal circulo vicioso, sugeriu-se uma modificação no sistema das fazendas mistas, passando estas a produzir a necessária forragem, em ritmo crescente.

A Comissão de Peritos nomeada pelo Govêrno da India, em 1954, para estudar as questões relativas à matança do gado, chegou à conclusão de que uma radical proibição do abate de animais terá como consequência direta o aumento da população pecuária, o que ameaçará o bem-estar do limitado número de bons exemplares que o País possui. A proibição total de matança de gado aumentaria a população dêste, no ritmo de seis por cento ao ano.



Boi "Hallikar"

O Conselho Indiano de Pesquisas Agrícolas elaborou, para tôda a India, um sistema de criação que deverá obter o máximo de rendimento das vinte e cinco raças, de característicos já bem definidos, que se espalham pelas diferentes regiões indias. Para a efetivação dêsse programa, cada estado foi dividido em zonas segundo as raças encontradas em seu território.

É principalmente através do Plano de *Aldeias chave*, o qual promove um trabalho concentrado em áreas selecionadas, que o programa de melhoramento dos

rebanhos está sendo empreendido pelos governos estaduais. Durante o primeiro qüinqüênio, seiscentas *aldeias-chaves* e cento e cinqüenta centros de inseminação artificial foram estabelecidos.

Espera-se o estabelecimento, no decorrer do segundo Plano Qüinqüenal, de mil e duzentas e cinqüenta e oito *aldeias-chave* e duzentos e quarenta e cinco novos centros de inseminação artificial, além de duzentos e cinqüenta e quatro centros de extensão. O programa, uma vez concluído a contento, deverá fornecer vinte e dois mil touros reprodutores, nove milhões e meio de animais de trabalho e um milhão de vacas de linhagem.

ESCRITÓRIO DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COMERCIAL DO BRASIL NO PARAGUAI

O Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Assunção, Paraguai, oficiou à Confederação Rural Brasileira solicitando que a mesma interceda junto a suas filiadas "concitando-as a que encaminhem para o Salão da Exposição Permanente de Mostruários Brasileiros, organizado e mantido pelo Escritório Comercial de Assunção, quanto possa ser interessante à elevação de conceito do Brasil nesta República cujo Govêrno e cujo povo se mostram tão inclinados, com simpatia e interêsse, para o lado de dentro das nossas fronteiras".

UMA DROGA FARMACÊUTICA AGORA DESCOBERTA PERMITE A CONSERVAÇÃO DO PEIXE POR LONGOS PRAZOS, NOS CLIMAS TROPICAIS

A notícia reveste-se de interesse para Angola, onde as indústrias de pesca estão muito desenvolvidas. É o prezado colega "Notícias" de Lourenço Marques quem nos revela:

"Devido às muitas dificuldades da conservação do peixe em climas tropicais, os cientistas americanos dedicaram a maior atenção ao estudo de um produto que conserve as espècies piscícolas. E tiveram êxito."

"Foi a "American Cyanamid Company" nos Estados Unidos que finalmente encontrou a resposta. Através de experiências levadas a cabo por alguns dos mais proeminentes cientistas dos Estados Unidos e do Canadá, chefiados pelo Dr. Hugh L. A. Tarr, da "Canadian Pacific Experimental Station", verificou-se que a aureomicina, o antibiótico descoberto em 1948 pelo Dr. Benjamim Duggar, conservaria o peixe fresco por períodos longos".

"Além disso, só uma pequena quantidade de antibiótico era necessária. Verificou-se que êle poderia ser usado com gêlo ou numa solução de água do mar fresca, e que o peixe conservado por êsse processo, não só se mantinha mais tempo fresco, como ainda mantinha o seu fresco paladar. A "American Cyanamid Company" combinou um gráu de clortetraciclina, especialmente alimentício, com outras substâncias comestíveis, e pela primeira vez tornou possível ao mundo um processo econômico de conservar o peixe fresco, durante todo o período que vai entre a pesca e o consumo."



Peixe conservado em gêlo anti-biótico.

"A nova fórmula, chamada ACRONIZE, já foi experimentada, com todo sucesso no Paquistão, Irão, Turquia, Itália, Alemanha, Dinamarca, Inglaterra e vários países da América Latina. Espera-se que, dentro de um futuro muito próximo seja introduzida noutras áreas e adotada sôbre uma escala mundial."

"O significado de uma nova descoberta em têrmos de muito maior utilização de peixe a preços mais baixos, suscitou o interesse de govêrnos e emprêsas particulares de muitos países, bem como as agências internacionais especializadas das Nações Unidas.

"A Ciência deu, assim, mais um passo em frente na solução do grave problema do fornecimento de mais gêneros alimentícios a um mundo prolífero"".

ACOBALTOSE

Importância Biológica do Cobalto nos Bovideos

José da Silva Lacaz

Médico-veterinário do Inst. Biológico de S. Paulo

O presente trabalho resulta de nossos estudos sôbre o "mal do colête", numa de suas formas — a de carência do cobalto (acobaltose).

Preliminarmente, desejamos referir que o problema no vale do Paraíba foi por nós investigado e solucionado, graças à valiosa colaboração que recebemos dos professôres Dupont, Carrol e Davis. O primeiro, professor emérito da Universidade Rural, ofereceu-nos valiosas sugestões para o estudo da doença. O professor Carrol, parasitologista australiano, acompanhado do Dr. A. M. Penha, diretor de Divisão do Instituto Biológico de São Paulo, deu-nos a honra de uma visita, em Guaratinguetá, em 1953, encorajando-nos no trabalho que fazíamos sôbre o "mal do colête", e apresentado, em 1954, ao II Congresso Panamericano de Medicina Veterinária, realizado em São Paulo, por ocasião de seu IV Centenário. Ao prof. Carrol, depois de sua visita ao país, deve o Brasil a introdução da técnica australiana na análise dos micro-elementos. O professor Davis é o nutricionista da Estação Experimental da Flórida (Estados Unidos), que em 1954 também nos deu a honra de sua visita, acompanhado do prof. João Soares Veiga, e confirmou a nossa hipótese sôbre a origem daquele mal, numa de suas formas — carência dos óligo-elementos cobalto e cobre. Agradecimentos especiais são prestados aos senhores Manoel M. Freire, Lauro A. Moreira e Dancillo Pereira, os quais, num espírito de colaboração dos mais elogiáveis, nos oferecem animais para o estudo clínico-experimental do "mal do colête".

Introdução

A digestão gástrica dos bovídeos, e de maneira geral a dos ruminantes, devido à natureza de seu aparelho digestivo, tem particularidades interessantes. Essas particularidades decorrem das funções das lojas gástricas, principalmente do rúmen ou pança, onde vive a flora polimicrobiana responsável não só pelo desdobramento da celulose, como também pela síntese de amino-ácidos essenciais e de quase tôdas as vitaminas do complexo B, dentre elas a vitamina B12.

A primeira função do rúmen, a mais simples, é a de um grande reservatório destinado a receber a massa alimentar e a saliva, que aí ficam por algum tempo e onde continua a sacarificação do amido pela diástase salivar.

Outra função do rúmen é a de sede da digestão da celulose. A celulose é um polissacáride que resiste à ação de todos os sucos digestivos, mas na pança, no entanto, sofre a ação de um "fermento figurado" o exemplo mais típico da intervenção de micróbios nas operações digestivas. Queremos nos referir ao **Bacillus amilobacter** Êle age dissolvendo a celulose, por meio de seu fermento solúvel — a citase, e em seguida, desdobrando-a.

Na pança, dá-se, ainda, a peptonização dos albuminóides por outros "fermentos figurados", dentre êles o **Thiothrix**; ainda na pança, processam-se as sínteses de quase tôdas as vitaminas do complexo B e encontram-se nêle, também, germes de putrefação.

Todos êsses microrganismos proliferam ali e agem pelas suas diferentes enzimas; sua atividade vital, dentre outros fatôres, depende do óligo-elemento cobalto. Êste, além de nutriente essencial das bactérias do rúmen e de reduzir os microrganismos patogênicos nesse órgão, estimula a formação das hemácias, entrando, ainda, na síntese da vitamina B12.

Evidencia-se a importância biológica do cobalto no metabolismo dos ruminantes, pela seguinte cadeia: a vida dos ruminantes depende das fermentações dos microrganismos na pança, enquanto os microrganismos dependem do microelemento cobalto.

A falta do cobalto determina a **ACOBALTOSE**, moléstia exclusiva dos ruminantes.

O cobalto é um microelemento ou biocatalizador inorgânico essencial. Na natureza faz parte dos alumosilicatos, e pode ser encontrado nos colóides-organâ-

nicos e minerais, formando muitos compostos com a matéria orgânica.

Os solos saibrosos e saibro-arenosos (certas zonas do alto vale do Paraíba, na Serra Quebra-Cangalha), e os pantanosos (baixo vale do Paraíba, zonas dos brejões de terra escura), são pobres em cobalto: encerram menos de 2 a 2,5 mg de cobalto por quilo de terra. Essas zonas do alto vale do Paraíba são de clima frio, o solo de côr cinza e o subsolo pardo-escuro ou pardo-vivo; lá são comuns as coníferas.

Igualmente pobres são as forragens com menos de 0,04 a 0,07 mg de cobalto por quilo.

Geralmente as gramíneas acumulam menos cobalto que as outras forrageiras (Marston).

Fisiologia

As exigências diárias de cobalto de um bovídeo são de 1 mg; 5 a 10 % do cobalto ingerido é utilizado na formação da vitamina B12; presume-se que é sob a forma da vitamina B12 que o cobalto é assimilado pelo organismo. A absorção se faz pelo intestino, e a eliminação pela urina e pela bilis; em maior quantidade, pela urina (Marston).

Quando, pela alimentação, recebem sais de cobalto, aumentam de pêso e produtividade. Na alimentação, eleva ainda a taxa de hemoglobina, aumenta o teor das vitaminas A, E e C, e o teor de ferro, acelerando, também, a síntese da Vitamina B12 e das proteínas musculares.

Os animais privados de cobalto digerem em menor grau todos os nutrientes orgânicos, com exceção da fibra bruta, que, aliás, é melhor aproveitada pelos animais carentes do que pelos suplementados.

O acúmulo maior de cobalto no organismo dá-se no fígado; a microanálise dêsse órgão revela se o animal é carente ou não. Esta micro-análise tem valor para efeito de diagnóstico, quando o animal é autóctone da região (crioulo), ou esteja empastado nela, pelo menos durante 10 meses.

Patologia

A acobaltose, como já vimos, é moléstia exclusiva dos ruminantes; acrescentamos agora que, além de exclusiva dos ruminantes é particularmente dos animais em regime de campo, em criação extensiva, e principalmente de animais em crescimento.

Entre nós, observamos que, os animais azebuados são mais sensíveis à moléstia do que os holandesados.

Nos bovídeos a acobaltose se manifesta pelos seguintes sintomas: perda do apetite (anorexia grave), forte depressão, atrofia muscular progressiva, parada do crescimento, lacrimejamento, forte anemia (normocrítica e normocrômicas), couro e pêlos ásperos. Nos animais adultos desaparece a atividade reprodutora, notando-se ainda hipogalaxia e agalaxia.

Se os animais permanecem nas mesmas invernadas carentes, sem outro cuidado senão o do sal comum, vêm fatalmente a morrer por inanição.

A necrópsia revela magreza e anemia extremas; quando a moléstia atinge seu termo final, diz Marston, a condição das vísceras é a do edema de fome; o fígado é gorduroso e o baço com hemosiderose.

FALSA ACOBALTOSE

Em nossa clínica temos assistido a bovídeos, fora da primeira idade, com manifestações que simulam a acobaltose, resultantes do uso de antibióticos e bacteriostáticos em doses exageradas. É a falsa-acobaltose medicamentosa.

O emprêgo de antibióticos ou bacteriostáticos pelos leigos, no tratamento de certas moléstias dos bovídeos, em doses maciças e por longo tempo, compromete a flora polimicrobiana do rúmen, o que determina a falsa-acobaltose medicamentosa.

MICRO-ANALISE DE FIGADO (BOVIDEOS E OVINOS) — DADOS FORNECIDOS POR H. T. CARROL (1954)

Micro-análise do fígado (Bovídeos e Ovinos)	por.m. (parte por milhão) sôbre fígado sêco
Profundamente deficiente	0,05 p/ menos
Deficiente	0,05 a 0,08
Marginal	0,08 a 0,10
Normal	0,10 p/ mais

O cobalto, segundo Davis, é tóxico, se empregado em doses excessivas, e o quadro clínico da toxicose por êle provacado é idêntico ao da acobaltose (casos experimentais).

Diagnóstico

O diagnóstico da acobaltose faz-se pelos sintomas, pelas micro-análise do fígado, da terra e da forragem; como exame subsidiário, o hemograma (anemia normocítica e normocrômica).

O diagnótico diferencial com outras moléstias carenciais, toxicoses e verminoses gastroentéricas e pulmonar é feito pelas micro-análises (moléstias carenciais), pelo exame histopatológico, geralmente do fígado (toxicoses) e pelos exames de fezes, do coagulador, intestinos e pulmões (verminoses).

Tratamento

Dos tratamentos, o mais prático consiste na troca de pastagem e o mais racional, é o uso de misturas salinas compensadoras ou a adubação das pastagens.

Uma fórmulo heróica no tratamento da acobaltose é a seguinte:

Pó de ossos	52 partes
Sal comum	42 partes
Óxido de ferro	4,5 partes
Sulfato de cobre	1 parte
Sulfato de manganês .	0,5 parte
	100 partes
Sulfato de cobalto	0,6%

Essa mistura deve ser utilizada à vontade, nos cochos.

O manganês é facultativo, exceto na estação chuvosa, na época do "verde" novo. Dado em doses excessivas, também é tóxico.

Outras fórmulas poderão ser balanceadas, utilizando-se o cobalto na proporção mínima de 0,025 % até a máxima de 0,06%, de acôrdo com o resultado das análises.

Na prática, aconselhado por Davis, temos utilizado com maior frequência mistura de 45 quilos de sal comum com 29 gramas de sulfato de cobalto e 200 gramas de sulfato de cobre.

Embora tenhamos obtido bons resultados com essa mistura, julgamos melhor a fórmula em que figura o cobalto na proporção de 0,06%.

Minúcia interessante no preparo das misturas salinas compensadoras para acobaltose é a de que o cobalto deve ser dado sempre juntamente com o cobre. Êsse fato, observado por Davis, foi por nós plenamente confirmado, experimentalmente.

Há uma interdependência entre êsses dois microelementos para a assimilação dêles pelo organismo. Na presença do cobalto, o organismo assimila melhor o cobre.

Como tratamento curativo da acobaltose, associado às misturas salinas compensadoras, pode ser empregada a vitamina B12 em injeções venosas (40 microgramas por dia), ou intramusculares (1 mg cada 7 dias).

Os animais carentes, quando tratados, já nos primeiros dias experimentam pronta melhora. a recuperação é progressiva, com a volta do apetite, e depois de 2 a 3 meses de tratamento, ela é completa.

No início do tratamento, nota-se queda da hemoglobina, que progressivamente atinge a taxa normal, depois de aproximadamente 10 semanas.

Coleta do material para as micro-análises

Detalhe importante nessa operação: não empregar instrumental que tenha cobre, latão ou bronze. Traços dêsse metal ou dessas ligas mascaram as micro-análises.

As forragens e terra devem ser coletadas como para as outras análises. As forragens devem ser cortadas nos lugares "mais batidos" pelos animais, e a terra, retirada de talhões diferentes.

As amostras de fígado, como já dissemos, só têm valor para efeito de diagnótico, quando o animal é autóctone da região, ou é aí empastado, pelo menos durante 10 meses. Essas amostras (2 a 3 segmentos), com área de 10 a 12 cm2, devem ser fixadas em álcool etílico redestilado; elas devem ainda ser retalhadas, para possibilitar melhor a infiltração do preservativo.

Para evitar extravasamento do álcool, deve-se selar a rôlha com parafina, no caso de não ser o frasco à prova de extravasamento, com tampa esmerilhada.

Finalmente, acompanhando o material, um rótulo ou carta, com os dados clássicos:

1 — nomes do interessado, da propriedade e localidade.

2 — raça e idade dos animais.

3 — informações sôbre as pastagens (se baixa ou alta, aguada, etc.);

4 — padrões das terras das invernadas (arenosas, saibrosas, tufosas, etc) e por fim, data.

(Continua na pág. 21)

JOVENS AGRICULTORES BRASILEIROS CHEGAM AOS EE. UU PARA ESTUDOS PRATICOS NA CIENCIA AGRICOLA



WASHINGTON, Maio — Ve-se na foto o jovem agricultor brasileiro Shozo Nogami, à direita, de São Paulo, recipiente de uma Bôlsa de Estudos Especial em Agricultura, ao ser saudado esta semana na Capital Norte-Americana pelo Dr. Eitif V. Miller, destacado agrônomo, enquanto observam seus compatriotas Riobranco Brasil, do Território do Rio Branco, e Lucia Nogueira, do Ceará. Integram os três brasileiros o grupo de 25 jovens Latino-Americanos que chegaram esta semana aos Estados Unidos como parte do programa de intercâmbio internacional de jovens agricultores I. F. Y. E. sob patrocinio da Mathieson Pan-American Chemical Corporation e da Fundação Nacional dos Clubes "4-H". O Dr. Miller, cientista de renome, passou muito tempo no Brasil e outros Países Latino-Americanos como agregado a Fundação Rockefeller e ao Departamento Norte-Americano da Agricultura, antes de aceitar o cargo atual de diretor agrícola da Mathieson Pan-American. Durante sua estada nos Estados Unidos, os três brasileiros estudarão as técnicas agrícolas em granjas tipicas Norte-Americanas, utilizando nos seus estudos os novos fertilizantes, inseticidas e hervicidas, assim como as mais recentes inovaçoes mecânicas

O TRIGO NO BRASIL

(1.ª PARTE)

Eng. Agr. Itagyba Barçante
Diretor-técnico da S. N. A.

A cultura do trigo foi introduzida no Brasil logo após o seu descobrimento, pelos primeiros colonizadores. — Segundo alguns historiadores as primeiras sementes do nobre cereal foram introduzidas por Martim Afonso de Sousa, que as cultivou em sua Capitania de São Vicente.

Gabriel Soares de Sousa, quando escreveu a sua notável obra sôbre o Brasil, por volta de 1583, faz referência às culturas de trigo então existentes em São Vicente. — Daí, se difundiu a cultura pela colônia desenvolvendo-se bem, notadamente nas Capitanias do Sul que, antes da Independência, chegaram a apresentar vultosa produção que, não só abastecia a Colônia como ainda era exportada para outros países do Continente Americano inclusive para os Estados Unidos da América do Norte.

Esta exportação se registrou até por volta de 1826. A produção de trigo no Brasil foi de grande vulto até as proximidades de 1815. Plantava-se trigo no Piauí; na Serra do Araripe, no Ceará; na Serra do Teixeira, na Paraíba; em Bonito, no Pernambuco; em Sergipe; no Vale do Rio das Contas e em Caetité, na Bahia, onde ainda em 1916, se via um moinho localizado em Hospício; na Chapada dos Veadeiros e em Bonfim, em Goiás; nas regiões de Barbacena, Caeté, Serro, Peçanha, Minas Novas, Pi-um-í, Campanha e Airuoca, em Minas Gerais; em São Paulo, notadamente na antiga Comarca de Curitiba; em Santa Catarina; no Rio Grande do Sul; no Espírito Santo, onde, tendo em vista os bons resultados obtidos com as culturas de trigo e de linho, e com o objetivo de estímulo, àquelas culturas, o Príncipe Regente, em Carta Régia de 17 de janeiro de 1814, resolveu isentar por dez anos do dízimo àquelas culturas na Capitania, e autorizou a distribuição em sesmarias das terras marginais dos rios Doce e Santa Maria, para quem as quizessem cultivar.

Desde essa época, a nossa maior produção se localizava no Rio Grande do Sul. Depois de 1815 começa o declínio da cultura do trigo, fortemente atacada pela ferrugem. — Saint'Hilaire, o grande cientista francês que nos visitou por volta de 1818-1822, faz minucioso relato da situação da cultura do trigo no Brasil, chamando atenção do govêrno pelo abandono em que se encontrava a cultura do nobre cereal, fadada a desaparecer pela incúria das autoridades de então.

Ainda em 1818, Minas Gerais, exportava a produção das regiões de Campanha e Airuoca, 50.585 quilos de farinha de trigo. A produção de Goiás, segundo Saint'Hilaire, era tôda consumida na região.

Em 1819, é concedido previlégio exclusivo a Antônio Gustavo Bjuderg, para a instalação, na Côrte, do primeiro moinho de trigo movido a vapor, sem prejuízo dos moinhos existentes, ou que, viessem a ser instalados, movidos a água. As máquinas foram importadas da Suécia, e o combustível usado era o carvão de pedra. Em 1822, pouco antes da Independência, são solicitados novos favores para o moinho em aprêço, agora girando sob a firma Alves Bjurg & Cia. Ltda. O parecer do Tribunal da Real Junta do Comércio, de 2-7-1822, sôbre o assunto, bem demonstra o descaso que era votado a cultura do trigo no Brasil, em contraposição à política protecionista já adotada, em Portugal, para idêntica produção em seu território da Europa.

Entre os favores pleiteados pela concessionária do moinho figurava o da proibição de importação de farinha de trigo, a respeito de que declarava aquele Tribunal que, não obstante ha-

ver idêntica proibição para o Reino de Portugal, não se podia a mesma aplicar-se no Brasil, "que está em circunstâncias diversíssimas e ainda opostas, não sendo a cultura do trigo peculiar ao mesmo Reino (do Brasil), nem gênero de primeira necessidade quanto a geral sustentação dos povos, bem que seja muito útil na Província do Rio Grande do Sul, da qual contudo não convém que fique dependente esta Capital, e as demais cidades marítimas, dêste Continente, pela notória insuficiência da população de todo o Reino, senão só em futuro período, quando crescer o número de lavradores e de capitalistas da dita Província, objeto de deliberação no Corpo Legislativo sôbre os expedientes oportunos de animar e promover a agricultura nesse interessante ramo, cujo produto ainda é precário em más condições de alguns anos em que dá ferrugem e sêca, que ocasionam notável diminuição na colheita, como proximamente aconteceu.

Pouco depois confirmava-se, também a produção não pequena de trigo nas províncias de São Paulo e de Minas Gerais, quando o ministro da Fazenda do Império, por decisão de 5 de junho de 1829, para evitar a fraude, proibia os contratos de arrematação dos dízimos do trigo, do açúcar, do algodão em rama, do café, do arroz e do fumo, produção daquelas províncias e regulava o pagamento daqueles dízimos.

No segundo Império, acentuam-se as medidas para o soerguimento da cultura do trigo, não só com a implantação da colonização sistemática, com elementos estrangeiros, como ainda pelas medidas de fomentos tomadas pelo govêrno, destacando-se aquela que conferia um prêmio, de dois mil cruzeiros, ao lavrador de trigo de nacionalidade brasileira ou estrangeira, que colhe-se no mínimo, cêrca de 4.000 quilos de trigo, em perfeito estado. Em 1862, distribuiu-se, em prêmios, a quantia de Cr$ .. 20.000,00 isto é tôda a consignação do orçamento e, afirmava o ministro da Agricultura de então, "êste incentivo para aclimar de novo e desenvolver entre nós a cultura do trigo, não tem por certo em mente prestar-se à especulação, ou auxiliá-la indefinidamente, mas tão sòmente animá-la até que por si só pudesse subsistir".

Em quase tôdas as Colônias então existentes, especialmente nas localizadas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo, plantava-se o trigo. Na Colônia de São Lourenço, cultivava-se cêrca de 1.800 hectares de terras em trigo, na de Santa Cruz, cêrca de 300 hectares, na Santa Maria da Soledade perto de 1.400 hectares. Por uma estatística apenas parcial, levantada em 1866, a produção de trigo no Rio Grande do Sul, sòmente nos municípios de Pôrto Alegre, Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e Jaguarão, era de 395.100 quilos; em Santa Catarina, sòmente no município da Capital e nas Colônias de Blumenau, Angelina e Santa Teresa, a produção alcançava 42.255 quilos; na Bahia, a produção do município de Alcobaça, único recensendo, foi de 300 quilos. A grande maioria dos municípios produtores de então nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Goiás, não figurou neste primeiro ensaio da estatística agrícola brasileira não se podendo, por isso, positivar o total de nossa produção de trigo de então.

No ano de 1867, novamente vem a ferrugem anular todo o esfôrço desenvolvido em prol da lavoura do trigo. Não dispúnhamos de aparelhagem técnica capaz de contornar o mal e novo fracasso se verifica em nossa lavoura tritícola.

O govêrno imperial, entretanto, continua a importar sementes de trigo das melhores variedades européias e americanas, para distribuição aos lavradores das províncias e às colônias do Estado.

Em 1882, é concedido o primeiro previlégio para uma máquina, de trilhar a que se propunha fabricar Luiz José Gonçalves Neves.

Ao alvorecer da República, nova tentativa se faz em favor da cultura do trigo. Em 1890, são outorgadas concessões a favor do "Engenheiro Manuel de Jesus Valdetaro e João Batista Pereira da Costa" para a instalação de moinhos de trigo e de um Campo Experimental para a cultura do trigo em Minas Gerais, com a isenção de direitos de importação por 10 anos, e isenção de fretes, por dois anos, para a farinha de trigo de sua produção transportada pela Estrada de Ferro Central do Brasil; a João de Deus França, para a instalação de três moinhos e campos de cultura de trigo no Rio Grande do Sul; e a José Morales, para a instalação de usinas de beneficiar trigo nos municípios de Vacária, Conceição do Arrolo, Camaquam e Canguçu, no Rio Grande do Sul, tôdas com isenção de impostos, por dez anos.

A campanha prosseguia em seu ritmo com opiniões ora contrárias, ora favoráveis.

Fernando Costa, ainda aluno da Escola Agrícola Luiz Queiroz, em Piracicaba, recomendava, em 1906, pelas colunas do "Jornal de Piracicaba", o plantio do trigo em São Paulo, no que era tenazmente combatido. Em 1908, o presidente Afonso Pena, que havia sido um dos últimos ministros da Agricultura, no Império, assina a mais importante lei até então votada em favor da cultura do trigo, no Brasil. Autorizava ela a conceder aos sindicatos e cooperativas agrícolas que cultivassem trigo a subvenção de Cr$ 15.000,00, paga em prestações trimestrais, durante o prazo de cinco anos. Eram condições, ser a entidade organizada em conformidade com a legislação vigente, possuir em cultura do trigo uma área superior a 200 hectares, sob a direção de técnico de reconhecida competência.

Aos grupos de cinco ou mais sindicatos ou cooperativas que se reunissem para o fim especial de estabelecerem campos experimentais e laboratórios aparelhados para o estudo de entomologia, fitopatologia, microbiologia, física, química e metereologia agrícola, seria concedida uma subvenção anual de Cr$ 20.000,00 durante um período de cinco anos.

A quem estabelecesse moinho hidráulico, a vapor ou de outro sistema, para industrializar pelo menos 4.000 hectolitros de trigo, colhido em lavoura própria, seria, também, dada uma subvenção de Cr$ 15.000,00.

Êstes sindicatos e cooperativas ficavam isentos dos impostos aduaneiros para a importação, para uso exclusivo, das máquinas e instrumentos agrícolas apropriados ao arroteamento e amanho das terras, a colheita e o beneficiamento dos respectivos produtos, dos adubos e inseticidas, de máquinas e aparelhos destinados a purificação e a preparação de massas alimentícias e outros produtos do trigo, de máquinas e aparelhos destinados aos laboratórios e demais instrumentos necessários ao mesmo fim.

O govêrno federal promoveria, além de outras medidas, acordos com as estradas de ferro, emprêsas de navegação e outros meios de transportes, para a redução dos fretes dos produtos do trigo.

Nilo Peçanha, toma como um dos pontos altos de seu govêrno, a "Campanha do Trigo", julgando indispensável a sua continuação, em ritmo acentuado, pelos govêrnos que se sucedessem.

A Sociedade Nacional de Agricultura, em estreita colaboração com o govêrno, distribui aos lavradores, em 1909, 6.663 kgs. de sementes de trigo, importados da Argentina, da Itália, do Egito, da Argélia, do Japão e dos Estados Unidos.

Em 1910, é votado um crédito especial de Cr$ 52.000,00 para as despesas de fiscalização, ensino e propaganda da cultura do trigo e outras seguindo-se intensa propaganda do Ministério da Agricultura, principalmente no Rio Grande do Sul, em favor da cultura do nobre cereal.

E, os seus resultados não se fizeram esperar; — a produção, que fôra de 15 mil toneladas em 1909, elevou-se ao dôbro em 1910 e ao quadruplo em 1911. A primeira subvenção de Cr$ .... 15.000,00, outorgada ao lavrador que satisfizesse as condições determinadas pelo Decreto n.º .... 2.049, de 31.12.1908, é paga em 1911, ao dr. Waldomiro Lima. Em prosseguimento da Campanha, é criado em abril de 1912, o primeiro Campo Experimental para o trigo, do Ministério da Agricultura, no Estado do Rio Grande do Sul, para cuja instalação e custeio foi aberto em maio do mesmo ano, um crédito especial de Cr$ 150.000,00.

Entretanto, o esmorecimento da Campanha e a grande demora no pagamento dos prêmios concedidos pela lei de 1908, concorreu para diminuir o entusiasmo dos lavradores pela cultura do trigo. A maior parte dos prêmios só foi paga nos anos de 1919-1920, como os que fizeram jus Alberto F. Vasquez, Vasquez & Quadros e Bastos e Vasquez, no total de Cr$ 225.000,00, Aguirro & Barbiere, na importância de Cr$ 75.000,00, Avelino Machado Borges na importância de Cr$ 30.000,00 e Felisberto Gomes no valor de Cr$ 45.000,00, todos plantadores de trigo no Estado do Rio Grande do Sul.

A Campanha é retomada no govêrno do dr. Epitácio Pessoa pelo ilustre ministro Ildefonso Simões Lopes, que criou as duas primeiras Estações Experimentais do trigo no Brasil, — Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul e Ponta Grossa, no Paraná, de onde sairiam as primeiras variedades de trigo brasileiro, resistentes à ferrugem. A produção de trigo no Rio Grande do Sul, que era de menos de 100 mil toneladas passou, em 1922, para .... 153.250 toneladas, registrando-se, ainda, alguma produção em Santa Catarina (2.100 toneladas) e no Paraná (1.750 toneladas). Em São Paulo, as experiências com a cultura do trigo tiveram início por volta de 1920.

Com a saida daquele ministro, paralisou-se a Campanha, e a produção brasileira para 1924 caira para menos de cem mil toneladas e permaneceu oscilando por volta das 90 mil toneladas até que assumindo o govêrno do Estado do Rio Grande do Sul, o sr Getúlio Vargas, foi criada pelo Estado, a Estação Experimental de Bagé, na região da fronteira, sendo entregue a direção dos trabalhos ao ilustre geneticista Iwar Beckman que, aí, iria

continuar os seus notáveis trabalhos com o trigo, iniciados em Alfredo Chaves. O Rio Grande do Sul, então, começou a apresentar volumosa produção, com garantia de rápido desenvolvimento da cultura do trigo no Brasil, uma vez que os técnicos, em meticulosos experimentos, haviam conseguido produzir variedades de trigo perfeitamente adaptadas ao ambiente e altamente resistentes. Verificou-se, então, a intervenção acintosa do poder econômico externo, e sofremos a primeira grande derrota na produção do trigo brasileiro. Não havendo mercado para o trigo nacional, foi êle utilizado na alimentação de animais. A produção baixa novamente, mas, a pertinácia e a coragem do bravo lavrador do Sul, não permite que ela se perca totalmente. A produção oscila novamente, na base de 90 mil toneladas. Entretanto, os técnicos continuam, sem esmorecimento, os trabalhos experimentais em Ponta Grossa, em Alfredo Chaves e em Bagé.

Em 1936, no govêrno de Getúlio Vargas, o então ministro Odilon Braga apresenta um projeto de lei estabelecendo bases para o fomento da cultura do trigo e propondo a criação de novas estações e campos experimentais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Em 1936, ainda, é assinado o primeiro ato de defesa econômica do trigo brasileiro. Trata-se do decreto n.º 803, de 8.5.1936, que diz em seu artigo 2.º — "O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de acôrdo com o da Agricultura, organizará uma comissão a fim de estabelecer a porcentagem numérica do trigo nacional que deve ser adicionada ao trigo no fabrico da farinha, e ainda a dos subprodutos do trigo que possa ser exportado, sem prejuízo da economia nacional".

Assumindo o Ministério da Agricultura, dr. Fernando Costa, cuidou imediatamente de pôr em execução o plano de fomento da produção de trigo, anteriormente aprovado pelo Congresso. Foram instaladas as Estações Experimentais de Pelotas e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, Caçador, em Santa Catarina, Curitiba, no Paraná, Ipanema, em São Paulo, Patos, em Minas Gerais e Anápolis em Goiás.

Fernando Costa, tenazmente combatido por interêsses contrariados, não esmorecia na campanha; instalava as estações experimentais, emprestava trilhadeiras e outras máquinas agrícolas aos lavradores, distribuía sementes aos interessados, auxiliava a instalação de pequenos moinhos na região produtora ia pessoalmente visitar e animar os plantadores, estimulava à cultura da mandioca e a instalação da florescente e promissora indústria de raspa de mandioca.

Em dezembro de 1938, é assinado um decreto-lei tornando obrigatória a aquisição e consumo do trigo em grão, de produção nacional, por tôdas as emprêsas existentes no país, em cotas proporcionais à capacidade de produção real de cada moinho, tendo-se em vista a média da produção quinquenal de cada moinho e proporcionais, também, no total do trigo produzido anualmente no país. — Ainda, por êste decreto-lei, era fixado em sessenta centavos, por quilo, o preço mínimo de aquisição do trigo nacional em grão, ensacado, pago obrigatòriamente pelos moageiros nos pontos de embarque. Êste preço mínimo era fixado pelo prazo de três anos, variando nos anos seguintes, a critério do govêrno, tendo-se em vista a oscilação dos preços do produto e o custo da produção. Com as medidas adotadas pelo govêrno, chegamos a obter a maior safra de trigo até então registrada no Brasil, depois da Independência. Por outro lado, crescia de maneira auspiciosa a produção de farinha de raspa de mandioca, para mistura com a farinha de trigo. A produção máxima verificou-se em 1941, quando alcançamos 126.968 toneladas.

A situação era, de fato privilegiada. Caminhávamos a passos largos para o auto-abastecimento. Novamente, aparece a fôrça do poder econômico e estrangula a produção de trigo nacional. O grão brasileiro ficou exposto ao tempo, se deteriorando nas plataformas das estações ferroviárias ou em galpões improvisados no interior dos Estados produtores; — o que não apodrecia, era destinado à alimentação animal. Para êles estavam fechados, inteiramente, os mercados nacionais, abarrotados com o similar de produção argentina. No ano agrícola 1939-1940, caía a produção para 101.107 toneladas. Por outro lado, pouco depois é sufocada a nossa florescente produção de sucedâneos, para mistura com a farinha de trigo em virtude de acôrdo comercial assinado com uma potência estrangeira, sem a audiência dos órgãos responsáveis pela produção nacional. O acôrdo em causa proibia, por um período de dez anos, qualquer mistura com a farinha de trigo. Os prejuízos verificados pelos cultivadores de mandioca e indústrias de raspa e farinha de raspa são enormes. Voltamos à estaca zero. Sòmente o altruísmo a dedicação e o patriotismo de nosso lavrador não permitiu a derrocada completa. Continuou êle plantando um pouco de trigo e alguma mandioca para raspa. Fecham as grandes fábricas produtoras de farinha de raspa, de arroz e de milho. Agora a produção de trigo oscila na casa das cem mil toneladas.

Em 1941, o decreto-lei n.º 2.960 autoriza a fixação do preço mínimo para o trigo nacional por um período de 12 anos. Ainda êste ano, é assinado um decreto-lei dispondo sôbre a aqui-

sição e moagem do trigo estrangeiro. O govêrno brasileiro, por meio de legislação adequada, procura anular a danosa interferência do poder econômico, que se tem feito sentir sôbre a produção de trigo no país. Novos decretos regulando a matéria são assinados nos anos de 1942-1943-1944.

O mais importante ato é assinado em janeiro de 1944, criando o Serviço de Expansão do Trigo, com as atribuições de fomentar, orientar e controlar a produção, o comércio e a indústria do trigo no país. Ainda neste mesmo ano é assinado decreto-lei autorizando o Ministério da Agricultura a promover as medidas necessárias para o rápido escoamento da safra do trigo de produção nacional, em todos os Estados produtores, mediante instruções oportunamente baixadas, pelo respectivo ministro de Estado. Com as medidas de proteção e defesa da produção tomadas durante êste período, completadas pelas de fomento da cultura do trigo, eleva-se novamente, as safras verificando-se, durante o período de 1941 a 1944, na administração do ministro Apolônio Sales, uma safra média anual de 219.000 toneladas. No govêrno do marechal Eurico Gaspar Dutra, continua a Campanha com grande entusiasmo. Na gestão do ministro Daniel de Carvalho, tomou ela grande vulto, tendo sido acentuadas medidas indispensáveis à sua continuidade como, por exemplo, a criação da Comissão Técnica do Trigo, que anualmente e sob a presidência do ministro da Agricultura, se reune no Rio de Janeiro. Fazem parte da comissão além dos técnicos do Ministério da Agricultura que se encarregam dos trabalhos relacionados com as culturas do trigo, delegações de técnicos das Secretarias de Agricultura dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e do SAPS. Posteriormente, isto é, a partir de sua sexta reunião foram convocadas para dela fazerem parte, representantes da lavoura e da indústria do trigo.

Esta comissão, a quem cabe orientar a política do trigo nacional, não só examina os trabalhos executados no ano anterior como, anualmente, traça as normas que devem ser seguidas nos trabalhos experimentais, na distribuição de sementes, nos sistemas de fertilização do solo, da mecanização da lavoura, na execução e orientação das medidas de ordem econômica, inclusive a construção de silos e armazéns, e a determinação do preço mínimo. Coordena ela assim todos os trabalhos executados por órgãos de âmbito federal e estadual, imprimindo orientação única aos trabalhos. O seu êxito é marcado pela sua própria sobrevivência até hoje, tendo sido realizada, em março de 1957, a sua 11.ª reunião. Outro plano de grande importância, traçado ainda naquela época, é o relacionado com a distribuição de sementes de trigo, denominado plano "Beckman Fagundes" que, com as modificações levadas a efeito por sugestões da Comissão Técnica do Trigo, é também seguido até o momento. Iniciou a construção de dois armazéns para trigo no Rio Grande do Sul, a construção da Colônia de Patos, em Minas Gerais, além de fazer larga distribuição de sementes de trigo e de máquinas agrícolas. Teve uma falha, pois, ao assumir o Ministério, logo propoz a extinção do Serviço de Expansão do Trigo, o único que dispunha da necessária aparelhagem para a defesa econômica do trigo nacional. O projeto felizmente não foi aceito pelo Congresso Nacio-

nal. Por outro lado, conseguiu estabelecer uma estreita colaboração entre a indústria moageira e o govêrno em prol do desenvolvimento da cultura do trigo, e não sòmente obteve dessa indústria todo o apoio para o desenvolvimento da campanha, como ainda auxílio monetário para o pagamento de técnicos especializados, contratados, prêmios aos nossos técnicos que maiores esforços desenvolveram em benefício da cultura do trigo, e aquisição de determinados materiais. Ao deixar o sr. Daniel de Carvalho o Ministério da Agricultura em abril de 1950, registrou-se uma safra de 437.506 toneladas, correspondente ao ano agrícola de 1949-1950, quase o dôbro da que encontrou ao assumir o cargo, de 233.298, toneladas, correspondente ao ano agrícola de 1945-1946.

Na gestão do ministro Novais Filho, toma grande impulso a campanha, não só com o aumento da distribuição de sementes e máquinas agrícolas, como, ainda, com medidas de ordem administrativas procurando dar maior segurança à defesa econômica.

Em 1949, o consumo total de trigo em grão no Brasil, era de 968.655 toneladas, sendo 802.655 toneladas importadas, no valor de Cr$ 1.941.517.000,00 e 166.000 toneladas de nacional, no valor de Cr$ 415 000 000,00. Nesta época importávamos, ainda, ... 133.749 toneladas de farinha de trigo, no valor de Cr$ .... 378.240.000,00.

Em 1950, encontrava-se o Serviço de Expansão do Trigo com as suas atividades quase paralizadas em virtude de haver o govêrno, em dezembro de 1946, proposto a sua extinção ao Congresso Nacional. Atribuía-se-lhe, apenas, as indispensáveis verbas para o custeio, em média anual de Cr$ 5.200.000,00, sendo Cr$ .. 3.800.000,00 para pagamento do pessoal e Cr$ 1.400.000,00 para material. Por essa época, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. — (safra de 949 50) o Brasil tinha cultivado em trigo, uma área de 630.102 hectares, registrando-se uma produção total de 437.506 toneladas de trigo em grão.

Assumindo o Ministério da Agricultura, o senador Novais Filho, cuidou S. Exa., de pronto, de dar ao Serviço de Expansão do Trigo, além do necessário apoio, os recursos de que necessitava para impulsionar a Campanha do Trigo Nacional. Do crédito especial de Cr$ .... 60.000.000,00, aberto pelo decreto-lei n.º 28.076, de 5 de maio de 1950, distribuiu-se ao Serviço de Expansão do Trigo a importância de Cr$ 20.000.000,00, para a aquisição de sementes de trigo, início da construção da rêde de silos e armazéns, aquisição de caminhões e camionetes, compra de pequenos moinhos e silos metálicos para revenda. Para a revenda de material, contava o S. E. T., em 1950, com a importância de Cr$ 130.999,50, com o que foi adquirida uma combinada e um trator pequeno, para revenda no Rio Grande do Sul. Em 1950, ainda, foi incluída uma emenda ao projeto de Orçamento do Ministério da Agricultura, para 1951, verba terceira, na importância de Cr$ .. 25.000.000,00, para: 15 — Serviço de Expansão do Trigo — 1) Aquisição de sementes para revenda, inclusive transporte e tratamento; Experimentação multiplicação de sementes, inclusive serviços de cooperação; construção e financiamento de instalação de armazens, depósitos e pequenos moinhos nas zonas de produção; mecanização da lavoura tritícola, mediante aquisição de máquinas para a revenda. Nesta altura, muito nos preocupava o escoamento da safra de trigo, pois, com uma produção total de 166.000 toneladas comerciáveis, no ano agrícola 1949-1950, ainda em setembro existia trigo no Rio Grande aguardando transporte. Por outro lado, com a política de distribuição de trigo importado até então adotada, os pequenos moinhos localizados na região produtora e que, em sua maioria não recebiam trigo de importação para contrabalançar o custo mais elevado do produto nacional, encontravam-se em crise e diminuiam as suas compras de trigo nacional. A farinha de trigo por êles produzida era bem mais cara que a industrializada pelos moinhos localizados no litoral. E, êstes últimos, levavam os seus produtos à região produtora, concorrendo, em preços, com os pequenos moinhos. Quem conhece a situação de nosso pequeno lavrador, bem sabe como é importante para êle ter em sua porta, o mercado comprador de sua produção. Ainda, pelo sistema adotado na distribuição do trigo importado, encontrava-se, pràticamente, paralisada a instalação de novos moinhos de trigo no país. Em 1949, contavam-se no Brasil um total de 119 moinhos registrados (em 1954 só o Rio Grande do Sul tinha 262 moinhos registrados), com a capacidade total, anual, de .... 1.688.483 toneladas, assim distribuídos:

1 em Pernambuco, com a capacidade anual de 72.000 toneladas; 1 na Bahia, com a capacidade anual de 28.800 toneladas; 4 no Distrito Federal com a capacidade anual de 531.900 toneladas; 1 no Rio de Janeiro, com a capacidade anual de .... 37.800 toneladas; 7 em São Paulo com a capacidade anual de . 654.600 toneladas; 3 no Paraná com a capacidade anual de .... 57.120 toneladas; 31 em Santa Catarina com a capacidade anual de 62.601 toneladas; e 71 no Rio Grande do Sul com a capacidade anual de 243.662 toneladas.

Para atenuar as dificuldades criadas com o preço mais elevado do trigo de produção nacional, propunha a Comissão Técnica do Trigo a criação de uma taxa móvel sôbre o trigo importado, de modo a equipará-lo ao preço do grão nacional, taxa essa cujo produto reverteria em benefício da produção nacional. Entretanto, o govêrno se opunha a execução de tal medida, cujos reflexos imediatos se faria sentir no consumidor, uma vez que o preço do pão seria aumentado consideràvelmente. Nestas condições, tornavam-se necessário medidas que viessem atenuar a situação e assegurar um rápido escoamento da safra.

Depois de longos estudos e ouvidos os interessados no assunto, levou o S. E. T. à consideração do govêrno um projeto de decreto que, regulando o assunto, traria certo alívio ao escoamento da safra, ao mesmo tempo que facultaria a distribuição equitativa do trigo importado a todos **os moinhos instalados no território nacional.**

Encaminhado o projeto, em setembro de 1950, sòmente pode o mesmo ser assinado pelo presidente da República em janeiro de 1951, sendo publicado em fins de março do mesmo ano.

Modificou êle, inteiramente, a política até então adotada, em relação ao trigo como:

a) compra do trigo nacional que era facultativa, passou a ser obrigatória a todos os moinhos

instalados no território nacional, em cotas proporcionais à capacidade de moagem de cada moinho;

b) o trigo de importação que até então era controlado por outro órgão, passou a ser distribuído pelo Serviço de Expansão do Trigo **aos moinhos que adquirissem a sua cota de trigo nacional**, e,

c) para facilitar o escoamento da safra e evitar o chamado **"Passeio do Trigo"**, instituí-se o regime de revenda para o trigo nacional.

Por êste sistema um moinho, por exemplo, o de Recife, que adquirisse trigo nacional de sua cota em Erechim, no Rio Grande do Sul, poderia revender êste trigo a um moinho da região, pelo preço do trigo de importação, recebendo dêste último moinho, em igual quantidade, cotas de trigo importado que deveria caber àquele moinho.

Ao assumir o govêrno o dr. Getulio Vargas, em 31 de janeiro de 1951, continuou-se, com maior intensidade, o programa em execução para o desenvolvimento de nossa produção de trigo.

O ministro João Cleophas, foi incansável nesse notável trabalho.

(Conclusão da pág. 12)

Bibliografia

Becker, R. B. e col — Minenerals for dairy and beef cattle. Boletim n.º 513 da "University of Florida, Agricultural Experiment Stations". Fevereiro de 1953.

Carrol, H. T. — Comunicação pessoal. 1953.

Davis, G. K. — Comunicação pessoal. 1954.

Davis, G. K. — Micro-elements in animal nutrition. Anais do Segundo Congresso Panamericano de Medicina Veterinária, 2:146, 1954.

Dupont, O. — Comunicação pessoal.

Lacaz, J. S. — Mal do Colete. Causas conhecidas e prováveis. Estudo clínico. Tratamento. O Biológico, 20:78 e 99, 1954.

Lacaz, J. S. — Evidenciadas as carências de cobalto e cobre como causas certas formas do "Mal do Colete." O Biológico, 21:166, 1955.

Marston, H. R. — Cobalt, copper and molibdenum in nutrition of animals and plants. Physiol. Rev., 32:66-121, 1952.

CONVENÇÃO DA VEMAG EM ÁGUAS DE SÃO PEDRO



Conforme foi amplamente noticiado, realizou-se com invulgar brilhantismo, a I Convenção dos Revendedores Vemag de Máquinas Agrícolas, que teve lugar em Águas de São Pedro, nos dias 26, 27 e 28 de junho p.p.

Durante o conclave, que decorreu dentro de grande camaradagem e entusiasmo, foram debatidos os principais problemas da mecanização da agricultura no Brasil, tendo sido ainda apresentado aos participantes o novo trator Ferguson, FE-35, que será fornecido aos lavradores dentro do plano de financiamento a longo prazo estabelecido pelo decreto federal 40.260.

Além de altas autoridades ligadas à Agricultura, estiveram presentes os srs. Domingos Fernandes Alonso, presidente da Vemag S.A.; John H. Shiner, vice-presidente da Massey-Harris-Ferguson de Toronto, Canadá; Enrique Abaroa, gerente geral para a América Latina da Massey-Harris-Ferguson Ltd., de Toronto; Dr. Lelio de Toledo Piza e Almeida Filho, diretor da Vemag e membro do Conselho de Economia do Estado; Dr. Manuel Garcia Filho; Dr. Jorge Besterman, sr. Mauro Pereira Bueno, sr. Evend H. Nielsen, José Pereira Fernandes, todos diretores da Vemag, e sr. Antorio Gonçalves Pereira, êste último diretor das Organizações Novo-Mundo Vemag. No clichê, um aspecto da demonstração de campo, quando o novo trator FE-35 equipado com uma broca fazia uma prova prática.

BOLETIM C.C.P.R

O Boletim C.C.P.R. é uma publicação mensal da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda.

Trata-se de uma interessante publicação nos moldes das chamadas "publicações de extensão agrícola", isto é, que instruem e orientam, de uma maneira fácil, acessível, e atraente.

Estão, pois, de parabens os cooperados da C.C.P.R. de Minas Gerais, pois o Boletim C.C.P.R. é mais uma das bôas e oportunas realizações da entidade que tantos e tão relevantes serviços vem prestando à clase rural de Minas Gerais.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira

Redator-técnico de "A LAVOURA"

Boletim do Museu Paraense "Emilio Goeldi"

Tomo XI — Fascículo I e Fascículo II

Pelo espaço de 20 anos, a partir de 1 de janeiro de 1955, foi a administração e a direção científica do Museu Paraense Emilio Goeldi entregue ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Os fascículos I e II, do tomo XI do Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, já publicados na nova fase, contém, respectivamente, dois exaustivos e completos trabalhos: "Revisão do complexo Cyrtorhinus Fieber — Mecomma Fieber (Hemiptera — Heteroptera, Miridae) de autoria de José C. M. Carvalho e T. R. E. Southwood", e "Chaves para os gêneros de Miridios do mundo (Hemipder), de José C. M. Carvalho".

Companhia Paulista de Estradas de Ferro — Boletins n.ºs 3, 4, 5 e 6 do Serviço Florestal

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que tanto tem contribuído para o reflorestamento do país, acaba de publicar, através de seu magnífico Serviço Florestal, com tanta eficiência dirigido pelo dr. Armando Navarro Sampaio, mais quatro boletins:

1 — Alguns Herbicidas modernos no contrôle da tiririca (Cypems rotundus, 2) — Jaime Vieira Pinheiro.

2 — Combate ao berne e a utilização das pastagens nos eucaliptais — Jaime Vieira Pinheiro.

3 — O reflorestamento de aplicação industrial — Armando Navarro Sampaio.

4 — Ensaio de espaçamento em Eucalyptus saligna, SM para produção de lenha — Rubens Foot Guimarães.

Observações preliminares sôbre partenocarpia artificial em tomateiro (Lycopersicum esculentum (Mill) e em pimentão (Capricum annum L), em condições naturais

Como separata dos Anais da 5.ª Reunião Anual da S. B. B., realizada em 1954, acaba de ser publicado o trabalho acima, de autoria dos engs.º agrs. José da Cruz Paixão e Nahum Isaac Kleyn, com as observações preliminares sôbre partenocarpia artificial em tomateiro e em pimentão em que foram usados o ácido 2,4D, o ácido indolbutírico, o pentaclorofenolado de sódio e o bihormônia, nas concentrações de 1%, 0,5% e 0,25%. Nos primeiros ensaios, nas condições do Km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo (Universidade Rural), foi constatada uma acentuada queda prematura de frutos, cuja causa está sendo objeto de estudo pelos autores.

Boletim de Agricultura

Ano V — N.ºs 9-10

O Boletim n.ºs 9-10 da Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais traz bons trabalhos assinados por V. Sichenco e O. P. de Carvalho, J. B. Lisboa, J. L. Couto, Abelardo de A. Sarmento, J. S. da Paixão, I. M. dos Santos, Mário M. Moreira e Joel dos Santos.

AGRIRMAL

Ano I — Núm. I

O Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura acaba de editar um Boletim Informativo com o fim expresso de divulgar notas sôbre as atividades dêste importante setor da administração pública e prestar orientação às cooperativas e associações rurais, bem como pesquisas sociais e outros assuntos de relevância para o meio rural.

AS COOPERATIVAS E O CRÉDITO AGRICOLA — DEMOCRACIA ECONÔMICA E DEMOCRACIA POLÍTICA

Fábio Luz Filho

III

Como vimos nos artigos anteriores, determina a lei 581 que a área de ação seja **"determinada"**, conseqüentemente expressa nos estatutos, entendida a palavra "determinada" no seu verdadeiro sentido lexicológico; de limitar, definir, **indicar com precisão**.

É admissível que certos tipos de cooperativa tenham área de ação nos limites que lhe devem ser próprios (artigo 11 da lei 581), considerando-se a diversidade de seus objetivos econômicos e sociais e o condicionamento dessa área a uma prestação real de serviços médicos e satisfação de outras condições peculiares a uma sociedade de pessoas, mesmo nas cooperativas do tipo centralizado. Considere-se que a estrutura federativa é um imperativo de ordem legal, prática e de doutrina, já tendo sido acentuado que é vital essa estrutura federativa para o movimento cooperativo em geral e, notadamente, o agrícola, "non solo nel campo dell'assistenza, ma anche, e specialmente del crédito", o que é cooperativismo no sentido genuíno e tradicional, elemento de progresso econômico e de educação social, vindo de baixo para cima, baseado no senso de responsabilidade e no espírito mutualístico. É nunca será demasiado repetir, como o vimos acentuando em livros sucessivos, que o cooperativismo constitui um sistema econômico que conduz a uma nova ordem sócio-econômica, mais e q ü a n i m e, modificadora dos atuais métodos de comércio do tipo individualista e onzeneiro, dando ao produtor o seu verdadeiro lugar no fenômeno da produção econômica e ao consumidor o senso da sua fôrça, a sua verdadeira posição na poderosa esfera do consumo, têrmo último do mecanismo econômico.

Lavergne já acentuou que o cooperativismo é o único princípio econômico e social que faz surgir, do conflito dos egoismos individuais e da mediocridade humana, uma ordem justa e altruista. E **Laserre** já acentuou que a democracia cooperativa é realista, responsável, militante e solidária, isto é, os interêsses de todos os associados são os mesmos ou, pelo menos, são homogêneos. A oposição de interêsses, tão freqüente na democracia política, é muito rara e inadmissível na democracia cooperativa.

Os italianos definem a democracia econômica como a possibilidade de cada homem, independentemente de sua situação social e financeira, influir na evolução da atividade econômica do grupo, da categoria a que pertence, com reflexo sôbre o bem-estar social da coletividade. São democráticas as experiências feitas no sentido de gerir as emprêsas de consumidores, de organizar o trabalho dos operários, etc., e, finalmente, as cooperativas de vários tipos, com seu ponto alto nas de consumidores e nas relações intercooperativas.

São, as cooperativas, reafirmamos, técnicas de organização democrática da comunidade. Daí a necessidade de que os indivíduos e grupos sociais se aproximem, se vinculem em organismos de dimensões consentâneas que facilitem o contacto constante, o mutuo entendimento, etc.

"Solamente por el mantenimiento de la homogeneidad del grupo puede cimentarse la solidaridad que debe caracterizar a la asociación cooperativa". São, as cooperativas, sociedades "**intuitus-personae**", como temos acentuado tantas vêzes, isto é, são sociedades de pessoas que se reunem "non seulement en fonction de leurs rapports respectifs, mais aussi en raison de leur connaissance mutuelle, c'est ce second élément que l'on appelle l'**intuitus personae**". É o princípio de personalismo, que nasceu em Rochdale.

Deveria ter o § 2.º do artigo 11 da lei brasileira 581 aplicação restrito às cooperativas ferroviárias (parágrafo que nela figura, como é sabido, a pedido do Sr. **Manoel Ribas**). Excepcionalmente, no entanto, na prática, por contingências de meio e por analogia, exceções se abriram para certos tipos. País de vivências antinômicas e antiteses geofisicas...

A cooperativa, definindo-se em têrmos de democracia econômica, tem, nas relações de vicinagem, como já vimos, na solidariedade grupal, suas fontes de estabilidade e progresso. A intensidade da vida de relação, o vizindário...

Já se frisou, e o vem demonstrando a experiência brasileira, que a extensão da região que as cooperativas devem servir, varia de acôrdo com a natureza da cooperativa e o trabalho que se propõe realizar em benefício de seus associados, para uma prestação módica e eficiente de serviços.

Nas cooperativas de crédito de responsabilidade ilimitada, é imperativo de prudência e de sovrevivência que as áreas de ação sejam bem restritas, para o conhecimento pessoal como base do crédito, que é confiança. De uma maneira geral, o mesmo critério deve aplicar-se às demais cooperativas de crédito. A densidade da população e os meios de comunicações são outros tantos fatôres que considerar.

O fator determinante nos demais tipos será a região da qual provém o produto que a cooperativa irá colocar ou industrializar. Sendo vasta a região (um ou mais municípios ou regiões geo-econômicas, regiões econômicamente tributárias, etc.), há o recurso dos postos coletores, como já a fazem as vitivinícolas do Sul do Brasil, as de erva-mate e as de lacticínios, dentre outras, e como o poderão fazer as de fumo, e outras. Outro critério será localizar a cooperativa onde o produto possa ou seja habitualmente submetido a qualquer operação anterior à venda, ou fôr centro de convergência econômica.

O **Serviço de Economia Rural** tem insistido nessa determinação da área de ação como um imperativo, e **Saturnino Brito, Adolfo Gredilha, Luiz Amaral, Valdiki Moura** e outros dignos companheiros de cruzada, pensam da mesma forma. **Octacílio Tomanik**, com a sua autoridade e experiência, disse com acêrto:

"A questão da área de ação das cooperativas é uma das mais importantes e não deverá suscitar dúvidas na interpretação.

"As cooperativas, além de suas finalidades econômicas visam, também, finalidades sociais, e estas só serão alcançadas quando o cooperador estiver próximo de sua cooperativa, freqüentando-a constantemente, não só nas ocasiões das assembléias gerais, como também para realização das suas operações. Sòmente as cooperativas centrais e federações de cooperativas poderão ter área de ação extensa, abrangendo as áreas das cooperativas associadas. Excepcionalmente, admite-se que as cooperativas de consumo de ferroviários ou assemelhadas tenham área de ação extensa no espaço geográfico. O mais certo, porém seria, em cada núcleo de maior concentração de associados, existir uma cooperativa e tôdas ligadas a uma cooperativa de segundo grau. Aceitável essa extensão excepcional para as de consumo para ferroviários, ou outras assemelhadas, não se deve, entretanto, permitir que as cooperativas de crédito ou agrícolas mistas venham a estabelecer áreas de ação, no tocante à admissão de associação, tão extensas a ponto de inúmeros cooperadores não passarem de simples comitentes e as cooperativas de casas comissárias nas quais os cooperadores subscrevem quotas-partes de capital de valor insignificante, ùnicamente para coonestar o funcionamento da cooperativa".

HERMENÊUTICA

A hermenêutica é segundo **Paulo Lacerda**, um conjunto de princípios para adaptação do Direito nos fatos sociais. Uma como "**norma agendi**" (A hermenéia aristoteliana) Carlos **Maximiliano** caracteriza-a como a arte de interpretação. Interpretar "é explicar, esclarecer: dar o significado de vocábulo, atitude ou gesto: reproduzir por outras palavras um pensamento exteriorizado: mostrar o sentido verdadeiro de uma expressão: extrair, de frase, sentença ou norma, tudo o que na mesma se contém".

Interpretando a lei brasileira sôbre sociedades cooperativas, recentemente a Assistência Jurídica do **Serviço de Economia Rural**, fêz, mais uma vez, sentir que "fora a regra geral da lei (art. 11 da lei 581) e os casos especiais (§§ 1.º e 2.º do art. 11 da lei 581 e arts. 30 §§ 3.º alínea D e 4.º alínea C e 36 do Decreto 22.239) tôda e qualquer área de ação a ser adotada que fuja da norma do art. 11, deve ser estudada em função dos elementos que justifiquem a sua concessão.

"Nem por eqüidade deverá a área excepcional ser concedida, pois que cada caso anterior é único e, portanto, destacado dos demais, mas sim se as condições específicas apresentadas justificarem a medida pleiteada."

Já dissemos algures que, sem menosprêzo da ação benéfica que vem exercendo (no Sul sobretudo) as cooperativas mistas, as generaziladas na Argentina, (caixas rurais Raiffeisen européias também colocam a produção agrícola de seus associados e adquirem implementos agrícolas, etc.), não há dúvida sobre o papel salutar que podem e devem representar as cooperativas de crédito na nossa economia rural. Desde 1911 não tem feito outra coisa o Ministério da Agricultura, acentuando sua ação desde 1926 pelo Fomento Agrícola, sob a ação de homens como **Arthur Tôrres**, **Saturnino Brito**, **Adolfo Gredilha**, tendo nós também participado, desde essa data, dessa pratriótica campanha, quer como chefe de seção ou através de livros sucessivos.

Já fizemos sentir, em livros e destas colunas, que a agricultura entra nos quadros do sistema cooperativo com um poder social e econômico novo e maleável, através de cooperativas agrícolas de crédito, de compras e de vendas em comum, mistas e outros tipos, amparados pelo seguro agropecuário e pela irrigação do crédito cooperativo, considerando-se que êste deverá

(Continua na pág. 28)

TRAÇÃO E DURABILIDADE



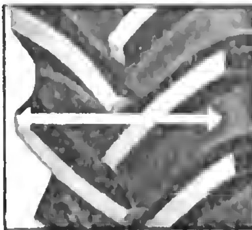
— em todos os serviços!



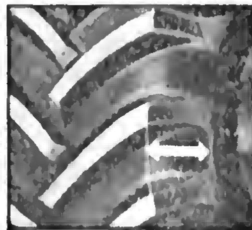
Barras curvas e cônicas para penetrar mais fundo no terreno e agarrar melhor, sem derrapar ou patinar!



Espaço afunilado entre as barras, para facilitar uma auto-limpeza perfeita e assegurar maior rendimento



Banda mais larga e chata para maior poder de tração e durabilidade e maior quilometragem útil!



Dupla proteção contra pancadas — duas lonas extras sob a banda de rodagem, para absorção de impactos fortes!



Máximo rendimento por hora-trabalho!



ASSOCIATIVISMO RURAL

Cresce o número de Associações Rurais

De acôrdo com os dados fornecidos pelo S. E. R. foram registrados, durante o mês de fevereiro, 25 Associações Rurais Municipais e uma Associação Rural Regional.

Federação das Associações Rurais do Estado do Pará

A Federação das Associações Rurais do Pará fez entrega, em abril, ao dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, de um longo e bem fundamentado memorial sôbre o "Fundo de Fomento à Produção" do Banco do Crédito da Amazônia S. A. que não vem sendo bem aplicado, pois o referido Banco se tem limitado quase exclusivamente à compra e venda de borracha à custo das vultosas quantias outorgadas, em caráter estatal, ao aludido "Fundo de Fomento à Produção", prejudicando os sadios intuitos de desenvolvimento econômico da região amazônica.

Salienta o referido memorial a necessidade inadiável do referido Fundo ser empregado no amparo às atividades agropecuárias e culturas de subsistência, além daquelas de exploração de outras riquezas regionais lucrativas por parte do Banco de Crédito da Amazônia S. A.

Associação Rural de São Vicente Ferrer — Maranhão

Para o biênio 1957-1959 foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente: Adauto F. Santos; **Vice-presidente:** Antônio C. Sodré; **Primeiro-secretário:** José R. Saraiva; **Segundo-secretário:** José F. Bahia; **Primeiro-tesoureiro:** Raimundo G. da Costa; **Segundo-tesoureiro:** Merval M. Figueiredo.

Sociedade Auxiliadora da Agricultura

Para o biênio 1957-59, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente: Dr. José M. de Barros Lins; **Vice-presidente:** Antônio B. Maranhão; **Secretário-geral:** Dr. Benjamim de M. Cavalcanti; **Tesoureiro:** Dr. Plínio Alves de Araújo.

Associação Rural de Canoinhas

Para o biênio 1957-1959, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente: Alfredo Garcindo; **Vice-presidente:** Alvaro Mallon; **Primeiro-secretário:** João Seleme; **Segundo-secretário:** Leopoldo Falgatter; **Primeiro-tesoureiro:** Benedito Teuzio de Carvalho Netto; **Segundo-tesoureiro:** Henrique Bóia.

Associação Rural de Formosa

Foi eleita e empossada, para o triênio 1957-1960, a seguinte diretoria:

Presidente: Sebastião Viana Lobo; **Vice-presidente:** Manuel Correia Viana; **Primeiro-secretário:** Dr. Félix Pereira de Moura; **Segundo-secretário:** Eduardo de Paiva Neto; **Primeiro-tesoureiro:** Olimpio Jacinto Sobrinho; **Segundo-tesoureiro:** Emiliano Alves Ferreira.

Associação Rural de Itabirito

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente: Luis Minard; **Vice-presidente:** Amintas R. Carvalho; **Primeiro-secretário:** Marietto do Valle Minard; **Segundo-secretário:** José Clemente Neto; **Primeiro-tesoureiro:** Primo Cavallieri; **Segundo-tesoureiro:** João Vicente Braga.

Atividades da Associação Rural de Ribeirão Preto

Recebemos da Associação Rural de Ribeirão Prêto, dois bons trabalhos que revelam o cuidado e a atenção que ela dispensa aos problemas do meio rural.

Um dêles contém as respostas dadas pela referida Associação ao questionário recebido da Associação Médica Brasileira, por ocasião do I Congresso Médico realizado em Ribeirão Prêto, e o outro, o relatório final do Grupo de Trabalho que estudou o tema.

A ATIVIDADE AGRÍCOLA NA ARGENTINA

O Escritório Comercial do Brasil na Argentina, em seu relatório de janeiro último, abordando a situação naquele País, diz que a atividade agro-pecuária foi traduzida por cifras apreciàvelmente mais altas, indicando um aumento na produção agrícola nesta temporada, em relação à precedente.

As informações mais recentes apontam cifras acima de 7 milhões de toneladas para a safra do trigo, bem como importantes saldos para tôda a lavoura. Entretanto, devido aos fatôres climáticos adversos, a produção do milho e de frutas de verão, com exceção de pêras, maçãs e ameixas, sofreu queda apreciável.

A população equina decresce, passando de 7.281.359 em 1947, para 5.848.745 em 1956, diferença que representa a diminuição de 19,7%. Contràriamente, a população bovina aumentou, passando de ...... 41.048.162 em 1947 a .... 45.396.431, em 1956, acompanhando a tendência mundial de crescimento dos rebanhos.

Verificou-se, em relação aos ovinos, a queda de 14%, enquanto que a produção mundial aumentou. Segundo parece, êsse declínio se deve às dificuldades de exportação de lã, surgidas nos últimos anos.

No terreno industrial entrou em funcionamento nas minas de carvão do Rio Turbio a maquinaria adquirida à Tchecoslováquia, bem como os eletrogerados comprados à Itália, o que despertou forte espectativa.

O govêrno argentino encara, de preferência, a instalação de usinas hidroelétricas, nas quais projeta dispender 1.440 milhões de pesos. As autoridades argentinas já iniciaram estudos com as uruguáias, no sentido do melhor aproveitamento do potencial hidráulico do desnivel de Salto Grande, na fronteira entre os dois países.

Quanto ao comércio exterior, assinala o Relatório que os principais compradores da Argentina foram: a Inglaterra, com 206 milhões de dólares, EE.UU., com 114 milhões e Alemanha Ocidental, com 112 milhões.

O Brasil não figura na relação acima; entretanto, figura em terceiro lugar como exportador, depois dos EE.UU. (225 milhões de dólares) e da Alemanha Ocidental (106 milhões de dólares).

Diante da concorrência dos excedentes norte-americanos, a Argentina se vê em dificuldade para colocar sua produção de trigo, sendo, por isso, obrigada a aceder às exigências brasileiras de maior eqüidade no desenvolvimento das nossas relações de comércio. Daí a otimista espectativa com que se aguardam os resultados das conversações para o estabelecimento de novo acordo. Comparando-se dados de importação e exportação de 1957, com igual período de

1956, publicados em Buenos Aires, por fonte oficial, o início do ano se apresentou promissor.

Embora haja maior diversificação nos embarques de produtos argentinos, merece destaque a elevação dos principais produtos do intercâmbio: café, cacau, pinho, erva mate e bananas, por um lado, e trigo, frutas dissecadas, pêras, alpiste, cevada, etc., por outro lado.

Muitos produtos brasileiros, que figuravam nas listas de exportação de 55 para aquêle país, não figuraram atualmente; entretanto, na lista argentina de mercadorias, a situação é inversa.

Relativamente ao futuro acordo comercial em discussão com aquêle país, lembra o Escritório que a posição estatística de alguns produtos brasileiros nos últimos anos é a seguinte:

ANOS	Bananas (Cachos)	Cacau (Sacos)	Café (Sacos)	Mate (Kgs.)	Pinho (M/3)
1952	7.072.115	85.038	328.009	5.901.700	136.650
1953	7.067.924	122.096	501.783	2.816.400	173.600
1954	9.123.120	127.890	510.273	7.641.900	112.000
1955	7.622.351	99.121	121.871	18.192.120	251.600
1956	6.955.221	94.191	143.537	7.178.100	208.099

Espera-se para breve a recuperação das atividades rurais argentinas, conforme estudo detalhado de seus índices economicos. A atividade da industria foi de baixo nivel, em virtude de agitação no seio das massas trabalhadoras.

A mão de obra não está contribuindo como se esperava para o aumento da produtividade, e portanto, consequente prosperidade do país. Em vista disso, o govêrno argentino vem pleiteando intensamente ajuda do exterior, visto que a ajuda do fundo monetário internacional e alguns créditos norte-americanos ainda pouco representam, em face das grandes necessidades por que passa a nação.

No que respeito ao intercâmbio com o Brasil, mantem-se a tendência reiteradamente comentada. O nosso país diversifica suas compras, enquanto a Argentina restringe ao indispensável suas aquisições.

(Conclusão da pág. 24)

adotar, como principio orgânico, que o prazo de um espréstimo agricola deverá corresponder ao prazo que normalmente requer a realização do fim reprodutivo que se trata de favorecer. Não se compreende credito agricola que não vise a êsse fim reprodutivo e que não seja controlado ou supervisionado e de ação local.

Alguém já disse que o agricultor, para obter o crédito, oferece a garantia de sua ação solidária. A especulação é imposta pelo caráter mutualistico, e garantido o conhecimento reciproco das necessidades e garantias de ordem moral, de capacidade de trabalho e de indole material. Os vizinhos se conhecem bem, sabem se os empréstimos poderão ser úteis, ou não, ao seu companheiro, se o mesmo lhe dá a aplicação adequada e prometida no compromisso assumido. As conhecidas e milimodas virtudes de solidariedade vicinal, que é sólido antemural ao insulamento.

Devem ser elas, como tôdas as cooperativas, nucleações ativas, instrumentos propícios a reuniões periodicas nas quais se trocarão idéias, "remédios eficazes para curar o egoismo, acordar nos corações o sentimento de fraternidade, estreitar os laços que devem unir os habitantes de uma mesma localidade, constituindo-se em excelente escola de moralidade".

Já afirmamos que o crédito agricola assenta na mutualidade de esforços e compensações, o que lhe constitui a base estável e a condição "sine-qua-non" para o preenchimento estrito de sua finalidade social e econômica. Descansa em elementos de garantia pessoal ou real, a prazo sobretudo médios e longos, em obediência a um critério específico, e deve ser colocado à porta do agricultor, descentralizado. A base mutualística é em si mesma, uma garantia efetiva e se torna possível em circunscrições limitadas.

FIBRA DE BANANEIRA

NOVO PROCESSO PARA SUA EXTRAÇÃO ECONÔMICA

Do Sr. Helvidio Martins Maia, chefe do Escritorio Comercial do Brasil em Bonn, Alemanha, recebeu a Confederação Rural Brasileira um interessante relatorio a propósito do invento de uma maquina para a extração da fibra do caule das bananeiras.

Tanto o relatorio, que é minucioso na descriçao do aparelho, em cuja idealização foram previstas e superadas as nautrais dificuldades geralmente encontradas num processo de aproveitamento industrial, como alguns dos fotos enviados são aqui reproduzidos, no interêsse da utilizaçao de um material que é hoje praticamente desperdiçado. É bem possivel que o aproveitamento desse subproduto venha a constituir, no futuro, valiosa fonte de renda aos que cultivam aquela planta em nosso pais, talvez superior ao fruto, objetivo único atual da grande cultura.

O Chefe do Escritório Comercial do Brasil assiste à experiência da Máquina para extrair fibras do Caule da Bananeira.

RELATÓRIO

Máquina para Extrair Fibras do Caule das Bananeiras

A convite da firma "Sueddeutsche Kolbenbolzenfabrik", de Eislingen, próximo de Stuttgart, visitei aquela organização, a 11 de fevereiro último, para assistir as primeiras demonstrações publicas de um invento destinado ao aproveitamento do caule das bananeiras e que tudo indica terá grande repercussão no setor industrial.

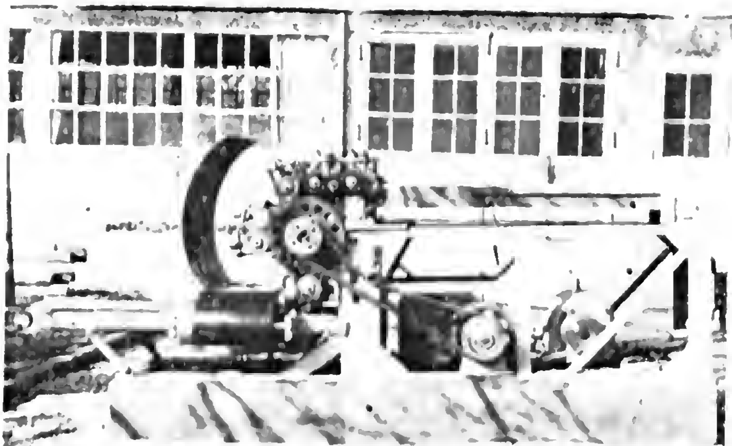
A extração de fibras do Sisal, da palmeira do abacaxi, e de outras folhas congêneres é, em geral, conhecida. Poucos, porém, sabem que do caule da bananeira podem ser extraidas fibras valiosas. Estas fibras apresentam uma qualidade superior as de plantas semelhantes, já que, através da influência da umidade, as mesmas não apodrecem tão facilmente.

As fibras dos caules da bananeira em primeiro plano, são utilizadas na fabricação de cordas, lonas, sacos e artigos semelhantes. O emprego desta fibra de bananeira e de maior amplitude que o de outras plantas e, consequentemente, abre novos caminhos neste campo de produção.

Por enquanto, os caules das bananeiras, apos a colheita dos frutos, apodrecem nas plantagens. Somente, em alguns lugares, onde a mão de obra e barata, estas fibras são retiradas dos caules por meio de raspagem manual da planta. Uma extraçao dessas não apresenta vantagens economicas, pois não se podem produzir maiores quantidades. Alem disso, grande parte das fibras não são aproveitadas. Paises com culturas de bananas perdem, anualmente, grandes somas por não aproveitarem nem trabalharem as fibras das mesmas.

A fim de que estas fibras do caule da bananeira possam ser, economicamente, aproveitadas, foi construida e experimentada uma máquina

Máquina para extrair fibras



movimentadas por meio de rodas dentadas, enquanto que, na outra parte, os rolos compressores de raspagem são movimentados, diretamente. Para a transmissão das fôrças servem correias trapezoidais (em V), correntes e rodas dentadas.

As peças da máquina que entram em contacto com o liquido da planta são protegidas contra a influência da corrosão. Outras peças foram várias vêzes pintadas com um verniz especial.

Todas as peças avulsas da máquina foram calculadas para um trabalho contínuo. Todos os rolamentos possuem apropriada. A missão com a qual os construtores foram encarregados consistia em desenvolver um dispositivo, capaz de trabalhar, diretamente, na plantagem, podendo ser posto em funcionamento, mesmo sem a existência dágua.

Esta missão, após vários anos de trabalho intenso e árduo e de grande número de experiências, foi realizado, estando hoje à disposição dos interessados uma "EMAG" — Máquina de Extração de Fibras, a qual produz uma média de 70 quilos de fibras sêcas, por hora. A tiragem da quantidade depende da rotina do pessoal e da organização.

A máquina possui rodas munidas de pneumáticos, podendo ser atrelada a um trator ou outro veículo qualquer, de forma tal que pode ser posta em funcionamento, diretamente, nas plantagens. Assim será evitado um transporte inútil dos caules até a máquina e a leva da carne da planta, a qual permanece na plantagem como una massa compacta, aliás, muito apropriada para a fertilização do solo, a não ser que deverá ser aproveitada para a fabricação de chapas finas para construção, papel ou produtos semelhantes, como por exemplo, a celulose.

A máquina não precisa de água. O motor propulsor da mesma, um motor Diesel com uma capacidade de cerca de 30 HP, é refrigerado pelo ar. A máquina trabalha livre de distúrbios, pois não contém peças delicadas.

Os caules são levados, cortados em diversas parcelas, ao rolo compressor de moagem, disposto em pares, por intermédio de uma comprida fita rolante transportadora, fabricada em borracha especializada para clima tropical e entremeada de tecelagem, de 600 mm de largura. Estes rolos expremem as parcelas do caule retirando o liquido, e condensam as fibras para uma fita de fibras.

Os rolos compressores de raspagem, em rotação, retiram, tanto na parte superior como na inferior, a pele e a carne da planta. As fibras expostas deixam a máquina por meio de uma fita rolante removedora.

O modo de trabalho da máquina é disposto de tal forma que a mesma não rasga nem lesa a superfície das fibras. Por este processo, pràticamente, não há perda de material, sendo que as fibras extraídas são secadas ao ar livre.

Uma outra rolante, colocada em lugar especial, remove a pele e a carne da planta raspada, e informa de uma massa compacta.

O motor propulsor fica estabelecido debaixo da fita rolante transportadora e movimenta, por meio de um eixo intermediário munido de embreagem, a máquina em duas partes. Numa parte, os rolos compressores de moagem em pares e as fitas rolantes são

(Continua na pág. 35)

BATALHA DA ALIMENTAÇÃO

NOVAS DESCOBERTAS PODEM AJUDAR A EVITAR A FOME GERAL

IMPORTANTE REUNIÃO NA SEDE DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Se o atual crescimento da população no mundo continuar no mesmo ritmo, em 1980 poderá possivelmente ser de 4 000 MILHÕES; um aumento de 75% sôbre a população atual de 2.700 MILHÕES.

A questão é de saber se a ciência que tão bruscamente baixou a mortalidade, poderá fornecer um correspondente aumento de "elementos nutritivos"?

É interessante relatar que em muitas regiões agrárias cada 1.000 nascimentos, agora a média tornou-se de menos que 50. As doenças endêmicas ou epidêmica estão rapidamente cedendo aos progressos da medicina moderna.

Devido à pressão da nova população, onde obterá o mundo bastante alimento?

Tomará a fome o lugar da doença como principal destruidora de vidas?

Até recentemente, estudos científicos sôbre o crescimento da população em relação ao suprimento de alimentos tomaram dois caminhos: um deles foi a procura de novas fontes de alimentação; o segundo foi para conseguir meios de maior produção.

Alguns anos atrás um cientista canadense Dr. HUGH L. A TARR começou a atacar o problema de um terceiro ângulo. Ele procurou a chave amplamente colonizadas, onde as mortes infantis eram geralmente de 230 ou mais por para um meio imediato e econômico de aumento do fornecimento de alimentos.

A chave encontrada foi um novo processo para deter a deterioração dos alimentos. *A deterioração reduz o fornecimento mundial de gêneros alimentícios em 25% por ano.*



Durante a sua visita à Confederação Rural Brasileira, onde foi recebido pelo seu presidente, Dr. Iris Meinberg, o Dr. John W. Pfeiffer, Diretor do Departamento de Conservação de Produtos Alimentícios da "American Cyanamid Co.", palestra com aquele líder ruralista, vendo-se, de pé, o Dr. Mário Penteado de Faria e Silva, Diretor da CRB, e Pedro Wysoski da Seção Brasileira da "Cyanamid"

Cada diminuição de estragos de alimentos aumenta proporcionalmente o fornecimento de gêneros para o consumo. Êste novo ponto de vista com relação ao problema alimentar foi vital igualmente por outra razão. Foi precisamente onde o problema de nutrição era mais urgente que a deterioração ocorrida em mais alto grau.

O resultado ao qual chegou o Dr. TARR em suas pesquisas, foi a aplicação de um antibiótico de "amplo espectro", a clorotetraciclina (marca comercial: AUREOMICINA) que diminui o ritmo de ação das bactérias que provocam a putrefação dos alimentos. A AUREOMICINA não pode tornar fresco um alimento já estragado, mas pode impedir as bactérias de se desenvolverem.

Os cientistas da Cyanamid, descobridora da AUREOMICINA (Clorotetraciclina) começaram a proceder a exaustivos estudos sôbre a melhor maneira de tornar a nova descoberta ao alcance das indústrias alimentícias mundiais. Desta maneira, o novo produto à base de Aureomicina, que a CYANAMID lançou no mercado, sob o nome ACRONIZE, já foi adotado como a principal arma na luta contra a deterioração dos alimentos por vários dos principais produtores de carnes, aves e pescado no mundo inteiro.

A introdução no país de uma linha de produtos Cyanamid, está garantida pelo fato de que a maior parte dos produtos serão fabricados na própria fábrica montada com mais moderno equipamento em Rezende (Estado do Rio de Janeiro).

O Brasil, com seu imenso território, luta com problemas sérios, agravados pelo clima tropical. De um lado surge a necessidade de baratear e aumentar a produção, utilizando todos os métodos do progresso e da ciência; de outro lado a necessidade de "aproximar" os centros produtores afastados dos centros consumidores.

Os reposnsáveis pelas pesquisas científicas no ramo da alimentação, como as autoridades do Ministério da Agricultura e os dirigentes da classe produtora, com o Dr Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira em primeiro lugar souberam estimar as extraordinárias possibilidades das novas conquistas científicas e especialmente, o uso de antibióticos no setor da Agro-Pecuária no Brasil.

O futuro próximo poderá fornecer as evidentes provas de que essa visão garantiu ao Brasil maior renda do ponto de vista econômico e alimentar.









REAFIRMA A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA O SEU ESFÔRÇO EM FAVOR DO BEM COLETIVO

Dados que revelam a participação da entidade na tarefa de abastecer os nossos principais centros de consumo. Mais um ano de trabalho sadio e de alto sentido social — Maior penetração ao comércio distribuidor, fugindo aos intermediários — Considerações em tôrno do relatório da entidade relativo ao exercício 1956-57 — apresentado pelo seu presidente, Dr. Gervasio Tadashi-Inoue

Na última assembléia geral ordinária da Cooperativa Agrícola de Cotia foi submetido à apreciação dos associados o relatório e o balanço da entidade correspondente ao ano social 1956/57.

Nesse documento, antes de análise das atividades da organização que comemora o seu 30.º aniversário de fundação, o diretor-presidente, dr. Gervasio Tadashi Inoue presta significativa homenagem ao dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, falecido em abril do ano passado e que durante 14 anos ocupou o cargo de diretor-presidente da C.A.C., à qual dedicou todo o seu entusiasmo e a sua capacidade de trabalho, a sua cultura e o seu conhecimento dos nossos problemas agrícolas, assegurando-lhes privilegiada posição no plano do cooperativismo latino-americano e como fator de engrandecimento da economia brasileira. Classificou o desaparecimento do grande líder cooperativista e ruralista como uma perda irreparável para a Cooperativa Agrícola de Cotia, frisando que a obra por êle legada será continuada sem esmorecimentos mercê da disposição dos companheiros de diretoria, da colaboração dos associados e o devotamento dos funcionários.

EXPOSIÇAO DA AGRICULTURA NACIONAL

Falando do 30.º aniversário da C.A.C., o dr. Gervasio Tadashi Inoue disse que um dos pontos altos do programa de comemorações da efeméride, foi a Exposição da Agricultura Nacional realizada no Jaguaré, de 27 de abril a 1.º de maio, certame que contou com o patrocínio e a presença dos srs. ministro da Agricultura e secretário da Agricultura de São Paulo e que mereceu manifestações as mais elogiosas. Cêrca de 400 mil pessoas percorreram os "stands" armados no recinto da mostra, numa magnífica demonstração do interêsse com que São Paulo acompanha a evolução de nossas atividades agrícolas e o desenvolvimento do cooperativismo rural.

Referindo-se à política cambial adotada desde 1953, que não só favoreceu o regime inflacionário mas também prejudicou as iniciativas agrícolas, onerando o custo da produção e reduzindo a capacidade aquisitiva do povo, dr. Gervasio Tadashi Inoue acrescentou que a retração de créditos provocou a falta de numerario, impossibilitando que a mecanização da lavoura, da qual depende a execução de planos de produção prosseguisse a sua função, com resultados ruinosos já de todos conhecidos.

Dada a gravidade da situação, a C.A.C. tendo em conta ensinamentos dos anos anteriores, alertou suficientemente aos seus associados, aconselhando-os a desenvolverem suas lavouras dentro de uma economia equilibrada. Daí o fortalecimento e a consolidação da situação econômico-financeira da organização.

Focalizando o movimento geral do exercício 1956/57, o dr. Gervasio Tadashi Inoue disse que o total das operações ascendeu a Cr$ .... 3 252 623 289,90, o qual relativamente ao do ano último, apresenta um aumento de 21,3%. Está assim discriminado o movimento em questão: — Vendas — Cr$ ...... 1 212 566 394,50, com um aumento de Cr$ 244 108 433,70 em relação ao ano social 1955/56; Compras — Cr$ 618 790 667,30, superior a do ano precedente em Cr$ 97 593 822,60; Crédito — Cr$ 1 281 484 260,30, também com um acréscimo de Cr$ ..... 233 255 962,10 sôbre o de 1955/56, acusando o Serviço de Utilização Mútua o montante de Cr$ 139.781.967,70.

Relativamente ao capital e imobilizações, — esclarece o diretor-presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia que ao findar-se o ano social em questão o capital social era de Cr$ 276 284 600,00 e que o aumento de capital registrado durante o exercício 1956/57 atingiu a Cr$ ...... 75 529 200,00, ao qual acrescentados os valores das quotas não integralizadas, na importância de Cr$ 712.602,20 e Fundo de Reserva Legal e demais fundos no montante de Cr$ 65 458 138,80, o capital próprio perfaz a quantia de Cr$ 342 455 342,00. Em aquisições e benfeitorias de imóveis a Cooperativa Agrícola de Cotia perfez em 1956/1957 a inversão de Cr$ .... 10 744 406,40 correspondente a terreno e construção em Campinas, Marília, Santos, Sorocaba, benfeitorias no Rio, sendo que o patrimônio imobiliário passa agora a ser de Cr$ 212.418.049,70. Obras que vinham sendo executadas de outros exercícios tiveram prosseguimento, destacando-se novo depósito de adubos do Conjunto Jaguaré, instalações e ampliações nas dependências do Departamento Geral de Vendas, prédio de 3 andares na sede, o depósito de Suzano e outras de menor vulto.

DISTRIBUIÇÃO E VENDAS AO CONSUMIDOR

Um dos detalhes mais interessantes do relatório é o que corresponde ao serviço de vendas. Explica o presidente Gervasio Tadashi Inoue que, não obstante as dificuldades impostas pela situação à pequena agricultura, a verdade é que a C.A.C. pode desenvolver regulamente o seu programa de vendas dentro dos planos estabelecidos para a distribuição. A soma das vendas atingiu, como já se registrou linhas acima, a Cr$ 1.212.566 394,50, que registra um aumento de 25,2% sôbre o exercício anterior. As vendas, segundo as principais praças, assim se dividem: — São Paulo — Cr$ .... 595.696 851,70; Rio de Janeiro — Cr$ 350.688.486,10; Santos — Cr$ 129.953.877,90; Depósitos Regionais — Cr$ .... 69.340 955,70; Outros Estados — Cr$ 16.554.152,10, e Exportação — Cr$ 50.332.071,00. Vale notar, que com exceção dos Depósitos Regionais e das operações de vendas em outras unidades da Federação, em todos os centros de consumo houve aumento apreciável, apresentando uma média geral de 25,20%.

Com a instalação de novos postos de vendas nos bairros de Osasco, Belenzinho e Ipiranga, a Cooperativa Agrícola de Cotia conta agora com 12 unidades urbanas, que realizaram um movimento de 335.658 367,40, equivalente a 27,7% do total da distribuição. Com o propósito de obter maior penetração para os serviços de distribuição, a C. A. C. iniciou o acondicionamento dos produtos em embalagens pequenas, processo êsse que tem contribuído para elevar o volume de vendas diretas ao consumidor. As cinco feiras-livres de que a C. A. C. participa registraram um total de vendas de Cr$ 21.311 987,60.

Durante o exercício de 1956/57 foram vendidos os seguintes principais produtos: — batata, 1 058.296 sacas, no total de Cr$ 397.767 077,80; tomate — 895.266 caixas, Cr$ 169.001.821,60; ovos — ...... 10.348.796 dúzias, Cr$ ...... 320.274.116,10. Foram frigorificadas 691.680 dúzias, no valor de Cr$ 17.698.129,00; a colocação de verduras e hortaliças atingiu a Cr$ ...... 109.543.123,00 enquanto que as frutas, representadas por 79.424 caixas de pêssegos, .. 18.731 caixas de uvas, 4.500 toneladas de melancias, e ... 411.266 cachos de bananas tiveram safra relativamente boa.

SERVIÇO DE CRÉDITO

Refletindo a escassez de recursos circulantes no mercado, o Serviço de Crédito teve crescimento surpreendente, realizando movimento global de Cr$ 1.281.484.260,30, superior portanto em Cr$ .. 233.255.962,10 ao do ano precedente. Enquanto os Depósitos acusaram aumento de Cr$ 61.641.566,40, os financiamentos atingiram a Cr$ .. 966.424.185,20, os empréstimos chegaram a Cr$ ...... 61.813.871,80, os financiamentos para material de produção alcançaram a cifra de Cr$ 96.066.104,60 e os adiantamentos feitos somaram Cr$ 808.544.208,00.

Outros detalhes, evidentemente elucidativos, poderiam ser aqui citados, à guisa de análise do relatório de 1956/57. Deixamo-los para outra oportunidade, como por exemplo o Serviço de Compras, o de Utilização Mútua, e o Setor de Consumo, que foram, respectivamente, de Cr$ .... 618.790.667,30, Cr$ 1.238.894,10, e Cr$ 92 453.654,10.

Por êstes dados pode-se aferir a notável função social que a Cooperativa Agrícola de Cotia vem realizando nestes seus três decênios de existência, contribuindo para realçar o significado do cooperativismo como expressão sadia do esfôrço conjugado dos homens para o bem da coletividade e para enriquecimento do país.

(Conclusão da pág. 52)

vrou-se o presente têrmo, o qual depois de lido e achado certo vai assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas srs. Walter Holf Saur, Roberto A. Manire, e por mim, Arlette S. de Albuquerque, que datilografei.

Ass) **Arlette S. de Albuquerque** — datilógrafa; **Arthur Tôrres Filho** — presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; **Alberto Martins Tôrres** — diretor brasileiro do "ETA"; **Ralph E. Hansen** — diretor americano do "ETA"; **Walter H. Saur** — testemunha; **Robert A. Manire** — testemunha.

(Conclusão da pág. 31)

lubrificação constante. Não há necessidade de manutenção.

É digno de nota, que o preço de aquisição é, relativamente barato, possibilitando mesmo à proprietários de plantagens menores, a compra de uma destas máquinas.

A máquina tem mais ou menos 6 m de comprimento, 1,90 de altura e a largura total da mesma é de 1,95 m, mais ou menos. O pêso completo, inclusive o motor, vem a ser de 1.950 quilos.

Fora disso, há possibilidade de se por esta máquina em funcionamento, sem o dispositivo móvel, isto é estacionária com propulsão à energia elétrica. Neste caso, o pêso da máquina é de mais ou menos, 1.600 quilos.

DEVASTAÇÃO FLORESTAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O jornalista Expedito Silva, publicou em "O Jornal de Natal", de 8-1-1957, um interessante artigo "Marchamos para o deserto", focalizando a alarmante devastação florestal no Estado do Rio Grande do Norte.

Segundo missiva que recebemos do sr. Floriano Ferreira da Silva, Secretário da Prefeitura de Ceará-Mirim, no povoado "Canto da Moça", o desaparecimento de uma lagoa há vários anos ali existente foi consequência da devastação dos cajueiros e outras árvores que protegiam o solo onde a mesma estava localizada.

Releva salientar que o crime de natureza florestal a que se referiu o missivista é tão mais grave uma vez que pelo Decreto-Lei 3.583 de 3 de setembro de 1941, é prohibida a derrubada de cajueiros em áreas rurais de todo o território nacional.

É preciso, pois que se intensifique cada vez mais a Campanha de Educação Florestal em bôa hora lançada pelo Ministério da Agricultura, através de seu Serviço Florestal.

Felizmente, nós, membros da Campanha de Educação Florestal não estamos sozinhos.

Há brasileiros como o sr. Floriano Ferreira da Silva e Expedito Silva que lutam contra a devastação florestal de nosso território.

Geraldo Goulart da Silveira



Uma riqueza que já vai desaparecendo: — um magnífico exemplar de pinheiro do Paraná. (Foto cedido pelo J. N. P.)

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES

Noticiário de Drysdale Roche Gibson Associates Inc of New York

a — Encontra-se nos Estados Unidos 14 jovens agricultores da América Latina, entre os quais o sr. Shozo Nogami, de S. Paulo onde vão estudar as técnicas agrícolas, como parte do programa da Organização de Intercâmbio de Jovens Agricultores IFYE, sob patrocínio da Fundação Nacional dos Clubes 4-H e da Mathieson Pan-American Chemical Corporation.

b — O Dr. Edig V. Miller, destacado agrônomo norte-americano em discurso pronunciado em Washington declarou que o Brasil e outros países "têm entrado em autêntica revolução técnica na agricultura que conduzirá seus povos, apezar de um aumento demográfico sem precedentes, a uma nova era de bem estar".

c — Plantadores de algodão paulista estão aumentando as colheitas em 25%, mediante o tratamento das sementes com o produto Hamet.

d — A Olin Mathieson Chemical Corporation resolveu oferecer ao mercado da América Latina, pela primeira vez, uma série de produtos de alumínio.

XXXV.º Dia Cooperativo Internacional

Foi condignamente comemorado pelo Centro Nacional de Estudos Cooperativos o XXXV.º Dia Cooperativo Internacional, no dia 6-7-1957, com uma solenidade no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura.

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO SÔBRE INFORMAÇÃO BÁSICA PARA O ESTUDO DA "SEGURANÇA SOCIAL AGRÍCOLA" NOS PAÍSES AMERICANOS, PREPARADO PELO COMITÉ PERMANENTE INTERAMERICANO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

(3.ª PARTE)

Eng.-Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Diretor Técnico da S. N. A.

Continuamos neste número a publicação das respostas ao questionário, organizado pelo "Comité Permanente Interamericano de Previdência Social".

O referido trabalho foi enviado como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura ao Seminário de Costa Rica, promovido pelo "Comité Interamericano de Previdência Social".

Fomos incumbidos de prepará-lo, por determinação da diretoria da S. N. A.

C — ARRENDATARIOS AGRICOLAS

1 — GENERALIDADES

Número, proporção e distribuição geográfica das pessoas que trabalham como arrendatários de proprietários agrícolas; classificação por colheitas principais e tipos de agricultura; distribuição por categorias principais dos arrendatários (por exemplo, arrendatários que pagam em dinheiro, meieiros, parceiros, participantes das colheitas, colonos inquilinos, etc.).

RESPOSTAS

Nas respostas aos presentes quesitos, abordaremos, de um modo geral, os aspectos mais frisantes dos arrendamentos e parcerias agrícolas no Brasil, especificando, separadamente, as características de cada uma dessas modalidades de exploração agrícola no país.

ARRENDAMENTOS AGRICOLAS

De acôrdo com os resultados do amplo inquérito realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária, em 1952, podemos destacar os seguintes aspectos mais frisantes dos arrendamentos agrícolas no Brasil.

a) **Há predominância dos contratos verbais de arrendamentos, sôbre os contratos escritos**

Em 1492 Municípios onde foi feito o inquérito verificou-se que:

a) em 13% dêles, isto é, em 198, os contratantes de arrendamentos (contratos) eram exclusivamente escritos;

b) em 87%, isto é, em 1.294, êsses contratos eram usualmente verbais, embora alguns fôssem escritos

Êsses dados, embora abrangendo apenas 1492 municípios refletem, aproximadamente, a realidade, pois foram assim distribuídos pelas 5 regiões do Brasil:

Região Norte	51	municípios
Região Nordeste	354	"
Região Leste	477	"
Região Sul	528	"
Região Centro-Oeste	82	"

Na **região sul** é que se verifica maior porcentagem de contratos escritos, conforme indicam as porcentagens abaixo indicadas:

Estado do Rio Grande do Sul	34%	dos contratos
Estado de São Paulo	24%	" "
Estado do Paraná	15%	" "
Estado de Santa Catarina	9%	" "

b) **Há acentuada predominância dos contratos de pagamentos em dinheiro sôbre os contratos de pagamentos em produção, ou em produção e dinheiro.**

Segundo o Censo Nacional realizado em 1940, dos 206.446 estabelecimentos agrícolas arrendados naquele ano, era o seguinte o modo de pagamento:

a) 137.441 estabelecimentos efetuavam o pagamento em dinheiro;
b) em 68.820, o pagamento era em produção;
c) em 187, o pagamento era em produção e dinheiro

Segundo o inquérito realizado em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária, a situação do pagamento dos arrendamentos nos 1492 municípios recenseados, foi a seguinte:

a) em 1.250 municípios o pagamento era em dinheiro;
b) em 198 municípios o pagamento era em produção;
c) em 44 municípios o pagamento era em produção e dinheiro.

Isto significa que em 71% dos municípios que responderam o inquérito, o pagamento dos arrendatários (arrendamentos) era feito em dinheiro.

c) **Os prazos de arrendamento são de períodos relativamente curtos.**

Em 78% dos municípios que responderam ao inquérito da C. N. P. A., o prazo dos arrendamentos não ultrapassava de 3 anos, conforme se verifica abaixo:

Prazo de até 1 ano	20% dos municípios
Prazo de até 2 anos	30% " "
Prazo de até 3 anos	22% " "
Prazo de 4 ou mais anos	15% " "

d) **Quanto à comercialização da produção das terras arrendadas, predominam os "intermediários" na compra.**

De fato as porcentagens reveladas pelo inquérito da C. N. P. A. foram as seguintes:

a) produção vendida aos intermediários — 66,07% dos municípios informantes;
b) produção vendida no mercado público — .... 12,79% dos municípios informantes;
c) produção vendida aos proprietários das terras — 11,67% dos municípios informantes;
d) produção vendida nas feiras-livres — 5,75% dos municípios informantes;
e) produção vendida aos consumidores — 3,7% dos municípios informantes;

É interessante assinalarmos ainda algumas disposições adotadas nos contratos de arrendamentos, entre as quais as seguintes:

1 — **Áreas declaradas nos contratos de arrendamentos.**

Em São Paulo, segundo os dados existentes as áreas declaradas têm variado de 1 a 90 alqueires paulistas (cada alqueire tem 24.400 metros quadrados). Essas áreas variam imensamente de um Estado para outro e de acôrdo com a natureza da exploração.

2 — **Os prazos mais longos de arrendamento são pouco freqüentes.**

Sòmente em casos de arrendamentos agropecuários e pecuários êsses prazos são longos (4, 5 ou 6 anos). Nos arrendamentos agrícolas êles são sempre curtos.

3 — **Não há, geralmente, financiamento, nos contratos de arrendamentos por parte do arrendador.**

Raramente, revelou o inquérito da C. N. P. A., o arrendador financia, mesmo parcialmente, os trabalhos que devem ser executados pelos arrendatários. Em alguns casos, entretanto, o arrendador autoriza o arrendatário a realizar empréstimos sob penhora das safras.

4 — **Em alguns casos os contratos de arrendamento estipulam prestação de serviços gratuitos.**

O exame dos contratos de arrendamento revelam que em certos casos há exigência de prestação de serviços gratuitos para:

a) consertos e conservação de caminhos e estradas internas da propriedade;
b) para ajudar a combater o fogo que se manifeste na propriedade (incêndio).

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng°. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng°. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng°. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.° Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.° andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE, C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

5 — Na maioria dos casos os contratos prevêem a prestação compensada de serviços.

Muitas vêzes, por exemplo, o arrendador permite ao arrendatário manter nos pastos da propriedade algumas criações maiores, em número limitado, em troca da limpeza do pasto e consêrto e conservação das cêrcas.

6 — Não há geralmente liberdade de escolha do produto a cultivar.

Geralmente os contratos estipulam quais as culturas que o arrendatário poderá fazer na gleba arrendada.

PARCERIA AGRICOLA

A parceria agricola ocorre em todo o país. É mais freqüente nas culturas temporárias, de ciclo vegetativo rápido; e menos freqüente nas culturas permanentes.

As formas mais normais de parceria agricola são a meação e a têrça, sendo muito pouco observada a quarta e outras formas.

De um modo geral, no país, são as seguintes as proporções entre as diversas formas de parceria agricola, de acôrdo com os estudos realizados pela Comissão Nacional de Politica Agrária, em 1952:

Meação	87,11%
Têrça	10,61%
Quarta	1,92%
Outras formas	0,36%

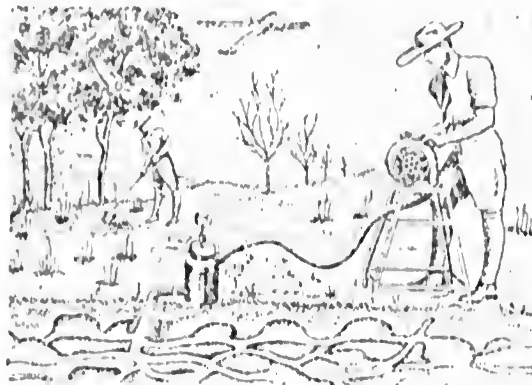
Isto significa que mais de 2/3 dos casos de parceria agrícola são feitos na base de meação.

Como algumas características da parceria agrícola no país, podemos citar:

a) o prazo é geralmente curto (1 a 2 anos);
b) embora muito variável a forma de partilha, a mais freqüente é de 50% da produção para cada patre contratante;
c) geralmente os contratos de parceria vinculam todos os componentes da família nos acordos e compromissos assumidos;
d) a entrega da terra ao parceiro pode ser feita no sujo, limpas e prontas a aradeira, ou, em condições de ser semeado;
e) em geral o parceiro assume certos compromissos de prestação de serviços como limpar o pasto, consertar cêrcas, ajudar os consertos de estradas, extinção de fogo, etc.;
f) como em geral o parceiro não dispõe de recursos, o cedente assume compromissos de fornecer ao parceiro dinheiro, mercadorias, etc., durante os primeiros meses;
g) em muitos contratos fica estipulado que em igualdade de preços o cedente terá preferência para a aquisição da produção; em outros, porém, a venda é feita ao cedente, mesmo não havendo igualdade de preços.

De acôrdo com o Censo de 1950 havia no país naquele ano, 186.897 estabelecimentos agropecuários sob a direção de arrendatários (o total de estabelecimentos agropecuários foi de 2.064.527), o que representa pouco mais de 9% de estabelecimentos arrendados (precisamente 9,1%).

O referido Censo registrou, ainda, os estabelecimentos agropecuários dirigidos por parceiros, uns residentes nos mesmos, outros não residentes, conforme os dados abaixo:



Número de estabelecimentos com parceiros residentes	756.284
Número de estabelecimentos com parceiros não residentes	59.543
TOTAL	815.827

2 — CARACTERISTICAS DOS PROPRIETARIOS

Principais tipos de arrendadores (por exemplo, individuais, companhias, fazendas, estâncias, latifundiários, etc.); média de arrendadores e hectares de terra por proprietário; principais classes de agricultores (isto é, colheitas únicas ou múltiplas, mecanizadas ou não, etc.); niveis de pagamentos aproximados aos proprietários, em dinheiro ou em espécie; sistemas de registros de contabilidade.

RESPOSTAS

Alguns dos quesitos acima já se encontram respondidos em outros itens do presente questionário.

Considerando-se que segundo o Recenseamento Geral do País, realizado em 1950, existiam 186.897 estabelecimentos agrícolas arrendados, ocupando uma área total de 13.084.714 hectares, segue-se que era de 70 hectares a área média dos estabelecimentos agrícolas arrendados.

A extensão da área em cada propriedade varia consideràvelmente de acôrdo com:

a) regiões ou zonas agrícolas;
b) a natureza da exploração agrícola.

3 — NATUREZA DOS ARRENDAMENTOS

Natureza e média de arrendamentos pagos ao proprietário (isto é, aluguel fixo, em dinheiro, participação das colheitas, quantidade fixa da colheita); natureza do benefício do inquilino (o remanescente da colheita, uma porcentagem fixa da colheita); duração corrente dos arrendamentos e proporção da quantidade de arrendatários; indique-se se é proprietário ou arrendatário contribuinte com sementes, fertilizantes, ferramentas, etc.

RESPOSTAS

Em outras partes do presente questionário encontram-se alguns elementos que elucidam os quesitos acima. Além disso, podemos citar ainda alguns elementos baseados no inquérito da C. N P. A. como os seguintes:

a) em geral os contratos de arrendamento fixam o "quantum da renda" a ser paga, dividindo-a em prestações anuais (no caso do pagamento em dinheiro);
b) em geral quando o pagamento é feito em renda-produto (quantidade fixa ou porcentagem da produção), o arrendatário exige produto do melhor;
c) a duração dos contratos de arrendamentos é geralmente curta na agricultura (1 a 2 anos) e mais longo na pecuária e na agropecuária (4 a 8 anos).

Quanto aos arrendatários e parceiros agrícolas verifica-se pelo inquérito realizado pela C. N. P. A., em 1952, e pelo Censo de 1940, que:

a) há predominância dos contratantes em dinheiro sôbre os contratos de pagamento em produção (em 71% dos municípios que responderam no inquérito da C. N. P. A., os pagamentos eram feitos em dinheiro);
b) em 206.448 estabelecimentos agrícolas arrendados, 137.441 efetuavam o pagamento em dinheiro, isto é, aproximadamente 2/3 dos mesmos;
c) no caso de parcerias agrícolas, o mais comum é o sistema de menção (50% da produção para cada parte).

4 — CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO ARRENDADO

Média de hectares nos espaços arrendados; capital normal necessário para operar o terreno arrendado; fertilizante relativa dos espaços arrendados.

RESPOSTAS

Relativamente aos itens acima só podemos informar que, em 1950, os 186.897 estabelecimentos agropecuários arrendados ocupavam uma área de 13.084.714 hectares, o que corresponde a uma média de cêrca de 70 hectares para cada propriedade arrendada.

A proporção da área ocupada com propriedades arrendadas é de 5,6% em relação às áreas cujos responsáveis são ocupantes (4,2%), administradores (23,5%) e proprietários (66,6%).

Existiam naquela época, 186.897 estabelecimentos arrendados para um total de 2.064.527 estabelecimentos agropecuários, o que representa uma proporção de 9,1% de estabelecimentos arrendados em relação ao número total de estabelecimentos agrícolas.

5 — GANHOS DOS ARRENDATÁRIOS AGRÍCOLAS

Média anual bruta e líquida dos ganhos em dinheiro e em espécie; estabilidade dos ganhos nos anos recentes; comparação com os salários urbanos; freqüência da percepção dos ganhos (anualmente, por temporada, com regularidade, etc.), ganhos suplementares trabalhando a jornal); proporção de produtos utilizados na terra; intertrocados ou vendidos a dinheiro; possibilidade de lucros dos arrendatários e possibilidades para a compra de terras (inclusive a disponibilidade de terras e facilidades de crédito, etc.).

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para prestar esclarecimento sôbre os itens citados. Podemos informar, todavia, que, relativamente ao crédito, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil opera com várias modalidades de crédito inclusive o para aquisição ou arrendamento de áreas para agricultura. No ano de 1955, de acôrdo com o relatório do referido Banco o movimento dessa Carteira de Crédito realizou 22.863 empréstimos, assim distribuídos:

Empréstimos agrícolas	7.381
Empréstimos agro-industriários	82
Empréstimos pecuários	5.244
Empréstimos agropecuários	244
Empréstimos industriais	8.522
Empréstimos às Cooperativas	592
Sôbre produtos agrícolas decorrentes de contratos com o Govêrno	40
Fundiários	14
Investimentos	166

Releva salientar que no ano de 1955 realizou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil 76 financiamentos fundiários num total de 4 milhões de cruzeiros.

Êste Banco está estudando as possibilidades de ampliação das bases atuais para a aquisição de pequena propriedade rural.

6 — ALOJAMENTO DOS ARRENDATÁRIOS

Residência do arrendatário e sua família (isto é, separada, em comunidade, na propriedade ou fora dela); proporção das mercadorias compradas a dinheiro, preparadas em casa, ou derivadas da terra; níveis de vida típicos (subsistência, nível ao melhor, nível confortável, etc.); participação da família no cultivo da terra.

RESPOSTAS

De acôrdo com o inquérito realizado em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram constatados os seguintes níveis de vida entre arrendatários e parceiros, relativamente à habitação, alimentação, saúde, vestuário e rendas econômicas, classificadas em excelente, bom e pobre:

Níveis de vida quanto à habitação

Regiões fisiográficas	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	0	21	55	76
Nordeste	1	81	283	364
Leste	0	144	438	582
Sul	0	205	348	553
Centro-Oeste .	0	17	80	97
TOTAIS ...	1	468	1.164	1.672

Conforme se verifica, as habitações foram classificadas como boas em, apenas, aproximadamente 27% dos casos.

Quanto à alimentação, o resultado foi o seguinte:

	Bom	Pobre	Municípios
Norte	20	56	76
Nordeste	52	312	364
Leste	113	470	583
Sul	191	362	553
Centro-Oeste	12	85	97
TOTAIS	388	1.285	1.673

Foi, portanto, considerado bom o nível de alimentação dos arrendatários e parceiros em, apenas, aproximadamente 27% dos casos.

No que diz respeito à saúde o resultado também não foi muito favorável, conforme se verifica no quadro abaixo (êsse nível foi considerado bom em apenas 34% dos casos).

Quanto ao vestuário, o resultado foi o seguinte:

Níveis de vida quanto ao vestuário

Regiões fisiográficas	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	0	16	59	75
Nordeste	0	38	325	363
Leste	0	75	507	582
Sul	0	116	436	552
Centro-Oeste .	0	10	87	87
TOTAIS ...	0	255	1.414	1.669

Sòmente, portanto, em 15% dos casos o nível de vida quanto ao vestuário foi considerado bom.

No que diz respeito ao nível de vida quanto às rendas econômicas, apenas em 23% dos casos êle foi considerado bom entre arrendatários e parceiros, conforme se verifica no quadro abaixo:

Níveis de vida quanto às rendas econômicas

Regiões fisiográficas	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	0	20	56	76
Nordeste	0	41	323	364
Leste	2	97	483	582
Sul	1	146	404	551
Centro-Oeste .	0	13	84	97
TOTAIS ...	3	317	1.350	1.670

D — AGRICULTORES INDEPENDENTES QUE CULTIVAM SUA PRÓPRIA TERRA

1 — GENERALIDADES

Número, proporção e distribuição geográfica de cultivadores proprietários; classificação por colheitas principais e tipo de agricultura; grau da propriedade comunal da terra, etc.

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para responder, tal como foram formulados os quesitos acima, uma vez que os dados disponíveis dão apenas o número de proprietários agrícolas, não especificando se os mesmos cultivam ou não a sua própria propriedade.

Êsses dados encontram-se de um modo geral, transcritos em outros itens do presente questionário. De um modo geral considerando-se as pequenas propriedades (propriedades com, no máximo, 10 hectares), podemos dar as seguintes informações no Censo de 1940.

Área das propriedades	N.º de propriedades	N.º de colonos
Menos de 1 hectare	35.545	14.369
De 1 a 2 hectares	96.751	17.112
De 2 a 5 hectares	253.402	84 460
De 5 a 10 hectares	225.517	147.468
TOTAIS	611.215	163.200

Conforme se verifica, o número de pessoas recenseadas como colonos empregados dessas propriedades, é cêrca de quatro vêzes menor que o de propriedades, o que significa não ser desprezível o número de pessoas que cultivam, com a família, a sua própria terra.

Com relação ao recenseamento de 1950, podemos citar apenas o número de estabelecimentos agropecuários e suas respectivas áreas (não dispomos de dados sôbre o número de empregados) nos referidos estabelecimentos.

	Estabelecimentos
Com menos de 10 hectares	711.249
Com 10 a menos de 100 hectares	1.052.100
Com 100 a menos de 1.000	268.150
Com 1.000 a menos de 10.000	31.053
Com 10.000 e mais hectares	1.653
TOTAL	2.064.527

Com até 10 hectares de área (pequenas propriedades, portanto) era o seguinte o número de estabelecimentos agrícolas, em 1950:

	Estabelecimentos
Com menos de 1 hectare	50.520
Com 1 a menos de 2 hectares	113.988
Com 2 a menos de 5 hectares	295.257
Com 5 a menos de 10 hectares	251.484
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	711.249

Percentualmente era a seguinte a distribuição dos estabelecimentos agropecuários:

	Estabelecimentos
Com menos de 10 hectares	34,5%
Com 10 a menos de 100	50,9%
Com 100 a menos de 1.000	13,0%
Com 10.000 e mais hectares	0,1%

2.—.NATUREZA DA PROPRIEDADE AGRICOLA

Média de hectares por propriedade cultivada pelo proprietário; métodos correntes de aquisição (compra, herança, etc.); fertilidade relativa da propriedade; possibilidades de ampliar a propriedade (disponibilidades de terra, facilidade de crédito, etc.).

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para tais respostas como fora mformulados os quesitos acima.

Podemos, entretanto, dar a média de hectares por propriedade cultivada pelo proprietário (indistintamente pequeno, médio, grande proprietário), como se vê no quadro abaixo:

	N.º de estabelecimentos	Áreas Hectares	Média da área
Norte	50.380	10.896.391	216 ha
Nordeste	355.691	28.147.776	79 ha
Leste	560.099	44.628.156	79 ha
Sul	534.977	36.415.111	68 ha
Centro-Oeste	49.573	35.641.571	714 ha
BRASIL	1.550.720	155.729.005	100 ha

Percentualmente, o número de estabelecimentos e a área dos estabelecimentos agropecuários de proprietários (indistintamente pequeno, médio ou grande proprietário), era o seguinte, em relação aos estabelecimentos de arrendatários, ocupantes e administradores:

Regiões	Porcentagens N.º de estabelecimentos	Áreas (ha)
Norte	64,4%	46,6%
Nordeste	65,5%	67,0%
Leste	84,8%	74,3%
Sul	76,2%	86,8%
Centro-Oeste	62,2%	66,3%
BRASIL	75,1%	66,6%

As porcentagens dos estabelecimentos de acôrdo com a condição do responsável eram, em 1950, as seguintes, e as suas respectivas áreas (total no país).

a) **Com relação ao número de estabelecimentos:**

Proprietários	75,1%
Arrendatários	9,1%
Ocupantes	10,1%
Administradores	5,7%

b) **Com relação às áreas:**

Proprietários	66,6%
Arrendatários	5,6%
Ocupantes	4,2%
Administradores	23,5%

3 — TRABALHOS NA PROPRIEDADE

Tipos de agricultura (mecanização, não mecanização, etc.); diversidade de colheitas; tempo necessário para trabalhar a propriedade (todo o ano, parte do ano, etc.); outros trabalhos, se a propriedade não é trabalhada durante todo o ano; até que ponto a família ajuda os trabalhos agrícolas; proporção de trabalhadores assalariados, etc.

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para responder aos quesitos acima, da maneira com que estão formulados. Em outros itens do presente questionário encontram-se, todavia, alguns elementos elucidativos. Podemso informar que em 2.059.662 estabelecimentos recenseados em 1950, o valor das máquinas e instrumentos agrários foi de .... Cr$ 1.807.389.000,00.

A situação quanto ao uso de máquinas na agricultura, foi a seguinte, de acôrdo com o inquérito realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária, em 1952 (estabelecimentos pertencentes a grandes e pequenos proprietários).

N.º de propriedades

Regiões	Tração animal	Trator	Tração animal-trator	N.º de municípios inf.
Norte	6	3	0	97
Nordeste	142	14	45	417
Leste	455	14	42	672
Sul	413	5	144	632
Centro-Oeste .	38	2	6	112
TOTAIS ...	1 054	38	237	1.930

Conforme se verifica em 1930 municípios informantes, possuíam tração animal 54% dêles; trator, 2% dêles, e tração animal e trator, 12% dêles.

4 — GANHOS DOS AGRICULTORES INDEPENDENTES

Média do ganho anual bruto e líquido em dinheiro e em espécie; estabilidade dos ganhos em anos recentes, comparação com os trabalhos urbanos; freqüência da percepção de ganhos (anualmente, por temporada, com regularidade, etc.), ganho suplementar por trabalhos remunerados, proporção do produto utilizado na propriedade, intertrocados ou vendidos a dinheiro, etc.

RESPOSTAS

No item adiante trascreveremos alguns dados sôbre as economias ou rendas entre os proprietários agrícolas que foram considerados pobres:

a) em 62% dos casos (considerando-se os pequenos proprietários ou colonos);
b) em 6% dos casos (considerando-se os grandes proprietários ou fazendeiros).

Os dados acima foram obtidos no inquérito da C. N. P. A. realizado em 1952.

De acôrdo com os cálculos da Fundação Getúlio Vargas, a renda média anual dos proprietários agrícolas em 1955, foi de Cr$ 187,00 (indistintamente pequenos ou grandes proprietários). Segundo essa mesma fonte, para uma renda nacional no valor de 542 bilhões de cruzeiros (em 1955) o produto líquido da atividade agropecuária foi de 158 bilhões de cruzeiros, isto é, pouco menos de 1/3 da renda nacional.

De acôrdo com os dados do Relatório do Banco do Brasil referente ao ano de 1955 o valor da produção agrícola e da produção das indústrias extrativas de origem animal e vegetal foi:

Produção extrativa

De natureza vegetal .... Cr$ 2.299.138.000,00
De natureza animal .... Cr$ 17.197.882.000,00

Produção agrícola

Os produtos que concorreram para a renda acima, foram:

a) 20 produtos da indústria extrativa de origem vegetal;
b) 48 produtos agrícolas;
c) 7 produtos da indústria extrativa de origem animal.

5 — ALOJAMENTO DOS AGRICULTORES

Residência do agricultor e sua família (separada, em comunidade no povoado ou na propriedade, etc.); proporção de mercado nas compradas a dinheiro, feitas em casa ou derivados da terra; níveis típicos de vida (subsistência, algo, melhor, nível confortável, etc.).

RESPOSTAS

Embora não dispondo de dados para responder com precisão os quesitos acima, podemos oferecer dados sôbre níveis de vida dos pequenos proprietários e colonos, baseados nos dados do inquérito feito em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária, e relativos à habitação, alimentação, saúde, vestuário e renda.

São os seguintes os dados conhecidos:

Níveis de vida quanto à habitação

Regiões	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	1	21	62	94
Nordeste	2	129	268	390
Leste	5	304	313	622
Sul	13	355	206	574
Centro-Oeste .	...	31	79	110
TOTAIS ...	21	850	928	1.799

Conforme se verifica, entre os pequenos proprietários e colonos o nível médio de vida quanto à alimentação foi considerado pobre em 52% dos casos, enquanto que entre os grandes proprietários e fazendeiros, êste mesmo nível de vida só foi considerado pobre em 3% dos casos

Relativamente à alimentação são os seguintes os dados do inquérito da Comissão Nacional de Política Agrária, quanto aos pequenos proprietários e colonos.

Níveis de vida quanto à alimentação

Regiões	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	1	25	68	94
Nordeste	0	91	307	398
Leste	1	209	416	626
Sul	8	287	284	110
Centro-Oeste .	0	31	79	579
TOTAIS ...	10	643	1.154	1.807

Em 63%, portanto, dos casos, o nível de alimentação dos pequenos proprietários e colonos foi considerado pobre, no passo que, entre os grandes proprietários ou fazendeiros o nível de alimentação foi considerado pobre em, apenas, 6% dos casos.

Quanto à saúde, o quadro dos pequenos proprietários e colonos revelado no inquérito foi o seguinte:

Níveis de vida quanto à saúde

Regiões	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	1	40	52	93
Nordeste	6	160	232	398
Leste	5	304	313	622
Sul	13	355	206	574
Centro-Oeste .	0	42	68	110
TOTAIS ...	25	901	871	1.497

Conforme se verifica, entre os pequenos proprietários e colonos, em 49% dos casos o nível de alimentação foi considerado pobre; enquanto que entre os grandes proprietários ou fazendeiros, êsse nível foi considerado pobre em, apenas, 5% dos casos.

Relativamente ao vestuário, o referido inquérito revelou que no que diz respeito aos pequenos proprietários e colonos em 70% dos casos o nível quanto ao vestuário, foi considerado pobre, conforme se verifica no quadro abaixo.

Níveis de vida quanto ao vestuário

Regiões	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	1	20	72	93
Nordeste	0	132	266	398
Leste	0	143	481	624
Sul	1	204	372	577
Centro-Oeste .	0	23	87	110
TOTAIS ...	2	522	1.278	1.802

Êsse mesmo nível, em grandes proprietários e fazendeiros, só foi considerado pobre em 6% dos casos.

Com relação às rendas ou economias o quadro revelado pelo inquérito foi o seguinte, em relação aos grandes proprietários e colonos:

Níveis de vida quanto rendas ou economias

Regiões	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	1	26	67	94
Nordeste	1	92	304	397
Leste	6	226	394	626
Sul	9	284	284	577
Centro-Oeste .	1	31	78	110
TOTAIS ...	18	659	1.127	1.804

Conforme se verifica, o nível de vida quanto às economias ou rendas dos pequenos proprietários e colonos, foi considerado pobre em 62% dos casos, no passo que, entre os grandes proprietários ou fazendeiros, foi considerado pobre em, apenas, 6% dos casos.

REEQUIPAMENTO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLAO BELLO"

Importante convênio assinado entre a Sociedade Nacional de Agricultura e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos — Discursos do dr. Alberto Martins Tôrres, co-diretor brasileiro do E. T. A. e do prof. Arthur Tôrres Filho, presidente da S. N. A. — Integra do Projeto nº 38 do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos

I — GENERALIDADES

Com a presença de diretores da Sociedade Nacional de Agricultura e do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, de diretores da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", de altas autoridades do Ministério da Agricultura e Secretaria de Agricultura do Distrito Federal e de elementos ligados à lavoura do Distrito Federal, foi assinado, hoje, em sessão solene, um acôrdo entre as duas primeiras entidades.

O acôrdo prevê a ampliação das atividades da Sociedade Nacional de Agricultura no setor de ensino agrícola, inclusive o reequipamento da Escoal de Horticultura "Wenceslão Bello".

Pretendem a Sociedade Nacional de Agricultura e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos desenvolver intenso trabalho no sentido de tornar a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" num estabelecimento de ensino agrícola modelar, que procurará fixar o aluno à vida rural, por uma assistência direta após o seu egresso escolar.

Constitui isso um acontecimento auspicioso para a vida da Sociedade Nacional de Agricultura que, desde 1897, vem dedicando uma atenção tôda especial ao ensino agrícola, através do estabelecimento de ensino que mantém, na Penha, Distrito Federal, com bons serviços já prestados ao ensino agrícola no país.

Com a colaboração do Escritório Técnico de Agricultura novas perspectivas abrem-se para que ela nossa não só ampliar as atividades daquele tradicional estabelecimento de ensino, como ainda criar novos cursos visando atender melhor às necessidades do ensino agrícola no país.

De futuro, manterá ainda a Sociedade Nacional de Agricultura, uma outra escola, complementar da atual Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", consoante os têrmos do convênio hoje assinado com o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, onde, com condições mais satisfatórias ainda poderá ser proporcionado o ensino rofissional agrícola, nos adolescentes do meio rural.

II — DISCURSO DO SR. ALBERTO MARTINS TÔRRES, CO-DIRETOR BRASILEIRO DO E. T. A.

Se bem entendemos o objetivo marcante, essencial, da assistência que decidiu prestar-nos a grande nação amiga para o desenvolvimento da nossa produção rural, reside êle em elevar o nível de conhecimentos dos que se dedicam à lavoura, tornar o técnico o mais eficiente possível, cuidar da base humana essencial para a realização da agricultura econômica, enfim, obter através do preparo adequado do homem, o aumento da produtividade e as satisfatórias condições de vida da família camponesa.



Aspecto da solenidade de assinatura do acôrdo entre a Sociedade Nacional de Agricultura, vendo-se entre outros, o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da S.N.A.; Alberto Martins Torres e Ralph E. Hansen, respectivamente Co-Diretores Brasileiro e Americano do E.T.A; Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da S.N.A.; Edgard Teixeira Leite, Vice-Presidente da S. N. A.; Walter E. Saur e Robert Amanure, tecnicos do ETA, Enio Luiz Leitão, Kurt Repsold, Frederico Murtinho Braga, Altino de Azevedo Sodré e Geraldo Goulart da Silveira, Diretores da S.N.A. e Luiz Guimarães Junior, Diretor do Depart. de Administração do Ministério da Agricultura.

O contrato que hoje assina o Escritório Técnico de Agricultura com a tradicional e prestigiosa Sociedade Nacional de Agricultura é um dos mais significativos na existência do órgão incumbido de pôr em prática o programa de cooperação agrícola de que trata o Acôrdo de 1953 entre os govêrnos do Brasil e dos Estados Unidos.

Daí o interêsse especial que nos têm merecido os Projetos que visam a essas finalidades, entre os quais se encontram os relativos ao levantamento da situação atual do ensino superior e do ensino médio da agricultura

e os que possam contribuir para o aprimoramento do preparo escolar, incluindo treinamento eficaz, de agrônomos, mestres agrícolas, capatazes e outros profissionais.

Foi, assim, com a maior simpatia que o co-diretor americano, sr. Ralph E. Hansen, e o co-diretor brasileiro, que ora tem a honra de falar-vos, receberam a proposta que lhes dirigiu a Sociedade Nacional de Agricultura com o fim de ampliar as possibilidades de ação da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". E nossa satisfação, ao estabelecermos os entendimentos que chegaram a bom têrmo e se concretizam no contrato ora assinado, não decorre apenas dos aspectos práticos e da certeza dos proveitos que resultarão dêsse Projeto, mas tambem por oferecermos a nossa colaboração a uma das mais antigas e renomadas associações existentes no País.

A própria permanência dessa sociedade na vida nacional por um longo periodo já de sessenta anos, a sua notável fôlha de serviços, seus esforços patrioticos em prol dos interêsses do ruralismo brasileiro, a manutenção da escola a que me referi, tudo isso constitui um poderoso argumento e uma sugestiva realidade contra a irônica referencia a "ruralistas do asfalto", a homens e instituições que, radicados na Capital federal, entretanto exercem uma inestimável atuação em proveito do campo. Entre os méritos da S. N. A., está o de manter a Escola "Wenceslão Bello", também fundada há sessenta anos, num bairro do Rio de Janeiro, com um grande acêrvo de beneficios, quer no preparo de jovens profissionais quer no treinamento de pequenos agricultores em práticas racionais de cultivo e de criação.

Regosija-se o ETA em ir ao encontro da Sociedade para auxiliá-la a empreender amplo e corajoso programa que possui acentuado alcance social, capaz de constituir uma das mais apreciáveis sugestões para os estudos de reforma agrária que ora tanto preocupa as elites dirigentes do país. E êsse regosijo cresce na homenagem que deve e prazerosamente presta ao venerando e eminente dr. Arthur Tôrres Filho, presidente da tradicional instituição.

Fazemos votos pelo mais seguro e completo êxito dêste acôrdo e pela integral e pronta realização das suas diversas etapas.



O Prof. Arthur Torres Filho, tendo ao lado o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, quando assinava, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura o importante acordo que abrirá novas perspectivas para a tradicional Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", Penha, mantida pela referida entidade.

Esperamos que outras formas de colaboração possibilitem, em breve tempo, a efetivação de vosso generoso ideal de assegurar, aos diplomados na Escola "Wenceslão Bello", convenientemente desdobrada em novo estabelecimento situado em zona rural a posse ou, de preferência, a propriedade de gleba onde, com a assistência que a instituição continui a dar-lhes, exercitem as suas próprias armas, tornem-se agricultores modelares, tenham meios de radicar-se à terra e nela progredir com suas familias.

Estamos convencidos de que o Projeto ETA n.º 38 é um bom investimento de recursos e esforços financeiros e técnicos. Nêle se associam as modernas concepções e práticas de ensino e de extensão à inestimável sabedoria da experiência e ao idealismo alto e construtivo.

Recebei, sr. presidente, dr. Arthur Tôrres Filho, com os vossos dignos companheiros de Diretoria, as nossas melhores congratulações e a expressão da nossa confiança no êxito dos empreendimentos da benemérita Sociedade Nacional de Agricultura.

III — DISCURSO DO PROF. ARTHUR TÔRRES FILHO, PRESIDENTE DA S. N. A.

É uma das finalidades da Sociedade Nacional de Agricultura promover e estimular a realização de estudos e pesquisas sôbre questões ligadas à exploração da terra, em seus aspectos econômi-

cos, técnicos e científicos, como, também, de manter cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, com o elevado propósito de servir à agricultura.

É por isso que, desde os primórdios da sua existência, o inesquecível presidente Moura Brasil instalou no Horto da Penha, em 1899, um Aprendizado Agrícola, transformado em 1937 na atual Escola de Horticultura, que tem por patrono também um dos mais operosos presidentes desta Casa. Desde então, com os maiores esforços, tem a Sociedade procurado ministrar ensino agrícola naquele estabelecimento, e o tem feito, seja através os cursos de internato de Horticultura, Hortelão, Fruticultor e outros, seja por meio de cursos rápidos, abertos a tôdas as classes sociais.

É do seu programa a ampliação das atividades no setor do ensino agrícola. No Distrito Federal, nenhum estabelecimento de ensino agrícola funciona e, por aí, se vê o quanto pode ser útil um estabelecimento dêsse gênero, desde que a sua atividade seja ampliada, mercê de maior soma de recursos materiais.

É objetivando ao reequipamento da antiga Escola e a ampliação de suas atividades, que neste momento é assinado um Acôrdo entre esta Casa e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos. Os têrmos do acôrdo visam, além disso, constituir-se no passo inicial para um programa mais amplo de ensino agrícola, tendo por base a atual Escola, da Penha, seguindo-se numa escala ascendente até atingir-se um outro objetivo nosso: o da criação de uma outra Escola, que seja o complemento daquela. Tudo isto prevê o plano em tôrno do qual gira o Acôrdo.

Fazemos todos votos e muito empenho em que tudo o que se previu seja cumprido, e para tanto contamos com o espírito de cooperação de nossos diretores e a boa vontade demonstrada pelos representantes do ETA.

Não podemos deixar de mencionar neste pequeno discurso a colaboração dos representantes do Escritório Técnico de Agricultura, srs. Walter Saur e Robert Manire, que compuzeram a comissão mista que elaborou o projeto do Acôrdo. Também deveremos mencionar os representantes desta Casa, prof. Geraldo Goulart da Silveira, Kurt Repsold, Luís Marques Poliano e Itagyba Barçante, que da parte da Sociedade atuaram na iniciativa.

Daqui agradecemos também a boa vontade dos diretores da entidade, srs. Alberto Martins Tôrres e Ralph Hansen, a cujo espírito de cooperação devemos o êxito que representa tanto, para o ensino agrícola e para a Sociedade Nacional de Agricultura, a assinatura dêste Acôrdo.

IV — INTEGRA DO PROJETO NUMERO 38

Instrumento de contrato que entre si fazem o ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA e a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, para ampliar e reequipar a Escola Wenceslão Bello de Horticultura, transformando-a em escola pilôto ou de demonstração

Aos 19 dias do mês de junho de mil novecentos e cinqüenta e sete, na sede do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do "Acôrdo para um Programa de Agricultura de Recursos Naturais", (daqui por diante referido como "ACÔRDO"), estabelecido entre os govêrnos dos Estados Unidos do Brasil e Estados Unidos da América, em 26 de junho de 1953, e aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 20, de 8 de maio de 1956; o ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA (daqui por diante referida como "ETA") representado pelo seu Co-Diretor brasileiro, sr. Alberto Martins Tôrres, nomeado por Decreto de 3 de dezembro de 1956, publicado no "Diário Oficial" da mesma data, e o seu Co-Diretor americano, sr. Ralph E. Hansen, aceito conforme Carta 985 do sr. ministro da Agricultura, publicado no "Diário Oficial" de 17 de agôsto de 1956, e a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, (daqui por diante referida como "SOCIEDADE"), representada pelo seu presidente dr. Arthur Tôrres Filho, firmam o presente contrato para execução de um programa de ampliação e reequipamento da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", (daqui por diante referida como "Escola"), pertencente à "SOCIEDADE" com as características adiante discriminadas

CLAUSULA PRIMEIRA: O presente contrato é celebrado dentro dos têrmos do "ACÔRDO" e denominar-se-á "ESCRITÓRIO TECNICO DE AGRICULTURA" — Projeto n.º 38

Parágrafo único: A finalidade do presente contrato é o emprêgo de recursos combinados das Partes Contratantes para os objetivos a seguir discriminados:

a) manter os seguintes atuais cursos:

1) Prévio ou de adaptação para alunos que não apresentarem certificado de conclusão do Curso Primário para iniciarem o Curso Fundamental;
2) Permanente — com o número de 21 alunos matriculados sendo 12 na primeira série que concluirão os estudos em 1958 e 9 na segunda série que concluirão no corrente ano.

b) ampliar os seguintes cursos.

1) Prático no regime especial ou de extensão ora em vigor, elevando, no corrente ano, o número atual de 180 alunos para 500, e, em 1958, para 700 matrículas e manter de futuro êsse total;
2) Fundamental — para admissão de 38 alunos na primeira série, os quais iniciarão em 1958 os estudos sob novo regime, passando assim a Escola a funcionar com 50 alunos internos; para matrícula em 1959 de mais 42 alunos na então primeira série, passando a funcionar o internato com 80 alunos; para matrícula, na primeira série, em 1960, de 58 alunos na primeira série, alcançando a Escola sua capacidade máxima prevista de 100 alunos internos.

c) criar um Curso Complementar, que funcionará em novo estabelecimento da Escola, a ser construido em área agrícola por qualquer meio adquirida, no qual com o currículo de um ano de estudos e um semestre de prática profissional, serão matriculados, em 1960, os 38 alunos que houverem concluido o Curso Fundamental.

d) criar, no mesmo novo estabelecimento a que se refere a

alínea anterior, outro Curso Prático, idêntico ao mencionado na alínea b n.º 1, para 500 alunos;

e) utilizar o semestre de prática profissional, referido na alínea e, em intensa preparação dos alunos para a vida rural, familiarizando-os com os processos de extensão e os métodos racionais e econômicos da lavoura e da criação;

g) promover, quando a Escola dispuser de novo estabelecimento em zona rural, Semanas Ruralistas e outras modalidades de reunião de lavradores;

f) instituir Cursos Avulsos com a duração máxima de seis meses, sôbre assuntos diversos, tais como Reparação de Máquinas e Motores Agrícolas, Pequenas Industrias Rurais e outros;

h) providenciar no sentido de ser prestada aos alunos formados pela Escola a necessária assistência para que se tornem efetivamente agricultores, cultivando terras próprias, quando possível, ou de arrendamento a longo prazo, mediante crédito supervisionado e mais facilidades;

i) prover à adaptação do prédio, melhoria de instalações e reequipamento da atual Escola, e construção e equipamento de seu futuro estabelecimento em zona rural, para atender, gradativamente, ao programa de ampliação e criação de cursos delineados nas alíneas anteriores;

j) empregar, enfim, por todos os meios que se enquadrem no espírito do presente Projeto, os melhores esforços no senitdo de tornar a Escola um estabelecimento modelar, procurando fixar o aluno à vida rural, por uma assistência direta após seu egresso escolar.

CLAUSULA SEGUNDA: Para o financiamento dêste Projeto será instituído um "Fundo Conjunto" com as contribuições previstas neste contrato.

Parágrafo Primeiro: As contribuições em cruzeiro das Partes Contratantes para o "Fundo Conjunto" serão depositadas em conta corrente bancária denominada "Escritório Técnico de Agricultura — Projeto n.º 38", aberta em estabelecimento de crédito no Distrito Federal, à escolha dos contratantes, e será movimentada pelo diretor do Projeto.

Parágrafo Segundo: A conta referida no parágrafo anterior serão, obrigatòriamente, recolhidos todos os juros ou rendas de qualquer natureza ou origem advindos da execução do Projeto e que serão aplicados nos têrmos dos itens um, três e quatro do Artigo IX do "ACÔRDO".

Parágrafo Terceiro: As importâncias descritas no artigo anterior serão empregadas exclusivamente no Projeto.

Parágrafo Quarto: Além das contribuições em dinheiro, para o "Fundo Conjunto", as partes contratantes poderão pôr à disposição do Projeto outras contribuições em pessoal, material, equipamentos, instalações, bens móveis e imóveis, além das verbas orçamentárias normais ou de outras proveniências que serão empregadas nos têrmos da legislação e normas que a elas se aplicarem.

Parágrafo Quinto: As contribuições em dólares do ETA obedecerão às normas estabelecidas pelo "ACÔRDO", no item dois do Artigo VI.

Parágrafo Sexto: As contribuições das partes contratantes serão entregues em prestações trimestrais, iniciadas após a aprovação do programa de trabalho, salvo a referida na Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo, letra f.

Parágrafo Sétimo: As partes contratantes instruirão, por escrito, o diretor do Projeto sôbre a forma que devem obedecer a aplicação dos recursos e a prestação de contas referentes às respectivas contribuições.

Parágrafo Oitavo: O material permanente fornecido diretamente pela "SOCIEDADE" será sempre de propriedade da mesma e não será retirado sem aquiescência das Partes Contratantes.

Parágrafo Nono: O material fornecido pelo "ETA" será de sua propriedade até o final do Projeto, e, por proposta do diretor dêste, a sua retirada, doação, substituição, troca ou venda será decidida pelos diretores do "ETA", de conformidade com o disposto no "ACÔRDO".

Parágrafo décimo: Todos os bens imóveis, materiais e equipamentos, animais ou quaisquer outras aquisições feitas com os recursos do "Fundo Conjunto" serão de propriedade do Projeto.

Parágrafo Décimo-primeiro: As benfeitorias, construções ou instalações realizadas em bens de qualquer das partes contratantes passarão a integrar os mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a realização das atividades dêste Projeto em 1957, as partes contratantes comprometem-se a concorrer com as seguintes contribuições:

Parágrafo Primeiro: O ESCRITÓRIO TÉCNICO ("ETA"):

a) assistência técnica até a despesa de US$ 3,000.00 (três mil dólares) representada pelos serviços de seus técnicos;

b) material de importação ou despesas no exterior até o valor de US$ 5,000.00 (cinco mil dólares);

c) para o "Fundo Conjunto" com Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), que correrá à conta da contribuição do govêrno brasileiro para o "Fundo Conjunto" do "ETA" constante do orçamento geral da União, anexo do Ministério da Agricultura, para o corrente exercício

Parágrafo Segundo: SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA ("SOCIEDADE"):

a) assistência técnica, informações de serviços, normalmente prestados pelos seus órgãos e serviços, os quais mediante entendimentos com os respectivos chefes, poderão participar mais intimamente dêste Projeto;

b) pagamento do seu próprio pessoal, designado para colaborar no Projeto, mediante solicitação do diretor dêste, correndo a despesa com o atual pessoal da Escola por conta dos recursos a que se refere a alínea f dêste parágrafo;

c) edifício principal da Escola, com a área de 700 m2, Pavilhão Miguel Calmon, com a área de 400 m2, Casa do Diretor e demais construções e instalações, animais, culturas, maquinismos e equipamentos, com o valor estimado de Cr$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil cruzeiros);

d) área de, aproximadamente, 100.000 m2, na parte da área da Escola que totalize cêrca de 190.000 m2, avaliada à razão de Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros) por metro quadrado, ficando entendido que a restante parcela de cêrca de 90.000 m2 se destina à alienação e aplicação para os fins da Lei n.º 2.504, de 4 de junho de 1955, que autorizou a Sociedade a vender, no todo ou em parte, os terrenos em causa, para:

1) a instalação de um estabelecimento de ensino agrícola na zona rural do Distrito Federal ou em suas proximidades, com uma área não inferior a 20 hectares;

2) a aplicação de parte dos recursos provenientes da venda dos terrenos na formação de um patrimônio destinado à manutenção da mesma Escola;

e) recursos orçamentários e advenientes de acôrdo entre a Sociedade e a Comissão Brasileira de Educação e Assistência Rural, no valor de Cr$ .... 1.568.000,00 (hum milhão, quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros); sendo: Cr$ .... 1.368.000,00 (hum milhão, trezentos e sessenta e oito mil cruzeiros) de Subvenções ordinárias I) — Parques de Exposição, 07) — Sociedade Nacional de Agricultura, e Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) do Projeto C. II A. R. — P-23, já em execução na Escola;

f) para o "Fundo Conjunto" com Cr$ 750.000,00 (setecentos e cinqüenta mil cruzeiros), sendo Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) de renda eventual obtida pela Escola e Cr$ 650.000,00 (seiscentos e cinqüenta mil cruzeiros) quando recebidas do Tesouro Nacional as respectivas verbas orçamentárias de Cr$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil cruzeiros) (N.º 19 — SEAV, verba 1.0.00 — custeio, consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros — Subconsignação 1.5.14 outros Serviços Contratuais — 3) Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", da Sociedade Nacional de Agricultura e Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) Subvenções ordinárias — 07) Distrito Federal — Federação das Associações Rurais do Distrito Federal), deduzidas as importâncias despendidas até então conforme a letra b dêste parágrafo.

CLÁUSULA QUARTA: Fica entendido e certo que êste Projeto não integra nenhuma das partes contratantes, mas é um trabalho realizado em íntima cooperação, visando melhor aproveitamento de recursos e de técnica na execução do programa estabelecido.

Parágrafo Primeiro: A supervisão, a fiscalização, a orientação geral, a aprovação dos programas de trabalhos e orçamentos serão feitos, conjuntamente, pelas partes contratantes.

Parágrafo Segundo: Cada uma das partes contratantes terá sempre o direito de proceder, quando julgar conveniente, à fiscalização nos trabalhos e contas do Projeto.

Parágrafo Terceiro: A aprovação da prestação de contas do Projeto caberá às partes contratantes, respeitando o disposto nos parágrafos quarto, quinto e sétimo da cláusula segunda.

Parágrafo Quarto: As partes contratantes reunir-se-ão quatro vêzes por ano e a sua convocação poderá ser feita, fora dessas épocas, por qualquer uma delas ou pelo diretor do Projeto

CLÁUSULA QUINTA: A direção dêste Projeto deverá caber a um técnico de reconhecida competência profissional, escolhido de comum acôrdo entre as partes contratantes, recaindo a escolha, de preferência, no diretor da Escola.

Parágrafo Primeiro: O ato de designação do diretor do Projeto será efetuado o mais breve possível depois de assinado êste contrato.

Parágrafo Segundo: O diretor do Projeto terá a sua permanência condicionada ao bom e fiel desempenho de sua missão, dentro do programa e dos objetivos traçados neste Projeto.

Parágrafo Terceiro: As instruções, ordens ou qualquer espécie de determinação ao diretor do Projeto serão dadas por escrito, com as assinaturas das partes contratantes que não poderão isoladamente tomar tais medidas, excetuados os caso expresamente declarado neste contrato.

Parágrafo Quarto: Todo o pessoal empregado pelo Projeto ou pôsto à sua disposição a qualquer título, inclusive os técnicos brasileiros e americanos do "ETA", ficará subordinado ao diretor do Projeto, a quem caberá decidir sôbre a condução dos trabalhos constantes do plano aprovado.

Parágrafo Quinto: Compete ao diretor do Projeto:

a) apresentar, antes do comêço de cada exercício, um programa de trabalho, acompanhado do respectivo orçamento, para ser aprovado pelas partes contratantes;

b) movimentar o "Fundo Conjunto" ou outros recursos postos à sua disposição para o fiel desempenho do Projeto;

c) enviar, trimestralmente, às partes contratantes um relatório sucinto dos trabalhos realizados, apontando os progressos obtidos e os óbices encontrados e juntando um balancete de caixa, acompanhado de um resumo das despesas efetuadas;

d) enviar às partes contratantes, até o dia 31 de janeiro, um relatório completo das atividades desenvolvidas no ano imediatamente anterior. Acompanhará êsse relatório uma demonstração das despesas realizadas à conta do "Fundo Conjunto" e das verbas orçamentárias especificas destinadas ao Projeto.

CLAUSULA SEXTA: As contribuições referentes aos anos subseqüentes serão acordadas pelas partes contratantes dentro dos recursos financeiros e orçamentários disponíveis.

CLAUSULA SÉTIMA: As partes contratantes reservam-se o direito de rescindir êste contrato, no caso de infração das cláusulas contratuais ou se o Projeto fôr desviado dos seus objetivos.

Parágrafo Primeiro: No caso de rescisão dêste contrato os saldos em cruzeiros, depois de liquidados todos os débitos do Projeto, serão distribuídos, às partes contratantes, proporcionalmente às contribuições até então efetivadas.

CLAUSULA OITAVA: O presente contrato terá duração até 31 de dezembro de 1960, podendo ser prorrogado desde que não seja denunciado trinta dias antes do término do exercício financeiro, por qualquer das partes contratantes. O fôro é o da cidade do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único: Êste acôrdo será revisto logo que a Sociedade Nacional de Agricultura resolva, por sua Diretoria, a instalação da nova Escola.

CLAUSULA NONA: O presente contrato entrará em vigor depois da assinatura dêste têrmo. E, para firmeza e validade do que acima ficou estipulado, la-

(Continua na pág. 35)

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

LXXXV

Prêmio Nobel da Paz ao Marechal Rondon

Não podemos nós da classe rural, notadamente os da Sociedade Nacional de Agricultura, a quem Cândido Mariano da Silva Rondon vinculou-se por amizade fraterna a vários de seus antigos Presidentes, — Miguel Calmon, Simões Lopes e Lyra Castro —, ficar indiferentes à sua indicação por instituições nacionais e estrangeiras para o Prêmio Nobel da Paz.

Façamos votos pela sua escolha, que bem o merece sua obra monumental de sertanista e sociólo.

Nascido a 5 de maio de 1865, completou o Marechal Rondon 92 anos de serviços à humanidade.



LXXXVI

Liderança rural

Não revela qualidades de líder o dirigente de Associação Rural, que orienta a classe rural no sentido de reivindicações com ameaças de represálias.

É um engano a ser desfeito.

A política mais hábil e a de moderação e a firmeza de convicção.

Relevem a impertinência. É porém, conveniente lembrar que os resultados e os benefícios, porventura, conseguidos nas campanhas orientadas com ameaças de greves, marchas, etc. não compensam.

O desgaste da autoridade, tanto da associação como dos seus associados, frente aos empregados, é inquietante.

Atingindo os poderes públicos, o remédio está nas primeiras eleições.

LXXXVII

Devem as cooperativas operar a dinheiro

Reproduzimos de ARCO-IRIS, órgão do Centro Nacional de Estudos Cooperativos (ano V — n.º 35) os seguintes comentários:

"A propósito da matéria com o título acima, inserida em nossa edição de novembro-dezembro, recebemos interessante pronunciamento de Arruda Câmara, antigo militante do Cooperativismo, e pessoa que, a despeito de já haver conquistado, merecidamente, uma aposentadoria, ainda persiste em manter sua coerência e combatividade.

Afirmou-nos êle, em breve mensagem, que, como associado de cooperativa de consumo e ex-presidente de uma delas, "responde que, para o seu bom funcionamento, devem as cooperativas operar a dinheiro. Não pode comprar bem quem vende mal. Seria mais útil aos interêsses do cooperado fazer um empréstimo, a longo prazo, em outra instituição, para regularizar suas compras na cooperativa de consumo que, vendendo a dinheiro contado, terá os sortimentos sempre renovados. A entrega da mercadoria em determinado dia poderia ser feita no domicílio do cooperado. No balcão seriam entregues as compras eventuais. Eis o que, pela rama, posso sugerir."

Ovinos e caprinos criados na Fazenda Experimental de Criação "Cruzeiro do Mocó" — Município de Feira de Santana —, mantida pelo Estado da Bahia no Govêrno Landulpho Alves em que esteve como Secretário da Agricultura o seu amigo e eficiente colaborador Dr. J. da Rocha Medeiros.

É um pronunciamento do homem afeito à prática da cooperação, e cuja experiência nêsse campo é inegável. Como diretor do Serviço de Economia Rural, muitas vêzes defrontou êste e outros problemas de natureza prática, tendo sempre sugestões oportunas e acatadas para oferecer em cada caso. Aí fica o registro de sua palavra sempre atuante, com a certeza de que a sua aposentadoria foi apenas um episódio de ordem administrativa, nunca uma renúncia à participação ativa nos debates que interessam o setor cooperativo nacional."

Hipofisação de peixe no Posto de Lima Campos-Icó-Ceará. Pratica da administração de hormonios de hipófise segundo processo progressivamente aperfeiçoado pelos técnicos do Serviço de Piscicultura do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.



LXXXVIII

A carpa — um flagelo a combater

É um erro, de consequências imprevisiveis, introduzir peixes exoticos sem o seguro conhecimento de seu comportamento em relação às espécies locais.

A carpa, por exemplo, não é recomendável por ser sua carne de má qualidade e sabor, além, sobretudo, de vencer, na luta pela vida, espécies de maior valia.

É de fundo religioso a procura da carpa no seio da colônia judia. Suportando viva o transporte fora d'água é, com relativa facilidade, ritualmente sacrificado pelo rabino.

O Dr. Rodolfo von Ihering combateu vigorosamente a introdução da carpa nos açudes nordestinos, considerando-a "peixe flagelo que deve e precisa ser combatido."

LXXXIX

Hortelões e Fruticultores Portuguêses

Agora, depois da triunfante visita do Presidente Craveiro Lopes, seremos, sem dúvida, melhor compreendidos pelo govêrno português.

Necessitamos, para explorações horticolas, de familias portuguesas habituadas ao cultivo de hortas e pomares. Êssas familias, localizadas na proximidade das cidades populosas, concorreriam para a melhoria e regularidade do abastecimento.

Os portugueses são agricultores que sabem defender a terra, — conservam e aumentam sua produtividade.

É a oportunidade de entendimentos para a formação de pequenos núcleos de chacareiros portuguêses.

XC

São Joaquim da Costa da Serra e as Possibilidades de Fruticultura

Ao tempo em que, com Humberto Bruno, dirigia o BRASIL AGRICOLA, — isto há mais de trinta anos —, chamava a atenção dos poderes públicos para as possibilidades fruticolas da região serrana catarinense, principalmente de São Joaquim da Costa da Serra que, dentro de poucos anos, — tal como ainda agora —, poderia abastecer o país, livrando-o de pesada importação.

A situação a rigor, não foi substancialmente modificada. Entretanto, vitorioso o movimento associativo da classe rural no Estado de Santa Catarina, é de esperar atuação no sentido de ser o assunto examinado com interêsse e objetividade pela Federação das Associações Rurais, inclusive quanto a atração de familias de fruticultores e vitevinicultores de procedência européia.

XCI

Pontos Fracos na Exploração do Babaçu Nativo Atenuados ou Eliminados no Cultivo Racional

O Professor Gregorio Bondar aponta, no seu trabalho "O babaçu e outras palmeiras produtoras de amendoas oleaginosas no Brasil" os seguintes :

"1 — O tamanho dos frutos e conteúdo em amêndoas é muito heterogêneo. No cultivo deve-se visar a seleção de tipos com frutificação abundante, uniforme e rendosa em amêndoas;

"2 — o pêso do mesocarpo e do endocarpo é desproporcional em relação ao das amêndoas, que representam apenas de 8 a 9% do pêso do fruto. Convém selecionar variedades com maior porcentagem de elementos úteis;

"3 — a consistência do endocarpo é d u r a, exigindo grande energia para libertar as amendoas almejadas. No cultivo deve-se visar frutos com endocarpo fino, menos consistente;

"4 — a produção de babaçu é tardia, levando cerca de quinze anos desde o nascimento até a frutificação. Pela seleção de individuos precoces e pela hibridação com espécies rasteiras de *orbignyas*, pode-se encurtar o periodo improdutivo;

"5 — nas v a r i e d a d e s atuais o côco contém de uma a seis amêndoas. Há espécies de *orbignyas* que produzem até nove caroços por fruto. Pela seleção e hibridação convém uniformizar a elevada produção, e aumentá-la ao máximo possivel."

XCII

Lagoas Situadas nas Adjacencias de Brasília

As principais lagoas do planalto goiano estão situadas nas terras de Cruls. Acham-se no município de Formosa e em Planaltina aquelas que, pela singularidade do sítio, aproximam as bacias do Amazonas (lagoa Formosa), do Prata (lagoa Mestre d'Armas) e do São Francisco (lagoa Fela).

Desempenham as lagoas papel relevante na região e, a rigor, não lhes prejudicam a salubridade. São, em geral, piscosas. As mais proximas das cidades oferecem, como a lagoa Fela, interêsse turístico e desportivo.

Entre as lagoas situadas nas adjacencias de Brasília merecem citação : — em Planaltina as denominadas Formosa, Mestre d'Armas, Bonsucesso e Jacuba; no município de Formosa as lagoas Fela, Boa Vista, do Peixe e São João; e, no município de Luziania as da Bandeira, Papuda e Olho d'Agua.

A lagoa Fela, com 3 000 000 de metros quadrados de superficie, e a maior, e Mestre d'Armas, distante meia legua ou pouco mais de Planaltina, a mais proxima de Brasília.

XCIII

Seleção e Melhor Maneira de Aproveitamento das Plantas Nativas de Valor Economico

O melhoramento das plantas nativas de valor economico deve ser promovido em todas as zonas fisiográficas onde ocorrem. Há em nossa flora nativa especies de utilidade imediata que merecem trabalho de seleção e estudo da melhor maneira de aproveitamento e conservação. Cada região geográfica, em suas particularidades de clima e solo, possui suas próprias plantas economicas nativas. São espécies adequadas às condições locais e, sendo muitas delas plantas arboreas ou de longa duração, ajudariam na solução do problema do melhor aproveitamento do solo. Importamos e ensaiamos em cultivo especies exoticas que nem sempre prosperam nas condições de nosso clima e solo. Outras são de valor inferior ao de nossas plantas nativas.

Que importemos e façamos ensaios de especies exoticas, mas, que as nossas sejam objeto de maior atenção.

As industrias extrativas de maior expressão vão evoluindo para culturas, umas, e aperfeiçoando os metodos de exploração, outras (seringueira, castanha do Para, carnauba, fibras, oiticica, etc.), algumas tendem a procurar, pela cultura, novos centros de exploração, estendendo-a, como gota de oleo, as zonas limitrofes (babaçu) e, ainda, outras, como a ipeca, estão a exigir cuidados para manter a área de ocurrencia original.

É necessário evitar-se a destruição de plantas em exploração extrativa (piaçava e licuri na Bahia, caroá em Pernambuco), que valorizam zonas improprias para outras

lavouras. A piaçava cresce em solos silicosos, o licuri nas pedras e caatingas semi-áridas, e o caroá nas caatingas secas, desérticas.

Plantas nativas que alimentam indústria extrativa de eventual significação e em zonas pobres e pouco povoadas merecem, algumas delas, como o piqui ou piquiá, a mangabeira, etc., ser objeto de cultivo. A primeira pelo seu emprego na alimentação, como óleo comestível e manteiga vegetal de larga procura e a segunda, na indústria de conservas (doces) e extração da borracha.

Outras plantas comestíveis como verduras (bredos, serralha, etc.), tubérculos e raízes alimentares (carás silvestres), frutos (Stenocalix dysintericus, Berg, jabotlcaba do mato, etc.) terão de ser incorporadas nas hortas e pomares das zonas de ocorrência.

XCIV

Eucaliptus e Outras Essencias Florestais nas Terras de Cerrado do Planalto Goiano

Nas cidades de Planaltina e Formosa, erguidas em terreno de cerrado, há eucaliptus com excepcional desenvolvimento. Acreditamos, a julgar pelos exemplos que poderíamos citar, que, com a rega das plantações a princípio, e o combate às formigas e termitas, tivesse o melhor êxito a cultura do eucaliptus e outras essências, como o angico, o jacaré, etc.

O prof. José Setzer, em publicação feita (Boletim Geográfico — Março de 1945) referindo-se a essas terras das chapadas, diz: — "Felizmente podem elas ser aproveitadas com eucaliptus com o máximo sucesso, pois essas árvores são de clima semi-árido e não necessitam humus, ao mesmo tempo que o seu porte gigantesco obriga-as a se enraizar, rápida e profusamente, a enormes profundidades, onde vão buscar a água e os sais minerais que necessitam."

XCV

Fruticultura nas Terras de Cerrado do Planalto Goiano

O desenvolvimento e a frutificação das arvores frutíferas (abacateiro, cajueiro, fruta pão, laranjeira, limeira, mangueira, etc.) cultivadas nos quintais, constituem indício de êxito da fruticultura nos terrenos de cerrado. Ao lado das fruteiras citadas, encontram-se magníficos exemplares de pessegueiros e videiras, em quintais de Planaltina. A cultura de abacaxi era feita, na época (1947-48) relativamente em larga escala, nos terrenos de cerrados de vários municípios goianos

XCVI

Brasília e seu Futuro Cinturão Verde

Nas INVESTIGAÇÕES AGRONÔMICAS que tivemos oportunidade de proceder para a Comissão General Poli Coelho (1947-1948) apresentamos, entre outras, a conclusão XIV:

— "O reflorestamento das terras anteriormente cobertas de matas não oferece, a rigor, dificuldades e precisa ser objetiva e racionalmente considerada para o Distrito Federal.

"O florestamento das terras de campo e de cerrado exige mais atenção e cuidados. Nas chapadas e nos chapadões secos ou com deficiência de água a superfície tornar-se-á necessário, e até indispensável, a irrigação

"A zona a ser florestada precisará ser aparelhada com a água imprescindível nos trabalhos de rega ou à irrigação. Nela impõe-se, por outro lado, o aproveitamento como adubo, da matéria orgânica obtida no local. Em tais condições será o florestamento possível, com as espécies adequadas, onde quer que se torne necessário.

"Poder-se-á, face o exposto, não só proteger a cidade-capital com o plantio de arvores frutíferas e florestais formando, a conveniente distância, larga faixa verde de interêsse climático e paisagístico, como também assegura sua arborização."

LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

EM COMPLETO ABANDONO A LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Nomeada uma comissão para estudar o assunto — A distribuição de resíduos nos meses de junho e julho — Atas das reuniões do DARDIF — Cancelamento de registro de lavradores — Outras notas

Em recente reunião do Departamento da Associações Rurais do Distrito Federal, por proposta do Sr. Luiz Marques Poliano, secretario-geral da Sociedade Nacional de Agricultura, foi constituída uma comissão que fará estudos e sugestões às autoridades, visando amparar a lavoura citrícola do Distrito Federal. O assunto foi trazido a debates no DARDIF pelo Sr. Juvenal da Silva Azevedo, presidente da Associação Rural do Viégas e citricultor nesta região, o qual revelou aos presentes a situação calamitosa dos laranjais no Distrito Federal, exclusivamente por falta de amparo das autoridades competentes. Mostrou S.S. que essa lavoura outrora uma das mais prósperas do sertão carioca tende a desaparecer por completo, senão surgirem as medidas indicadas para sua sobrevivência.

O Dr. Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, orgão federativo da lavoura do Distrito Federal, tendo em vista essa resolução do DARDIF, nomeou os srs. Altino de Azevedo Sodré, membro da Sociedade Nacional de Agricultura; Adamastor Lima, presidente do Conselho do Serviço Social Rural do Distrito Federal; Abel de Almeida, representante da lavoura nesse Conselho e Juvenal da Silva Azevedo, para integrarem a referida comissão a qual deverá participar um representante da entidade que congrega os exportadores de laranjas.

Sôbre o assunto o Dr. Arthur Torres Filho dirigiu aos membros daquela comissão o seguinte ofício:

"Com prazer comunico a V.S. que em reunião de 9 de julho do corrente, do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal foi o ilustre consócio designado para emprestar sua brilhante colaboração como membro da comissão da qual fazem parte, os nossos companheiros: Altino de Azevedo Sodré, Adamastor Lima, Abel de Almeida e Juvenal da Silva Azevedo e destinada a apresentar sugestões às autoridades competentes visando melhor amparo à situação de abandono em que se encontra a lavoura citrícola do Distrito Federal.

Aproveitando o ensejo, reitero-lhe meus protestos de elevada consideração e estima".

Arthur Torres Filho, Presidente

CANCELAMENTO DE REGISTRO DE LAVRADORES

De acordo com uma comunicação do Chefe do Serviço de Economia Rural, foram cancelados as carteiras dos seguintes lavradores:

20.39117/57 — Henrique Rodrigues da Silva — Caminho Ana Gonzaga — lote 35 — Posto IV — Inscrição 4176 — vendeu a lavoura.

20.37073/57 — Joaquim Afonso de Souza — Estrada Boiuna — 903 — R. Posto III — Inscrição 1192 — Não tem mais lavoura.

20.37058/57 — Manoel de Ascenção — Estrada Bandeirantes kl. 25 — Posto III — Inscrição 6198 — Não tem mais lavoura.

20.39062/57 — João Eduardo Barbosa — Estrada do Guandú — Posto IV — Inscrição 5470 — Faleceu.

20.35011/57 — Domingos Rodrigues — Estrada Intendente Magalhães — Posto II — Inscrição 1167 — Não tem mais lavoura.

20.37161/57 — Manoel Abilio Gonçalves — Estrada dos Bandeirantes kl 9 — Posto III — Inscrição 5876 — Não tem mais lavoura.

20.39011/57 — Anacleto Acylino Cusenley — Estrada Cantagalo — Posto IV — Inscrição 5110 — Não tem mais lavoura.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MÊS DE JULHO DE 1957

QUOTA DO D. A. R. D. I. F.

	Sacos
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá	711
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	806
Cooperativa Agrícola de Bangu	380
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	380
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	414
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	270
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	361
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	326
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural	162
Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Santa Cruz	276
Cooperativa dos Bandeirantes	140
Cooperativas dos Avicultores de Bentica	315
Cooperativa dos Avicultores de Sta. Cruz	240
Cooperativa dos Agricultores do Sertão de Jacarepaguá e Guaratiba	153
Cooperativa de Agro-Pecuária Mista de Kosmos	316
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	283
Associação Agrícola de Jacarepaguá	239
Associação Rural do Realengo	308
Associação Rural do Viégas	206
Associação Rural de Sta. Eugênia	207
Associação Rural de Palmares	394
Associação Rural do Rio da Prata	317
Intendência Agrícola da Cachamorra	266

Sociedade União dos Agricultores	310
Sociedade Nacional de Agricultura	215
TOTAL	8.000

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE JULHO DE 1957

QUOTA DA P. D. F.

Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá	cancelada
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	806
Cooperativa Agrícola de Bangú	380
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	380
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	554
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	420
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	731
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	326
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural	162
Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Santa Cruz	439
Cooperativa dos Bandeirantes	140
Cooperativa dos Avicultores de Benfica	315
Cooperativa dos Avicultores de Santa Cruz	248
Cooperativa dos Agricultores Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	303
Cooperativa de Agro-Pecuária Mista de Kosmos	310
Associação dos Lavradores, da Fazenda Coqueiros	360
Associação Agrícola de Jacarepaguá	239
Associação Rural do Realengo	308
Associação Rural do Viegas	cancelada
Associação Rural de Sta. Eugênia	cancelada
Associação Rural de Palmares	477
Associação Rural do Rio da Prata	445
Intendência Agrícola da Cachamorra	350
Sociedade União dos Agricultores	310
TOTAL	8.000

ATA DA 27.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 25 de junho de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do SR. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Flavio da Costa Brito
Antônio Correia da Silva
Abel de Almeida
Francisco José de Moares
Fidelis José Vieira
Antônio Novaes
Fernando Nunes da Cruz
Agostinho Rodrigues da Silva

Aos 25 dias do mês de junho de 1957, presentes os Srs. representantes de Cooperativas, Associações e Intendências agrícolas, acima assinados e filiados no Departamento das Associações Rurais

do Distrito Federal, realizou-se na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, à Av. General Justo, 171 — 2.º andar, mais uma reunião dêsse Departamento sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Brito. Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior a qual foi aprovada com as modificações propostas pelo Sr. Luiz Marques Poliano no que se refere as declarações feitas pelo Sr. Abel de Almeida no que toca a construção de um mercado de lavradores. Achava que a Sociedade Nacional de Agricultura deveria tratar de construir um mercado para lavradores caso o velho Mercado Municipal seja demolido. O Sr. Poliano reforçou a tese do Sr. Abel de Almeida. Do expediente constou o seguinte: — a) Ofício da Associação Rural do Viégas; b) Ofício do Conselho de Recursos Fiscais da P.D.F. Da ordem do dia constou a) Convocação de representantes legais; b) Assuntos gerais. O Sr. Presidente depois de resolver várias questões da ordem sôbre assuntos que lhe foram presentes, passou a explicar o desentendimento havido entre os nossos companheiros Pelayo Vidal, representante da Associação dos Avicultores Cariocas e Walter Gomes de Castro, presidente da Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba. S.S. explicou que o incidente não deve ter a gravidade e a importância que muitos lhe emprestam, pois, os interessados são velhos companheiros, representantes de entidades das mais respeitáveis e que a solução para o caso já está sendo encontrada. Explicou não ter havido intuito sub-repticeo nas afirmações do Sr. Walter Gomes de Castro, que segundo declarações do mesmo comentou o que se propalava. Obtendo uso da palavra o Sr. Luiz Marques Poliano disse não poder se conformar com o protesto do Sr. Pelayo Vidal por não ter sido o mesmo submetido a apreciação do DARDIF. Em seguida a mesa passou a deliberar sôbre uma reunião para escolha da lista tríplice conforme dispõe os Estatutos da Sociedade Nacional de Agricultura para nomeação do Diretor do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal. Decidiu a Casa designar o dia 9 de julho proximo para a reunião de todos os presidentes e representantes legais das Associações Rurais para a escolha da lista acima referida. O Sr. Luiz Marques Poliano solicitou a Casa que fôsse recomendado à Comissão encarregada da delimitação do zoneamento rural das entidades, apresentação imediata dos estudos já efetuados. O Sr. Francisco José de Moraes, presidente da Associação Rural de Palmares indagou sôbre a legalidade das associações rurais que estão registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e no mesmo serviço da PDF. Respondeu a mesa que o registro deve ser em ambos os serviços. Às 18 horas nada mais havendo para deliberação, foi encerrada a reunião, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

Juvenal da Silva Azevedo
José de Carvalho Seabra
Agostinho Rodrigues da Silva
Francisco José de Moraes
Fernando Nunes da Cruz
Carlos Augusto Rodrigues
Luiz Marques Poliano
Adamastor Lima
Agrícola Castello Borges
José de Queiroz
Itagyba Barçante
Abel de Almeida
Alberto Ravache

ATA DA 28.ª REUNIAO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 9 de julho de 1957, sob a PRESIDENCIA do SR. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Aos 9 dias do mês de julho de 1957, presentes os Srs. representantes de Cooperativas, Associações e Intendencias Agrícolas, acima assinados e filiados no Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av General Justo, 171 — 2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento. O Sr. Flávio da Costa Britto iniciou os trabalhos da mesma, determinando a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada com alterações por parte do Sr. Luiz Marques Poliano, que aproveitou a oportunidade para encarecer a remessa dos trabalhos da Comissão encarregada da delimitação do zoneamento rural das entidades filiadas. S.S. referiu-se ainda ao incidente havido entre os srs. Walter Gomes de Castro e Pelayo Vidal, mantendo os seus pontos de vista, já insertos na ata da sessão anterior. Do expediente constou o seguinte: a) eleição da lista tríplice para escolha do futuro diretor do DARDIF, conforme dispõe a letra "c" do artigo 4.º. Da ordem do dia constou: a) Assuntos Gerais. Fazendo uso da palavra o Sr. Flávio da Costa Britto esclareceu que a reunião tinha como finalidade principal a escolha da lista tríplice da qual, conforme dispõe a letra "c" do artigo 4.º, S. Excia. Presidente da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA escolheria o novo diretor do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal. Em seguida, passou a direção dos trabalhos ao Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral da S.N.A. e representante legal da Sociedade União dos Agricultores. Assumindo os trabalhos, o Sr. Luiz Marques Poliano, comunicou à Casa que iria ser efetuada a eleição, bastando que os srs. delegados assinassem as chapas que se achavam em poder dos mesmos. Obtendo uso da palavra o Sr. Alberto Ravache, obtemperou que de acôrdo com a legislação vigente os pleitos devem ter caráter secreto, pelo que pedia fôsse consultada a Casa, se aquela eleição deveria ou não ser efetuada pelo voto secreto. O Prof. Adamastor Lima, reforçou a tese do sr. Alberto Ravache sendo a proposta então aprovada por unanimidade. O sr. Presidente, fêz a chamada dos delegados presentes, informando à Casa haver o sr. Jonas Passos Soares, Presidente da Associação Rural do Rio da Prata deixado de comparecer à reunião por se haver licenciado do cargo por 12 meses, passando o mesmo a seu substituto, na forma regimental. Responderam, à chamada os representantes da Sociedade Nacional de Agricultura, srs.: Adamastor Lima, Alberto Ravache, Abel de Almeida e Itagyba Barçante; Juvenal da Silva Azevedo e José do Pôrto Seabra, representantes da Associação Rural do Viegas; Agostinho Rodrigues da Silva, representante da Associação Rural de Sta. Eugênia; Francisco José de Moraes e Fernando Nunes Cruz, representantes da Associação Rural de Palmares; Carlos Augusto Rodrigues, Luiz Marques Poliano e Agricola Castelo Borges, representantes da Sociedade União dos Agricultores. Estavam presentes, representantes de outras organizações rurais, porém, sem direito a

voto. Procedida a eleição, votaram na mesma, treze srs. representantes. Serviram de escrutinadores os srs. Alberto Ravache e Adamastor Lima, que após a contagem dos votos, comunicaram o seguinte resultado: Flavio da Costa Britto — 13 votos, Francisco José de Morais — 13 votos, Juvenal da Silva Azevedo — 12 votos, Abel de Almeida — 1 voto. Proclamando eleita a chapa acima o sr. Presidente passou a ordem do dia, concedendo a palavra ao sr. Juvenal da Silva Azevedo, que tratou da situação de abandono em que se encontra por parte dos poderes públicos, a lavoura citrícola do Distrito Federal. O assunto interessou vivamente a todos os presentes, tendo o sr. Luiz Marques Poliano indicado a nomeação de uma comissão para efetuar estudos sôbre o assunto e sugerir medidas às autoridades competentes. A Comissão nomeada está assim constituída: srs. Alberto Ravache, Altino Sodre, Juvenal Azevedo, Abel de Almeida, Antônio Correia da Silva e Itagyba Barçante. As 18 horas, o sr. Flavio da Costa Britto, reassumiu a direção dos trabalhos e, como nada mais houvesse a tratar, foram encerrados os trabalhos, marcando-se nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 29.ª REUNIAO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇOES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 23 de julho de 1957, sob a PRESIDENCIA do SR. LUIZ MARQUES POLIANO

Abel de Almeida
Eleutério Candido da Silva
Sebastiao Evaristo
Manoel Agapito

Aos 23 dias do mês de julho de 1957, presentes os Srs. Representantes de Cooperativas, Associações e Intendencias agricolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associaçoes Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDANE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gen. Justo, 171 — 2.º andar, mais uma reunião desse Departamento. O Sr. Luiz Marques Poliano iniciou os trabalhos da mesma, determinando a leitura da ata anterior a qual foi aprovada sem alteraçoes. Para essa reunião de cunho especial foram convocados todos os representantes de associaçoes rurais e apenas três dêles compareceram. O Sr. Luiz Marques Poliano abriu e em seguida encerrou os trabalhos.

HOMENAGEM PÓSTUMA A UM GRANDE LÍDER DO COOPERATIVISMO NO PAIS

No dia 9 de Abril, na Vila Jaguaré, Estado de S. Paulo, foi prestada uma justa e merecida homenagem póstuma ao grande líder cooperativista Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, que bons e relevantes serviços prestou ao cooperativismo brasileiro, e, em especial, à Cooperativa Agrícola de Cotia.

A homenagem consistiu na inauguração do busto do saudoso líder, promovido pelos diretores, cooperados e funcionários da Cooperativa Agrícola de Cotia.

Falaram na ocasião, o sr. Gervasio Inone, presidente da C.A.C.; Mario Penteado de Faria e Silva, em nome do Dr. Iris Meinberg, presidente da C.R.B.; Eusebio Rocha, em nome dos cooperados da C.A.C. e o sr. Paulo Campos, em nome dos funcionários da cooperativa que êle durante tantos anos dirigiu.



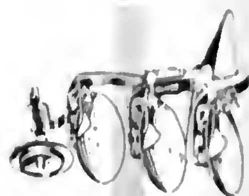
Na foto ao lado, um aspecto da solenidade, quando falava o Dr. Mário Penteado de Faria e Silva



tratores e implementos

OLIVER

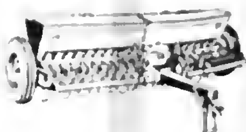
oferecem o máximo de cultivo a baixo custo











Agora, pelo Plano da Mecanização da Lavoura, instituido pelo Decreto 40.260, qualquer agricultor poderá adquirir os famosos tratores e implementos OLIVER, com estas excepcionais facilidades de pagamento: 25% à vista e o restante em 3 anos.

Meshla proporciona perfeita assistência técnica e material à linha Oliver. Consulte-nos para obter maiores detalhes.

PEÇA NOSSOS FOLHETOS

MESBLA

RIO DE JANEIRO
SAO PAULO
B. HORIZONTE
PÔRTO ALEGRE
RECIFE
SALVADOR
PELOTAS
NITERÓI
VITORIA
MARILIA



Modêlo	Super 55	Super 77	Super 88	Super 99	Super 99 GM
Motor	Diesel	Diesel	Diesel	Diesel	Diesel
Fôrça na barra de tração	28,97 HP	40,04 HP	49,58 HP	60,90 HP	77,44 HP
Fôrça na polia	34,09 HP	45,94 HP	55,63 HP	65,01 HP	85,48 HP

Oficinas Graf. do "Jornal do Brasil",
Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio

A LA

F U

ÓRGÃO OFICIAL DA SOC
CLASSES RU



ANO LX

RIO DE JANEIRO — BRASIL

SETEMBRO-OUTUBRO, 1957



Vista geral do Posto de Piscicultura de Amanari-Maranguape — Ceará, vendo-se, à direita, o canal de abastecimento. No primeiro plano, grupo de tanques de seleção e estágio; no centro, grupo B de tanques de reprodutores, em seguida, grupo A de tanques de alevinagem; dois pavilhões de peixamento e outro de alimentação. No fundo, oficinas e vila operária. (Gentileza do engenheiro-agrônomo Carlos Bastos Tigre — Chefe do Serv. de Piscicultura do Dep. Nac. de Obras Contra as Sêcas)

SUMÁRIO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LX SETEMBRO - OUTUBRO, 1957

O PROBLEMA ALGODOEIRO

Prof. Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Não só como produtor de divisas, por ser o nosso segundo artigo de exportação, mas, muito principalmente, pelo seu papel na economia interna do País, como matéria prima para a manufatura de tecidos e sub-produtos, o algodão merece e precisa estar na constante asistência dos poderes públicos. No comércio exterior, a maior concorrência decore da produção algodoeira dos Estados Unidos, que são os maiores produtores mundiais; no mercado interno, exerce a produção algodoeira paulista influência decisiva, pelo volume e pela qualidade do produto. A safra de algodão paulista de 1956/57 alcançou o total de 27,70 milhões de arrobas, em caroço. Esse volume é inferior em cerca de 20% à safra de 1955/56.

O surto algodoeiro no Brasil, com a adoção de planos modernos de cultivo e beneficiamento, muito deve à iniciativa do ministro da Agricultura Pandiá Calógeras que, no govêrno benemérito do Sr. Wencesláo Braz, em 1915, criou o Serviço do Algodão (Decreto n.º 11.475, de 5 de fevereiro). Esse Serviço, extinto em 1916 e restaurado pelo Decreto n.º 1.447, de 27 de março de 1920, na administração Ildefonso Simões Lopes, e que foi mantido e aperfeiçoado em administrações subsequentes até que teve suas atribuições distribuidas por vários órgãos do Ministério da Agricultura, foi, inquestionavelmente, o fator que promoveu o desenvolvimento recional da lavoura algodoeira no Brasil. Dando-se aos trabalhos de aperfeiçoamento acentuado cunho experimental e criando-se os tipos padrões do algodão nacional, assistimos o crescimento da produção do *ouro branco* até que lográmos ocupar posição de grande produtor mundial, com mercados importadores que preferem o algodão brasileiro.

Ocupando o algodão, atualmente, o segundo lugar como produto de exportação do País e interessando à economia interna de modo

decisivo, é compreensível que o Govêrno Federal e os de muitos Estados tenham a atenção voltada para a economia algodoeira, não só pela produção da fibra como pela de óleo e sub-produtos para a alimentação humana e de animais.

Em consequencia da queda da produção algodoeira de São Paulo na safra 1956/57, cujas causas estão sendo pesquisadas pela Secretaria de Agricultura do Estado, o Senhor Presidente da República vem de recomendar ao Banco do Brasil tôda a assistência financeira aos cotonicultores do Estado de São Paulo.

Falando á imprensa paulista, o Senhor Presidente da República atribuiu a quatro causas principais a crise algodoeira :

1.ª) Estagnação da indústria textil nacional;
2.ª) Atrazo tecnológico da lavoura;
3.ª) Concorrência da fibra plástica;
4.ª) Concorrência internacional provada pelos excedentes norte-americanos.

Como reconhece o presidente Kubitschek, faz-se preciso um programa de recuperação da *lavoura algodoeira* nacional tal a sua relevância na conjuntura econômico-financeira do Brasil.

Diante da diminuição da produção da lavoura algodoeira do Estado de São Paulo, que já chegou a produzir 350.000 toneladas de algodão em pluma, em uma safra, o Sr. Presidente da República recomendou ao Banco do Brasil que adotasse as seguintes normas técnicas e financeiras para a assistência aos cotonicultores daquele Estado :

Ao cotonicultor que se adptar às práticas de agricultura preconizadas pelos órgãos orientadores, para elevação da produtividade e qualidade do algodão, será assegurado financiamento superior a Cr$ 15.000,00 por alqueire paulista.




10
DEZ.
57

O TRIGO NO BRASIL

2.ª Parte

Eng. Agr. *Iaggba Barçante*
Diretor Técnico da S.N.A.

Conseguiu o Decreto n.º ... 29 229, publicado em março de 1951, alcançar seus objetivos ?

Vejamos :

1) Possibilitou melhores condições econômicas aos moinhos situados na região produtora, dando-lhes tratamento igual ao que desfrutavam os grandes moinhos do litoral, e, estimulando a instalação de novas unidades moageiras, quebrou o monopólio até então mantido pelos grupos econômicos internacionais, com a instalação, em quatro anos, de um número de moinhos de trigo superior em mais de quatro vezes ao então existente, como: O *Rio Grande do Sul* que tinha 71 moinhos até 1950, passou a possuir em 1954, 262, não contando mais de 50 unidades que se encontravam em processo de instalação; *Santa Catarina*, que tinha 31 moinhos instalados em 1950, passou a contar 103 em 1954; *Paraná*, contava com 3 moinhos em 1950, passou para 19 em 1954; *São Paulo*, tinha 7 moinhos instalados em 1950, passou a contar 21, em 1954; *Estado do Rio* que tinha 1 moinho em 1950, passou a contar com 4 moinhos em 1954; *Distrito Federal*, não houve novas instalações, continuando a contar com 4 moinhos; *Bahia* e *Pernambuco*, que possuíam cada um 1 moinho de trigo, passaram a contar cada Estado, com dois moinhos; *Minas Gerais*, *Mato Grosso* e *Rio Grande do Norte*, que não possuíam indústria moageira passaram a contar, o primeiro com dois moinhos, e os dois outros, com um moinho cada.

Ainda, em 1954, encontravam-se em processo de instalação os moinhos de trigo de Belém, Pará; Fortaleza, Ceará; Cabedelo, Paraíba; Vitória, Espírito Santo.

O número total de moinhos, no Brasil que era de 119, em 1950, sendo 105 localizados na região produtora e 14 na região consumidora passou, em 1954, a ser de 421, sendo 384 na região produtora e 37 na de consumo, sem contar os moinhos em instalação, naquela época, em número superior a 50, na região produtora, e 4 na de consumo.

Pelo processo da "Revenda", facilitou-se o escoamento da safra de trigo nacional de modo que, já em abril, não mais existia trigo negociável em mãos do lavrador.

Ainda pelo processo da "Revenda", conferindo-se ao moinho do interior a possibilidade de industrializar o trigo de produção local, em permuta de suas quotas de importação com os moinhos localizados no Centro e no Norte do país, evitou-se o chamado "*Passeio do Trigo*", com reais vantagens para o nosso deficitário sistema de transporte; e, com as facilidades oferecidas para o rápido escoamento da safra, as possibilidades de industrialização de trigo nas próprias regiões produtoras e a concorrência estabelecida pelo grande número de moinhos instalados, foram iliminadas as fraudes que se verificavam em relação ao prêço mínimo, notando-se ao contrário, compras por prêços superiores ao mínimo fixado, com um maior estímulo aos lavradores.

PRÊÇO MÍNIMO : Reveste-se de importância capital para nossa florescente cultura do trigo a fixação do *Prêço Mínimo*, em bases compensadoras.

Entretanto, êste delicado assunto está a exigir um completo estudo, examinando-se os pontos em que seja possível o auxílio governamental para não agravá-lo, como vem sendo, nestes últimos anos.

O prêço mínimo fixado até 1952, foi de Cr$ 150,00, por saco, de 60 quilos, para o tipo base de 78 quilos por hectolitro; êsse prêço foi aumentado, em 1953 para Cr$ 200,00 por saco, em 1954, para Cr$ 300,00, e em 1955, para Cr$ 420,00.

Nesta proporção, dentro em pouco êste prêço será tão elevado que tornar-se-á absolutamente anti-econômica a produção uma vez que, o custo do pão passará a ser inacessível às classes menos favorecidas a sua aquisição.

Enquanto isto, baixa o prêço no mercado internacional: em 1952, variava entre US$ .. 116,00 a US$ 130,00, por tonelada, em 1953, de US$ 110,00, em 1954, de US$ 80,00 a US$ 90,00, e em 1955, de US$ 72,00 a US$ 80,00.

Quanto maior a diferença de prêço entre o trigo importado e o nacional, maior margem se dá aos negocistas do chamado "Trigo Papel", em detrimento dos lavradores. Essa diferença de prêço era, em 1952 :

Inegàvelmente houve um grande aumento no custo das máquinas agrícolas, dos adubos, da gazolina e de mão de obra; entretanto, não se justifica tão elevado aumento. Antes de setembro de 1954, o Govêrno procurava amenisar a situação fornecendo aos lavradores sementes e máquinas agrícolas, pelo prêço de custo. Em alguns casos chegou-se mesmo a entregar o adubo de graça, na proporção do trigo negociado, e a fornecer a semente aos pequenos lavradores a título de empréstimo, para devolução na colheita com quantidade igual de trigo.

Estas práticas foram suprimidas, como àquelas também que facilitavam a "Revenda" e a instalação de novos moinhos no país.

COMISSÃO CONSULTIVA DO TRIGO:

Para regularizar a política de importação do trigo o Govêrno em setembro de 1951,

a) Preço do trigo nacional, por tonelada na zona de produção	Cr$	2.500,00
Despesas, média por tonelada, até portos do sul		335,00
Despesas, média por toneladas, até Rio ou Santos		500,00
TOTAL	Cr$	3 335,00
b) — Prêço medio do trigo importado c/f Rio ou Santos (dolar de 18,72, mais a taxa de importação de 8%)	Cr$	2 490,00
DIFERENÇA	Cr$	845,00

Atualmente esta diferença é de:

a) — Prêço do trigo nacional na zona de produção	Cr$	7 000,00
Despesas média p/tonelada, até portos do sul		670,00
Despesas média p/tonelada, até Rio ou Santos		500,00
TOTAL	Cr$	8 170,00
b) — Prêço médio do trigo importado c/f (dolar de 25,70) Rio ou Santos	Cr$	2 106,00
DIFERENÇA	Cr$	6 076,00

criou a Comissão Consultiva do Trigo, no Ministério das Relações Exteriores, com representantes do Departamento Econômico daquele Ministério, do Banco do Brasil, da COFAP, do Serviço de Expansão do Trigo e da Indústria Moageira.

A partir de 1952, o trigo era comprado pelo Banco do Brasil, mediante concorrência feita pelo C C T., pelos melhores prêços apresentados.

Nestas condições, compramos trigo na Argentina, no Uruguai, na França, na Holanda, na Suécia, na Finlândia, na Turquia, nos Estados Unidos e no Canadá.

Em princípios de 1952, em estudos realizados sôbre as nossas importações, verificou-se que estavamos pagando pelo trigo importado um prêço médio de US$ 128,52, por tonelada, CIF Rio ou Santos quando, na realidade, poderíamos adquirir o mesmo trigo por um prêço máximo de US$ 118,00 por tonelada. Sugeriu-se, então, que o trigo fôsse importado através do Banco do Brasil, sendo o prêço de venda aos moinhos fixados pela Comissão Consultiva do Trigo.

Aprovada a sugestão pelo Senhor Presidente da República, foi aberta concorrência para a compra de trigo do exterior pela C.C.T., sendo aceita a melhor proposta, cujo preço CIF Rio ou Santos não ia alem de US$ 109,00, por tonelada.

A diferença do prêço resultante da compra no exterior, e da venda dos moinhos brasileiros iria, então, constituir o *FUNDO DO TRIGO*, para ser aplicado, exclusivamente, na expansão da triticultura brasileira, notadamente na construção de silos e armazens, e movimentado mediante autorização expresa do Senhor Presidente da Republica, em cada caso. Até setembro de 1954, foram movimentados, cento e trinta milhões de cruzeiros, na compra de adubos, sementes e máquinas agricolas, destinadas a cultura do trigo. O saldo, era calculado, aproximadamente, em oitocentos milhões de cruzeiros. Não se pode ter certeza do montante porque a Comissão Consultiva do Trigo por reiteradas vêzes solicitou ao Banco do Brasil, o extrato da conta dos lucros verificados com a compra do trigo no exterior e a venda aos moinhos brasileiros e o Banco não o forneceu. Entretanto, por um cálculo feito pelo SET, êstes lucros montavam, até dezembro de 1953, em Cr$ ...... 523.000.000,00.

SILOS E ARMAZENS: O Serviço de Expansão do Trigo, construiu de 1950 a 54, inclusive, os seguintes armazens e silos para trigo:

No Rio Grande do Sul: 10 armazens, sendo 4 de estrutura de madeira e 6 de estrutura metálica, com a capacidade cada de 80.000 sacos ou 4.800 toneladas; um silo de madeira com a capacidade de de 300 toneladas e um silo subterrâneo (tulha subterrânea) com a capacidade de 5.000 toneladas, 4 armazens de estrutura metálica, com capacidade unitária de 4.800 toneladas, em construção, mediante acôrdo com o Govêrno Estadual.

SANTA CATARINA 4 armazens de alvenaria com a capacidade de 120.000 sacos ou 7.200 toneladas cada, 5 armazens de estrutura metálica, com a capacidade de 80.000 sacos ou 4.800 toneladas cada; um silo subterrâneo com a capacidade de 5 000 toneladas, encontrando-se em construção um silo de elevadores, com a capacidade de 5 000 toneladas. Os armazens e silos sao equipados com as mais modernas máquinas de limpeza e secagem do trigo, balanças para veiculos, empilhadeiras mecânicas, balanças para sacos, etc. Cada armazem equipado custou em média Cr$ 3.000.000,00, cada silo subterrâneo aproximadamente, Cr$ 3.200.000,00 e o orçamento do silo de elevadores é de Cr$ 20.000.000,00. Ainda para armazenamento nas fazendas, adquiriu o SET, 500 silos metálicos, sendo 200 de 93 toneladas, cada um, e 300 de capacidade de 63 toneladas cada um. Foram revendidos aos prêços de: o primeiro Cr$ 30.000,00 por unidade e o segundo por Cr$ 23.000,00 por unidade. Assim, em apenas 4 anos e com os parcos recursos de que dispunha, construiu o SET unidades para o armazenamento

de 172.800 toneladas de trigo, apenas em duas unidades da Federação.

TRANSPORTES: O SET contribuiu com a importância de Cr$ 6.000.000,00, para aquisição de vagões apropriados para o transporte de trigo a granel, para a Rêde de Viação do Rio Grande do Sul.

PRODUÇÃO DIRIGIDA: Com início de um programa de encaminhamento de nosso pequeno lavrador, o SET instalou, em acôrdo com o Govêrno do Estado de Sta. Catarina, a grande colônia triticola de Curitibanos, onde foram localizadas 100 famílias de lavradores, em lotes de 40 hectares, dotados de residências e demais dependências indispensáveis. Ainda, como elemento de preparo do filho do lavrador instalou o SET, em Sta. Catarina, no oeste, em Catanduvas, um centro de preparação de tratoristas.

SEMENTES DE TRIGO: A base de tôda boa produção reside na qualidade das sementes, e por isso mesmo, o SET teve o maior empenho em proporcionar aos nossos lavradores as melhores sementes de trigo, das variedades aconselhadas pela Comissão Técnica do Trigo para as diversas regiões triticolas. Para êste fim, mantinha com os estabelecimentos experimentais, acordos para a multiplicação, sob a responsabilidade daqueles estabelecimentos, das sementes por eles selecionadas. Estas sementes eram, então entregues ao SET, que as multiplicavam em campos de cultura fiscalizados, em cooperação com os lavradores.

Tal processo, alem de possibilitar a produção de grande quantidade de sementes de boa qualidade, por baixo custo, ainda concorria para o aprimoramento das lavouras particulares, uma vez que, eram elas executadas sob a orientação técnica do Serviço e a fiscalização de tôdas as operações agricolas, inclusive da colheita. As sementes aí produzidas, desde que apresentassem as caracteristicas exigidas, eram adquiridas pelo SET, para pagamento à vista por prêço 30% superior ao minimo fixado. Depois de colhidas as sementes eram submetidas a tratamento adequado inclusive nos linpadores e classificadores, ensacadas em sacaria nova e vendidas aos lavradores pelo mesmo prêço pago pelo serviço ao produtor. Em alguns casos as sementes eram fornecidas aos pequenos lavradores à titulo de empréstimos para devolução de igual quantidade de trigo na colheita.

ADUBAÇÃO: Pelos estudos realizados em nossas Estações Experimentais e os resultados práticos obtidos em culturas realizadas pelo SET, nos Estados de Sta. Catarina e do Rio Grande do Sul, chegou-se a conclusão, que a fertilização do solo, notadamente com adubos fosfatados, era altamente recomendada para a cultura do trigo, não só nos terrenos de boa qualidade, como ainda para a recuperação de terras de campo ácidas, recomendando-se para estas últimas antes da adubação a aplicação de um corretivo calcário. Nestas condições, resolveu o SET, aplicar a adubação em larga escala. No ano de 1952, à titulo de experiência, distribuiu, cêrca de dois mil quilos de adubos fosfatados.

Em 1953, dispondo de maiores recursos, fêz uma larga distribuição de adubos gratuitamente, como compensação ao prêço do trigo e para forçar o emprêgo de fertilizantes pelo nosso lavrador que, em geral não acreditava em tal prática; distribuiu-se 32.377.000 quilos de adubos fosfatados na sua quase maioria gratuitamente na base de 6 quilos de fosfatos naturais ou 4 quilos de superfosfatos por saco de 60 quilos de trigo comercíado. Os resultados como se esperava, foram animadores, tendo-se registrado consideravel aumento de produção por unidade de superficie. Para o plantio de 1954, o SET adquiriu, para revenda, aos triticultores pelo prêço de custo, cêrca de 40.000 toneladas de adubos.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA: Foi outro setor em que o Serviço de Expansão do Trigo desenvolveu grande atividade, notadamente nos anos de 1952, 1953, 1954, visando não só a ampliação das áreas cultivadas, como ainda a baixa no custo da produção.

As máquinas em sua maioria importadas diramente pelo Serviço, eram revendidas aos lavradores pelo prêço de custo, para pagamento à vista ou em prestações semestrais, ao prazo de três anos.

Foram revendidas ou utilizadas pelo Serviço, as seguintes máquinas agricolas:

Em 1950-1951

- 11 combinadas para colher
- 4 tratores equipados.

Em 1952

- 59 automotrizes para colher
- 169 combinadas para colher
- 123 trilhadeiras nacionais
- 3 tratores equipados.

Em 1953

- 123 automotrizes para colher
- 18 combinadas para colher
- 65 trilhadeiras nacionais
- 3 grandes trilhadeiras com prensa para enfardar palha
- 14 selecionadores de sementes
- 106 tratores equipados
- 552 arados diversos
- 23 semeadeiras
- 120 polvilhadeiras equipadas com motor.

Em 1954

- 182 automotrizes para colher.

O valor destas máquinas é superior a Cr$ 120.000.000,00

ACORDOS COM OS ESTADOS: O SET encarando as possibilidades da triticultura em outros setores, manteve acordos de fomento da cultura do trigo com os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, e com a Missão Salesiana em Mato Grosso.

Com as medidas assinaladas, a produção média por unidade de superficie que era

de 694 quilos por hectares em 1949, passou para 919 quilos por hectare, em 1954, e a produção total de 437.560 toneladas em 1949, passou para 982.861 toneladas, em 1954.

Desejamos, aqui transcrever o parecer da Comissão Klein Saks, em seu relatório sôbre "O Problema da Alimentação no Brasil" — fls. 228, publicado em 1954:

"O armazenamento do trigo é superior ao do de outros cereais em vista de:

1) — ser mais valioso;

2) — ser o Serviço de Expansão do Trigo, um órgão vigilante e dotado de senso de responsabilidade".

Eis aqui um bom exemplo de uma entidade governamental que vem prestando bons serviços silenciosos e eficazmente, inclusive a distribuição de bons fertilizantes e sementes, a par de um plano unificado e oportuno quanto às colheitas.

O SET FORNECEU:

Em 1951 — 3.475.000 quilos de sementes
Em 1952 — 3.475.000 " " "
Em 1953 — 5.100.000 " " "
Em 1954 — 8.700.000 " " "

UM ESTABELECIMENTO DE ENSINO ÚTIL AOS FILHOS DOS LAVRADORES

Condignamente comemorado no dia 15 de Maio o 20.° aniversário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello — Sessão no auditório do Colégio — Plantio da árvore comemorativa do ato — Hora Artística promovida pelos alunos

No dia 15 de Maio, realizou-se na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, a solenidade comemorativa do 20.° aniversário da referida escola mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, e que tão bons e relevantes serviços tem prestado ao ensino agrícola no país.

A solenidade obedeceu ao seguinte programa:

1.ª parte — 16.00 horas

a — Palavras do aluno do 2.° ano, Geraldo Paulo dos Santos, em nome do corpo discente.

b — Palavras do Professor Geraldo Goulart da Silveira, em nome do corpo docente.

c — Palavras do Sr. Luiz Marques Poliano, em nome do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

2.ª parte — 16.40 horas

a — Plantio da árvore comemorativa da data.

b — Compromisso de honra, lido pelo aluno do 1.° ano, Nilson Souza de Andrade.

3.ª parte — 17.00 horas

Hora artística na qual tomaram parte os alunos José Carlos Pimentel Belfort Duarte (acordeon e pandeiro), Uelliton Castelo Rodrigues (violão) e Elpídio José de Souza (pandeiro e cavaquinho)

4.ª parte — 17.45 horas

Jantar de confraternização entre professôres e alunos.

Solenidade

Aberta a sessão, pelo Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da S.N.A. e representando no ato o Prof. Arthur Torres Filho, foi dada a palavra ao Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que de improviso salientou o que vem realizando de bom e útil o estabelecimento em prol da educação e do preparo profissional dos filhos de lavradores do país. Salientou, em seus discurso, a atuação do Dr. Antônio de Arruda Camara à frente do estabelecimento e que, em face de seu estado de saúde ali não se encontrava no momento. Terminou o Prof. Geraldo Goulart exortando os alunos a que, pelos seus atos, suas atitudes e suas ações honrassem e dignificassem sempre o nome por [sic] lart da Silveira a sua oração, todos os títulos digno e honrado da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Usou da palavra, a seguir, o aluno Geraldo Paulo dos Santos, da 2.ª série, que em nome do corpo discente pronunciou o seguinte discurso:

"Sr. representante da Sociedade Nacional de Agricultura, Srs. dirigentes da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, Caros colegas.

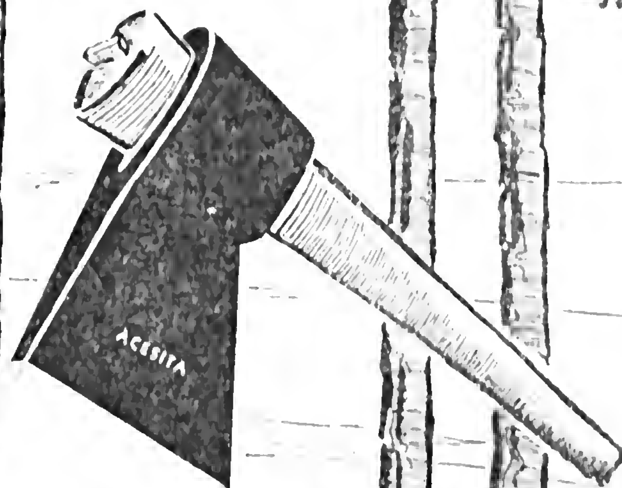
Aqui estamos, alegres, comemorando o vigéssimo aniversário de nossa Escola de Horticultura Wenceslão Bello; da Escola que tem sido o nosso lar; da Escola onde tão bons e úteis ensinamentos temos recebido.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello tem prestado um grande serviço aos filhos dos lavradores, preparando-os para que possam cultivar racionalmente o solo.

O exemplo daqueles que por aqui passaram é um estimulo para todos nós, pois aqueles que saem da Escola de Horticultura Wenceslão Bello estão convenientemente preparados e enfrentam, com sucesso, os problemas profissionais.

A data de hoje, portanto, é festiva para todos nós.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello, é a casa amiga e hospitaleira que nos abriga; é o lar onde encontramos mestres dedicados e amigos que ao lado de bons e úteis ensinamentos cuidam também, com dedicação de nossa educação, continuando assim o trabalho de nossos pais.


ONDE A QUALIDADE SE IMPÕE
UM PRODUTO
ACESITA
ACESITA
O CERTIFICADO DE EXAME DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA de n.º 2572-53, assim conclui:
"... pelos resultados, afirmamos que os machados "ACESITA" são de magnífica qualidade, não ficando nada a dever aos de procedência estrangeira tomados como padrão de qualidade."
CIA. AÇOS ESPECIAIS ITABIRA
ESCRITÓRIOS:
BELO HORIZONTE
RUA CURITIBA, 561 - 4.º
TEL.: 2-2934
SÃO PAULO
AV. HENRY FORD, 641
TEL.: 9-8554

Nesta data, desejamos expressar o quanto somos "econhecidos à Sociedade Nacional de Agricultura que mantém tão útil estabelecimento de ensino, e pedimos a Deus que abençoe esta casa para que ela possa sempre continuar fazendo aos filhos de nossos lavradores o que vem fazendo por nós, isto é, preparando profissionais que pelo trabalho honrado engrandeçam a pátria e dignifiquem o nome da Sociedade Nacional de Agricultura.

Os responsáveis pela Escola de Horticultura Wenceslao Bello podem confiar em seus alunos, porque tudo faremos para engrandecê-la.

É essa a promessa solene que fazemos na data em que ela comemora mais um aniversário."

Finalmente, encerrando a primeira parte da solenidade, usou da palavra o Sr. Luiz Marques Poliano que, em magnífico improviso fez o histórico do estabelecimento e reiterou os propósitos da S. N. A. de tudo fazer para que a E. H. W. B. possa ter suas atividades ampliadas dentro do plano de trabalho que está sendo elaborado por uma Comissão designada para estudar o assunto.

Plantio de uma árvore

Por ocasião do plantio da árvore comemorativa da data, com a presença do representante do presidente da S.N.A., Sr. Luiz Marques Poliano, de todo o corpo docente da E. H. W. B., e dos alunos, foi lido pelo representante do corpo discente, o seguinte compromisso de honra :

Compromisso de Honra

Nós, alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, ao plantarmos esta árvore comemorativa do vigéssimo aniversário do estabelecimento, prometemos, perante o representante da Sociedade Nacional de Agricultura e em presença de nossos professôres, que seguindo a tradição da entidade que tantos e relevantes serviços tem prestado ao país, seremos sempre defensores de nosso patrimônio florestal.

Onde quer que se encontre um aluno ou ex-aluno da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, serão sempre plantadas e protegidas as árvores e não serão jamais feitas queimadas e derrubadas impiedosas. A defesa e a proteção dos recursos naturais de nossa pátria, será sempre o nosso lema.

Hora Artística

Encerrando a solenidade teve lugar uma Hora Artística, com a participação dos alunos, obdecendo ao seguinte programa :

1.º — *Boncquita linda* — violão, pandeiro e acordeon
2.º — *Delicado* — cavaquinho, violão e pandeiro
3.º — *Chiquita* — acordeon e violão
4.º — *Pedacinho do céu* — pandeiro, violão e cavaquinho
5.º — *Passado* — pandeiro, violão e acordeon
6.º — *Duas guitarras* — acordeon
7.º — *Para que recordar* — pandeiro, cavaquinho e acordeon
8.º — *Maringá* — acordeon, violão e pandeiro
9.º — *Fumando espero* — pandeiro, violão e cavaquinho.

Jantar de Confraternização

Após a hora artística teve lugar o tradicional jantar de confraternização entre professôres e alunos da E.H.W.B

A FAMÍLIA E A VIDA RURAL

"Eu já havia cogitado neste Conselho da importância — que se me afigura imprescindível fixar bem — da Educação Jurídica das Populações Rurais, matéria que é objeto do Processo n. 6, de que sou Relator, quando na última sessão abordei, em considerações generalizadas, a vida Rural e ressaltei que, no meu ver, o Centro de Convergência das nossas atenções deverá ser a Família.

Quero hoje acentuar que a Constituição Brasileira põe a Família num relêvo excepcional, declarando, no

"Art. 163 — A *Família* é constituída pelo Casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado".

A seguir, redundantemente, determina no

"Art. 164 — É obrigatória a assistência à Maternidade, à Infância e à Adolescência. A Lei instituirá o amparo *das Famílias* de prole numerosa".

Vejo nisso tudo um roteiro a seguir.

Na *Família*, está, com efeito, a organização que — no meu entender, insisto — cumpre estudar profundamente como base do nosso Serviço Social Rural.

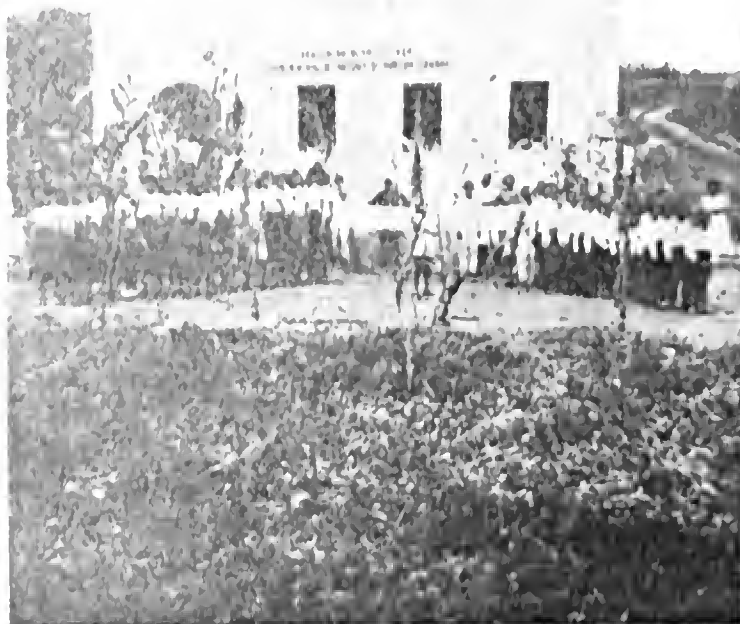
E quero, desde já, deixar consignado que considero ter sido, senão subestimada, indevidamente considerada na espécie a *Dona de Casa*, cujo papel é deveras notável. Como já escreví alhures, a *Dona de Casa* é Servidora das Pessoas do Lar, Dirigente de empregados, Preceptora dos Filhos do Casal, Administradora da residência, Depositária dos bens e valores aí existentes, e, não raro, Consultora do *Chefe da Família*, atribuições essas de inconfundível efeito na Sociedade.

O Homem do Campo precisa aprender a enxergar na sua própria Família — conquanto modestas, mas devidamente fortalecida econômica e moralmente— o seu primeiro círculo de assistência."

A CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA



Primeira FESTA DO MILHO realizada pela Associação Rural de INGÁ na sede da Escola Rural da localidade Convento. (Gentileza do presidente da A.R. — Dr. Severino Alves da Rocha).

XCVII

HAVIA AQUI UM OLHO D'AGUA...

A propósito das notas relativas às sugestões LXXV e LXXVI, publicadas na "A LAVOURA" de março-abril, recebemos do Dr. Antônio Haroldo de Ataíde Cavalcanti, carta da qual destacamos:

"Pela segurança dos conselhos emitidos, achei-os muito interessantes e úteis à vida rural do município de Ingá, servindo, também, de estímulo a dezenas de municípios paraibanos que, pelo rigor do clima e a devastação das matas, transformaram imensa zona em deserto nordestino. O que aconteceu aos olhos d'água da Serra Velha, se reproduz noutros lugares muito mais ricos d'água, tal como acontece nas serras de Alagoa Nova, Juá, Aldeia Velha, Galante, Massaranduba, Fagundes e muitas outras dos municípios de Alagoa Grande, Areia, Campina Grande, Umbuzeiro, Aroeira, etc."

— 'O Estado da Paraíba hoje é bem diferente daquele do tempo decorrido cinqüenta anos atrás."

— É diferente, não há dúvida, mas muito pode ser recuperado pelo reflorestamento. Neste, insisto, pela utilização das espécies de valor econômico.

— XCVIII —

FESTA DO MILHO NA LOCALIDADE RURAL DENOMINADA CONVENTO. — BIBLIOTECA INFANTIL

Coube ao Prof. Severino Alves da Rocha, presidente da Associação Rural de Ingá, Estado da Paraíba, realizar a 1.ª Festa do Milho na Escola Rural que mantém no Convento, — centro produtor tradicional, de grande importância na agricultura de subsistência.

Despertou a iniciativa o maior interêsse, tendo comparecido tôda a gente da redondeza. A solenidade teve cunho altamente educativo e foi, para o meio, uma festa memorável, apesar da chuva fina, fria e impertinente, caída no dia 29 de julho, ter prejudicado as provas externas da Escola que não pôde realizar o **quebra panela**, as **cirandas**, a **maratona**, etc., tão do agrado dos escolares... e dos convidados.

Durante a festa foi feita a inauguração simbólica da Bibliotéca Infantil, de caráter volante, sugerida pela escolar carioca Ivany Câmara Neiva.

— XVIX —

RUIBARBO, HORTALIÇA DE POUCO USO NO BRASIL

A cultura do ruibarbo (Rheum, L.) é pouco vulgarizada. Entretanto, é planta estimada para alimentação e pelo seu emprêgo na medicina, além de ornamental. Há, como é natural, variedades especializadas. Na Inglaterra e na Holanda o seu consumo, como salada, é largamente difundido. Utilizam os limbos e os pecíolos das fôlhas branqueados. Os pecíolos carnosos, de sabor agridoce, são, também, empregados no preparo de doces e pastéis.

Pouco exigente em relação ao clima reclama, po-

rém, solo fértil e sôlto.

Multiplicação por sementes e por estacas de raiz.

Adubação adequada, — nitrogênio, ácido fosfórico e potássio (10-10-10), aplicando-se na razão de cêrca de 1.000 quilos por hectare.

— C —

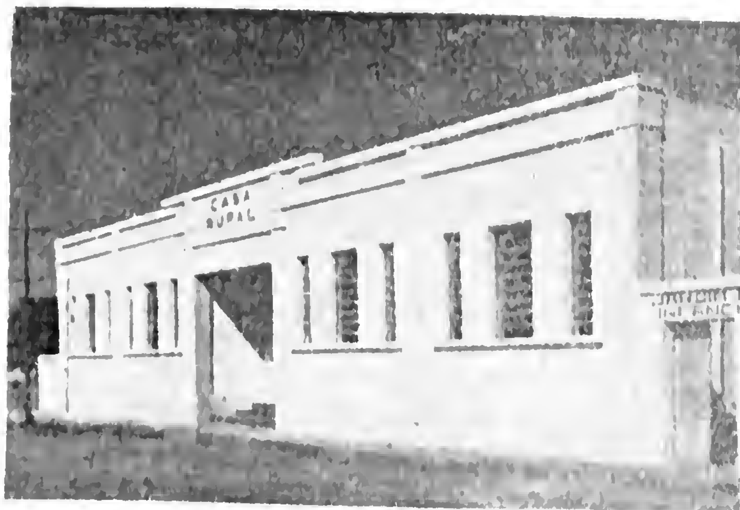
SANTUARIO DO DIVINO PADRE ETERNO

Obecendo ao itinerário Goiana, Campinas, Santa Bárbara, Goiânia, fomos em companhia de minha Senhora, do Prof. Irom da Rocha Lima e do Engenheiro Agrônomo Juvenal Costa, com o objetivo de observar a orla da provincia fitogeográfica **mato-grosso** (Goiás) que atinge grande parte do município de Trindade, visitar a Fazenda Santa Bárbara.

Transcrevemos, a seguir, do diário dos trabalhos de campo das Investigações Agronômicas, que organizamos para a COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A LOCALIZAÇAO DA NOVA CAPITAL (Comissão Poli Coelho), referente ao dia da visita, — 21 de setembro de 1947 :

— "A zona percorrida, de Campinas à Trindade, corta extenso cerradão.

Trindade, — tradicional Santuário do Divino Padre Eterno, — recebe, anual-



Séde da Associação Rural do Município de Trindade, Estado de Goiás. Fundada e reconhecida em 1953. Conta 173 associados, sendo 65 fundadores. Em sua sede, que é própria, funciona a Cooperativa de Credito. Está em construção o PARQUE DE EXPOSIÇAO.
(Gentileza do Dr. J. D. Paes Leme, da S.P.E.S.)

mente, milhares de romeiros. Há, nas proximidades da velha cidade pastos destinados aos animais de montaria, carga e tração, utilizados pelos romeiros. Em um dêles, à margem da estrada e em frente a um velho cruzeiro, tôsca taboleta indica "Pasto dos Romeiros"...

Na zona de transição cerrado-mata, logo depois de deixados atrás os muros de adôbe vermelho que, embora econômicos, não enfeita a cidade, aparecem, ao lado dos de cerrado, plantas da mata, algumas consideradas padrões de terra boa.

Santa Bárbara, a fazenda que fomos visitar, tem cêrca de 500 alqueires geométricos e está situada em pleno **mato-grosso** E um estabelecimento em instalação, progressista e de grande futuro. Trabalha-se com máquinas agrícolas e na ocasião, para possibilitar o preparo de maior área destinada à cultura do arroz, destocavam alguns hectares de um terreno vermelho arroxeado, de boa e, ao que parece, muito uniforme constituição. Arroz e milho cultivados em grande escala. As pastagens, de capim jaraguá, são bem formadas e suportam o pisoteio dos animais de criação. O rebanho bovino é, em sua maior parte, mestiço de zebú e o suíno, com cêrca de 400 cabeças, das raças nacionais **canastra e piau**. Porcada sadia, bem nutrida, valendo muito dinheiro.

Inspirava cuidados a notícia de peste suína no Triângulo Mineiro. Soubemos, então, da antipropaganda, feita na zona, contra a vacinação. As notícias ruins se espalham como o fumo das queimadas. Os insucessos da vacinação, imaginários ou reais, eram divulgados com incrível rapidez.

Almôço farto e variado, com peixe fresco, de boa qualidade, pescado na própria fazenda, em piscoso tributário da bacia do rio dos Bois.

Os trabalhadores em a sua quase totalidade, o administrador e o progressista proprietário da fazenda, são mineiros do Triângulo... procedem do município de Sacramento."

Trindade desenvolveu-se vindo o município a ser premiado, entre os dez mais próspero, relativamente, do Brasil, na última escolha.



Fotografia reproduzida do volume terceiro do ESTUDO BOTANICO DO NORDESTE por Philipp von Luetzelburg, — botânico das Obras contra as Sêcas —, mostrando um piquizeiro (Caryocar glabrum, pers.) dentro do AGESTRE, na parte leste da Serra do Araripe.

— CI —

ABASTECIMENTO DE LEITE NO NORDESTE ORIENTAL. — VALORIZAÇAO DO REBANHO LEITEIRO

Oferecem as cidades litorâneas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas condições favoráveis à produção de leite que, entretanto, precisa ser racionalmente organizada. Nas proximidades das capitais, a uma distância razoável, são boas as terras, regular a umidade atmosférica e a produção forrageira. Fortaleza, por exemplo, tem aperfeiçoado e desenvolvido a criação de gado leiteiro, o mesmo ocorrendo em Recife. As pastagens naturais, face a densidade da população nos das referidas capitais, devem ser consideradas subsidiárias. Rações para os rebanhos sujeitos a regime alimentar, de alta produtividade, são obtidas com relativa facilidade.

Sugere-se às Federações das Associações Rurais dos Estados referidos, orientarem, com segurança e objetividade, o problema do abastecimento do leite e o desenvolvimento da pecuária leiteira, melhorando, assim, as condições alimentares da população.

— CII —

PEQUI OU PIQUI, — NECESSIDADE DE SUA DEFESA E CULTURA

Alberto Sampaio e Löfgrem consideravam sinônimos **pequi e piqui** sendo, indistintamente, assim denominado nas zonas de ocorrência, — chapadões, chapadas e encostas —, das for-

mações agestre, gerais e cerrados das regiões Nordeste, Leste e Centro-Oeste. Na região Norte, denominam, porém **piquiá**, nome que, como **pequiá**, é, também, empregado nas primeiras regiões citadas.

Nosso propósito, face a utilidade da planta, sobretudo como alimento e produtora de óleo, é chamar a atenção das associações rurais para a necessidade da defesa das reservas e plantio da espécie nas zonas em que é suscetível de desenvolvimento.

Na amazônia o **piquiá** e o **piquiá-rana** são plantas das matas de terra firme, alcança maior crescimento e produção que nas outras regiões. Nestas, porém, são mais apreciadas.

— Quem, percorrendo a Chapada do Araripe, os **gerais** da Bahia e os **cerrados** do Planalto Central, não teve oportunidade de apreciar o "arroz ao piqui"?

— Qual o cachaceiro do Cariri que não "chupa piqui com aguardente"?

O prof. Renato Braga, no seu livro PLANTAS DO NORDESTE, diz :

— "A polpa e a amêndoa são altamente nutritivas. Constituem precioso recurso alimentar para a gente pobre do Cariri e sertões vizinhos de Pernambuco e Piauí. Ao tempo da safra, entre dezembro e abril, centenas de pessoas sobem à chapada da Serra do Araripe e, abrigados à sombra dos piquizeiros carregados de frutos, passam a viver dos mesmos e, pouco tem-

po, ficam fortes, robustos e corados, atestando dêsse modo o valor dietético do piqui."

— "A colheita acarreta animado comércio entre o chapadão e as planícies circunvizinhas, apreciadoras do fruto como alimento e tempêro. Come-se a polpa crua, cozida e assada. Substitui perfeitamente a banha e o toucinho e dá, aos alimentos, sabor e cheiro especiais. As amêndoas são consumidas da mesma maneira."

O óleo extraído das amêndoas é fino, delicado e equivalente ao afamado óleo de suari. É alimentício e medicinal tendo emprêgo em veterinária e na indústria farmacêutica.

Consultando o prof. Getúlio César sôbre o piqui em Pernambuco, onde havia, em 1918, travado conhecimento, nas margens do São Francisco, com "arroz ao piqui" teve êle a gentileza de informar:

— "Aqui em Pernambuco é conhecido por pequi. A fruta do pequizeiro, na região da Serra do Araripe, entra em vários pratos, principalmente, no arroz que é cozinhado junto com os frutos descascados. É saborosíssimo. A polpa é revestida de espinhos finos que só é permitido ser degustado azavêsso. Os cachaceiros "mamam" o pequi com cachaça, ao mesmo tempo. Contam que no Crato por um bodegueiro ter negado um pequi a um freguês para êle o "mamar" (chupá-lo) com aguardente, ouviu o repente pitoresco:

Cariri é terra boa.
Terra de moça bonita
E cabra bom no fuzi.
Mas ao redó, quatro légua.
Tem um cabra fi-de-uma-égua
Que nega até um pequi.

O Pequi é rico em vitaminas, principalmente da G. O pequi, devido a essa sua riqueza em vitamina que acelera a procriação e, vem sendo responsabilizado por famílias numerosas, como são comuns nas zonas dos pequizeiros."

O festejado escritor Dr Luís da Câmara Cascudo dedica ao **pequi** ou **pequiá**, no seu Dicionário do Folclore Brasileiro, interessante e instrutivo verbete. Faz, Câmara Filho, a propósito, curiosa citação de D. Pedro II.

— CIII —

A CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL COMO FATOR DE ESTIMULAÇÃO DA ECONOMIA ALGODOEIRA

Reproduzimos, a seguir, pela sua objetividade, as conclusões da tese defendida pelo engenheiro agrônomo Ovídio de Rezende Alvim no I CONGRESSO ALGODOEIRO DE MINAS GERAIS:

"I. A economia do algodão é de substancial importância para o robustecimento das finanças do Estado de Minas Gerais e para o progresso do povo mineiro, devendo, consequentemente, ser amparada e estimulada.

II. Do ponto de vista político, são igualmente ponderáveis os quatro grupos sociais que se articulam mais diretamente no fenômeno da produção, industrialização e consumo do algodão, seus subprodutos e derivados: — o lavrador, o usineiro, o industrial de tecidos e o consumidor. Porém, do ponto de vista da ciência econômica importa distinguir aquêles que, por natureza ou circunstância, revelam mau aparelhamento, nos quais deve ser proporcionada maior assistência técnica e creditícia, a fim de que se assegure ao sistema um desenvolvimento mais intenso e evolução equilibrada.

III. Competindo ao Estado interferir, direta ou indiretamente, nas relações de interdependência dos grupos sociais interessados na economia do algodão, para assegurar a harmonia dessas relações e ressalvar o interêsse geral, é imprescindível que, através de seus órgãos especializados, êle acompanhe de perto a evolução da economia algodoeira.

IV. A classificação comercial, por sua função prática específica, constitui um crivo interposto à produção e o consumo do algodão, seus subprodutos e derivados. Pelo que, deve ser admitida como prática necessária e eficiente, para o incremento da economia algodoeira, e reajustada aos atuais reclamos da produção agrícola, da indústria e do comércio.

V. O futuro da economia algodoeira em Minas Gerais impõe ao Estado uma atitude firme e objetiva, no sentido de conseguir sua estruturação em bases técnicas definitivas, disciplinando o fomento da produção agrícola, da produção da pluma, do óleo alimentar e da torta; oferecendo amparo à moderna indústria de tecidos, regulando a distribuição e o consumo dessas riquezas."

— CIV —

NOVOS POSTOS DE PISCICULTURA NO POLIGNO DAS SÊCAS

A eficiência dos postos do Serviço de Piscicultura, Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, (ver Temas e Sugestões LXXVIII — A LAVOURA de Maio-Junho), anima-nos sugerir a criação e aparelhamento

de novos postos de piscicultura, sobretudo em outras zonas compreendidas no Polígono das Sêcas, que dispunham de açudes públicos.

A zona do agreste-caatinga paraibana, por exemplo, merece ser contemplada tão cedo seja inaugurado o açude de Campina Grande. A cidade é populosa e a zona dispõe de recursos aquáticos apreciáveis.

— CV —

HOMENAGEADOS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE VULTOS ANTIGOS DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA BRASILEIRO

O deputado estadual norte-rio-grandense Lauro de Arruda Câmara prestou em discurso relativo à SEMANA REGIONAL DE ESTUDOS SÔBRE O COOPERATIVISMO E A COMUNIDADE, pronunciado na Assembléia Legislativa, delicada e expressiva homenagem à vultos, antigos, do movimento cooperativista brasileiro, referindo-se ao Prof. Arthur Tôrres Filho, Diógenes Caldas, Antônio de Arruda Câmara e, à memória de Raimundo Fernandes e Silva.

Os dois últimos têm os nomes ligados à agricultura do Estado, onde, em épocas diversas, — 1920/21 e 1926, respectivamente, exerceram o cargo de Inspetor Agrícola do 6º Distrito.

— CVI —

ARMAZENS FRIGORIFICOS COOPERATIVOS

A conservação de produtos perecíveis para regular o abastecimento dos mercados na época de escassês ou, melhor, fim de estação ou de safras, só pode ser alcançada mediante a organização de uma rêde de armazens frigoríficos nos centros produtores e, eventualmente, nos mercados distribuidores. Êstes armazéns frigoríficos devem ser, de preferência, de iniciativa das sociedades cooperativas de produtores e não de intermediários.

Determinada exploração é distribuida pela respectiva cooperativa no período de produção que é, naturalmente, limitado. Mas se pode ser armazenada e distribuida com regularidade, desaparecerá a necessidade da limitação. O produto é, então, colocado a "bom mercado".

A distribuição aos mercados será feita em veículos dotados de unidades frigoríficas.

Lucram produtores e consumidores.

Exemplo a ser considerado é o dos centros de armazenagem frigorífica cooperativa do município de Rockingham, Virginia, E.U.A.

DEVERES DOS ADMINISTRADORES DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

"El cooperador dominicano" inseriu recentemente interessante trabalho. Em se referindo aos deveres dos administradores em geral, ou dos "comités de crédito", acentuou que:

1.º — Devem tratar com os solicitantes de crédito em lugar privativo. Ninguém quer que suas necessidades e negócios sejam do domínio público.

2.º — Devem ser corteses e demonstrar que têm interêsse em ajudar os solicitantes. É um privilégio poder ajudar aos demais.

3.º — A *Cooperativa de crédito* existe para ajudar os associados. Não devem, por isto, dilatar até à outra semana o que podem resolver hoje, pois pode chegar tarde o auxilio. Os clientes dos bancos capitalistas são atendidos imediatamente.

Uma cooperativa de crédito deve fazer o mesmo, se não houver razões para dilatar o crédito.

4.º — Devem obter tôdas as informações necessárias para assegurar o reembôlso de dinheiro. Devem informar-se sôbre a condição econômica e social do associado, sua família, seu trabalho, suas receitas e despesas, e solvencia do solicitante, sua honradez e capacidade para fazer bom uso do dinheiro, etc.

5.º — Devem ser capazes de dar conselhos ao solicitante, quanto à quantia que solicita de empréstimo, se se considera que o associado está solicitando mais ou solicitando menos do que o que deve solicitar, segundo as razões apresentadas para o empréstimo.

6.º — Se fôr necessário negar um emprestimo solicitado, devem explicar bem ao impetrante as razões pelas quais é necessária tal medida, e devem tratar de aconselhar e ajudar o associado, para que possa preencher os requisitos que faltarem.

Como se vê, são diretivas para um crédito controlado e educativo, principalmente nos meios rurais, como também o faz Salvador

OS RINOCERONTES INDIANOS DE ASSAM

(Serviço de Informações da India — Traduzido e ampliado por Luiz Carlos de Mesquita Maia)

Das treze espécies de animais selvagens indianos que estão sèriamente ameaçados de extinção e carecem de todos os esforços



O grande rinoceronte indiano, também chamado unicórnio e blindado, sobrevive ainda, graças principalmente à proteção do govêrno da India, nos remotos sertões de Assam. As medidas preservadoras governamentais estão conseguindo aumentar o pequeníssimo número que restava quando a espécie começou a receber cuidados humanos.

humanos imprescindíveis à sua sobrevivência.

O valor da preservação de tão notável animal pode ser mais bem aquilatado ao considerarmos que o rinoceronte unicórnio é o emblema do atual Estado de Assam.

humanos para a sua preservação, sobressai o rinoceronte unicórnio da India, o qual sobrevive hoje apenas em Assam.

Em 1933, Bengt Berg, um fotógrafo-naturalista dinamarquês, afirmou em seu livro "A desdita do rinoceronte" que, dentro de um século, restaria do rinoceronte indiano apenas o esqueleto montado nos museus, em companhia das ossadas de outros grandes animais primitivos que já se extinguiram.

A raridade do chamado rinoceronte indiano se deve ao excessivo morticínio da espécie, por parte do homem, o qual visou não só a carne abundante e ao couro utilíssimo dêsse animal, mas também, e principalmente, ao seu único chifre.

Este chifre, arma do belicoso rinoceronte, tem sido amplamente usado no Oriente para fins de curandeirismo, e foi a causa mais importante do massacre da espécie, já que só depois de morto o animal, podia-se obter aquela parte córnea.

As densas e remotas selvas de Assam permitiram, com seu isolamento, que em seus recessos permanecesse até hoje um muito pequeno número de rinocerontes indianos, os quais passaram a receber todos os cuidados

Pouco antes de 1940, teve grande impulso a idéia de formar refúgios de fauna em Assam, iniciando-se a obra que deu margem a que hoje se mantenham quatro dos chamados santuários da natureza e dois reservatórios de animais selvagens. Estas áreas se dedicam principalmente aos rinocerontes unicórnios indianos, os búfalos, espécies várias de veados, etc. A área total dessas glebas

Fotografia pouco comum: três rinocerontes adultos, da grande espécie indiana, em área pendaria natural do Santuário Kaziranga, em Assam. Notem-se as aves silvestres que lhes catam carrapatos e outros parasitos, alojados nas frestas da couraça



supervisionadas pelo Govêrno Indico, em Assam, atinge a 464 milhas quadradas.

Embora tão protegido hoje em dia, o rinoceronte indiano tinha rareado a tal ponto, que a sua população atual mal atinge a 250 ou 300 exemplares.

O rinoceronte da India não deve ser confundido com o de Java, que é quase uma sua miniatura, sendo o menor dos componentes unicórnios da família e não apresentando chifre nasal nas fêmeas. O rinoceronte encontrado em Assam é o maior dos rinocerotideos, depois da espécie chamada branca, que ainda vive em dois pontos da Africa. Tem apenas um chifre sôbre o focinho e grossas dobras de pele em certos pontos do corpo, o que lhe dá o aspecto de estar envolvido por armadura como a dos guerreiros medievais. A semelhança dos outros rinocerontes, o da India enxerga mal, porém o seu olfato é bastante desenvolvido e as suas orelhas de conformação leporina ouvem bem, o que compensa, de certo modo, aquela deficiência visual. E' animal agressivo, tendo, outrora, sua caçada constituido emocionante esporte para os europeus, mas esta agressividade não é suficiente para contra-indicar a sua preservação para as gerações humanas futuras, obra que será de incomensurável valor.

A FERTILIDADE DOS SOLOS E A AMONTÔA NA CANA DE AÇÚCAR

O Dr. Oscar Gordilho, Diretor Agricola da Usina Serra Grande S/A, proferiu, no dia 31 de Outubro de 1956, na Associação dos Fornecedores de Cana de Açúcar de Pernambuco, uma interessante palestra sôbre "A fertilidade dos solos e a amontôa na cana de açucar".

A magnífica palestra abordou, com grande objetividade, os seguintes assuntos :

1 — O solo e a matéria orgânica;

2 — Como obter adubos orgânicos na exploração canavieira (tortas de filtro ou "bôrras", estrumes de gado, compostos, serapilheira e terriço das matas, caldas ou tibornas das distilarias, baroneza, avencas e outras vegetações aquáticas, lixo das casas e das cidades, resíduos de matadouros.

3 — Os adubos verdes são um processo economico e simples para o enriquecimento dos solos.

4 — Os adubos orgânicos por si so não resolvem o problema da alta produção de cana.

A — adubação química
B — amontôa

5 — Noções gerais sôbre a amontôa (definição, funções da amontoa e resultados).

Finalizando sua oportuna palestra o Dr. Oscar Gordilho concluiu que "os efeitos da amontôa fazem-se sentir poucos dias após à sua prática, tais a filhiação e o desenvolvimento seguido das canas. Chegando cada vez mais terra às canas, força-se o seu crescimento e torna-se maior a sua resistência no periodo das sêcas. Na lavoura irrigada, verifica-se ao lado do crescimento mais rápido das canas, a redução do volume de água de irrigação como também o espaçamento maior na prática da mesma. Os resultados finais, foram animadores, senão surpreendentes, quando antes, com a adubação químico-orgânica apenas obtínhamos em média, 60 a 70 toneladas por Ha, com a amontôa a espectativa é acima de 100 toneladas por Ha, tal o crescimento e entouceiramento das canas. Estamos aguardando a moagem das canas plantas para confirmar tais resultados."

Research in Dairy and Poultry Industry in Czechoslovakia

Recebemos da Czechoslovak National Institute for Research in milk and Eggs, um interessante e bem ilustrado volume de 106 páginas subordinado ao titulo "Research in Dairy and Poultry Industry in Czechoslovakia".



Elefantes mansos arando campos recentemente desmatados nas proximidades de Laikua, India. Apesar de ser amansado com facilidade, o elefante indiano não pode, infelizmente, por várias razões, transformar-se em animal doméstico.

AS MINORIAS NA ADMINISTRAÇÃO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS E O PARECER DE UM TÉCNICO BRASILEIRO NO ESTRANGEIRO

A União Pan-Americana, pelo seu Conselho Interamericano Econômico e Social (Seção de Cooperativas da Divisão de Assuntos Sociais) acaba de publicar em língua espanhola, em "Cooperativas", sua revista especializada de divulgação mundial (numero de junho de 1957), varios trabalhos sôbre a participação das minorias na administração das cooperativas. Selecionando as contribuições que solicitou a vários técnicos, publicistas e doutrinadores conhecidos, publicou os pareceres na seguinte ordem: do Dr. Armando Moirano, credenciado pelo Dr. Domingos Bórea, da Argentina, do Dr. Maurício Colombain da França; do Dr. Fabra Ribas, da Espanha; do Dr. Fabio Luz Filho, do Brasil; do Dr. Carlos Uribe Garzon, da Colômbia; do Dr. Lazslo Valko, da América do Norte e a do Dr W. P. Watkins, da Inglaterra (diretor da Aliança Cooperativa Internacional).

Ha grande coincidência de pontos de vista entre os pareceres do técnico brasileiro, Dr. Fábio Luz Filho, e os de Watkins, Moirano e Colombain, principalmente quando se reportam ao principio majoritário numa sociedade de pessoas, como o é a cooperativa, na qual o interêsse coletivo é o denominador comum.

Notamos tambem que os pareceres mais extensos são o de Colombain e o do tecnico brasileiro.

Recebe, assim, o cooperativismo brasileiro mais essa distinção, na pessoa de um de seus técnicos, que figura entre publicistas de renome internacional na espécie, como se vê.

SÉDE PRÓPRIA

Associação Rural de Salgueiro, Pernambuco. Vê-se a parte térrea do referido prédio, ainda em construção, faltando o pavimento superior, constante do projeto aprovado.



VANTAGENS DAS RAÇÕES BALANCEADAS

São perfeitamente justificáveis todos os esforços feitos no país para instalar em bases sólidas e definitivas a indústria da *ração balanceada*. Não é mais possível que o criador nacional continui adotando métodos antiquados de arraçoamento de seus animais, métodos êstes que importam em um menor índice de produtividade. Modernos princípios técnicos devem orientar a utilização das matérias-primas disponíveis no país ou aqui transformadas (resíduos de trigo, farinha de peixe, etc.). O fornecimento puro e simples de matérias-primas valiosas aos criadores, para que manipulem as rações dos seus animais, tem se mostrado ineficaz. É preferível que o criador, conforme se faz na América do Norte e em todos os demais países de pecuária adiantada, encontre rações já prontas no mercado.

Evitam erros e economiza-se mão-de-obra. Algumas vantagens das rações balanceadas podem ser, assim, resumidas:

1) — composição definida, equilibrada, em seus teores de proteínas, gorduras, hidratos de carbono, fibras e cinzas;

2) — utilização de matéria-prima, de qualidade comprovada, e até mesmo de análise prévia;

3) — incorporação de vitaminas que não sejam destruídas durante a estocagem;

4) — incorporação de antibióticos para certos tipos de rações;

5) — contrôle químico e biológico dos produtos manufaturados;

6) — formação de técnicos especializados, em nutrição animal;

7) — manipulação econômica das matérias-primas escassas;

8) — melhoria do parque industrial do país, dando ocupação a milhares de operários;

9) — aproveitamento mais racional de novas forragens; e

10) — distribuição regular a todos os centros produtores.

O maior consumo ou a preferência dos criadores dará a instalação definitiva, no país, de boas fábricas de rações e permitirá que a nova indústria possa concorrer, direta e indiretamente, para o progresso da pecuária e economia nacionais

O ADUBO DE AVES

Segundo uma análise do Instituto Agronômico de Campinas, o estêrco obtido de aves criadas sôbre ripados é o seguinte: umidade, 12,38%; matéria orgânica, 51,14%; matéria mineral, 28,03%; azoto, 2,61%; ácido fosfórico total (P_2O_5) .... 3,30%; potassa (K_2O), .. 1,47%; e cálcio, 1,08%. Tal composição revela que o adubo de galinhas é excelente e pode merecer a preferência dos lavradores, usando-o puro, ou misturado aos de outras procedências. Na lavoura cafeeira, os resultados de sua aplicação têm sido notáveis. As quantidades nesta lavoura são as seguintes: catèzal em recuperação e café novo — 3 kg de esterco por pé; cafèzal formado — adubação anual — 1 kg de estêrco por pé.

A produção do esterco sêco, com 12 a 15% de umidade, varia de 15 a 22 quilos por ano (a Leghorne pode produzir entre 15 e 17, enquanto a New Hampshire, de 20 a 22 quilos por ano.). Na base dos cálculos médios, as lavouras de café podem ter atendidas suas necessidades de excelente adubo com a criação na própria fazenda de 1.000 poedeiras para 20 000 pés de café, por ano. O estêrco sêco deve ser moído e colocado em valeta ao redor da "saia" do cafeeiro.

Na lavoura de milho e outras culturas, o adubo de aves, pode ser usado na base de duas toneladas por alqueire de terra lavrada. É incorporado ao solo depois da aradura e gradeação. Se o estêrco não é obtido puro (criação em ripado) e está misturado à cama do galinheiro, a quantidade por alqueire é de 8 toneladas.

OVOS, FONTE DE SAÚDE

A natureza foi realmente pródiga em dotar o ôvo de valiosos fatôres nutritivos. Não existe alimento que se possa comparar a êsse em equilíbrio e distribuição dos elementos que o integram. O ôvo é rico em vitaminas, proteínas e sais minerais, e sua grande digestibilidade o recomenda para a alimentação de pessoas de tôdas as idades. Além de suas virtudes nutritivas, há um outro fator relevante: é o ôvo, em condições normais de produção, um alimento puro, protegido contra contaminações externas

Para fornecer uma idéia precisa e exata de seu grande valor alimentício, basta dizer que um só ôvo equivale a 57 gramas de pão, 214 gramas de leite, 85 gramas de carne, duas bananas nanicas, um prato de sopa, um prato de macarrão e 2 maçãs. Qualquer dêstes alimentos, nas quantidades citadas, pode ser substitui-

(Continua na pág. 48)

A FIXAÇÃO DO HOMEM À TERRA

NEY BRANDÃO
Engenheiro Agronomo

Desde que modernamente se cogitou do povoamento do nosso "interland", têm os empreendedores de tal tarefa encontrado um sério problema a resolver, que é o da fixação do homem à gleba.

Colonizar era, até bem pouco tempo atrás, simplesmente a vinda promovida por organismos oficiais ou particulares, de migrantes nacionais ou mesmo de agricultores estrangeiros para uma área pré-determinada. Uma vez localizados, recebiam quando muito, ferramentas agrícolas e sementes, pagas ou não. E é só. Ficam à sua própria mercê, sem a mínima orientação técnica para o trabalho agrícola ou assistência médico-social eficientes.

Abandonados o colono e sua família, logo os reflexos de tal situação vêm se fazer sentir no rendimento do trabalho e no bem-estar da família. Assim é que bem cedo a produção cai, em virtude do esgotamento da terra mal trabalhada e, em consequência, um padrão de vida mais pobre aparece. A própria ignorância e a ausência de recursos materiais facilitam as doenças e trazem descontentamento geral.

E' o suficiente para que o colono, por uma vontade natural de melhorar a sua situação, se transfira para outro local, no qual julga que possa viver de forma mais favorável. E todo o quadro acima descrito vai novamente se repetir...

Há em verdade algum benefício com tal modalidade de colonização?

Positivamente que não, pois que, entre outros males, não se atinge o principal fim a que se destina a colonização no meio rural, qual seja a ocupação permanente e econômica do solo, aliada a uma melhoria das condições sociais (em especial as da família).

E' inegável que as culturas anuais e a pecuária em caráter extensivo são, por sua própria natureza, migratórias para aquêles agricultores e criadores de baixo padrão técnico de trabalho e que não sabem como utilizar de forma contínua e sempre lucrativa, os recursos naturais que dispõem.

O que fixa o homem à terra são as culturas permanentes, as técnicas mais fáceis e rendáveis de trabalho agrícola, a certeza de ter a sua produção colocada no mercado consumidor por preços compensadores, bem como a existência de serviços sociais (escolas, igrejas, etc.) e médico-sanitários que possibilitem um bem-estar mínimo compatível com a dignidade humana.

Mas necessário é que se diga que a assistência e orientação iniciais devem ser sempre feitas à base de um planejamento cuidadoso, visando à criação nos beneficiados, da noção de auto-suficiência, e, o que é mais importante, do sentimento de vida comunitária, fatôres êstes que lhes possibilitarão a existência futura sem o contínuo auxílio estranho, pois senão se chegará ao "paternalismo", ou seja a concepção errônea de que a entidade que os patrocinou no princípio tem a obrigação de assisti-los permanentemente e, muitas vêzes, em caráter gratuito.

Assim é que julgamos que a verdadeira fixação do homem à terra pelo trabalho agrícola não comporta as soluções rápidas e simples, preconizadas por muitos.

Para que ela seja suficiente, é imprescindível, a nosso ver, a realização de um prévio levantamento sócio-econômico da região destinada ao povoamento, conjungado a um estudo minucioso do elemento humano a ser utilizado.

Só assim se terão condições racionais para a confecção de um planejamento criterioso das atividades a serem realizadas, as quais, se executadas com dedicação, possibilitarão a efetivação de um real trabalho de colonização da zona rural.

O PLANEJAMENTO NA COLONIZAÇÃO

NEY BRANDÃO
Eng.º Agr.º

Em artigos anteriores e relativos a problemas atuais da colonização nacional, tivemos o constante cuidado de lembrar a importância capital do planejamento em um empreendimento colonizador.

O planejamento é uma etapa do trabalho de gabinete e basela-se estritamente no estudo e análise dos elementos obtidos por um levantamento prático e local de determinadas condições sócio-econômicas específicas para o fim de colonização. Vejamos tais condições com um pouco mais de cuidado.

Para cada tipo de colonização desejado há um roteiro específico. Porém todos eles devem cuidar de: aspectos fisiográficos — relevo, topografia, hidrografia, regime pluvial, clima, distribuição quantitativa de chuvas, vegetação expontânea.

Já na parte agronômica devem ser examinados: constituição física do solo, drenagem, declive, propriedades químicas, culturas anuais e permanentes porventura existentes, métodos de trabalho, verificação da possível ocorrência de pragas e doenças; criações domésticas de animais, transporte e comunicações, atividades estrativas, industrialização existente de produtos agrícolas.

O elemento humano — origem, densidade, movimento populacional, alimentação, caça, pesca, moradia, profissões, estrutura e classes sociais, etc.

Os serviços sociais, tais como cooperativismo, saúde, agricultura, recreação, educação e religião, devem ser levantados com minúcia.

A exatidão nos trabalhos de levantamento é muito importante, pois dá o fundamento material que permitirá a análise, a qual deve ser feita à base das informações e dados fornecidos pelo levantamento e que, para ser precisa, não deve ter um caráter parcial: o analisador tem que estar isento de qualquer julgamento pré-concebido e procurar conhecer os diversos fatores que influenciam na ocorrência de um determinado fenômeno.

O ideal é que tôdas as fases do planejamento — levantamento, análise e planejamento pròpriamente dito, sejam sempre realizadas pelos mesmos pesquisadores, os quais, além de eng. agr. de colonização, precisam ser especializados em sociologia rural, levantamentos geo-fisiográficos e em planejamentos econômicos.

Torna-se então possível, a apresentação de um planejamento conciso e real, baseado na ocupação contínua da terra, com a possibilidade de sua aquisição pelo colono e estruturado numa atividade agrícola ou pecuária, sempre subsidiada por outras tarefas (de âmbito menor). Além do mais, deve prever a natural expansão da produção e as consequências nos transportes e mercados consumidores e as possibilidades de introdução da industrialização local, bem como a evolução sociológica do elemento humano introduzido na região.

Ora, tudo isto só se pode conseguir através de processos educativos modernos, razão pela qual se impõe um perfeito e constante entrelaçamento da mão de obra com as técnicas agronômicas de cultivo da terra e de cooperativismo.

Não se deve relegar a plano inferior os serviços sociais de saúde, recreação, religião, bem como a alfabetização e educação prática em nível elementar das crianças e adultos (homens e mulheres).

O planejamento precisa ser feito à base de orçamentos cabíveis e que pormenorizem as despesas anuais com: pessoal (de campo e de escritório), construções (prédios da administração, casas e benfeitorias de colonos), obras de arte, estradas, pontes, loteamentos, empreendimentos agro-pastoris (preparo do terreno, fornecimento de sementes, adubos, inseticidas, fungicidas, rações e material veterinário, animais domésticos, instrumentos manuais de lavoura), prêço da terra, combustíveis, lubrificantes e máquinas agrícolas e de beneficiamento, conservação de máquinas e prédios, instalação e manutenção dos serviços sociais básicos, atividades de extensão rural, tipos de financiamentos a curto e a longo prazo e tabelas de rendimento econômico mínimo, com as quais far-se-ão as diversas modalidades de pagamento das dívidas do colono, de modo que progressivamente entrem na posse da terra e liquidem seus débitos com a entidade patrocinadora.

O planejamento deve abranger vários anos, porém tem que possuir uma elasticidade tal que permita, se necessário, alterações anuais, sempre devidamente programadas.

Em suma, deve êle dizer de forma clara e exata o que se deve fazer e como fazer. A sua apresentação concisa e realização honesta e efetiva, está condicionado o sucesso de qualquer programa colonizador moderno.

PRECISAMOS COMEMORAR O DIA DA ÁRVORE

Apenas 44% de 695 Municípios brasileiros comemoram o Dia da Árvore — Resultados de um inquérito realizado pela Sociedade Nacional de Agricultura — Oportunidade da Campanha de Educação Florestal

Eng.º Agr.º GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S.N.A.

I — Generalidades

A Sociedade Nacional de Agricultura, preocupada como sempre estêve com a devastação florestal no país, realizou em 1955, um inquérito de âmbito nacional, sôbre a situação Florestal Brasileira.

A comissão designada pela Diretoria para estudar o assunto teve como relator o Engenheiro Agr. Itagiba Barçante e foi integrada pelos Eng. Agr. Luiz Simões Lopes, Edgard Teixeira Leite, Alberto Ravachi, o signatário do presente comentário e o secretário geral da S.N.A., Sr. Luiz Marquês Poliano.

A Comissão enviou, por cinco vêzes, uma circular a 1.851 municípios, dos quais apenas 37,5% responderam (695 respostas), o que demonstrou, infelizmente, um certo desinterêsse por um assunto de tão grande relevância.

II — Comemoração do Dia da Árvore

Uma das perguntas formuladas no questionário da S.N.A. foi a seguinte:

"Comemora essa Prefeitura o Dia da Árvore?"

Conforme se verifica adiante, dos 695 municípios que responderam ao questionário, apenas 44% (306 municípios), comemoram o Dia da Árvore.

A análise do quadro revela que em alguns casos menos de 20% dos municípios que responderam ao inquérito comemoram a data.

Conforme se verifica, não existe, realmente, entre nós, a mentalidade florestal de que tanto carecemos e isso é, sem dúvida, um dos fatores principais da desenfreiada devastação que se observa de nosso patrimônio florestal.

III — Oportunidade da Campanha de Educação Florestal

Uma das conclusões do referido inquérito, foi, justamente, a "**imperiosa necessidade de trabalhos de educação e de divulgação no sentido da formação de uma verdadeira consciência florestal e de defesa de nossos recursos naturais**".

Foi, portanto, com viva satisfação que a Sociedade Nacional de Agricultura viu o Ministério da Agricultura, na gestão do General Ernesto Dornelles, quando Diretor do Serviço Florestal o Eng. Agr. Dael Pires de Lima, lançar, com grande sucesso, a Campanha de Educação Florestal.

Dela participou, desde o primeiro momento, designando para isso os Engs. Agrs. Itagiba Barçante, Frederico Murtinho Braga e o autor dessas notas.

A Campanha de Educação Florestal, que, desde o início vem conseguindo seus elevados objetivos, prossegue agora com o mesmo ritmo, na gestão do Ministro Mario Meneghetti, tendo como Diretor do Serviço Florestal o Engenheiro Agr. David Azambuja.

Oxalá que em 1957, como conseqüência da Campanha de Educação Florestal, seja o Dia da Árvore condignamente comemorado em cada Município Brasileiro.

ESTADOS E TERRITÓRIOS	N.º DE MUNICÍPIOS QUE:			Porcentagem dos municípios que comemoram o Dia da Árvore
	Receberam a circular	Responderam a circular	Comemoraram o Dia da Árvore	
Estados:				
Amazonas	23	5	1	20 %
Pará	59	18	5	27,7%
Maranhão	71	12	4	33,3%
Piauí	49	15	12	80 %
Ceará	79	28	11	39,2%
Rio Grande do Norte	45	18	3	16,6%
Paraíba	40	6	2	33,3%
Pernambuco	89	22	8	36,3%
Alagoas	36	7	3	42,8%
Sergipe	42	19	10	52,6%
Bahia	149	57	25	43,8%
Espírito Santo	37	20	10	50 %
Rio de Janeiro	57	21	10	47,6%
São Paulo	369	146	62	42,4%
Paraná	78	33	19	57,5%
Santa Catarina	51	30	17	56,6%
Rio Grande do Sul	93	53	37	69,8%
Minas Gerais	385	149	57	38,2%
Goiás	76	25	4	16 %
Mato Grosso	34	9	4	44,4%
Territórios:				
Acre	7	2	2	100 %
Amapá	5	—	—	—
Fernando de Noronha	1	—	—	—
Rio Branco	2	—	—	—
Rondônia	2	—	—	—
	1 851	695	306	44 %

CURSO SÔBRE OS RECENTES PROGRESSOS DA ENGENHARIA AGRÍCOLA NA INGLATERRA

O Conselho Britânico está organizando para junho de 1958 um curso sôbre os recentes progressos da engenharia agrícola. Êsse curso será realizado em Silsoe, Bedfordshire, Inglaterra, e se destina aos engenheiros-agrônomos que se dedicam à agricultura ou à horticultura, dos outros países.

O curso, que é organizado em colaboração com o "National Institute of Agricultural Engineering" consistirá de conferências, demonstrações e visitas. As conferências, além de fazerem uma introdução às linhas gerais de pesquisa realizadas nos diversos departamentos, concentrar-se-ão nas várias aplicações das pesquisas que conduzem ao aperfeiçoamento de máquinas e implementos-modêlo, e nos problemas de verificação e cômputo do trabalho executado. As demonstrações ilustrarão de maneira prática os meios pelos quais as pesquisas são efetuadas, bem como os resultados aplicados. As visitas, que incluirão algumas a importantes fabricantes de implementos agrícolas, máquinas e tratores, terão por finalidade aproximar os técnicos do laboratório da vida na fazenda e, com a descrição dos serviços de experimentação, servirão para ilustrar de modo claro a relação que existe entre o instituto de pesquisa e a indústria. Um dia passado numa feira agrícola porá os participantes do curso em contato com os fazendeiros, em cujo benefício direto os institutos de pesquisas existem.

O custo do curso, que terá a duração de duas semanas, será de £ 40. Fórmulas de inscrição podem ser obtidas no Conselho Britânico, à Av. Churchill, 129, 10.º andar, Caixa Postal 2237 Rio de aJneiro.

ASSOCIATIVISMO EM MARCHA



Associação Rural de Salgueiro, Pernambuco. Material em exposição para venda numa das dependências da sede própria.

Encontro de Técnicos de Fomento Agrícola

CYNEAS LIMA GUIMARÃES
Agrônomo Ecologista

Promovida pela Seção de Fomento Agrícola em Minas Gerais, realizou-se em Sete Lagoas, dos dias 9 a 18 de agôsto último, o "Encontro de Técnicos do Fomento Agrícola" cujo objetivo foi colígir dados gerais sôbre as possibilidades e necessidades dos órgãos regionais encarregados de promover o incremento da produção agrícola do País, através do exame e debates de problemas ligados a êsse importante ramo da economia nacional.

A reunião contou com a participação dos órgãos específicos dos governos e de entidades particulares interessadas em produção agrícola, tendo como presidente de honra o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República, e como vice-presidente o Governador Bias Fortes. A direção geral do Encontro teve como presidente efetivo o Ministro Mário Meneghetti e vice-presidentes o Secretário da Agricultura do Estado de Minas, Sr. Alvaro Marcílio, e o diretor-geral do D.N.P.V., Sr. Kurt Repsold. — Presidiu a Comissão Executiva o diretor da D.F.P.V., Sr. Wanderbilt Duarte de Barros. — A Sociedade Nacional de Agricultura se fêz representar na Reunião por um de seus diretores, o engenheiro agrônomo Cyneas Lima Guimarães, que apresentou interessante tese sôbre "Da necessidade da Educação Rural e do Ensino Agrícola no fomento da produção".

Compareceram ao conclave setenta e quatro técnicos do Fomento Agrícola lotados em todos os Estados da União, além de várias equipes de outros órgãos técnicos.

Terminado o Encontro, o Ministro Mário Meneghetti, falando à imprensa, teve a oportunidade de fazer uma síntese dos trabalhos realizados, declarando que, ao apoiar êsse Encontro desejava que os técnicos discutissem na sua presença os problemas dos seus serviços e apresentassem sugestões para cumprir o seu programa de dinamização do Ministério da Agricultura, através do melhor entrosamento e cooperação entre os diversos órgãos. Acrescentou que as conclusões da reunião foram bem recebidas como sugestões a serem melhor estudadas para a sua adoção dentro do plano de trabalho do Govêrno.

Sôbre as conclusões do conclave, que teve a participação de 170 técnicos não só do Ministério, como de autarquias, bancos, instituições ligadas a atividades rurais, bem assim delegações de alguns governos estaduais, o Sr. Mário Meneghetti asseverou ter o Encontro permitido o levantamento de dados capazes de auxiliar no planejamento de medidas mais eficientes, por parte do Govêrno, a fim de melhor atender ao seu programa de desenvolvimento Agrícola do País. Disse mais que, do ponto de vista técnico, isso parece ter sido alcançado com a sugestão de uma série de diretrizes que abrangem problemas da produção de sementes, de irrigação, mecanização, crédito rural e extensão agrícola, proteção do solo, divulgação agro-pecuária, em suma, questões ligadas à assistência técnica mais ampla à agricultura nacional.

MEDIDAS OBJETIVAS

Informou o Ministro que, com a finalidade de dotar o Fomento de recursos indispensáveis à execução do programa do Ministério, foi lembrada a criação dos Fundos de Fomento e Mecanização, sendo aprovada pelo Plenário e por êle próprio. Aliás, aceitou haver determinado os estudos para a elaboração dos respectivos ante-projetos de lei a serem submetidos à apreciação do Presidente da República.

— Posso afirmar — asseverou — como representante do Chefe do Executivo, no Encontro de Sete Lagoas, que S. Excia está animado dos melhores propósitos de prestigiar as sugestões viáveis apresentadas.

POLÍTICA CONSERVACIONISTA

Depois de salientar que foram examinadas no Encontro duzentas e doze contribuições técnicas, através de vinte e três comissões e subcomissões, que totalizaram mil duzentas e setenta e quatro horas de trabalho, o Sr. Mário Meneghetti focalizou a necessidade da formação de uma consciência conservacionista, pois é chegada a hora de subordinar-se a ação do Fomento aos princípios da proteção do solo. Para êsse fim, serão criadas áreas de demonstração conservacionista, tendentes a estabelecer normas para o uso racional da terra. As primeiras dessas áreas vão ser preparadas em Sete Lagoas e em zona já indicada na bacia hidrográfica do Alto São Francisco.

ORIENTAÇÃO PARA O ABASTECIMENTO

Referiu-se o Ministro à participação do secretário-geral do Conselho Coordenador do Abastecimento, Cel. Valter Santos, nos estudos relacionados a um perfeito entrosamento entre o Fomento e o aludido órgão. Já foi iniciada essa articulação, para o estabelecimento de uma rêde de informações técnicas sôbre áreas semeadas, safras, transportes e armazenamentos, disponibilidades de sementes etc. De maior significação poderá ser o aproveitamento de parte do crédito rotativo da COFAP para compra de sementes, nas épocas exatas, permitindo aos agricultores do País o acesso às sementes selecionadas e de produtividade comprovada.

EXTENSÃO AGRÍCOLA

Mostrou-se o titular da Pasta interessado em dar um caráter extensionista às atividades da Agricultura, de modo a beneficiar não só a produção mas o produtor e sua família. Até então, como foi evidenciado no Conclave, têm sido limitadas as possibilidades do Ministério de atingir a massa rural. A experiência já obtida de esforços esparsos, na meta do extensionismo, tem sido de molde a recomendar a ampliação e a sua sistematização de forma a ganhar organicidade. Para estudar e proceder ao levantamento dos órgãos que desenvolvem tarefas extensionistas, será estudada a criação de uma Comissão de Extensão Agrícola, que levará em conta também a utilização dos métodos modernos de informação e divulgação rural. Do mesmo modo, ficou evidenciada a necessidade da instalação de uma rêde de radiocomunicação para servir a tôdas as dependências do Ministério, de Norte a Sul do País.

OUTRAS SUGESTÕES

O Ministro Mário Meneghetti citou outras sugestões aprovadas, entre elas as que virão possibilitar a dinamização dos postos agro-pecuários, convenientemente revistos e aparelhados, as que recomendam a revisão da Lei 1.489, dada a impropriedade e inconveniência na aplicação das verbas orçamentárias, a que encarece a necessidade da adoção de novo Código de Contabilidade Pública, proposto ao Congresso a de incentivo no treinamento do pessoal do Ministério e de técnicos de outras instituições ligadas às atividades rurais, e, finalmente, as que aludem à necessidade da ampliação dos quadros técnicos da Agricultura e à equiparação de vencimentos dos agrônomos, veterinários e químicos ao dos demais servidores que têm diplomas de cursos superiores

Tese apresentada pelo representante da Sociedade Nacional de Agricultura, Engenheiro Agrônomo Cyneas Lima Guimarães, no Encontro dos Técnicos do Fomento Agrícola, em Sete Lagoas, Minas Gerais

DA NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO RURAL E DO ENSINO AGRÍCOLA NO FOMENTO DA PRODUÇÃO

Os estudiosos de nossa história econômica reconhecem que entre os fatores determinantes do pauperismo das populações rurais é predominante o primitivismo de seus métodos agrícolas que lhes não permitem produção consentânea com suas necessidades de consumo. Tal ignorância é residual, oriunda de acúmulo de erros consagrados nas práticas culturais Em conseqüência dêsse fenômeno, vem a produção agrícola sofrendo graves perturbações que, cada vez mais, agravam o problema do abastecimento dos centros populosos, uma vez que o seu desenvolvimento não pode acompanhar o ritmo do aumento das necessidades de gêneros alimentícios e matérias primas Os esforços até agora empregados no sentido do fomento da produção não têm correspondido às reais necessidades. Problema de tal magnitude está a exigir uma orientação segura, visando sua solução básica. Não podemos vencer a batalha da produção sem pensarmos na educação sistemática dos homens do campo. Só esta poderá libertá-los dos saldos negativos permanentes em suas atividades transformando-os em eficientes construtores de sua economia e, conseqüentemente, mais úteis à coletividade Não basta, pois, fornecer-lhe sementes selecionadas, promover a revenda de máquinas e motores agrícolas, de adubos e até mesmo a concessão do crédito agrícola em sua forma mais aconselhável. Seriam providências incompletas. Para que a substituição dos velhos métodos rotineiros pelas novas técnicas lhes amplie a produção melhorando a qualidade e, por conseguinte o valor econômico do produto, o ponto de partida tem que ser, necessàriamente, a educação rural e o ensino agrícola bem organizados e aparelhados. A assistência ao lavrador assume, pois, caráter educativo cabendo-nos a tarefa de melhorar-lhes as condições de vida O estado atual do nosso desenvolvimento agrícola exige também e principalmente a educação dos jovens que serão, muitas vêzes, o principal elemento na reeducação dos pais

Empenha-se o Ministério da Agricultura em fazer funcionar harmoniosamente sua composição estrutural e acreditamos, no atendimento dos interêsses nacionais, ser recomendável ainda maior articulação entre o ensino, a experimentação e o fomento agrícolas, pois, o ensino, valendo-se da experimentação proporcinará a necessária eficiência ao fomento e, dêste modo, se completariam servindo mais intensamente à nossa agricultura.

Vários orgãos não só do Ministério da Agricultura como de outros Ministérios já vêm realizando trabalhos esparsos de natureza educativa no meio rural — a SEAV, os CAE, o SIA, a CBAR, CNER, etc — O decreto nº 41.063, de 27 de fevereiro de 1957 (D.O. de 9-3-57) que aprovou o novo Regimento do D.N.P.V. alterou profundamente a estrutura de sua Divisão do Fomento ampliando-lhe as atribuições nas quais se incluem a instalação e manutenção de serviços relacionados com as atividades de extensão agrícola inclusive cursos de treinamento (art. 7º XI) e o estudo e planejamento de métodos de extensão agrícola capazes de produzir influência benéfica no meio rural brasileiro (art. 9º-C-III)

Assim, o Fomento deverá, também, exercer sua influência educativa nas comunidades rurais

levando-lhes os ensinamentos relativos às novas técnicas agrícolas, com o objetivo primordial de elevar o padrão geral dos agricultores aumentando sua eficiência.

Com essa finalidade, seria de desejar uma orientação uniforme, senão mesmo a manutenção de convênios entre os diferentes órgãos a fim de que todos os esforços se conjugassem num mesmo sentido, dentro de uma planificação geral ampla, com unidade de diretrizes, em que cada um dêles isoladamente ou mediante acôrdos, pudesse desenvolver uma ação cada vez mais eficaz mormente podendo contar com a colaboração dos demais.

Os trabalhos em equipe alcançariam com mais facilidade os seus objetivos.

E como poderia a Divisão do Fomento cumprir essa missão?

Vários tipos de atividades educativas poderiam ser, desde logo iniciadas.

Os Postos Agropecuários cujas atividades rurais constituem uma verdadeira escola onde são atendidos lavradores e criadores que ali vão em busca de informações e conselhos, teriam também a atribuição de promover a preparação profissional ou o treinamento dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural Para tal fim seria necessário complementá-los e aparelhá-los não só materialmente como em pessoal habilitado de modo a poder hospedar certo número de interessados que se beneficiariam de cursos de natureza objetiva e prática no sistema "learn by doing", de duração variável de 1 a 4 semanas, em épocas pre-determinadas, sôbre vários assuntos relacionados com as atividades agrícolas em geral, tais como: cursos de tratores, de enxertia, de viveiristas, avicultura, práticas agrícolas, culturas regionais, noções de veterinária, combate às pragas, indústrias rurais caseiras, e muitos outros. Vários dêstes cursos poderiam ser realizados em colaboração com os CAE

As semanas de sementes, semanas ruralistas ou de lavradores constituem sistema eficiente de ensino e já em tempos utilizado pela Divisão de Fomento com real sucesso

Estas "semanas" se fazem sentir através de uma ação técnica educativa — palestras, aulas, projeções cinematográficas, demonstrações — práticas, etc que irá propiciar ao lavrador satisfatória aprendizagem no sentido de melhorar seus métodos de trabalho objetivando produção mais lucrativa.

Seria de grande alcance se tais "semanas" se realizassem pelo menos uma vez cada ano e em cada circunscrição agrícola e de preferência em estabelecimentos agrícolas oficiais e contassem sempre com a colaboração de outros órgãos interessados.

Também através de demonstrações práticas pode o Agrônomo do Fomento levar sua ação educativa nos próprios locais de trabalho do lavrador, não só dos que mantêm campos de cooperação com o Ministério e culturas fiscalizadas, como de quaisquer outros que se beneficiarão com essa prática, principalmente no que tange à conservação do solo, uso de máquinas agrícolas, irrigação, adubação, etc.

Outra modalidade de educação profissional no meio rural — a chamada educação vocacional, que se procura introduzir no Brasil, poderia ser tentada com vantagem pelo Fomento em certas zonas, em comêço, a título experimental.

Destina-se a educação vocacional principalmente a filhos de agricultores que, dentro das atividades da fazenda escolheriam uma delas, de seu agrado e fundamentados nas necessidades locais, para, mediante "Projeto", desenvolver em um programa agrícola, orientados pelo Agrônomo, e no qual teriam a sensação dos lucros auferidos correspondentes aos seus esforços.

Dêste modo, objetiva o ensino vocacional agrícola fomentar o interêsse pelas atividades da fazenda, desenvolver hábitos corretos de trabalho, encorajar e aperfeiçoar o respeito à dignidade do trabalho agrícola, formar líderes rurais e, finalmente, incrementar a habilitação profissional para a agricultura

As próprias escolas rurais com suficientes áreas de terreno e pequenas instalações complementares ou em propriedades rurais vizinhas para tal fim cedidas, poderiam, com o ensino vocacional aí ministrado pelo Agrônomo do Fomento, dar aos seus alunos a oportunidade de desenvolver um programa agrícola sob orientação eficiente, estabelecendo forte correlação entre a instrução comum e as experiências dos trabalhos de campo

Na elaboração do "Projeto" que deverá ter a colaboração dos alunos, atenderá o orientador não só as atividades agrícolas dominantes na região mas ainda que tal projeto satisfaça as necessidades da juventude rural e procure corrigir sempre, com a desejada habilidade, as falhas comuns dos agricultores locais.

Desenvolvendo, concomitantemente com suas múltiplas e importantes tarefas, programa educativo substancial, concorrerá o Fomento para eliminar de nossa agricultura, em tempo relativamente curto, as soluções empíricas inadequadas lançando as bases para a elevarmos ao nível que ela faz jus em país essencialmente agrícola.

CONCLUSÕES

1) A Divisão do Fomento da Produção Vegetal, a fim de realizar integralmente suas atribuições, procurará coordenar, disciplinar e desenvolver — empenhando todos os recursos de que dispõe — materiais e humanos — um amplo programa educativo no meio rural.

2) Os Postos Agropecuários, devidamente complementados e aparelhados, dentro de suas ta-

elas próprias, proporcionarão a aquisição de conhecimentos das práticas agrícolas modernas e o treinamento aos que se dedicam às atividades rurais.

3) As Circunscrições agrícolas envidarão esforços no sentido de restabelecerem, com a colaboração de outros órgãos interessados, as "Semanas de Sementes" de eficácia já comprovada como ação educativa no desenvolvimento agrícola regional.

4) O Agrônomo do Fomento procurará intensificar suas atividades educativas através de demonstrações práticas nos próprios locais de trabalho do lavrador, contribuindo, assim, para incrementar, cada vez mais, a habilitação profissional para a agricultura.

5) Convirá, a título experimental, ser tentada a chamada educação vocacional em comunidades mais evoluídas e em algumas escolas típicas rurais com o objetivo de despertar nos filhos dos agricultores maior interêsse pelas atividades da fazenda mediante desenvolvimento de um programa agrícola.

6) Facilitará a D.F.P.V., sempre que possível, a manutenção de acôrdos ou convênios com outras entidades interessadas para que as atividades educativas nas comunidades rurais tenham orientação uniforme e possam, assim, num esfôrço conjugado, atingir suas altas finalidades.

RECUPERAÇÃO AGRICOLA ATRAVES DA AVICULTURA

As nossas terras cansadas podem recuperar a vitalidade agrícola através da prática intensiva da adubação e outras medidas de defesa da fertilidade do solo. O exemplo de São Paulo, restaurando seus cafèzais em zonas que já tinham abandonado esta cultura, é muito evidente. A adubação com o estêrco de galinhas garantiu o êxito desta recuperação. Outras culturas são, também, beneficiadas com o estêrco das aves, pois o adubo orgânico, produzido por êstes animais, é muito superior ao de outras espécies. Basta referir que êle é 4 vêzes mais rico que o estrume de curral. O estêrco das aves ativa fortemente a ação das bactérias do solo, em virtude da ação de micro-elementos presentes na sua composição, os quais derivam da alimentação balanceada a que as aves, em geral, são submetidas. Aí está o segrêdo do grande valor dêste adubo, embora outras causas, como a secreção de enzimas e a "forte descamação epitelial do intestino das aves" sejam outros fatôres bióticos para a proliferação das bactérias do solo.

Os lavradores devem, na defesa de suas terras, tornar-se, também, avicultores. Terão, assim, excepcional adubo para garantir fartas colheitas, como ainda ovos e carnes para sua alimentação ou fornecimento às cidades, o que permitirá maior rendimento econômico de sua atividade agrícola.

DEFINIÇÕES LEGAIS

Como já o fizemos sentir em livros, **Juan Cascon**, o ilustrado professor da Universidade de Madri, disse, com justeza, que se não deve perder de vista que tôda definição estrita e mui pormenorizada corre o risco de deixar de fora entidades verdadeiramente cooperativas, e, inversamente, as definições muito amplas e sintéticas têm o grave inconveniente, de dar acolhida a sociedade de caracteres mui diferentes. No Brasil temos oposto titânica resistência até a pressão de timbre político e a dubiedade de interpretações, no sentido de preservar de distorção a estrutura doutrinária do sistema cooperativo e os ditames legais A lei vigente (cujas definições e prolexidades, de início, combatemos, mas que a experiência posterior mostrou serem como aprendizado e disciplinação) apesar de suas minudências e falhas, ao lado de aspectos excelentes para a boa conformação da idéia cooperativa, quando tudo ainda era incipiente no Brasil nesse campo, a lei vigente tem tido êste mérito incontestável, dentre outros: tem sido um antemuro, precisamente pelas suas definições, e maiores deformações do movimento cooperativo, e não tem impedido o surgimento de novas formas cooperativas não compreendidas em sua enumeração, de viso regulamentar.

DIVAGAÇÕES COOPERATIVAS

FABIO LUZ FILHO

Não obstante as jurisprudencias firmadas pelas consultas jurídicas em lúcidas exegeses, e a resistência aludida, que se abroquela com a lei e os saudáveis princípios cooperativos, não têm sido pequena nem esporádica a investida da intermediação especulativa e dos vivos sofistas aforados em mentores. E essa pressão crece quando vem ela firmada em pessoa jurídica, como se não bastasse o que já existe de abastecimento provocado pelas pessoas físicas sem iniciação doutrinária e sem escrupulos, pendo o poder publico pela natural, justa liberalidade da lei e baldo dos elementos necessários para dar a devida assistência ou colocar óbices à solércia e a contumácia.

A lei 22.239 foi revogada em 1934, revigorada em 1938 e em 1945, sempre sob a pressão dos dois maiores Estados do Brasil: São Paulo e Rio Grande do Sul, nos quais é mais intenso o movimento cooperativo. Revigorada, mais uma vez, em 1945, está hoje em vigor, com as alterações introduzidas pela lei 581, de 1938, automàticamente revigorada em 1945 pela 8.401.

Como lei promulgada em 1932, quando o movimento coooperativa brasileiro em rigor se iniciava, sobretudo no campo agrícola, tem defeitos e tem virtudes. Um de seus defeitos talvez seja ter, em muitos pontos, aspecto de regulamentação, o que, no entanto, prejudicando um pouco, de um lado, beneficia de outro, dada a falta de educação cooperativa e esclarecimento do povo em geral. No recente seminário realizado em Natal (Julho de 1957) sob os auspícios de ilustres prelados, Dom E. Sales e Dom Delgado, assim como no Congresso de Cooperativas Ervateiras, realizado em Curitiba (tambem em julho), foram sugeridas algumas modificações na lei 22.239, com claras razões

Com suas definições regulamentares a 22.239 tem servido, não obstante, como o dissemos, para que o Serviço de Economia Rural, apoiado nos departamentos estaduais de cooperativismo, tenha evitado deformações insanáveis do sistema, o que seria impossível com uma lei sem essas definições. No Brasil, há, nos meios rurais, o baixo nivel cultural das populações, e, nos grandes centros urbanos, os falsos mentores, os aproveitadores e pescadores de águas turvas e desvirtuadores do sistema, os quais precisam de uma barreira legal explicita e firme. Conduziram ao recente decreto 41.872 (16-7-57).

Esse caráter regulamentar não obstante, poderia ser atenuado se tivesse havido menos açodamento em 1945.

Os líderes e militantes dos Estados de S. Paulo e do Rio Grande do Sul, acham que as leis 22.239 e 581, devem ser mantidas. Afirmam que, apesar dos defeitos que têm (expressão "mercantil" procurarão até 30, imprecisão no critério das delegações, prolixidade e certa confusão na distribuição da matéria, pontos outros um tanto dúbios) possui, em compensação, disposições excelentes, como as referentes à proibição da participação de comerciantes e pessoas jurídicas com caráter de intermediação, o caráter neutral, etc., etc., definindo bem os aspectos doutrinários, dando a cooperativa como uma **sociedade de pessoas** de forma jurídica sui-generis, o que na legislação sul e centro-americana, r e p r e senta um grande passo na verdadeira con-

ceituação de que seja cooperativa.

Excessão feita de uma ou outra definição, no geral as cooperativas estão na lei 22.239 bem caracterizadas.

HOLYCAKE

Holycake, o grande socialista-cristão e o historiador dos Pioneiros, nasceu em 1817, em Birminghan, então centro do movimento político inglês, de origem humilde. As clases inferiores se debatiam em angustiante miséria. Filiou-se cedo às idéias de **Owen**, embora considerando irrealizáveis muitas delas. **Owen** em 1841 fêz de Holicake um de seus "missionários". Estêve prêso durante seis mêses, tendo-se recusado a renunciar à sua propaganda mesmo com o oferecimento de sua liberdade, quando da morte do filho. Voltando a Londres, vindo de Glasgow, criou um novo partido — o secularista — com o que ficou do owenismo. Publicou numerosos trabalhos e elaborou várias publicações sôbre temas políticos-sociais. Teve relações com **Mazzini, Kossuth, Garibaldi**, etc. Em 1843 fêz uma conferência em Rochadale sôbre ajuda mútua e cooperação, o que teve grande influência para a criação da cooperativa dos "Pioneiros".

Em 1857 apareceu o seu livro denominado "Self-Help", traduzido em muitas línguas e editado pela cooperativa de consumo de Leeds. Foram companheiros seus os socialistas cristãos **Ladlon** e **Vansitart Neals, Tomás Hughes** e o padre **Carlos Kinsgs'ey**, os quais se bateram pelo princípio de divisão das sobras das cooperativas em partes iguais.

Holycake sempre defendeu em artigos sucessivos na revista "Cooperative News", a participação dos operários nos lucros das emprêsas. Em 1875 publicou a "História da cooperação" e em 1878 a "História dos pioneiros de Rochadale", traduzida em quase tôdas as línguas, inclusive em português, edição brasileira de Francisco Alves. Foi fundador em 1895 da Aliança Cooperativa Internacional de Cooperativismo.

Em 1891, publicou **Holycake** o livro "O movimento cooperativista na atualidade" e, em 1904, "Mortos dignos de recordação". Faleceu em 1906.

A União Cooperativa Inglêsa deu ao seu edifício o nome de "Holycake House", isto é, "Casa de Holycake".

DÓLAR INDUSTRIAL

Tenho acompanhado pela imprensa do Rio e São Paulo, as pretensões dos industriais de tecidos, que pleiteiam dollars de Cr$ 80,00 para exportação.

Esta medida, de franco favoritismo a determinado grupo de industriais, será profundamente prejudicial à agricultura do algodão, pois que, a concessão de mais cruzeiros por dollar ou moedas equivalentes para os produtos manufaturados, implicará na venda, destes nos mercados externos, a preços depressivos em função dos preços vigentes nos mesmos para as materias primas.

Ficará então o mercado de algodão sujeito a uma continua pressão de carater baixista, porquanto, vendendo a industria sua produção nos mercados externos, que são também consumidores da materia prima agricola, a preços relativamente mais baixos do que o preço da materia prima acrescida do custo da manufatura da mesma — o que poderão fazer, uma vez que beneficiados com uma taxa de conversão que lhes concede mais cruzeiros por dollar — é evidente que pela pressão da concorrência, os mercados compradores serão forçados a baixar as cotações das matérias primas, afim de, por sua vez, poderem competir com os produtos manufaturados.

Ocasionada então, a baixa das cotações das materias primas, as firmas industriais aqui estabelecidas, podendo refazer suas compras a preços mais baixos, voltarão a competir nos mercados exteriores com mais baixos preços para as novas vendas, estabelecendo-se um inevitável circulo vicioso de carater depressivo, ou seja mesmo, um verdadeiro "dumping", envolvendo sucessivamente as cotações das materias primas e dos produtos manufaturados, que terminará fatalmente no completo aniquilamento da agricultura do algodão.

Faço abaixo um calculo demonstrativo, apenas para analisar a maneira pela qual se reflete a medida que se pretende adotar, em relação às cotações dos produtos manufaturados e consequentemente, nas dos produtos agricolas. Os preços e as taxas de conversão aqui colocados, servem apenas de referência, pois não alteram o fundamento da analise do problema, mesmo porque, não desejo focalizar apenas o caso do algodão,

mas torná-lo extensivo a todos os produtos cuja taxa de conversão cambial para a exportação manufaturada está favorecida pela concessão de mais cruzeiros por dollar, como é também o caso do cacau, que sofreu e ainda sofre o resultado desta nefasta medida, inegavelmente, um dos diversos fatores que concorreram para movimentar a pressão baixista do m e r c a d o, cujas cotações atingiram niveis tão infimos, que abalaram fundamente a economia dêste produto.

Vamos supor que uma tonelada de determinado produto, é cotada a Us$ 100,00, os quais, á uma taxa de conversão de Cr$ 45,00 por dollar, dá um total de Cr$ 4.500,00.

Admitamos que as despesas e mais o lucro para manufaura da tonelada, fiquem em outros tantos Cr$ 4.500,00.

Achamos então um total de Cr$ 9.000,00 para o produto manufaturado, o que, á mesma taxa de Cr$ 45,00 por dollar daria um prêço de venda de Us$ 200,00 por tonelada.

Concedendo porém o govêrno, ao industrial, uma taxa de conversão especial, de Cr$ 80,00 por dollar, verificamos então que o produto manufaturado será vendido, apurando o vendedor os mesmos Cr$ 9.000,00, por apenas Us$ 112,50 por tonelada.

Observamos então, que êste sofre um baixa de prêço nos mercados exteriores de 43,75 porcento, e sendo assim, é claro, lógico e indiscutivel, que o prêço da matéria prima, também sofrerá uma baixa correspondente áquela, ou seja, de 21,75 porcento, e passará a ser cotada a Us$ 78,00 (a baixa nêste caso, atinge apenas a parcela de 50% do total do produto manufaturado, correspondente ao quantum da matéria prima); e então, convertendo-se êstes Us$ 78,00 á taxa de conversão de Cr$ 45,00 — porquanto essa permanece fixa para o produto agricola — acharemos Cr$ 3.510,00 para cotação da tonelada da matéria prima.

A queda da cotação virá sacrificar exclusivamente o agricultor uma vez que o industrial, podendo refazer suas compras dentro dos novos prêços, e adicionando a êste as despesas de manufatura e mais os lucros (acima estipulado em Cr$ 4.500,00), terão o produto manufaturado ao prêço de Cr$ 8.010,00, podendo então, á taxa de Cr$ 80,00 por dollar, baixar novamente o prêço da venda para Us$100,00, ou seja, com uma diferença de quasi 10% a menos, o que, consequentemente, forçará nova baixa para a matéria prima.

E assim, sucessivamente, rolando ladeira abaixo, irão caindo as cotações dos produtos manufaturados e das matérias primas, até atingirem niveis a tal ponto insuficientes para a manutenção da produtividade, que os lavradores abandonarão o cultivo.

Portanto, se não se unirem as classes agricolas na defesa de sua própria sobrevivência, serão aniquiladas pela pressão do dollar industrial, o qual, convem salientar, atuando como arma de dois gumes, atingirá em futuro próximo, as próprias indústrias, as quais, sem matérias primas fornecidas pela agricultura, não poderão funcionar.

Penso portanto, que a Confederação possa estudar o assunto, oficiando ás autoridades competentes, e manifestando-se contra a concessão de dollar favorecido para as indústrias, não sómente de cacau ou algodão, como também de qualquer p r o d u t o agricola do pais, pois, que, cada vez que se proteje unilateralmente determinado setor, faz-se em detrimento e prejuizo de outro, e êste tem sido, sistemàticamente a agricultura.

E também, ressaltando mais uma vez que sòmente por meio de uma reforma cambial de plano e sentido permanente, sem favoritismos injustos e anti-econômicos, por meio de reajustamento e unificação das taxas cambiais de exportação e importação, poderá ser a economia nacional recolocada em bases estáveis e permanentes, condições essenciais para um definitivo incentivo a tôdas atividades produtoras.

Alberto de Oliveira Santos
Da Comissão Permanente do Cacau, da Confederação Rural Brasileira

NOVO TIPO DE FORMICIDA

Experiências de combate à saúva com brometo de metila dissolvido — 100% de eficiência nos testes do Pôsto de Defesa Agrícola de Nova Iguaçu

AGENOR FONSECA JÚNIOR

Chefe do Pôsto de Defesa Agrícola de Nova Iguaçu

São em grande número os formicidas eficientes que se encontram no mercado nacional. A restrição que se pode fazer a alguns dêles diz respeito, principalmente, à complexidade da aplicação. Com a descoberta do brometo de metila, foi dado um grande passo para eliminar a maioria dos inconvenientes que complicam as aplicações, por parte da generalidade dos lavradores nacionais.

Temos ensaiado um regular número de produtos destinados ao combate à saúva, e neste trabalho desejamos, apenas, relatar os resultados de testes que realizamos com o brometo de metila, novo tipo, apresentado dissolvido, liquido e sem pressão. As experimentações tiveram a colaboração eficiente dos seguintes técnicos e auxiliares: Alfredo Moreira, José Carvalho Barbosa Sobrinho, Albino Gomes, Oswaldo Kengen, José Alves da Silva, Justino Francisco, Manoel Barbosa de Mattos, Geraldo Cantalice Toscano, José Henrique de Carvalho, Norival Apolinário, Francisco Teodoro Periard, Waldir Rodrigues Dias e Almir Barbosa Gomes. A todos os nossos agradecimentos.

No Município de Nova Iguaçu — Estado do Rio de Janeiro, — (nas Zonas de Queimados, Rio D'Ouro e Posse), em princípios de outubro de 1956, o Pôsto de Defesa Sanitária Vegetal escolheu para experimentos 35 sauveiros, dos quais 5 foram refugados por apresentarem indícios de terem sido trabalhados ou combatidos com outros formicidas. Depois de devidamente numerados, os trinta sauveiros (ativos), no mesmo mês, foram atacados com o brometo de metila dissolvido ("MM-33").

Os formigueiros foram divididos em dois grupos distintos, segundo a sua situação no terreno, em: **M**, os localizados em **Morro**, em **B**, os na **Baixada**, sendo o número de aplicações e a quantidade de formicida, nos olheiros, variáveis, de acôrdo com o quadro anexo.

Para a verificação dos resultados foram realizadas 3 observações em cada sauveiro, respectivamente, 72 horas, 30 e 60 dias após o ataque. A primeira observação limitou-se a um exame superficial dos formigueiros. Não fizemos nenhuma escavação ou perfuração na zona das "panelas", nessa época; nas segunda e terceira observações, perfurou-se e se escavou sistemàticamente, de acôrdo com as normas técnicas de M. Autuori, do Instituto Biológico de São Paulo. Para êsse nosso trabalho, a atividade dos sauveiros foi representada pelos seguintes símbolos: **SM** para os sem movimento; **AE** para os aparentemente extintos e **E** para os totalmente extintos.

O quadro que reproduzimos é muito elucidativo e dispensa maiores explanações. A conclusão objetiva do experimento comprova a eficiência do brometo de metila na nova forma (dissolvido), quando devidamente aplicado. Nos dois grupos relatados, o MM-33 extinguiu tôdas as colônias existentes nas três zonas dos experimentados de Nova Iguaçu.

CONCLUSÕES:

Pela leitura do quadro anexo, podemos concluir:

Tamanho médio dos sauveiros atacados ....

$$= \frac{2.900}{30} = 96{,}00 \text{ m}^2$$

Média do número de olheiros atacados por sauveiros

$$= \frac{615}{30} = 20{,}5$$

Quantidade média de formicida gasta por sauveiro .....

$$= \frac{30.700}{30} = 1.023 \text{ cc.}$$

Quantidade média de formicida gasta por m² ....

$$= \frac{1.023}{96{,}00} = 10{,}65 \text{ cc.}$$

Tempo médio gasto por sauveiro atacado $= \frac{715}{30} = 23'{,}8$

EFICIÊNCIA = 100%

QUADRO EXPERIMENTAL

ESPECIFICAÇÕES			COMBATE						
							RESULTADOS		
N.º	Área (m²)	terreno	Olheiros existentes	Olheiros atacados	Volume do produto (cm³)	Duração d/aplic. (min.)	72 hs	30 dias	60 dias
1	50	M	51	10	500	14	SM	AE	E
2	300	M	90	72	3,600	35	SM	AE	E
3	120	M	87	30	15.00	30	SM	AE	E
4	30	M	18	6	300	20	SM	AE	E
5	12	M	33	31	500	12	SM	AE	E
6	30	M	16	6	300	15	SM	AE	E
7	90	M	61	20	1.000	30	SM	AE	E
8	36	M	25	8	400	50	SM	AE	E
9	48	M	17	8	400	10	SM	AE	E
10	42	M	12	8	400	29	SM	AE	E
11	170	M	67	10	2.000	40	SM	AE	E
12	110	B	59	10	2.000	38	SM	AE	E
13	150	M	120	92	5.000	50	SM	AE	E
14	36	M	21	7	350	12	SM	AE	E
15	70	M	27	11	700	25	SM	AE	E
16	66	M	32	14	700	35	SM	AE	E
17	60	B	20	12	600	10	SM	AE	E
18	100	B	30	8	100	15	SM	AE	E
19	10	B	25	8	400	15	SM	AE	E
20	51	B	25	10	500	22	SM	AE	E
21	36	B	25	7	350	12	SM	AE	E
22	50	B	30	10	500	18	SM	AE	E
23	60	B	30	18	800	20	SM	AE	E
24	35	B	20	7	35	15	SM	AE	E
25	350	B	90	61	4.000	35	SM	AE	E
26	150	B	50	35	2.000	30	SM	AE	E
27	50	B	27	10	500	16	SM	AE	E
28	50	B	18	10	500	18	SM	AE	E
29	80	B	25	16	800	22	SM	AE	E
30	35	B	18	7	350	22	SM	AE	E

Respostas ao questionário sôbre informação básica necessária para o estudo da "Segurança Social Agrícola" nos paises americanos, preparado pelo Comitê Permanente Interamericano de Previdência Social

(4.ª Parte)

Eng. Agr. *Geraldo Goulart da Silveira*
Diretor Técnico da S. N. A

Concluimos, neste número, a publicação das respostas ao questionário organizado pelo "Comité Permanente Interamericano de Previdência Social".

O referido trabalho foi enviado como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura ao Seminario de Costa Rica, promovido pelo "Comitê Interamericano de Previdencia Social.

Por designação da diretoria da S. N. A., fomos incumbidos de prepará-lo.

K — *CLASSES DE SEGURANÇA SOCIAL DOS TRABALHADORES AGRICOLAS*

Pode-se facilitar uma informação separada a respeito dos empregados, arrendatários e proprietários agricolas, quando exista alguma diferença.

1 — *RISCOS DE GANHOS*

Freqüência relativa às seguintes causas de perdas de ganhos entre os trabalhadores agrícolas.

Acidentes de trabalho
Enfermidades
Maternidade
Incapacidade permanente
Incapacidade por velhice
Morte prematura
Desemprêgo
Danos à colheita
Perdas de gado
Instabilidade do mercado
Outras causas (especifique-se).

Repercussão comparativa do impacto por causa dos riscos acima mencionados nos ganhos das familias e no nivel de vida na agricultura.

Urgência comparativa da necessidade de proteção contra cada um dos riscos acima indicados em favor dos trabalhadores agrícolas.

RESPOSTAS

No Projeto de Lei ora em curso no Congresso Nacional, elaborado por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em seu

Título II, Capítulo I, relativo às normas especiais de proteção ao trabalhador ou ao trabalho estão consignados, no que diz respeito à proteção ao trabalho da mulher que:

a) — é vedado à mulher o trabalho noturno (entre 21 e 4 horas);
b) — é vedado à mulher o trabalho insalubre, arriscado ou prejudicial à gestação;
c) — não constitue justo motivo da rescisão do contrato de trabalho o casamento ou gravidez da mulher;
d) — é proibido o trabalho da mulher grávida seis semanas antes, e seis após o parto;
e) — para amamentar o filho até que êste complete seis meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais.

Em seu Capítulo II, referente à proteção ao trabalho do menor, prevê o referido Projeto de Lei que:

a) — é vedado ao menor de 18 anos o trabalho noturno, insalubre, arriscado ou incompatível com as condições da idade;
b) — ao menor de 14 anos é proibido o trabalho (não se considere como tal o trabalho nos misteres caseiros);
c) — o horário de serviço do menor de 18 anos deve ser compatível com a freqüência às aulas.

Em seu Capítulo I, Título III, que cuida da previdência, prevê o referido Projeto de Lei:

a) — que ao trabalhador rural será assegurado a previdência referente a assistência, à maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, e pensão aos beneficiários em casos de morte;
b) — que a implantação da previdência deverá ser feita gradativamente;
c) — que serão contribuintes do Serviço de ASSISTÊNCIA e PREVIDÊNCIA SOCIAL, o trabalhador rural portador de carteira profissional, o empregador e o Govêrno da União;
d) — que será criado no SERVIÇO SOCIAL RURAL o DEPARTAMENTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES.

Nos itens referidos do presente questionário encontram-se mais alguns elementos que elucidam alguns dos quisitos do iten acima.

2 — *MEDIDAS EXISTENTES PARA A PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES AGRICOLAS CONTRA AS PERDAS DE GANHOS*

Indique-se as disposições e a administração de qualquer das medidas dos seguintes tipos que já se aplicam aos trabalhadores agrícolas.

A LAVOURA

(ORGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SAO PAULO —

Medidas de Previdência Social.
Medidas não contributorias.
Medidas de assistência pública.
Medidas de previsão do empregador ou do proprietário, individualmente.
Legislação regulamentando as condições do emprêgo agrícola.
Seguro de colheitas ou gado.
Programas estatais de subsídios ou de ajuda para proteger os preços.
Programas de proteção de cooperativas.

Outras medidas.

RESPOSTAS

Pelo Projeto de Lei que estende aos trabalhadores do campo os benefícios da legislação trabalhista já existente no país para

os demais trabalhadores, elaborado por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados e que se encontra em curso no Congresso Nacional está estipulado que será assegurado aos trabalhadores rurais o direito à previdência social que abrangerá:

a) — assistência à maternidade;
b) — auxílio doença;
c) — aposentadoria por invalidez e velhice;
d) — pensão aos beneficiários em caso de morte.

A lei n.º 2.613 sancionada em 23-9-56 criando o Serviço Social Rural (S. S. R.) estabelece que àquela Autarquia que já se encontra instalada no país e em fase de organização, prestará serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida de sua população, especialmente no que concerne:

a) — à alimentação, ao vestuário e à habitação;
b) — à saúde, à educação e à assistência sanitária.

De um modo geral, si bem que ainda de um modo precário, é extensiva aos trabalhadores rurais a legislação de acidentes de trabalho em vigor no país.

Está em vigor no país, a Consolidação das Lei do Trabalho (Decreto-Lei n.º 5.542 de 1-5-943, que institue normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho nela previstas.

Embora esta Lei não se aplique, no todo, aos trabalhadores rurais, alguns de seus preceitos se estendem até êles.

São os seguintes os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho que amparam o trabalhador rural:

a) — o artigo 129 da Seção I, do Capitulo IV estabelece que todo empregado terá anualmente, direito ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da respectiva remuneração, e o parágrafo único do mesmo artigo que estabelece os seguintes: "as disposições deste capitulo aplicam-se aos trabalhadores rurais."

Esse direito de férias é adquirido após cada periodo de doze meses de vigência do contrato de trabalho e a duração dessas férias é de vinte dias para os empregados que tenham ficado à disposição do empregador durante os doze meses, diminuindo para 15, 11 ou 7 dias conforme o empregado tenha ficado, no mesmo periodo, à disposição do empregador mais de 250, de 200 ou de 150 dias.

b) — são aplicáveis aos trabalhadores rurais os dispositivos constantes dos capitulos I, II e IV do Titulo V (do contrato individual do trabalho) relativas às disposições gerais, remuneração e suspensão e da interrupção.

Quanto às disposições gerais, estabelece o contrato individual de trabalho, poderá ser acordado tácito ou expressamente, verbalmente ou por escrito, e por prazo determinado ou indeterminado.

Estabelece ainda o artigo 506 que no contrato de trabalho agricola é licito o acôrdo que estabelecer a remuneração *in natura*, contando que seja de produtos obtidos pela exploração do negócio e não exceda de um têrço do salário total do empregado.

A Lei n.º 605, de 5-1-1949 que dispõe sôbre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias de feriados civis e religiosos, e a Lei n.º 27.048 que aprova o regulamento da Lei 605, estabelecem que as suas disposições se aplicam aos "trabalhadores rurais, salvo os que trabalham em regime de parceria agricola, menção ou forma semelhante de participação na produção."

"O repouso remunerado a que se referem as leis citadas significa que "todo empregado tem direito a repouso remunerado num dia de cada semana, preferentemente aos domingos, nos feriados civis e nos religiosos, de acôrdo com a tradição local, salvo exceções previstas na Regulamento."

c) — a consolidação das Leis do Trabalho no Capitulo III, Seção 5, artigo 76 estabelece que o "salário mi-

nimo e contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte."

A classe rural reunida em Fortaleza, Estado do Ceará, durante IV Conferência Rural Brasileira expoz seu ponto de vista aceitando :

a) — a adoção do regime de oito horas de trabalho, assegurada, porém, a necessária flexibilidade para o atendimento dêsse horário;

b) — em princípio, a estabilidade dos trabalhadores rurais, matéria que deverá ser enquadrada em legislação especial, observadas as particularidades e as características das atividades econômicas do campo.

Pela lei n.º 2.168, de 11 de janeiro de 1954, foram estabelecidas as normas para a implantação do Seguro Agrário, no país, destinado à :

— "preservação das colheitas e dos rebanhos contra a eventualidade de risco que lhes são peculiares".

Pela mesma lei, foram instituídos :

a) — o Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário;

b) — a Companhia Nacional de Seguro Agrário.

Pelo Decreto n.º 35.370, de 12 de abril de 1954, foram regulamentadas as operações de seguro agrário, e, pelo Decreto 35.409, de 28 de abril de 1954, foram aprovados os estatutos da Companhia Nacional de Seguro Agrário.

A referida entidade é uma sociedade por ações, de economia mixta, e tem por objetivo explorar e desenvolver, progressivamente, as operações de seguros agro-pecuários.

Embora iniciando suas atividades pròpriamente ditas em 16 de março de 1955, quando pelo Decreto n.º 37.043, foi aprovado o Plano de Seguro Pecuário dos Bovinos, já está operando a Companhia Nacional de Seguro Agrário com os seguintes planos :

a — Seguro Pecuário de Bovinos
b — Seguro Agrário do Trigo
c — Seguro Agrário de Videira
d — Seguro Agrário de Algodão Herbáceo
e — Seguro Agrário de Arroz
f — Seguro Agrário de Café

Pelo exame do relatório da referida Companhia referente ao exercício de 1953 verifica-se que ela já tem instaladas cinco sucursais, respectivamente no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Ponta Grossa e Uberaba.

Além disso, tem ela procurado atribuir aos principais Bancos que realizam operações de financiamento à lavoura e à pecuária, a função de seus Agentes, sendo assinado, nêsse sentido, um contrato com o Banco do Brasil, através do qual êsse estabelecimento de crédito assumiu :

a — o encargo de divulgar o seguro agrícola através de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial;

b — de suas Agências serem correspondentes da mesma em todo o país;

c — de financiar os prêmios dos seguros realizados.

Ao findar-se o exercício de 1955, a Companhia Nacional de Seguro Agrário já havia realizado as seguintes operações de seguros; emitindo :

a — 112 apólices de seguro pecuário de bovinos num valor segurado de Cr$ .... 28.887.517,00, cobrindo 925 animais;

b — 129 apólices de seguro agrário do trigo, cobrindo uma área de 19.765 hectares, com capital segurado de Cr$ 55.789.896,60;

c — 437 apólices, na cobertura de .... 3.990.773 videiras e um capital de Cr$ 40.328.708,00;

d — 5 apólices, na cobertura de 276.000 cafeeiros e um capital de Cr$ 2"124.000,00;

e — 14 apólices, cobrindo 501 hectares plantados com arroz, e um capital de Cr$ .. 1.468.044,00.

Conforme se verifica, êsse números significam muito pouco, mas é preciso considerar que a Companhia começou a atuar em março de 1955.

Para que se tenha uma idéia do pouco que ainda se está fazendo basta examinar os dados relativos aos bovinos e ao trigo :

Gado bovino

População bovina do país:	57.625.340 cabeças
Bovinos segurados	925 "

Cultura do trigo

Área cultivada	1.081.397 hectares
Área segurada	19.765 "

Em face da aceitação, por parte dos agricultores e criadores, é de esperar-se que, em pouco, grande parte das culturas e criações estejam seguradas, garantindo assim maior tranquilidade para os mesmos.

A Lei 1.506, de 19 de dezembro de 1951 estabeleceu prêços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros da produção nacional.

De acôrdo com a referida Lei, êsses prêços mínimos são assegurados pelo Ministério da Fazenda, através da Comissão de Financiamento da Produção.

A referida Lei assegura :

a — aquisição de produto pelo preço mínimo estabelecido;

b — o financiamento de 80% dêsse prêço

Os prêços mínimos são estabelecidos tendo-se em vista :

a — dados relativos ao custo de produção;

b — dados estatísticos relativos a preços verificados nos mercados, ágios e deságios e demais elementos que possam esclarecer o assunto.

Estabelece ainda a referida Lei que a fixação dos preços mínimos e as especificações correspondentes deverão ser feitas com antecedência de três meses do início de cada ano agrícola.

No momento já estão com preços mínimos fixados para vigorarem em 1957, os seguintes produtos:

Arroz
amendoim
feijão
soja
milho
girassol
trigo em grão
farinha de mandioca
fécula de mandioca
tapioca
mate

Relativamente às cooperativas agrícolas, podemos informar, tendo em vista dados fornecidos pelo Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, que em 1955 existiam no país 1.301 cooperativas de produção congregando 240.328 associados, conforme se verifica no quadro adiante:

Regiões	*N.º de cooperativas de produção*	*N.º de associados*
Norte	40	1.518
Nordeste	293	35.731
Leste	329	35.081
Sul	599	166.619
Centro-Oeste	41	1.379
	1.301	240.328

Essas 1.301 cooperativas de produção representavam um capital subscrito de Cr$ .. 927 928.704,00 e realizado de Cr$ ...... 496 233.832,00.

Conforme se verifica o número médio de cooperados, por cooperativa de produção, era, em 31-12-1955, de 184 pessoas.

Além disso, convém lembrar que atuam no meio rural numerosas cooperativas de Crédito Agrícola, também chamadas Caixas Rurais.

No sul do país, estão em funcionamento 54 Caixas tipo Raiffeisen.

Ainda no sul, predominam as cooperativas agrícolas chamadas de transformação, como cooperativas Vinícolas, de Laticínios, de Xarque, de Banha, etc.

As cooperativas em geral, e, portanto, as cooperativas agrícolas, gozam, no país de vários favores governamentais, entre os quais podemos destacar os seguintes :

a) algumas franquias fiscais, entre as quais a isenção de selos em tôdas as operações entre os cooperados e as cooperativas e isenção de impôsto de renda;

b) em alguns Estados e Municípios, a critério dos mesmos, vem sendo concedidas isenções de impostos estaduais e municipais inclusive o tributo de vendas e consignações;

c) para o transporte de implementos agrícolas, adubos, inseticidas, etc., gozam as cooperativas de um abatimento de 50% nas estradas de ferro federais.

Para o crédito agrícola às cooperativas conta o país com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, e, além disso, em alguns Estados existem Caixas de Crédito próprias, para o financiamento às cooperativas.

O Banco do Nordeste, e outros financiam igualmente, as cooperativas agrícolas.

O Decreto-Lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945 regulou a vida rural brasileira em base associativa, sob a égide da Confederação Rural Brasileira no âmbito federal, das Federações das Associações Rurais, no âmbito estadual, das Associações Rurais, no âmbito municipal e dos Nucleos Rurais, no âmbito distrital.

Existem, em 1954, devidamente registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura 1.049 associações rurais congregando 143.364 associados, assim distribuidos :

Regiões	*N.º de associações rurais*	*N.º de associados*
Norte	53	3.176
Nordeste	373	27.280
Leste	245	28.268
Sul	331	81.233
Centro-Oeste	47	3.407
	1.049	143.364

3 — *NECESSIDADES CONCERNENTES AOS SERVIÇOS DE SALUBRIDADE*

Condições necessárias de salubridade dos trabalhadores agrícolas e suas famílias; quais são as enfermidades endêmicas mais comuns entre a população agrícola, etc.

RESPOSTAS

O Projeto de Lei elaborado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, estendendo aos trabalhadores rurais o que a legislação trabalhista já concede aos outros trabalhadores, e que ora se encontra em curso no Congresso Nacional, estipula que serão assegurados a todos os trabalhadores a higiene e a segurança do trabalho assunto que aprovada a lei, será regulamentado.

Podemos informar que o Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, vem realizando campanhas de grande âmbito, visando especialmente as seguintes endemias, muitas das quais ocorrem, em grande escala no meio rural :

Malária
Filariose
Verminoses
Leishmaniose
Febre Amarela
Bocio Endêmico
Esquistossomose
Bouba
Peste
Tracôma
Doença de Chagas
Hidatidose.

Outros órgaos da administração publica têm a seu cargo o combate a outras doenças de "massas", muito disseminadas no meio rural, tais como;

Tuberculose
Sifilis
Lepra
Variola
Amobiases
Tifo
Doenças venéreas.

Para que se tenha uma idéia do que se tem feito no Brasil neste setor, basta lembrar que :

a) — em 1953, já estavam especialmente trabalhados no que tange ao combate à esquistossomose 86 municípios, abrangendo 900 localidades;

b) — só na área malarígena foram tratados, em 1953, quase dois milhões e meio de habitações (2.462 926 casas tratadas com DDT);

c) — sòmente em hospitais especializados no tratamento da tuberculose se existiam no país, em 1953, treze mil e seis leitos, distribuidos em 169 hospitais. Nesse mesmo ano foram vacinadas 727.663 pessoas (vacina B.C.G.);

d) — no que diz respeito à febre amarela, funcionam no país 1 390 postos de viscerotomia que, em 1954 recolheram 5.393 amostras de fígado para exame. O serviço anti-Aegypti abrange 271 município com

47 307 localidades. Em 1954 foram tratados com D D T., 76 540 habitações;

e) — quanto ao combate à lepra, existem no país 38 leprosários com 22.588 leitos e 31 preventórios com 4.311 leitos (1954);

f) — relativamente à peste foram distribuidos em 1954 1 986.481 raticidas, realizadas 3 854 228 aplicações de cianodás e 1 228 040 dedetizações em prédios.

E a seguinte a distribuição das endemias pelas cinco regiões do país:

a) — REGIÃO NORTE — malária, verminose, febre amarela, filariose, leishmaniose e bócio endemico,
b) — REGIÃO NORDESTE — verminoses, esquistossomose, tracôma, malária, leishmaniose, bouba, peste, filariose, doença de Chagas, bócio.
c) — REGIÃO LESTE — verminose, malária, esquistossomose, bouba, peste, tracôma, doença de Chagas, bócio e febre amarela,
d) — REGIÃO SUL — malária, verminose, doença de Chagas, bócio e febre amarela
e) — REGIÃO CENTRO-OESTE — malária, verminose, bócio, doença de Chagas, febre amarela, leishmaniose.

4 — *FACILIDADES DE SALUBRIDADE EXISTENTES PARA OS TRABALHADORES AGRICOLAS*

Métodos atuais para facilitar à assistência médica à população agricola; proporção agricola que pode valer-se de tal assistência medica; tipos de assistência e condições sob as quais se facilitam os cuidados médicos; serviços de salubridade pública nas regiões agricolas; proporção de médicos, dispensários e camas nos hospitais para a população nas regiões correspondentes, etc.

RESPOSTAS

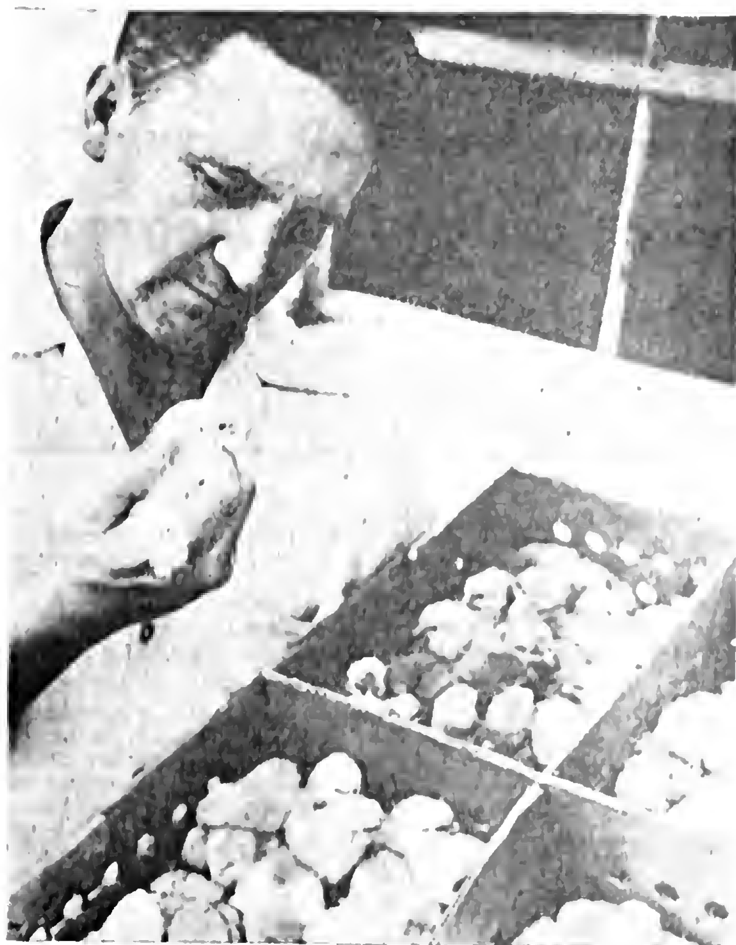
Alem do que já vem fazendo o Ministério da Saúde no sentido da assistência médica, as Secretarias de Saúde dos Estados também tem colaborado nesse sentido.

O Serviço Social Rural, recentemente criado e cujos objetivos já foram citados em outros itens do presente questionário, cuidará também da assistência médica à população rural.

(Continua na pág. 56)

BENEFICIOS ALIMENTARES OBTIDOS COM ANTIBIÓTICOS

Uma "galinha em cada panela" é uma possibilidade prática nas regiões que desejam carne a preços baixos. Assim disseram os cientistas, especializados em nutrição, que assistiram à primeira conferência internacional do uso de antibióticos na agricultura.



Pintos maiores e mais fortes...

O professor G. F. Combs, cientista em investigações da Universidade de Maryland, declarou aos delegados dos treze países reunidos em Washington, que os aditivos antibiótico, na alimentação estão adiantando o crescimento dos pintos a um custo mais baixo que as alimentações comuns.

Num discurso lido na Conferência, a primeira desta classe, o Professor Combs indicou que com a nova técnica dos antibióticos, o número mundial de galinhas hoje calculado em mais de 2.000 milhões, poderia ser multiplicado ràpidamente.

Salientou que os melhores resultados podem ser obtidos sob condições normais na criação de galinhas, tal como é hoje praticado em muitas partes da América Latina, Asia e Africa, onde nenhum ambiente higiênico é normalmente criado para a avicultura. O orador atribuiu o fato à atividade antibacterial dos antibióticos, eliminando as bactérias prejudiciais dos intestinos.

O principal antibiótico para aumentar o crescimento das galinhas é a *Aureomicina*, descoberta pelo cientista americano *Dr. Benjamim Duggar*, que assistiu também àquela conferência em Washington.

Participaram, nesta reunião, cientistas especializados na alimentação de França, Alemanha, Inglaterra, Escócia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Espanha, Africa do Sul, Canadá, Guatemala, México e Estados Unidos da América do Norte.

(Conclusão da pág. 26)

do, portanto, por um único ovo nas refeições. Dois ovos, por exemplo, substituem em uma refeição, inteiramente a carne.

Em geral, recomenda-se para um perfeito regime alimentar a variabilidade dos alimentos. Com ôvo, porem, esta variabilidade é mínima e pràticamente dispensável, desde que seja utilizado, mesmo diariamente, sob formas culinárias diferentes. Não há nenhum inconveniente na sua inclusão durante dias seguidos em qualquer uma das refeições diárias, pela manhã, no desjejum, no almoço, no lanche ou no jantar.

A composição do ôvo, traduz energia, vitalidade e fôrça criadora, natural, neste simples e econômico alimento.

RÊDE DE SILOS E ARMAZENS PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS

ITAGYBA BARÇANTE
Diretor Técnico do S.N.A.

1.ª PARTE

GENERALIDADES

É da maior importância para o Estado de Minas Gerais, a instalação da *rêde de silos e armazéns*. Com a produção dispersa por seu vasto território, torna-se difícil, senão mesmo impossível, a regularização dos transportes para os centros consumidores e normalizar o abastecimento, sem aquela providência preliminar.

Por outro lado, torna-se difícil o aumento da produção, primeiro, devido a falta de transporte, segundo, por não contar a lavoura com o indispensável crédito bancário.

Pela falta de aramazenamento adequado, além das perdas por deterioração, vasamento, etc., que oscilam entre 25% a 40%, o lavrador, principalmente o pequeno, fica sujeito às manobras dos interemediarios que, para auferirem maiores lucros, forçam a baixa de preços nas fontes de produção, no início de cada safra, com uma regularidade impressionante. A oscilação é provocada para facilitar a aquisição de estoques, em condições favoraveis. O lavrador que tem compromissos inadiáveis se vê na contingência de aceitar qualquer cotação. Tudo em favor do intermediário

Os financiamentos da produção, inclusive aquele proporcionado pela Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Fazenda, por suas exigências, são feitos aos intermediários que adquirem os produtos em ótimas condições, formando estoques que serão negociados na entre-safra por preços elevados.

O credito para financiamento da produção, de um modo geral, beneficia apenas ao comércio. É ainda, o sistema colonial imperando

Achamos mais grave a falta de armazenamento, do que mesmo a deficiência de transportes.

Em um Estado da extensão territorial como o de Minas Gerais, com a produção esparsa, não é crivel que se transporte, durante o pequeno período de safra, tôda a produção. Se isto se verificasse, veríamos, durante as safras, trafegarem milhares e milhares de composições ferroviárias e caminhões, que voltariam dos grandes centros para o interior vazios, para de lá, transportarem, de retôrno, as grandes safras. Isto durante, aproximadamente, 90 dias, para, depois, permanecerem estacionados o resto do ano.

Por outro lado, transportadas as safras do interior para os grandes centros, aqui iriam elas apodrecerem pela falta de armazenamento adequado.



SILO DE JOAÇABA — Santa Catarina

O recurso é o estabelecimento da rêde de silos e armazens que, ainda mais, irá facilitar o crédito, principalmente ao pequeno produtor.

CRÉDITO AGRÍCOLA

O Estado de Minas Gerais, é o principal acionista de três grandes bancos: — Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco Mineiro da Produção e Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais.

O primeiro dêles, agora é que vai iniciar operações de crédito agrícola, os dois outros concedem financiamento á lavoura que equivalem, aproximadamente, a 6% do movimento total de empréstimos.

O Banco Mineiro da Produção concedeu empréstimos para a safra de 54-55 a 4.138 lavradores, em um total de Cr$ 162.347.560,00, e o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, financiou em 1955, a 6.832 lavradores, em um montante de Cr$ .... 240.761.339,30.

Os financiamentos pelos dois Bancos do Estado, somaram a importância de ..... Cr$ 403.108.899,30, para uma produção total no valor de Cr$ 20.226.848.000,00 o que representa, aproximadamente, um financiamento equivalente a dois por cento do valor da produção.

O Banco do Brasil, por sua vez, registra um saldo de empréstimo realizado em 1955, para a agricultura, incluidos os empréstimos agro-pecuários e agro-industriais, no montante de.. Cr$ 572.385.000,00, equivalente a cêrca de 3% do valor total da produção.

Outros Bancos concederam financiamentos à lavoura, como: Banco Agrícola de Sete Lagoas, em um total de Cr$ 23.481.005,80; Banco de Minas Gerais S. A., em um total de Cr$ .... 204.887.238,40; Banco Ribeiro Junqueira S. A., de .. Cr$ 1.957.240,70; Banco do Triângulo Mineiro S. A., de Cr$ 9.646.148,50; Casa Bancária Cruzeiro do Sul S. A., Cr$ 132.000,00.

A produção agrícola do Estado foi estimada, em 1955, em Cr$ .... 20.226.848.000,00, o total de financiamentos em Cr$. 1.215.567.532,70, ou seja cêrca de 6% do valor da produção.

As coperativas de produção do Estado receberam do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, empréstimos no montante de Cr$ ...... 26.370.072,40, registrando elas uma produção total de Cr$ 385.558.938,00, ou seja um financiamento equivalente a cêrca de 7% do valor de sua produção.

Como se verifica, o lavrador não conta com créditos para custear suas lavouras, precisando, logo que colhe, negociar sua produção, para conseguir recursos para solver seus compromissos

SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO

Por isso, um sistema de silos e financiamento bem organizado virá fatalmente concorrer não só para o aumento da produção no Estado, como ainda para a melhoria dessa produção que será vendida de acôrdo com a sua qualidade, proporcionando, também, o barateamento do produto para o consumidor:

a) — pela retirada de intermediários que auferem lucros bem superiores aos dos lavradores;

b) — pela supressão de perdas devidas ao não armazenamento ou ao armazenamento inadequado.

Dos sistemas de silos e financiamentos mais conhecidos, o que melhor atende ao lavrador é, inegàvelmente, o do Canadá.

Funciona êle supervisionado pela "The Canadian Wheat Board". Os silos, em número superior a seis mil, espalhados pelo interior das regiões agrícolas, pertencem ás coperativas ou sociedades anônimas, que recebem uma módica taxa para armazenamento.

Quando o lavrador entrega seu produto, na bôca do silo, é êle classificado, recebendo então da "Canadian Wheat Board" um cheque descontável em qualquer Banco do Canadá, equivalente ao valor total do produto entregue, de acôrdo com o prêço mínimo prèviamente fixado pelo Departamento de Agricultura, e um certificado de entrega da mercadoria, com o seu prêço e respectiva classificação.

Depois disso, é o cereal transportado, à proporção das necessidades, para o mercado interno ou para os grandes silos portuários. Nesta oportunidade, recebe nova classificação em cada vagão de estrada de ferro, classificação esta conferida pelo "Laboratório Central", em Wenipeg.

Nos silos portuários são, ainda, classificados duas vêzes:

a) — pelos técnicos do Govêrno;

b) — pela Companhia Proprietária do Silo que recebe a mercadoria.

Quando exportado, recebe nova classificação dentro do navio.

A comercialização do produto é feita pela "The Canadian Wheat Board", que o coloca no mercado pelos melhores preços conseguidos.

Vendido o produto, se alcançar êle melhor prêço que o mínimo fixado pelo Govêrno, é a diferença para mais devolvida pela Junta, ao produtor; se fôr êle menor que o mínimo fixado, o Govêrno paga a diferença para menos.

Este sistema funciona perfeitamente há *dezenove anos*. É interessante notar que até a data de minha visita ao Canadá não havia sido, em nenhum ano, negociada a produção por prêço inferior ao mínimo fixado.

Nos *Estados Unidos da América do Norte*, a Comissão de Planejamento, financia o produto na base de 90% do prêço mínimo fixado pelo Govêrno, concedendo ao produtor um prazo de 180 dias para, livremente, negociar a mercadoria. Findo êste prazo, se não fôr negociado o produto, o Govêrno o encampa pelo valor do financiamento. Desta parte encampada pelo Govêrno, provêm os "Excedentes Agrícolas" daquele País.

No *Estado de Minas Gerais*, como em todo o Brasil, temos, para a implantação de tão importante sistema, de levar em conta três aspectos fundamentais:

a) *o psicológico*: porque o nosso produtor não gosta que se misture a sua produção com a de outro e, no silo, só pode entrar o produto a granel, perdendo logo a sua procedência;

b) *o econômico*: a construção e as instalações do silo são bem mais caras que as do armazém, e, ainda, o silo se destina a um armazenamento mais prolongado, o que não se dá no Estado, onde as safras são consumidas ou exportadas, no máximo, durante um ano agrícola;

c) *o de transportes*: em geral, a produção se concentra em pontos distantes das estradas de ferro, com o transporte em caminhões, dificultando a movimentação da produção a granel.

O fim essencial é manter os produtos armazenados em boas condições, até a sua colocação no mercado, e facilitar o escoamento regular das safras.

Para tanto é necessário:

a) que os detalhes de construção, equipamento e funcionamento do armazém permitam a manutenção da qualidade e integridade do produto durante todo o período de estocagem;

b) que o produto a ser armazenado apresente alta qualidade, com a eliminação de poeiras, detritos, grãos danificados ou atacados por carunchos ou môfo, e o *teor de umidade* adequado, que é de 13% para o milho e o arroz de 12% para o feijão.

ARMAZÉNS

LOCALIZAÇÃO: O armazém deve ficar em ponto junto aos desvios ferroviários ou à margem de estrada de rodagem, em centro de terreno de, pelo menos, 10 000 m2, a fim de se permitir as manobras e estacionamento de caminhões.

O local deve ser plano e bem drenado e o terreno preparado de tal forma que as águas da chuva sejam ràpidamente afastadas do edifício; — servido de água encanada para as caldeiras dos secadores e de fôrça elétrica para acionar as diversas máquinas do armazém.

Construção — devem ser construídos de alvenaria, com grandes portas de entrada de caminhões, piso de cimento com 15 cms. de es-

pessura e tablados de madeira, removiveis, para empilhamento de sacaria, deixando, no centro, passagem livre para caminhões. Os detalhes de construção devem ser tais que tornem o edifício à prova de umidade e de roedores, — e que permitam o expurgo, no próprio armazém, com *Metilo-bromêto*.

A cobertura do armazém é assunto da maior importância. Em geral, as coberturas com telhas de *cimento-amianto*, tipo *eternite*, não tem dado bons resultados, pois, são sujeitas a constantes quebras por onde penetram as águas das chuvas, prejudicando o produto armazenado. Fizemos várias experiências com coberturas deste tipo sem resultados satisfatórios. A melhor cobertura é com telhas de barro, tipo francês.

Para o emprêgo das primeiras, deve-se exigir amplas garantias do fabricante.

Equipamentos — Devem ser equipados com máquinas de limpeza, de secagem, de costurar sacos, empilhadeiras de sacos, balanças para veiculos, balanças para sacos, balanças pequenas, medidor de úmidade e conforme o caso, aparelhagem para beneficiar o arroz.

Os armazéns metálicos, custam, mais ou menos, o mesmo prêço que os construidos de alvenaria, dando maior aquecimento durante o verão. Conforme a distância de transportes das peças, ficam mesmo mais caros que os de alvenaria.

Os armazéns de madeira, não são aconselháveis porque não só ficam mais ou menos pelo mesmo prêço que os dois outros, como oneram, sôbre modo, as taxas de seguro.

SILOS

LOCALIZAÇÃO: — Devem ficar próximo aos desvios ferroviários, conjugados com o armazém, em ponto acessivel. O terreno deve ser plano e bem drenado permitindo a manobra de caminhões. Deve ser servido com água encanada e energia elétrica suficiente. Em geral, são necessários 40 HP. de fôrça por capacidade de mil toneladas.

CONSTRUÇÃO — deve ser construido de concreto, com plataformas para emborques e desembarques ferroviários e dispositivos para ensacamento.

EQUIPAMENTOS — devem ser equipados com maquinária de elevação do grão, manobras e movimentação nas células, máquinas de limpesa, secagem, pesagem e ensacamento.

SILOS METALICOS — além de custarem, pelo câmbio atual, incluindo despesas com as fundações, construção da csaa de máquinas, instalação e pintura, talvez mais caro que os de concreto, apresentam, ainda, os seguintes inconvenientes:

a) maior dispêndio de divisas com a importação das células metálicas;

b) maior despesa de conservação com as periódicas pinturas.

TRANSPORTES — A rêde de armazéns e silos deve possuir uma fróta de caminhões para ir buscar o produto no interior, evitando a interferência do intermediário.

(Continúa no próixmo número).

****

****

"SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA BIBLIOTECA



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Acaba a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura de fazer adotar na sua Biblioteca o respectivo ex-libris, trabalho do gravador Pedro Sacks e está impresso em alto relêvo, sôbre papel de linho.

E' complemento a êsse importante setor da velha instituição, que tudo tem feito para dar à sua Biblioteca o papel que lhe cabe em suas atividades culturais. Conta já a livraria da S.N.A. com mais de 20.000 volumes, a maioria dos quais encadernados, obedecendo a sua organização aos mais rigorosos critérios científicos de classificação.

E' pensamento da Diretoria da SONAGRA franqueá-la ao público no fim do corrente ano, após atualizar, como convém, os vários setores de que cogita a Biblioteca, com a aquisição do que de mais moderno tem sido publicado no país e no estrangeiro no campo da agricultura.

O MILHO

É uma das plantas mais cultivadas no Brasil, alcançando sua produção alguns milhões de toneladas por ano. Tem portando enorme valor econômico. Pelas suas qualidades nutritivas, o milho é um dos alimentos mais apreciados pelas populações tanto urbanas como rurais de todo o Brasil, principalmente pelas dos Estados de Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro. O popular angu, a polenta e mogunzá, são pratos saborosos e muito difundidos. Para que se possa fazer uma idéia de seu valor como alimentação, basta vêr as cifras que se referem ao conteúdo de alguns de seus princípios nutritivos:

Proteína	10 %
Amido	55,18 %

É também muito empregado na alimentação dos animais domésticos, como o porco, o cavalo, e também na avicultura. O milho tem igualmente valor para a fabricação de muitos produtos alimentícios e industriais como o óleo, o amido ou fécula (maizena), a dextrina, o alcool, a glicose.

CLIMA — Não é exigente nesse particular, sendo cultivado em todos os Estados do Brasil.

SÔLO — De modo geral os melhores são os do tipo silico-argiloso, terrenos de aluvião nas proximidades dos rios, zonas de varzea, desde que não sejam muito húmidas, bem como os terrenos meia encosta.

VARIEDADES — Há grande número de variedades, sendo comuns o "Catete", o "Quarentão", o "Cristal", o "Golden Dent", o "Assis Brasil". O "Quarentão" é muito precoce e rústico, sendo seu ciclo vegetativo, de 80 a 90 dias, tendo a faculdade de dar duas colheitas. Alem destas existem outras, como o milho "Pipoca" assim como as variedades híbridas, entre as quais podem ser citadas a "I A 3531", que é um híbrido duplo cuja produção pode alcançar até cerca de 6 000 Kg. por hectare, segundo experiências feitas no Estado de S. Paulo.

ESPAÇAMENTO — Costuma ser aconselhado o espaçamento de 1 m. entre as linhas e 20 centímetros de pé a pé, a não ser em sólos muito pobres.

ÉPOCA DE PLANTIO — No Sul semeia-se de Setembro a Dezembro e no Norte, de Janeiro a Março, sendo a colheita geralmente feita em Abril ou Maio.

CUIDADOS CULTURAIS — Para um bom cultivo deve-se fazer um desbaste 30 dias depois do plantio e passar um cultivador ou capinar. Pode também ser feito um cultivo intercalar de feijão de porco, mucuna rasteira ou feijão das águas. No caso do feijão de porco ou mucuna, convém cortá-los no florescimento, enterrando-os em Setembro. Deve ser cultivado em faixas de nível, notadamente em morro, e não morro acima, para proteção contra a erosão. O cultivo intercalar não é aconselhado em sólos muito pobres, para não haver concorrência de planta intercalar com o milho, cultivo principal.

ROTAÇÃO — É conveniente uma rotação, seja com leguminosas como feijão ou amendoim, seja com algodão ou mandioca.

PRAGAS — É aconselhável fazer-se um expurgo com sulfureto de carbono em câmaras fechadas ou um tratamento das sementes com D. D. T.

RENDIMENTOS — Colhem-se em média, de 2.000 a 3.000 Kg. por hectare, gastando-se de 15 a 20 Kg. de sementes para plantio.

EXIGENCIAS — Ao contrário do que muitos julgam, o milho pode ser considerado como planta exigente, devendo receber uma adubação de base, de cerca de 30 Kg. de azôto, 50 Kg. de ácido fosfórico e 20 Kg. de potassa por hectare, por ano.

SEMEADURA — Em cultivos cujos processos podem ser considerados como rotineiros, a semeadura é feita em covas preparadas com enxada, em lugares prèviamente marcados. Há, entretanto, vantagem econômica em semear com auxílio de máquinas semeadeiras que deixam cair 4 a 5 sementes, fazendo-se depois o desbaste, deixando sòmente dois pés. As semeadeiras podem ser duplas ou triplas, ganhando-se conseqüentemente tempo com tal prática, além de uniformidade. Em sólos que não sejam muito férteis o espaçamento de 20 centímetros, que se aconselha atualmente, pode ser aumentado para 40 centímetros mantendo-se 1 m entre as linhas.

PREPARO DO SÔLO — Torna-se supérfluo até certo ponto recomendar que o sólo deva ser convenientemente preparado, pela passagem e possivelmente repassagem de arado e grade.

EXIGÊNCIAS E ADUBAÇÃO — O milho, por sua forte estrutura e rápido crescimento, exige do sólo grande quantidade de substâncias nutritivas, muito mais do que os demais cereais, pois em cada tonelada de grão existem 16 Kg. de azôto, 6 Kg. de ácido fosfórico e 4 Kg. de potassio, além de 300 gramas de cal, sem contar o que é retirado pelas palhas e sabugos. Mesmo os sólos mais férteis, após poucas colheitas, precisam de adubação para manter boas condições de produtividade. É sabido que os lavradores, em geral, escolhem para o cultivo do milho as terras mais frescas e férteis, como as das matas e capoeiras recem-desbravadas. O solo deve estar bem provido de matéria orgânica que pode ser adicionada na proporção de 15 a 30 toneladas por hectare, seja sob a fórma de estrume de curral, pa-

(Continua na pág. 56)

LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Consideradas de utilidade pública várias entidades rurais

Em virtude de proposta submetida a plenário pelo vereador Osmar Resende, a Câmara do Distrito Federal vem de conceder títulos de utilidade pública a diversas associações rurais e coperativas do Distrito Federal, que integram o Departamento das Associações Rurais da Sociedade Nacional de Agricultura, órgão federativo da classe rural metropolitana. A iniciativa do prestimoso edil, unânimemente considerada pelo legislativo carioca tem recebido louvores de tôdas as entidades rurais. Em reunião solene que se realizará no salão nobre da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, o Embaixador Negrão de Lima, prefeito do Distrito Federal, oportunamente fará entrega dos referidos títulos.

As entidades consideradas de utilidade pública são as seguintes:

Associação dos Avicultores do Distrito Federal
Associação Rural do Realengo
Associação Rural do Rio da Prata
Associação Rural dos Lavradores da Fazenda Coqueiros
Cooperativa Agrícola de Bangu, Ltda.
Cooperativa Agrícola de Cotia
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarepaguá
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá
Cooperativa dos Avicultores de Sta. Cruz Ltda.
Cooperativa dos Lavradores e Criadorês de Irajá
Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Sta. Cruz
Sociedade União dos Agricultores

GRANDE PERDA PARA A LAVOURA NACIONAL

Com a idade de 61 anos faleceu a 25 de setembro p.p. o sr. Kenkiti Simoto, natural do Japão e residente em São Paulo desde 1913, quando fundou a Cooperativa Agrícola de Cotia. Sôbre tão infausto acontecimento, o presidente da Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu ao Dr. Gervásio Tadashi Inoue, presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia, o seguinte telegrama:

"Senhor Presidente:

A presente tem por objetivo comunicar à V.S. que na reunião do dia 1.º de outubro do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, órgão integrante desta Sociedade, foi, por unanimidade, aprovado um voto de profundo pezar pelo falecimento do Sr. Kenkiti Simomoto, o inesquecível fundador da Cooperativa Agrícola de Cotia e que prestou à agricultura os mais assinalados serviços.

Aproveitamos a oportunidade para renovar à V.S. o nosso apreço e consideração.

MAPA DE DISTRIBUIÇAO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MÊS DE AGÔSTO DE 957

QUOTA DA P.D.F.

	Sacos
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarépaguá ... . cancelada.	
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	570
Cooperativa Agrícola de Bangú	430
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	415
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	490
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	330
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	643
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	317
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural Ltda.	135
Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Sta. Cruz	410
Cooperativa Bandeirantes	140
Cooperativa dos Avicultores de Benfica ..	310
Cooperativa dos Avicultores de Sta. Cruz ..	335
Cooperativa dos Agricultores do Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	310
Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Kosmos .... cancelada	
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	288
Associação Agrícola de Jacarepaguá	245

Associação Rural do Realengo	280
Associação Rural do Viégas .... cancelada	
Associação Rural de Santa Eugênia .... cancelada	
Associação Rural dos Palmares	381
Associação Rural do Rio da Prata	356
Intendência Agrícola da Cachamorra	230
Sociedade União dos Agricultores	300
Cooperativa Mista dos Agricultores e Lavradores do D. Federal Ltda.	85
Total	7.000

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE AGÔSTO DE 957

QUOTA DO D.A.R.D.I.F.

	Sacos
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá	508
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	500
Cooperativa Agrícola de Bangú	360
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	360
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	360
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	200
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	348
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	269
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural Ltda.	135
Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Sta. Cruz	250
Cooperativa Bandeirantes	140
Cooperativa dos Avicultores de Benfica	300
Cooperativa dos Avicultores de Sta. Cruz	240
Cooperativa dos Agricultores do Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	180
Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Kosmos	300
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	210
Associação Agrícola de Jacarepaguá	245
Associação Rural de Realengo	280
Associação Rural de Sta. Eugênia	200
Associação Rural de Viégas	250
Associação Rural de Palmares	300
Associação Rural de Rio da Prata	250
Intendência Agrícola da Cachamorra	230
Sociedade União dos Agricultores	300
Sociedade Nacional de Agricultura	200
Cooperativa Mista dos Lavrads. Criads. do Distrito Federal	85
Total	7.000

ATA DA 30.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL, DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 6 de agôsto de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do Sr. FLÁVIO DA COSTA BRITTO

Flávio da Costa Britto
Eleuzipio Cândido da Silva
Manoel Agapito
Agrícola Castello Borges
Itagyba Barçante

Aos 6 dias do mês de agôsto de 1957, presentes os Srs. Representantes de Cooperativas, Associações e Intendências Agrícolas, acima assinados e filiados no Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gen Justo, 171-2.º andar, mais uma reunião dêsse Departamento sob a Presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou o seguinte: a) cancelamento do registro de lavradores. b) Delimitação das zonas territoriais. Da ordem do dia constou: a) Assuntos gerais. Fazendo uso da palavra o Sr. Presidente solicitou dos presentes à máxima observância no critério da distribuição de resíduos, principalmente no que toca ao fornecimento de rações a lavradores cujos registros foram cancelados. O Sr. Presidente chamou a atenção dos dirigentes de associações rurais que estão tratando do respectivo registro de reconhecimento, para a necessidade imediata da delimitação das zonas territoriais das mesmas. Em seguida, o Sr. Presidente nomeou uma comissão composta dos Srs.: Abel de Almeida e Itagyba Barçante e do encarregado do expediente, Braulio Guimarães para tomarem por têrmo as declarações dos Srs.: João José Joaquim Ferreira contra a Associação Rural de Sta. Eugênia. Em outra sala, reuniu-se imediatamente a comissão, ouvindo os interessados. As 17,30 horas nada mais havendo para deliberação o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos marcando nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 31.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL, DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 20 de agôsto de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do Sr. FLÁVIO DA COSTA BRITTO.

Flávio da Costa Britto
Manoel Agapito
Juvenal da Silva Azevedo
José de Carvalho Seabra
Abel de Almeida
Itagyba Barçante

Aos 20 dias do mês de agôsto de 1957, presentes os Srs. representantes de Cooperativas, Associações e Intendências agrícolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gen. Justo, 171-2.º andar, mais uma reunião dêsse Departamento sob a Presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou o seguinte: a) cancelamento de registro de Lavradores; b) registro da Associação Rural do Mendanha; c) registro da Associação Carioca de Avicultores. Da ordem do dia constou: a) quota de resíduos; b) assuntos gerais. Em seguida o Sr. Presidente fêz uso da palavra para explicar aos presentes a necessidade de apresentação de novos plantéis a fim de se pleitear junto a COFAP um aumento das quotas de resíduos que estão diminuindo em relação ao número de filiadas cooperativas e associações rurais, pois êstes, aumentam em número tôdas as semanas. Agora mesmo, salientou o Sr. Presidente que duas novas cooperativas obtiveram registro e pleiteam quota de resíduo, mais uma associação rural vem de se filiar ao DARDIF e a quota da COFAP é insuficiente para atender

a todos. O Sr. Presidente, tendo em mãos uma solicitação da Associação Carioca de Avicultores, informou aos presentes que o processo de registro da mesma estava dependendo do Ministério da Agricultura e que o Sr. Secretário-Geral já havia tomado as necessárias providências sôbre o assunto. Em seguida o Sr. Abel de Almeida fêz uso da palavra propondo que não fôsse dado prosseguimento no caso da Associação Rural de Sta. Eugênia, uma vez que a denúncia apresentada se refere a um associado e não a entidade. A proposta foi unânimemente aprovada. O Sr. Presidente ante uma solicitação do Sr. Juvenal de Azevedo determinou ao encarregado do Expediente que fôsse feito um ofício à COFAP solicitando uma quota de 50 sacos de cimento para atender obras de urgência na Associação Rural do Viégas. As 18 horas nada mais havendo para deliberação, foram encerrados os trabalhos, marcando o Sr. Presidente nova reunião de hoje a 15 dias.

ATA DA 32.ª REUNIAO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 3 de setembro de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do Sr. FLAVIO DA COSTA BRITTO.

Flávio da Costa Britto
Manoel Agapito
Sebastião Evaristo
Agricola Castello Borges
Abel de Almeida
Itagyba Barçante
Fidelis José Vieira
Antonio Paes dos Santos
Antonio Correia da Silva

Aos 3 dias do mês de setembro de 1957, presentes os Srs. representantes de Cooperativas, Associações e Intendências agricolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gen Justo, 171-2.º andar, mais uma reunião dêsse Departamento sob a Presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou o seguinte: a) cancelamento de registro de lavradores; b) personalidade jurídica das Associações Rurais de Cachamorra, Mendanha e Reta do Rio Grande; c) novos plantéis. Da ordem do dia constou: a) assuntos gerais. Com a palavra o Sr. Presidente chamou a atenção dos presentes sôbre a necessidade da imediata apresentação dos plantéis para o 2.º semestre do corrente ano, como também, das declarações de compras de ingredientes para mistura nas rações. Em seguida o Sr. Presidente aludiu as sucessivas denúncias de vendas de resíduos "in natura" no câmbio negro, apelando para os presidentes de unidades para a mais intensa vigilância em tôrno do assunto. Seguiu-se então com a palavra o Sr. Abel de Almeida que tratou da parte referente a delimitação das zonas territoriais para as associações rurais. O companheiro da Associação Rural de Mendanha levou ao conhecimento da Casa a coação a que estão sendo submetidos vários lavradores do vale do Mendanha por parte de autoridades navais que reinvindicam para o respectivo Ministério a propriedade de glebas naquela região. Propoz então, que se oficiasse ao titular da Marinha solicitando providências à respeito, de vez que aquêles lavradores são proprietários legais daquelas terras. O Sr. Presidente, obtemperou que nada se oficiasse aquela autoridade, sem que, primeiramente os prejudicados enviassem ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, documentos comprobatórios da posse. A Casa aprovou a proposta do Sr. Presidente. As 18 horas, nada mais havendo para deliberação o Sr. Presidente encerrou os trabalhos marcando nova reunião de hoje a 15 dias, e convocando para a próxima segunda-feira, uma reunião de todos os presidentes ou representantes legais de Associações Rurais, para tratar da delimitação das zonas territoriais de suas respectivas entidades.

(Conclusão da pág. 47)

Embora não dispondo de dados especificamente relacionados com o meio rural, podemos citar alguns sôbre endemias comuns no meio rural e pouco freqüentes nas cidades; entre os quais os seguintes:

a) — quanto a esquistossomose, em 1953 já se encontravam devidamente trabalhados 86 municípios abrangendo cêrca de 900 localidades;
b) — quanto à malária, foram inspecionadas, em 1953, mais de trezentas mil residências (331.407) e tratadas pelo D.D.T., 2.462.296 residências. Em 1954 foram trabalhadas 59.460 localidades e dedetizados 2.107.089 prédios distribuídos em 45.058 localidades;
c) — quanto à febre amarela, foram tratadas em 1953 um número total de 76.540 residências e 9.352 embarcações.

(Conclusão da pág. 53)

lhiço ou composto, seja pela adubação verde, com enterrio de leguminosas produtoras de espessa massa verde como por exemplo o cow pea, a mucuna, o feijão de porco ou as crotolarias. A preponderância do azôto nos grãos nos diz que êsse elemento é de importância capital, sendo portanto imprescindível a adubação azotada, notadamente a feita com o Salitre do Chile, na proporção de 200 a 400 Kg. por hectare, sendo essa adição feita 50 dias após a germinação ou a terça parte por ocasião do plantio e o restante em cobertura, 50 dias depois, fazendo-se a aplicação ao lado das fileiras. A adubação química completa (azôto, fósforo e potássio), é a mais cabível, pelo emprêgo de uma fórmula equilibrada e especial, como o "*Cadal* 2", a qual pode ser usada na proporção de 50 a 60 gramas por metro corrido ou 10 a 20 gramas por cova. Uma leve falta de azôto pode ser notada pelo amarelecimento das folhas, sendo que, na falta mais pronunciada, estas apresentam coloração mais clara desde o início do crescimento, ficando os internodios do colmo mui- curtos e apresentando a planta sinais de raquitismo, atingindo a maturação muito antes de adquirir o crescimento completo. Na aplicação dos adubos não há conveniência de lançá-los profundamente devido à natureza superficial das raizes de milho.

Oficinas Graf. do "Jornal do Brasil", Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

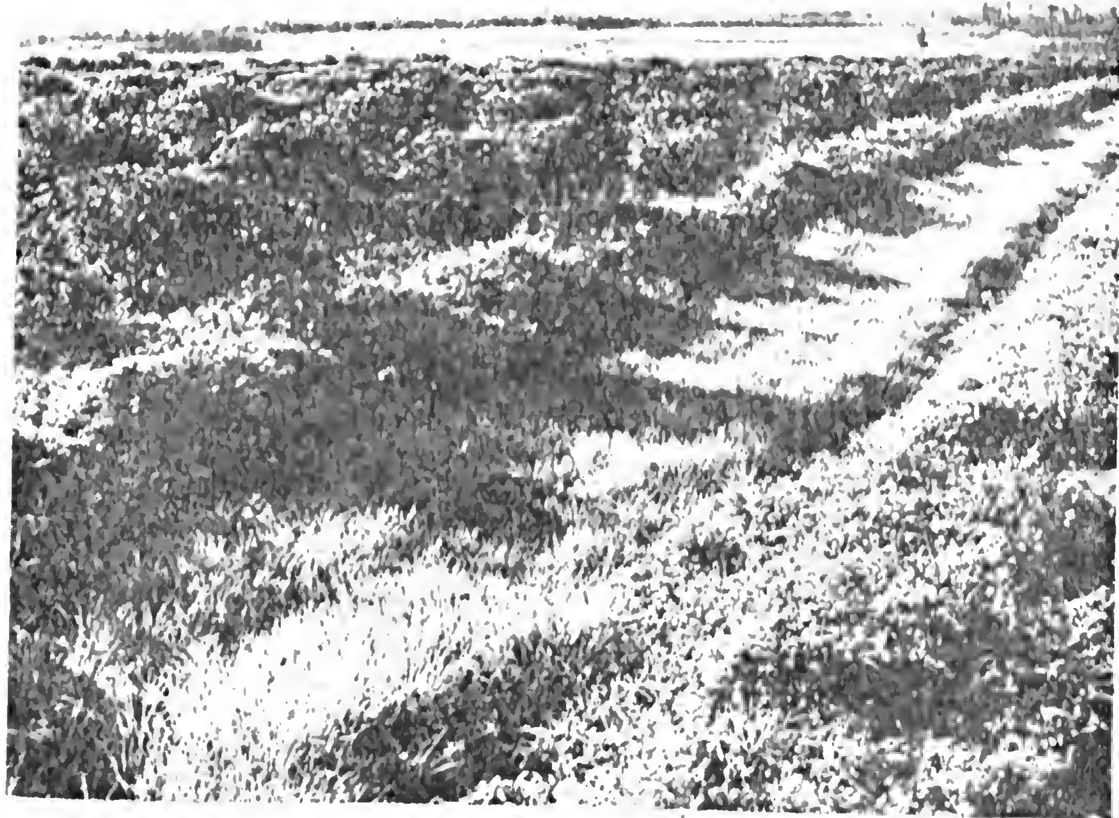
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL



RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LX

NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1957



Cafezal novo na região de Campinas, vendo-se um cultivo racional de leguminosos, como adubação verde

SUMÁRIO

SUMARIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
ITAGYBA BARÇANTE
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LX — NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1957



POLÍTICA AGRÍCOLA

Prof. Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Não poderá haver outra solução para a conjuntura econômico-financeira por que atravessa o Brasil, em fase de crescimento, que não seja uma política agrária dentro de um programa planejado que vise buscar no meio nacional as fontes de vida despertando regiões subdesenvolvidas ou decadentes para novos surtos de expansão. Não pretendemos e não seria cabível, abordar os múltiplos aspectos da nossa *questão agrária* com o aproveitamento racional da terra, da maior relevância econômica e social. Vemos que todos os povos procuram aparelhar-se para melhor explorar os recursos de seus territórios (sôlo e sub-sôlo) defendendo ou preservando os seus recursos naturais.

O Brasil, na atual crise, apresenta sua maior resistência na agricultura, o que serve para provar, como em outras crises atravessadas, residir, no labor dos campos, o fator decisivo para o progresso e o bem-estar social do País. Isso prova que será pelo Serviço Social Rural, em feliz momento creado pelo Govêrno, que poderemos integrar três quartas partes da população do País, no arcabouço de suas fôrças econômicas. É bem certo que o Brasil só poderá ser tirado das graves crises financeiras e só poderá reinar o bem-estar social nas cidades se dispuzermos de produção agrícola abundante de artigos de subsistência, com fácil circulação em nosso território e livre das peias de uma tributação excessiva e desordenada.

Grande parte da população do campo vive na penúria por não alcançar a devida remuneração para o seu trabalho e sem a necessária assistência social e econômica.

É de esperar que, com as novas diretrizes a serem traçadas pelo Serviço Social Rural dentro do arcabouço do associativismo, tenhamos as indispensáveis transformações agrárias com acentuada repercussão na situação econômico financeira.

As diretrizes que vem de ser traçadas e aprovadas pela IV Conferência Rural Brasileira, executadas que sejam, viriam estancar o êxodo rural com benefícios para a socialização da terra dentro dos preceitos constitucionais.

Pode se fixar em quatro os pontos básicos da *Política Agrícola* no momento:

Arregimentação da classe pelo associativismo; execução do Serviço Social Rural; colonização e imigração pelo respectivo Instituto; e Lei Agrária dentro das diretrizes aprovadas pela IV Conferência Rural Brasileira, realizada em Fortaleza.

A grande obra a ser executada em pról da Política Agrícola Brasileira será a de transformarmos aqueles que vivem do trabalho da terra em elementos eficientes e ativos da expansão econômica do País.

LEI N.º 3.287 — DE 7 DE OUTUBRO DE 57

Dispõe sôbre a administração dos Postos Agropecuários

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - E' o Ministério da Agricultura autorizado a entregar às Associações Rurais, e, em falta destas, às Associações especializadas dos respectivos municípios ou da região, a administração dos Postos Agropecuários, já instalados ou que venham a instalar-se no País.

Art. 2º. — Para os fins do artigo anterior será lavrado acôrdo entre o Ministério e a Associação ou Associações, pelo prazo de 2 (dois) anos, para a realização de um programa mínimo, tendo em vista as necessidades da área servida pelo Pôsto e os recursos disponíveis.

§ 1º. — Do acôrdo deverá constar a obrigatoriedade de prestar assistência a todos os agricultores da região, nos termos do Regulamento que fôr baixado.

§ 2º. — A cobrança dos serviços prestados ou materiais fornecidos pelos Postos, quando estipulada, limitar-se-á ao custo.

Art. 3º. — No acôrdo a que se refere o art. 2º., serão estabelecidas, entre outras, as seguintes obrigações:

I — De parte do Ministério:

a) dar início ou prosseguir, com o emprêgo da verba própria, a construção dos pavilhões e instalações complementares do Pôsto, e provê-lo dos materiais, maquinária, instrumentos, móveis e semoventes necessários as realizações do programa mínimo ou dos recursos que possibilitem sua aquisição;

b) prestar a assistência técnica requerida pela realização do mesmo programa;

c) contribuir com quantia determinada, anualmente, para as despesas do pessoal.

II — De parte da Associação ou Associações:

a) bem administrar o Pôsto, com rigorosa observância do Regulamento que, baixado pelo Ministro da Agricultura, de modo geral, será considerado parte integrante do acôrdo ao qual se refere o art. 2º.;

b) prestar contas anualmente, além de facultar aos funcionários do Ministério da Agricultura, para tanto credenciados pelo Ministério, ampla fiscalização do cumprimento do acôrdo.

Art. 4º. — Esta lei entrará em vigôr na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

Juscelino Kubitschek
Mário Meneghetti

(D. O. de 8 de outubro de 1957).



Cafezal novo na região de Campinas, em curva de nível, no qual se vê a possibilidade do uso de equipamento mecanizado nos trabalhos culturais

Condignamente comemorado o centenário de nascimento do Dr. Eduardo Cotrim

A Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura resolveu patrocinar as festas comemorativas do centenario do Dr, Eduardo Torres Cotrim, seu antigo vice-presidente e nome dos mais credenciados nos meios ruralistas do país, sobretudo no campo da pecuária.

Dentre as homenagens proporcionadas constavam: a cunhagem de uma medalha, a impressão de excerptos de seus trabalhos, publicados no órgão oficial da Sociedade e na imprensa, e a realização de uma sessão solene.

É dessa reunião que damos, a seguir, os discursos proferidos.

O SR. LUIZ SIMÕES LOPES, Presidente — Tenho o prazer de convidar para fazerem parte da Mesa o representante do Sr. Presidente da República, Major Renato Gonçalves Goulart, representante do Sr. Ministro da Agricultura, Dr Luiz Guimarães; representante do Sr. Ministro da Guerra, Tte-Coronel Antônio Xavier; representante do Sr. Prefeito Municipal, Major Souto Santos; representante do Sr. Prefeito de Rezende, Dr. Frederico Carvalho; Dr. Roberto Cotrim, filho do Dr. Eduardo Cotrim, nosso homenageado de hoje.

Tenho o prazer, muito particular, de convidar também o Dr. Vitor Leivas, aqui presente, e um dos mais, se não o mais, antigo membro desta Casa, da Sociedade Nacional de Agricultura. — (Palmas).

Tenho o prazer de convidar o Dr. Teixeira Leite, nosso orador.

(As personalidades referidas tomam assento à mesa).

O SR PRESIDENTE — Dando início aos nossos trabalhos, tenho a satisfação de conceder a palavra ao Dr. Teixeira Leite, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. — (Palmas).

O SR TEIXEIRA LEITE (**Le o seguinte discurso**) — Sr. Presidente, Exmo. Sr. representante do Presidente da República, ilustres representantes de autoridades aqui presentes, meus senhores e minhas senhoras:

Honra-se a Sociedade Nacional de Agricultura, honrando a memória de Eduardo Augusto Tôrres Cotrim, cujo centenário de nascimento transcorre nesta data. E digo bem, dizendo que, honrando este varão ilustre, ela se honra sobretudo a si mesma, porque o reconhecimento do mérito, no conceito sempre atual de Antônio Vieira, traz mais honra para quem dignifica que para o próprio dignificado.

x x x

Antes de estudar, em rápido escorço, o nosso homenageado, importa recordar alguns traços de sua biografia, que facilitarão a compreensão de sua vida e de sua obra.

x x x

De velha cepa fluminense, correu-lhe nas veias o sangue ilustre de José Joaquim Rodrigues Tôrres, Visconde de Itaboraí, uma das mais marcantes figuras do segundo reinado, Senador do Império, membro de vários gabinetes, Presidente do Conselho e como Ministro da Fazenda, fundador do Banco do Brasil, chefe prestigioso do Partido Conservador, eminente e dedicado servidor do Brasil.

Explica tal ascendência o devotamento à causa pública, herdada de seus avoengos, e que foi um traço mais constante e mais notório de Eduardo Cotrim.

Embora nascido nesta Capital, estêve sempre, pela sua família e pelo cenário de sua atuação, na vida pública e na atividade privada, ligado à Velha Província, e dela se considerava filho, como os fluminenses, também o consideram como um dos maiores de seus co-estaduanos. Mas, Eduardo Cotrim foi, sobretudo, um cidadão do Brasil, pela vocação de seu espírito, por toda sua ação, verdadeiramente nacional da sua carreira, devotado, sem regionalismo e espírito particularista aos problemas do nosso país.

x x x

Diplomado pela antiga Escola Politécnica, com o grau de Engenheiro Civil e Bacharel em Ciências Físicas e Naturais, em 1878, fez parte de uma turma



Anverso da medalha, trabalho do gravador Francisco Gomes Marinho.

excepcional e de que participavam Paulo de Frontin, Ozorio de Almeida, Sousa Bandeira, Nerval de Gouveia, Aguiar Moreira apenas para citar alguns dos companheiros de Eduardo Cotrim, que tanto se engrandeceram no serviço do Brasil.

Muito jovem foi eleito deputado à Assembléia Legislativa num dos mais agitados períodos da vida política do Estado do Rio, que coincidiu com as administrações de Alberto Torres e Quintino Bocaiuva. Estorcia-se, então, o vizinho Estado numa crise econômica, que atingiu ao seu clímax, no triênio Quintino Bocaiuva, e que foi uma conseqüência da derrocada da lavoura cafeeira, principal esteio de sua economia.

Naquele excelente ponto de observação, que são as assembléias legislativas, para os que têm realmente capacidade de ver os problemas, nas suas causas e efeitos, pôde Eduardo Cotrim verificar que a economia da província teria de buscar novas fontes de riqueza, que não a da lavoura cafeeira. E, sem dúvida, isso muito contribuiu para que êle procurasse outros setores de produção, capazes de realizar esta substituição. E como se depreende de sua passagem pela Assembléia Legislativa, as suas vistas desde então se voltaram para a indústria pastoril.

E em tôda a sua bem longa e fecunda carreira, no campo da atividade particular e da vida pública, êle se dedicou, com decisão e tenacidade, à implantação da pecuária racional em nosso país.

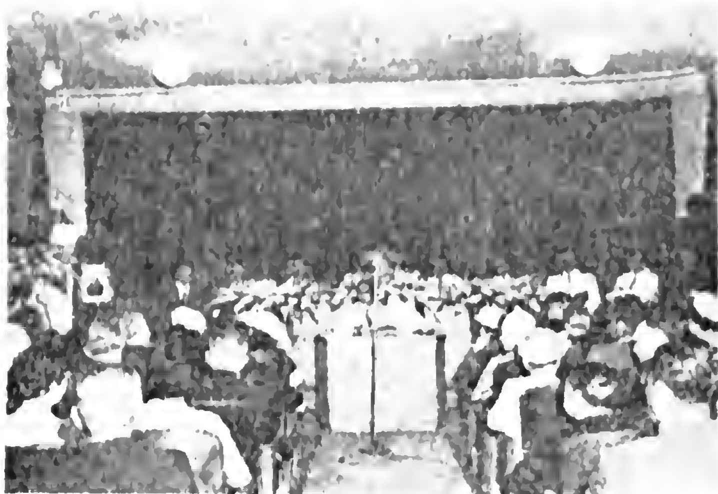
x x x

Foi, por isso, não apenas um "leader" dos mais acatados de sua classe, mas, sobretudo, um precursor. E, portanto, é como precursor, que êle tem de ser estudado, precursor dos maiores e dos mais autorizados.

Precursor é o que vai adiante do curso dos acontecimentos, que a êles se antecipa, e prepara os eventos, trazendo, para o escuro e a incerteza da hora presente, a iluminação profética do futuro.

Participa do visionário e do homem de ação — e a sua pregação e o seu exemplo, não raro, só muito tarde recebem a consagração da vitória, por êle prevista e preparada, para a qual deu todo o alento de sua vida e pareceu não raro do destino dos seus contemporâneos.

O precursor é um legítimo criador de valores, situando-se entre os que engrandecem a espécie humana, acrescentando novos instrumentos de riqueza, de cultura e de razão de viver. E, entre êles, que se coloca, na classificação dos valores humanos, Eduardo Cotrim.



Mesa que presidiu a sessão solene.

x x x

Teve aqui, nesta casa, que hoje tanto se honra, honrando-o, campos de mais fecunda atividade, num dos períodos mais brilhantes deste tradicional sodalício, quando era, sem sombra de dúvida, o grande órgão propulsionador da agricultura do Brasil.

Na verdade, durante longo período da nossa vida econômica, a Sociedade assumiu a tremenda responsabilidade de exercer muitas das tarefas que deviam caber a um Ministério da Agricultura. Mas, êle fôra suprimido, no advento da República pelo Govêrno Provisório, demonstração surpreendente do alheamento aos problemas de ordem econômica no setor da indústria mater do país. E, mais tarde, quando foi restabelecido, graças ainda aos esforços da S. Nac. de



Anverso, com o escudo da Sociedade Nacional de Agricultura



Aspecto parcial da mesa que presidiu a sessão, vendo-se o Dr. Luiz Simões Lopes, vice-presidente da S. N. A. e o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretario Geral da mesma.

Agricultura, na dinamica e prodigiosa administração de um ilustre fluminense, Nilo Peçanha, em 1910, mesmo assim, durante muito tempo, ainda, a Sociedade Nacional de Agricultura continuou a ser o indispensável órgão de debate, consulta e orientação dos grandes problemas da agricultura nacional. E por ela eram promovidos conferências e congressos e até exposições de agricultura e pecuária, aqui se elaboravam relatórios para os Ministros de Estado, aqui se estudavam e decidiam numerosos problemas da economia agro-pastoril.

O jovem Ministério estêve, como é verdade notoria, longo periodo desprovido de material humano, capaz de formar equipes de trabalho, para a tarefa que lhe cabia de supervisionar a economia primaria do Brasil. Foi neste ambiente, ao calor desta casa, que se formou uma elite de homens de primeira ordem, que tão destacado papel tiveram, de tal modo que se tornou uma sementeira de ministros, como **Miguel Calmon**, Lauro Müller, Simões Lopes, Lyra Castro, José Bezerra, e aqui se aquartelava o Estado-Maior da Agricultura Nacional.



Aspecto da seleta assistência que lotou completamente o auditório da S. N. A.

Vice-Presidente desta Sociedade, ao falecer, em 1918, não esclarece esta simples designação de cargo, que, para tanto outros, é de mera perspectiva de substituição, com a ação ativa, permanente, combatendo o bom combate, convencendo, animando, sempre na linha de frente, soldado e general da economia do país.

Foram ele e seus companheiros que realmente pregaram e promoveram aquilo que mais tarde, em paginas magistrais, como paraninfo da primeira turma de agrônomos de Pinheiro, destacou, com tanta segurança e que são da maior atualidade, apesar de decorridos mais de quarenta anos.

Foi, assim, um dos próceres de um pugilo, verdadeiramente ilustre, que tendo feito o processo da rotina da nossa agricultura colonial, de estrativismo, verdadeira mineração do sólo, de lavoura vampirica, passou a se bater num país sem agrônomos e sem veterinários, sem técnicos agricolas e operários rurais especializados, a tremenda e desigual batalha de um exército, sem estado maior e sem soldados adestrados.

No futuro, quando se encerrar definitivamente esta fase de empirismo, e que aparecerá, em sua plenitude, a obra verdadeiramente ciclópica, pertinaz, desinteressada dêste grupo de bons brasileiros, de excelentes brasileiros, que nesta casa, à sombra dela, prepararam a fase de renovação da agricultura nacional. E, quando, no julgamento da posteridade, surgir a justiça tardia, porém imarcescivel da história, no meio dêle, surgirá a figura dêste construtor do futuro, que foi, sem duvida, Eduardo Augusto Tôrres Cotrim.

x x x

Mas, não foi só aqui que êle atuou. Homem de ação, antes de falar, agia e, por isso, trouxe, para aqui, o que êle aprendia lá fora, no contato direto com a faina rural, argumentando com os instrumentos de sua observação direta, no contato da realidade e da evidência brutal que os fatos oferecem.

Eduardo Cotrim realizou, em sua plenitude, o conceito haurido no positivismo e que outro fluminense, o maior pensador politico do Brasil, concretizou na formula famosa de "Pensamento para a Ação".

Homem telúrico — dos que buscam na terra, bebem na terra, em contato com a realidade e a grandeza da natureza, fôrças, experiências e evidências para a ação — escreveu, no vale do Paraíba, uma página da mais fecunda da sua vida, no municipio de Rezende, às margens do rio que tanto amou, onde tanto lutou e onde, numa romoverdora

expressão de inesquecível carinho, êle quis ser sepultado.

Para que, entretanto, se possa aquilatar, com seu justo valor, o que representa tal tarefa, indispensável traçar, em rápido bosquejo, as condições do cenário e as condições adversas em que ela foi realizada.

x x x

A lavoura cafèeira havia sofrido tremendo colapso, menos devido à abolição da escravatura, como geralmente se pensa, do que pelo esgotamento do solo, motivada pelos métodos inconsiderados do cultivo da terra. Foi isso, quase só isso, que levou à situação que Quintino Bocaiuva, Presidente do Estado do Rio, na sua Mensagem de 1902, descrevia em têrmos tão precisos: "duramente estamos pagando à nossa imprevidência êste pesado tributo". No mesmo documento descrevia assim as condições econômicas: "Nem pela natureza dos pastos, nem pela classe dos produtores, parece-me assegurado o êxito dos esforços isolados que até aqui podemos registrar".

Os melhores campos, e os mais adaptáveis no desenvolvimento da criação, acham-se alagados. Cada ano que se passa roubanos uma extensão mais ou menos considerável de território. Isso na baixada do Estado.

No planalto, onde são limitadas as extensões planas, pelo caráter de topografia do solo, nossos lavrados e descalvados que orlam o Paraíba, e que se internam até às fronteiras de São Paulo e de Minas Gerais, não oferecem, pela sua enfezada vegetação, pasto nutriente para o gado.

Nas suas atuais condições, sem cultivo de nenhuma espécie de forragem, sem cêrcas divisórias, que permitem a separação dos rebanhos, apenas poderiam prestar para a criação de **gado cabrum e, isso mesmo, nas condições mais elementares e primitivas.**

x x x

Foi com êste panorama, de desolação, referendado pela palavra oficial, em documento público, a destinação da bacia do Paraíba: "à pecuária de caprino, e isso mesmo em condições elementares e primitivas, que se defrontou Eduardo Cotrim, ao planejar e executar a obra de legítimo pioneirismo e de autêntico precursor e que seria um formal desmentido às fatídicas palavras do venerando Quintino Bocaiuva.

E, em Rezende, sem descrença e desânimo, fêz surgir, pràticamente do nada, um centro de criação de raças finas européias, que então constituía um verdadeiro desafio ao empirismo reinante nos meios da pecuária brasileira, onde prevaleciam o pé duro e os processos mais rotineiros

Ali em Campo Belo, tornado um excelente campo de experimentação de bovino-cultura, verificando a vocação leiteira da pecuária fluminense, introduziu reprodutores de raças Jersey, Holandeza e, finalmente, fixando na Red Lincoln. E, ao lado de animais de alto refino, adotou processos os mais modernos de exploração de rebanhos.

Sua fazenda de Campo Belo foi um exemplo, uma escola prática da pecuária racional, que modelou e incentivou a criação, não só na zona fluminense, mas exerceu indiscutível influência nos vizinhos. Mas, para isso, exigiu tenacidade, dedicação e capacidade de trabalho, aliado a sólido conhecimento dos métodos mais modernos de técnica zootécnica



O Sr. Edgar Teixeira Leite, 2.° vice-presidente da S. N. A. quando pronunciava o seu magnífico discurso.

Os fluminenses, que conhecem sua terra e a história da renovação econômica do Vale do Paraíba, é que podem aquilatar, no seu justo valor, o que representa a obra de Eduardo Cotrim Na verdade, os que conhecem a sua indústria pastoril, através das suas exposições de pecuária em Cordeiro, em Barra do Piraí em Campos e Itapiruna, em que cada mostra, são exibidos maior número de melhores animais de diversas espécies; quem percorre as criações nas numerosas fazendas da bacia do Paraíba, onde plantéis de raças finas se equiparam, em números e qualidade, nos melhores dos seus países de origem; quem verifica o número crescente de altas recompensas que, reprodutores ne- la obtidos, alcançam nas grandes competições nacionais e estaduais, quem estuda através das estatísticas, o desenvolvimen-



O Dr. Nelson Cotrim, quando prestava a sua homenagem ao saudoso brasileiro.

to da produção nas zonas leiteiras, abastecedoras da capital do país e do Estado, quem visita as nossas importantes instalações de industrialização de leite, nas suas várias modalidades, das quais algumas são iguais às melhores do mundo, é que podem entender e pesar bem a dívida de gratidão para com Eduardo Cotrim, que tanto lutou, pela palavra e pelo exemplo, para que o futuro desolador, prognosticado por Quintino Bocaiuva, sofresse o desmentido em menos de meio século, transformando a bacia do rio Paraíba num esplêndido centro de pecuária moderna.

x x x

E se o seu exemplo, escrito na prática, foi, sem sombra de dúvida, um dos fatôres desta renovação, as suas idéias, que pregou em artigos, conferências e livros, são ainda hoje da maior atualidade. E, por isso, está acertadamente agindo a Sociedade Nacional de Agricultura, mandando reeditar seus trabalhos, para facilitar o acesso do pensamento, tão atual, de Eduardo Cotrim, em tantos setôres de nossa indústria pastoril.

Em quase todos, pregou a necessidade imprescindível de fazer, da pecuária, um dos fundamentos do que denomina-se, hoje, de economia primária, para utilização efetiva e reprodutiva de nossas imensas glebas, que muitas não podem ter outra destinação, visando não só o abastecimento interno, como para o suprimento dos mercados internacionais.

Relendo a obra de Eduardo Cotrim, que vai ser reeditada pela Sociedade, fiquei verdadeiramente surpreendido; parecia ter sido escrita à luz dos fatos contemporâneos e não há quase meio século. E é preciso muita penetração de pensamento e de segurança na análise do problema, para que os trabalhos dêste tipo se mantenham atuais, decorridos tantos anos, sofrendo o maior dos contra-provas, que é a mudança das condições e das conjuntivas.

Vale, por isso, mencioná-los, embora em rápido escôrço.

Num trabalho inédito, que vai ser editado, graças ao seu filho e discípulo dos mais aproveitados, o meu dileto amigo e colega Jaime Bernardes Cotrim — o Relatório apresentado ao Conselheiro Antônio Prado, em 1911, foi por êle examinado, com rara objetividade, as enormes possibilidades para a pecuária da região sul de Mato Grosso, Terra Fluminense, em tôdas suas regiões, verifiquei continuar a ser um excelente estudo, sob os principais de seus aspectos, e que valeria ser reeditado com os mesmos objetivos, com que foi elaborado; o de propaganda do Estado do Rio.

Escreveu, a pedido da Câmara Municipal de Rezende em 1889, uma monografia sôbre a cultura da videira naquele município, que tanto lhe deve e a que êle dera então, uma contribuição valiosa e interessante que, como a anteriormente citada, merecia bem sua divulgação.

x x x

Além das conferências, monografias e artigos mencionados, que constituem volumosa bagagem, Eduardo Cotrim escreveu um livro, que é sem dúvida, no gênero entre nós, pelo valor das suas indicações de ordem técnica e soluções de caráter prático um dos melhores do país.

É a Fazenda Moderna — Guia do Criador de Gado Bovino no Brasil. Foi editado na Bélgica, com rara perfeição topográfica e excelente apresentação.

Representou êste trabalho, grande esfôrço e foi uma contribuição valiosa, dêste "missionário da criação no Brasil e cuja catequese tenaz, inteligente e sábia", tanto e tanto deve a nossa pátria.



O Dr. Ivo Arruda, quando pronunciava seu discurso na tribuna do auditório da S. N. A.

x x x

Deixei, por último, não em dar menor valor a referência à Oração, que como paraninfo da 1.ª turma da Escola de Agricultura de Pinheiros, proferiu Eduardo Cotrim a 4 de fevereiro de 1915, e que teve como orador oficial, quem hoje vos fala. A quase meio século de distância, reli o que êle denominou de "Conselho aos Novos Agrônomos" e em que êste cidadão, sem favor algum, grande servidor de nossa pátria, dos maiores de sua geração fêz uma síntese de suas idéias e por assim dizer traçou as linhas mestras do que se poderia chamar de sua "filosofia". Relia com emoção. E confrontando-as, com as condições vigentes em nosso país, no setor da economia de produção primário, ali apontadas, possovos assegurar que são de uma atualidade que é de surpreender.

O problema da produtividade, cujo nome é de recente, aplecio e cuja importância crucial só no presente foi posta em evidência e que pode ser definida como eficiência de produção foi abordada com maestria e segurança.

São páginas excelentes, que valem ser relidas e meditadas, pelo seu alto sentido, pela profundidade de conceitos, oferecendo diretrizes através de sua experiência de homem de pensamento e de ação. Em tôda sua oração, pulsa o homem telúrico, a que já me referi, ligado à terra, encontrando nela ânimo, estímulo, razão de viver e de agir.

x x x

É uma profissão de fé, de um patriota e de um homem de Estado, de um homem telúrico.

E foi por isso — que indicou para a turma de que foi paraninfo o lema: "**Honrar a pátria cultivando o solo**", que foi seu próprio lema, que pôs em prática em tôda plenitude, diretamente, escrevendo-o na terra e indefectate pela palavra escrita e falada, numa pregação constante de missionário, pelo pensamento e pela ação.

x x x

Homens como Eduardo Cotrim, não morre, ou senão objetivamente, porque o seu nome fica inscrito no grande livro da antevendo, com segurança, o que ficou confirmado no futuro.

E com o mesmo espírito objetivo, com clareza de idéias e precisão de palavras, escreveu em 1917 a Memória, apresentada ao dr. Pedro de Toledo, então Ministro da Agricultura, sôbre problemas da indústria pecuária na Republica Argentina e Estudo Comparativo com o Brasil.

Em 1911, resultado de "Impressões de Viagem ao Rio da Prata", escreveu no "Correio Paulistano" uma série de cartas, depois enfaixadas em volume e distribuido gratuitamente.

Obtiveram, então, uma retumbante repercussão e movimentaram a opinião publica da época. Guardo, disso, uma forte impressão tida na minha mocidade, à medida que iam sendo publicados.

Nelas, não se limitou o autor ao que observou na Argentina e no Uruguai. É também parte dos mais interessantes os capítulos relativos ao confronto com o Brasil — com o que êle denominou o "Far-West Paulista", o Gado Nacional, pondo em equação os problemas nos seus aspectos nacionais, com clareza que é a "qualite maitresse" do seu espírito.

Sempre dentro da mesma linha de pensamento para a ação, sem querer construir no espaço, mas em pleno contato com a realidade, publicou na "A Lavoura", prestigioso órgão desta Sociedade, uma valiosa série de artigos sôbre o Escolha das Raças, a Pecuária e o Gado Indiano.

Nesta casa realizou uma série de conferências, em tôrno do tema que foi a grande preocupação de sua vida. Talvez a primeira em data, por isso proferida em 1908, sôbre a Tristeza do Gado, a chamada Febre do Texas, em que, como diz, à luz da "observação de sua prática de criador e da labuta cotidiana, julgados através de trabalhos de eminentes sábios" — examina o problema e faz um exaustivo estudo da matéria, apontando, nas suas conclusões, soluções que são plenamente atuais.

Tendo sido o organizador e o coordenador da Primeira Conferência Nacional de Pecuária, de que foi Presidente, pronunciou no ato inaugural uma notável oração, em que se revela não apenas com espírito altamente categorizado em assunto de indústria pastoril, mas homem de larga visão, de decidido civismo, apontando as diretrizes a serem adotadas e, sobretudo, com rara dignidade e independência, dizendo de frente, no govêrno, na pessoa do Presidente da República, Ministros de Estado e Altas autoridades, com tôda franqueza, as falhas, erros, deficiências, omissões dos podêres publicos. A Conferência que nesta casa foi proferida em 1917, dois anos antes de seu falecimento consubstanciam, em páginas incisivas a sua experiência havida na quadra do criador e devotado estudioso de problemas da bovinocultura, e valeu ser lidas, há quarenta anos de distância, pela riqueza e atualidade de conceitos. Em 1918, no ano de sua morte, como Presidente da Comissão Executiva da II Exposição de Gado, realizada nesta Capital, pronunciou o discurso inaugural, em que bosquejou, como que numa despedida, mais uma vez, o clarão de suas idéias.

Desejo ainda me referir a uma notável conferência, feita bem anteriormente, sob o Aspecto de Indústria de Laticínios, em 1907, numa reunião realizada por notáveis brasileiros, de propaganda do Estado do Rio, no Museu Comercial.

Reli-o agora, meio século depois, com conhecimento que hoje possuo, das condições da gratidez nacional, onde vivem imperecíveis na recordação dos patronos, os grandes servidores da pátria.

O SR. PRESIDENTE — Tenho o prazer de dar a palavra ao Dr. Ivo Arruda, que foi Secretário do Dr. Eduardo Cotrim, quando Presidente da Comissão Executiva da Primeira Conferência Nacional de Pecuária. — (Palmas).

O SR. IVO ARRUDA (**Lê o seguinte discurso**) — Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores.

A nossa **Associação Brasileira de Imprensa** deu-me, certa feita, a incumbência de falar sôbre a personalidade de José Maria Lisboa Júnior, meu dileto amigo, figura eminente do jornalismo brasileiro. Recaiu a escolha em um dos mais antigos — e mais obscuro, também — dos seus dirigentes: escolheu-se, apenas, o profissional do Rio de Janeiro, mais ligado por laços profundos de amizade ao venerando mestre de São Paulo.

Na oportunidade, falando de Zeca Lisboa, comecei relembrando uma frase que, repetidas vêzes, lhe ouvi: "a velhice só é triste, porque vamos ficando cercados das cruzes dos amigos que se foram".

José Maria Lisboa Júnior morreu aos 73 anos de idade, em absoluto vigor mental e em pleno exercício da nossa áspera profissão.

Tempos depois, na penúmbra silenciosa da Igreja de São Francisco de Paula, eu repetia essa frase a João Neves da Fontoura e a Nereu Ramos, precisamente no dia da missa por alma do pai do ilustre homem público catarinense.

João Neves referiu-se, então, a um discurso do sr. Oliveira Salazar, no qual, o eminente lusitano afirmava, entretanto, que nem sempre essas cruzes ficavam paradas, enquanto nós caminhávamos, andando pela vida.

Realmente, assim se traduz seu ponto de vista que eu esposo restituindo seu luminoso pensamento: quando temos vivido uma vida já longa e, sôbre longa, intensa de trabalho, de fadigas, de

inquietações e até mesmo de sonhos, o caminho que percorremos fica, de fato, ladeado de numerosas cruzes, que são as cruzes dos nossos mortos amados. Mas se essa vida foi de colaboração íntima, semeada de esforços comuns, inteiro dom de qualidades nobres da alma, elas não ficam para trás, continuam caminhando ao nosso lado, graves e doces, como numes tutelares, purificadas pelo sacrifício da vida, despidas da jaça da terra, sublimadas na serenidade augusta da morte. Êsses são os mortos que não morreram. E com a nossa sensibilidade, levando a vida em saudosa peregrinação, podemos, realmente, proclamar que há os mortos que não morreram.

Há cem anos, nascia um homem que, desaparecido, ainda em pleno vigor da inteligência e realizando uma obra fecunda de patriotismo e de fé nos destinos do Brasil, pode-se classificar entre êsses mortos que não morreram.

Da sua vida pode-se dizer, sem qualquer traço de demagogia (que não quero de forma alguma atribuir a outros; pois, como no cinema, qualquer semelhança é mera coincidência) pode-se dizer, repito, que, de fato, cada ano de seu trabalho equiparava-se a um decênio de ação e de esfôrço de qualquer dos seus contemporâneos.

Houve um tempo, já há alguns séculos atrás, quando mais floresceram as grandes figuras da poesia inglêsa, em que todos os seus poetas revelavam o seu amor pela Itália, e da amurada dos navios de então ou das costas da península imortal, se debruçavam sôbre as águas azuis do Mediterrâneo, procurando às margens tranqüilas do "Mare Nostrum" a cura dos males do corpo ou a saúde do espírito. Por lá andaram Percy Shelley, Robert Browning — o "Bacharel de Experiência", na incontida e transbordante ânsia de que Elizabeth Barrett, poetisa como êle, e sua espôsa bem amada, pudesse recuperar a saúde perdida; John Milton que abominava o rumoroso e turbulento mar das controvérsias, mas alistava-se como soldado, homem de bravura moral e física na defesa de qualquer boa causa; e por fim o turbulento Jorge Gordon Byron, gênio da opulenta poesia britânica que só viveu, entretanto, 36 anos. Foi num hotel de Gênova, precisamente o Hotel da Inglaterra, que o velho diabo inglês, tão jovem no tempo, mas tão velho em experiência, escreveu na ficha que lhe apresentam, naquela linha indiscreta que se refere à idade (indiscreta para quase tôdas as mulheres e até mesmo para muitos homens ...), sem vacilações e com firmeza: 100 anos!

Lord Byron considerava que, pela intensidade e a dramaticidade da sua existência, êle tinha realmente vivido um século!

Hoje, nós comemoramos, aqui, o século do nascimento de Eduardo Augusto Tôrres Cotrim. A sua presença entre nós é tão nítida e a sua obra foi tão fecunda, tão duradoura que todos, em consciência, podemos dizer que, como Lord Byron, êle viveu, pelo menos, um século de trabalho. Mas, por que vos cito, perguntareis insistentemente, tantos poetas inglêses, ao falar-vos de Eduardo Cotrim?

Este homem extraordinário era um espírito britânico, pela serenidade, pela lucidez, pela tranqüila confiança em si mesmo. O seu próprio e permanente sorriso, se tinha muito de acolhedor e de amável, às vezes, também, nos parecia cético, como o sorriso de um autêntico britânico.

Friederich Nietszche, o pensador do amor e do entusiasmo pela vida, princípio invariável de sua filosofia, entendia em certos sentidos, que tôdas as ações empreendidas naquele que chamamos seu momento presente, à sua época, (nasceu em 1844 e morreu em 1900), eram tôdas, pese o mais alto grau de inteligência que o homem pudesse atingir num dia, ultrapassadas, logo depois, no amanhã, e nesse momento, todos os nossos atos, todos os nossos julgamentos, todos os nossos ideais pereceriam tão desprovidos de inteligência e reflexão, como os atos e os julgamentos das mais atrasadas tribos. Certamente, hoje, mais do que nunca, com o progresso vertiginoso dêste mundo intranqüilo e conturbado, poder-se-á aceitar a doutrina do filósofo germânico. Mas com Eduardo Cotrim não aconteceu isto. A sua obra não pereceu, pois os seus ensinamentos continuam de pé. Basta lembrar **A Fazenda Moderna** — Guia do Criador do Gado Bovino no Brasil — conforme seu próprio subtítulo elucidativo e absolutamente preciso — editada em Bruxelas, em .. 1903. Nada de novo que pudesse suplantar suas idéias ou as suas lições, apareceu, até hoje, no terreno da zootécnica e no exato sentido mesmo de guiar, realmente, o criador brasileiro.

Eduardo Cotrim não se apresentava, entretanto, com o seu magnífico e insuperável trabalho à arena das competições estéreis, na "Vanity Fair", que quase sempre foi cenário do pensamento nacional. Naquele tempo e nos anos que se sucederam, até à sua morte, em 1910, **a Sociedade Nacional de Agricultura** era um cenáculo de homens que se poderiam chamar de sábios (e esta trajetória certamente não se interrompeu), onde se luziam, entre tantas outras, personalidades como Miguel Calmon, Lauro Müller, Ildefonso Simões, Leopoldo Teixeira Leite, Lopes Castro, Vieira Souto, Vitor Leivas e o cidadão eminente, cuja memória hoje reverenciamos.

"Escrevendo o presente livro deixei-me dominar pela vontade de ser útil aos criadores brasileiros; para êles está escrito o que vai dito em suas páginas, sem preocupar-me de arredondar as frases e nem de fazer literatura. A linguagem empregada está ao alcance de todos, e se uma ou outra vez, foi preciso o emprêgo de têrmos técnicos, não tive outro intuito senão esclarecer mais o assunto. Que os conhecimentos que eu suponho ter adquirido na prática ininterrupta de criador, sejam proveitosos aos que, como eu, se dedicam a essa nobre indústria; que as observações registradas, através de grandes prejuízos e não menores dissabores, possam ser úteis aos meus patrícios, são os votos que faço, na certeza de que desta forma presto um serviço ao nosso país e concorro, ainda que modestamente, para o seu progresso e desenvolvimento".

Nítido, claro e simples, êsse era o feitio de Eduardo Cotrim.

Se, como Milton, "abominou o rumoroso e turbulento mar das controvérsias", êle era, entretanto, um bravo lutador, um expositor claro, nítido, sugestivo, que impressionava, também e ainda pela maviosidade (e por que não dizer?) pela doçura da voz, a extrema simpatia e a beleza dos traços da sua expressiva fisionomia.

Vou citar-vos, nesse sentido palavras de um homem que foi um mestre de jornalismo e de polêmica, o grande Lenine, de cuja ideologia sou visceralmente contrário, mas a quem respeito e admiro, na condição de homem de imprensa, como uma das altas figuras da humanidade. Reporto-me aqui ao seu grande biógrafo René Fülop Müller.

A palavra (era êle mesmo quem o proclamava) não constituía para Lenine uma profissão ou uma carreira, mas ação direta; a maioria dos seus artigos e discursos dizia respeito à agitação pròpriamente dita.

Não dava, no que lhe concerne, o menor valor ao estilo; nada estranhável, pois, que reagisse de maneira bem decidida contra as modalidades rebuscadas de expressão e particularidades estilísticas dos outros, os seus opositores.

Ele detestava, apaixonadamente, tôda espécie de discurseiras bonitas e entrevia nelas um sinal de impotência espiritual ou de vácuo moral. O combate contra as frases rebuscadas se prolongava através de todos os seus trabalhos e proclamações: êle condenava o que soasse como

serviços oratórios, vasios de contrôle; a ênfase poética dos seus camaradas provocava-lhe iradas advertências, era por uma crítica bem aguda e o escárnio mordente, por tudo quanto fôsse poético ou sublime" de pensador objetivo arrancava violentas expressões de desprêzo.

Apreciava, apenas, aqueles giros de linguagem, tirados aos diálogos simples, e chegava mesmo a introduzir em suas formas de expressão, mais a frase compreensível por todo o mundo — e até mesmo algumas dessas chegava a ter um certo cunho de grosseria. Os seus provérbios revelavam a concentração e a penetração da maneira por que eram formulados. E abstraindo de algumas incursões nos domínios da forma de expressão da sociedade educada, falava êle da maneira mais simples possível, esforçando-se para manter, igualmente, mesmo no acesso das batalhas, o tom despretencioso de uma conversação semi-serena, na medida do possível, para os planos revolucionários e destruidores objetivados.

Não me posso, numa rápida evocação, como jornalista, furtar, ainda, ao desejo de relembrar a opinião expendida pelo grande líder universal à direção de um periódico moscovita, a respeito do verdadeiro espírito jornalístico: — "Por que vocês não escrevem em lugar de duzentas e até trezentas linhas, de preferência umas dez ou vinte, mas essas de maneira tão simples, que possam ser compreendidas claramente por todo mundo, acêrca de fenômenos que já penetraram no sangue e na carne das massas? Menos discurseiras! Aproximem-se mais da vida".

Lenine se esforçou, sempre também, por dar um novo conteúdo à expressão, como se esforçou por libertar giros de linguagem e denominações gastas pelo uso da palavra, habituais, sòmente, com o fato de emprestar às conjunções e advérbios, uma significação tôda especial. Era inimigo declarado de todos os empolamentos e começava, quase sempre, atacando o assunto de chelo.

Talvez me pergunteis: Por que tanto Lenine? Já vos citei o que no recanto bucólico de Campo Belo Eduardo Cotrim escreveu no pórtico do seu livro "A Fazenda Moderna":

— "A linguagem empregada ("repito a citação") está ao alcance de todos, disse êle e insisto agora aqui, e, se uma ou outra vez foi preciso o emprêgo de têrmos técnicos, não tive outro intuito senão esclarecer o assunto".

Eis porque, meus Senhores, vos citei Lenine tão longamente. Estabeleci, assim, um paralelo, que reputo oportuno e feliz.

Escoimadas as rudezas e as brutalidades do líder universal, no cenáculo, que, ao seu tempo, era a **Sociedade Nacional de Agricultura**, Eduardo Cotrim debatia os problemas da mesma maneira, com essa mesma clareza, com uma profunda capacidade de convencer e, por isso, com poucas palavras ouvenia mesmo.

Não foi apenas em **A Fazenda Moderna** que Eduardo Cotrim se revelou um precursor ao mesmo tempo que o homem, que já considerava naquela época o Brasil mais do que o "País do Futuro", de Stefan Zweig, mas ainda em sua compreensão e incessante ação, se empenhava por que já naquele recuado período da história, do nosso muito amado Brasil, êle fôsse o "País do Presente".

Assisti a muitos debates em que êle tomou parte. E sem querer usar do subterfúgio de Lord Byron (que Deus me perdoe a ousada comparação), sem tirar nem acrescentar anos na minha idade já provecta, devo dizer que uma das maiores vaidades do meu começo de vida era quando Eduardo Cotrim me tomava pelo braço e indagava, confidencialmente, modesto, quase humilde, o que eu achava do seu discurso e se estava de acôrdo com os seus pontos de vista, porque naquele tempo, de fato, eu era ainda adolescente que se preocupava em usar a navalha, para que despontasse na minha face um pouco de barba que me emprestasse algo de aspecto mistero, que me permitisse ombrear, lado a lado, com homens tão proeminentes.

O menino prodígio, porém, falhou, como tantos outros, mas eis-me hoje aqui, sem melancolia, antes com orgulho e arrogância, relembrando êsse velho bom tempo — que é sempre grata recordação a qualquer um de nós.

Ademais êstes motivos, de ordem tão superior, guardo de Eduardo Cotrim suaves e agradáveis recordações. Quando me tornei seu amigo, a minha vida afetiva ia tomando, pela primeira vez, rumos definitivos e êle me encorajou ao casamento, lembrando-me, de uma feita, frase de Sócrates, de que nunca mais me esquecerei: "Se te casares ou se te não casares, arrepender-te-ás. Êle foi dos que se casaram e não se arrependeram. E não se arrependeu, pelo amor e dedicação da espôsa, a ilustre senhora dona Rosa Bernardes Cotrim e pela numerosa prole, que honrou o seu nome e na qual me permito destacar o meu dileto amigo Roberto Cotrim, o único culpado pelo sacrifício dêste brilhante público em ouvir um desluzido e medíocre memoralista.

Não foi sòmente, porém, na Sociedade Nacional de Agricultura, que Eduardo Cotrim formou ao lado de homens do maior destaque na vida brasileira.

Não tenho o propósito de fazer biografia, enumerando datas ou fatos, mas falando dêste grande espírito, não é possível deixar de entrar nalguns detalhes e acentuar, por exemplo, que, como aluno da **Escola Nacional de Engenharia**, êle fêz parte de uma turma em que figuravam Paulo de Frontin, Aguiar Moreira, Osório de Almeida, Souza Bandeira e recebeu na mesma Escola o grau de engenheiro civil e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, sendo o primeiro aluno dessa turma que era, como se vê, composta tôda ela de primeiros.

Foi ferroviário, foi político, exercendo cargos de administração e de destaque social, inclusive legislativos aos tempos dos governos de Alberto Tôrres e Quintino Bocaiuva, na devastada terra fluminense e nos círculos das atividades políticas; destacou-se na benemérita **Liga da Defesa Nacional**, onde, por outro lado, citarei como seus contemporâneos e companheiros, além do seu grande criador Olavo Bilac, a Pedro Lessa, Miguel Calmon, Félix Pacheco, Manuel Cícero, Alfredo Pinto, Coelho Neto, Afonso Vizeu, Afonso Celso e tantos outros.

Nessa época, ainda não absorvido pela aglutinante profissão que abracei e que herdei dos meus maiores, eu podia exercer cumulativamente o de Secretário da gloriosa "A Notícia", de Oliveira Rocha e as funções de Secretário, também, da **Liga da Defesa Nacional**. Não, porém, um Secretário eleito e sim o nomeado para dirigir os trabalhos da Secretaria. Ganhava 500 mil réis, por mês, o que era uma fortuna, naquele tempo em que ninguém ainda ouvira ou lêra a trágica palavra inflação, que já deve ter dado alguns cabelos brancos ao nosso Presidente Juscelino Kubitscheck e feito perder muitos dos poucos que já possui o Ministro Alkimim.

De uma feita, como se desse uma vaga de 3.º Secretário na Diretoria, o meu eminente amigo **Manuel Cícero Peregrino** da Silva apresentou o meu nome a essa vaga e fui eleito, logo depois, era informado pelo zeloso tesoureiro, o inolvidável Afonso Vizeu, que, como membro da Diretoria, perdera o salário!

Aconselhei-me com o dr. Cotrim e êle, que conhecia as minhas aperturas (e já me tirara dalgumas) assim falou:

— Meu filho, essa eleição é uma grande honra para um menino como você. Essa dignificadora escolha está consumada,

porque v. foi eleito. Mas de pronto você precisa é duma cobres. Deixe as honras para mais tarde, que há bastante tempo para isso...

Não tive dúvidas, e segui seu lúcido conselho e renunciei no honroso pôsto, continuando como empregado da Liga.

Vai aqui um outro pequeno episódio, que talvez coubesse melhor, se um dia me resolvesse escrever as minhas memórias. Êle serve, porém, para pôr em relêvo, ainda uma vêz, os traços de bondade de Eduardo Cotrim. Antes de terminar a Conferência de Pecuária, o dr. Calmon anunciou que oferecia um banquete na sua magnífica mansão de São Clemente, 284. O dr. Cotrim verificou qualquer uma preocupação ou tristeza de minha parte e interpelou-me. Confessei-lhe, então, que não poderia ir ao banquete porque me encontrava naquela época, como o Governador Jânio Quadros se encontra hoje: não possuía uma casaca.

Ao deixar-me, depois dos nossos trabalhos, na porta de minha residência, o inesquecível amigo entregou-me um pequeno envelope, dizendo-me: "Isto é uma tarefa para amanhã". Abri-o e encontrei num cartãozinho suas instruções: "Mande fazer a casaca, porque você não pode deixar de ir ao banquete". Quinhentos mil réis acompanhavam o cartão. E eu fiz a casaca, comprei todos os pertences e ainda me sobrou dinheiro para outras despesas. Bom e saudoso tempo aquele do velho e respeitável mil réis...

Onde, porém, a personalidade de Eduardo Cotrim mais se destacou foi indubitàvelmente no setor da pecuária, da zootecnia, atividade a que êle se entregou, talvez pelo seu amor à terra, porque era um homem eminentemente telúrico. Representou o Brasil em inúmeros congressos internacionais, na América e no Velho Mundo e foi o Vice-Presidente da **Sociedade Nacional de Agricultura**, naqueles áureos tempos, que mais vêzes exerceu a presidência nas eventuais ausências de Lauro Müller e Miguel Calmon.

Obra de dinamismo e onde revelou tôdas as suas qualidades de organizador foi, entretanto, quando presidiu a primeira **Conferência Nacional de Pecuária**. Nessa oportunidade, permitam-me que eu me reporte, ainda uma vez mais, à minha juventude e que, esquecendo um pouco que já sôbre a minha cabeça caiu a neve dos anos, me ufane de ter sido convidado por Eduardo Cotrim para exercer as altíssimas e honrosíssimas funções de seu redator de Debates.

Já me referi ao seu livro **A Fazenda Moderna**, como um modêlo de ensinamentos, que ninguém até hoje, no âmbito de nossas necessidades e possibilidades, pôde superar em inúmeras obras muito mais modernas. As suas idéias continua nele pé e **A Fazenda Moderna** é o **vade-mécum** do criador brasileiro. Aí êle revelou um traço característico da sua personalidade definida, combativa, enérgica e tenaz, foi um longo e bom combate que sempre desenvolveu na propaganda e na prática pela organização científica de nossa pecuária, ponto de vista sob o qual a sua obra poderia ser cantada em prosa e verso, como fêz Bilac no livro de glorificação de Fernão Dias Pais Leme, o bandeirante intimorato, o seu "Caçador de Esmeraldas".

Homem do futuro, Eduardo Cotrim modelou sua fecundíssima ação no esfôrço pelos melhores destinos do Brasil e no seu modelar estabelecimento agrícola de Campo Belo, construiu o primeiro banheiro carrapaticida e a primeira usina de pasteurização do leite no Brasil. Criou a nossa primeira fábrica de gêlo, a primeira fábrica de manteiga e a primeira usina elétrica e uma fábrica de presuntos.

Colaborou com o grande Conselheiro Antônio Prado, na organização do primeiro frigorífico brasileiro, sem que se esqueça e que se deva repetir sempre que a primeira exposição de pecuária e a primeira **Conferência Nacional de Pecuária Brasileira** foram obras de Eduardo Cotrim, pioneiro da criação nacional, nos métodos puramente científicos e racionais.

Digo e repito que, ao começar a coordenar essas idéias mal alinhavadas, a quem neste instante tanto ambicionava possuir melhor engenho e arte, a fim de desempenhar-se de uma responsabilidade que pesou e pesa tremendamente sôbre os seus ombros, tinha o firme propósito de não fazer uma biografia de Eduardo Cotrim, mas, referindo-me à sua vida e realizações, não posso deixar de relembrar que sôbre cada um dêsses problemas, êle escreveu um livro enquanto o máximo "A Fazenda Moderna" é o melhor trabalho no gênero sôbre pecuária feito no Brasil até hoje e editado na Bélgica. Foi autor de "O Gado Zebu", "A Indústria Bovina na República Argentina e a sua perspectiva no Brasil"; "A Indústria de Carne na Argentina e a sua situação atual no Brasil", "A Indústria de Laticínios no Estado do Rio de Janeiro em relação com os mercados consumidores"; "A Defesa Pecuária"; "Os Matadouros Modelos e as nossas atuais raças de consumo"; "O Frio Artificial e a Indústria Moderna"; "O Brasil e a Organização Rural"; "A Indústria Pastoril no Sul de Mato Grosso"; "A Indústria da pesca"; "O Gado Nacional e o Gado Estrangeiro"; "A Indústria no Norte de São Paulo"; "Economia Rural"; "A Solução Pecuária no Norte de São Paulo"; "A Solução de um Grande Problema"; "A Função Econômica do Gado"; "A Necessidade de Ser Instituído o Crédito Agrícola"; além de ter sido colaborador em vários jornais da Capital do Rio de Janeiro e de São Paulo.

De uma ascendência ilustre, o seu pai, José Custódio Cotrim da Silva, era também um progressista fazendeiro de café em Rio Bonito e a sua mãe, dona Joaquina Carolina Tôrres Cotrim, ("bendito o fruto do vosso ventre"), a segunda filha do Visconde de Itaboraí. Deixou Eduardo Cotrim uma prole enorme. Os caminhos da vida me separaram dos seus descendentes e, dias atrás, num sábado em que alguns repousam e outros continuam na labuta de cada dia, anunciaram-me na minha tenda árabe de trabalho, como diria o nosso venerando Barão de Itararé, a visita de um senhor Cotrim. Fui ao seu encontro não lá de muito bom humor; mas quando defrontei com aquela fisionomia a qual, sendo, sem dúvida, austera e respeitável, era, entretanto, sorridente e afetuosa, eu, que até então pensava num Cotrim qualquer, ignorando, òbviamente, de quem se tratava, não pude deixar de exclamar: "Falta-lhe sòmente o bigode e a barbicha para ser o retrato do seu pai". E abracei-o, comovido.

Surgiu-me, então, esta incumbência, da qual quero justificar-me, atribuindo-lhe, de início, a responsabilidade desta hora tão honrosa para mim e tão pouco agradável, certamente, para aquêles que estão tendo o desprazer de suportar minha péssima oratória. Além dos sentimentos de amizade que nos unem, a nós dois, havia, também, a circunstância de ter sido amigo do homem a cuja memória hoje prestamos reverência, eu fôra, por indicação dêle, feito redator de debates da Conferência de Pecuária e seu Secretário, no notável empreendimento e, além disso, sou um dos mais antigos sócios da **Sociedade Nacional de Agricultura**, possuidor do respectivo diploma.

Um incêndio devorou os seus arquivos, como se sabe e naqueles velhos tempos, recuados no tempo, os dirigentes da benemérita instituição, ofereceram-me, sem qualquer ônus, com que eu talvez não pudesse arcar, um tí-

tulo de sócio efetivo, datado de 22 de julho de 1916 e que traz as assinaturas de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Presidente; Gustavo Lebon Regis, Tesoureiro; e Hannibal Pôrto, secretário.

Esse diploma quase que criou um caso de família, porque meu prezado amigo e parente Arruda Câmara, um dia mo pediu emprestado e tive uma luta tremenda para recuperá-lo pois êle fez tudo para surrupiá-lo, pôsto que o considerava uma relíquia que deveria figurar no salão desta benemérita instituição, pelo valor das assinaturas que dêle constavam.

Longos e longos anos transcorreram até que, ainda neste 1957, duas vêzes me fôsse dado levantar a minha voz despretenciosa neste cenário. Alguns meses atrás, quando aqui se prestavam homenagens do clássico minuto de silêncio a várias personalidades ilustres, iniciando-se a série com o nome do grande brasileiro, iniciativa que eu houvera tomado de bom grado: Getúlio Vargas, relembrei a figura de Antônio Carlos Ferraz de Almeida, o propulsor da grande "Cooperativa de Cotia", sob aplausos emocionados e que sobretudo me emocionaram a mim, com a presença espiritual que provoquei dêsse querido amigo e companheiro.

Longos foram os anos transcorridos e eu, que já me dei ao luxo de citar poetas inglêses, por que não vou referir um poeta da nossa língua, o grande Antero de Quental?.

"Três cavaleiros seguem lenta-
[mente
Por uma estrada erma e pedre-
[gosa.
Geme o vento na selva rumorosa,
Cai a noite do céu, pesadamente.

Vacilam-lhe nas mãos as armas
[rôtas,
Têm os corcéis poentos e aba-
[tidos,
Em desalinho trazem os vestidos,
Das feridas lhe cai o sangue, em
[gotas".

Hoje, porém, nos reencontramos (os Três Cavaleiros — o venerando Presidente Wenceslau Braz, o meu querido amigo Vitor Leivas, quase um irmão mais velho, e eu) na presença de Eduardo Cotrim, o guia que não morreu e, se assim me posso exprimir, obedecendo à sua convocação. Somos três sobreviventes da memorável Conferência de Pecuária.

Nem tôdas as armas dêsses três cavaleiros estão rotas. Uma está perfeita e imortal e das mãos trêmulas, as podemos transmitir afiadas e cintilantes aos nossos filhos e aos nossos netos: são as nossas esperanças e a nossa confiança no futuro de nossa grande pátria. É a confiança em que os homens que hoje dirigem os seus destinos — se é que no homem e não sòmente a Deus é dado dirigir destinos — possam seguir as pégadas dessa marcha corajosa e segura em que êle se empenhou e obedecer aos exemplos deixados por Eduardo Cotrim, na sua luminosa existência.

Personificamos, nós, êsses três cavaleiros semidestroçados, no Primeiro Magistrado tais esperanças e tal confiança, contando que o jovem homem público e estadista que preside à Nação, se ilumine no presente por êste exemplo edificante do passado.

Para terminar, Senhores: hoje, porém, nós, êsses cavaleiros cansados, mas não vencidos, nos reencontramos aqui, na presença, se assim posso dizer, de Eduardo Cotrim e obedecendo a um chamamento de Eduardo Cotrim, o homem que para nós não morreu. Vá lá, perdoem-me, um pouco mais de poesia antiga:

"Recordar é viver.
É sentir dentro dalma, ai! podê-
[la sentir
Uma saudade em flôr, a chorar
[e a rir!".

Nesta hora, aqui estão os três cavaleiros, dominados por um sentimento de profunda saudade, e, estou certo, que idêntica emoção domina a todos que compareceram a esta solenidade para homenagear a memória de Eduardo Cotrim. Conforme comecei por afirmar no início desta emocionada oração, não consideramos Eduardo Cotrim um morto que tenha morrido.

Infelizmente nos separamos dêle e, lê-se num livro singular que é a "Imitação de Cristo", o qual, pela evocação dêsse próprio nome, deveria ser doce e suave, mas que é, muitas vêzes, antes amargo e pessimista, uma frase que diz assim: "Se todos temos de nos separar um dia, não importa o momento em que isso aconteça".

Importou muito, porém, para todos nós, a hora e mque Eduardo Cotrim partiu na intérmina viagem para o País dos Silêncios Eternos e tivemos, então, que nos separar dêle.

O SR. PRESIDENTE — Tenho o prazer de dar a palavra ao Dr. Nelson de Sousa Cotrim, que vai falar em nome da família Cotrim. (Palmas).

O SR. NELSON DE SOUZA COTRIM — Exmo. Sr. Major Renato Goulart, digno representante do sr. Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira; Exmo. Sr. Dr. Vitor Guimarães, representante do Exmo Sr. Ministro da Agricultura; Exmo. Sr. Tenente-Coronel Antônio Xavier, representante do Sr. Ministro da Guerra; Exmo. Sr. Major Souto Santos, represetnante do Sr. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro; demais autoridades presentes, Exmo Sr. Dr. Luiz Simões Lopes, minhas senhoras, meus senhores e meus amigos:

A Sociedade Nacional de Agricultura foi obra de um punhado de homens idealistas, num momento em que o Brasil passava por um período conturbado e de crise. O final do século assistiu a uma transição: a queda do Império e a fundação da República.

A Abolição, gesto eminentemente humano e honroso, civilizador, índice do progresso de um povo, contribuiu, sem dúvida, associada à erosão, para que a crise econômica, especialmente, se estabelecesse dentro da lavoura do Brasil.

Falar em economia, no final do Império, é falar em tôda a atividade da lavoura, porque, senhores, naquela época a indústria não existia. Foi tão grande o impacto dessa crise, que abalou os alicerces do próprio regime. A Princesa Isabel, "A Redentora", mal sabia que, assinando a lei de libertação dos escravos, firmava sua própria renúncia. Tornou-se, entretanto, credora da gratidão de todos os brasileiros. O Brasil passou, naquele momento, por um dêsses abalos que são inevitáveis na gratidão de todos os brasileiros. O Brasil passou, naquele momento, por um dêsses abalos que são inevitáveis na História dos povos. O crescimento não se faz numa trajetória ascendente, regular e harmoniosa. O crescimento dos povos se processa por saltos. Há momentos de ascensão, como há momentos da queda. Êsse foi um dos momentos de queda, mas foi um instante de reforma, foi uma necessidade, foi um bem e, hoje, todos reconhecemos e agradecemos.

O Brasil tinha sua economia calcada em falsos alicerces. O trabalho escravagista vinha sendo abandonado. Recentemente, pouco antes, os Estados Unidos tinham passado por uma crise muito mais dolorosa que a nossa. Se a nossa foi de natureza econômica, a americana, da abolição, foi também sangrenta. Foi também econômica — os problemas foram semelhantes.

Como já foi assinalado pelo eminente orador Teixeira Leite, parecia que o desânimo, a conformação com a crise era geral, a tal ponto que até o Ministério da Agricultura desapareceu. O Govêrno transformou-o no Ministério da Indústria, da Viação e das Obras Públicas, concedendo a benemerência de uma terceira Diretoria, de uma Divisão dêste ministério republicano.

Em 1897, no mês de janeiro, teve lugar no salão da Escola Politécnica, do Largo de São Francisco, a reunião de fundação da primeira Sociedade Nacional de Agricultura. Compreenderam os homens daquela época que era necessária a reorganização. Não havia — como disse — o Ministério da Agricultura, no momento. Êsses homens sentiram a necessidade da reorganização do trabalho da lavoura e fundaram a Sociedade Nacional de Agricultura. Logo depois, em 1910, realizavam o Primeiro Congresso Nacional de Agricultura e, entre as teses aprovadas, figurava aquela da formação, da criação do novo Ministério da Agricultura, porém foi sòmente no ano de 1906 que teve lugar, no Govêrno de Afonso Pena, outra vez, a reorganização do Ministério, em moldes históricos e previstos por Cristino Cruz, membro da Sociedade Nacional de Agricultura.

Menciono êstes fatos apenas para focalizar a importância que tem e teve a Sociedade Nacional de Agricultura no panorama econômico do Brasil. Todos nós, ruralistas — porque assim me considero também, herdeiro que sou de Eduardo Augusto Tôrres Cotrim — devemos ser gratos a esta Sociedade, pela atenção que ela dispensou e continua a prestar a êstes problemas. A luta da Sociedade Nacional de Agricultura apenas começou, decorrido pouco mais de meio século. O objetivo da Sociedade era congregar tôdas as pessoas que, individual ou coletivamente, se interessassem pela terra. Sempre foi uma Sociedade altruística. Nos próprios estatutos de sua fundação consta a recomendação de criação de sociedades congêneres no interior, nos municípios, nos distritos, nos Estados. É um sonho que já se realizou e foi a reunião de tôdas essas sociedades na Confederação Rural Brasileira. Em princípio, a recomendação foi de que se organizassem sociedades similares, em todos os recantos do Brasil e, naturalmente, os ideais comuns faziam com que se reunissem êsses grupos distantes, mas não separados. Assim foi, pouco a pouco, tendo incremento a formação das federações, das associações rurais. Estas federações, por sua vez, hoje são em número de 22, estão reunidas aqui, ao lado de 1.400 associações rurais, sob o nome de Confederação Rural Brasileira.

Senhores, eis aí a atitude, a projeção desta Sociedade e, indubitàvelmente, Eduardo Augusto Tôrres Cotrim, interessado que era nestes problemas, não poderia faltar com sua presença neste cenário. Em 1912 era eleito Vice-Presidente desta Casa e é-me grato recordar, neste momento, a presença de um dos antigos diretores de 1912, o Dr. Vitor Leivas (palmas), seu contemporâneo da diretoria.

Tenho à minha frente os filhos de um amigo a quem me ligaram também laços de família. Refiro-me a Alberto Ferreira Jacobina, Secretário da Diretoria de 1912.

Mais tarde, Eduardo Cotrim é Presidente da Comissão Executiva da Primeira Conferência Nacional de Pecuária — e é com grata satisfação que renovo os meus agradecimentos ao Dr. Ivo Arruda, então Secretário dos debates da Conferência, também um dos sobreviventes, um daqueles três cavaleiros que êle acabou de mencionar.

Vale recordar, nesta data, 1918, Primeira Conferência Nacional de Agricultura, o nome do digno ex-Presidente Wenceslau Braz — e são os sobreviventes daquela época.

Senhores, a Sociedade Nacional de Agricultura sempre foi um órgão apolítico, independente. Sempre compreendeu que era mais fácil conseguir as coisas de fora para dentro, do que de dentro para fora, do campo aberto da discussão, para dentro das Câmaras e, porisso, sempre foi respeitada e acatada.

Por ela passaram, como seus diretores ou membros proeminentes, inclusive ministros da Agricultura ou ex-ministros. Iria lembrar Lauro Müller, que foi Presidente da Diretoria de 1912 a 1918 e que, mais tarde, veio a ser Ministro do Exterior, no período da guerra de 1914. Miguel Calmon, companheiro de Diretoria do meu avô, foi o Ministro da Agricultura de Arthur Bernardes. Antes, havia passado pelo Ministério um varão ilustre do Rio Grande do Sul, o Sr. Dr. Ildefonso Simões Lopes, Ministro do Govêrno Epitácio Pessoa, pai do ilustre Presidente desta sessão, o Dr. Luiz Simões Lopes. Lira Castro, que deixou a presidência da Sociedade para ser Ministro da Agricultura, no Govêrno Washington Luiz.

Senhores, apenas dou êsses exemplos para mostrar àqueles que não sabem o que é a Sociedade Nacional de Agricultura o ponto que ela atingiu, a honra que representa para nós, para minha família, para nossa família, para a família de Eduardo Cotrim, receber, neste momento, a homenagem desta Sociedade. A homenagem se mede pela grandeza e pela altitude daquele que a presta.

Por isto nós lhe somos gratos e reconhecidos.

Queria também declarar que o orador oficial, Dr. Teixeira Leite, com a sua palavra fácil, eloqüente, tirou-nos o prazer de uma surprêsa. É que desejava contar que Edgar Teixeira Leite foi o orador da turma de 1914 da Escola de Pinheiros, turma paraninfada pelo meu avô. Tirado o prazer da surpresa da revelação, quero manifestar a nossa gratidão pela maneira exata e completa com que descreveu aqui o fato.

Infelizmente, por motivos alheios à sua vontade, por motivos de saúde, está ausente o preclaro Presidente desta Sociedade, o Dr. Artur Eugênio Magarino Tôrres Filho, que merece de nossa parte menção tôda especial e carinhosa. (Palmas). Homem de grande espírito público e dedicação à causa nacional, batalhador incansável desta Sociedade, lastimamos a sua ausência, porém não é menor a nossa gratidão.

Não desejo encerrar estas palavras sem mencionar o nome do Dr. Luiz Marques Poliano, Secretário da Sociedade Nacional de Agricultura, que há 38 anos trabalha nesta Casa.

Como os Senhores vêem, a Sociedade Nacional de Agricultura tem o privilégio de contar com a participação de homens dedicados e idealistas, interessados no progresso e no desenvolvimento do Brasil; homens que não são apenas do Rio, mas de todo o Brasil, porque por aqui têm passado gaúchos, mineiros, cariocas, catarinenses, pernambucanos. Mesmo porque esta é uma sociedade brasileira, é a Sociedade Nacional de Agricultura. E é esta entidade que acaba de prestar a um dos seus colaboradores, a um dos seus antigos membros, homenagem tão sincera, que ficará para sempre em nossos corações. (Palmas prolongadas).

O SR. LUIZ SIMÕES LOPES, Presidente — Antes de encerrar esta sessão que tive a honra e o prazer de presidir, na ausência do nosso eminente Presidente, Dr. Artur Tôrres Filho, alma de todos os movimentos que se vêm desenvolvendo nesta Casa há mais de vinte anos, primeiro como seu Vice-Presidente e posteriormente como Presidente efetivo, quero comunicar aos presentes que, nas comemorações do centenário do grande homem público que foi Eduardo Cotrim, além desta sessão, em que tivemos a honra de ver esta seleta assistência vir comungar conosco neste preito de gratidão e de respeito à memória dêsse grande brasileiro, faremos realizar uma parte das homenagens em Rezende. Assim é que dia 19, às 16,00 horas, será inaugurada a efígie do eminente Dr. Eduardo

(Continua na pág. 26)

EM REZENDE

As comemorações em Rezende se revestiram do maior brilhantismo. As 16 horas, numa das praças centrais da cidade, presente grande e seleta assistência, deu-se a inauguração da herma do Dr. Eduardo Cotrim. Após vários discursos de personalidades locais, o Secretário Geral da Sociedade, Sr. Luiz Marques Poliano, fêz entrega ao Prefeito da Cidade, Sr. Geraldo da Cunha Rodrigues de um exemplar de prata da medalha comemorativa. Também o Presidente da modelar Cooperativa de Laticínios de Rezende recebeu idêntica homenagem, bem como a Câmara Municipal, que, à noite, realizou uma sessão comemorativa, tendo sido distinguido com lugares especiais à Mesa os representantes da Sociedade.

Ao dia seguinte, uma romaria ao cemitério visitou o túmulo do ilustre carioca, tendo na ocasião falado o Prefeito.

Terminaram as festas em Rezende com um concorrido churrasco na antiga propriedade rural da Família, em Itatiaia, antiga Campo Bello, onde, por longos anos, exerceu a agricultura o Dr. Eduardo Cotrim.

Discurso pronunciado pelo dr. Israel Franco Belga, no dia 19 de outubro, por ocasião da inauguração da herma comemorativa do centenário de nascimento do saudoso brasileiro dr. Eduardo Augusto Torres Cotrim:

"A vida, meus senhores, ou melhor, a natureza humana tem seus caprichos, gosta dos contrastes ...

Há longos anos já, quando estudante, ainda no amanhecer da minha vida, no estudo e preparo de pontos escolares, constantemente folheava eu uma obra maravilhosa, um livro precioso, de um verdadeiro doutor, com lições magistrais, em cujas luzes abeberava meu espírito, inspirando-lhe no amor à terra, o verdadeiro culto à pátria querida.

Quero me referir, meus senhores, a êsse sulco inapagável deixado na memória dos nossos dias, por êsse Evangelho, que é a **Fazenda Moderna**, essa preciosidade em que Eduardo Cotrim, com a nítida visão do futuro e a consciência exata das nossas necessidades, insculpiu em lições magistrais, filhas de estudos objetivos, da observação e da experiência, depuradas na lógica de uma longa e amadurecida reflexão, robustecendo e avivando com a convicção inabalável de sua fé, a nossa esperança na grandeza futura dos nossos destinos, na glória do nosso Brasil.

São ensinamentos que jamais se apagarão e advertências que o tempo não obiltera.

Pois bem, senhores, a natureza humana que, como disse, gosta dos constrastes, manifestou-se na escolha do orador que devia saudar a memória do nosso ilustre homenageado.

Sobremodo desvanecido, pois, confio na generosidade de todos os que me ouvem.

Obreiro obscuríssimo, o último, talvez, da cruzada que de tempos se vem ferindo em prol dos nossos problemas econômicos, jamais podia passar-me pelo



Herma do Dr. Eduardo Cotrim

espírito a veleidade desta impressionante missão.

Não declinei — confesso — da honra da delegação, confiado no natural entusiasmo de um discípulo em poder, um dia, homenagear um saudoso e querido mestre.

Mesmo porque, meus amigos, falar de um vulto eminente e nobre, como Eduardo Cotrim, cuja existência benemérita deflui no exemplo perene de uma lição que se exalta e rebrilha na obra memorável que o perpetua, não constitui tão difícil tarefa.

Eduardo Cotrim foi técnico; Eduardo Cotrim foi político; foi administrador; foi diplomata Eduardo Cotrim foi orador; foi publicista; foi jornalista; Eduardo Cotrim teve méritos e excelsas virtudes.

Eduardo Augusto Tôrres Cotrim nasceu em 14 de outubro de 1857 na Capital da República; filho do austero varão José Custódio Cotrim da Silva, grande fazendeiro de café em Rio Bonito, neste Estado e de dona Joaquina Carolina Tôrres Cotrim, filha dileta do Visconde de Itaboraí.

Eduardo Cotrim em 1878, portanto, com 21 anos, apenas, formou-se em engenharia, pela antiga Escola Central, hoje Escola Nacional de Engenharia, tendo pertencido a uma turma de grandes engenheiros como Paulo de Frontrim, Aguiar Moreira, Osório de Almeida, Souza Bandeira, Nerval de Gouvêia e outros.

Eduardo Cotrim recebeu na mesma Escola o grau de Engenheiro Civil e Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, tendo sido o primeiro aluno de sua turma.

Nos primeiros anos de sua vida profissional, foi engenheiro ferroviário da Estrada de Ferro São Paulo. Dedicou-se, também, à construção de várias outras estradas de ferro, entre elas o ramal de Muzambinho — hoje Mogiana —; ramal de Macaé, da Estrada de Ferro Leopoldina; o ramal da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul e Estrada de Ferro Alagoas a Pernambuco (Piranhas a Jatobá). Exerceu vários cargos na administração publica e na política. Como presidente da Câmara foi prefeito de Resende em 1901. Foi deputado estadual nos governos de Alberto Tôrres e Quintino Bocaiuva.

Foi presidente do Comitê Nacional da Produção e do Diretório da Liga de Defesa Nacional do Estado do Rio de Janeiro.

Dedicando-se, mais tarde, à pecuária, Eduardo Cotrim tornou-se um dos mais adiantados criadores de gado selecionado. Foi vicepresidente da Sociedade Nacional de Agricultura por muitos anos. Representou o Brasil no Congresso Internacional de Gado, no Congresso Internacional de Polícia Sanitária Animal e Medicina Veterinária em Montevideu.



Fala o Dr. Roberto Cotrim, que agradece em nome da numerosa família



O traço característico da personalidade do dr. Eduardo Augusto Tôrres Cotrim foi o combate sadio e racional que sempre desenvolveu na propaganda e na prática pela organização científica da nossa pecuária.

Escreveu o livro a que já me referi, **A Fazenda Moderna**, editado na Bélgica e considerado, até hoje, o melhor trabalho no gênero sobre pecuária no Brasil.

Escreveu mais, **O Gado Zebu, Indústria Bovina na República Argentina e Sua Perspectiva no Brasil, A Indústria de Carne na Argentina e Seu Futuro no Brasil, A Indústria de Lacticínios no**

Inauguração da herma: fala o Dr. Roberto Cotrim, filho do saudoso brasileiro

Foi, por três vezes, representante do Brasil na Exposição Internacional de Palermo-Buenos Aires. Foi membro da Federação Internacional de Leiteria da Bélgica. Foi presidente da Comissão Organizadora da primeira e da segunda exposição nacional de pecuária, tendo sido, também, presidente do Primeiro Congresso Paulista de Pecuária. A Primeira Exposição Pecuária e, bem assim, a Primeira Conferência Nacional de Pecuária Brasileira foram organizadas por Eduardo Cotrim.



O Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da S. N. A., fez entrega ao Prefeito local de um exemplar de prata da medalha comemorativa



Descerramento do busto por elementos da Família do Dr. Eduardo Cotrim

Estado do Rio de Janeiro em Relação Com os Mercados Consumidores, A Defesa Pecuária, Os Matadouros Modelos e as Nossas Atuais Raças de Consumo, O Frio Artificial e a Indústria Moderna, O Brasil e a Organização Rural, A Indústria Pastoril no Sul de Mato Grosso, A Indústria da Pesca, O Gado Nacional e o Gado Estrangeiro, A Indústria Pecuária no Norte de São Paulo, Economia Rural, A Solução de Um Grande Problema, A Função Econômica do Gado, A Necessidade de Ser Instituído o Crédito Agrícola" e outras obras mais.

Eduardo Cotrim foi, também, colaborador assíduo de vários jornais do Rio e de São Paulo.

Foi em Campo Belo, hoje Itatiaia, que Eduardo Cotrim teve instalado o seu grande estabelecimento agrícola e industrial. Ali construiu o primeiro banheiro



Inauguração da herma: parte da assistencia

Eduardo Cotrim, foi a sua constante preocupação pelo engrandecimento da pátria, pelo trabalho redentor da terra, da terra amiga e fecunda, a cujo convívio havemos como o romano, de amoldar o nosso caráter e lançar os fundamentos indestrutíveis da nossa nacionalidade. Só assim — e Eduardo Cotrim bem o sabia — nos faremos grandes no continente e grandes na admiração do mundo.

Eduardo Cotrim constitui, pois pela sua obra e pelo seu passado de lutas e de glória, um exemplo admirável e um justo

carrapaticida e a primeira usina de pasteurização de leite no Brasil, e entre nós a primeira fábrica de gêlo, a primeira fabrica de presunto e a primeira usina elétrica.

Como resultado de seus estudos, organizou em colaboração com o conselheiro Antônio Prado o primeiro frigorífico brasileiro.

Eduardo Cotrim foi, assim, pois, um dos pioneiros da pecuária brasileira, em moldes científicos e racionais.

O doutor Eduardo Cotrim foi casado com dona Rosa Bernardes Cotrim, tendo deixado grande descendencia ilustre, que honra a tradição familiar.

Faleceu em 15 de fevereiro de 1919.

Meus senhores:

Superfluidade seria de minha parte, deter-me na apreciação de uma individualidade, cuja existência benemérita, motiva esta vossa intensa vibração de entusiasmo.

De tôdas as fases, porém, do seu brilhante espírito, uma deve e faço mesmo questão de que fique enaltecida com a reverente admiração que sempre provocaram, em todos os tempos, as luminosas cruzadas do bem, nas grandes obras de evangelização, em que o homem, fazendo-se a encarnação de uma idéia, representa e simboliza, ao mesmo tempo, a vitória de uma causa.

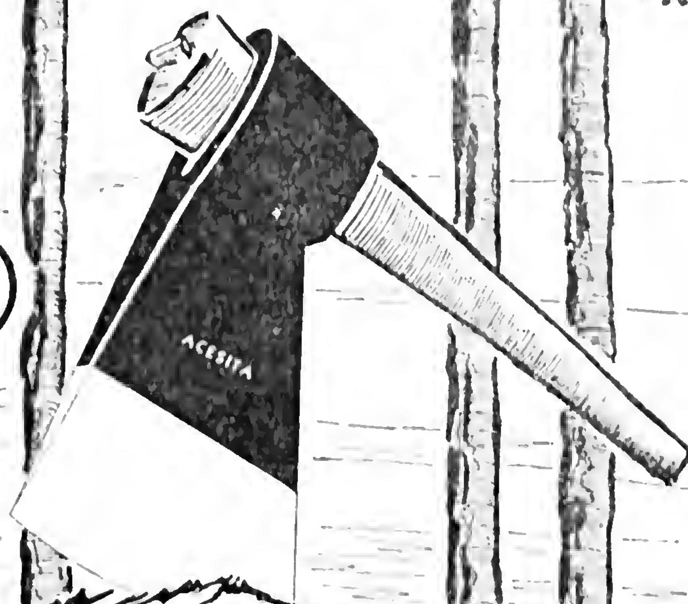
A causa que cristalizou e extentificou na ação benfazeja de



Dr. Manuel de Paula, Presidente da Sociedade Amigos de Rezende, quando pronunciava a sua oração.

ONDE A QUALIDADE SE IMPÕE

UM PRODUTO
ACESITA



O CERTIFICADO DE EXAME DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA de n.º 2572-52, assim conclui:

"...pelos resultados, afirmamos que os machados "ACESITA" são de magnífica qualidade, não ficando nada a dever aos de procedência estrangeira, tomados como padrão de qualidade".

CIA. AÇOS ESPECIAIS ITABIRA

11.º andar - D. F.

Est. Minas Gerais

ESCRITÓRIOS:

BELO HORIZONTE
RUA CURITIBA, 561 - 4.º
TEL.: 2-2934

SÃO PAULO
AV. HENRY FORD, 641
TEL.: 9-8554

orgulho para seus filhos ilustres, para seus dignos descendentes e para todos nós; porque feliz é o povo e feliz é a nação que nos momentos de desalento e de desesperança ainda podem se mirar em exmepios do passado de verdadeiras fontes de energia moral, a cujo influxo o espirito se retempera nas aragens da fé para as grandes realizações do futuro.

E foi, sem duvida, compenetrada dessa verdade que, em louvável movimento de iniciativa, deliberou a Sociedade Nacional de Agricultura, comemorar condignamente o centenário do grande brasileiro; rendendo assim, significativo e comovente preito de homenagem à sua inolvidável memória.

A Sociedade Nacional de Agricultura, pois, os nossos louvores por tão expressiva e sincera prova de afeto e de saudade.

A ilustre familia Cotrim as minhas sinceras homenagens.

Aos criadores de Resende as minhas felicitações pelo ato de justiça e de reconhecimento.

E a Eduardo Cotrim, o grande e saudoso mestre, o meu respeito e a minha eterna admiração".

(Conclusão da pág. 20)

Cotrim naquela cidade. Para às 19,000 horas do mesmo dia está programada uma sessão da Câmara Municipal de Rezende. No dia 20 haverá uma missa em Itatiaia, ex-Campo Belo, na Fazenda Belos Prados, seguida de um churrasco, na Granja Chalé, às 11,00 horas. A Sociedade Nacional de Agricultura tem a grande satisfação de convidar os presentes e todos os amigos e admiradores do Dr. Eduardo Cotrim para essas comemorações que terão lugar em Rezende.

Quero ainda comunicar que a Sociedade Nacional de Agricultura tomou também a iniciativa de fazer cunhar medalha comemorativa do centenário do Dr. Eduardo Cotrim, sendo um exemplar, em ouro, destinado ao Sr. Presidente da República; os outros serão distribuídos oportunamente. Penso que esta entidade não se poderia furtar a esta homenagem a uma de suas figura sinais proeminentes, a uma das figuras que mais trabalharam por esta Casa e, principalmente, que mais trabalharam pela pecuária brasileira e pela grandeza do país, de modo geral.

Finalmente, quero agradecer a presença dos representantes do Sr. Presidente da República, do Sr. Ministro da Agricultura, do Sr. Prefeito Municipal, do Sr. Ministro da Guerra e demais autoridades convidadas, bem como dos representantes da familia do Dr. Eduardo Cotrim e de todos os presentes.

Está encerrada a sessão.

Exposição de Revistas e Catálogos de Indstria, em Lima

A Embaixada do Brasil no Peru pretende organizar, na cidade de Lima, em abril de 1958, uma "Exposição de Revistas e Catálogos de Indústria" onde deseja expor o maior numero possivel de revistas brasileiras e catálogos de propaganda da nossa indústria.

O endorêço para onde deve ser enviado material é o seguinte:

Embaixada del Brasil — Avenida Comandante Espinar n.º 181 — Miraflores — Lima — Peru.

(Conclusão da pág. 60)

com orgulho de brasileiros que podemos dizer que a todos êsses fatôres o "Jeep Verde-Amarelo" equipado com 70% de peças nacionais resistiu com grande galhardia, fazendo-se merecedor de nossa total e irrestrita confiança, por pior que fôsse a trilha africana a enfrentar.

Agora, após têrmos feito face com êste Jeep-Willys às piores condições rodoviárias através de 20.000 km do Continente Negro, sentimo-nos felizes em constatar que durante a rigorosa inspeção técnica a que o submetemos aqui no Cairo, verificamos o perfeito estado em que se encontra a máquina, confirmando o alto nível a que já atingiu a Indústria Automobilística Nacional".



Um aspecto da entronização no Salão de Reuniões da Confederação Rural Brasileira, do Cristo Crucificado, oferecido pelos componentes do D.I.D., quando falava o cônego Fonseca e Silva. Paraninfaram o ato de fé cristã, o Sr. Iris Meinberg, Presidente da C. R. B. e o Dr. Kurt Repsold, representante do Sr. Ministro da Agricultura.

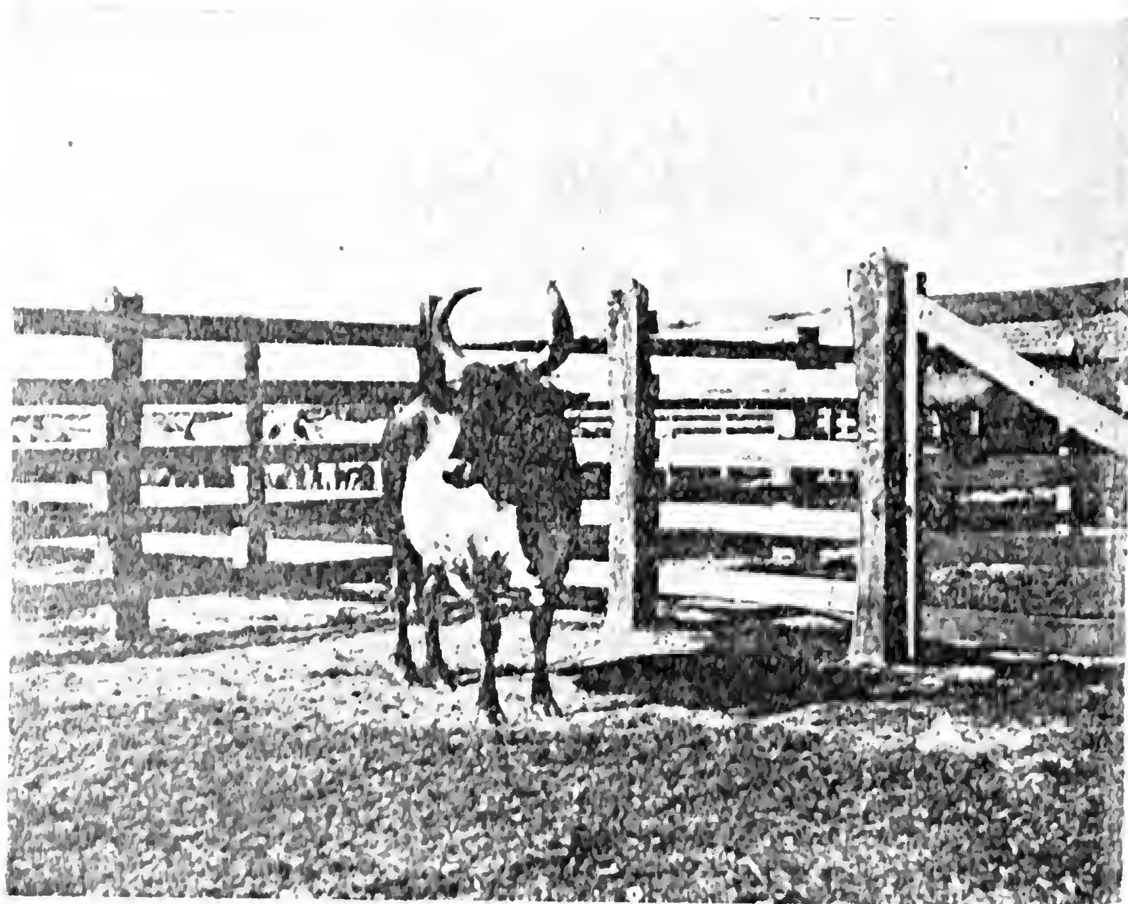
Em Itaboraí

Uma organização modelar que honra a Pecuária Nacional

Impressão de uma visita à Cia. Agro Pastoril Vargem Grande — Nova fase para a pecuária fluminense

Tivemos o prazer de visitar o sr. Mario de Almeida Franco, em seu modelar escritório da Rua Senador Dantas, n.º 20 salas 601 e 603, em pleno coração da metropole.

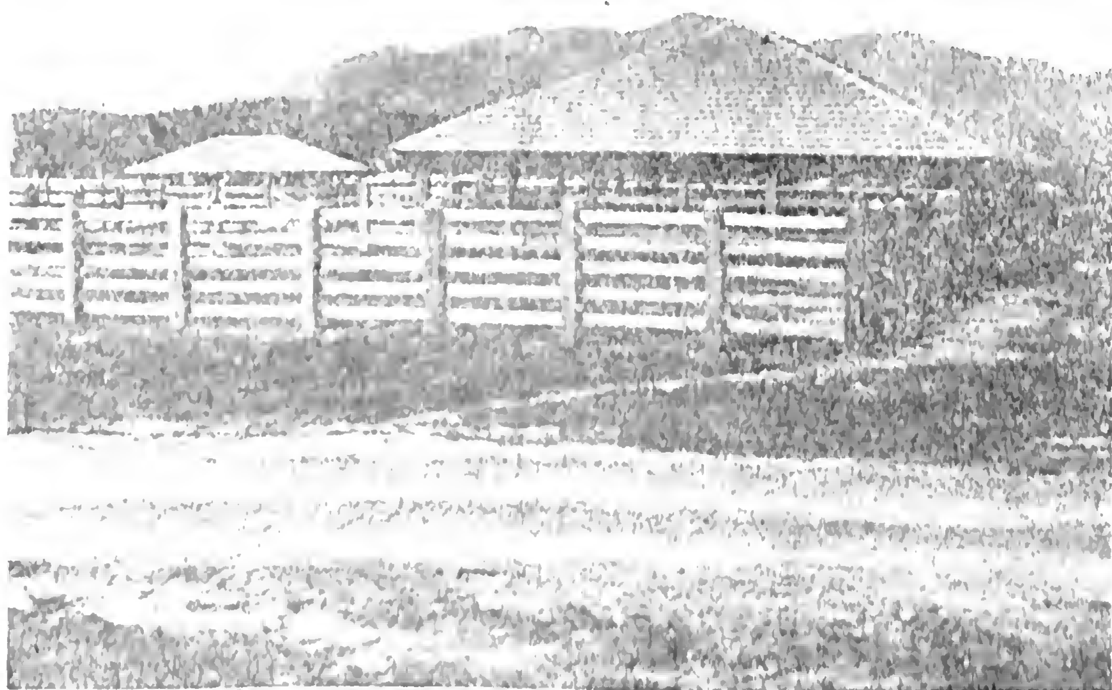
Um verdadeiro técnico na organização de fazendas, tendo já realizado notaveis empreendimentos em Uberaba, no Vale do Rio Doce, em Goiás e Mato Grosso, o sr. Mario de Almeida Franco voltou, ul-



Reprodutora "Guzerat" propriedade da Cia. Agro Pastoril Vargem Grande, Itaboraí — Estado do Rio —



Grupo de vacas "Guzerat". Propriedade da Cia. Agro Pastoril Vargem Grande, Itaborai
— Estado do Rio —



Vista de uma parte das instalações para manejo dos rebanhos da Cia. Agro Pastoril
Vargem Grande Itaborai — Estado do Rio

timamente, suas vistas para o territorio fluminense, onde em verdade, condições especialissimas existem para o desenvolvimento das atividades agro pastoris.

Daí, lançar-se o dinâmico realizador a outro notavel empreendimento no gênero em que se notabilizou, tornando se um técnico de renome e de larga projeção em todo o território nacional.

UM CONVITE ACEITO E AS IMPRESSÕES RECOLHIDAS

O sr. Mario de Almeida Franco, gentilmente, convidou-nos a realizar uma visita á Cia. Agro Pastoril Vargem Grande, possuidora de uma área de 3.500 hectares, no Municipio de Itaborai, na Baixada Fluminense, apenas a uma hora da Capital da Republica.

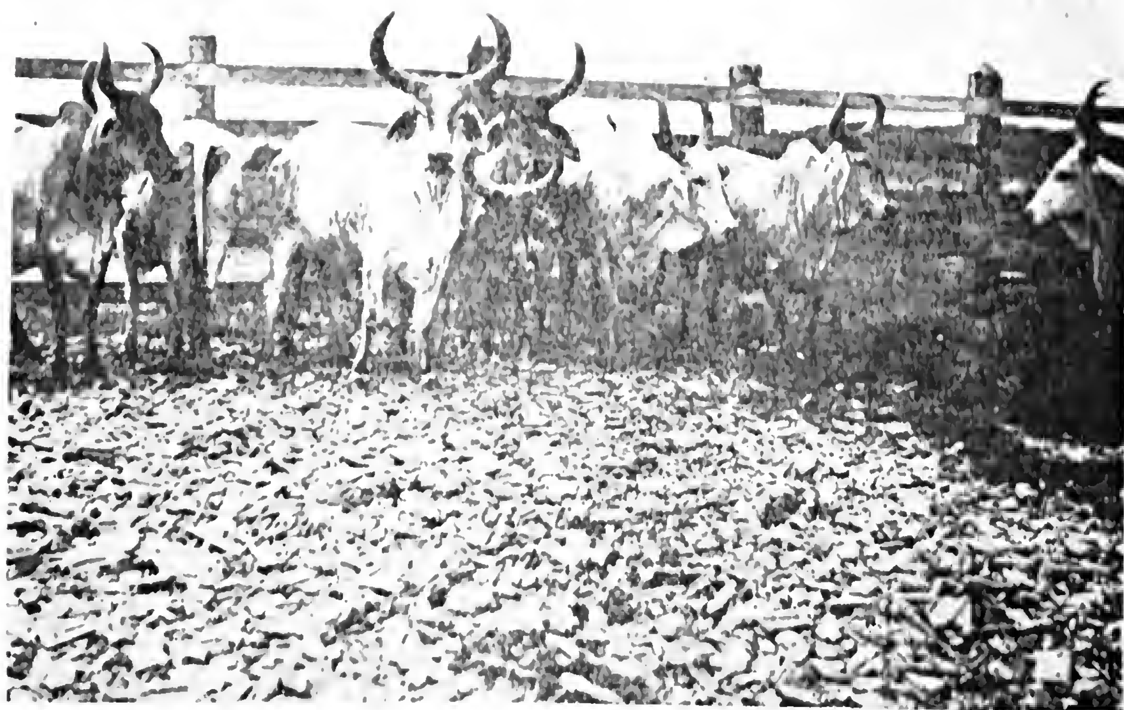
Em nossa visita tivemos ensejo, então, de observar o quanto podem a capacidade de trabalho e a inteligência do dinâmico realizador.

A imensa área da Cia Agro Pastoril Vargem Grande está em pleno desenvolvimento. Já possue a Fazenda um plantel totalizando seiscentas cabeças de gado Guzerat.

Esta raça, que já esteve um tanto abandonada,



2 reprodutores puros "Guzerat" Propriedade da Cia. Agro Pastoril Vargem Grande, Itaborai — Est. do Rio —



Grupo de vacas reprodutoras "Guzerat". Propriedade da Cia. Agro Pastoril Vargem Grande, Itaboraí

mereceu as preferências do sr. Mario de Almeida Franco, que sendo um técnico de larga experiência, bem sabe quão altas são as qualidades econômicas e notavel a produção leiteira do Guzerat.

O que se observa no imenso e bem tratado campo é um testemunho de trabalho visando o alevantamento do nivel de criação na Baixada Fluminense, terra que em verdade oferece condições esplêndidas para a pecuária, como o comprova o êxito da nova e feliz iniciativa do sr. Mario de Almeida Franco

É evidente que Itaboraí ganhou um grande impulso econômico com a iniciativa daquele distinto e dinamico realizador, criando no futuroso municipio fluminense a Cia Agro Pastoril Vargem Grande — empreendimento que é mais um cometimento de vulto, patriotico e seguro, do homem que, em Minas, Mato Grosso, Goiás e na zona do Vale do Rio Doce, já deixou traços de sua capacidade de trabalho e, sobretudo, de sua experiência nos labores agro pecuários.

O Estado do Rio está, pois, de parabens, com a preferência que lhe foi dada pelo sr. Mario de Almeida Franco, escolhendo Itaboraí para campo de mais um empreendimento de tamanha significação para a pecuária fluminense.

Resumo do Relatório Apresentado Pelo Senhor Iris Meinberg, Presidente da C.R.B., à Assembléia Geral Ordinária, Realizada No Dia 6 De Novembro De 1957

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Resumo do relatório apresentado pelo Senhor Iris Meinberg, Presidente da C.R.B., à Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 6 de novembro de 1957

"Três longos e agitados anos são decorridos desde que assumimos a presidência da nossa Confederação Rural Brasileira 23 anos de lutas, sendo 7 na Associação Rural do Vale do Rio Grande, 13 na estadual na Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, nos haviam preparado para a suprema honraria a que um ruralista pode aspirar neste país. Trazíamos conosco uma sólida e amarga experiência e não fôra aquêle idealismo que nos leva sempre a enfrentar novos obstáculos mal transpomos os que se nos defrontam, talvez houvessemos desistido diante de tamanha responsabilidade. Garantimo-vos que outro não foi o nosso objetivo naquela ocasião senão êsse, como êsse é todavia o que nos anima nesta fase em que apezar de consolidado, não adquiriu ainda o associativismo rural brasileiro as proporções e o prestígio que precisamos ter para que a sua voz se faça ouvir com o respeito e o acatamento que merece nos altos círculos administrativos e políticos do país.

Ao assumir a presidência da C.R.B. tínhamos no território nacional 873 Associações Rurais, congregadas em tôrno de 18 Federações enquanto que hoje essas quantidades se elevam a 1.405 entidades municipais e 22 estaduais o que em si mesmo reflete o impulso formidável que o associativismo rural está adquirindo entre nós, graças em grande parte — permitam-me dizê-lo — à ação persuasiva e dinâmica da nossa Confederação.

Os que nos acompanharam à época de nossa ascenção ao comando supremo do associativismo rural do país, devem recordar-se sobretudo das precárias condições em que vivia a nossa Confederação. Teve ela dois dignos presidentes, dois idealistas Mário de Oliveira e Alkindar Junqueira, sob cuja direção deu seus primeiros passos nos seus primeiros anos de vida".

Passa a seguir, o Senhor Iris Meinberg a enumerar as principais ocorrências verificadas a partir de sua eleição e posse, em 21 de dezembro de 1953, salientando a difícil situação financeira da entidade, que mal permitia o seu funcionamento.

1954 — O orçamento daquele primeiro exercício previa uma receita e uma despesa da ordem de Cr$ 2.000.000,00, cada uma. A execução orçamentária, entretanto, acusou uma receita de Cr$ 681.907,00 e uma despesa de Cr$ 1.508.485,50, com o deficit orçamentário real de Cr$ 826.577,60. A despesa se constituiu em grande parte, na incorporação, ao patrimônio social, de bens móveis da ordem de Cr$ 524.476,90, os quais, no exercício anterior, haviam sido de apenas Cr$ 87.000,00.

Completou-se as instalações e o mobiliário da sede. Aparelhamse, com pessoal e material, os serviços técnicos e administrativos. Implantou-se um sistema de organização racional.

As reuniões da Diretoria e do Conselho Consultivo atingiram a 40, contra 24 realizadas no ano anterior.

Destacaram-se os progressos do associativismo rural, que havia atingido a 945 Associações e 20 Federações, isto é, mais 72 unidades municipais e 2 estaduais do que as existentes no exercício anterior.

Inúmeras foram as atividades da Confederação em tôrno de diferentes problemas ,assim como



O Dr. Iris Meinberg, quando lia o relatório na Assembléia

proficua a sua atividade nos mais distantes rincões do país.

Dentre os problemas em equação em 1954, um dos mais importantes, talvez, foi o da criação do C.N.A.E.R. e a aplicação dos ágios, instituídos pela Instrução 70, da SUMOC. A Confederação não se conformou com a estruturação daquele órgão, no qual apesar de ser a maior interessada, contava a classe rural com apenas dois representantes entre 12 com direito a voto. A firmeza com que se houve a Confederação levou o Ministro da Fazenda de então, Dr. Oswaldo Aranha, a visitar a sua sede, onde têve ocasião de pronunciar magnífica conferência sôbre a sua revolucionária política cambial.

Nessa oportunidade, confirmando memoriais já apresentados, o Senhor Iris Meinberg, fêz ver a S. Excia., que a classe devia ser melhor representada tanto no órgão nacional quanto nos regionais devendo êstes serem integrados por delegados das respectivas Federações das Associações Rurais em número que lhes assegurasse melhor posição nas votações.

A Confederação propugnou, também, perante o Ministério da Agricultura, para que as Missões Rurais fôssem organizadas à base das Associações Rurais Municipais ou Regionais as quais já se incumbiam por lei, a criação das Casas Rurais.

Junto à Comissão Federal de Abastecimento e Preços apoiamos com energia, através de inúmeros memoriais, os representantes da classe em sua luta pelo retôrno ao regime de liberação de preços instituídos por aquêle órgão em janeiro de 1952 e que tantos benefícios havia trazido ao desenvolvimento da pecuária no país.

Fêz-se ainda, presente aos debates públicos relativos à elevação dos níveis do salário mínimo, alertando as autoridades para os perigos que a medida poderia acarretar para a economia do país. Importunadamente nossas advertências não foram levadas em linha de conta.

A Confederação, através de seus Diretores, manteve árdua luta a respeito da sindicalização rural que o Ministério do Trabalho desejava instituir demagògicamente, apenas para os trabalhadores.

A Confederação não era contra a sindicalização rural, desde que a mesma abrangesse tanto os trabalhadores quanto os patrões e que se conferisse às Associações, Federações e à Confederação os poderes sindicais nas áreas municipais, estaduais e federais respectivamente e o Ministério da Agricultura fôsse o órgão competente para os assuntos relativos à sindicalização rural.

A reforma agrária absorveu também, muito das atividades dos Delegados da Confederação junto à Comissão de Política Agrária.

Quanto ao café, por sua alta expressão econômica, não poderia passar desapercebido à Confederação, que por diferentes meios e em várias oportunidades pleiteara que a centralização de tôda a política do produto fôsse feita através do Instituto Brasileiro do Café, onde a classe se sentia bem representada. Em tôdas as oportunidades em que se discutiu a desastrosa política cafeeira do Govêrno, verberou sempre o confisco cambial.

De igual forma, manteve a Confederação a sua vigilância em tôrno da garantia de preços mínimos para diversos produtos agrícolas quer através de seu representante na Comissão de Financiamentos da Produção quer através de exposições ao Ministro da Fazenda.

Em muitos outros problemas estendeu-se, ainda, a ação da Entidade, em 1954, salientando-se entre outros: a importação de batatas para consumo, combatida vitoriosamente pela Confederação; o escoamento das safras de cereais; o financiamento do agave e do sisal; a produção de leite em pó; a importação de jipes; a economia algodoeira; a dívida dos pecuaristas, o seguro do trigo, o seguro pecuário, o transporte de cereais.

Durante o ano de 1954, como preparação da III Conferência Rural Brasileira, organizou e dirigiu a Concentração do Norte, realizada em Recife, em maio, e a Concentração do Sul, realizada em Pôrto Alegre, em junho.

Participou, ativamente, da Concentração Nacional Algodoeira em Currais Novos, Rio Grande do Norte, em setembro, e da XIII Reunião Plenária do Comitê Consultivo do Algodão, realizada em São Paulo, em junho, fazendo-se, ainda, representar no referido Comitê, em Washington.

Realizou, com o Ministério da Agricultura, um convênio pelo qual ficava reservada à Confederação uma quota de até 30% de maquinário agrícola e de 15% de material importado, destinados à revenda, para suprir, através das Federações e Associações Rurais, os lavradores e pecuaristas associados.

1955 — O Senhor Iris Meinberg considera, 1955, como o ano decisivo da vida associativa da classe rural.

Não pagou o Govêrno Federal as subvenções de Cr$ 1.000.000,00 concedida à Confederação e de Cr$ 500.000,00 destinada a auxiliar as despesas da III Conferência Rural Brasileira. Mesmo assim, chegou-se no fim do ano apresentando o pequeno deficit de Cr$ 169.270,20.

O associativismo rural tomou novo ímpeto, tendo atingido a 967 associações rurais, 72 associações rurais regionais, 32 associações rurais especializadas, 4 associações de agronomia e de veterinária, 3 associações nacionais e 21 federações.

Por proposta da Presidência foi criado o Conselho Técnico da Confederação, integrado por técnicos de reconhecido saber.

O serviço de Imprensa e Divulgação, foi transformado em Departamento de Relações Públicas, com seus encargos ampliados, tendo-se ainda, criado a Revista GLEBA, que é hoje o traço de união permanente entre a Confederação e todos os ruralistas do

país. Através de sua páginas qualquer um pode acompanhar quanto vem fazendo a Confederação em todos os seus setores de atividade, em prol de seus interêsses. Artigos assinados por elementos nossos ilustram o sentido de nossos pontos de vista e as bases das posições que temos de assumir em face dêste ou daquele problema que afete direta ou indiretamente a classe.

Foi, sem dúvida, uma das medidas mais felizes de que se orgulha a atual Diretoria da Confederação.

O Departamento de Relações Públicas mantém um amplo serviço de divulgação, através de notícias distribuídas diretamente à imprensa falada e escrita. Além disso, com principais Capitais, mantém redatores especializados para assistirem as reuniões da Diretoria, noticiando com grande destaque o que se discute e resolve.

Organizou-se, em cooperação com o Serviço de Economia Rural, o fichário das entidades rurais, tendo-se elaborado 1.101 fichas individuais para as associações.

Em excursões organizadas pela Confederação e o Escritório Técnico de Agricultura, viajaram para os Estados Unidos, 23 ruralistas brasileiros.

O mais importante acontecimento do ano foi, sem dúvida, a criação do Serviço Social Rural, pela Lei n. 2.613, de 27 de setembro de 1955, pelo que tanto se empenhou a Confederação, apoiada e prestigiada sempre por tôdas as Federações e por uma plêiade de parlamentares que conosco comungam das aspirações da classe.

O Serviço Social Rural, representa uma das mais importantes conquistas de valorização do homem do campo, expressando igualmente a integração da classe rural no campo assistencial e lhe dá graves responsabilidades, porquanto, quer no Conselho Nacional quer nos Conselhos Estaduais, a sua representação é a mais numerosa.

Por outro lado, reconhecendo-se que o associativismo rural ainda não pode se desenvolver com seus próprios recursos, empenhou-se a Confederação pelo rápido andamento, no Congresso, do projeto Waldemar Rupp, que concede subvenções anuais nunca inferiores a Cr$ 80.000.000,00, para pagamentos na base de 80% às Associações Rurais, de 15% às Federações e de 5% à Confederação. Nossa ação foi no extremo de fazer com que a referida verba fôsse incluída no orçamento do Ministério da Agricultura para 1956, antes mesmo da sanção da lei respectiva.

Outro assunto de que a Confederação se ocupou em 1955, foi a reforma agrária. Examinando-se detidamente o problema em função das resoluções da III Conferência Rural Brasileira, apresentou-se à Comissão de Política Agrária uma explanação sôbre os pontos de vista da Confederação, detendo-se particularmente nos seguintes: a classe rural reconhece que a reforma agrária, pode representar, em determinadas circunstâncias, recurso necessário do bem estar rural, desde porém que a providência tenha inspiração e execução eminentemente técnicas, pois o benefício momentâneo pode não assegurar o progresso econômico-social nas condições da vida rural brasileira. Reconhece, por outro lado, que devem ter aproveitamento social as áreas de terras, especialmente no Nordeste, que venham a beneficiar-se de obras permanentes de saneamento, drenagem, açudagem e irrigação, realizadas à custa dos cofres públicos.

Os leilões de especiais divisas destinadas à importação de produtos de consumo ou emprêgo na lavoura foram objeto de inúmeras gestões junto ao Ministério da Fazenda e nos órgãos competentes do Banco do Brasil. Por fim a Confederação apresentou minucioso plano cujas linhas gerais básicas aproveitadas pelo Govêrno, vieram trazer durante largo período, reais benefícios à classe rural.

Entre outros problemas cujos estudos ou soluções contaram com a participação da Confederação, destacam-se:

Rêde Nacional de Armazéns e Silos; Reforma da Política Cambial, focalizada no país durante o ano de 1955; Estudos de anteprojeto de lei sôbre contrato de Trabalho na Agricultura, elaborado a pedido da Comissão Nacional de Política Agrária, quando entrou em regime de urgência, no Congresso, o projeto oriundo do Poder Executivo extendendo ao trabalhador rural o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; Fixação de preços mínimos para diversos produtos da lavoura; Política Cafeeira; Crédito Agrícola; Regulamentação do preceito constitucional relativo à participação dos empregados nos lucros das emprêsas; Desapropriação de terras em Minas Gerais; Seguro Agrário do trigo; Defesa da produção da pimenta do reino; Distribuição de resíduos de trigo, etc.

A Confederação estêve permanentemente representada nos seguintes órgãos públicos: Comissão de Financiamento da Produção, Comissão Nacional de Política Agrária, Comissão Federal de Abastecimento e Preço (COFAP), Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, Comissão Permanente de Revenda de Material (M.A.), Comissão Revisóra de Tarifas, Comissão de Crédito às Cooperativas, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes (M.V.), Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais (Itamarati), Comissão Consultiva do Trigo, Companhia Nacional de Seguro Agrário.

Participou, ainda, da I Conferência dos Ministros da Fazenda das Américas, em Petrópolis, da III Concentração Rural Regional, em Terezina, da IV Concentração

Rural Regional, na Bahia, e da Concentração Rural do Rio Grande do Sul.

Coroando êsse intenso movimento associativo realizou, em cooperação com a FARESP, a III Conferência Rural Brasileira, em São Paulo, no mês de dezembro, a que compareceu considerável contingente de representantes. Os resultados dêsse importante conclave são de todos conhecidos e estão consubstanciados em várias publicações.

1956 — O que caracterizou o ano de 1956, para a Confederação Rural Brasileira foi a profundidade dos problemas a que se dedicou, todos êles, mesmo os de âmbito regional, de grande interêsse para a economia nacional.

A organização atingiu a 1.507 Associações Rurais, 72 Associações Regionais, 34 Associações Rurais especializadas, 3 Associações especializadas e 22 Federações.

O movimento financeiro foi da seguinte ordem:

Receita	Cr$ 4.705.062,70
Despesa	Cr$ 4.285.087,50
Saldo	Cr$ 419.975,20

Incorporou-se ao patrimônio social mais Cr$ 240 594,70.

O Departamento de Imprensa e Divulgação, adquiriu ritmo extraordinário em suas atividades. A revista "GLEBA" atingiu excepcional situação quer pelo primoroso feitio gráfico, quer pelo conteúdo de seu texto, que amplo e variado, leva aos ruralistas do país a orientação segura e uniforme ditada pela alta direção da classe. Com êsse magnífico instrumento de divulgação estamos criando, no país, uma só consciência ruralista. Distribuiu, durante o ano, 69.600 exemplares, ou seja uma média mensal de 5.800 exemplares, colocando-a na categoria das principais revistas especializadas do país.

A instalação do Serviço Social Rural foi, em 1956, o problema que mais preocupou e absorveu a direção e os quadros atuantes da Confederação. Baseado em informações colhidas às Associações e aos pontos de vista da IV Conferência Rural Brasileira, tornou-se possível estabelecer um pensamento único sôbre os processos rurais convenientes para a efetivação daquele serviço.

Elaborou-se então, o seu Regimento que, após intensa campanha das Associações e Federações junto ao Poder Executivo, acabou sendo por êste aprovado, infelismente não no texto original, mas alterado de forma profunda, em absoluta discordância com a própria Lei que o criou. A principal inovação, original e até sem precedentes na Administração Pública Brasileira, foi a criação, pelo Presidente da República, sem autorização legislativa, de cargos em autarquias, reservando-se o direito de preenchê-los.

Ao mesmo tempo que a Confederação protestava contra a usurpação de que era vítima, em seus direitos, a classe rural do país, solicitando a revogação daqueles preceitos que os contrariavam, e para não perder mais tempo, cuidou-se firme da organização do S.S.R.

Capítulo vitorioso na história do associativismo rural foi a realização, em Fortaleza, logo no início do ano, da IV Conferência Rural Brasileira, a qual concorreram delegações de todo o país, e onde a unidade política da classe firmou-se definitivamente, prometendo frutos os mais vantajosos.

Grandes foram ainda, os problemas com que se defrontou a Confederação, em 1956 ,avultando:

A defesa da cultura algodoeira de São Paulo, quando pleiteou ao Govêrno Federal a fixação da base de 70%, na concessão do respectivo financiamento, bem como a transformação do penhor agrícola em penhor mercantil, e a concessão de câmbio oficial para as importações de adubos.

A criação por Decreto Executivo da Comissão de Mecanização Agrícola, em que se estabelecem facilidades e condições para a importação, pelos importadores tradicionais, de maquinário agrícola.

A exportação de carnes. A volta das carnes brasileiras aos mercados internacionais tornou-se possível graças a completa recuperação dos rebanhos nacionais.

A luta, encabeçada pela C.R.B., contra a sobrevivência da Lei de Recria e Engorda;

O problema do preço do leite;

A ininterrupta campanha, durante todo o ano de 1956, em pról da reforma cambial;

Emendas apresentadas ao projeto de Arrendamentos rurais, na Comissão Nacional de Política Agrária;

A reforma bancária, visando a melhoria do crédito agrícola;

O Crédito Agrícola, com o apoio da Confederação em pról da concessão, ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo de uma parcela de 5% da arrecadação dos ágios, para que o estabelecimento possa ampliar a sua assistência financeira às Cooperativas de todo o país;

A política cafeeira em que se vem debatendo a Confederação propugnando medidas que venham melhorar a posição do mais importante produto de exportação nacional. Criou-se, na Confederação, sob a presidência do Sr. Iris Meinberg, a Comissão Permanente do Café, cuja primeira providência foi protestar junto ao Banco do Brasil contra a limitação dos recursos fornecidos para custeio de entre-safra e a criação de dificuldades a operações excedentes ao certo limite, sujeitando-as à aprovação da Diretoria. O ponto de vista da C.R.B., é o de que o processo de financiamento deve estar a cargo das agências, em exclusivo, por se tratar de operações com garantia real;

Fixação dos preços mínimos em prazo oportuno, possibilitando aos produtores o planejamento de suas atividades, com a devida antecedência.

Inúmeras outras providências foram adotadas pela Confederação durante o ano de 1956, inclusive o da fundação da União Nacional das Associações de Cooperativas — UNASCO, com o que pretende a C.R.B. disciplinar e coordenar os suprimentos de créditos solicitados pelas cooperativas do país aos órgãos especializados do Govêrno.

1957 — "E eis que chegamos ao último ano de nossa gestão, enfrentando os problemas da classe em maior profundidade, mas com a nossa Confederação elevada ao mais alto degrau de sua fôrça e prestígio, graças à vigilância e a energia com que fomos impondo a sua autoridade de supremo intérprete do pensamento e dos interêsses da classe rural, se mimediatismos nem personalismos, porém, mantendo estreito contato com tôdas as Federações e Associações filiadas, contando sempre com a cooperação da Diretoria, foi-nos possível comparecer em tôdas as oportunidades perante os Poderes Públicos, sem tergiversações, porque sempre nos mantivemos dentro do espírito das diretrizes determinadas pelas Assembléias e as Conferências Rurais.

"Vale a pena, aqui, reportarnos ao expléndido impulso adquirido pelo associativismo rural no último período de nossa gestão. São 22 as Federações e 1.405 as Associações Rurais disseminadas pelo território nacional, congregando 198.124 sócios. Só no período de 15 de outubro de 1956 a 15 de outubro de 1957 foram registradas 237 novas associações com 14.323 sócios, o que demonstra o ritmo crescente da nossa organização.

"Em compensação, a Confederação tem se empenhado, através de seu Departamento de Organização Rural, sem descanso na assistência a todos quanto a ela acorrem, como o demonstra os seguintes dados: no período de 15 de outubro de 1956 a 15 de outubro de 1957 foram liberadas e pagas verbas num total de Cr$ 58.405.043,40, distribuídos entre 768 processos do interêsse de Federações e Associações.

"Ainda neste exercício deverão ser pagas verbas do montante de Cr$ 248.647.285,60 e, no de 1958, estão previstos recebimentos da ordem de Cr$ 340.262.432,70 para todos os órgãos em que se divida a organização rural do país.

"Preocupada com os problemas agrícolas do país, logo ao início do ano em curso nos dirigimos às autoridades competentes alertando-as quanto à necessidade da efetivação imediata dos programas oficiais já aprovadas, principalmente os relativos financiamento, estocagem, transporte e assistência técnica. Isso porque as safras apresentaram-se em condições excepcionais e qualquer protelação na execução daqueles encargos da órbita oficial poderiam transtornar o seu escoamento e a sua comercialização, com prejuízos exclusivos para os produtores e os consumidores.

"No último semestre dêste ano tivemos a grande luta pela reforma tarifária do país, em que a nossa classe ,através da Confederação, tudo deu de si em defesa de seus legítimos interêsses. Contando com elementos de grande valor nas diferentes comissões oficiais ou parlamentares que se encarregaram de sua elaboração, obtivemos vitórias que constituem hoje a segurança dos nossos direitos. E naquelas partes em que interêsses contrários no da agricultura nacional conseguiram se sobrepor ,o presidente da República após seu veto como nós o havíamos solicitado.

"Êsses vetos mereceram a consagração do Congresso Nacional, para o que o Bloco Parlamentar Ruralista, sob a orientação da nossa Confederação, exerceu papel de relêvo extraordinário, corrigindo-se assim aquelas falhas verificadas na votação inicial.

"Uma das grandes realizações da classe, no fim do ano de 1956, foi o Congresso da Pecuária de Corte do Brasil Central, em Barretos, de que participaram 104 delegados de tôdas as entidades associativas da região e autoridades associativas da região e autoridades federais e estaduais ligadas ao problema.

"As resoluções aprovadas refletem as verdadeiras diretrizes para a normalidade e o desenvolvimento dessa riqueza nacional, sobretudo no que diz respeito à exportação de carnes para

os mercados estrangeiros e o seu armazenamento nos portos consumidores.

"Por outro lado, tendo ressurgido em outubro último a questão da entre-safra, com as clássicas medidas punitivas das autoridades encarregadas, a Confederação tomou posição frontal contra o tabelamento da carne, impôsto pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços, fazendo ver a esta que medidas semelhantes só se justificam em época de escassez e sempre acompanhadas de racionamento, o que não é o caso presente.

"Nossos dois representantes no plenário daquele orgão votaram contra, mas os representantes oficiais, em maioria, tendo recebido ordens superiores, conseguiram impôr essa medida anti-econômica, de nada valendo as exposições e sugestões apresentadas pelo presidente da Comissão da Pecuária de Côrte da Confederação, que ali compareceu por várias vêzes, na vã tentativa de evitar medidas que fatalmente provocariam o colapso no abastecimento de carnes nos principais centros de consumo do país.

"Por proposta da União Nacional das Cooperativas, estudou a Confederação o problema da construção de um novo centro de abastecimento para o Distrito Federal, face à futura demolição do atual Mercado Municipal. Uma comissão especial foi designada para instruir tecnicamente a Diretoria. Após estudar os projetos e as idéias existentes a respeito, optou a comissão, no que foi amparado pela Diretoria da Confederação, pelo Centro de Abastecimento projetado pela Cruzada São Sebastião.

"Entretanto, com a experiência que o atual Mercado Municipal oferece, sobretudo quanto à nenhuma defesa dos produtores em virtude da predominância absoluta dos intermediários, resolveu a Confederação dirigir-se ao Presidente da República, encarecendo a necessidade de suas recomendações junto à Caixa Economica, a fim de que esta financie a aquisição de armazéns e "boxes" por parte dos produtores e de suas organizações cooperativas. Do contrário, por mais alevantados que sejam os propositos da Cruzada, em seu futuro Centro de Abastecimento continuará a predominância expoliadora dos intermediários, sem nenhuma vantagem para os produtores e os consumidores. O Centro iniciará sua construção na primeira quinzena de novembro corrente e as negociações com a Diretoria da Caixa Econômica encontram-se em fase alvissareira.

"Em janeiro de 1957 realizou-se nesta Capital a I Reunião Plenária das Classes Produtoras, promovida pelas três Confederações Nacionais. Foi uma reunião memorável, da qual participamos com nossa equipe de diretores e colaboradores, obtendo aprovação para os trabalhos que apresentamos, tais como:

a — organização sindical no meio rural;
b — Banco Central e Banco Rural;
c — Política de Crédito (aplicação dos ágios e reforma da Instrução -35 da SUMOC);
d — Reforma Tarifária.

"Pela primeira vez na história as classes rurais, industriais e comerciais encontraram um divisor comum em sua posição perante os Poderes Públicos.

"A C.R.B. está, hoje, pràticamente representada em todos os órgãos colegiados ou tecnicos de qualquer natureza quer do govêrno quer das próprias classes produtoras, sobressaindo nossos delegados pela firmeza de pontos de vista em defesa dos altos interêsses da economia agro-pecuária do país, o que comprova a justeza de uma orientação centralizada e ecléctica.

"Graças à cooperação dos Poderes Legislativo e Executivo, podemos levar a bom têrmo, com os recursos necessários, a organização da V Conferência Rural Brasileira. Infelizmente não podemos, nesta oportunidade, prestar contas do realizado, pela simples razão de que o referido conclave só será levado a efeito de 24 a 30 do corrente, pór motivos de ordem tecnica.

"Entretanto, à par dos esforços da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará, a cargo da qual se encontra a sua organização, os elementos tecnicos da Confederação conseguiram levar a efeito um trabalho de profundidade, organizando o programa de trabalho da Conferência.

"Estamos certos de que será essa uma das mais fecundas e proficuas conferências já realizadas pela classe rural do Brasil, quer pela amplitude do temário quer pela profundeza dos temas êles mesmos.

"A Confederação deu seu apoio a uma iniciativa privada no sentido da organização da I Exposição Brasileira de Alimentação. Tendo verificado, porém, que um empreendimento dessa ordem está muito além da capacidade, por maior que seja, tanto do ponto de vista financeiro quanto legal, de uma organização particular, resolveu chamar a si essa responsabilidade.

"Que andou bem dizem as perspectivas que agora se esboçam para o sucesso do referido certame, cuja inauguração esta marcada para 3 de maio de 1958. O Conselho Coordenador do Abastecimento nos deu todo o seu apoio. Do Ministério do Trabalho aguardamos, para os próximos dias, o seu reconhecimento oficial, o qual implica, igualmente, em um auxilio financeiro suficiente para os encargos mais

urgentes, decorrendo os recursos restantes a responsabilidade dos expositores. E da Prefeitura do município de São Paulo deveremos receber, mediante deveres e obrigações recíprocas, a cessão do pavilhão que serviu à I Feira Internacional, no Parque Ibirapuera.

"É um empreendimento de tão grande alcance não apenas para a nossa agricultura, mas para a própria economia brasileira, que julgamos no dever de afirmar ser essa uma das maiores iniciativas cuja responsabilidade enche de glória a nossa Confederação.

"Sempre preocupados com a importação de equipamentos e implementos agrícolas, tão indispensáveis à nossa lavoura, firmamos com a Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e peças — ANMVAP e o Sindicato da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares do Estado de São Paulo, um protocolo mediante o qual disciplinamos a importação e a distribuição de equipamentos agrícolas no país, autorizada, pelo decreto n. 40 260, de novembro de 1956. Nesta oportunidade vale recordar que em março de 1957 nos dirigimos ao ministro da Fazenda encarecendo a necessidade da importação de .. 2.000 jeeps e de 500 pic-hup, nas médias de 250 e 100 unidades mensais, respectivamente, como absolutamente indispensáveis aos agricultores de um país cujo sistema de transportes é o mais precário.

"A disciplina associativa, para maior pujança da organização nacional, levou a Confederação, em 1957, a praticar, de pleno direito, duas intervenções em órgãos subordinados a ela: a Associação Rural de Castelo, no Espírito Santo, e a Federação das Associações Rurais do Estado do Paraná.

"Em ambos os casos nos ativamos esritamente ao que determinam os estatutos e regulamentos em vigor, sendo as decisões tomadas pela Diretoria e referendadas incondicionalmente pelo Conselho Superior.

"É evidente que tais atos não podem ser praticados com agrado por ninguém que como nós cultivamos m alto grau a autonomia das organizações de que se compõe o associativismo rural. Todos hão de convir, porém, que o senso de responsabilidade tem que superar qualquer vacilação ou sentimento pessoal que possamos ter, pois o interêsse da classe rural se sobrepõe a tudo.

"O nosso Departamento de Imprensa e Divulgação superou, em 1957, todos os seus esforços dos anos anteriores. A revista "GLEBA" vai se impondo cada vez mais.

"Sua tiragem aumenta de mês para mês, levando aos companheiros ruralistas de todo o país o mais perfeito documentário das atividades da Confederação.

Após as vicissitudes por que tem de passar tôda a publicação nova, GLEBA prepara-se para, no próximo ano, ser autosuficiente quer quanto à publicidade remunerada, quer quanto ao custo do papel que, importado diretamente, produzirá uma economia de 35%, em seu custo.

"O D.I.D. continua a exercer, através do noticiário distribuído diretamente à imprensa, ou das jornalistas que assistem às reuniões da Diretoria, forte influência na opinião pública do país, esclarecendo os problemas da classe rural e veiculando o seu pensamento e as reivindicações face aos problemas em que se debate. Não houvesse êsse esfôrço continuado e continuaríamos nós, os ruralistas, a sermos considerados como beneficiários de certos situações em que somos exatamente os maiores sacrificados.

"Convocados pelo Presidente da República, comparecemos ao Encontro das Classes Produtoras de Brasília, juntamente com as delegações do Comércio e da Indústria. Vale assinalar que as demais Confederações custearam os aviões especiais em que viajaram seus delegados de todo o país, no passo que o nosso avião, com 44 delegados, foi estipendiado pelos próprios delegados, já que as finanças da nossa Confederação não suportariam tão pesado ônus.

"Mesmo assim e embora a exiguidade do tempo não permitisse o debate para que fôramos convocados, entregamos ao presidente da República os memori-

ais e documentos de que eram portadores os nossos companheiros vindos de todos os rincões do território nacional.

"A baixa verificada nos preços do cacau determinou, de nossa parte, em apoio às reivindicações dos cacauicultores uma enérgica ação junto aos Poderes Públicos no sentido da fixação de um preço mínimo justo.

"Essa aspiração dos produtores levou-os a tomar uma posição extrema em defesa de seus intersses, ao ponto de organizarem um movimento paredista inédito, de que participaram, sem discrepância, tôdas as classes sociais da região cacaueira da Bahia.

"Nossa Confederação estêve presente, com sua solidariedade, em todos os atos e gestões que culminaram na vitória alcançada. Essa vitória, além de evitar a eclosão de um movimento de desespêro de tôda uma região, demonstrou o grau de extensão e profundidade a que atingiu o associativismo rural entre nós, pois foram as organizações associativas dos produtores de cacau que comandaram e orientaram todo o movimento de que resultou o reconhecimento, pelo govêrno, da legitimidade de seus direitos.

"O expediente do Departamento Administrativo demonstra como, em 1957, foram intensas as atividades da C.R.B. Foram expedidos 3.194 ofícios, 210 cartas, 1.050 telegramas, 5.203 circulares, 18 ordens de serviço e arquivados 8.295 processos.

"A Diretoria realizou 17 reuniões, das quais 28 extraordinárias, sendo todos os debates taquigrafados e arquivados.

"Nossa luta pela execução, por parte do govêrno, do Serviço Social Rural, após meses de estafantes entendimentos com o Presidente da Reública, nos quais não faltaram protestos enérgicos de nossa parte, acabado por fim com a vitória da classe. Segundo promessas pessoais do Presidente foram assinados decretos nomeando para a presidência do S.S.R. o nosso companheiro deputado NapoleãoFontenelle e aprovadas as modificações por nós exigidas ao Regulamento anterior. O único ponto em que não fomos plenamente atendidos foi quanto à eliminação do cargo de Diretor Geral Técnico Administrativo. Mesmo assim, não podemos dizer que sofremos uma derrota, pois o novo Rebulamento determina que a nomeação do titular dêsse cargo será feita mediante lista tríplice, apresentada pela C.R.B.

"Consideramos essas soluções como das mais brilhantes vitórias obtidas em 1957, pois não só manteremos a hegemonia que a lei nos assegura como, também, a que nos reconheceu por fim o próprio Poder Ecutivo.

"Sendo o café o produto básico da nossa economia, não podia a Confederação descurar do mesmanente preocupação da Diretomanente preocupação da Diretaria, manifestada em quase tôdas as suas reuniões e atos junto ao Poder Público.

"Em maio, após consulta às Federações interessadas, sugerimos ao Govêrno uma série de medidas que, executadas, trariam tranqüilidade e segurança aos produtores e à própria economia nacional.

"Adotadas essas sugestões da classe rural pelo órgão próprio, a Confederação continuou vigilante quanto à execução do que ficara resolvido. Crescendo, porém, a campanha de descrédito contra economia cafeeira, voltamos a reunir as Federações interessadas.

"Dessa reunião surgiu voto unânime de pleno apoio à política cafeeira adotada pelas autoridades competentes, por sugestão da própria Classe.

"Outras medidas, relativas a maior amplitude do crédito e ao imperfeiçoamento da produção, foram propostas po rnós na mesma ocasião. O resultado dssa atitude objetiva da Classe, através da Confederação, foi o aniquilamento das tentativas de descrédito da política cafeeira do Govêrno, sendo êsse um dos pontos altos da vida de nossa Confederação durante o ano de 1957.

— "As finanças do C.R.B. podem ser sintetizadas nos seguintes elementos, extraidos do balanço do exercício de 1957.

"A provisão orçamentária consignava Cr$ 12.180.000,00 para a receita e igual montante para Despesa.

"A execução orçamentária ofereceu os seguintes resultados: foram arrecadados Cr$ .... 8.852.552,80 e dispendidos Cr$ .. 5.573.450,30 Houve assim, um superavit de Cr$ 3.279.102,30."

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Para o triênio 1957/1960, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

DIRETORIA

Presidente — **Iris Meinberg**; 1.º Vice-Presidente — **Josaphat Macêdo**; 2.º Vice-Presidente — **Virgilio Tavora**; 3.º Vice-Presidente — **Agostinho Monteiro**; 1.º Secretário — **Geraldo Goulart da Silveira**; 2.º Secretário — **Mario Penteado de Faria e Silva**; 1.º Tesoureiro — **Aldrovando de Vasconcellos**; 2.º Tesoureiro — Jerônimo Antonio Coimbra.

DIRETORES TÉCNICOS

Alberto Ravache, Alkindar Monteiro Junqueira, Clodorico Moreira, Francisco Leite Neto, João de Paiva Menezes, Newton Ferreira de Paiva, Lauro Borba, Paulo Fernandes, Soasivo Vieira da Silva, Sylvano Alves da Rocha Loures.

COMISSÃO FISCAL

Efetivos: **Ormeu Junqueira Botelho, Cícero Alves, Nelson Dantas Maciel.**

Suplentes: **Carlos Modesto de Souza, Fernandes Mendes Gonçalves, Plinio Lemos.**

SEMANA REGIONAL DE ESTUDOS SÔBRE COOPERATIVISMO E COMUNIDADE

Sob a inspiração do Secretariado Nacional de Ação Social Católica, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizou-se, em Natal, Rio Grande do Norte, no período de 1.º a 6 de Julho último, a "Semana Regional de Estudos sôbre Cooperativismo e Comunidade".

O conclave, presidido pelo Reverendíssimo Arcebispo do Maranhão, D. José de Medeiros Delgado, contou com o apoio do Govêrno do Estado do Rio Grande do Norte, da Arquidiocese de Natal, do Serviço de Economia Rural e da Seção Estadual do Centro Nacional de Estudos Cooperativos.

O Serviço de Economia Rural fêz-se representar pelo Chefe de sua Agência, em Natal, Engº. Agrônomo Amaro Alvares da Silva.

No decorrer dos trabalhos, o Deputado Estadual Arruda Câmara, pronunciou importante discurso salientando as notáveis atuações do Professor Arthur Torres Filho e Drs. Antônio Arruda Câmara e Diogenes Caldas, como pioneiros do movimento cooperativista no Brasil, ao tempo da antiga Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, do M. da Agricultura.

Foram apresentados vários e importantes trabalhos sôbre cooperativismo, tendo-se chegado as seguintes conclusões:

I — *QUANTO À DOUTRINA COOPERATIVISTA*

1) A SEMANA proclama o caráter eminentemente comunitário do cooperativismo; em conseqüência, entende que a Cooperativa deve ser uma entidade aberta a todos os membros da comunidade, sem quaisquer limitações ou distinções.

Essa medida atende a princípios de ordem doutrinária e pratica, a saber:

— respeito à unidade da vida comunitária, dentro da riqueza de sua pluralidade;
— consolidação do espírito de comunhão dos seus membros;
— conjugação do maior número de recursos, em favor de cada parte e do todo.

2) A SEMANA propúgna por um Cooperativismo de finalidade ampla, isto é, encarando o homem nas suas necessidades econômicas, como nas de ordem familiar, educacional e social.

Nêste sentido, consideram que os serviços das Cooperativas devem visar a solução de problemas profissionais, domésticos e da comunidade.

3) Enquanto semelhante norma não poder ser generalizada, a SEMANA, recomenda que se promovam experiências cooperativistas locais de caráter comunitário, onde as condições se apresentarem favoráveis a um trabalho dessa natureza, como sejam:

— existência de Cooperativa florescente;
— comunidade com um acentuado espírito de cooperação;
— pessoal capacitado para orientar a experiência.

4) A SEMANA recomenda que nos programas de trabalho comunitário haja marcante preocupação pelo desenvolvimento do cooperativismo em suas várias modalidades, como um dos mais valiosos instrumentos de organização e desenvolvimento integral das comunidades.

II — *QUANTO À EDUCAÇÃO COOPERATIVA*

5) A SEMANA reconhece que a "educação cooperativista" é condição imperiosa e indispensável para garantia do êxito de qualquer empreendimento de caráter cooperativo.

Neste sentido, solicita, com o mais vivo empenho, as entidades que atuam no meio rural (Serviço de Assistência Rural — SAR, Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana — MIRA, Departamentos Diocesanos de Ação Social, Campanha Nacional de Educação Rural — CNER, Fundo Internacional de Socorro à Infância — FISI, Associação

Nordestina de Crédito e Assistência Rural — ANCAR e outras no gênero) que incluam nos seus programas educativos, quer de crianças, jovens ou adultos, práticas de cooperação inspirada nos princípios de Rochdale.

6) Reconhece a SEMANA que o cooperativismo demanda não só conhecimentos da doutrina, como da pedagogia da cooperação.

Neste sentido recomenda que nos estabelecimentos de ensino de gráu elementar, médio e superior — especialmente nas Escolas de Agronomia, de Serviço Social, de Ciências Sociais, Escolas Normais e Escolas de Comércio — assim como nos Cursos de Treinamento de Pessoal Técnico e de Dirigentes de grupos ou instituições, se incluam obrigatòriamente a filosofia e prática do Cooperativismo. E que, onde as condições locais o exigirem, se organizem Cursos Intensivos para Dirigentes de Cooperativas.

III — *QUANTO AO FUNCIONAMENTO DAS COOPERATIVAS*

7) Diante da premente necessidade de assistência técnica às Cooperativas e aos seus associados e da carência de pessoal habilitado em número suficiente para esta função, a SEMANA lembra aos Órgãos Oficiais Especializados e às próprias Cooperativas a conveniência de entendimentos com entidades que disponham de pessoal competente — já em atuação nas áreas respectivas — para o seu aproveitamento no sentido de que possa ser suprida aquela deficiência.

8) A SEMANA recomenda que as Cooperativas firmem, o quanto antes Convênios regionais que permitam contratar agrônomos, contabilistas ou outros tecnicos que se façam necessários, segundo condições fixadas nos mesmos Convênios, visando a divulgação do Cooperativismo e, principalmente, a assistência especializada a cada uma das instituições e seus associados.

9) A SEMANA proclama a insuficiência dos atuais rumos do Cooperativismo, quase que limitado no crédito para fins economicos e propugna não so pela pluralidade de tipos de Cooperativas, como pela união orgânica das mesmas entre si a fim de collmar os objetivos implicitos na doutrina cooperativista.

10) A SEMANA reconhece que para a virtualidade e maior dinâmica do Cooperativismo urge que as fontes financiárias das rêdes de cooperativas simplifiquem suas operações de credito, à base da idoneidade de cada Instituição, respeitadas, ainda, as caracteristicas dos diferentes tipos.

RECOMENDAÇÕES DA REUNIAO FLORESTAL DO ITATIAIA

Foram as seguintes as recomendações da Reunião Florestal do Itatiaia, realizada no periodo de 11 a 16 de julho de 1957, no Parque Nacional do Itatiaia.

A Sociedade Nacional de Agricultura que tem estado sempre atenta aos problemas florestais do país, esteve representada na importante reunião de técnicos florestais, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira, membro de sua Diretoria Técnica.

Foram as seguintes as recomendações aprovadas:

1.ª Comissão:

1.ª Tendo em vista a grande importância económica, social e política das vertentes das serras do Mar e da Mantiqueira, para a proteção das cabeceiras e dos alimentadores das bacias do Paraíba do Sul e do Prata, florestas protetoras ou florestas de rendimento devem ser criadas, nas mesmas, em número suficiente.

2.ª Tendo em vista a diminuição produzida na vasão das águas dos mananciais pela evapo-transpiração, devem ser procedidos estudos dessa ocorrência, além de outras, nas nascentes que abastecem a cidade de São Paulo, a fim de ser fixado o seu ponto de equilibrio e sereio tomadas as medidas indispensáveis ao bom funcionamento do sistema.

3.ª Tendo em vista a necessidade de planejamentos florestais nas grandes emprêsas industriais do país, deve-se cogitar, quanto antes, em prioridade, dos relativos à bacia do Paraiba, dada a sua especial significação e a urgência de ajustá-la aos interêsses economicos da melhor produtividade. A totalidade da área dessa bacia deverá ser objeto de cuidadoso levantamento, que em última instância, terá por fim proceder a classificação das terras segundo a sua capacidade atual e de acôrdo com os usos que devem ter.

4.ª Tendo em vista as vantagens de preço, rapidez a segurança dos levantamentos simultaneos e globais, hidrológicos, edafológicos, geológicos, florestais e outros, efetuados por meio da fotografia aérea, deve ser dispensado maior interêsse às tarefas desta natureza nos trabalhos de recuperação ou de reaproveitamento da bacia do Paraíba, com a maior urgência, e, por extensão, de outras bacias e regiões do país.

5.ª Tendo em vista ser premente a criação de Florestas Nacionais e Reservas Florestais, como um dos meios de assegurar a conservação do patrimonio florestal do país, o Serviço Florestal do Ministerio da Agricultura deverá promover as medidas necessárias com o fim de obter uma relação das terras que, nos Estados e Territórios, se recomendem para aquelas destinações, com o objetivo de propor ao Govêrno os atos a serem tomados para cada caso. Essas providências devem ser, também, concomitantemente, tomadas pelos Governos estaduais e municipais.

2.ª Comissão

1.ª Providências imediatas devem ser tomadas em favor da criação de cursos para a formação de Engenheiros Florestais, assunto do projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados em 1953.

2.ª Maiores recursos financeiros devem ser concedidos, pelo Govêrno, ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, a fim de que o mesmo possa fazer face às múltiplas tarefas que lhe compre realizar.

3.ª Considerando os resultados altamente satisfatórios da Campanha de Educação Florestal, iniciada em 1956 pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, com decidida cooperação dos outros Ministérios, de numerosas entidades governamentais, imprensa, rádio, televisão, com plena receptividade de parte do público, o maior apoio deve ser prestado ao desenvolvimento dêsse trabalho, de modo que os seus efeitos penetrem em maior profundidade e sejam permanentes.

4.ª Sendo o Município a célula administrativa do Estado, deve ser-lhe conferida, como principal interessado nos problemas regionais e na sua solução, o papel de executor da política florestal brasileira dentro dos limites de sua respectiva jurisdição, mas sob a supervisão, orientação técnica e fiscalização dos órgãos florestais competentes, da União e dos Estados, que, segundo convênios a serem firmados, deverão, ainda, distribuir parte dos recursos financeiros necessários à execução dos planos específicos, na proporção, determinada após estudos, do ingresso que as Comunas tiverem na arrecadação pública.

5.ª Um corpo de agentes florestais municipais deve ser formado, ficando a seu cargo a tarefa de contrôle do uso dos produtos florestais. Compreender-se-á como sua responsabilidade a fiscalização da observância do Código Florestal, a concessão de licenças para extrações de produtos, exploração florestal, etc. Responderá, igualmente, pela distribuição de instruções, sementes e mudas vegetais, sendo-lhe atribuída, ainda, a incumbência da confecção de informes, registro do cadastro de terras florestais, bem como da avaliação, para efeito da concessão de financiamentos para plantios, replantios e industrialização florestal.

6.ª Os Municípios devem, tão pronto quanto possível, organizar e fazer funcionar, com objetividade, os Conselhos Florestais Municipais, a serem constituídos por personalidades indicadas pelo Regulamento da Lei Federal de Florestas.

7.ª O ingresso da vida municipal no sistema de trabalhos florestais do país terá que ser ativado, não devendo ser omitida a necessidade da criação de Reservas Municipais nos mananciais que abastecem as populações locais, criação de Viveiros destinados ao fomento do florestamento e reflorestamento, plantio de árvores ao longo das rodovias com fim não só paisagístico como econômico, pela reposição de uma parte do material cortado.

8.ª A região sul do Estado de Minas Gerais, devido às condições de fácil acesso, à existência de terras relativamente baratas, abundância dágua, recursos para a indústria hidroelétrica e microclima favorável à organização de grandes culturas florestais de coníferas, deve ser objeto de especial atenção como centro de interêsse para a instalação e desenvolvimento de emprêsas florestais. Tendo em vista, ainda, as informações e os esclarecimentos fornecidos ao plenário pelos representantes da Companhia Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel, recomenda-se mais, que o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional do Pinho, à base de tais dados, organizem, imediatamente, um centro de pesquisas e estudos naquela região, envolvendo os diferentes aspectos da condição florestal, desde o reconhecimento das terras à economia da produção.

9.ª Entendimentos devem ser promovidos pelo Ministério da Agricultura, com os go

vernos estaduais e municipais, autarquias, instituições e outros órgãos paraestatais que possuam grandes áreas tância econômica, ecológica cobertas de mata de impor- ou paisagística, a fim de que a conservação de tais terrenos fique submetida ao controle das autoridades florestais competentes, assim se lhes assegurando melhor uso.

10.ª A fim de que não continui a agravar-se a crise com que desde anos vêm lutando as companhias de estradas de ferro, para se abastecerem de dormentes, devem as mesmas ser providas do indispensável financiamento e obrigar-se a manter serviços florestais, aos quais incumbirá proceder o plantio de essências que lhes garantam a obtenção de madeiras para as suas principais e próprias necessidades. Além do mais, por princípio de economia, a produção e o emprêgo de dormentes tratados com preservativos deve ser desenvolvida em escala crescente.

11.ª O Govêrno Federal deve dispensar apoio à organização de uma emprêsa que se dedique à produção, em grande vulto, de dormentes da Amazônia, centro de reserva considerável de madeiras, cuja industrialização tem lutado com a falta de recursos técnicos e financeiros, necessários ao seu desenvolvimento.

12.ª O Ministério da Agricultura, tendo em vista estudos e proposições já há algum tempo feitas por seus técnicos, deve determinar ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização que dê desti- Núcleo Colonial Senador Ver- nação florestal às terras do gueiro, na serra da Bocaina, Estado de São Paulo, uma vez que urge proteger as altas nascentes do Mambucaba, assegurar defesa às cabeceiras do Paraíba e manter em um só regime de propriedade as terras em questão.

13.ª Tendo em vista o êxito que vem alcançando a execução da Lei n.º 2.626, do Govêrno do Estado de São Paulo e reconhecendo a reiterada procedência das indicações feitas em reuniões conservacionistas já realizadas no país;

tendo em vista que a incidência exagerada da tributação sobre terras tem influenciado negativamente nos programas conservacionistas em qualquer parte do mundo;

tendo em vista a deformação estabelecida pelas Coletorias estaduais e consagrada na legislação dos Estados, e além disso amparada pela Fazenda Pública Estadual no Brasil, de que às terras revestidas de florestas cabe um valor venal, locativo, de exploração maior ou de maior renda, que, em conseqüência, as referidas áreas deve corresponder, como efetivamente o tem feito, impostos maiores, muito consideráveis, e incontornáveis pelo proprietário rural;

tendo em vista que o sucesso das tarefas atribuídas ao poder público dependa da racionalização de normas ou do estabelecimento de princípios e de critérios assentados na experiência e na observação, sobretudo quando tais atividades se relacionam com o melhor uso das terras de agricultura.

Devem os poderes públicos estaduais, como medida justa, salutar e eficiente, ser convocados para reexame do problema dos impostos territoriais, sugerindo-se-lhes que tomem como paradigma — tal tem sido o seu bom resultado e tais são as perspectivas existentes — os termos avançados da referida Lei número 2.626, certos de que os benefícios alcançarão frontalmente as terras florestais ou as próprias para florestas.

Que assim fazendo, seja também estudada a formação de fundos de florestamento e reflorestamento, a serem constituídos por cinqüenta por cento da arrecadação referida e cuja aplicação será feita, de preferência, nas próprias áreas de onde se obteve o recurso, na razão direta do que nelas seja colhido.

3.ª Comissão

1.ª Os trabalhos de pesquisa florestal devem ser intensificados em todo o país, sempre relacionados com as regiões geo-econômicas em que se realizarem e baseados em um programa em que sejam atendidas essas e outras condições indispensáveis em tais casos;

2.ª Estreito intercâmbio deve ser estabelecido entre os órgãos oficiais ou particulares que realizarem pesquisas florestais e trabalhos de florestamento ou reflorestamento. Cumpre dispensar especial atenção aos dados colhidos pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel, desde quase trinta anos, em suas culturas de pinheiro brasileiro, **Cunninghamia lanceolata** e outras coníferas, culturas que, de acôrdo com o oferecimento dessa emprêsa, se acham franqueadas à visita e ao estudo dos que quiserem conhecê-las.

3.ª Devem ser apoiadas e ser objeto de consideração as experimentações iniciadas pelo Serviço Florestal do Estado de São Paulo e por emprêsas particulares, com coníferas exóticas, que grande papel podem desempenhar no Brasil para solução dos problemas da Indústria de pasta mecânica e celulose nas áreas onde a **Araucaria angustifolia** não tenha desenvolvimento satisfatório.

4.ª Articulações estreitas devem ser estabelecidas entre os trabalhos de pesquisa do Serviço Florestal e os de vida animal da Divisão de Caça e Pesca, dada a correlação entre ambos existente, a exemplo do que se verifica em outros países, nalguns dos quais, mesmo, os dois órgãos se integram num só sistema.

5.ª Tabelas de rendimento de eucaliptos, cujas plantações constituem os maiores maciços florestais artificiais do país, devem ser organizadas nas áreas ecológicas onde êste estudo ainda não foi procedido ou não foi suficientemente realizado.

6.ª Para o estabelecimento de novas plantações de eucaliptos, devem ser procuradas as condições mais convenientes. O número de espécies a ensaiar deve ser diversificado ao máximo, de acôrdo com as condições de cada zona e as finalidades visadas, previstos os riscos de pragas e doenças que, em geral, são específicas. Os resultados obtidos em São Paulo indicam que, nessa região, o espaçamento de 3 x 1,5 metros é o mais conveniente, por motivo, sobretudo, das facilidades que proporciona às operações mecanizadas.

7.ª Havendo urgente necessidade de promover a cultura florestal, em escala industrial, em vários pontos do país, a

fim de atender à crescente demanda de madeiras para os mercados consumidores internos e do exterior, e reconhecendo que muitos já são os interessados nessa emprêsa, o Govêrno deve tomar as medidas necessárias à concessão de financiamento bancário oficial, a juros baixos e longos prazos, aos projetos objetivando aquêle fim. O financiamento recentemente oferecido pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil não pode ser utilizado nas suas condições atuais, pois cobra juros que não poderão ser comportados por um empreendimento florestal, salvo casos muito limitados.

8.ª Facilidades para a importação de material e equipamentos requeridos por emprêsas de plantações florestais ou de exploração, devem também ser concedidas.

9.ª As pesquisas relacionadas com a defesa florestal contra pragas e doenças devem ser incrementadas. As experiências com nebulizadores para o combate a pragas florestais precisam ser desenvolvidas, em virtude do êxito de recentes ensaios.

10.ª Com o objetivo não só de dar exemplo aos particulares como de demonstrar os métodos modernos das culturas florestais, bem assim, de valorizar o seu patrimônio, o Govêrno Federal e o dos Estados e Territórios devem, na medida das possibilidades, promover o florestamento e o reflorestamento em áreas sob sua jurisdição.

11.ª Mais amplo entendimento deve ser estabelecido entre o Ministério da Agricultura e a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), sobretudo no campo de execução de inventários florestais, tendo em conta a excelência do trabalho que, neste setor, vem realizando a Missão Florestal que, por solicitação do Govêrno brasileiro, há cinco anos aquêle organismo internacional mandou para a Amazônia.

12.ª O trabalho do agrônomo silvicultor Paulo F. de Souza, sôbre pesquisas florestais, a ser publicado, deve ser objeto de interêsse de quantos se acham ligados a êste assunto, pelo valor dos informes que divulga.

Para o melhor conhecimento dos problemas do Vale do Paraíba, deve ser dada a maior divulgação aos resultados da 1.ª Mesa-Redonda de Conservação do Solo, realizada em Taubaté, em 1951.

ASSOCIATIVISMO RURAL

Associação Rural de Belmonte

Foi eleita e empossada, para o biênio 1957/1960, a seguinte diretoria:

Presidente — Umberto Burlacchini; Vice-Presidente — Almir José Stolz; 1.º Secretário — Orlando Partenosto; 2.º Secretário — João Santos de Oliveira; 1.º Tesoureiro — Abdon de Sousa Couto; 2.º Tesoureiro — Vicente Maguavita.

União Nacional das Associações de Cooperativas

Foi eleita e empossada no dia 9 de outubro a seguinte diretoria:

Presidente — Fernando Riet — R. G. do Sul; 1.º Vice-Presidente — Cyro W. Souza e Silva — S. Paulo; 2.º Vice-Presidente — Flávio de C. Brito, Distrito Federal; Homero M. M. Coelho, — Minas Gerais; 2.º Secretário — Albino M. Antunes — Pernambuco; 1.º Tesoureiro — Carlos M. Benvides — Ceará; 2.º Tesoureiro — Roberto O. Castro — Estado do Rio.

Associação Rural de Santa Rosa

Foi eleita, no dia 6 de outubro, a seguinte diretoria, para a Associação Rural de Santa Rosa:

Presidente — Pedro Carpenedo; Vice-Presidente — Elymar Wienandt; 1.º Secretário — Antônio Nogueira do Amaral; 2.º Secretário — Dr. Alvydio Scalco; 1.º Tesoureiro — Elias Scalco; 2.º Tesoureiro — João Teodoro Winkelmann.

Associação Rural de Bonsucesso

Foi condignamente comemorado o 1.º aniversário da Associação Rural de Bonsucesso, Estado do Paraná, com a inauguração, no dia 13 de outubro, da sede própria da progressista associação.

Associação Rural do Município do Paraná

Foi eleita e empossada para o biênio 1957/1959, a seguinte diretoria:

Presidente — Antônio Caldas; Vice-Presidente — Anísio B. Tocantins; 1.º Secretário — Avelino do O. Lino; 2.º Secretário — Messias C. Póvoa; 1.º Tesoureiro — Salviano de Moura; 2.º Tesoureiro — Enedino de S. Benevides.

Problemas de defesa sanitária vegetal

(III Reunião de Chefes de Postos da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal)

Síntese preparada pelo Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira, Secretário Geral da Comissão Organizadora

Da síntese preparada, destacamos para publicação em "A Lavoura", os seguintes capítulos:

a — Palestras realizadas
b — Trabalhos apresentados
c — Síntese dos trabalhos apresentados
d — Recomendações aprovadas

que dizem bem da importância e interêsse despertado pela III Reunião de Chefes de Postos da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal.

Palestras realizadas

Durante a III Reunião de Chefes de Postos da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, foram realizadas as seguintes palestras :

1 — *Problemas da produção da batata certificada*, pelo Eng. Agr. Josué Deslandes, que explicou detalhadamente o que é, e o que vem sendo a execução do Projeto n.º 10 do ETA.

2 — *O trabalho de campo em extensão agrícola*, pelo Eng. Agr. Euclides Martins, o autor, expôs, de um modo claro e objetivo, o trabalho do agrônomo no sentido de levar a que o agricultor modifique seu modo de trabalho e adote novas técnicas exemplificando, especialmente, como deve ser feito o trabalho do agrônomo junto ao lavrador no setor da defesa sanitária vegetal.

3 — *O anel vermelho do coqueiro no Estado de Sergipe*, pelo Eng. Agr. Emmanuel Franco. A palestra foi um relato de um trabalho original do autor sôbre pesquisas acêrca do anel vermelho do coqueiro.

4 — *Pesquisas sôbre a biologia do molusco transmissor da schistosomose, realizadas em Santos, Estado de São Paulo* — Eng. Agr. Lineu Ibayara Gonçalves. Trata-se de um trabalho de pesquisa, original e muito interessante, realizado pelo autor, em Santos (S. Paulo), que já mereceu louvores de técnicos em endemias rurais.

5 — *Fabricação de pulverizadores no Brasil*, pelo Sr. Carlos Bellerino. O autor focalizou detalhes sôbre pulverizadores e a possibilidade do país de poder contar, em breve, com tais máquinas fabricadas no Estado de S Paulo, pela firma John Bean.

6 — *O caruncho das tulhas de café*, pelo Eng. Agr. Eduardo Figueiredo Junior, do Instituto Biológico de São Paulo. O autor discorreu sôbre os estragos que vem sendo causados ao café pelo *Acrocerus fasciculatus* e a necessidade do expurgo das tulhas, tal como já vem fazendo o I. B. de S. Paulo e o I.B.C.

7 — *Inseticida sistêmico para algodão*, pelo Sr. Franz Fritzgerald. O autor fêz comentários sôbre os inseticidas clorados (DDT e BHC) e os fosforados (Paration, mostrando, a seguir as vantagens dos inseticidas sistêmicos, mostrando os experimentos que vem sendo feitos nêsse sentido, tanto nos Estados Unidos, como no Brasil.

8 — *Funcionamento da Estação de Expurgo da D. D. S. V.*, pelo Eng. Agr. João Alves Junior. No próprio local, o referido técnico fêz uma minuciosa explanação sôbre como funciona a referida dependência da D. D. S. V.

9 — *Observações fitossanitárias na Europa*, pelo Eng. Agr. A. D. Ferreira Lima. O autor fêz uma minuciosa explanaçao sôbre o fitossanitarismo na Alemanha, que teve a oportunidade de visitar recentemente.

10 — *Comentários sôbre fitossanitarismo na Alemanha*, pelo Eng. Agr. Jefferson F. Rangel. O autor abordou, também, assuntos referentes ao fitossanitarismo que teve a oportunidade de observar em sua recente visita à Alemanha.

11 — *A broca do café no Ceará*, pelo Eng. Agr. José Freire. O autor teceu comentários e alertou os presentes sôbre o aparecimento da broca no Ceará (Serra de Baturité).

12 — *Extensão Agrícola e o que tem sido feito no Brasil*, Eng. Agr. Oliveira Mota Filho. O autor mostrou o que é e o que deve ser feito no setor da extensão agrícola, indicando também o que entre nós vem realizando o ETA.

13 — *A podridão parda do cacau*, pelo Eng. Agr. Hermenegildo Marques. O autor mostrou o que é e o que fazem a Campanha contra as doenças e pragas do cacaueiro na Bahia.

Trabalhos apresentados

Foram apresentados os seguintes trabalhos:

1 — Atividades da Seção de Entomologia do Instituto Agronômico do Sul. — André Bertels.

2 — Campanhas de Combate. — Benedito Pereira Nogueira.

3 — Cooperação com órgãos federais, estaduais, municipais e entidades privadas. — Benedito Pereira Nogueira.

4 — Relatório dos trabalhos técnicos realizados pelo Posto de Defesa Agrícola em Itabuna, durante

o período de janeiro e setembro de 1956. — Osias Araujo.

5 — Operações de revenda nos Postos de Defesa Agrícola. — Pelegrino Tolomei.

6 — Fiscalização fitossatária dos estabelecimentos agrícolas do Distrito Federal. — Geraldo Goulart da Silveira.

Síntese dos trabalhos apresentados

1 — O trabalho do Eng. Agr. André Bertels sôbre as atividades da Seção de Entomologia, do Instituto Agronômico do Sul, indica os seguintes resultados de experimentos realizados pela Seção de Entomologia do I. A. S.:

a — vantagens do uso de inseticidades no aumento do lucro do milho, (destacaram-se os inseticidas à base de DDT e de arsênico).

b — o brometo de metila destacou-se como o inseticida mais promissor na luta contra as pragas subterrâneas.

c — vantagens econômicas do tratamento de sementes de arroz, antes do plantio, com lindane de 25% em dosagem de 6-10 K p/Ha, com resultados significativos.

d — na competição de inseticidas nos tratamentos de culturas de arroz, o clordane e o Hexapuro foram os melhores contra as lagartas de *Laphygma frugiperda*, *Nymphula indomitalis*, talvez *Diatraea sac-charalis* e em parte *Mormidea* sp e *Lissorhoptrus* sp.

2 — O trabalho do Eng. Agr. Benedito Pereira Nogueira mostra que:

a — em 1955, durante a Campanha contra a lagarta e o gafanhoto, organizada pelo PDSV de Belém, foram polvilhados:

a — 420 hectares contra as lagartas.

b — 330 hectares contra o gafanhoto.

b — as principais doenças e pragas que ocorrem na região são: cercosporiose da bananeira, mal do coleto dos citrus, brocas dos coqueiros, podridões do cacaueiro, etc.;

c — há necessidade de estocagem de defensivos no referido Posto.

3 — O trabalho do mesmo autor sôbre "Cooperação com órgãos federais, estaduais, municipais e entidades privadas", salienta que:

a — o PDSV mantém acordos com o Govêrno do Estado, com a Prefeitura de Belém, com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

b — mantém 32 subpostos em colaboração com as Prefeituras do interior;

c — o PDVS tem executado, conjuntamente com o SFPV e a Secretaria de Produção do Estado os "Comandos Agrícolas";

d — o referido Pôsto vem prestando assistência às Associações Rurais do Estado.

4 — O trabalho do Eng. Agr. Osias Araujo Matos, sôbre o PDA de Itabuna, mostra que o referido Pôsto realizou, de janeiro a setembro de 1956:

a — serviços de assistência e combate às pragas, abrangendo 60 fazendas trabalhadas. .... 148 719 cacaueiros pulverizados e 448 275 polvilhados; 33 615 cafeeiros polvilhados; numerosas árvores tratadas (3 485 laranjeiras, 233 coqueiros, 4 mangueiras); além de combate à colônias de caçarema, sauveiros, formigas de enxerto, etc.

b — treinamento de trabalhadores (105 trabalhadores), consultas diversas (98) e inspeções fitossanitárias (32);

c — foi volumosa a quantidade de material empregado (BHC, laranjal, citro-elunsion, cobre sandoz, oxicloreto de cobre e bromêto de metila);

d — a revenda de material atingiu a .... Cr$ 27.910,00;

e — tem sido muito proficua a sua atividade em colaboração com a Junta Executiva de combate às Doenças e Pragas do Cacau;

f — em face do grande serviço que vem realizando o referido Pôsto carece de recursos materiais diversos, tais como instalação de um laboratório, material de revenda e de uso, veiculos, pessoal, etc.

5 — O trabalho do Eng. Agr. Pelegrino Tolomei focaliza:

a — o movimento de revenda no PDA de Campo Grande, onde de outubro de 1954 a setembro de 1956, o movimento de revenda de defensivos (tiofosfato, ditiocarbamato de zinco, bromêto de metila, sulfato de cobre, cuprosan, BHC, DDT e outros, atingiu a Cr$ 2.078.478,00;

b — a necessidade de acondicionamento de material de revenda em pequenos volumes;

c — a necessidade de pronto municiamento dos Postos;

d — a conveniência do prêço da revenda ser igual ou inferior ao da aquisição do produtos pelo Govêrno.

6 — O trabalho do Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira, focaliza a fiscalização fitossanitária de estabelecimentos agricolas no Distrito Federal, através do PDVS do Distrito Federal, indicando:

a — as determinações do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal relativamente ao assunto;

b — os aspectos da referida fiscalização;

c — as visitas realizadas nos estabelecimentos agricolas (2 493 em três anos);

d — a caracterização dos estabelecimentos agricolas do D. Federal;

e — o número de certificados de sanidade vegetal expedidos (925);

f — os parasitos mais freqüentes no Distrito Federal;

g — sugestões, tais como elevação da taxa fitossanitária, maiores facilidades para o pagamento da referida taxa, necessidade de impressão de quadros murais e de instruções sôbre defesa sanitária vegetal.

Recomendações aprovadas

O plenário da III Reunião de Chefes de Postos da DDSV, tendo em vista as proposições estudadas e debatidas nas Comissões Técnicas, houve por boa aprovar as seguintes recomendações:

1 — Instalações de câmaras de expurgo, de tipo "Craig", existentes nos Postos do Pará e do Maranhão, localizados respectivamente em Belém e em S. Luiz, a fim de que não seja perdido o material valorizado e útil já existente;

2 — Aquisição de uma lancha para atender aos serviços de assistência fitossanitária aos agricultores localizados à margem dos rios que desembocam nas baías de S. José e S. Marcos (Estado do Maranhão), pois êsse é o meio de transporte mais indicado para a região;

3 — Aquisição de motocicletas com "side-car" para o PDSV do Ceará, a fim de atender aos serviços de fiscalização e combate às pragas da lavoura no referido Estado, extendendo, se possível, essa aquisição para outros Postos, onde as condições peculiares das estradas recomendem êsse tipo de transporte;

4 — Destaque de uma verba para o combate à broca do café no Ceará, em face da mesma já ter surgido na Serra do Baturité, que é a zona cafeeira do referido Estado;

5 — Inclusão no orçamento, para o próximo exercício, de uma verba específica para fazer fase as despesas com as publicações dos "Anais da Reunião de Chefes de Postos da DDVS";

6 — Que se sugira ao Banco do Brasil S/A, as medidas necessárias para que, nas cláusulas contratuais de empréstimos para o plantio de trigo e outras grandes lavouras, conste a comprovação da existência de máquinas e inseticidas para atacar os surtos de pragas da lavoura;

7 — A atualização e simplificação da taxa fitossanitária, regulada, ainda, por decreto já há 15 anos em vigor; medida já aprovada na II Reunião de Chefes de Postos;

8 — Destaque de uma verba suficiente para atender às despesas de transportes, diárias, ajudas de custo, excursões, etc., referentes à Reunião de Técnicos, tendo em vista a oportunidade e utilidade de intercâmbio técnico científico entre o pessoal do DDSV;

9 — Possibilidade das verbas destinadas à aquisição de material serem cedidas aos Postos para a respectiva aquisição e, quando tal modalidade não seja possível, sua aquisição seja no Rio, "Cif séde do Pôsto", a fim de que fique totalmente integrada nos Postos as verbas a êles destinadas;

10 — Que no Boletim Informativo, a ser criado, e já recomendado na II Reunião de Chefes de Postos, sejam incluidos, entre outros, assuntos que no mesmo devem ser divulgados, os seguintes: viagens de estudos especializados, resultados e conclusões de trabalhos e estudos; produtos

registrados na DDSV, com seus usos e aplicações; seleções de assuntos técnicos; trabalhos realizados nos Postos; organizações de fichas técnicas; assuntos diversos de interêsse da Divisão (orçamento, distribuição de crédito, verbas à disposição de campanhas, acordos, etc.);

11 — Publicação, em um volume, de todos os atos legislativos complementares ao atual Regulamento da DDSV, uma vez que a antiga publicação intitulada — Medidas Complementares — já se encontra de há muito, exgotada;

12 — Para efeito de aquisição de material pela D. D. S. V. se tenha em vista as instruções publicadas em "O Biológico", vol. XXII — "Fórmulas de inseticidas para contrôle das pragas do algodoeiro e importância econômica de suas aplicações;

13 — Verificação rigorosa da qualidade quantidade e condições de embalagem dos materiais destinados aos Postos, sobretudo aqueles de natureza volatil, e, bem assim, maiores prazos de garantia, proporcional à distância do transporte;

14 — Seja encaminhada à D. A., sugestão no sentido de que a licença para tratamento de acidentado em serviço não prejudique o funcionário na escala de promoção;

15 — Que o diretor da DDSV envide esforços no sentido de hospitalização e tratamento médico ao funcionário da DDSV acidentado em serviço;

16 — Que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, o ante-projeto do Regulamento de Sanidade Vegetal;

17 — Que sejam remetidas aos Postos, não só as conclusões e recomendações das Reuniões de Chefes de Postos, como, também, copia do Relatório Anual da Diretoria;

18 — Que os Chefes de Postos possam empregar o material de uso disponível, conforme critério técnico;

19 — Que em tempo oportuno, seja fornecida aos Postos a relação de material que pode ser adquirido em cada consignação e sub-consignação;

20 — Que seja mantida, nos Postos, a revenda de material em face dos benefícios que isso tem prestado, e, bem assim, que a aquisição de material seja feita através de firmas estabelecidas no país;

21 — Que a seção competente da DDSV estude o

assunto relacionado com a proibição de importação e fabrico de produtos de alta toxidez, especialmente os compostos à base de clanureto;

22 — Que a seção competente da DDSV estude a questão relativa ao combate obrigatório à saúva no cinturão verde, em face da importância do abastecimento das cidades pelas áreas agrícolas em torno das mesmas;

23 — Que na próxima Reunião de Chefes de Postos sejam as proporções remetidas com, pelo menos, três dias de antecedência;

24 — Substituição da denominação de Reunião de Chefes de Postos da DDSV pela da "Reunião de Fitossanitaristas do Brasil".

25 — Que do próximo ano em diante as Reunião de Chefes de Postos sejam realizadas em locais diferentes, fixando-se que a de 1957 seja em Porto Alegre;

26 — Que a Seção competente estude a possibilidade de revenda aos técnicos da DDSV de condução própria com forma acessível de pagamento;

27 — Que a DDSV estude um modêlo padronizado de carteiras de identificação facilitando o acêsso dos técnicos aos lugares onde existem plantas, produtos agrícolas, defensivos, etc.;

28 — Que a DDSV envide esforços no sentido da designação de um agrônomo para chefiar o PDSV de Paranaguá, e, bem assim, recursos para sua instalação;

29 — Que a DDSV envide esforços junto à DP no sentido de aproveitamento de um Capataz de Campo do PDSV de Belém, que é médico, na função de médico do M. A.;

30 — Que seja incluída na Lei de Despesa, recursos para bolsas de especialização aos técnicos da DDSV matriculados no curso regulamentar de Especialização;

31 — Que seja baixada uma portaria ministerial tornando obrigatoria a apresentação de certificado de Origem e Sanidade Vegetal para importação de trigo, aveia, cevada, etc., quando destinado à industria e alimentação no qual se declare que o produto foi expurgado no país de origem e está isento de insetos nocivos, bem como fungos prejudiciais, especialmente os de carvão e da cárie;

32 — Que após imediatos estudos seja baixada uma portaria ministerial tornando obrigatório o corte de tôdas as espécies vegetais que não constituindo objeto de exploração econômica e nem sofrendo os tratamentos adequados, sejam capazes de hospedar "bichos de fruta";

33 — Que seja solicitado ao Serviço de Economia Rural uma revisão em seu regulamento e em portarias por êle expedidos, no sentido de que sejam excluídos dos mesmos artigos e parágrafos que colidam, direta ou indiretamente com o que dispõe o Regulamento da DDVS, no tocante à sanidade dos produtos vegetais exportáveis;

34 — Que seja tornado obrigatório o expurgo ou outro tratamento adequado para os armazens, silos, depósitos, etc., quando contendo produtos vegetais infestados por insetos ou fungos prejudiciais, extendendo-se ainda a obrigatoriedade dêsse tratamento para os produtos destinados ao trânsito nacional;

35 — Que seja observado o rigoroso cumprimento do que dispõe o artigo 48 do Regulamento da DDSV, a fim de que não seja permitido o embarque e a certificação de quaisquer produtos infestados por insetos ou fungos nocivos, especialmente para aqueles cuja produção e comércio sejam controlados por Institutos, aos quais a DDSV deverá solicitar a necessária colaboração para a melhor sanidade dêsses produtos, quando destinados à exportação;

36 — Que seja instituída a "permissão prévia" para a importação de plantas e partes de plantas, na qual se estabelecerão o número máximo de unidades permitido para cada espécie vegetal de grupos de vegetais;

37 — Que a "quarentena" de plantas importadas possa também ser feita em estabelecimentos estaduais e municipais, desde que o govêrno federal não disponha de campo cuja localização permita ao Pôsto interessado fazer as necessárias inspeções de contrôle;

38 — Que seja obrigatória a inspeção sanitária para que todos os grãos cerealíferos e produtos vegetais que, mesmo destinados ao trnásito nacional, sejam embarcados em portos, aplicando-se a êsses produtos quando infestados por insetos e fungos nocivos as mesmas medidas a que se sujeitam quando destinados ao estrangeiro;

39 — Que, através dos órgãos competentes, seja solicitado nos Governadores de Estados, no sentido da imediata instalação ou construção de ambientes adequados ao expurgo ou outro tratamento adequado, nos portos de administração estadual, a fim de que o expurgo ou a desinfecção dos produtos exportáveis, principalmente aos destinados ao estrangeiro, se faça de acôrdo com o que determina o Regulamento da DDSV;

40 — Que seja regulada a importação de batata para consumo;

41 — Que sejam tiradas cópias do ante-projeto do novo Regulamento de Defesa Sanitária e remetidas aos Postos para que enviem sugestões dentro do prazo de 60 dias;

42 — Que seja solicitado ao Serviço de Economia Rural providencias proibindo o transporte de banana em vagões que tenham servido no transporte de gado, sem que tenham sido convenientemente higienizados.

A FAMÍLIA COMO EXPRESSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Adamastor Lima

(Presidente do Conselho Regional do S. S. R. do Distrito Federal)

1. Todo aquele que se disponha a investigar a *razão de ser* e o *conceito* do *Serviço Social* há-de assumir essa posição com *espírito científico*, tanto vale dizer *posição de humildade*.

Sentirá que o seu esfôrço assentará numa *contradição*, que, aliás, bem considerada, é apenas aparente.

A preocupação dominante ficará no Homem, havido sob os seus dois aspectos fundamentais — o individual e o social, tanto vale dizer havido no *Isolamento* e havido na *Sociedade;* por outras palavras ainda, *considerado em Si Próprio e considerado em relação aos seus Semelhantes*.

Sob o primeiro aspecto, o investigador é levado à *Exaltação Pessoal;* sob o segundo, vê-se na contingência de lealmente, proclamar a incapacidade incontestável do Homem para formar-se e realizar-se plenamente, sem o concurso de seus Semelhantes ou seja sem a *Conexão Pessoal*.

A *Exaltação Pessoal* e a *Conexão Pessoal* são, não há como negá-lo, Atitudes Contraditórias, pois *exaltar* é elevar ao grau mais alto, presupondo até a *independência;* e *conexar* é ligar, estabelecer o nexo indispensável ou seja o reconhecimento da *dependência*.

Mas essa *contradição* — como já dissemos — é aparente, não é *real*. Para isso perceber, basta refletir no que é o *Homem, cuja Inteligência e cuja Atividade são ilmitadas*. Está nessa limitabilidade a explicação do Apelo que Êle é constrangido a fazer (e o faz desde quando ainda nem raciocina e, pois, está aguardando a *Razão* que o integrará na sua Personalidade) para que possa, então — só então ser *Pessoa* e ter Posição Justa no Mundo de que vai servir-se.

Esse *Apêlo* dirigido aos seus Semelhantes (e semelhantes a Êle *em tudo*) não será atendido e nem encontrará éco fora do *Princípio da Reciprocidade*, que nada tem de humilhante nem de estranho. É que os Semelhantes se reconhecem Iguais a Êle e não poderiam, sem sacrifício de seus propósitos e anseios, *atendê-lo inconseqüentemente*.

Surge — nessa altura — para o Investigador, a necessidade de conciliar as citadas *Exaltação* e *Conexão* e o faz *preservando o Homem na sua Personalidade* e, simultâneamente, considerando a Êle e aos seus Semelhantes, *enaltecendo a Sociedade na sua Substância*.

2. O *Homem* e a *Sociedade* não são Realizações Diferentes. Não há, entre ambos contradição alguma, pois — bem analizados — ambos se completam: Aquele sem Esta nem teria sentido; Esta sem Aquele perderia todo êsse encanto e êsse brilho, de que, no Mundo ocidental, se reveste.

3. Sem alongarmo-nos, nas linhas desta Mensagem de Solidariedade e de Homenagem ao III Congresso Panamericano de Serviço Social, diremos que, vendo assim a *Pessoa* no seu meio — a *Sociedade*, o Investigador pode passar, sem mais detalhes, a enxergar, na situação atual dos nossos conhecimentos, a

Pessoa — o ente que tem o seu fim dentro de si próprio, possue a consciência do seu destino e se reconhece responsável pelo modo de procurá-lo; e a

Sociedade — o estado dos Homens (e até dos animais) que vivem sob a ação de leis comuns.

Sôbre a *Pessoa*, o investigador encontra logo algo que a situa com tal, como Pessoa Humana, em a Sociedade. E já existe aqui matéria que torna o aparentemente inexplicável devidamente explicado.

Quanto à Sociedade — que lembra um corpo fluido, sendo cada Pessoa, dêsse corpo, uma especie de Molécula — está sujeita, por igual, isto é, como a Pessoa mesma, a *Leis Comuns* que se apresentam agrupadas em *Ordens Constituídas*.

Assim é que (no estado atual dos nossos conhecimentos) já devem ser proclamadas as Ordens seguintes:

I) Social;
II) Moral;
III) Religiosa;
IV) Política;
V) Econômica; e
VI) Jurídica.

Cada uma dessas Ordens tem as suas Leis Científicas, a saber:

I) *Ordem Social* — Conexão; e Higienização.
II) *Ordem Moral* — Compreensão; e Cooperação.
III) *Ordem Religiosa* — Sublimação; e Quietação.
IV) *Ordem Política* — Previsão; Coordenação; e Realização.
V) *Ordem Econômica*-Solidificação; Ordenação; Valorização; Saturação; e Perduração.
VI) *Ordem Jurídica* - Classificação; Igualação; Vinculação; Conservação; e Compelição.

Fugiria aos objetivos restritos desta Tese determo-nos em cada uma dessas *Ordens* e nas suas *Leis*. Corre-nos, porém, o dever de recordar que a Ordem Jurídica está *na base de tôdas as demais* pela sua natureza mesma de *compelir* as Pessoas, pela Educação ou pela Compressão, a obedecê-la já que a Polícia e a Justiça são, para a Vida dos Homens em Sociedade, Instituições Sociais imprescindíveis.

Aliás, o Direito age prevenindo (Educação) ou *resolvendo* (Compressão) os *Conflitos de Interêsses*.

4. O investigador que se propôs a levar a êsse importante e oportuno Congresso um contigente de Idéias para Material de Estudos há-de, referindo assim a Ordem Jurídica, cuidar, tambem, de forma especial, da Ordem Social e desta fazer, mesmo, o objeto de atenção mais detida.

É que — como já foi assinalado em o Item I desta Tese — a Conexão encerra o *quasi mistério* da Organização Social de Natureza Democrática.

5. Se a *Pessoa* para viver como tal precisa de *Coisas* (Utilidades — as necessidades se satisfazem com as Utilidades) carece, também, de *Outras Pessoas* (Semelhantes seus, que lhe prestem *Serviços*) — e os velhos Economistas chamaram os Serviços de Utilidades). Dess'arte, a Pessoa necessita de *Coisas* e de seus *Semelhantes*.

Os Semelhantes, porém, — motivo mesmo de serem também *Pessoas* — são inconfundíveis com as *Coisas*, nos serviços que prestam, de vez que:

1.º) Só põem ao Serviço de terceiros uma parte do seu tempo (o que vale dizer da sua capacidade de produzir);
2.º) Fazem dito Serviço. considerando-se a si mesmos como o *Fim* daquilo que realizam.

Essas duas considerações obrigam o intérprete a demorar-se na apreciação dêsses Semelhantes que *servem* Àquela Pessoa que dêles precisou, dêsses Semelhantes que vão servir.

Sob êsse aspecto, a Ordem Jurídica avulta novamente.

6. Antes, porem, cumpre reparar que *Serviço é o Trabalho em favor de terceiros*.

E o *Trabalho, sendo a energia aplicável na Produção*, posto à disposição de terceiro, êste há-de remunerá-lo (Salário), de vez que, com essa remuneração, o Trabalhador vai integrar-se, dignamente, na Sociedade ou, noutras palavras, vai conseguir para Si Próprio, por seu turno, *Coisas e Serviços*.

7. Infelizmente a Linguagem converte-se, não raro, em tropêço para clareza e fixação das Idéias.

A palavra Trabalho tem quatro accepçoes distintas. Como escrevemos em 1948 e está na *Introdução ao Direito Comercial* (livro em 2.ª edição pela Livraria Freitas Bastos, Largo da Carioca, Rio de Janeiro, Brasil):

"Disso decorre, inexroàvelmente, que o papel mais importante na produção, em que assenta o bem-estar dos Indivíduos e da Sociedade, cabe ao elemento de ligação entre a natureza e o capital — o Trabalho.

Essa palavra é aqui aplicada num dos quatro sentidos que lhe assinalo e que são: energia humana, emprêgo adequado, ação específica e cousa produzida.

O Trabalho é e a energia humana, aplicável na produção. Mas essa energia, sem um plano feito para isso — e que é a organização do trabalho — não pode somar-se à natureza e dar os bens econômicos desejados.

Êsse plano, visando aproveitar a energia humana, resolve-se, essencialmente, na localização do homem (dono da sua fôrça, do seu trabalho, chamado Trabalhador) na aludida organização, ocupando cada qual um lugar criado para si, lugar que se denomina emprêgo (emprêgo adequado).

Consideramos até aqui o Trabalho, em si mesmo, potencialmente, e o meio dêle ser utilizado socialmente.

Essa preparação visa, porém, a ação (ação específica) que do trabalhador se espera, para que a sociedade funcione, viva.

O Trabalhador, no quadro de empregados da emprêsa, deve, à sua fôrça, dar exercício.

Fazendo-o, do seu esforço o resultado — em que intervêm, em percentagem maior ou menor, a inteligência e o corpo — é o seu trabalho (cousa produzida).

A palavra trabalho, tem, pois, quatro acepções distintas, fazendo-se necessário verificar, a todo o momento, em que sentido está sendo aplicada.

Êle — O Trabalho — suscita interêsse maior é como ação específica.



Essa energia preciosa está ligada intrinsecamente ao seu dono, de tal modo que Trabalho e Trabalhador chegam a parecer sinônimos e, não raro, essas palavras são assim usadas". (1)

8. Pelo exposto, o Trabalhador, dividido ao interesse cultural que está despertando, passa em cheio, para as preocupações daqueles que cuidam do Serviço Social.

O que acaba de ser escrito está comprovado *em mais de um ponto* do Programa Preliminar do III Congresso Panamericano de Serviço Social.

9. Bem se poderá afirmar, que Serviço Social é, substâncialmente, conseqüência da *Complexidade Crescente da Vida dêste Seculo* e da *Necessidade Moral de evitar que os Fortes oprimam os Fracos* e, assim façam nascer, nestes, um Sentimento de Revolta contra um *Progresso* que a todos deve beneficiar, numa escala de Justiça. Mais, ainda: para patentear que a Felicidade não está contida só no Material mas também no Espiritual, que o completa e vivifica.

10. A mencionada Complexidade tornou a *Assistência Familiar* entre os menos quinhoados econômicamente — e que são a maioria — de pequeno efeito prático. Aparece, então, completando a Assistência Familiar e, freqüentemente, substituindo-a, a Assistência Social (a Assistência da Sociedade, a Assistencia dos Semelhantes).

A Sociedade mesma — onde essas Pessoas, que devem ser assistidas estão vivendo — passa a supri-las em suas necessidades, dentro do possivel. E assim, a Sociedade, *servindo*, viu nascer o Serviço Social. (2)

11. Cumpre, todavia, não subestimar a *Familia*, de vez que nela é que a *Pessoa Humana* (nada importando a condição econômica) há-de achar o primeiro Circulo da Assistência indispensável.

Para o *Individuo* — sendo esta palavra tomada aqui em seu significado maios amplo de Ser em relação à sua Espécie — *não é objeto de dúvida* que a *Familia tem Utilidade*. E dela os Homens e as Mulheres não estão fora. As Pessoas Humanas encontram desde as Necessidades Biológicas às que resultam das *Relações com os seus Semelhantes* tanto vale dizer as da *Vida em Sociedade* no Circulo Familiar as imprescindíveis Coisas e Serviços.

Sob o comando e, via de regra, a orientação de *Dona de Casa* é que são prestados os Serviços Familiares.

Consoante já tivemos ensejo de dizer numa tentativa de fixar atribuições juridicas e consta da Ata do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal (Brasil), a *Dona de Casa* é normalmente:

"Servidora das pessoas do lar, Dirigente dos empregados, Preceptora dos Filhos do Casal, Administradora da Residência, Depositária dos bens e valores ai existentes e, não raro, Consultora do Chefe da Familia".

Nesta ordem de idéias, cumpre-nos avançar.

Pode — e deve ser consignado aqui estar a Familia com o devido destaque em as Nações da Constituição Escrita, nesses textos de Lei Máxima e o Casamento, como asseguramos alhures:

"avulta aos nossos olhos como importante por ser a base da Familia. Nesta sim — pelo que representa para o Individuo e para a Sociedade — e que está, realmente, a Importância Completa".

O que acabamos de afirmar decorre de leitura atenta da própria Constituição Brasileira, no Capitulo I do Titulo VI, que se denomina "Da Familia", onde está escrito no

"Art. 164. É obrigatória (forma imperativa) a assistência à Maternidade (no Fato da Maternidade), à Infância e à Adolescência. A Lei instituirá o amparo das *Familias* de prole numerosa".

A Familia — de finalidades tão relevantes — já se impôs, portanto, no consenso dos nossos Povos e de seus Juristas, geralmente, como *Circulo de Serviço Social efetivo*.

Urge, sob êsse aspecto, vê-la e estudá-la. Estudá-la para no interêsse universal e no do Serviço Social "Especifico" — robustecê-la.

Quantos tenham por escopo situar a *Pessoa Humana*

— com os atributos que a nossa Civilização lhe defere a ressalva — na respectiva Sociedade andarão bem, ao nosso ver, colocando a Família como ponto de partida dessa *Obra Ordenadora e Esclarecedora*, que culmina revelando que a *Aglutinação Social*, processada sob imperativos de natureza pessoal, obedece a *princípios* (razão de ser) materiais e espirituais emergentes de condições humanas e ambientes. Em tôdas as fases dêsse estudo, particularizado ou generalizado, a *Família* aparece como uma constante, apresentando em nossos dias — como já frisámos — a *consagração* obtida dos Povos, dos próprios Povos, pelo relêvo obtido nas respectivas Constituições Escritas.

Si assim é — na realidade o é, como pela Constituição do Brasil demonstramos — o Serviço Social precisa reconhecer que essa consagração vale como advertência de que, desfeita a Contradição Aparente examinada no trecho I desta Tese, a Família é a primira preocupação para que êle —o Serviço Social — surja, em cada coletividade, no seu lugar exato.

Pela sua natureza mesma, o Serviço Social deve reduzir as suas *abstrações* ao mínimo indispensável e buscar *realidade* em que se possa apoiar, até mesmo para facilidades na conquista da confiança coletiva.

Como pretendemos deixar manifesto, é admisível que, desde remotas épocas, a *Família* foi o primeiro círculo do Serviço Social.

Quando os conhecimentos gerais possibilitaram a aceitação de uma *Ordem Social* distinta não só da Ordem Moral e da Ordem Religiosa, mas da Ordem Política e da Ordem Econômica, foi que o Serviço Social passou a impor-se à consideração dos estudiosos. A Ordem Social vencera e lançara á preocupação dos que laboram em seus gabinetes e até às próprias Massas do Povo *problemas* delicados e, não raro, transcendentes.

Chegáramos ao que o Prof. Lúcio Craveiro da Silva, da Universidade de Braga (Portugal) chamou, significativamente, em livro, a "Idade Social".

A Civilização, em marcha acelerada, vinha abrindo estradas em cujas margens estavam ficando multidões injustiçadas. Urgia *corrigir* falhas impressionantes. Essa *correção* não poderia circunscrever-se a meras afirmações, ainda que certas e convincentes. Impunha-se a *ação pessoal* traduzida em atos e em organismos, os quais positivassem os propósitos de dar ás mencionadas falhas combates visíveis e eficazes.

Seria — como foi — dar ouvidos a velhas queixas e protestos, mostrando que a nossa Civilização tem os seus cômodos sem intúitos exclusivistas. Tudo reside, tudo está na consideração de que a *Pessoa Humana, por si mesma, se disponha a participar ativamente na Vida em Sociedade*.

Por algumas causas que, nesta Tese, já mencionamos, o Serviço Social se veio impondo e venceu espetacularmente. Se êle aceitar a *Família* na sua tradicional posição e prestigiá-la, não só verá várias tarefas, que são dele, facilitadas, soco revelará — aos menos esclarecidos — que os Assistentes Sociais têm área de ação própria, delicada e importante.

O III Congresso Panamericano de Serviço Social, concluindo pela Reafirmação da Família, onde se veja a Dona de Casa como símbolo de Assistência Social, terá contribuído, poderosamente, para a disciplinação das *Idéias que estão Sublimando a nossa Civilização*.

12. O Serviço Social — encarecida a exprssão que dêle é, tradicional e lògicamente, a Família — *assume no Quadro Geral das Atividades de Interêsse Geral, um papel relevante e indispensável*, impondo-se, substancialmente, como um dos Elementos Fundamentais da Civilização Democrática. (3)

Nesse Sentido foram as intervenções que tivemos nas sessões Quinta e Sexta do *Seminário Interamericano sôbre Cooperativas e Eletrificação Rural*, realizadas na cidade do Recife (Brasil), nos dias 9 e 10 de outubro corrente, consoante foi, *sintèticamente* registrado nas Atas (Docs. 19 e 20) *in verbis*:

"El Prof. Adamastor Lima (BRASIL) explicó la organización y funcionamento de la Confederação Rural Brasileira, *lo que se espera del Servicio Social Rural*, y a continuacion solicito se prestara debida atencion a las experiencias realizadas em el campo cooperativo em el Estado de Bahia, sôbre las cuales informara oportunamente el Dr. Moura." (Quinta Session, 9 octubre 1957).

. . . .

"El Prof. Adamastor Lima solicitó se preste atención a los decretos numero ... 28.545, de 1950, y numero 41.019, de 1957, en los cuales están contemplados los problemas que se vienen estudiando". (Sexta Sessión, 10 octubre 1957).

A Eletrificação em geral e a Eletrificação Rural em particular admitem, senão mesmo exigem um preparo adequado das populações para colherem, dessa grande conquista da *Tecnica* no terreno da aplicação da Fôrça Física, os benefícios admiráveis.

Em monografia editada em 1946, escrevemos:

"Nada mais que uma (era referência feita à Radiodifusão) das aplicações dessa forma aperfeiçoada de energia que é a Eletricidade. De tais aplicações elaboral, sob o critério da importância econômica, a relação seguinte:

1) Fôrça;
2) Tração;
3) Iluminação;
4) Calefnção;
5) Refrigeração;
6) Radiodifusão;
7) Telefonia;
8) Telegrafia; e
9) Televisão. (4)

Considerando a Ordem Social, coloca-se assim, a Eletricidade como fator impressionante da Industrialização, imprimindo à nossa Civilização êsse, de tão celebrado, já vulgarizado *cunho industrial*.

13. É óbvio que, para tornar realidade a Ordem Social e as outras Ordens, nas condições locais que sejam melhores, estão convocados todos os Agentes da Civilização, tanto vale dizer Assistentes

(Conclui na pág. 55)

Para um bom churrasco de frango...

Uma das inovações mais inteligentes dos proprietários de restaurantes de Pôrto Alegre, nestes últimos tempos, foi a do preparo especial de "churrascos de frangos". Naquela cidade, são inúmeros os estabelecimentos especializados na preparação dêste prato, que além de apetitoso, é bastante nutritivo. A denominação *churrasco* não é a usada no sul, pelos restaurantes. Êstes preferem a designação pitoresca de "galeto del primo canto" significando, esta expressão, que se trata de frango novo do tipo a que os americanos e os criadores do centro do país denominam de "broiller" (frango engordado especialmente para o corte, até a idade de 3 meses). O "galeto" apresenta uma carne saborosa e é de se esperar que, dentro em breve, também venha a ser um prato desejado pelos consumidores dos restaurantes de outras capitais, ou que, como acontece no sul, sejam abertas casas especializadas exclusivamente no seu fornecimento.

O segrêdo para que o "galeto" (ou o "broiller") seja um petisco é duplo: — primeiro, o criador precisa saber criar o pinto para transformá-lo em frango de boas carnes aos 3 meses; segundo, que no restaurante o mestre cuca prepare um bom môlho. A adição do môlho é feita com pincél, enquanto o frango vai assando no fôrno ou na churrasqueira, e de cada vez que é virado. Um môlho bastante apreciado e simples se faz com meio litro de água, um litro de vinagre, 250 gr de manteiga sal e môlho inglês. Aquece-se tudo muito bem e se junta mais um pouco de pimenta, umas fôlhas de louro e algumas cebolinhas. A manteiga e o môlho inglês dão um sabor especialíssimo à carne dos frangos, ou melhor, dos "galetos".

(Conclusão da pág. 51)

Sociais, Filósofos, Padres, Políticos, Economistas e Juristas, com as fronteiras naturais de suas especializações. Deverão, porém, produzir isolada e conjuntamente. Assim como as ditas Ordens já estão numa *interpenetração inegável*, eles hão-de achar um ambiente admirável nos *Confrontos* de Idéias e de Experiências, como êsses que a União Panamericana promove e anima para proveito geral, entre cujos *Confrontos de Idéias e de Experiências* se destacam os *Congressos de Serviço Social*, destinando-se o de Puerto Rico a situação brilhante

Técnicos Brasileiros e Norte-Americanos Fazem Planos Para Guerra Contra Insetos Que Devoram Cultivos



Nova York, Outubro — Vão ser utilizadas em conjunto as técnicas norteamericanas e brasileiras, numa guerra contra as pestes que infligem à agricultura brasileira perdas de milhões de dólares, segundo informa Wladimir Lodygensky, à esquerda, industrial e técnico paulista, que aparece aqui com o técnico norteamericano Paul R. Regan. Lodygensky conversa com Regan, encarregado do Fomento Agrícola da Divisão Internacional de American Cyanamid Company sôbre os méritos de um dos inseticidas mais recentes, Malathion. Lodygensky informou que Malatihon combate eficazmente uma ampla série de pestes que atacam os cultivos braleiros, além de combater moscas, mosquitos e outros insetos nocivos, os quais não tem criado imunidade contra o produto, como tantas vêzes tem acontecido com o DDT e outros preparados químicos anteriores. Disse Lodygensky que o novo inseticida já está sendo fabricado no Brasil, e tem sido aplicado eficazmente contra as pestes pelos cotonicultores e cultivadores de legumes e frutos cítricos no País.

LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Reeleito para a presidência da Confederação Rural Brasileira, o sr. Iris Beinberg — Solidariedade da Lavoura do Distrito Federal ao prestigioso Lider Ruralista

Em memorável pleito que se realizou a 6 do corrente, no salão nobre da Sociedade Nacional de Agricultura, presentes delegados votantes de todos os Estados, foi reeleito por 68 votos, unanimemente, para a Presidência da Confederação Rural Brasileira, o sr. Iris Meinberg.

Depois de ler o relatório de suas atividades administrativas, o sr. Iris Meinberg respondeu as perguntas e indagações dos delegados eleitores presentes, atendendo a todos os dispositivos regimentais. Concluida essa parte, foi longamente aplaudido pelos representantes do ruralismo nacional, passando-se a seguir às eleições, tendo o presidente da C. R. B. obtido unanimidade na votação. O sr. Sálvio de Almeida Prado, candidato oponente, à ultima hora retirou sua candidatura.

Na sessão realizada no mesmo dia, às 20 horas, o sr. Iris Meinberg foi empossado no cargo, juntamente com os demais membros da diretoria.

A SOLIDARIEDADE DA LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Assim que foi conhecido o resultado do pleito reelegendo o sr. Iris Meinberg e seus dignos companheiros de chapa, tôdas as organizações rurais do Distrito Federal, filiadas ao DARDIF dirigiram mensagens de congratulações aos novos dirigentes da C. R. B.

MAPA DA DISTRIBUIÇAO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MÊS DE SETEMBRO DE 1957

QUOTA DA D. A. R. D. I. F.

	Sacos
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá	500
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	500
Cooperativa Agrícola de Bangu	300
Cooperativa dos Agricultores de Campo Grande	320
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	330
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	200
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	268
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	268
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural Ltda	114
Cooperativa de Agropecuária Mista de Sta Cruz	200
Cooperativa Bandeirantes	100
Cooperativa dos Avicultores de Benfica	236
Cooperativa dos Avicultores de Sta. Cruz	213
Cooperativa dos Agrics. do Sertão de Jacarepaguá e Guaratiba	150
Cooperativa de Agropecuária Mista Kosmos	cancelada
Cooperativa Mista dos Lavradores e Criadores do D. Federal Ltda.	cancelada
Cooperativa Agrícola Mista da Guanabara, Responsabilidade Ltda.	110
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	200
Associação Agrícola de Jacarepaguá	200
Associação Rural do Realengo	253
Associação Rural de Santa Eugênia	188
Associação Rural do Viegas	200
Associação Rural de Palmares	245
Associação Rural do Rio da Prata	200
Intendência Agrícola da Cachamorra	200
Sociedade União dos Agricultores	245
Sociedade Nacional de Agricultura	190
Associação Rural do Mendanha	70
TOTAL	6.000

MAPA DA DISTRIBUIÇAO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MÊS DE SETEMBRO DE 1957

QUOTA DA P. D. F.

	Sacos
Cooperativa dos Avicultores de Sta. Cruz.	298
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Jacarepaguá	cancelada
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	600
Cooperativa Agrícola de Bangu	300
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Campo Grande	320
Cooperativa dos Agrics. Criads de Irajá	470
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Guaratiba	285
Cooperativa dos Agrics. Criads. da Ilha de Guaratiba	558
Cooperativa dos Agrics. Criads. de Mato Alto	268
Cooperativa dos Lavrads. e Criads. da Zona Rural Ltda.	114
Cooperativa de Agropecuária Mista de Sta Cruz	305
Cooperativa Bandeirantes	100
Cooperativa dos Avicultores de Benfica	236
Cooperativa dos Agrics. do Sertão de Jacarepaguá — Guaratiba	275
Cooperativa de Agropecuária Mista de Kosmos	cancelada
Cooperativa Mista dos Lavrads. e Criads. do D. Federal	cancelada
Cooperativa Agrícola Mista Guanabara, Responsabilidade Ltda.	210
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	263
Associação Agrícola de Jacarepaguá	200
Associação Rural do Realengo	253
Associação Rural de Sta. Eugênia	cancelada
Associação Rural do Viegas	cancelada
Associação Rural dos Palmares	315
Associação Rural do Rio da Prata	285
Intendência Agrícola da Cachamorra	200
Sociedade União dos Agricultores	245
TOTAL	6.000

ATA DA 33.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 17 de setembro de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do SR. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Agricola Castelo Borges
Fidelis José Vieira
Manoel Agapito
Abel de Almeida
Antonio Paes dos Santos
José de Carvalho Seabra
Sebastião Evaristo

Aos 17 dias do mês de setembro de 1957, presentes os srs. representantes de Cooperativas, Associações e Intendências Agrícolas, acima assinalados e filiados no Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gen. Justo, 171, 2.º andar, mais uma reunião desse Departamento, sob a PRESIDÊNCIA do Sr. Flávio da Costa Britto. Iniciados os trabalhos o sr. Presidente determinou a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou o seguinte: a) personalidade jurídica da Associação Rural da Cachamorra; b) cancelamento de registro de lavradores; c) novas instruções sôbre distribuição de resíduos. Da ordem do dia constou: a) assuntos gerais. Com a palavra o Sr. Presidente deu várias explicações sôbre assuntos que lhe foram submetidos à sua apreciação, chamando a atenção dos presentes para uma nova resolução da casa quanto à distribuição de resíduos de trigo e contida nos seguintes têrmos: "Ao Sr. Encarregado do Expediente. Tendo em vista o que propôs o Diretor dêste Departamento, sr. Abel de Almeida, chefe da Comissão Distribuidora de Resíduos, determino o seguinte: a) que só sejam entregues guias de resíduos "in natura" aos presidentes e representantes legais, documentados de Cooperativas ou Associações Rurais filiadas; b) que sejam suspensas as entregas de guias de resíduos a terceiros subtendendo-se que, uma organização não poderá receber a quota de outra; c) a entidade que dentro do prazo legal não comparecer para receber a guia, perderá o direito à mesma que será destinada a outra menos favorecida no rateio. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1957. (a.) Flávio da Costa Britto — Diretor. (a.) Abel de Almeida. Em seguida foi lida uma comunicação do Serviço de Economia Rural cancelando as carteiras de mais 12 lavradores, assunto para o qual o sr. Presidente recomendou a atenção dos presidentes de Cooperativas e Associações, a fim de que os aludidos ex-lavradores não tenham mais direito à quota de resíduos distribuída pela Prefeitura do Distrito Federal. Obtendo a palavra pela ordem, o sr. Abel de Almeida, presidente da Comissão Distribuidora de Resíduos deu explicações detalhadas sôbre os motivos das novas instruções já do conhecimento da casa, para distribuição de resíduos, salientando que a maioria só comparece ao Departamento para o recebimento da quota desprezando por completo os assuntos de imediato interêsse da classe como sejam, delimitação das zonas territoriais e estudos outros tendentes a um perfeito funcionamento da entidade. Em seguida, o sr. Manoel Agapito ante as ameaças que pairam por parte de autoridades navais contra vários lavradores da Associação Rural de Mendanha, localizada na Estrada do Pedregoso, apresentou ao sr. Presidente uma relação das benfeitorias dos lavradores da Fazenda do Guandu do Sapé, constante de milhares de pés de laranjas, frutas de conde, abacateiros, pessegueiros, mangueiras, jaqueiras, bananeiras, etc. O sr. Presidente determinou a leitura da aludida relação, mandando juntar a mesma aos documentos que irão instruir uma representação do DARDIF ao Exmo. Sr. Ministro da Marinha. As 18 horas, nada mais havendo para deliberação, foram os trabalhos encerrados, marcando o sr. Presidente nova reunião para o próximo dia 15.

ATA DA 34a. REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 1 de outubro de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do SR. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Flavio da Costa Britto
Manoel Agapito
Antonio Neves
Arlindo Souza de Azevedo

Ao 1.º dia do mês de outubro de 1957, presentes os srs. representantes de Cooperativas, Associações e Intendências Agrícolas, acima assinala-

A LAVOURA

(ORGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Engº Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEPE. C. A.: 7257

— SAO PAULO —

dos e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gen. Justo, 171, 2.º andar, mais uma reunião dêsse Departamento sob a PRESIDÊNCIA do Sr. Flávio da Costa Britto. Iniciados os trabalhos o sr. Presidente determinou a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem alterações. Do expediente constou o seguinte: a) Carta da firma Arthur Vianna Cia. de Materiais Agricolas, b) Oficio da Coop. Agrics. Criads. de Jacarepaguá, c) cancelamento de registro de lavradores. Da ordem do dia constou: a) quota de resíduos para o mês de setembro — 6.000 sacos. Com a palavra o sr. Presidente chamou mais uma vez a atenção de todos para a necessidade da máxima observância da Portaria n.º 74 da COFAP quanto à distribuição de resíduos de trigo, pois, continuam chegando denúncias àquela comissão sôbre o comércio do câmbio negro dêste produto. Em seguida o sr. Presidente comunicou à Casa o inesperado falecimento do sr. Kenkiti Simomoto — Diretor-Gerente da Cooperativa Agricola de Cotia e um dos grandes animadores do associativismo rural, pelo que, solicitava a inserção de um voto de pezar na ata dos trabalhos. A proposição foi unânimemente aprovada. Obtendo uso da palavra falou o sr. Theobaldo José Ribeiro, presidente da Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros, relatando várias violências que estão sendo praticadas pela policia juntamente com autoridades do I. A. P. I. nas terras dos lavradores daquela Associação, limitrofe com terrenos pertencentes àquele Instituto. Segundo palavras do companheiro, presidente da Ass. Lavrads. da Fazenda Coqueiros, em defesa dos lavradores foram vítimas de uma série de vexames por parte dos policiais e representantes daquele Instituto, que ali compareceram para fazer um levantamento de uma área que o Instituto reivindica como de sua propriedade mas que aquela associação pode a qualquer momento provar serem ilegais as reivindicações do I. A. P. I. A Casa decidiu aguardar a apresentação dos documentos necessários para agir como de direito por intermédio do seu Departamento Jurídico. Finalizando o sr. Presidente levou ao conhecimento de todos, que a COFAP, em virtude dos moinhos se acharem ainda vencedores de um mandato de segurança no caso das quotas de resíduos de trigo, concedeu para o DARDIF e a P. D. F. a quota de 6.000 e mais 6.000 sacos, prometendo melhorá-la tão logo a Justiça solucione o caso em definitivo. Às 18 horas nada mais havendo para deliberação o sr. Presidente encerrou os trabalhos, marcando nova reunião para a próxima semana.

BATATA

A batata é oriunda da América do Sul, encontrando-se em algumas regiões ainda em estado selvagem. Alguns consideram-na como planta melhoradôra do sôlo. A natureza e a composição da terra influem notàvelmente sôbre o seu valor culinário.

SÓLO — As melhores terras para o plantio da batata são as sílico-argilosas, as argilo-calcáreas e as arenosas, ricas em humus. Os elementos minerais do sólo devem encontrar-se em estado de serem fàcilmente assimilados. Os sólos muito compactos, muito úmidos ou muito sêcos, não são favoráveis ao cultivo da batata. As próprias terras de campo prestam-se ao cultivo da batata contanto que, em consequência de sucessivas araduras e incorporação de materia orgânica, se tornem leves, permeáveis e de boa constituição física. A adaptação da variedade ao tipo de sólo é ponto muito importante e que deve merecer a atenção especial do lavrador.

PREPARO DA TERRA — As lavras devem ser fundas e de revolvimento completo pois as mal trabalhadas dão colheitas escassas. A produção aumenta proporcionalmente à profundidade da aradura, até 40 centimetros. O sólo deve ser revolvido antes do inverno por lavras cruzadas, completadas pelo pranchão e pela grade, devendo aquelas alcançar, no mínimo, 25 centimetros.

SEMENTES — As sementes devem ser médias, sadias e robustas. As batatinhas de 50 a 100 gramas dão, proporcionalmente, rendimentos mais vantajosos. As sementes boas são as que pesam, de 70 a 80 gramas. Os tubérculos brotados são os melhores para semeadura: dão plantas mais vigorosas, maior rendimento e antecipam a colheita, o fraccionamento dos tubérculos, se houver necessidade, deve ser feito um dia antes do plantio: cortam-se sementes no sentido do comprimento, deixando-se em cada parte, dois olhos. Esta prática, entretanto, não é aconselhada por alguns especialistas.

ÉPOCA DO PLANTIO — As épocas do plantio da batata são variáveis, de acôrdo com a zona, sendo no Norte, de Março a Maio e no Sul, de Fevereiro a Abril e de Agosto a Novembro.

PLANTIO — A semeadura pode ser feita em covas ou em sulcos, à mão ou à máquina, e as quantidades de sementes variam de acôrdo com o peso das mesmas. As sementes com boa porcentagem de germinação podem ser plantadas em menor quantidade. Se os tubérculos tiverem de 15 a 30 gramas de peso, gastam-se de 1.200 a 1.500 quilos de sementes por hectare.

ESPAÇAMENTO — As linhas devem ser distanciadas, de 60 a 80 centimetros; o espaçamento aconselhado entre as covas é de 40 a 50 centimetros, ficando as sementes nas terras leves, de 10 a 12 centimetros e nas fortes, de 8 a 10 centimetros de profundidade. Havendo amontoa, a profundidade deve er menor. Tanto a distância entre as linhas como o espaçamento entre às covas deverão ser maiores quando as terras são mais ricas ou quando as variedades são de grande desenvolvimento.

CAPINA E AMONTOA — A primeira capina, seguida imediatamente da amontôa, deve ser feita quando as plantas atingem 10 centimetros de altura, repetindo-se essa operação quando elas estiverem com 15 a 20 centimetros. Tanto a capina como a amontôa devem ser feitas 2 ou 3 vêzes, preferivelmente quando o sólo está fresco.

TRATAMENTO DAS SEMENTES — As sementes podem ser atacadas por fungos,

sendo o tratamento com fungicidas muito vantajoso. A calda bordalêsa, por exemplo, é um excelente produto que pode ser usado para esse fim, deixando-se os tuberculos nela imersos durante algumas horas. Os tuberculos devem ser examinados, plantando-se sòmente os que estiverem sadios; estes mesmos devem sofrer uma "cura" preventiva. A antracnose, o cancro, a gangrena umida, o mosaico e a podridão danificam as hastes, as folhas, as raizes e os tuberculos.

COLHEITA — A colheita da batata é feita geralmente quando o batatal amarelece e murcha. Pode ser feita, à mão; com enxada ou enxadão ou então mecânicamente com o arado ou arrancador. Com o arrancador colhem-se em média, $2\frac{1}{2}$ hectares por dia. A batata não deve ser colhida durante a epoca das chuvas, mas antes em dias de sol, para a boa conservação do produto.

RENDIMENTO — Pelos processos rotineiros de cultivo a produção raramente vai além de 6,000 quilos por hectare. Nas culturas organizadas, todavia, o rendimento médio costuma ser de 12.500 quilos, chegando até, em condições muito favoráveis a 25.000 quilos, por hectare.

ADUBAÇÃO — Numa colheita média de 12.500 quilos por hectare, a batata retira do sólo cerca de 60 quilos de azôto, 25 quilos de acido fosfórico, 110 quilos de potassa, devendo a adubação aproximativa, por hectare e por ano, constar de 60 quilos de azôto, 80 quilos de ácido fosforico e 120 quilos de potassa. O adubo quimico é de grande utilidade podendo ser acompanhado de uma adubação orgânica adequada. O estrume de curral pode ser empregado na dose de cerca de 15.000 quilos por hectare. O adubo verde é também muito aconselhado. Como adubo quimico a nossa formula "Cadal 10" é muito rica; deve ser usada na proporção de 100 a 120 gramas por metro corrido ou 20 a 30 gramas por cova. A aplicação do Salitre do Chile é tambem de grande utilidade, na proporção de 300 a 500 quilos por hectare, sendo 2/3 aplicados na semeadura, e o restante, 30 dias depois da germinação, em cobertura, ao lado das fileiras.



ESCOTEIROS BRASILEIROS ATRAVESSAM A AFRICA EM UM JEEP-WILLYS BRASILEIRO

A 1.º de agôsto passado, realizou-se em Sutton Park na Inglaterra, o IX Jamboree Mudial de Escoteiros, do qual partiparam três jovens escoteiros de nosso país após cumprirem a primeira parte de um raide mundial, denominado "Expedição Baden Powell".

C o n d u z i n d o um Jeep-Willys equipado com 70% de peças nacionais, os valores

peças nacionais, os valoro-

sos escoteiros vem sobrepujando os mais árduos obstáculos, como se pode avaliar pela sua correspondência enviada do Cairo: "As chuvas torrenciais do Tanganika que alagavam as estradas, tornando-as impraticáveis, a precariedade das rotas nos desertos do Sudão, onde o govêrno proibia a passagem de carros e caminhões comuns devidos às excessivas temperaturas de 50º centigrados à sombra, foram fatôres que endureceram esta primeira grande etapa de nossa viagem. E'

(Continua na pág. 26)

Oficinas Graf. do "Jornal do Brasil", Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


SciELO


cm 1 2 3 4 5 6 7 8
SciELO
12 13 14 15 16 17 18 19